UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

VERITATI

26ª ANAIS DA SEMOC

DEMOCRACIA E CIDADANIA NO SÉCULO 21

2023

Universidade Católica do Salvador
Salvador, Bahia, Brasil

23 a 27 de Outubro de 2023

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR – UCSAL

Reitor

Prof. Dra. Roberta Carolina Lima Gontijo de Lacerda

Pró Reitor de Graduação

Prof. Dr. Deivid Carvalho Lorenzo

EQUIPE TÉCNICA

Normalização gráfica

Profa. Dra. Kátia Oliver – PPGPSC

Doutoranda: Marcella Pinto de Almeida – PPGPSC

Editoração

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho – Coordenadora de Pós-Graduação, Pesquisa e Mobilidade Acadêmica

Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira – Coordenadora do PPGPSC

Profa. Dra. Kátia Oliver – PPGPSC

Doutoranda: Marcella Pinto de Almeida – PPGPSC

Doutorando: Matheus Martins de Oliveira – PPGPSC

O conteúdo desta publicação e normalização da ABNT é de inteira responsabilidade dos(as) autores(as) dos artigos científicos

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica. UCSAL. Biblioteca Dom Geraldo Majella Agnelo

S471 Semana de Mobilização Científica – SEMOC (26: 2023 out. 23 a 27: Universidade Católica do Salvador)

Anais da XXVI SEMOC - Semana de Mobilização Científica: Democracia e Cidadania no século XXI: 23 a 27 de outubro de 2023 [recurso eletrônico]. - Salvador: UCSAL - Universidade Católica do Salvador, 2023.

Modo de acesso: http://www.ri.ucsal.br

ISSN 2448-1858

1. Democracia 2. Cidadania 3. Direitos Fundamentais 4. Inclusão Social

I. Universidade Católica do Salvador II. SEMOC – Semana de Mobilização Científica III.Título.

CDU 061.3:342.7

ORGANIZAÇÃO

Comissão Executiva

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho (PPGTAS)

Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira (PPGPSC)

Prof. Dr. José Luis Sepúlveda Ferriz (PPGFSC)

Profa. Dra. Kátia Oliver (PPGPSC)

Profa. Dra. Sumaia Midlej (PPGFSC)

Prof. Dr. Tagore Trajano (PPGD)

Profa. Dra. Sinara Dantas Neves (PPGFSC)

Me. Matheus Martins de Oliveira (PPGPSC)

Comissão Organizadora

Profa. Léa Maria Bonfim Medeiros e Ana Cláudia Souza - (Extensão)

Tatiana Oliveira e Chris Cerqueira (Assessoria de Comunicação – Ascom)

Linda Gomes (Biblioteca)

Lucas Peixinho (Administração Campus)

Comissão Científica

Profa. Dra. Silvana Sá de Carvalho (PPGTAS)

Profa. Dra. Kátia Oliver (PPGPSC)

Prof. Dr. Tagore Trajano (PPGD)

Profa. Dra. Liana Viveiros (PPGTAS)

Profa. Dra. Sumaia Midlej (PPGFSC)

Me. Marcella Pinto de Almeida (PPGPSC)

SUMÁRIO

QUESTÕES URBANAS E SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS 8

ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR 9

Letícia da Silva Ribeiro, Juliana Santos Sodré e Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade

APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR COMO MECANISMO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DE FAMÍLIA. 18

Yasmim dos Santos Lopes Martins eTeresa Cristina Ferreira de Oliveira

COMPARAÇÃO DA ARANEOFAUNA EM DOIS ESTRATOS DE FLORESTA NO PARQUE ECOLÓGICO UNIVERSITÁRIO, UCSAL: ANÁLISE PRELIMINAR 33

Maria Clara Viana Santos, Lis Alves Alencar Rafael Góes Jansen, Leandro Pereira da Cruz e Kátia R. Benati

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: análise social de intervenções urbanas no bairro do Lobato, em Salvador (BA) 42

Elisabete da Cruz Ferreira, Fernando Barreto Nunes Filho e Julia Barbosa Neves

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: armazenamento de materiais no canteiro de obra 58

Artur Prust Saliba e Tiago Pereira Muniz

ENGENHARIA SUSTENTAVEL: as edificações altas de Salvador (BA) e o enquadramento às atuais medidas de proteção contra incêndio 70

Angélica Souza Correia Assis, Márcia da Silva Santana e Fernando Barreto Nunes Filho

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: o controle de riscos de contaminação durante a pandemia, em um canteiro de obras 85

Katharina Ferreira Brito da Silva, Shirley Becky Reis Alves e Fernando Barreto Nunes Filho

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: Sistema de Reaproveitamento de Águas Cinza Servidas no Canteiro de Obras 99

Arthur Rodrigues Ferreira de Lavor, Breno Bezerra Fonseca,Isabela Almeida Miranda, Luiz Otávio Albuquerque Bastos e Kilcy Costa Ferraz

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: Um estudo das rotas de fuga na Feira de S. Joaquim, em Salvador (BA) 115

Lívia Maria Roriz de Carvalho Pereira, *Natália de Passos Ferreira* E *Fernando Barreto Nunes Filho*

IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA EM BACIAS HIDROGRÁFICAS E OS IMPACTOS NO PLANEJAMENTO AMBIENTAL COM FOCO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PINDARÉ 131

Davyson Vieira Almada, *Debora Carol Luz da Porciuncula*, *Manoel Vitor Portugal Gonçalves e Wellyson da Cunha Araújo Firmo*

LAMPEJOS ARTÍSTICOS NA CIDADE EM SURTO: a arte, o deslocamento e as percepções 142

Jurema Castro Couto Caldas (Jurema de Jequiriçá) Liliane Vasconcelos

PESQUISA E IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA HABITACIONAL COM CONSERVAÇÃO DA APA BACIA DO COBRE/ SÃO BARTOLOMEU 154

Ivana Souza Barbosa, *Débora Carol Luz da Porciúncula e Cristina Maria Macêdo de Alencar*

POSSIBILIDADES PARA O ALCANCE DA ECONOMIA CIRCULAR: a importância da gestão dos resíduos têxteis 169

Aline Veiga Moita e Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi

POSSIBILIDADES PARA O ALCANCE DE CIDADES INTELIGENTES: a importância da gestão dos resíduos plásticos 177

João Paulo Barbosa da Silva e Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi

SALVADOR COMO CIDADE INTELIGENTE: uma análise sob a perspectiva dos resíduos sólidos urbanos 185

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi, *Patricia Carla Barbosa Pimentel e Joilson Santos Santana*

USO DOS CANABINÓIDES NA MELHORA DA ADESÃO À QUIMIOTERAPIA ANTINEOPLÁSICA: uma revisão narrativa 203

Maria Izabel Gualberto de Araújo, Gabriel Azevedo Farias, Pietra da Fonseca Klajman, Tauana Magalhães de Amorim e Thassila Nogueira Pitanga

DESIGUALDADES E MINORIAS SOCIAIS 235

A ARTE *DRAG QUEEN* E O PRECONCEITO ARTÍSTICO E HISTÓRICO PRESSUPOSTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1990 236

Tiago Santos do Amparo, Juliana Santos Sodré e Mariana Oliveira Conceição

A RUPTURA DO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL COM O GOLPE DE 1964: a micro-história de Alfredo Costta Cunha 248

Gabriel Antonio Pereira Santos, Fábio Roque da Silva Araújo e Tagore Trajano de Almeida Silva

A SOLIDÃO DAS MULHERES NO SISTEMA CARCERÁRIO: DA INVISIBILIDADE AO ABANDONO 272

Carolina Souza Neris eIsabela Oliveira de Santana

A TERRITORIALIDADE COMO CONCEPÇÃO TEÓRICO-POLÍTICA DE REFERÊNCIA IDENTITÁRIA E DE CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS NA ABYA YALA 286

Fernanda Ollé Xavier e César Augusto Costa

DA LAPINHA AO ILÊ: Análise histórica e socioeconômica do bairro da Liberdade 301

Antonio Regis Cerqueira da Hora, Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade, Juliana Santos Sodré eMariana Oliveira Conceição

LUTAS E RESISTÊNCIAS URBANAS EM SALVADOR/BA 311

Aparecida Netto Teixeira e Giulia Soares Cerqueira

MORADIA CIRCULAR: O habitar colaborativo como sinônimo de cuidar 326

Franciane da Silva Santos e Aparecida Netto Teixeira

NOVO PARADIGMA DO RACISMO NO BRASIL: Edital, n. 19/2023, da UCSAL 342

Iaia Djassi

RACISMO AMBIENTAL E AÇÕES INTERSETORIAIS: inferências das ações desenvolvidas em um território da Bahia 355

Joilson Santos Santana, Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi e Patricia Carla Barbosa Pimentel

DIREITOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO, CULTURA E CIDADANIA 364

A PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO ATRAVÉS DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO: Relato dos Grupos CGEB e IMEPS 365

Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade e Mariana Oliveira Conceição

ACESSIBILIDADE DIGITAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO PRESSUPOSTO DA CONDIÇÃO DE CIDADANIA NO SÉCULO XXI 375

Milton Silva de Vasconcellos, Matheus Martins de Oliveira e Mailane Carolina Sousa Jesus

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: a importância destes atributos nos processos de trabalho na Atenção Primária em Saúde 391

Michelly Bezerra dos Santos Rabelo e Ana Maria Fernandes Pitta

DIREITOS HUMANOS E O DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO: a igualdade como reconhecimento nas relações étnico-raciais na efetividade de direitos sociais, educação e cidadania 400

Lícia Ferreira Reis e Fernanda Ravazzano Lopes Baqueiro

ETARISMO E CIDADANIA: reflexões sobre a dimensão coletiva da proteção ao idoso à luz do Estatuto da Pessoa Idosa 415

Matheus Lins Pires e Deivid Carvalho Lorenzo

INTERDIÇÃO DO ADEUS: um olhar sobre as despedidas na pandemia através da literatura 432

Iana Gabriele Souza de Andrade e Liliane Vasconcelos de Jesus

OS EFEITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: uma breve análise pós pandemia 448

José Vítor Araújo dos Santos e Germana Pinheiro de Almeida

SOBRE A UTILIDADE DAS ANÁLISES FUNCIONAIS NA AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE E SEUS TRANSTORNOS 460

Lucas Monteiro Brandão e João Marcos de Oliveira

TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E FOME 474

ATUAÇÃO DA ACUPUNTURA COMO ESTRATÉGIA NA POLÍTICA DE SAÚDE, NO TRATAMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT 475

Humberto Santos Almeida

O ASSISTENTE SOCIAL COMO AGENTE DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO NA SAÚDE DO TRABALHADOR 488

Adalgiza Diana Barbosa Báfica e Elizete Evelyn Bonifácio Sá

O TRABALHO INFANTIL NA MÍDIA BRASILEIRA E O DIREITO AO ESQUECIMENTO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS 500

Emerson Tyrone Mattje e Taís Liane Kirsch

O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E O SERVIÇO SOCIAL: A garantia de direitos e manutenção da saúde do trabalhador brasileiro 516

Adalgiza Diana Barbosa Báfica e Elizete Evelyn Bonifácio Sá

DEMOCRACIA E MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA 531

ETNOMARKETING: Conceito, alcance e aplicabilidade 531

Alfons Heinrich Altmicks

METABÓLITOS SINTETIZADOS POR BACTÉRIAS *Escherichia coli* E *Bacteroides fragilis* E SEUS POTENCIAIS NEUROPATOLÓGICOS EM CONDIÇÕES DE DISBIOSE INTESTINAL 548

Beatriz Pitta dos Santos Ramos, Jamile Oliveira de Siqueira, Êmile Araújo da Silva, Roberta Mayana Cruz dos Santos e Gisele Lopes

RECONHECIMENTO DE EMOÇÕES DA FALA EM JOGOS ONLINE UTILIZANDO DEEP LEARNING 554

Renato Russo Gomes de Oliveira e Gláucya Carreiro Boechat

CUIDADO, INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE 570

ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA A PESSOAS COM DIABETES MELLITUS SUBMETIDAS A AMPUTAÇÃO DE MEMBRO INFERIOR EM UM PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Relato de Experiência 571

Giovana Rossi Figueirôa, Ana Carolina da Silva Almeida dos Santos, Maria Clara Gomes Dias da Silva, Raiza de Jesus Santos e Natália Gessly Cerqueira Paes

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA AMBIENTAL: inserção dos catadores de resíduos sólidos no contexto legal 578

Rejeane Santos da Conceição e Cristina Maria Marchi

ECOSOFIA: concepção ético-política e dimensão ambiental 586

Tiago Silva de Freitas

LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: Análise crítica sob a égide do princípio do melhor interesse 596

Polyana Carmo de Freitas e Deivid Carvalho Lorenzo

PORTO DAS SARDINHAS: Economia Circular, Trabalho Feminino e Reaproveitamento de Resíduos 606

Luciane Conceição Silva Bastos e Maria da Paixão dos Santos Gomes

RELAÇÕES FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL 616

Giancarlo Petrini, Ana Barreiros de Carvalho e Laise da Cruz Macena

MULTICULTURALIDADE E DIÁLOGOS INTER-RELIGIOSOS 631

MULTICULTURALIDADE E DIÁLOGOS INTER-RELIGIOSOS DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL DA BAHIA: "Liberdade Religiosa" para Democracia e Cidadania no Século 21 632

Aab Benaia Sami Nunes Veríssimo de Oliveira

QUESTÕES URBANAS E SOCIAIS CONTEMPORÂNEAS

ANÁLISE DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES NO CENTRO ANTIGO DE SALVADOR

Letícia da Silva Ribeiro[1]
Juliana Santos Sodré[2]
Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade[3]

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as moradias irregulares no Centro Antigo da cidade de Salvador, como forma de protesto e manifestação frente as tomadas de decisões do poder público. O passar dos anos garantiu a cidade diversas mudanças estruturais, dentre essas, parte do Centro passou a ter sua função modificada deixando de ser polo econômico. O centro financeiro migrou para área do antigo Iguatemi (Av. Tancredo Neves), outrora, o centro histórico ganhou destaque para atividades turísticas, e as mudanças ocorridas nessas áreas provocaram um decréscimo populacional e um vazio em áreas especificas do Centro Antigo da capital, como nas imediações da Av. Sete de Setembro onde existem vários edifícios, abandonados, “sem utilidade” ou servindo para ocupações irregulares, como o prédio do Antigo Centro Educacional Antônio Carlos Magalhães. Para desenvolver esse trabalho foi elencado um objetivo principal, a discussão sobre os motivos que levaram ao crescimento das ocupações irregulares, em paralelo a existência de um número considerável de imóveis destinados a especulação imobiliária, em momentos oportunos. Para tanto foi necessário o levantamento bibliográfico e construção do referencial teórico, atrelados a uma metodologia descritiva e mediada pelo levantamento de dados que balizaram as questões abordadas.

Palavras-chave: Centro. Moradias irregulares. Especulação imobiliária.

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Salvador foi fundada em 29 de março de 1549, tornando-se a primeira capital do Brasil, atualmente capital baiana. Agregando funções como porto exportador, centro econômico, industrial e administrativo, a crescente metrópole regional se destaca em seu desenvolvimento urbano frente a região do Recôncavo.

[1] Estudante da 3ª série do Ensino Médio Convencional, Escola Sesi Reitor Miguel Calmon, leticiarib2018@gmail.com.
[2] Bacharela e Licenciada em História e Geografia, Escola Sesi Reitor Miguel Calmon, juli_sodre@hotmail.com.
[3] Mestre em Geografia, secretaria municipal de educação, Filipetrindade551@hotmail.com.

Salvador possui aspectos geomorfológicos que garantem certa peculiaridade na maneira com a qual se organizou ao longo dos anos; dividida em Cidade Alta e Cidade Baixa por uma escarpa, a urbe adquiriu diferentes funções e características. O sistema portuário de Salvador, por conta da sua geografia, localiza-se a na parte baixa da cidade, garantido fluidez nas atividades comerciais que demandam um sistema de transporte. Essa mesma área abriga o que convém denominar de comercio “grossista”, na qual a compra e a venda de mercadorias se desdobram em grandes volumes. Por ora, a Cidade Alta concentra a maior parte da população soteropolitana assim como também dispõem do comercio de retalho, última fase na cadeia de produção.

As capitais sub-regionais que centralizam a produção agrícola do Recôncavo e do Sertão dependem da cidade de Salvador, visto que toda a produção está voltada em benefício do estado, logo, a cidade concentra todos os recursos financeiros, econômicos, sociais e políticos.

Soma-se a esse processo o êxodo rural que provocou uma onda migratória para as cidades, cujo interesse dos migrantes estava pautado na esperança de melhores oportunidades de emprego e qualidade de vida. Consequentemente o aumento populacional refletiu e modificou o espaço geográfico e as relações que nele são construídas. A segregação sociorracial e a ocupação de áreas periféricas ampliam os índices de desigualdades e violência urbana. A mobilidade urbana também é modificada e comprometida diante do fluxo populacional, obrigando ao poder/gestão pública planejar e criar estratégias de implementação de vias de comunicação e transporte coletivo.

As mudanças que ocorreram na cidade com o passar dos anos, atendendo a necessidade e demandas de uma população crescente, também foi fator decisivo nas novas funções que o Centro Antigo passou a desenvolver, visto que, ele deixa de ser capital econômica para ter a maior parte da sua função destinada ao turismo. É evidente que a descentralização influencia nesta mudança, no passado o Centro se destacava, mas atualmente as regiões metropolitanas estão passando a ter maior importância econômica para o estado da Bahia. Devido a essas mudanças, a dinâmica do foi modificada juntamente com a população que lá reside e a mudança de quem e para que frequenta o local.

À face do exposto, a pesquisa tem como proposito analisar o crescimento das ocupações irregulares presentes no Centro Antigo da cidade de Salvador, mais especificamente no entorno da Av. Sete de Setembro, como forma de protesto e manifestação frente as tomadas de decisões do poder público, como também compreender e perceber os motivos que levaram os edifícios que estão abandonados a não cumprir com sua função social, e a abrigar famílias na mais pura precariedade.

Observando o Centro Antigo e Histórico de Salvador, percebe-se em sua arquitetura as diferenças estruturais de uma construção para outra, construções essas que estão muito próximas, mas que destoam de forma significativa em sua aparência. No modo de produção capitalista, o que não oferece lucro, não desperta interesse ou legitimidade, e torna-se vítima do descaso e abandono; outrora, o próprio sistema redireciona seus interesses, apropriando-se dessas mesmas áreas para atender à dinâmica da especulação imobiliária. É a partir dessas questões que está pautada a relevância do trabalho que se desenvolveu doravante levantamento, leitura e análise de material bibliográfico tais como: artigos científicos, matérias jornalísticas, livros entre outros dados que balizaram as discussões aqui apresentadas.

2. A ESPECULAÇÃO IMOBILIARIA E AS OCUPAÇÕES IRREGULARES

Em 1985 o Centro Histórico de Salvador foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio da Humanidade, em virtude de seu valor histórico e sociocultural. A prefeitura de Salvador contratou a arquiteta Lina Bo Bardi para desenvolver um projeto de reabilitação de 1976 na intenção da arquiteta, procurava-se preservar as relações sociais e culturais ali existentes, mas em 1991, o Governo do estado da Bahia, governado por Antônio Carlos Magalhães, deu início ao projeto de intervenção e reabilitação do Centro Histórico de Salvador com o “Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador" que, concebido em 7 etapas, mudou a orientação inicial do projeto de Lina Bo Bardi focando o interesse do espaço no potencial turístico e econômico.

> O Pelourinho, espaço cultural e histórico de Salvador, também localizado na região do Centro, é um reflexo dessa situação que enfrenta o espaço urbano da capital. O local possui conjunto arquitetônico colonial, maior

> parte originada no século XVIII, com igrejas, conventos, e casarões, comumente denominados de sobrados. Esses casarões passam a ser modalidade de moradia da população pobre do centro de Salvador, principalmente com o crescimento do número de escravos libertos no século XIX, e a partir de 1888, com a abolição da escravidão no Brasil, o local passou a ter como principais moradores a classe operária, de população maioria negra e alguns árabes e turcos, permanecendo dominante até o período de reforma do local, promovida pelo IPAC. (Uriarte, 2019).

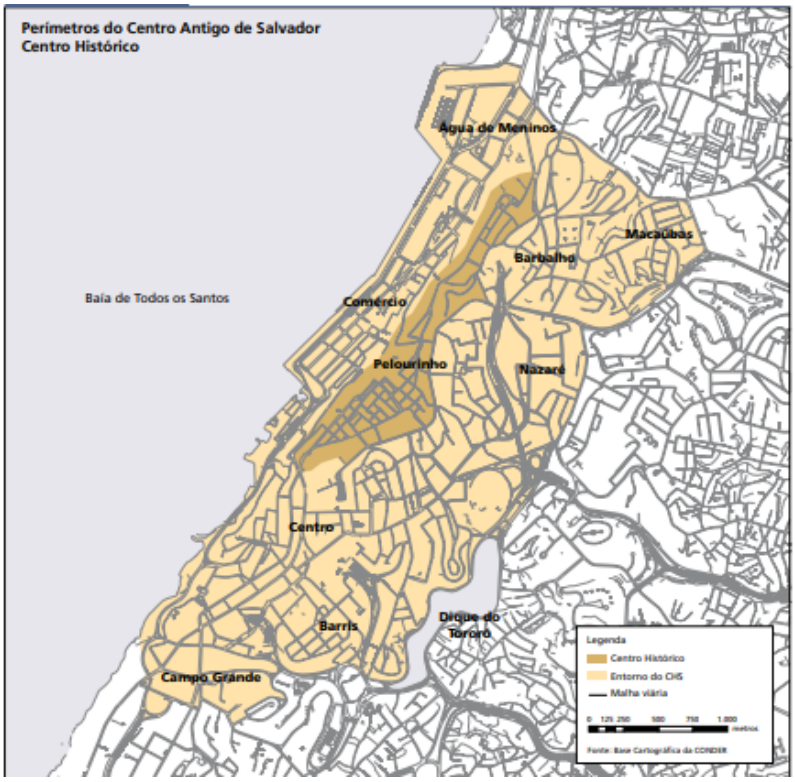
Entre os anos de 1992 a 1995 deu-se início à primeira das etapas com um processo de gentrificação[4] que expulsou a grande maioria dos moradores de baixa renda, de classe operárias e majoritariamente negra, modificando a função dos imóveis redirecionando-os para o comércio e os serviços, como discorre Uriarte (2019) em sua fala.

> Em relação a esta intervenção o autor registra: “Quarteirões inteiros foram esvaziados de sua população pobre e negra para serem reformados e transformados, posteriormente, em lojas, restaurantes, museus e ateliês, isto é, criou-se uma área de turismo, lazer e cultura na qual a função residencial foi banida”. (Uriarte, 2019, p. 389).

A expulsão dos antigos moradores da região do Centro Antigo de Salvador vem sendo protagonizada pelo poder público, visando a atração de megaempreendimentos de interesse do setor imobiliário, a exemplo do Hotel Fasano e outros projetos em desenvolvimento. Como destaca Uriarte (2019), as pessoas que habitavam o pelourinho no século XIX foram marginalizadas e direcionadas para a periferia da cidade durante o projeto de reconstrução do Centro Histórico de Salvador. Com essa mudança, o Pelourinho se destaca pelas suas atividades turísticas e fluxos populacionais que decorrem delas, quando a referência é o Centro Histórico, mas quando se pontua o Centro Antigo, área circunvizinha ao Pelourinho, encontra-se um vazio habitacional e também populacional (imagem1).

[4] Gentrificação é um processo de transformação de centros urbanos através da mudança dos grupos sociais ali existentes, onde sai a comunidade de baixa renda e entram moradores das camadas mais ricas.

Imagem 1: Mapa do Centro Antigo e Histórico de Salvador



Fonte: Informativo da secretaria de cultura do estado da Bahia, 2008.

A atualmente há uma grande ocorrência de edifícios abandonados e desassistidos pelos órgãos públicos. Devido ao processo de gentrificação que ocorreu durante a obra de requalificação do Pelourinho, o retorno da população que foi retirada da localidade se desdobrou de maneira negativa e precária. Essa classe social menos favorecida não volta ao Centro para frequentar os hotéis de luxo ou restaurantes caros que hoje fazem parte da rota turística de quem visita a cidade de Salvador, esta população está presente como vendedores ambulantes, pedintes, moradores de rua ou até mesmo ocupantes de edifícios abandonados.

> A longa e tumultuada trajetória do Projeto Pelourinho confirma o equívoco de uma visão do Centro Antigo como um problema localizado, não sistêmico, que poderia ser resolvido pelo turismo cultural. O turismo, ainda que importante para a cidade, não rendeu dividendos à área, senão aos hotéis e restaurantes da orla marítima. Faltou, ao longo desses 40 anos de intervenção no Pelourinho, a compreensão da função central informal que a área desempenha, complementar ao centro do Iguatemi. Esta centralidade continua viva e não se restringe aos aspectos produtivos e sócio-econômicos, senão também aos aspectos simbólicos e de identidade étnica. A inclusão de habitações e comércio diversificado na 7ª etapa do Projeto Pelourinho é um avanço e o reconhecimento da falência do modelo anterior [...]. Para que o Projeto possa ir adiante, a única saída

> é trabalhar com a informalidade, a inclusão social de seus trabalhadores e moradores e a introdução de novas funções, especialmente ligadas aos serviços, sem exclusão de um turismo mais integrado. (Bahia, 2008, p. 29).

Diferente de como ocorreu no Pelourinho, o Centro Antigo se tornou um espaço majoritariamente voltado para comércio retalhista e de camelôs como na localidade da Av. Sete de Setembro, só se restringe a isso, como pontua o informativo da Secretaria de Cultura (2008). Essa mesma área concentra inúmeras construções vazias que perderam a sua função original, e aqui cabe destacar que ao lado do empreendimento de luxo Hotel Fasano, que ocupa o prédio do antigo Jornal A tarde, existe a ocupação Carlos Marighella dentro do antigo prédio do Centro Estadual de Educação Magalhães Netto (CEA). Atualmente, o imóvel pertence à Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (Embasa) e está abandonado a mais de seis anos. A ocupação foi organizada pelas famílias do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas – MLB (Imagem 2 e 3), movimento esse formado por milhares de pessoas sem-teto de todo o país, vítimas da ação predatória da especulação fundiária e imobiliária. Como esse edifício, muitas outras construções antigas do entorno se encontram em desuso, abandonados, sem assistência do Estado.

Imagem 2: Ocupação Carlos Marighella, Av. Sete de Setembro, 2022.

Fonte: Autora, 2022.

Imagem 3: Antigo Centro Estadual de Educação, Av. Sete de Setembro, 2023.

Fonte: Autora, 2023.

A ocupação existe como forma de protesto, visto que é uma forma de afronta para ordem pública, pois, essa mesma área é um dos metros quadrados mais caros de Salvador e encontrar um edifício nessa situação precária como muitos outros na localidade é questionável, o zelo pelo local só vem se for junto com a visão de suma maioria voltada para o lucro, e a população que ali habita continua em total descaso.

> A gestão do DEM, protagonizada pelas figuras de Bruno Reis e ACM Neto, construíram um projeto de “modernização” do Centro, modernização essa que tem como objetivo intensificar a gentrificação, expulsando a população preta e pobre do centro da cidade, e garantir que o setor da especulação imobiliária lucre cada vez mais, o nome desse projeto é Salvador 360 e o Prédio da Ocupação Carlos Marighella se encontra bem no centro deste. Eles querem transformar o prédio em mais um hotel de luxo, querem garantir que a população que nasceu e foi criada no centro vá para as periferias, querem que essas pessoas sejam alienadas do centro histórico, indo para lá apenas para trabalhar, mas nunca para se divertir. (Faria, 2022).

Discorrendo com o que foi pontuado por Beatriz Faria (2022), vale ressaltar que essa população segregada em sua trajetória de resistência, por diversas vezes teve a necessidade de enfrentar a hostilidade do poder de polícia. De acordo com matéria do portal de notícias “Agência de notícias das Favelas” - ANF, em 2019 mais de 100 famílias ocuparam o prédio administrativo do Couto Maia com a intenção de exigir o direito à moradia digna e denunciar o desmonte do programa Minha Casa, Minha Vida pelo governo Bolsonaro. Um mês após o ocorrido, ainda sem terem o direito à moradia digna atendido, ainda na resistência pelos direitos, 200 famílias ocuparam o galpão abandonado há mais de 20 anos da Companhia de Navegação Baiana, localizado na Ribeira, em Salvador. A ocupação resistiu por 17 horas e enfrentou forte repressão pela polícia militar, que despejou as famílias que ali estavam. Essas famílias que hoje ocupam o prédio do antigo CEA, continuam na luta pelo direto a moradia digna a procura de melhores condições de vida, lutando pelo que lhe foste retirado pela forte repressão e descaso com o passado segregacionista do Centro Antigo de Salvador.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado é possível perceber a necessidade de um olhar mais cuidadoso com o patrimônio histórico e cultural da nossa cidade. As famílias que residem no Centro Antigo de Salvador precisam de assistência e de uma moradia digna.

No tocante é imprescindível um olhar mais social, que traga mais dignidade para os sujeitos que são marginalizados nesse processo. O passar dos anos juntamente com as medidas que foram adotadas garantiram ao Centro Antigo uma diminuição populacional, que teme pela periculosidade que o bairro adquiriu por se tratar de uma área voltada exclusivamente para o comércio. Pensar na Av. Sete de Setembro em quanto um bairro que cresce e se valoriza é notar que o enaltecimento está associado aos empreendimentos de luxo que segregam e discriminam a cultura étnica e social do lugar, alienando a população.

Os edifícios do Centro Antigo não podem somente serem vistos com um olhar econômico, visado para lucro e especulação imobiliária, considerando que o acesso à terra deve garantir por lei a sua função social. A vista disso cabe não

somente ao poder público, mas a sociedade pensar em estratégias que atendam as demandas dessa população desvalida. Os edifícios que hoje encontram-se abandonados poderiam ser redirecionados, ter sua função modificada para cumprir com seu objetivo social, atendendo as famílias que foram negligenciadas pelo Poder Público.

O direito à cidadania e a vida deveriam ser garantidos a todo e qualquer sujeito; desassistir essa população é ferir a Constituição em seus princípios. Os anos de luta por uma habitação digna não são deferidos, negando o direito à moradia de uma minoria.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO. **Nasce a Ocupação Carlos Marighella, em Salvador**. Associação Nacional de Favelas (ANF). Salvador. 2021.

BAHIA. **Centro Antigo de Salvador:** Uma região de debate. 2008. Disponível em: http://www.cultura.ba.gov.br/arquivos/File/Miolo_Infocultura_n_02_web.pdf. Acesso em: 21 jul. 2023.

_____. **Informativo da secretaria de cultura do estado da Bahia.** Ano 1, n. 2, out. 2008.

FARIA, B. **Um ano de resistência da Ocupação Carlos Marighella, um ano do povo pobre sendo ignorado por quem está no poder**. 2022. Disponível em: https://averdade.org.br/2022/07/um-ano-de-resistencia-da-ocupacao-carlos-marighella-um-ano-do-povo-pobre-sendo-ignorado-por-quem-esta-no-poder/. Acesso em: 13 jun. 2023.

MLB. **MLB, essa luta é pra valer!** Disponível em: https://www.mlbbrasil.org/quem-somos. Acesso em: 08 set. 2013.

SANTOS, Milton. O centro da cidade do Salvador. **Salvador:** Publicações da Universidade da Bahia, p. 56-63, 1959.

UFBA**. Primeira fase do Projeto de Requalificação do Pelourinho, Salvador**. Disponível em: http://cronologiadourbanismo.ufba.br/apresentacao.php?idVerbete=1592. Acesso em: 06 set. 2023.

APLICAÇÃO DA CONSTELAÇÃO FAMILIAR COMO MECANISMO PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO DE FAMÍLIA

Yasmim dos Santos Lopes Martins[1]
Teresa Cristina Ferreira de Oliveira[2]

RESUMO

O objetivo deste artigo é fazer uma análise crítica sobre a aplicação da Constelação familiar no contexto do Direito brasileiro. A prática do Direito Sistêmico, baseado nas teorias da Constelação Familiar, tem sido adotada como uma alternativa em várias áreas do Direito, especialmente no âmbito familiar, com respaldo na Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão sistemática da literatura, com base em doutrinas e trabalhos acadêmicos. Os resultados obtidos indicam a falta de comprovação científica acerca da Constelação familiar, bem como a ausência de dados sólidos sobre sua eficácia. Além disso, destaca-se a falta de uma regulamentação específica para essa prática, assim como a falta de apoio dos Conselhos Federal de Psicologia (CFP) e de Medicina (CFM). Por conta disso, a sua aplicação se mostra até o momento inviável e perigosa, não devendo ser usada como mecanismo de resolução de conflitos principalmente no Direito de Família

Palavras-chave: Constelação Familiar. Direito Sistêmico. Resolução de Conflitos. Direito de Família.

1 INTRODUÇÃO

A família, considerada a base da sociedade, passa por constantes transformações em consoante com os contextos sociais, econômicos e culturais de cada época. Essas mudanças têm gerado uma diversidade de configurações familiares, abrangendo diferentes formatos e estruturas (Engels, 1984; Roudinesco, 2003). No entanto, essa variedade também tem resultado em conflitos que se tornam cada vez mais frequentes e demandados no âmbito judicial (CNJ, 2022).

[1] Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador. yasmim.lopes@ucsal.edu.br
[2] Orientadora Teresa Cristina Ferreira de Oliveira, advogada, Doutora em Família na Sociedade Contemporânea/ UCSAL, Mestre em Família na Sociedade Contemporânea, Especialista em Família em Relações Sociais, Especialista em Direito Civil, Membro do grupo de pesquisa Família e Desenvolvimento Humano. teresacristinadeoliveira16@gmail.com

Diante do congestionamento enfrentado pelo Poder Judiciário, busca-se novas ferramentas para a resolução desses conflitos de forma mais ágil.

Diante desse cenário, a Constelação familiar é eficaz ao ser aplicada no âmbito do Direito brasileiro como ferramenta para a resolução de conflitos? Através dessa indagação o presente trabalho tem como objetivo geral fazer uma análise crítica do uso da Constelação familiar no contexto do Direito brasileiro. A pesquisa abordará alguns tópicos, com o intuito de facilitar a compreensão do tema, como um breve histórico do conceito de família, os conflitos contemporâneos nas relações familiares, a crise no sistema judiciário e sua relação com o Direito de família, os mecanismos adequados para a resolução de conflitos, a Constelação familiar, o Direito sistêmico e sua aplicação no Direito brasileiro, além de críticas ao método e a posição do Conselho Nacional de Justiça sobre o assunto. Para alcançar o objetivo geral, o presente trabalho também irá apontar o conceito e a origem da Constelação familiar, identificar a origem da Constelação familiar no Brasil e os seus métodos de aplicação, além de analisar as justificativas para o seu uso e abordar outros mecanismos de resolução de conflitos existentes no Direito brasileiro.

A metodologia adotada para o desenvolvimento do artigo foi a revisão sistemática da literatura, fundamentada em doutrinas e trabalhos acadêmicos que abordam a temática. Foram realizadas pesquisas bibliográficas acerca do tema em bibliotecas virtuais, sites acadêmicos e repositórios e sites de órgãos institucionais relacionados ao tema.

2 BREVE HISTÓRICO DO CONCEITO DE FAMÍLIA

Ao longo dos anos, vários autores têm tentado definir um conceito para a família. Alguns apontam que a família é a base natural da sociedade, sendo a forma mais primitiva de agrupamento humano e que exerce um papel fundamental na sociedade, refletindo diretamente o estado de cultura dessa organização (Engels, 1984; Aristóteles, 2008).

Pereira (2012) ressalta que o estudo da família no Direito sempre esteve ligado ao matrimônio, com o Código Civil de 1916, a família tradicional era exclusivamente baseada no casamento. Com a conquista de direitos pelas

mulheres ao longo dos anos trouxeram grandes alterações nas disposições familiares, as mulheres deixaram de exercer atividades exclusivamente domésticas e de se dedicar apenas à criação dos filhos para desempenhar trabalhos fora de suas casas (Cardoso *et al.,* 2020).

A Constituição Federal de 1988 traz em seu escopo o artigo 226 reconhecendo novos moldes de família: a matrimonial, a decorrente de união estável e a monoparental, também destacou que estas possuem proteção do Estado, porém apesar da proteção estatal, ela não foi capaz de fornecer uma definição clara, visto que não há um conceito fixo estabelecido (Maluf; Maluf, 2018; Gonçalves, 2020).

A configuração de uma sociedade moderna estabelece um novo exemplar de família, democrático, baseado no afeto e na igualdade, um modelo descentralizado que visa a reciprocidade e a preservação da dignidade entre seus componentes(Farias; Netto; Rosenvald, 2019).

A família então pode ser entendida como um meio para a busca da felicidade, um instrumento para o desenvolvimento individual de cada componente, uma realização pessoal onde não há mais a centralização de um poder patriarcal, embora ainda existam alguns exemplares desse modelo ele não se sustenta mais como antes (Pamplona; Gagliano, 2017; Vilasboas, 2020).

Assim surgem novos modelos de família pós-moderna, a despeito de não serem reguladas por nenhuma legislação específica, se mostram presentes em diferentes configurações como: A família anaparental, a pluriparental também chamada de família mosaico, a família paralela e há também o caso da família unipessoal, sendo composta apenas por uma pessoa visando a proteção do bem de família (Maluf; Maluf, 2018).

Portanto, a família se molda conforme as mudanças sociais, econômicas e culturais de cada época, e essas relações são fortemente marcadas pela inconstância e pela incerteza (Roudinesco, 2003).

A transição da família é um processo imprescindível, que não deve ser tomado como uma ameaça, mas como uma oportunidade para ruminar os vínculos familiares. Em sua obra "A Família em Desordem" (2003), Roudinesco faz uma análise crítica sobre a família na sociedade atual. Segundo ela, o formato tradicional de família, fundamentado na hierarquia patriarcal e na divisão de papéis de gênero,

tem sido questionado por movimentos feministas, pela luta por direitos LGBT e por mudanças nas formas de organização do trabalho e da vida em sociedade.

Nessa conjuntura, surgem variados conflitos resultantes de diferentes formas de relacionamento, considerando as particularidades de cada indivíduo. Alguns autores discutem esses conflitos dentro das relações familiares, Giddens (1991) explica que os conflitos familiares surgem da falta de diálogo e comunicação, do aumento do individualismo e das relações fragmentadas.

O Conselho Nacional de Justiça, em 2022 levantou dados em sua página "Justiça em números", listando os assuntos mais demandados na seara de 1º grau da Justiça Estadual, as ações referentes à Família e Alimentos, ocupavam o 4º lugar com o quantitativo de 1.527.103 cerca de 2,36% das causas.

É evidente que os conflitos familiares têm aumentado devido às mudanças e novas configurações das famílias, conforme mencionado anteriormente. Janaina (2021) esclarece que essa nova dinâmica familiar, aliada à impossibilidade de solucionar a grande quantidade de casos por meio dos métodos tradicionais, nos direciona a explorar formas de simplificar o processo através de mecanismos e procedimentos que facilitam e aceleram a resolução, como os chamados métodos adequados de solução de conflitos, instituídos pelo Sistema Multiportas.

O Sistema Multiportas é uma alternativa ao modelo tradicional de resolução de conflitos e oferece diferentes dispositivos para uma resolução pacífica e eficiente dos conflitos entre as partes (Costa, 2019). O Código de Processo Civil de 2015 adota esse sistema multiportas, determinando que cada ação judicial seja encaminhada à técnica judiciária mais adequada a cada caso, buscando alcançar uma solução de comum acordo entre as partes de forma menos desgastante e traumática para os envolvidos (Neto, 2015).

A Resolução nº 125 do Conselho Nacional de Justiça trata dos métodos alternativos para resolução de conflitos, instituindo a Política Judiciária Nacional de tratamento de conflitos de interesses com o intuito de oferecer alternativas para resolver determinados conflitos sem a necessidade de recorrer ao sistema judicial tradicional. Dessa forma, busca-se reduzir a quantidade de processos judiciais, descongestionar o sistema e garantir que todos tenham seu direito assegurado (Nunes, 2021).

Existem os métodos autocompositivos, como a mediação, conciliação e negociação, e os heterocompositivos, como a arbitragem. Esses métodos são os mais conhecidos e praticados (Viana, 2021).

3 CONSTELAÇÃO FAMILIAR

A Constelação sistêmica ou Constelação familiar teve início através de Anton Suitbert Hellinger. Hellinger foi o precursor dessa corrente, nasceu em 1925, na Alemanha. Formado em Pedagogia, Filosofia e Teologia, trabalhou por 16 anos na África do Sul, liderando várias escolas de nível superior e também fez parte da ordem de missionários católicos. Tornou-se psicanalista e desenvolveu a sua própria Terapia Sistêmica Familiar no final dos anos 70, com bases na Alemanha, porém se dissipou mundialmente por volta da década de 80. Bert Hellinger como ficou conhecido, faleceu em 19 de setembro de 2013, aos 93 anos na Alemanha (Hellinger, 2020).

A constelação familiar, segundo Bert Hellinger (2019), é uma abordagem terapêutica que busca compreender e transformar os padrões inconscientes que influenciam a dinâmica familiar. Se baseia na visão sistêmica que o próprio Hellinger desenvolveu a partir de suas experiências como terapeuta, missionário e observador das dinâmicas familiares em diferentes culturas, fez observações de maneira fenomenológica, sem que houvesse a comprovação de nenhuma teoria e ao observar as dinâmicas entre esses grupos ele resumiu seus estudos em três leis universais que guiam as relações humanas, chamadas de leis do amor; são elas a lei de pertencimento, hierarquia e equilíbrio (Hellinger, 2010).

Ainda segundo Hellinger (2019) cada família é um sistema complexo, no qual os membros estão interligados por laços de amor e lealdade, mesmo que esses laços possam ser inconscientes e disfuncionais. Hellinger escreveu um Livro chamado “As ordens do amor” descrevendo essas leis como a base dos relacionamentos humanos e que através delas podemos identificar as causas dos conflitos e por meio da Constelação familiar é possível restaurar o equilíbrio das relações (Hellinger, 2010).

Os bloqueios são descritos por Hellinger (2010) como emaranhamentos, um aspecto importante da Constelação familiar. Ele expõe os emaranhamentos como

desordens que se desenrolam nos sistemas familiares e que influenciam o equilíbrio e o bem-estar dos membros da família. Esses emaranhamentos podem manifestar-se de maneiras diversas, como repetição de movimentos, destinos ou sofrimentos de antepassados, exclusões ou segredos familiares não resolvidos.

Hellinger (2019) salienta que os emaranhamentos são, na maioria das vezes, resultados de eventos traumáticos, como mortes prematuras, perdas trágicas ou eventos dolorosos que foram excluídos ou não processados adequadamente. Esses eventos podem gerar um impacto nas gerações subsequentes, afetando a vida e as relações dos membros da família.

O trabalho das constelações familiares busca identificar e trazer à consciência esses emaranhamentos de acordo com Hellinger, a resolução dos emaranhamentos requer a aceitação da realidade, o estabelecimento de um lugar adequado na ordem familiar e a promoção do fluxo livre do amor entre os membros da família. Ao realizar essas ações, é possível restaurar o equilíbrio e a harmonia no sistema familiar, permitindo que cada indivíduo se liberte das influências negativas dos emaranhamentos e viva uma vida mais saudável e plena (Hellinger, 2019).

4 CONSTELAÇÃO FAMILIAR APLICADA NO DIREITO BRASILEIRO E O DIREITO SISTÊMICO

Vasconcellos (2023) afirma que o termo "Direito Sistêmico" foi introduzido no contexto social pelo Juiz de Direito Sami Storch. Apesar de ser recente, o Direito Sistêmico não é um novo Direito, mas sim uma nova perspectiva sobre o Direito existente. Ele é um dispositivo sistêmico-fenomenológico para a resolução profunda e definitiva de conflitos, que se baseia no entendimento e na liberação das possíveis causas ocultas que geram tais conflitos. Acredita-se que os conflitos judiciais são apenas a ponta de algo mais profundo, e ao olhar de forma sistêmica para esse problema, é possível encontrar harmonia nas relações sociais, empresariais, conjugais e familiares (Rosa, 2014; Vasconcellos, 2023).

No âmbito do judiciário brasileiro, as constelações familiares foram introduzidas no estado da Bahia através do Juiz Sami Storch, que popularizou o termo "Direito Sistêmico" para descrever essa abordagem inovadora. Sua

contribuição foi amplamente divulgada em todo o país devido aos resultados alcançados, onde ele afirma conseguir um quantitativo com acordos de 100% em processos nos quais ambas as partes participaram das constelações familiares (Storch, 2015).

Diante do crescente desafio enfrentado pelo Poder Judiciário em lidar com o aumento das demandas, Sami Storch (2018) percebeu a necessidade de desenvolver uma técnica mais eficiente para a resolução de conflitos. Foi nesse contexto que ele adotou os métodos provenientes da Constelação familiar de Bert Hellinger, Hellinger criou a sua própria ciência baseada em suas experiências de vida, chamada de "Hellinger Science" é a ciência dos relacionamentos humanos. Através do conhecimento dessa ciência, é possível obter uma nova perspectiva sobre o Direito e aplicar as leis de forma a promover a paz e a harmonia nas relações das pessoas envolvidas nos conflitos, facilitando uma solução satisfatória, ou seja, o Direito Sistêmico seria a aplicação da Constelação familiar no Direito brasileiro (Storch, 2018).

Além de aplicar essa abordagem inovadora em seu tribunal, o Juiz Sami Storch (2018) também desempenha um papel ativo na disseminação do conhecimento das constelações familiares e do Direito Sistêmico. Ele ministra workshops e palestras sobre o tema e mantém um blog dedicado a compartilhar informações e promover uma compreensão mais ampla dessa abordagem transformadora.

4.1 MÉTODO DE APLICAÇÃO

As constelações familiares acontecem através de uma sessão realizada com as partes envolvidas no conflito e pessoas voluntárias para simbolizar membros da família da pessoa que será constelada que também é chamado de cliente. As sessões de Constelação são nomeadas de vivências e são conduzidas por meio de um moderador(a), denominado de Constelador(a). Este moderador(a) observará, o funcionamento entre o cliente e as pessoas que estão representando sua família, assumindo uma postura terapêutica na qual se emprega a escuta ativa e a percepção dos sentidos (Storch, 2018).

Ele deverá estar atento não só à fala do cliente, mas ao seu movimento

corporal e suas emoções, a dramatização dos representantes escolhidos pelo constelado e o campo mórfico do cliente. A sessão pode ser realizada em grupo ou de forma individual, na modalidade de grupo, essas pessoas são posicionadas umas em relação às outras, tomando o lugar das pessoas representadas, atuando e expressando os sentimentos desses familiares mesmo que não os conheçam. A modalidade individual ocorre através de bonecos para fazer a representação dos entes familiares e que são posicionados à medida que a Constelação ocorre (Storch, 2018).

Ainda segundo Sami, durante a sessão de Constelação podem surgir situações desconhecidas para o cliente que lhe causam desequilíbrio emocional e podem estar ligados a fatos que ocorreram em gerações anteriores que o próprio cliente não tenha conhecimento. Nesses casos o constelador guia a situação através de palavras e movimentos para que esses emaranhamentos sejam desfeitos, restaurando a ordem, e trazendo de volta o equilíbrio, viabilizando a paz e harmonia nas relações familiares e desfazendo o conflito de forma que não volte a acontecer, pois tratou o problema na sua fonte geradora (Storch, 2018).

4.2 JUSTIFICATIVAS

A Resolução 125/2010 e a 225/2016 do CNJ, juntamente com a lei de mediação e as novas ferramentas trazidas pelo CPC de 2015 validam a necessidade do uso de meios alternativos eficazes para a resolução dos litígios, com isso tem-se a justificativa da inserção da Constelação familiar nos Tribunais brasileiros. A Resolução 125 do CNJ, no entanto, não expressa nada sobre as constelações familiares, apenas reforça a responsabilidade do CNJ e do judiciário em viabilizar esses mecanismos de solução (CNJ, 2010; Soares; Ornelas, 2022).

O CNJ, em abril de 2018, informou que a Constelação familiar era praticada na Justiça brasileira em 16 estados (BA, GO, RO, MS, DF, AL, PE, MT, PA, RJ, SP, RS, SC, MA, AP), e estava de acordo com as práticas que proporcionam tratamento adequado dos conflitos expressos pela Resolução CNJ nº 125/2010, já citada anteriormente. Mesmo não havendo uma regulamentação específica, a Constelação familiar é realizada dentro do trâmite processual e segundo o CNJ,

(2018) tem a intenção de sanar os conflitos, fazendo com que as partes tomem consciência e principalmente com o interesse de que esses casos não voltem a acontecer (Soares; Ornelas, 2022).

Os conflitos levados para serem constelados podem ser dos mais diversos temas, mas de forma geral, tratam sobre questões familiares, como violência doméstica, guarda de filhos, divórcios litigiosos, inventário, adoção e abandono (CNJ, 2018).

O Projeto de Lei nº 9.444/2017, que versa sobre a inclusão da Constelação Sistêmica como uma ferramenta de mediação entre particulares, é uma tentativa de regulamentar essa prática, mas até o momento trata-se apenas de um projeto de lei, não tendo as Constelações Familiares nem o Direito Sistêmico recebido qualquer regulamentação acerca da sua aplicabilidade no judiciário (Brasil, 2017).

4.3 CRÍTICAS QUANTO A APLICABILIDADE

A Constelação familiar apresenta-se como uma saída eficaz para a resolução de conflitos e está sendo cada vez mais difundida, porém não significa que tenha de fato qualidade no método, os autores Lemos Junior, Silva e Cardim (2021), trazem o termo “argumento de multidão” para demonstrar que apesar da baixa densidade teórica sobre o assunto têm-se a sensação de que a prática é comum e amplamente aceita, pois aqueles que a defendem emitem opiniões sem apresentar nenhum tipo de evidências se baseando somente nas figuras de autoridades e instituições que ratificam a sua prática.

Um dos argumentos mais adotados é o suposto aumento no número de acordos proporcionados pela aplicação da Constelação familiar sem analisar a conformidade com a legislação ou qualidade desses acordos, esses dados não foram submetidos a nenhuma análise quantitativa nem qualitativa e não há nenhuma observância longitudinal que comprovem a eficácia desses dados (Lemos Junior; Silva; Cardim, 2021).

Em 2022, o tema foi assunto de discussão no Senado Federal pela Comissão de Assuntos Sociais, que promoveu uma audiência pública para que houvesse maior esclarecimento sobre o assunto e que evidenciou a falta de comprovação científica se mostrando como um conjunto de falácias (Brasil, 2022). Para a constelação familiar ser utilizada como instrumento de aplicação da lei e

incorporada no sistema judiciário, é preciso exigir evidências científicas, porém, o Conselho Federal de Psicologia em nota se manifestou expressamente contra o Projeto de Lei nº 4887/2020 (Câmara dos Deputados), que visa regulamentar a profissão de "constelador familiar sistêmico ou terapeuta sistêmico", E o Conselho Federal de Medicina destacou exatamente a inexistência de resultados e eficácia comprovados cientificamente (CFM, 2018).

Um ponto importante que deve ser ressaltado sobre o uso da Constelação em os casos de vítimas de violência doméstica, o Conselho Federal de Psicologia (2023) alerta sobre a exposição dessas mulheres durante o decorrer da prática pode submetê-las a situações de risco, insegurança e principalmente de revitimização, revisitando traumas e episódios de sofrimento. A técnica, neste contexto, acaba por coagir a vítima para um acordo em uma situação adversa e de fragilidade, o que não seria realizado em outras condições, além de ir contra o disposto na Lei Maria da Penha, que expressamente proíbe os mecanismos de mediação em litígios dessa natureza e conforme a mesma, a mulher tem o direito de ser ouvida em momento oportuno, distante do agressor, notando-se então uma intenção de acabar com o processo judicial a qualquer custo (CFP, 2023).

Ribeiro e Nascimento (2022) O acompanhamento por parte de profissionais devidamente capacitados é extremamente importante pois a Constelação familiar pode desencadear questões emocionais e trazê-las à tona de maneira que não haja um controle sobre essas emoções não apenas para o cliente como também para todos os envolvidos nessa prática.

Como citado anteriormente por Roudinesco (2003), a família é uma instituição que não apresenta um modelo fixo e está em constante mudança. O Conselho Federal de Psicologia (2023) também levanta o fato de que a teoria da Constelação Familiar desenvolvida por Bert Hellinger, as quais o Direito sistêmico se baseia, parece adotar uma concepção de casal e família de bases patriarcais, calcada na heterossexualidade compulsória, que tende a naturalizar a desigualdade de gênero em relações conjugais e familiares, além de servir de base para a exclusão das múltiplas configurações familiares que têm no afeto e no sentimento de pertencimento a sua vinculação. (CFP, 2023).

A Constelação Familiar coloca em alguns momentos o homem em uma relação de poder sobre a mulher, o que, reforça a construção social dos papéis

exercidos previamente estabelecidos. Nas obras de Hellinger, há citações que atribuem às mulheres e aos homens papéis naturalizados e desiguais que cada um deve ocupar e a mudança desses papéis podem causar um desequilíbrio gerando conflitos familiares. Destaca- se também que a Constelação familiar vai na contramão do Estado laico, pois a teoria de Hellinger está enraizada numa concepção cristã e nota-se uma ideia predominantemente política e de extrema direita nas suas obras, em uma delas há um capítulo que traz um poema em homenagem a Adolf Hitler (Vieira, 2020; Ribeiro; Nascimento, 2022).

5. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando o objetivo principal deste trabalho, que é de fazer uma análise crítica quanto a aplicação da Constelação como uma ferramenta para resolver conflitos no Direito de família, pode-se concluir que houve avanços significativos nessa direção sem, entretanto, ter se esgotado o tema.

A seguir, serão retomados os objetivos específicos e as principais descobertas desta pesquisa.

O primeiro objetivo específico foi apontar os conceitos e a origem da Constelação familiar que demonstrou ser uma abordagem terapêutica desenvolvida por Bert Hellinger com base em suas próprias experiências. Hellinger acreditava que, por meio da Constelação familiar, era possível analisar a família como um todo e identificar os padrões que afetam seus membros. Esses padrões são repetições de comportamentos que um membro da família reproduz de forma inconsciente e que podem até mesmo ser herdados de gerações anteriores, mesmo sem haver contato direto entre eles. Hellinger argumentava que esses padrões afetam as relações humanas atuais e desequilibram as dinâmicas familiares.

O segundo objetivo foi expor a aplicação da Constelação familiar no contexto jurídico brasileiro, sua origem e quais as justificativas para a sua aplicação. Foi observado o surgimento do termo "Direito Sistêmico" cunhado pelo juiz Sami Storch, que se baseia nos princípios das "ordens do amor" para aplicar a Constelação familiar no sistema judiciário brasileiro, especialmente nas varas de família. Essa abordagem é justificada pela busca de alternativas mais eficientes e menos burocráticas para resolver conflitos, visando identificar a raiz do problema e

evitar sua repetição. Embora a Resolução nº 125 do CNJ seja usada como base para essa prática, é importante ressaltar que ela não menciona diretamente as constelações familiares.

Outro objetivo deste trabalho foi analisar essa prática como ferramenta de resolução de conflitos no Direito de Família e compreender os possíveis impactos decorrentes. Ficou evidente a falta de embasamento científico e de estudos mais aprofundados sobre o assunto, embora seja apresentada como uma alternativa inovadora para o desafogamento do sistema judiciário, sua natureza pseudocientífica pode gerar situações fora do controle e causar problemas a longo prazo.

No entanto, apesar dessas limitações, a Constelação familiar tem sido divulgada e utilizada em alguns estados do Brasil, apesar da desaprovação do Conselho Federal de Medicina e do Conselho de Psicologia, que não estão de acordo com a sua aplicação, deixando confuso o seu uso mesmo com contra indicações.

As estratégias metodológicas utilizadas neste percurso foram a análise bibliográfica do Código Civil, de dados do CNJ, teses, dissertações e artigos científicos que pautaram seus estudos no tema em questão e ajudaram a atingir os objetivos propostos no início desta pesquisa no que tange a aplicação da Constelação familiar no Direito brasileiro. Após o que foi constatado no presente estudo, identificou-se a necessidade de pesquisas futuras qualitativas e quantitativas que tratem da Constelação familiar que levem ao entendimento da necessidade de uma regulamentação específica, no que se refere ao seu uso como mecanismo para resolução de conflitos e quais os impactos que essa aplicação pode trazer para os envolvidos além de outros achados que possam ser pesquisados e que contribuam de forma significativa para o avanço desse tema que está sendo tão difundido na sociedade e que ainda é pouco discutido juridicamente e cientificamente. É importante ressaltar que o objetivo dessa pesquisa é a análise da Constelação como ferramenta do Direito sem entrar no mérito do seu uso como terapia alternativa.

Portanto, fica evidente a carência de estudos que comprovem sua eficácia e evitem danos ou prejuízos às partes envolvidas. Mesmo que seja promovida como uma abordagem humanizada capaz não apenas de resolver conflitos, mas também

de melhorar as relações familiares, essa prática lida com questões traumáticas que, em alguns casos, podem levar à revitimização e ao constrangimento. Além disso, os dados que afirmam o sucesso dos acordos são baseados apenas na percepção dos seus aplicadores, sem haver um tratamento adequado que comprove esses dados, destacando novamente a falta de embasamento científico.

Embora seja importante buscar alternativas para a resolução de conflitos e aliviar a carga do Poder Judiciário, é fundamental exercer cautela ao utilizar essa ferramenta, considerando não apenas a resolução imediata dos conflitos.

Conclui-se dessa forma baseado nas pesquisas realizadas pela não utilização dessa prática no âmbito do Direito principalmente no Direito de família por não haver comprovações científicas sobre a sua eficácia, havendo outras ferramentas como demonstra o CNJ (2010) que possam ser utilizadas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. Política. **Coleção a obra prima de cada autor**. Trad. Politikón, Pedro Constantin Tolens. São Paulo: Martin Claret, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

_____. Projeto De Lei Pl 9444/2017. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2167164. Acesso em: 25 maio 2023.

_____. Senado Federal. **Requerimento 00010/2020.** 2020. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=8068824&ts=1648153039139&disposition=inline. Acesso em: 25 maio 2023.

CARDOSO, G. M. *et al.* Uma análise histórica do conceito de família: Um estudo da genesis da família até a multiparentalidade e a família constitucionalizada em seu conceito amplo. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, Santo Ângelo, v. 20, n. 37, p. 105-122, maio/ago. 2020.

CFM. Conselho Federal de Medicina. Nota a população e aos médicos- Tema: **incorporação de práticas alternativas pelo SUS**, de 13 de março de 2018.

CFP. Conselho Federal de Psicologia. Nota técnica CFP. **Visa a orientar psicólogas e psicólogos sobre a prática da Constelação Familiar, também denominada Constelações Familiares Sistêmicas.** Nº 1, de 3 de março de 2023.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Constelação Familiar: no firmamento da Justiça em 16 Estados e no DF.** Disponível em: https://www.cnj.jus.br/constelacao-familiar-no-firmamento-da-justica-em-16-estados-e-no-df.

_____.. **Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010.** Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Brasília, DF, 2010.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em números**. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/justica-em-numeros-2022-1.pdf

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Trad. Leandro Konder. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira. (Coleção Perspectivas do homem, v. 99, série ciências sociais), 1984.

FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga; ROSENVALD, Nelson. **Manual de Direito Civil.** Salvador: Editora Juspodivm, 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Manual de Direito Civil.** São Paulo: Saraiva, 2017.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito civil brasileiro:** Direito de Família. Vol. 6, 17ª ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2020.

HELLINGER, Bert. **Ordens do amor.** São Paulo: Cultrix, 2010

HELLINGER, Bert; WEBER, Gunthard; BEAUMONT, Hunter. **A simetria oculta do amor:** por que o amor faz os relacionamentos darem certo. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2008.

_____. **Ordens do amor:** um guia para o trabalho com constelações familiares. Tradução de Newton de Araújo Queiroz. 13ª. reimpressão. São Paulo: Cultrix, 2019.

_____. **Bert Hellinger:** Meu trabalho. Minha vida. A autobiografia do criador da Constelação Familiar**.** Trad. Karina Jannini. São Paulo: Cultrix, 2020.

LEMOS JUNIOR, Eloy Pereira; SILVA, Marcos Alves da; CARDIM, Valéria Silva Galdino. Direito de família e das sucessões I**.** *In:* **Anais...** III Encontro Virtual do CONPEDI. 1: 2021 : Florianópolis, Brasil.

MALUF, Carlos Alberto Dabus; MALUF Adriana Caldas do Rego Freitas Dabus. **Curso de direito de família**. 3. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MORGAN, Lewis Henry. **A sociedade antiga.** 1877.

LESSA NETO, João Luiz. O novo CPC adotou o modelo multiportas!!! E agora?! **Revista de Processo**, vol. 244/2015, p. 441, Jun/2015.

NUNES, J.F. **As Constelações Familiares e o Direito Sistêmico no Brasil:** uma análise da plausibilidade para gerir conflitos. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito, Curso de Mestrado Profissional, Universidade de Araraquara-UNIARA, 2021. 76f.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família:** uma abordagem psicanalítica. 4.a ed. - Rio de Janeiro: Forense, 2012.

RIBEIRO, M. C.; NASCIMENTO, A. M. F. do. Constelação familiar sistêmica: a pseudociência nos tribunais brasileiros. **Conjecturas**, *[S. l.]*, v. 22, n. 8, p. 1181–1199, 2022. Disponível em: http://www.conjecturas.org/index.php/edicoes/article/view/1316. Acesso em: 21 jun. 2023.

ROSA, Amilton Plácido da. Direito Sistêmico: A justiça curativa de soluções profunda e duradoras. **Revista MPE Especial**, ano 2, edição 11, janeiro de 2014, pp.50-57.

ROUDINESCO, Élisabeth. **A Família em Desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

STORCH, Sami. **O que é o direito sistêmico**? Artigo publicado no blog Direito Sistêmico em 29 nov. 2010. http://direitosistemico.wordpress.com/2010/11/29/o-que-e-direito-sistemico/. Acesso em: 20 maio 2023.

STORCH, Sami. Direito Sistêmico: primeiras experiências com constelações no judiciário. Filosofia, P**ensamento e Prática das Constelações Sistêmicas**, nº 4. São Paulo: Conexão Sistêmica, 2015.

VASCONCELLOS, M. M. Direito Sistêmico: Prática sistêmico-fenomenológica como meio alternativo de resolução de conflitos capaz de efetivar a garantia constitucional do acesso à justiça**. lex Humana**, [S. l.], v. 15, n. 1, p. 180–203, 2023. Disponível em: https://seer.ucp.br/seer/index.php/LexHumana/article/view/2402. Acesso em: 18 maio. 2023.

VIANA, Ana Paula Gomes dos Santos. **Direito sistêmico como o método consensual para resolução de conflitos no direito de família.** 2019.

VIEIRA, A. C. **"Constelar para Transformar":** Um estudo de caso da constelação sistêmica em processos de violência doméstica contra as mulheres. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2020.

VILASBOAS, L. C. O novo conceito de família e sua desbiologização no direito brasileiro. **Revista Artigos.com,** v. 13, e2864, 2020.

COMPARAÇÃO DA ARANEOFAUNA EM DOIS ESTRATOS DE FLORESTA NO PARQUE ECOLÓGICO UNIVERSITÁRIO, UCSAL: ANÁLISE PRELIMINAR

Maria Clara Viana Santos [1]

Lis Alves Alencar[2]

Rafael Góes Jansen[3]

Leandro Pereira da Cruz[4]

Kátia R. Benati[5]

RESUMO

Aranhas são animais que desempenham um papel importante como predadores secundários na macrofauna terrestre. Sua distribuição e comportamento são moldados por fatores ambientais, sendo a serrapilheira, uma camada superficial do solo, um dos principais. No estudo conduzido no Parque Metropolitano de Pituaçu e Parque Universitário Ecológico em Salvador, Bahia, foram adotados dois métodos de amostragem em 10 pontos aleatórios. Nos arbustos, utilizou-se o método do guarda-chuva entomológico, enquanto na serrapilheira foram coletadas amostras de 1m². No total, 97 aranhas de 13 famílias foram coletadas, com a maioria (n=10) encontrada nos arbustos. As famílias Anyphaenidae e Salticidae dominaram os arbustos, enquanto a família Zodariidae prevaleceu na serrapilheira. Esta última é conhecida por predar formigas, comuns na serrapilheira. Apesar do baixo número de indivíduos coletados nos dois estratos, a serrapilheira apresentou menor número de indivíduos quando comparada a região arbustiva. Considerando que a região amostrada sofre forte influência antrópica, os resultados iniciais sugerem que as atividades humanas, como a perturbação da serrapilheira, influenciam negativamente as comunidades de aranhas, especialmente nesse estrato. Esta camada não apenas abriga mais de 40% da biodiversidade de aranhas, mas é vital para a saúde da floresta, regulando a temperatura e umidade do solo. Em contraste, os estratos arbustivos, embora mais perturbados, abrigavam uma maior diversidade de aranhas. Esses achados preliminares reforçam a necessidade de estudos adicionais para entender a extensão completa do impacto humano nas comunidades de aranhas desses habitats

Palavras-chave: Fragmento urbano. Arachnida. Biodiversidade.

[1] *Estudante do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Bahia, Membro do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA/UCSAL) Mariaclaraviana.santos@ucsal.edu.br*

[2] *Estudante do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Bahia, Membro do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA/UCSAL) Liis.alencar@ucsal.edu.br*

[3] *Graduado em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador, Membro do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA/UCSAL) e-mail: Rafael.jansen@ucsal.edu.br*

[4] *Estudante do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), Bahia, Membro do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA/UCSAL) Leandro.cruz@ucsal.edu.br*;

[5] *Doutora em Ecologia, Docente do Curso de Ciências Biológicas e do Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Pesquisadora do Centro de Ecologia e Conservação Animal (ECOA/UCSAL), Bahia, Brasil, katia.benati@pro.ucsal.br*

1. INTRODUÇÃO

As aranhas são artrópodes quelicerados que integram a classe Arachnida e ordem Araneae (Brusca; Brusca, 1990). Estes animais são definidos como um grupo megadiverso, com 51.444 espécies descritas até o momento (WSC, 2023) e habitam uma porção significativa de ambientes no planeta, com exceção dos pólos e oceanos (Platnick, 1995). Esses animais formam um grupo importante da macrofauna terrestre, atuando como predadores intermediários e regulando as populações de níveis tróficos inferiores. A serrapilheira é a camada mais superficial do solo e seu acúmulo é influenciado por uma variedade de fatores. Estes incluem a origem da serrapilheira, a cobertura florestal, o estágio sucessional e a idade da floresta (Godinho *et al.,* 2014).

Outros fatores que afetam o acúmulo de serapilheira incluem condições edafoclimáticas e hídricas, condições climáticas, características do local, sub-bosque, manejo silvicultural, proporção de copa e taxa de decomposição. Distúrbios naturais como incêndios e ataques de insetos, ou distúrbios artificiais como a remoção da serapilheira e cultivos, também podem influenciar o acúmulo de serapilheira na floresta (Caldeira *et al*., 2008). As aranhas são sensíveis às alterações do habitat, a influência da composição das comunidades de aranhas de serrapilheira são afetadas pela complexidade, profundidade e cobertura da serrapilheira (Benati *et al.,* 2010). O arbusto é uma planta lenhosa, podendo ser categorizada por características estruturais, altura e cobertura da folhagem, servindo como habitat para diversas famílias de aranhas, já que a uma preferência por vegetação baixa e arbustos (Rodrigues, 2011; Flórez, 1998.) Nos arbustos foi utilizado o método de coleta com guarda-chuva entomológico, foram estudados ambientes com diferentes graus de perturbações antrópicas.

A distribuição e a densidade populacional desses aracnídeos são resultadas de múltiplos fatores ambientais, como temperatura, umidade, vento, intensidade luminosa, estrutura do habitat e disponibilidade de recursos. Uetz (1991) destaca que aranhas forrageadoras e construtoras de teia são particularmente sensíveis a pequenas variações no habitat, como a complexidade, a profundidade da serrapilheira e as condições microclimáticas. Em ambientes urbanos, a composição das comunidades de aranhas em florestas tropicais pode ser afetada pela modificação na estrutura do habitat (Alves *et al*. (2006).

Fragmentos florestais urbanos desempenham um papel crucial como abrigo para uma variedade de animais (Guimarães *et al*., 2013). As aranhas representam um grupo em espécies que apresentam altos níveis de especificidade com relação ao ambiente que ocupam, sendo sensíveis ao menor nível de modificação do habitat. Tais alterações agem diretamente sob a assembleia de aranhas, podendo haver inferência na diversidade local (Cardoso *et al.* 2004). Essas características definem esse animais como bioindicadores para avaliação do estado de conservação de fragmentos florestais, auxiliando na avaliação dos efeitos causados pelos impactos antrópicos gerados pelos grandes centros urbanos, como o efeito de borda, que impactam na redução da diversidade local, favorecendo espécies mais generalistas e sinantrópicas. O efeito de borda está entre um dos mais evidentes e significativos fatores que atuam sobre o PMP (Alves *et al*., 2006), que é um dos maiores fragmentos de mata atlântica de Salvador, Bahia.

Com base no exposto, este estudo tem como objetivo comparar as famílias de aranhas de dois estratos de um trecho de mata, a fim de analisar de forma preliminar se a ação antrópica e interferências nos habitats exerce algum impacto na diversidade e abundância desses animais.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 ÁREA DE ESTUDO

O Parque Metropolitano de Pituaçu (PMP), localiza-se no município de Salvador, entre as coordenadas geográficas 12°56´00S e 38°24´00W (ALVES *et al*., 2006). O PMP possui 392 hectares e está inserido sob domínio morfoclimático da Mata Atlântica, que vem sofrendo Efeito de Borda (EB).

O Parque Universitário Ecológico (PEU) da Universidade Católica de Salvador (UCSal) faz parte do PMP, com uma área de 30 hectares de mata atlântica. O PEU tem como objetivo promover a conservação da área verde que circunda o campus (Lira, 2016).

Figura 1 – Imagem de satélite retirada do Google Earth do Parque Ecológico Universitário (PEU) e Parque Metropolitano de Pituaçu (PMP).

2.2 ESTRATÉGIA DE AMOSTRAGEM

Foram selecionados aleatoriamente 10 pontos de amostragem de estratos de arbustivos e serrapilheira, onde foram utilizados dois métodos de amostragem. Para a coleta nos arbustos foi utilizado o método do Batedor ou guarda-chuva entomológico, o qual consiste de um tecido branco de 1m², aberto com uso de canos guias nas laterais. O método consistiu em duas pessoas segurando o guarda-chuva a uma altura que cobrisse uma maior área de queda, a qual variava de acordo com as características de cada arbustos. Dessa maneira, uma pessoa segurava o guarda-chuva, enquanto a outra balançava os arbustos para que os animais pudessem cair no guarda-chuva e outras duas pessoas coletavam os animais que iam caindo com o auxílio de pinças. Esta adaptação facilitou a inclusão de arbustos maiores na coleta, por possuir uma área útil de lençol mais ampla, tornando possível a coleta de um número maior de indivíduos por arbustos. Em cada ponto foram amostrados 3 arbustos com até 2m de altura, que foram considerados uma unidade amostral. Os animais que caíram no tecido foram

acondicionados em tubos *Falcon* contendo álcool 70% para conservação do material.

Para a coleta de serrapilheira, foram coletadas 10 amostras de 1m² em cada unidade amostral, próximo dos arbustos selecionados para o método do Guarda-chuva entomológico. A medida da área de 1m² foi definida com auxílio de um quadro de madeira da mesma medida e com o auxílio de luvas de raspa, a serapilheira foi transferida para uma peneira de malha 0,5 mm, onde foi peneirada durante três minutos. O material separado foi acondicionado em sacos de pano para a posterior transferência. Para extração dos animais do particulado, utilizamos extratores *Winkler* por 72 horas. Todo o material coletado foi levado e armazenado no laboratório de zoologia da Universidade Católica do Salvador, onde foram triados e acondicionados em tubos *Falcon* contendo álcool 70%. Os animais foram identificados a nível de família, utilizando como base a chave de identificação de Araneomorphae de autoria de Brescovit, Rheims e Bonaldo.

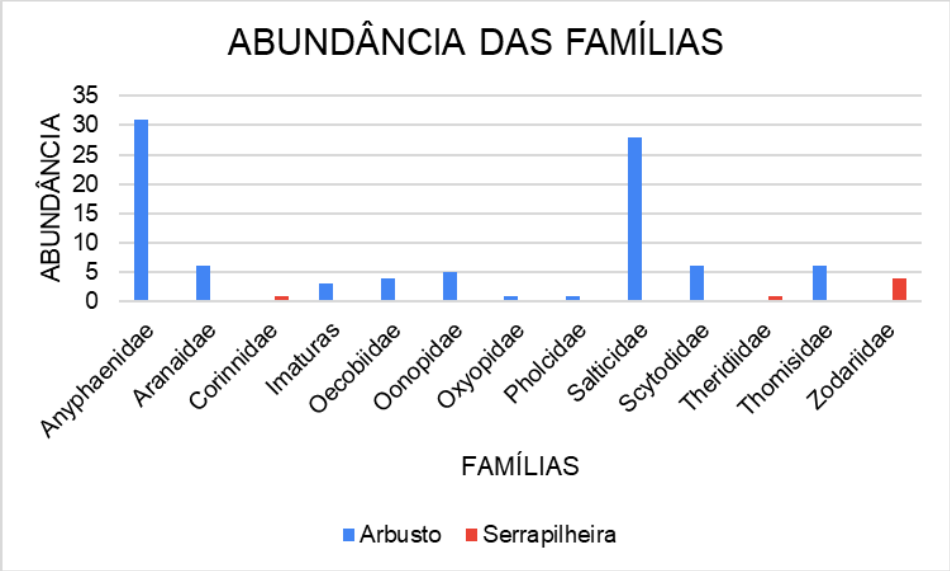
Em todos os pontos foram aplicados os mesmos métodos e duração na coleta, para não ocorrer desproporção nos resultados.

2.3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram coletadas 97 aranhas distribuídas em 13 famílias no total. Destes, 91 indivíduos, distribuídos em 10 famílias foram encontrados nos arbustos. As famílias mais abundantes nesse estrato, foram Anyphaenidae (n=31) e Salticidae (n=28), que representaram 64,84% das aranhas coletadas em estratos arbustivos, sendo essas duas famílias representantes de 60,82% dos organismos coletados em toda amostra. Segundo Höfer e Brescovit, (2001) existem ao todo 12 guildas para aranhas, sendo as famílias Salticidae e Anyphaenidae classificadas como caçadoras ativas, que seguem ativamente em buscas de presas. Nos pontos de serrapilheira foram encontradas 6 aranhas, distribuídas em 03 famílias, sendo que a família Zodariidae (Thorell, 1881) representou 66,6% das aranhas encontradas nesse substrato. As famílias da serrapilheira, representaram 6,19% da amostra total de organismos coletados (Gráfico 1). A família Zodariidae é composta por aranhas de forrageamento comumente encontradas na serrapilheira (Dias, 2009) . Esta

família possui característica mirmecófaga, sendo o solo um ambiente favorável para algumas espécies de formiga, a presença da família no estrato pode ser reflexo do forrageio de predação das formigas (Gonzaga *et al*., 2007).

Gráfico 1: Abundância das famílias de aranha encontradas nos arbustos e serrapilheira do Parque Ecológico Universitário, UCSAL.



Os resultados da triagem da serrapilheira foram muito abaixo do esperado, corroborando com a hipótese de que araneofauna da serrapilheira pode estar sendo afetada pela antropização na área do PEU, causado por variações no habitat, segundo a literatura de Uetz (1991). Durante o período da coleta, que ocorreu em Maio de 2023, muitas interferências humanas estavam ocorrendo na área do estudo, um grande número de estudos estava sendo feito com a retirada ou manejo da serrapilheira. A influência da profundidade da serrapilheira afeta a comunidade da araneofauna, além de fatores bióticos e abióticos (Farina-Junior, 2013). Durante o período citado, acredita-se que a constante interferência impediu o processo de estratificação vertical na serrapilheira, causando uma perturbação no habitat dos aracnídeos que vivem ali. Esses fatores podem explicar o baixo número de indivíduos coletados por esse método, já que a serrapilheira fornece um ambiente propício, oferecendo refúgios e uma ampla variedade de recursos alimentares para esses animais. Além disso, ela é vital para a ecologia da floresta,

pois minimiza a amplitude térmica, mantém uma umidade elevada estável e os nutrientes no solo (Benati *et al*., 2011). Em contrapartida, na coleta dos estratos arbustivos, houve um maior número de indivíduos coletados, indicando que ações antrópicas podem afetar de maneiras diferentes as aranhas localizadas nos estratos arbustivos e as aranhas encontradas na serrapilheira podendo representar a causa da alteração em seu comportamento, a hipótese de interferências antrópicas na distribuição e diversidade dessas aranhas, visto que as mudanças e a presença de ações antrópicas alteram o comportamento das comunidades das mesmas, nos pontos de estratos arbustivos, onde foram encontrados a maior abundância e diversidade, foi observado uma maior interferência de ações antrópicas, nos estratos de serrapilheira uma maior perturbação ou perda do habitat.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados são preliminares e sugerimos que mais amostras sejam coletadas para identificar se a podem ter sido afetadas pela antropização na área. Além disso, o ambiente era um “bordão” e a serrapilheira do ambiente pode ter sua abundância e riqueza alteradas, o que levou ao levantamento da hipótese de que a interferência da iluminação artificial possa ter realizado uma mudança de habitat dos insetos que servem de alimento para as aranhas, causando uma mudança de comportamento nas mesmas, preferindo áreas mais próximas à iluminações artificiais, o que não é comum de aranhas, pois, apresentam fototropismo negativo, porém a disponibilidade de alimento faria com que as famílias mudassem seu comportamento, como previsto no início do estudo e o exílio das aranhas da serrapilheira por perda de habitat causado por alterações na profundidade do folhiço.

Além da altura do estrato arbustivo, variáveis ambientais e profundidade da serrapilheira, é provável que outros fatores não avaliados neste estudo estejam influenciando a dinâmica da comunidade das aranhas, entretanto, é sugerido que nos próximos estudos sejam feitas as coletas das variáveis nos ambientes.

AGRADECIMENTOS

A Universidade Católica do Salvador, por fornecer o Parque Ecológico Universitário (PEU), o laboratório para a realização da pesquisa, ao Centro de Ecologia e Conservação (ECOA) por todo apoio logístico e infraestrutura disponibilizados para a realização deste trabalho e aos monitores e professora das disciplinas aos monitores das disciplinas de "Métodos de Campo" e "Fundamentos em Ecologia" por terem nos orientado durante a elaboração deste presente trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, A. *et al.* **Estudo das comunidades de aranhas (Arachnida: Araneae) em ambiente de Mata Atlântica no Parque Metropolitano de Pituaçu - PMP, Salvador, Bahia.** Disponível em: https://www.scielo.br/j/bn/a/jQW5bjcCWZkqQkwfW9nQyZy/?lang=pt. Acesso em: 23 jun. 2023.

BENATI, K. *et al.* **Influência da estrutura de hábitat sobre aranhas (Araneae) de serrapilheira em dois pequenos fragmentos de mata atlântica**. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRUSCA, R. C.; BRUSCA, G. J. Invertebrates. Sunderland. Massachusetts, USA: **Sinauer Associates Inc. Publishers**, 1990. 922 p.

CALDEIRA, M. V. W. *et al.* **Quantificação de serapilheira e de nutrientes em uma Floresta Ombrófila Densa**. mar. 2008. Disponível em: https://www.redalyc.org/pdf/4457/445744087006.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

CARDOSO, P.; SILVA, I.; DE OLIVEIRA; N. G.; SERRANO, A. R. M. Indicator taxa of spider (Araneae) diversity and their efficiency in conservation. **Biological Conservation**, 120 (4), 517-524, 2004.

DIAS, S. C*. et al.* Refining the establishment of guilds in Neotropical spiders (Arachnida: Araneae). **Journal of Natural History**, v. 44, n. 3-4, p. 219-239, 2009.

FARINA-JUNIOR, O. "Araneofauna de Serrapilheira: Influência Da Profundidade Do Folhiço E Presença de Artrópodes." **Revista Científica Do Centro Universitário de Jales**, 2013, reuni.unijales.edu.br/edicoes/10/araneofauna-de-serrapilheira-influencia-da-profundidade-do-folhico-e-presenca-de-artropodes.pdf. Acesso: 11 Set. 2023.

GODINHO, T. *et al*. Quantificação de biomassa e nutrientes na serapilheira acumulada em trecho de Floresta Estacional Semidecidual Submontana, ES. **Cerne**, v. 20, p. 11-20, 2014.Disponível em: https://www.scielo.br/j/cerne/a/XJBGn9yVhd8rcQbRwzGdDDw/. Acesso em: 11 set. 2023.

GONZAGA, M. O. *et al*, (org.). **Ecologia e comportamento de aranhas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2007. 400 p.

GUIMARÃES, M*. et al*. **Assembléia de formigas de serrapilheira em três fragmentos** florestais de salvador, Bahia. Disponível em: http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/biociencias/article/view/1205. Acesso em: 26 jun. 2023.

LIRA, S. **Trilha ecológica interpretativa no parque ecológico no campus da ucsal em Pituaçu Salvador-Bahia.** Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/123456730/317/3/SELMA%20CRISTINA%20DE%20JESUS%20SILVA%20LIRA.pdf. Acesso em: 23 jun. 2023.

OLIVEIRA-ALVES, A*. et al*. Estudo das comunidades de aranhas (Arachnida: Araneae) em ambiente de mata atlântica no parque metropolitano de Pituaçu-PMP, Salvador, Bahia. **Biota Neotropica**, v. 5, p. 91-98, 2005.

PATUCCI, N. N. *et al.* Bioindicadores edáficos de fragmentos florestais urbanos da cidade de São Paulo (SP). **Revista do departamento de geografia**, v. 36, p. 77-90, 2018.

PLATNICK, N. I. An abundance of spiders. Natural Histology, 1995 World Spider Catalog (2023). **World Spider Catalog**. Version 24. Natural History Museum Bern, online at http://wsc.nmbe.ch, Acesso em: 04 maio 2023.

RODRIGUES, E. N. L. **Composição e estrutura da fauna araneológica (Arachnida, Araneae) associada ao estrato arbóreo-arbustivo de matas ciliares e seus microambientes no Rio Grande do Sul**. Orientador: Dr. Milton de Souza Mendonça Jr. 2011. 254 p. Tese doutorado (Doutor em Biologia Animal) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

SENA, Daniela Uzel *et al*. Composição e guildas de aranhas (Arachnida: Araneae) em copas de um fragmento florestal urbano, Salvador, Bahia, Brasil. **Revista Biociências**, v. 16, n. 1, 2010.Disponível em: http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/biociencias/article/view/1103. Acesso em: 26 jan. 2023.

UETZ, George W. The influence of variation in litter habitats on spider communities. **Oecologia**, v. 40, p. 29-42, 1979.

UETZ, G. W. 1991. Habitat structure and spider foraging. In: S.S. Bell, E.D. McCoy, H.R. Mushinsky Habitat structure: The physical arrangement of objects in space, eds., pp. 325-348. London, Chapman and hall. WISE, D. H. 1993. **Spiders in ecological webs**. Cambridge University Press, Cambridge, U.K.

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: análise social de intervenções urbanas no bairro do Lobato, em Salvador (BA)

Elisabete da Cruz Ferreira [1]
Fernando Barreto Nunes Filho [2]
Julia Barbosa Neves[3]

RESUMO

O bairro do Lobato, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA), dispõe de um pedaço de areia de 400 m (prainha), que faz parte da Enseada dos Tainheiros; nesse local, a Prefeitura de Salvador realizou uma requalificação, com a implantação de pavimentação de piso intertravado, mobiliário urbano, iluminação pública e recuperação da praça. Provavelmente associada a essa intervenção, a Prefeitura estimulou e apoiou a implantação de uma marina no terreno de uma antiga Fábrica de Mamona. Por outro lado, o bairro do Lobato, conhecido por ser o local do primeiro poço de petróleo do Brasil (1939), foi objeto da urbanização da área de Alagados, um assentamento cantado em prosa e verso. Atualmente, problemas ocasionados pela execução das obras daquele antigo projeto de urbanização permanecem e prejudicam os moradores do bairro. O objetivo desse artigo é analisar as novas intervenções que aconteceram no bairro simultaneamente com uma série de ocorrências que estão associadas ao aterro para as obras de Alagados. Para tal, foram consultados artigos e dissertações que utilizaram esse bairro como objeto, juntamente com visitas ao local; essas visitas foram facilitadas pelo fato de que um dos autores já residiu no local, no qual ainda tem familiares.

Palavras-chave: Intervenções urbanas. Alagados. Bairro do Lobato.

1 INTRODUÇÃO

Conhecido por ser o local do primeiro poço de petróleo do Brasil (1939), o bairro do Lobato, localizado no Subúrbio Ferroviário de Salvador (BA), cresceu com os mesmos problemas de segurança e de infraestrutura urbana que caracterizam os bairros dessa região da cidade. Nos anos 70 o bairro voltou a frequentar as

[1]Graduada em Engenharia Civil pela Universidade Católica do Salvador (2022) (e-mail: elisabeteferreira1993@gmail.com).
[2] Professor do curso de Engenharia civil (UCSAL), Doutor em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em Economia (UFBA), graduado em Engenharia Elétrica (UFBA); e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br
[3] Professora do curso de Engenharia civil (UCSAL), Mestre em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Estadual de Feira de Santana, (UEFS), graduada em Engenharia Civil (UFBA); e-mail: julia.neves@ucsal.br

manchetes dos jornais devido à urbanização da área de Alagados, um assentamento cantado em prosa e verso.

Lobato é um bairro antigo de Salvador com a predominância das classes sociais menos favorecidas economicamente está em concomitância com a carência de infraestrutura local. Recentemente foram realizadas várias intervenções urbanas, tais como, a “requalificação” da Orla da Prainha e a construção de uma marina com recursos internacionais. Essas intervenções resultaram em uma melhoria da qualidade de vida dos moradores do bairro do Lobato?

Por outro lado, os antigos problemas gerados pela construção do aterro de Alagados estão retornando através de infiltrações nas residências e afloramentos de água nas ruas do bairro. Provavelmente a causa principal está associada ao modo construtivo do aterro, no início da ocupação, em um processo muito próximo daquele realizado em um aterro sanitário. Em termos de engenharia, o entulho não é considerado um material adequado para pavimentação, aterro ou preenchimento de vala. Isso porque o aterro exige uma compactação homogênea e coesa, ou seja, uniformidade do material sem espaços vazios que possam elevar o risco de fraturas ou recalques. Em outras palavras, os problemas antigos em relação ao aterro retornam ao cotidiano dos moradores.

O objetivo desse trabalho é realizar uma análise social das intervenções realizadas no bairro de Lobato, em Salvador (BA), destacando questões físicas, culturais e sociais, que geraram uma proposta de intervenção, a fim de que o bairro tenha como prioridade as pessoas que ali residem, trabalham ou circulam. Serão descritas, também, ocorrências devidas á antigos problemas de execução do aterro inicial.

Como método da pesquisa, foram consultados artigos e dissertações que utilizaram esse bairro como objeto, juntamente com visitas ao local; essas visitas foram facilitadas pelo fato de que um dos autores já residiu no local, no qual ainda tem familiares

2 INTERVENÇÕES URBANAS

O Plano Diretor se constitui como um instrumento de lei de extrema importância para a política de desenvolvimento e expansão urbana do território de

um município. Sua obrigatoriedade de implementação foi instituída a partir da Constituição Federal de 1988, no capítulo relativo à Política Urbana. Em Salvador, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município (PDDU), atualmente em vigor, foi aprovado pela Lei Municipal nº 9.069 e se constitui como o instrumento legal que define as diretrizes para o planejamento urbano da cidade (Cruz, 2020)

O PDDU integra o Plano Salvador 500, que se propõe a constituir-se em uma visão estratégica de longo prazo para o Município (até 2049), mantendo uma coordenação direta com o Planejamento Metropolitano. O princípio que rege a Política Urbana do Município de Salvador, de acordo com a Lei nº 9.069 (Salvador, 2016, p. 03) que dispõe sobre o PDDU, afirma que:

> §1º A função social da cidade no Município de Salvador corresponde ao direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento básico, à segurança, à infraestrutura, aos serviços públicos, à mobilidade urbana, ao acesso universal a espaços e equipamentos públicos e de uso público, à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à produção econômica. (Salvador, 2016)

Dentre os objetivos da Política Urbana do Município de Salvador (2016, p. 4), de acordo com o PDDU no Art. 11, tem-se:

> I - elevar a qualidade de vida da população soteropolitana, especialmente no que se refere ao acesso à [...] moradia digna, ao saneamento básico, à mobilidade urbana, à infraestrutura e aos serviços públicos [...]
> IV - garantir, em todos os bairros, o acesso da população aos equipamentos sociais, à infraestrutura e aos serviços urbanos; [...]
> [...]
> VII - reduzir a necessidade de deslocamento, equilibrando a relação entre os locais de emprego e de moradia, estimulando novas centralidades e requalificando as existentes;
> IX- equacionar as demandas do crescimento urbano com a capacidade da infraestrutura instalada e planejada, evitando a saturação precoce das redes e a impossibilidade de atendimento à população;
> X - promover a regularização e a urbanização de assentamentos precários; (Salvador, 2016)

A abrangência dos objetivos desse plano em um município com as carências e desigualdades como Salvador, constitui-se em um programa que exige recursos que estão acima da capacidade de arrecadação municipal.

3 O BAIRRO DO LOBATO: CONTEXTO HISTÓRICO E ALAGADOS

O bairro dos Alagados, foi estabelecido em uma região de manguezal, e para que isso fosse possível foram feitas palafitas, que possibilitaram a construção das

casas. O bairro dos Alagados está localizado na Península de Itapagipe. A baía de Itapagipe compreende uma região maior do que essa península e banha alguns bairros do Subúrbio Ferroviário, entre eles Lobato, Plataforma e São João do Cabrito.

3.1 CONTEXTO HISTÓRICO

O bairro do Lobato, um dos bairros do Subúrbio Ferroviário, banhado pela baía de Itapagipe, faz parte dos núcleos Alto do Cabrito e Boa Vista do Lobato. Ele está situado ao norte do bairro de São Caetano; ao nível do mar atravessa a Avenida Suburbana e a linha Férrea Federal.

Figura 1 - Localização Lobato

Fonte: ENCONTRA BRASIL – Lobato

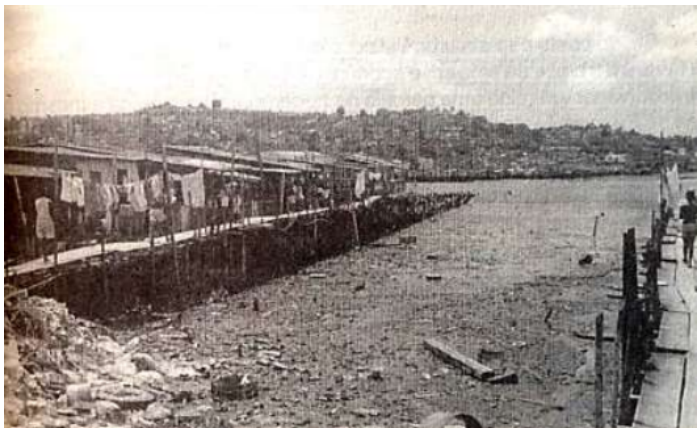
O mais importante evento da economia regional na primeira metade do século XX, conforme Andrade e Brandão (2009, p. 68) foi a descoberta de petróleo no atual bairro do Lobato, em Salvador (1939). Em comemoração à descoberta do primeiro poço de petróleo no Brasil, foi instalado no local um monumento que praticamente desapareceu no meio das construções irregulares. Nos primeiros anos do século XXI, conforme Andrade e Brandão (2009) a Petrobras desenvolveu um projeto de recuperação e embelezamento da área. Atualmente, o marco transformou-se numa praça abandonada, com pouco significado para os moradores do local; o “cavalo de pau” — equipamento usado para extração de óleo — no meio do mato e com sinais de ferrugem é utilizado como brinquedo pelas crianças da região

O bairro do Lobato foi constituído originalmente por assentamentos e loteamentos regulares e, ao longo dos anos do processo de ocupação urbana,

instalou-se ao seu redor e, sobretudo, sobre a área limítrofe da baía, mediante aterros irregulares, uma série de assentamentos espontâneos, desprovida de infraestrutura urbana adequada, tais como esgotamento sanitário e drenagem urbana. (Cruz, 2020, p. 115)

A ocupação irregular na região consolidou-se no famoso “Alagados”, um conglomerado urbano localizado na Enseada dos Tainheiros, composto por cinco áreas que em comum a construção de casas de madeiras sobre palafitas em áreas alagadiças, conforme ilustrado na figura 2:

Figura 2 - Palafitas nos Alagados no final da década de 1940



Fonte: Sampaio (1999, p. 93)

O chamado Alagados compreendia parte dos bairros de Massaranduba – que abrigava os aglomerados de Baixa do Petróleo e Mangueira onde se deu início ao processo de ocupação de Alagados no ano de 1946; Jardim Cruzeiro - onde se situa a chamada invasão de Caminho de Areia, posteriormente denominada Vila Rui Barbosa que sofreu um processo de invasão no ano de 1949; Itapagipe – palco das ocupações em 1942; Uruguai – ocupação iniciada nos começo dos anos 50 e Lobato – mais especificamente a península de Joanes, limite norte de Enseada dos Tainheiros e início da Avenida Suburbana, também palco de ocupações que datam do início da década de 50. (Carvalho, 2002)

A construção de moradias em Alagados foi um processo gradual e lento que envolveu não somente a construção de barracos em palafitas, mas também as pontes que as interligavam e, em seguida, os aterros das áreas alagadiças onde surgiam as casas: Tudo se deu, até a década de 1970, exclusivamente por ‘mão’

dos moradores, mediante a prática referida como autoconstrução. Programas ligados a políticas públicas de melhoria urbana e habitação intervieram na região a partir da década de 70 e nunca substituíram completamente a ação contínua dos moradores e de novos ocupantes. (Volpini, 2017, p. 84)

Ainda, segundo essa autora, “a atividade de autoconstrução de palafitas, pontes, aterros, é hoje celebrada como “luta” e tem um valor quase mítico [...] a organização coletiva necessária para ocupar, construir e defender-se das remoções forçadas pelo poder público [...]” (Volpini, 2002, p. 85)

Figura 3 - Alagados antes x depois

Fonte: Salomão (2011)

Na figura anterior temos uma foto do bairro de Alagados quando foram construídas as casas de palafitas. As primeiras palafitas foram construídas no final da década de 1940, após 30 anos foram consideradas a maior favela brasileira com cerca de 85.000 moradores. Em 1991 o Brasil recebeu o papa João Paulo II e em Salvador ele visitou os Alagados, o que inicia um olhar para a precariedade da região, de lá para cá, ao longo dos anos as casas de palafitas foram sendo substituídas. Na segunda foto em 2002, o Conjunto Península do Joanes.

3.2 PDDU LOBATO

No PDDU de 2016, dentre os artigos que legislam especificamente sobre o bairro do Lobato, destaca-se o artigo 145,

> A Microáreas de Reestruturação da Borda da Baía de Todos os Santos se define como estratégica para o desenvolvimento urbano de Salvador por sua posição geográfica em relação à Baía de Todos os Santos e à Baía de Aratu, que apresentam condições propícias para atividades náuticas e portuárias e outras relacionadas à economia do mar, mas, também, pela necessidade do resgate urbanístico, econômico e social dos bairros que formam conjuntamente um extenso bolsão de pobreza, no qual são deficitárias as redes de infraestrutura e a provisão de equipamentos e serviços públicos, configurando um quadro de grande vulnerabilidade urbanística e social. (Salvador, 2016)

A Macroárea referida no PDDU corresponde ao Subúrbio Ferroviário, que vai de Lobato à São Tomé de Paripe, área na qual predominam casas residenciais com padrão de renda média para baixa. O artigo 146 destaca o papel do Subúrbio Ferroviário, que engloba o bairro do Lobato relativo à implementação de investimentos em infraestrutura urbana, regularização fundiária, habitação de interesse social, dentre outros que impulsionem o desenvolvimento local

> Art. 146. A Macroárea de Reestruturação da Borda da Baía de Todos os Santos tem como objetivo geral reestruturar os espaços ocupados e ainda vazios, com foco em reduzir os quadros de segregação socioespacial, concentração de pobreza, precariedade habitacional, altos índices de violência, baixa oportunidade de emprego, alto grau de degradação ambiental das áreas de preservação e das praias e deficiência de infraestrutura, equipamentos sociais e serviços urbanos. (Salvador, 2016, p. 75).

Ademais, sob o ponto de vista da habitação, o bairro do Lobato, de acordo com o PDDU, se enquadra como ZEIS 1, que abrange assentamentos precários – favelas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais irregulares onde destaca-se o artigo 67º, que institui sobre a urbanização de assentamentos precários e definem uma série de obrigatoriedades ao setor público no tocante à implantação de infraestrutura, oferta de serviços públicos e condições de mobilidade e acessibilidade adequados. Quando necessário, prevê o reassentamento das famílias a serem removidas a habitação de interesse social (Salvador, 2016, p. 34).

4 ANÁLISE DE INTERVENÇÕES URBANAS NA COMUNIDADE DO LOBATO

Desde as obras de urbanização da área de Alagados, novas intervenções foram realizadas no bairro de Lobato: a recuperação da Prainha, uma área de lazer dos moradores, e a implantação de uma marina no terreno da antiga Fábrica de Mamona. Simultaneamente a essas intervenções, as residências implantadas no aterro das obras de Alagados estão apresentando uma série de ocorrências de infiltração de água. Nesse item, essas intervenções são abordadas e analisadas sob a ótica dos moradores do Lobato.

4.1 REQUALIFICAÇÃO DA “PRAINHA”

A Prainha do Lobato é uma pequena extensão de 400 metros, coberta de areia, localizada em uma das margens no fundo da baía de Itapagipe. Destoando das outras margens dessa pequena baía, que são cobertas por lama, a Prainha era utilizada como ponto de encontro dos moradores.

Figura 4- Prainha do Lobato - localização

Fonte: www.google.com/maps/@-12.9214336,-38.4908846,600m/data=!3m1!1e3

A requalificação da prainha do Lobato foi entregue pela Prefeitura em 28 de agosto de 2020, contendo área verde, quiosques, mesas de jogos, equipamentos de ginástica, rampas de acesso, bancos e vagas de estacionamento (SANTOS, 2020). A Figura 5 ilustra as intervenções feitas no local:

Figura 5 Requalificação da “Prainha”

Fonte: autoria própria

Sem dúvidas que as melhorias no local valorizaram a área enquanto ponto de encontro de moradores. Essa avaliação independe do fato da motivação da reforma ter sido direcionada para “humanizar” visualmente o acesso para a Marina Salvador. Em acréscimo, devido a criação da marina no local, a movimentação das embarcações pode atrapalhar pescadores e marisqueiras que trabalham no local quando a maré está baixa.

4.2 IMPLANTAÇÃO DA SALVADOR MARINA

O terreno da antiga Fábrica de mamona Sambra (atual Bom Brasil), localizado na rua Voluntários da Pátria, nas margens da enseada dos Tainheiros no bairro do Lobato, foi comprado por um Fundo Financeiro Internacional para a implantação de um complexo náutico - marina e um empreendimento imobiliário.

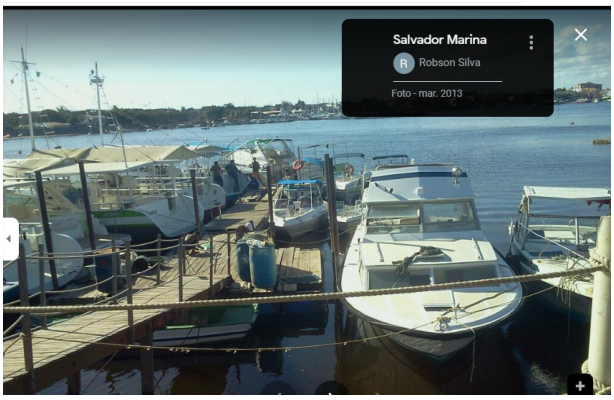
Figura 6- Salvador Marina - localização

Fonte: Luciano Alves (autor)

Segundo o empresário Luiz Antônio, em reportagem para os jornais locais, o que atraiu o interesse do Fundo Internacional foi o mercado náutico em Salvador, que apresenta uma baixa oferta de vagas para barcos. Naquela ocasião, o empresário estimou que todo o empreendimento deveria ser finalizado em cinco ou oito anos.

Conforme a Prefeitura de Salvador, a construção do complexo é a primeira ação prevista pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que definiu o zoneamento da cidade e os investimentos que poderiam ser feitos em cada área.

Figura 7-Salvador Marina – píer de atracação



Fonte: https://www.google.com/maps/place/Salvador+Marina

Contudo, após a implantação do empreendimento, foram verificadas inúmeras irregularidades que resultaram em um Auto de infração pelo Patrimônio da União (SPU). A principal irregularidade deveu-se a autorização pelo órgão de um Termo de Viabilidade e Localização (TVL) para manutenção de equipamentos, e não para a atividade de Marina. Também foram notificadas diversas irregularidades ambientais praticadas no local: ocupação de praia com aterramento de 10 mil m^2 de espelho d'água da Baía de Todos os Santos - pertencente à União - e lançamento de resíduos sólidos (lixo e entulhos) no leito do mar, além de terem suprimido a vegetação natural do local.

Figura 8 Áreas ameaçadas de desmatamento

Fonte: Autoria própria, 2022

Em visita ao local, observou-se a presença de uma vegetação em toda área habitat de alguns animais silvestres; constatou-se, ainda, plantas nativas do local - jenipapo, cajá, manga e seriguela. Essa mata, ameaçada de desmatamento para construção de prédios, representa a única reserva de mata na comunidade do Lobato. Em acréscimo. esse bioma constitui-se na moradia de alguns animais silvestres, tais como as garças que vivem nessas arvores, e nelas fazem seus berçários na época de reprodução. Até o momento, esse bioma está sob a proteção do IBAMA, motivo pelo qual ainda não foi desmatado.

4.3 PROBLEMAS ANTIGOS NÃO SOLUCIONADOS: O ATERRO

4.3.1 A construção do aterro

Conforme notícias que circularam da época da execução do aterro de Alagados, o projeto de construção do conjunto habitacional teria iniciado sua segunda fase, sem que primeira completamente concluída. Isso porque ainda faltavam 200 metros de recuperação e infraestrutura da Avenida Litorânea. Segundo Silvana Oliviere, arquiteta que trabalhou na segunda fase do projeto, ocorreram muitos erros na primeira etapa, pois a retirada das palafitas para a execução do aterro preservou as instalações sanitárias e hidráulicas existentes, ao invés de removê-las". (Pimentel, 1999, p. 77)

O problema principal está associado ao modo construtivo do aterro, no início da ocupação, em um processo muito próximo daquele realizado em um aterro sanitário. Na etapa inicial da ocupação de um lote, as casas são construídas sobre as palafitas; na sequência, conforme Carvalho (1999, p. 99-100),

> [...] A solidariedade local consegue lixo e material de entulho para aterrar as ruas (2º estágio de ocupação). “Posteriormente, as ruas são melhoradas com sucessivas camadas de aterro composto de material arenoso e saibro. As famílias providenciam material arenoso e entulho para aterrar suas casas deixando os quintais ainda alagados (3º estágio de ocupação – consolidação do 2º estágio). Esses estágios da ocupação (2º e 3º) geram uma situação intermediária de criação do solo, denominada de aterro semiconsolidado. (Carvalho, 1999, p. 99-100)

A Figura 9 ilustra a etapa de disponibilização pela Prefeitura do lixo coletado na cidade, que será lançado aleatoriamente nas ruas, no 2º estágio de ocupação:

Figura 9 – Salvador, Bahia, Alagados, 1973 – aterro com lixo

Fonte: Carvalho (2002, p. 99)

Ainda, conforme esse autor, “[...] na Baixa do Petróleo, onde o asfalto era literalmente ‘jogado’ sobre o lixo [...] as quadras ainda não tinham sido aterradas completamente, permitindo a penetração do mar o que possibilitava o escoamento das águas servidas e esgotos”.

4.3.2 Soluções locais para problemas antigos

Atualmente, problemas antigos em relação ao aterro no local retornam ao cotidiano dos moradores. Na rua 2ª Travessa Península do Joanes, a equipe técnica da Embasa realizou serviço de reparação de tubulação danificada (figura

10)’ ’afirmando infiltração era de fonte natural com a possibilidade de várias causas para ascensão capilar inclusive uma tubulação esquecida.

Figura 10-Serviço de reparação de tubulação

Fonte: Autoria própria, 2022.

A incidência de infiltrações na parte interna das residências no bairro do Lobato, segundo visita técnica de peritos e engenheiro da EMBASA (04/2022), não estaria associada a um vazamento da água proveniente dos sistemas de esgoto ou de água potável da Companhia. A origem poderia ser de uma ‘fonte de água” no local. A figura 11 apresenta e evidencia as infiltrações na parte interna de uma residência, inclusive com a presença de rachaduras no piso:

Figura 11-infiltração em residência no Lobato

Fonte: autoria própria, 2022.

Neste caso, a recomendação foi de consultar um técnico para estudar alguma outra solução no local, pois qualquer tentativa de ”cercar” a água já dentro

de casa que fica embaixo será complicada. Sem outra alternativa, o morador executou um serviço de drenagem, com recursos próprios, sem um estudo de solo e nem de um acompanhamento técnico, que indique uma solução definitiva.

Figura 12 – Solução local: drenagem autocontruída

Fonte: autoria própria, 2022

A longo prazo, a persistência desse tipo de situação pode levar a um problema estrutural grave, podendo até haver uma possibilidade de interdição do local. Do ponto de vista geotécnico trata-se de uma área instável, que reúne a chamada Formação Ilha com a Formação Barreira.

Em termos de engenharia, o entulho não é considerado um material adequado para pavimentação, aterramento ou preenchimento de vala. Isso porque o aterramento exige uma compactação homogênea e coesa, ou seja, uniformidade do material sem espaços vazios que possam elevar o risco de fraturas ou recalques

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo tem o intuito de realizar uma análise sociais de intervenções ocorridas na Comunidade de Lobato, umas recentes, outras mais antigas. Buscou-se enxergar as causas, e analisar os efeitos dessas intervenções no cotidiano das pessoas. O bairro caracteriza-se pelo crescimento desordenado, seja ele pelo efeito da fama que ganhou na época do petróleo descoberto, ou seja por conta da procura por ter se tornado um local de baixo custo de moradias ou até por invasões.

Através das análises sociais físicas e culturais feitas em campo e o estudo de casos é possível observar que as intervenções feitas no bairro influenciaram na qualidade de vida da comunidade. Contudo, essas requalificações estão previstas em leis municipais e estaduais, isto é, a requalificação é algo necessário. Muitas vezes, por ser um bairro com uma população de menor poder aquisitivo, os programas compensatórios tais como VIVER MELHOR e MORAR MELHOR resgatam a cidadania e a autoestima da população que reside nessas áreas.

Em relação às infiltrações ocorridas na rua 2ª travessa Península do Joanes, trata-se de área geologicamente complexa, com muitas dificuldades para a definição de um diagnóstico conclusivo. Inclusive, a UFBA já foi acionada várias vezes, mas os trabalhos não continuam. Contudo, a partir das notícias que circularam da época da execução do aterro de Alagados, reproduzidas nesse trabalho, ocorreram muitos problemas na formação do aterro, e na implantação dos conjuntos habitacionais.

No curto prazo, as infiltrações que ocorreram surgido nas residências foram solucionadas de forma individual pelos moradores. A longo prazo, a persistência desse tipo de situação pode levar a um problema estrutural grave, podendo até haver uma possibilidade de interdição do local.

Com base no estudo em geral pode-se constatar que muitas melhorias podem ser feitas na área, recomendando-se uma maior objetividade nas intervenções. Por exemplo uma construção de uma UPA, a instalação de uma Prefeitura bairro, a implementação de novas linhas de ônibus, e principalmente, um resgate da cidadania e da autoestima da população que reside nessa área

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriano B.; BRANDÃO, Paulo Roberto B. **Geografia de Salvador.** 2. ed. 2009 Disponível em: https://repositorio.ufba.br/bitstream/ufba/587/3/Geografia%20de%20Salvador%20.pdf Acesso em: 10 maio 2022.

CARVALHO, Eduardo T. **Os alagados da Bahia:** intervenções públicas e apropriação informal do espaço urbano. 2002. 307p. Dissertação (Mestre em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal da Bahia – FAUFBA, Salvador, 2002. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1543/973 Acesso em: 01 jun. 2022.

CRUZ, Suzana G. **Cidade formal x Cidade informal,** 2020. Disponível em file:///C:/Users/SUPORTE/Downloads/SEI%20CRUZ%20Formal%20e%20informal%20no%20bairro%20Lobato%20(2).pdf. Acesso em: 08 fev. 2022.

ENCONTRA BRASIL – Lobato. Disponível em: https://www.encontrasalvador.com.br/sobre/bairro-lobato-salvador. (acesso em 28/05/2022)

PIMENTEL, Gladys S. **Coração suburbano:** o pulsar da cidade que a cidade não conhece 1999. Disponível em: https://www.facom.ufba.br/pex/1999_2/gladys.pdf. Acesso 15 maio 2022.

SALOMÃO, Alexa. O melhor é a prevenção**.** tragédias como a do Rio de Janeiro podem ser evitadas com planejamento. Eis aqui três exemplos todos no Brasil**. Revista Exame**, 7 jul. 2011. Disponível em: https://exame.com/revista-exame/o-melhor-e-a-prevencao/ . Acesso em: 28 maio 2022.

SALVADOR. Lei nº 9069, de 3 de junho de 2016. Dispõe sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador – PDDU 2016 e dá outras providências. **Prefeitura Municipal do Salvador – Bahia Gabinete do Prefeito**. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/plano-diretor-salvador-ba. Acesso em: 17 maio 2022.

_____. Secretaria de Desenvolvimento Urbano. **PPDU.** [s.d]. Disponível em: https://sedur.salvador.ba.gov.br/pddu-2016/18-legislacao/65-leis-pddu Acesso em: 17 maio 2022.

SAMPAIO, Antônio Heliodoro Lima. **Forma urbana: Cidade-Real & Cidade-Ideal. Contribuição ao estudo urbanístico de Salvador**. Salvador: Quarteto Editora, 1999.

SANTOS, Gilvan. Com investimento de R$ 2,6 milhões, nova orla do Lobato é inaugurada, **Correiro24horas**, 28 ago., 2020. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/com-investimento-de-r-26-milhoes-nova-orla-do-lobato-e-inaugurada/. Acesso em: 14 jun. 2022.

SOTERO, Anderson. **Prefeitura apresenta projeto náutico de R#35 mi para Lobato**, A tarde, 29 jul. 2016. Disponível em: https://atarde.com.br/bahia/bahiasalvador/prefeitura-apresenta-projeto-nautico-de-r-35-mi-para-lobato-797735. Acesso em: 14 jun. 2022.

VOLPINI, Lorena. **A rede CAMMPI.** Cidadania e política do espaço na Península de Itapagipe**:** Uma etnografia do fazer cidade em Salvador**.** 2017. 325 f. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Antropologia) -- Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017. Disponível em:file:///C:/Users/maies/Downloads/Volpini%20tese%20para%20repositorio%20UFBA.pdf Acesso em: 01 jun. 2022.

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: armazenamento de materiais no canteiro de obra

Artur Prust Saliba[1]
Tiago Pereira Muniz[2]

RESUMO

O atual ambiente empresarial assume contornos, nos quais se identifica uma acirrada competitividade, gerando a necessidade crescente de controle e redução de custos. A administração de materiais é um detalhe extremamente importante para garantir a boa qualidade dos serviços executados numa obra consequentemente gerar maior produtividade. O trabalho, tem como objetivo identificar as condições essenciais de armazenamento, buscando possíveis situações de desperdício e condições de estocagem inadequada. Foi realizado uma pesquisa de campo numa obra de retrofit em um resort de alto padrão localizado na cidade de Mata de São João - BA onde foi possível evidenciar na prática os assuntos abordados durante os estudos.

Palavras-chave: Administração de Materiais. Armazenagem. Estocagem.

1 INTRODUÇÃO

A construção civil apresenta novas possibilidades para melhorar a produção e reduzir custos, isto é, reconhecer recursos que incentivem uma maior competitividade no mercado. A logística de administração de Materiais é uma dessas possibilidades sendo uma prática importante para diversos setores produtivos. Nesse trabalho a discussão será o tema armazenagem dos materiais no canteiro de obra.

Segundo Freitas (2005), ainda que várias empresas elaborem um planejamento antecipado para as atividades de armazenagem, nota-se que existe uma perda dos materiais estocados em obras. Isso dar-se, pois comumente as

[1] Engenheiro Civil pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: artursaliba@hotmail.com.
[2] Doutorando e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSal). Especialista em Administração de Materiais e Logística pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Especialista em Novas Tecnologias Aplicadas a Educação. Especialista em Metodologia do Ensino. Bacharel em Ciências Econômicas. Bacharel em Administração. Licenciado em Matemática. e-mail: tiago.muniz@pro.ucsal.br)

empresas não implementam um monitoramento constante, achando que o planejamento prévio é suficiente, gerando problemas, não só para a armazenagem, mas também em setores de compras, controle de qualidade, distribuição, e consequentemente, comprometendo o custo.

Partindo da hipótese que grande parte dos profissionais responsáveis pelo gerenciamento dos canteiros de obras não se atentam para a magnitude de uma gestão de materiais bem elaborada, discute-se o impacto da má gestão do armazenamento de produtos no canteiro. O estudo teve como objetivo geral evidenciar as condições essenciais de armazenamento numa obra, buscando possíveis situações de desperdício e condições de armazenamento inadequado que podem alterar a qualidade do produto final e como elas podem intervir no andamento da rotina do canteiro. Foi estudada a norma regulamentadora, NR18, que trata sobre as condições de armazenamento e estocagem de materiais na construção civil.

Como metodologia de procedimento foi optada pela pesquisa de campo na obra do retrofit do Resort Costa do Sauípe Premium, tendo, como instrumentos de coletas de dados, a observação direta, com possibilidade de emissão de opinião individualizada. A opção por pesquisa de campo, apoiada em Minayo (1993), possibilitou a comprovação, na prática, do que é ressaltada pela teoria, articulando teoria e pesquisa empírica através da sistematização de dados.

Como técnicas para obtenção de informações foi utilizada a revisão bibliográfica de impressos, - como livros, artigos científicos, periódicos, fontes eletrônicas, - através de levantamentos de informações na internet, o que permitiu a associação ao arcabouço teórico para fundamentação da análise dos dados coletados.

O trabalho justifica-se, pois, o setor da construção civil tem como característica básica o alto custo de atividade realizada associado com um baixo rendimento, normalmente correlacionado ao grande desperdício de materiais. Para Carvalho (2009), problemas como materiais mal armazenados e danificados são consequências de uma má logística. Fato que prejudica todo o planejamento e cronograma de uma obra.

2 ARMAZENAGEM DE MATERIAIS NA OBRA

Muitas empresas buscam estocar materiais por razão da necessidade de alguma demanda atípica. Segundo Dias (2005), O estoque se comporta como um amortecedor entre oferta e demanda, proporcionando uma constância na produção, tornando a previsão de demanda o ponto de largada de qualquer planejamento, já que determina a estimativa futura das atividades de uma obra.

De acordo com Ferreira (1994), armazenar é o ato de guardar algo, em determinado lugar, por um período de tempo, garantindo suas características para o uso. E os fatores de suma importância do profissional que trabalha com armazenagem são a organização e a criticidade, por conta de sua interferência no resultado físico e financeiro de uma obra. Ainda Ferreira (1994), aponta que o ato de armazenar existe desde os tempos das cavernas em que os homens possuíam a necessidade de se prepararem para os períodos de escassez, que perduravam por longos anos.

Pela razão das atividades de armazenamento e movimentação dos materiais não incorporar valor diretamente ao produto final, faz com que não desperte o interesse em melhorias na área. Apesar disso, é importante lembrar que apesar de não agregar valor, ainda podem gerar custos que impactam na lucratividade da empresa e afeta a competitividade no mercado. Hoje em dia, mesmo sabendo de sua importância, a armazenagem acaba sendo negligenciada em algumas circunstâncias.

Marcolin (2000) afirma que, uma diminuição de custos e um aumento de produtividade são condições determinantes para a permanência de uma empresa no mercado de trabalho. Há tempos, o espaço destinado para o estoque, era comumente mal aproveitado, já atualmente, a administração de estoque já possui grande relevância nos resultados financeiros, por isso as empresas estudam o tema para melhorar cada vez mais a forma de armazenagem de forma a aproveitar de maneira máxima as dimensões do local, comprimento, altura e largura.

Diante disso, Ferreira (1994) divide o processo de armazenagem em cinco etapas: recebimento, perícia, estocagem, guarda e conservação, ou seja, o material é recebido, analisado detalhadamente, onde são conferidas todas as especificações técnicas do material, sendo estocado na área de destino de forma organizada, onde deve garantir a integridade e um deslocamento fácil para o local

de uso, ser mantido livre de avarias e em condições de uso durante todo o período em que estiver armazenado.

A situação do armazenamento inadequado, materiais mal acondicionados e mal protegidos que se deterioram ou estragam definitivamente, precisam ser combatidos. Existem várias situações dessas que um bom gestor precisa conhecer e prevenir. Isto significa que a gestão de materiais não é apenas controlar o recebimento e a saída de matéria prima.

Na Construção Civil, para a armazenagem e estocagem de matérias, existe a norma regulamentadora 18, a NR18, que trata de diversas diretrizes que buscam manter as condições de armazenamento e estocagem de materiais em condições adequadas consequentemente o ambiente de trabalho saudável. Deste modo, a NR18 criou direcionamento que, obrigatoriamente, devem ser empregados no campo de trabalho. A norma define as condições mínimas para impedir que a armazenagem de materiais possa trazer danos à saúde do trabalhador.

2.1 NORMA REGULAMENTADORA 18

De acordo com Ribeiro (2019), a NR18 não deve ser vista como obrigatoriedades a serem cumpridas, mas um recurso para prevenção e planejamento, para proporcionar um ambiente de trabalho seguro e saudável, além de evitar perda de material consequentemente aumento dos gastos na obra. A NR 18 (1995) trata em seu item 24, sobre as condições de armazenamento e estocagem de materiais, trazendo algumas recomendações a serem cumpridas, tais como:

- Os materiais devem ser armazenados e estocados de modo a não prejudicar o trânsito de pessoas e de trabalhadores, a circulação de materiais, o acesso aos equipamentos de combate a incêndio, não obstruir portas ou saídas de emergência e não provocar empuxos ou sobrecargas nas paredes, lajes ou estruturas de sustentação, além do previsto em seu dimensionamento.
- Em pisos elevados, os materiais não podem ser empilhados a uma distância de suas bordas menor que a equivalente à altura da pilha.

Exceção feita quando da existência de elementos protetores dimensionados para tal fim.

- O armazenamento deve ser feito de modo a permitir que os materiais sejam retirados obedecendo à sequência de utilização planejada, de forma a não prejudicar a estabilidade das pilhas.
- Materiais a granel ou embalados são os métodos de armazenagem mais comuns e devem garantir estabilidade e fácil manuseio. A pilha não deve ter altura maior que a largura, por risco de instabilidade no armazenamento.
- Para material de grande comprimento a organização deve ser feita por camadas, conforme a bitola de cada um dos materiais, facilitando o encontro e a retirada conforme o uso.
- Cal virgem precisa ficar em local bem seco e arejado.
- Tratamento especial também para os materiais tóxicos, corrosivos, inflamáveis ou explosivos, que devem ser armazenados em locais isolados, apropriados, sinalizados e de acesso permitido somente a pessoas devidamente autorizadas. Essas devem ter conhecimento prévio do procedimento de emergência a ser adotado em caso de acidente.
- Madeiras de tapumes e andaimes: O material que forma as estruturas de apoio só poderá ser empilhado depois que os pregos forem completamente retirados.
- Gases para a solda envolvem desde o oxigênio até o gás metano, e devem receber atenção especial com acionamento por válvulas e em recipientes adequados.

Seguindo rigorosamente essas referências da norma você dará um grande passo para organizar melhor sua armazenagem e estocagem possibilitando novos ganhos nos seus empreendimentos.

Além da NR18 que trata das condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção de uma forma geral, é comum que cada material tenha sua NBR particular, que trata de forma mais específica cada tipo de material e de que forma deve ser feito o seu manuseio e sua armazenagem. Como por exemplo, a NBR 7480 e a NBR 7481 que tratam do aço em barras e as telas de aço, respectivamente. NBR 13818 que aborda sobre os revestimentos cerâmicos. E a NBR 15097 que trata dos aparelhos sanitários de material cerâmico.

Segundo Heineck *et al* (1994), concluiu-se que 20% do trabalho na obra relaciona-se com a movimentação dos materiais, o que destaca a necessidade de melhorias na área. Os autores ainda dizem que essas melhorias não são necessariamente, voltadas para a aquisição de equipamentos sofisticados, e sim por um planejamento mais elaborado do sistema. Como por exemplo, diminuir as distâncias entre pontos de armazenagem e utilização, adotar princípios de ergonomia, utilizar equipamento de movimentação adequado e mitigar o desperdício de material.

Compreender que esses benefícios não dependem de um investimento elevado e sim de inovações básicas é um ponto crítico para o implemento de melhorias.

3 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO DE CAMPO

O estudo de campo discorre sobre o armazenamento dos materiais no canteiro de obra, estudo feito em uma obra de Retrofit da ala Premium do resort Costa do Sauípe, situado na cidade de Mata de São João, Bahia, em que o pesquisador trabalhava como estagiário. O termo Retrofit é utilizado principalmente em engenharia para designar o processo de modernização de algum equipamento já considerado ultrapassado ou fora de norma. Revitalizar e atualizar as construções para aumentar a vida útil do imóvel, através da incorporação de tecnologias modernas e materiais de qualidade avançada, é fundamental para reconquistar a valorização da unidade. (Richmond, 2006).

A ala Premium do resort é uma edificação de cinco blocos com quarto pavimentos cada, totalizando um total de 198 unidades hoteleiras. Adquirida em 2018 por uma holding patrimonial de grande porte, que buscou a requalificação de

suas estruturas e instalações para proporcionar uma melhor experiência para seus clientes.

3.1 ANÁLISES DAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM.

Durante as observações realizada na obra, foram constatadas situações no armazenamento dos materiais que exigiam correção, pois estavam tornando o processo produtivo ineficiente e causavam desperdícios materiais. Foi gerado um relatório de não conformidades, para facilitar a avaliação e a tomada de decisão. Este que, baseado nos conhecimentos adquiridos no curso de Engenharia Civil, experiências vividas no próprio estágio e na revisão sistemática da literatura, destacando o item 24 da NR18 que mostra a necessidade de intervenções norteada à segurança do trabalho e treinamentos voltados para a qualificação dos responsáveis pela gestão de armazenamento. O relatório está demonstrado pelo quadro 1, composto por evidências fotográficas durante o período estagiado.

Quadro 1 – Relatório de não conformidades

ITEM	REGISTRO FOTOGRÁFICO	NÃO CONFORMIDADE
1		Armazenamento de cerâmicas e bacias sanitárias ao ar livre. Obstruindo o estacionamento em funcionamento e o material já danificado expõe pessoas ao risco.

2		Filetes de mármore mal armazenados, com ausência de paletes e causando perda de material.
3		Estocagem de aço diretamente no solo, sem proteção ao sol e chuva, fios sem separação em bitolas e com a área mal isolada, permitindo o trânsito de pessoas.
4		Armazenamento de porcelanato exposto e em local não apropriado. Permitindo e facilitando o desperdício do material.

5		Entulho descartado sem caçamba de coleta, exposto ao ar livre, em local não apropriado, obstruindo trânsito de veículos e pessoas.

Fonte: acervo pessoal

Nota-se que algumas não conformidades são recorrentes no relatório, o fato do armazenamento não ter um local apropriado, permitir que o material fique exposto ao sol e chuva, mal isolada e obstrua o trânsito, são claramente fatores oriundos de um planejamento inadequado e que podem impactar negativamente no processo de produção e acarretar, direta ou indiretamente, prejuízo financeiro.

3.2 INTERFERÊNCIAS E ORIENTAÇÕES

Para solucionar essas questões, é preciso entender que a gestão da armazenagem deve conduzir-se de acordo com um planejamento elaborado por uma equipe qualificada, e não de forma aleatória, portanto, é necessária organização dos processos para poder aperfeiçoar as atividades e entender os melhores meios de se administrar um canteiro de obras.

Além da NR 18, que trata a armazenagem de forma genérica, cada tipo de material possui uma NBR que mostra os cuidados necessários para armazenamento e manuseio. Na foto do item 1, percebe-se louças sanitária foram armazenadas fora do que orienta a NBR 15097 que trata de que esse tipo de material deve preservar sua embalagem original, evitando o contato de uma peça com outra para não as danificar. A NR também orienta um empilhamento máximo de duas peças, sendo separadas por sarrafos ou caibros de madeira. Outro cuidado a se tomar é observar as orientações de cada fabricante para o manuseio das

peças, que podem exigir cuidado excepcional. É percebido que na obra em questão a NBR 15097 não foi atendida.

No item 3 é possível identificar estocagem de aço diretamente no solo, sem proteção ao sol e chuva, fios sem separação em bitolas e com a área mal isolada, permitindo o trânsito de pessoas. Para esses casos existe a NBR 7480 e 7481, que trata sobre aço em barras e telas, respectivamente, e aborda a necessidade de evitar a exposição desse tipo de material à umidade e contato direto com o solo, como também serem separados por dimensão e bitolas.

No caso do item 4, existe a NBR 13818, que trata sobre os materiais de revestimento cerâmico, passando orientações sobre manuseio e armazenamento. Essa NBR orienta que esse tipo de material deve ser estocado em local seguro para reduzir possibilidades de extravio ou roubo, além de evitar exposição à excessiva umidade e chuvas. Com a pesquisa foi possível perceber que a NBR 13818 também não foi atendida na obra em questão.

Vale ressaltar que os problemas de armazenamento interferem diretamente no resultado da obra, gerando perdas de materiais, desperdícios de tempo no deslocamento e na espera para reposição de material avariado. Diante disso, destaca-se a necessidade de treinamento para capacitar as equipes de planejamento e manutenção do estoque.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o estudo, foi possível realizar uma análise de parte dos problemas de armazenamento ocorridos na obra que por muitas vezes não são percebidos de forma clara e acabam não recebendo a devida importância. Um armazenamento adequado, evita desperdícios reduzindo gastos com reposição de material, evitando parada da linha de produção, aumentando a produtividade e consequentemente o resultado final da obra. É importante que as empresas realizem as armazenagens conforme orientam as NBR, pois desta forma garantem a qualidade na estocagem dos materiais no canteiro da obra.

Percebe-se ainda que este tipo de problema, já conhecido em empresas de pequeno porte, nas quais os recursos administrativos são reduzidos, também ocorre em empresas de grande porte, com maior disponibilidade de recursos

técnicos e financeiros, como foi o caso deste estudo, ao contrário do que muitos imaginam é importante que seja dada a devida atenção ao problema para que no futuro essas empresas sobrevivam ao mercado cada vez mais exigente e competitivo.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Izildo; SILVA, Elisberto Nogueira da. **Administração de Materiais e da Produção**. 1ª edição, São Paulo: Érica, 1998.

BALLOU, R. H. **Logística empresarial**: Transportes, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2010.

CARVALHO, José Mexia Crespo de. **Logística**. 3ª ed. Lisboa: Edições Silabo, 2002.

CARVALHO, K. **Planejamento. Construção Mercado**, São Paulo, Ed 53, [s.d.]

DIAS, M. A. P. **Administração de Materiais**: Princípios, conceitos e gestão. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FERREIRA, Paulo César Pêgas. **Técnicas de Armazenagem**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora Ltda, 1994.

FREITAS, Rosana Leal Simões de. **A Alavanca Quebrada aspectos da construção habitacional em Salvador sob a ótica da administração de materiais**. 1ª edição, Salvador: 2005.

MARCOLIN, Norberto Antônio. **Manual prático de Sistemas de Armazenagem**. 2000, Bento Gonçalves-RS. Disponível em: materiais-e-patrimoniais-nas-organizacoes/97599.

NR, Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-18 - Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção. 1995.

OLIVEIRA, Nilander. **A gestão efetiva dos recursos materiais e patrimoniais nas organizações**. 2016. Disponível em: http://www.administradores.com.br/artigos/academico/a-gestao-efetiva-dosrecursos-

PERIARD, Gustavo. **Produção puxada e empurrada:** Conceito e aplicação, 2010. Disponível em: http://www.sobreadministracao.com/producao-puxada-e-empurrada-conceito-e-aplicacao/. Acesso em: 08 nov. 2019.

RIBEIRO, Marcel. **NR 18**: O que você precisa saber, 2019. Disponível em: https://maiscontroleerp.com.br/oque-e-nr-18//. Acesso em: 08 nov. 2019.

RICHMOND, Lonnie. **Diesel Retrofit Help Clean Regions**. 2006. Disponível emL http://www.mde.state.md.us/ResearchCenter/Publications/General/eMDE/vol2no1/diesel.asp. Acesso em: 11 nov. 2019 .

SCHEIDEGGER, Anna Paula Galvão. **Sistematização do processo de reposição de estoques no setor público**: pesquisa-ação no almoxarifado da Universidade Federal de Itajubá. Programa de pós-graduação em Engenharia de Produção, Itajubá, 2014.

SILVA, R. O. **Teorias da Administração**. Pioneira Thomson: São Paulo, 2001.

SLACK, N.; CHAMBERS S. e JOHNSTON R. **Administração da Produção**. 3. ed. São Paulo: 2009.

ENGENHARIA SUSTENTAVEL: as edificações altas de Salvador (BA) e o enquadramento às atuais medidas de proteção contra incêndio

Angélica Souza Correia Assis [1]
Márcia da Silva Santana [2]
Fernando Barreto Nunes Filho[3]

RESUMO

As edificações altas, do tipo Condomínio clube, foram implantadas em Salvador (BA), a partir de 2005, quando a legislação vigente para a segurança contra incêndio era uma atribuição da Prefeitura Municipal. A partir de 2016, a liberação passou a ser responsabilidade do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA). A partir daquele ano, todas as edificações antigas devem se enquadrar às exigências da mudança na legislação. O objetivo desse artigo é analisar as ações que devem ser implementadas pelas edificações altas, do tipo Condomínio Clube, para prevenir a ocorrência de incêndio. Num estudo de caso, analisa-se a situação atual de um dos condomínios clube de Salvador (BA), que possui 05 (cinco) torres de 33 (trinta e três) andares, sendo com 06 (seis) a 08 (oito) apartamentos por pavimento. A metodologia utilizada foi dividida em quatro fases, foi: a) pesquisa da legislação juntamente com a leitura de artigos e livros; b) visitas técnicas à edificação, com o registro fotográfico das evidências, etapa facilitada pelo fato de um dos autores residir no local: c) reunião com a Gerência do Condomínio; d) entrevista informal com um profissional (Capitão) do CBMBA.

Palavras-chave: Combate a incêndio. Condomínio-clube. Brigada de incêndio.

1. INTRODUÇÃO

Com a evolução da técnica construtiva, as incorporadoras passaram a lançar no mercado imobiliário edificações cada vez mais altas e esbeltas, em um processo urbano de verticalização das edificações. Agora, já não se tratava dos condomínios

[1] Pós-graduada em Engenharia de Segurança contra Incêndio e Pânico (UCSAL), graduada em Licenciatura Plena em Construção Civil; (e-mail: asca.projinst@gmail.com)
[2] Pós-graduada em Engenharia de Segurança contra Incêndio e Pânico (UCSAL), graduada em Engenharia Civil; (e-mail: marciatcn@gmail.com).
[3] Professor do curso de Engenharia Civil (UCSAL), Doutor em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em Economia (UFBA), graduado em Engenharia Elétrica (UFBA); (e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br)

tradicionais, mas da ocupação de amplos espaços urbanos, os chamados Condomínios Clubes: “condomínio residencial de classe média alta com bosque para passeios, praças e jardins, quadra de esportes, academia de ginástica, piscina, sauna, bar, restaurante, cozinha comunitária, sala de jogos e outros serviços.” (Michaelis, s.d.)

Do ponto de vista de segurança contra incêndio e pânico o lançamento dessas edificações é preocupante, uma vez que, nas últimas décadas no Brasil, ocorreram vários incêndios com perdas de vidas e de patrimônio, em especial, nas edificações altas. Na análise do risco de incêndio em uma edificação, a altura é um dos fatores determinantes na definição dos métodos e dos dispositivos necessários, uma vez que quanto mais alta a edificação, maior será a dificuldade para a evacuação, o resgate de vidas e a proteção do patrimônio.

O objetivo desse artigo é analisar as ações que devem ser implementadas pelas edificações altas, do tipo Condomínio Clube, para prevenir a ocorrência de incêndios. Essa análise será desenvolvida através de um estudo de caso em um dos condomínios clube de Salvador (BA), que será genericamente denominado nesse trabalho como *CONDOMÍNIO CLUBE.* Essa edificação possui 05 (cinco) torres de 33 (trinta e três) andares, com 06 (seis) a 08 (oito) apartamentos por pavimento, e está localizada em uma área da cidade de Salvador (BA) com várias edificações similares na sua vizinhança.

A metodologia utilizada foi dividida em quatro etapas: a) pesquisas bibliográficas em literatura especializada, principalmente nas legislações atuais e antigas de segurança e proteção contra incêndio e pânico; b) visitas técnicas à edificação, acompanhadas pelo Supervisor de Infraestrutura do *CONDOMÍNIO CLUBE* , com o registro fotográfico das evidências; essa etapa foi facilitada pelo fato de um dos autores residir no local; c) reuniões com a Gerência do *CONDOMÍNIO CLUBE* para esclarecer alguns itens da visita técnica, principalmente aquelas relacionadas com a atualização e o treinamento da Brigada de Incêndio; d) entrevistas informais com profissionais da área, pertencentes ao CBMBA.

Nas considerações finais foram registradas algumas ações que estão sendo adotadas no *CONDOMÍNIO CLUBE*, as quais poderiam ser reproduzidas em todas as edificações altas da cidade de Salvador (BA). Algumas dessa ações são de simples implantação, tais como procedimentos preventivos cotidianos de sempre

manter as portas corta fogo (PCF) das escadas fechadas e todos os *shafts* selados. Da mesma forma, a manutenção da sinalização e da iluminação de emergência para garantir uma rota de fuga rápida e eficiente. Contudo, a recomendação principal concentrou-se no treinamento da brigada de incêndio da edificação.

2. PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO EM EDIFICAÇÕES ALTAS

A ocorrência de um incêndio em uma edificação pode constituir-se em uma tragédia que consome vidas e patrimônio. No Brasil, muitos incêndios foram destacados pela mídia, e causaram comoção em todo o país. Em função da altura, a legislação classifica como edificação alta aquela acima de 30,00m de altura, do pavimento de descarga / rua até o piso do último pavimento habitado. A solução de combate em edifícios altos é dificultada pelos seus problemas específicos, em decorrência do comportamento do fogo e de sua propagação; nessa situação, as ações preventivas são de grande importância.

2.1 AÇÕES PREVENTIVAS DE SEGURANÇA À PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO

A Lei Federal 13.425/2017, de 30 de março de 2017, estabelece as diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e ações complementares sobre prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações de comércio e serviços e áreas de reunião de público. Essa lei, ampliou as atribuições do Corpo de Bombeiros, que além de planejar, analisar, vistoriar e aprovar as medidas de prevenção e combate a incêndios, passou a fiscalizar os estabelecimentos, as edificações e os locais de reunião de público. (BRASIL, 2017)

Atualmente, o CBMBA possui 40 (quarenta) instruções técnicas, das quais destacamos a IT- 06/2016 que cita a importância do acesso da viatura do bombeiro na edificação, principalmente em edificações com várias torres, geralmente com torres mais distantes da via de acesso. Em complemento, o teste da bomba de hidrantes, a operação da central de alarme e os detectores instalados são itens importantes para a aprovação do projeto. No entanto vários problemas dificultam as ações de combate quando do incêndio numa edificação muito alta, tais como:

a) Acesso ao edifício – Em grandes metrópoles o maior desafio do corpo de bombeiros é o tráfego intenso que dificulta sua chegada ao local com rapidez e segurança.;
b) Compartimentação vertical, na edificação existente;
c) Regulagem das portas corta fogo das escadas de emergência;
d) Sistemas de alarme e detecção eficiente e com manutenção preventiva e corretiva;
e) Instalações de SPDA revisada para manter a continuidade do sistema de proteção;
f) Sinalização de emergência nos pontos corretos de rota de fuga;
g) Iluminação de emergência eficiente e testada constantemente, através de manutenção continua;
h) Manutenção corretiva e preventiva do grupo gerador;
i) Testes hidráulicos da bomba de combate a incêndio e sistema hidráulico de mangueiras e acessórios dos hidrantes. Infelizmente ocorre roubo dos acessórios em cobre das caixas de hidrantes, como engates das mangueiras e esguichos;
j) Laudo das instalações elétricas existentes;
k) Armazenamento correto de material combustíveis como óleo diesel, material de limpeza e outros;
l) Na edificação ocupada, ter cuidado com salas elétricas, casa de bombas e depósitos. (Duarte; Ono; Bento, 2021)

Para condomínios residenciais, destacamos que a legislação atual não exige a pressurização de escadas (controle de fumaça), assim como a instalação por chuveiros automáticos (sprinklers),

3 ANÁLISE DE AÇÕES PREVENTIVAS EM UM CONDOMÍNIO CLUBE

Os principais pontos da análise da situação atual do *CONDOMÍNIO CLUBE* objeto desse estudo, com relação à legislação vigente, foram descritos nesse item. Recomenda-se que as ações adotadas sejam reproduzidas em todas as edificações altas da cidade de Salvador (BA).

3.1 CONDOMÍNIOS CLUB EM SALVADOR

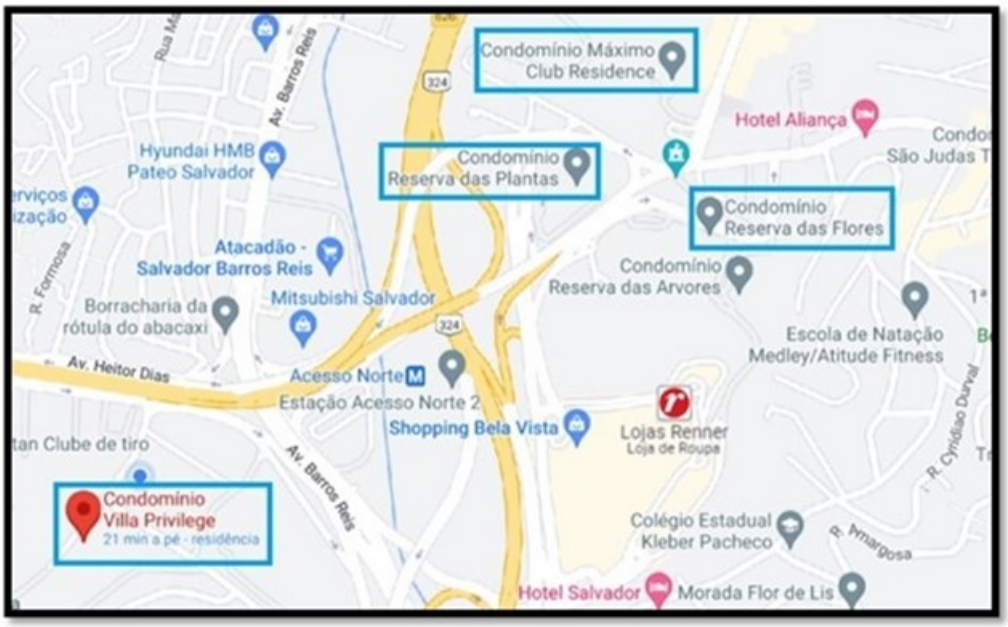
Diante da violência crescente nas grandes cidades e do sentimento de insegurança, cada vez mais pessoas escolhem viver em condomínios. Por uma questão de conforto e comodidade, na esteira desse movimento escolhem o condomínio-clube. Esse tipo de moradia ganhou adesão no mercado imobiliário, pela facilidade de habitar em um espaço que unifica as necessidades do dia a dia, otimizando tempo e melhorando a qualidade de vida, nas grandes metrópoles.

O novo modelo do condomínio-clube, foi implantado em Salvador no período 2005-2010, conforme Jorge (2017), “quando grandes marcas, como Alphaville e Le Parc [...] apostaram em uma completa estrutura de lazer e serviços [...] seduzindo uma parcela da população com alto poder aquisitivo e medo da violência urbana”. Na onda imobiliária formada por grandes *players* foram lançados vários empreendimentos, a maioria deles na Av. Luís Viana Filho (Av. Paralela):

- Le Parc, com 8 torres e 15 / 16 andares;
- Condomínio Brisas Residencial Clube, com 06 torres e 20 andares;
- Condomínio Villa Privilege, com 05 torres e 33 andares;
- Horto Bela Vista, com 07 torres e 33 andares;
- Condomínio Máximo Club Residence, 03 torres e 19 andares;
- Condomínio Edifício Elegance Garibaldi, 04 torres e 33 andares;
- Barra Porto condomínio Clube, 04 torres e 11 andares.

Apesar da escassez de terrenos disponíveis na capital ter deslocado esse tipo de empreendimento para os municípios vizinhos, na região próxima à Estação Acesso Norte (METRÔ) e ao Shopping Bela Vista, foram construídos cerca de três Condomínios Clubes, conforme ilustrado na Figura 1:

Figura 01: Mapa da região do Metrô Acesso Norte



Fonte: https://www.google.com/maps

O *CONDOMÍNIO CLUBE*, objeto deste trabalho, está situado na proximidade do Acesso Norte da cidade de Salvador e possui 05 (cinco) torres de 33 (trinta e três) andares, sendo com 06 (seis) a 08 (oito) apartamentos por pavimento; há uma área comum composta por quadras, parques, área verde, academia, piscinas, salões entre outros. Cada torre possui 6 (seis) elevadores e há uma passarela coberta interligando os prédios.

Figura 02 – Condomínio estudado (material publicitário)

Fonte: http://www.syene.com.br/blog/wp-content/uploads/Villa-Perspectiva-com-Marca-Baixa1.jpg

O *CONDOMÍNIO CLUBE* foi entregue no ano de 2015 e, portanto, o projeto de segurança contra incêndio foi aprovado conforme a legislação da SUCOM, em vigor na época.

3.2 ANÁLISE DA AÇÕES PREVENTIVAS DO *CONDOMÍNIO CLUBE*

Os principais pontos da análise da situação atual do *CONDOMÍNIO CLUBE* objeto desse estudo, com relação à legislação vigente, foram agrupados em quatro itens: aspectos construtivos; sistema de alarme e saídas de emergência; manutenção preventiva e corretiva dos sistemas; Brigada de incêndio.

3.2.1 Aspectos construtivos: acesso à viatura e compartimentação vertical

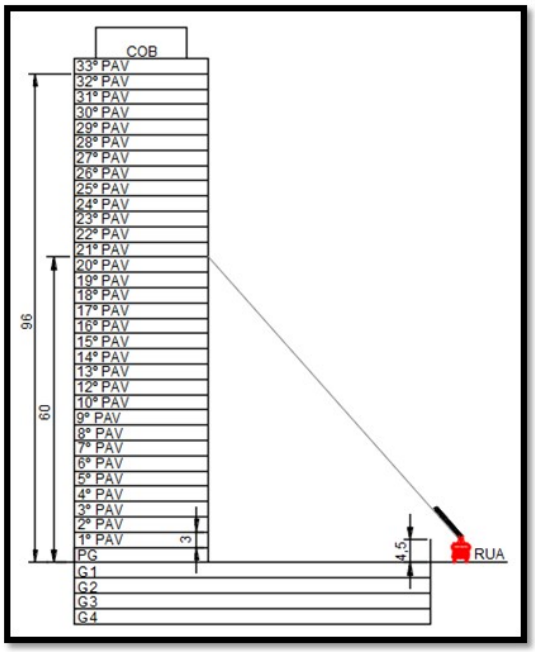
Na portaria, a largura dos portões atende ao acesso da viatura do Corpo de Bombeiros definido na Instrução Técnica (IT) -06/2016 do Corpo de Bombeiros (CBMBA 2016a); contudo, por ocasião da construção a empresa construtora instalou um portão de correr, sem qualquer preocupação com a altura; posteriormente, a Administração do *CONDOMÍNIO CLUBE* soltou a parte superior do portão para uma eventual necessidade de acesso da viatura do Corpo de Bombeiros; em complemento, o piso de entrada após a portaria, que funciona como laje da garagem 01, apesar de não ter sido calculada para o acesso de carro de bombeiros, suporta essa carga do carro em caso eventual ou de emergência;

Figura 03: Acesso à edificação estudada

Fonte: Autoria própria

Atualmente, o CBMBA dispõe de viaturas de combate a incêndio, tipo ABTS (auto bomba tanque e salvamento), que atendem alturas até 60m, patamar inferior ao da edificação avaliada.

Figura 04: Altura da edificação estudada x carro ABTS do CBMBA



Fonte: Desenho dos autores (2022)

Conforme a Instrução Técnica (IT)- 09/2022 do CBMBA, a compartimentação vertical seria através do fechamento por completo dos *shafts,* com matéria resistente a duas horas de fogo (CBMBA, 2022b); no *CONDOMÍNIO CLUBE* estudado existem vários *shafts,* nas circulações dos pavimentos tipos, que não são vedados por completo, uma vez que esse item não era exigido anteriormente pela SUCOM. No que se refere ao isolamento de risco entre torres, elas estão a uma distância acima do mínimo de 4,00m exigidos pela IT-07/2016 do CBMBA. (CBMBA, 2016b)

O sistema de hidrantes distribui água por toda a edificação**,** sendo acionada pela brigada de incêndio até que Corpo de Bombeiros assuma o combate ao incêndio. No que se refere à rede de hidrantes, o *CONDOMÍNIO CLUBE* possui uma rede por gravidade, em toda a edificação (pavimentos tipos e garagens), conforme requisito da IT-22/2016. (CBMBA, 2016e)

Figura 05 – Hidrante no hall do pavimento tipo

Fonte: Autoria própria

A distância máxima a ser percorrida por uma pessoa, em qualquer ponto da área protegida até o acionador manual mais próximo, deve ser menor que 30 metros, conforme estabelecido pela IT- 19/2017 Sistema de detecção e alarme de incêndio. (CBMBA, 2017a)

3.2.2 Sistema de alarme e saídas de emergência

O *CONDOMÍNIO CLUBE* possui um sistema de alarme do tipo endereçável, composto de acionador manual, detector e sirene áudio visual em cada andar, interligados a uma central de alarme, localizada na sala de CFTV, Garagem 01; essa interligação permite o monitoramento constante e uma fácil visualização.

Cada torre do *CONDOMÍNIO CLUBE* possui corredores nas larguras exigidas e duas escadas de emergência a prova de fumaça (pressurizada), que podem ser utilizadas como rota de fuga, atendendo assim a IT-11/2016 do Corpo de Bombeiros. (CBMBA, 2016d) A escadas são a prova de fumaça (pressurizada), conforme a NBR-14880/2014 da ABNT (ABNT, 2014), com seu quadro elétrico interligado na central de alarme e um botão de acionamento manual na Portaria; esse item, atualmente, no *CONDOMÍNIO CLUBE* se encontra em fase de ajustes e correções do sistema para a emissão futura do AVCB: A Figura 6 ilustra a porta de uma sala pressurizada:

Figura 06 – Sala pressurização e escada torre 03

Fonte: Autoria própria

Uma medida de proteção adicional é a instalação de chuveiros automáticos, embora não exigida pela legislação em vigor. Contudo, como a legislação na época de construção do condomínio determinava a obrigatoriedade para prédios acima de 27 andares, toda área comum das torres e garagens do *CONDOMÍNIO CLUBE* estudado possui essa proteção, prevista na IT-23/2018 do CBMBA. (CBMBA, 2018a). Dessa forma, está instalado um sistema pressurizado, para atender ao andar mais desfavorável, com uma bomba instalada em cada barrilete (abaixo do reservatório superior) das torres.

O *CONDOMÍNIO CLUBE* estudado é protegido por extintores, estando, portanto, adaptado à legislação atual; observe-se que, ao contrário das exigências da SUCOM, a IT-21/2017 do CBMBA determina a instalação de extintores das garagens (3A-40B), diferentes dos extintores das torres (2A-20B), em função do risco e da carga extintora. (CBMBA, 2017c)

Figura 07 – Extintor na garagem 01

Fonte: Autoria própria

Não existe elevador de emergência, porém, cada torre possui um gerador de energia que alimenta no mínimo um elevador por torre.

3.2.3 Manutenção preventiva e corretiva

O *CONDOMÍNIO CLUBE* possui as instalações do SPDA (Sistema de proteção por descarga atmosférica) em todas as torres, com programação de ajustes periódicos, através da realização de testes de continuidade nas malhas desse sistema.

No que se refere às instalações de Gás Natural (GN), o fornecimento é feito através de canalizações direto da Bahiagás – Companhia de Gás da Bahia, concessionária de gás de Salvador (BA). Esse sistema é composto por uma EDC (Estação de Controle), tubulações, medidores, prumadas em *shaft* e pontos de consumo nas unidades domiciliares (fogões e aquecedores de passagem).

Ainda, em complemento à análise das instalações de gás natural, é importante destacar que as prumadas verticais e os medidores de gás ficam na

circulação dos andares, em *shafts* ventilados e visitáveis, com a válvula *shut-off* (válvula de bloqueio de gás). E, principalmente, que na passagem pelo forro na circulação do andar, as tubulações horizontais nesse espaço oculto são ventiladas com grelhas;

Figura 08 – Aquecedor de passagem na área de serviço (apartamento 3Q)

Fonte: Autoria própria

Esse detalhe construtivo também foi utilizado na área de serviço, dentro do apartamento, onde fica o aquecedor de passagem; a importância da grelha justifica-se pela possibilidade de ocorrência de um vazamento indesejado; nessa situação, o gás nesse espaço confinado não ficará acumulado, evitando uma explosão.

3.2.4 Brigada de incêndio

Visando a emissão do AVCB o *CONDOMÍNIO CLUBE* estudado se encontra em atualização do treinamento de brigada de incêndio, para se adequar ao prescrito na IT-17/2016. (CBMBA, 2022c) Com o AVCB anual e a brigada de incêndio treinada e obrigatória, muitos itens de prevenção contra incêndio, terão sua melhoria regular e continua. A manutenção preventiva e corretiva é essencial para que os sistemas funcionem plenamente como: testes periódicos das luminárias de emergência, ajustes das molas das portas corta fogo das escadas de emergência,

reposição e verificação periódica dos acessórios das caixas de hidrantes, testes hidrostáticas das redes hidráulicas, para correção de eventuais vazamentos, testes dos equipamentos de combate a incêndio, como ventiladores industriais da escada pressurizada, bombas de sprinklers e hidrantes, centrais de alarmes, recarga periódica dos extintores e todos demais itens que fazem parte do sistema de proteção contra incêndio.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de um estudo de caso, esse artigo produziu uma análise das ações preventivas que devem ser adotadas pelos gestores dos Condomínio Club face ao risco permanente das edificações altas. Os sistemas de segurança implementados nas respectivas edificações precisam estar aptos para uso, quando necessário, não sendo possível priorizar redução de custos e/ou procrastinar treinamentos quando o assunto é segurança.

Uma atenção especial deve ser dada à composição, formação, implantação, treinamento, dimensionamento e reciclagem da brigada de incêndio da edificação. Afinal, essa brigada irá assumir as ações iniciais de combate, e liderar o abandono da área até a chegada das equipes do Corpo de Bombeiro Militar da Bahia.

Algumas ações preventivas cotidianas, embora de simples aplicação, são relevantes: sempre manter as portas corta fogo (PCF) das escadas fechadas e todos os *shafts* selados, evitando a passagem de fumaça para as escadas ou andares superiores. A sinalização de emergência e iluminação de emergência também são relevantes para garantir uma rota de fuga rápida e eficiente. Em decorrência, algumas alternativas que estão sendo adotadas no *CONDOMÍNIO CLUBE* estudado deveriam ser reproduzidas em todas as edificações altas da cidade de Salvador (BA).

Finalmente, a importância de reduzir o risco em edificações do tipo Condomínio Club justifica que sejam planejados investimentos em curto prazo, por parte do Governo do Estado. Esses recursos seriam destinados à aquisição de equipamentos que atendam a necessidade das edificações altas, tais como modelo de viaturas de combate a incêndio acima de 60,00m de altura e /ou outras tecnologias de combate a incêndio.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 5419:** Proteção contra descargas atmosféricas – Parte 1 a 4, Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

_____. **NBR 9077:** Saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

_____. **NBR 14880:** Saídas de emergência em edifícios – Escada de segurança – Controle de fumaça por pressurização. Rio de Janeiro: ABNT, 2014.

BAHIA. **Decreto nº 16.302**, de 27 de agosto de 2015. Regulamenta a Lei nº 12.929, de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico e dá outras providências. Salvador: Palácio do Governo do Estado da Bahia, DIÁRIO OFICIAL EXECUTIVO – BAHIA, 28 de agosto de 2015, 2015, n. 21765, p. 02-04. Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=302697. Acesso em: 23 jun. 2023.

_____. **Lei nº 12.929**, de 27 de dezembro de 2013. Dispõe sobre a Segurança Contra Incêndio e Pânico nas edificações e áreas de risco no Estado da Bahia, cria o Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar da Bahia - FUNEBOM, altera a Lei nº 6.896, de 28 de julho de 1995, e dá outras providências. Salvador: Palácio do Governo do Estado da Bahia, DIÁRIO OFICIAL EXECUTIVO – BAHIA, 29 de dezembro de 2013, Disponível em: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=263836. Acesso em: 23 jun. 2023.

BRASIL. Presidência. **Lei Nº 13.425, de 30 de março de 2017.** Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastre sem estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nos 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Publicado em: 31/03/2017, Edição: 63, Seção: 1, Página: 1, Órgão: Atos do Poder Legislativo. Disponível em: https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=13425&ano=2017&ato=593MzaE5EeZpWT216. Acesso em: 31 maio 2023.

CBMBA. Corpo de Bombeiros do Estado da Bahia. **Instrução Técnica nº 06 (IT-06).** Acesso de viatura na edificação estruturas e áreas de risco**.** Bahia, 2016a. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 07 (IT-07).** Separação entre edificações (isolamento de risco). Bahia, 2016b. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 09 (IT-09).** Compartimentação horizontal e compartimentação vertical. Bahia, 2022b. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 11 (IT-11).** Saídas de emergência. Bahia, 2016d. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 17 (IT-17).** Brigada de incêndio. Bahia, 2022c. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 18 (IT-18).** Sistema de iluminação de emergência. Bahia, 2022d. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 19 (IT-19).** Sistema de detecção e alarme de incêndio**.** Bahia, 2017a. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 20 (IT-20).** Sinalização de emergência. Bahia, 2017b. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 21 (IT-21).** Sistema de proteção por extintores de incêndio. Bahia, 2017c. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 22 (IT-22).** Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio. Bahia, 2016e. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 23 (IT-23).** Sistemas de chuveiros automáticos. Bahia, 2018a. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

_____. **Instrução Técnica nº 29 (IT-29).** Comercialização, distribuição e utilização do gás natural, 2021. Disponível em: http://www.cbm.ba.gov.br/instrucao-tecnica. Acesso em: 22 jun. 2023.

DUARTE, R.B.; ONO, Rosaria; BENTO, Silvio. **Problemática de incêndios em edifícios altos.** Livro Eletrônico, São Paulo: Ed. do autor, 2021.

JORGE, Gilson. Ainda há lugar para condomínio-clube em Salvador. **Jornal A Tarde**, Salvador, 18 nov. 2017. Caderno Imobiliário. Disponível em: https://atarde.com.br/imoveis/ainda-ha-lugar-para-condominio-clube-em-salvador-915336. Acesso em: 31 maio 2023.

MICHAELIS. **Dicionário brasileiro da língua portuguesa**. [s.d.]. Disponível em: https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues brasileiro/condomínio. Acesso em: 31 maio 2023.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. **Decreto nº 23.252,** de 18 de setembro de 2012. Regulamenta disposições da Lei nº 3.077, de 05 de dezembro de 1979 que estabelece normas de segurança contra incêndio e pânico. Diário Oficial Do Municipio – Salvador Bahia, Quarta-Feira, 19 de setembro de 2012, Ano XXV, n. 5.697. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/decreto/2012/2326/23252/decreto-n-23252-2012-regulamenta-disposicoes-da-lei-n-3077-de-05-de-dezembro-de-1979-que-estabelece-normas-de-seguranca-contra-incendio-e-panico. Acesso em: 31 maio 2023.

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: o controle de riscos de contaminação durante a pandemia, em um canteiro de obras

Katharina Ferreira Brito da Silva[1]
Shirley Becky Reis Alves[2]
Fernando Barreto Nunes Filho[3]

RESUMO

O estado de pandemia foi decretado oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, causando desdobramentos no setor de Construção civil, especificamente nos canteiros de obras. Esse artigo analisa os impactos da pandemia da Covid-19 na indústria de construção civil, a partir de um estudo de caso em canteiros de obra da MRV. Além de documentos publicados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) foram consultados os relatórios de resultados da referida empresa para os anos de 2020, 2021 e 2022. Ao final foi possível identificar os pontos que mais impactaram os custos, prazo, logística e gerenciamento de pessoas no canteiro de obras. Ou seja, além das questões imediatas ligadas ao isolamento e ao afastamento dos trabalhadores, ocorreram mudanças não previstas quanto à garantia de fornecimento de materiais. Essas mudanças extrapolaram o preço inicial, e colocaram a disponibilidade do insumo em risco. Foram necessárias novas regras e adaptações, que impactaram diretamente no prazo das obras, causando a revisão completa do planejamento da obra e do respectivo orçamento.

Palavras-chave: Pandemia. Canteiro de obras. MRV.

1. INTRODUÇÃO

A engenharia sustentável consiste em boas práticas ambientais, sociais e econômicas no setor da construção civil. A pandemia trouxe uma urgência para investimentos nas obras de infraestrutura, tornando cada vez mais necessário a atuação de engenheiros para desenvolver soluções qualificadas que possuem baixo custo e são sensíveis a natureza.

[1] Graduanda do curso de Engenharia Civil (UCSAL); e-mail: katharina.silva@ucsal.edu.br)
[2] Graduanda do curso de Engenharia Civil (UCSAL); (e-mail: shirley.alves@ucsal.edu.br).
[3] Professor do curso de Engenharia Civil (UCSAL), Doutor em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em Economia (UFBA), graduado em Engenharia Elétrica (UFBA); (e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br)

O estado de pandemia foi decretado oficialmente pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020, causando impactos diretos no setor de saúde, com desdobramentos para os diversos setores da economia. Esses desdobramentos estiveram relacionados com a fácil propagação do vírus, e com a exigência de isolamento social; em decorrência, os setores que não tinham como adotar o trabalho remoto, foram obrigados a paralisar de imediato suas atividades. A partir das medidas iniciais, outras foram implementadas num processo emergencial de reestruturação na gestão, na logística e nas atividades de trabalho das empresas.

A obrigatoriedade do isolamento social e a interrupção das atividades produziu um ambiente de incerteza nos vários setores da economia, com vários agravantes no da construção civil. Uma nova dinâmica seria necessária nas atividades operacionais em um canteiro de obras. Por outro lado, gradualmente, decretos nacionais e municipais estabeleceram novos procedimentos, que variavam de acordo com a região. Com isso, os impactos no setor foram diversos, conforme o tamanho da empresa e a sua localização.

Considerando-se que se tratava de um evento não-previsto, as obras em andamento foram obrigadas a se adequarem e assumir diversos custos não previstos em seus orçamentos. A adequação exigiu não apenas a redução de pessoas no canteiro de obras, como os ajustes realizados para adequar a produção ao atraso na entrega de materiais. Em acréscimo, os impactos dos custos não previstos nos fornecedores de insumo. causaram reajustes nos preços. Portanto, a adaptação à conjuntura social de pandemia produziu alterações no prazo das obras, e na produtividade e rentabilidade das empresas de construção civil.

Esse artigo analisa os impactos da pandemia da Covid-19 na indústria de construção civil, a partir de um estudo de caso em canteiros de obra da MRV. Além de documentos publicados pela Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) foram consultados os relatórios de resultados da referida empresa para os anos de 2020, 2021 e 2022. Nessa pesquisa foram identificadas as áreas mais afetadas pela Covid-19 dentro do âmbito da construção civil, juntamente com mudanças no dia a dia dos canteiros de obras.

2. O IMPACTO DO CORONAVÍRUS NA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Esse item aborda os aspectos econômicos da construção civil e sua contribuição para a economia do país, e em contrapartida, destaca os impactos da pandemia provocada pelo Coronavírus a partir de 2020. Muitos segmentos foram diretamente impactados, porém, o setor da construção civil se destacou pelo fato de que não é possível realizar seu trabalho remotamente. Foram necessárias medidas de controle de riscos, principalmente no canteiro de obras, a fim de impedir a propagação do vírus. Nos stands de vendas, foram adotadas medidas de trabalho remoto, porém os canteiros de obra tiveram que criar regras, uma nova gestão, e controle de pessoas, principalmente em grupos de risco. Nesse item, será abordado todos esses aspectos e as soluções para uma nova realidade que se estendeu por dois anos.

2.1 A IMPORTÂNCIA DO SETOR NA ECONOMIA

A importância do setor da Construção civil para a economia do país extrapola o potencial de geração de empregos, e transparece na sua participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro – cerca de 9,7% em 2021 (CBIC, 2021) No que se refere à arrecadação tributária, conforme Vieira e Nogueira (2018, p. 370), “o setor acarreta um impacto em torno de 23% dos gastos com produção de atividades da construção, que são injetados nos cofres públicos na forma de impostos sobre produtos e contribuições sociais”.

Contudo, o desempenho do setor na economia, conforme Degani (2022), requer um ambiente econômico que incluí “taxa de juros, estabilidade econômica, investimentos estrangeiros e investimentos públicos em infraestrutura e moradia”. Ou seja, os impactos são significativos, quer no início da crise, que na sua superação. Esse comportamento verificou-se na crise econômica produzida pela pandemia. Por conta disso, o impacto da Covid-19 no setor foi superior quando comparado com outros setores.

De acordo com a pesquisa realizada pela Comissão de Políticas de Relações Trabalhistas (CPRT) da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC, 2022), cerca de 80,8% das empresas foram afetadas pela onda do Coronavírus ou Influenza desde o fim de 2021. Contudo, à medida em que a pandemia foi sendo

mais controlada, o setor conseguiu se adaptar às novas exigências sociais, gerando situações mais favoráveis para a recuperação financeira.

Então, por ocasião da retomada pós pandemia, o setor contribuiu para a busca da estabilidade econômica. Em sua participação em um dos principais seminários do setor da Construção Civil, o Summit ABRAINC 2022, o então ministro da economia, Paulo Guedes, declarou que: “o setor imobiliário foi um dos responsáveis por ajudar o Brasil a superar os obstáculos deixados pela pandemia, pois manteve empregos e acelerou o nível de atividades”. (ABRAINC, 2022)

2.2 O IMPACTO DO COVID-19 NA ECONOMIA DO SETOR

No período anterior à pandemia, no final de 2019, a previsão da Bolsa de Valores era de ascensão para o setor da construção civil em 2020, pois o ano foi marcado por vários fatores favoráveis para a Bolsa, como a redução da taxa de juros, aprovação da reforma da Previdência e a perspectiva de retomada da economia (Informe Diário, 2019). Porém, por conta do Coronavírus em 2020, este ritmo seria interrompido, por isso em março de 2020, a expectativa era de uma perda nos ganhos vistos em 2019.

Em 2019, o setor possuía um total de 125 mil empresas ativas, responsáveis por gerar R$ 288 bilhões em incorporações, obras e serviços de construção (IBGE, 2021). Mas, após o início da pandemia no ano seguinte, o setor não evoluiu nos aspectos construtivos, mas foi obrigado a implantar novas tecnologias para uma tentativa de industrializar a cadeia produtiva, além da nova ideia do trabalho remoto, que alteraram projetos e redução de demandas por espaços corporativos (Pereira; Azevedo, 2020).

Na tentativa de reduzir os impactos da pandemia, o Banco Central, diminuiu as taxas de juros influenciando diretamente o mercado imobiliário. Nessa mesma linha de ação, a Caixa Econômica Federal reduziu os juros do crédito imobiliário na modalidade atrelada à poupança: “[...] as novas taxas vão partir de TR + 2,80% ao ano, somadas à remuneração da Poupança”; para o Programa Casa Verde e amarela, a “redução em 0,5% nos juros para famílias com renda mensal entre R$ 2.000,01 e R$ 2.400”. (ABRAINC, 2022)

Em obras relacionadas a uma margem mais baixa, como a Casa Verde e Amarela que foram contratadas antes do aumento dos preços dos insumos

relacionado à falta de abastecimento de materiais em 2020, os empreendimentos podiam ser inviáveis (Hashiguchi, 2021). Segundo esse autor, os maiores impactos observados foram no aumento dos preços dos insumos relacionados à falta de abastecimento dos materiais. Isso impactaria diretamente em obras que foram iniciadas com os preços anteriores, como por exemplo a Casa Verde Amarela, em que os valores geralmente são mais baixos, tornando esses empreendimentos impraticáveis.

3. O CONTROLE DE RISCOS NO CANTEIRO DE OBRAS

O enfrentamento da pandemia do coronavírus exigiu a participação dos três níveis de governo, juntamente com toda a sociedade e as entidades representativas dos vários setores. Nesse sentido, logo após as primeiras medidas do governo, a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) defendeu que essa atividade fosse considerada como essencial. Em sua argumentação, essa entidade listava "as montagens de estruturas de segurança, unidades de saúde, manutenção de redes, o risco de desabastecimento de água e o comprometimento do tratamento de esgoto". (CBIC, 2020)

Para a entidade as atividades de construção não poderiam parar, inclusive nos canteiros de obras, que deveria ser considerado um ambiente de trabalho diferenciado, sujeito a rigorosos procedimentos de saúde e proteção de trabalhadores e terceiros, inclusive com a obrigatoriedade do uso de equipamentos de proteção – uniformes, luvas, óculos e máscaras de proteção. (CBIC, 2020)

Diante desse contexto, de forma conjunta, a CBIC e várias entidades de trabalhadores apresentaram uma lista de recomendações que deveriam ser adotadas nos canteiros de obras:

- fornecer lavatórios com água, sabão, álcool 70% [...];
- restrição a entrada e circulação de fornecedores de materiais [...];
- medidas de distanciamento social em ambientes fechados;
- avaliar a possibilidade de definição de turnos diferenciados;
- o afastamento imediato de pessoas que apresentem sintomas;
- adoção de medidas alternativas como o home office;
- o afastamento imediato de pessoas do grupo de risco;
- acompanhar condições de saúde de trabalhadores e familiares;
- ações de higiene necessárias para utilização do transporte público. (CBIC, 2020)

Pela Portaria Conjunta nº 20 publicada pelo Ministério da Economia/Secretaria Especial de Previdência e Trabalho (2020) determinou os procedimentos que deveriam ser adotados pelas empresas no ambiente de trabalho, principalmente nas áreas comuns – refeitórios e banheiros - e na identificação e afastamento dos trabalhadores com sintomas. (Brasil, 2020)

A partir dessa Portaria, as construtoras deveriam se adaptar quanto ao controle do risco de contaminação no canteiro de obras, a implantação de turnos diferenciados e os procedimentos que deveriam ser adotados pelos que estavam em regime remoto. Em paralelo, algumas cartilhas contendo medidas de prevenção começaram a ser divulgadas. Dentre elas, motivado pela situação de emergência, destaca-se o manual preparado pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS) e pela Oficina das Nações Unidas de Serviços para Projetos (UNOPS) que recomendava ações direcionadas para os seguintes aspectos:

a) Medidas de prevenção: higienização; cadastro de funcionários em condição de risco; organização do trabalho; Áreas de consumo de alimentos;
b) Processo de triagem na chegada ao canteiro de obra;
c) Medidas preventivas relacionadas ao uso de transporte;
d) Medidas preventivas para a chegada a casa após a jornada de trabalho;
e) Procedimento em caso de contágio;
f) Manejo do estresse (OPAS/UNOPS, 2020)

Para as medidas de higienização e isolamento social, o manual da OPAS/UNOPS continha modelos para comunicação visual em obras, conforme ilustrado na Figura 1:

Figura 01 - Pôsteres de divulgação de medidas de prevenção.

Fonte: (OPAS /UNOPS, 2020).

No Estado da Bahia, não houve uma regulamentação específica para o combate ao Coronavírus no setor da construção civil. As medidas determinadas pelo município de Salvador, através do Decreto nº 32.461, de 01/06/2020, estabeleceram protocolos gerais e setoriais para a realização de atividades econômicas, incluindo a construção civil. Em apoio às determinações, o SESI-BA e o SINDUSCON-BA criaram um Guia de Prevenção ao Covid-19 (2020) que ressalta o uso correto das máscaras, e adota as orientações para boas práticas de higiene, atenção com trabalhadores de risco, e orientações gerais que deveriam ser usadas nos canteiros no momento do DDS (diálogo diário de segurança).

Um dos grandes problemas da pandemia foi a fácil propagação da doença, principalmente no canteiro de obras, sendo necessárias novas medidas no ambiente de trabalho. De acordo com o ebook “Controle de Propagação da Covid-19 em Canteiro de Obras” (2021), elaborado por três diferentes universidades (UFRG, UFBA e UFC), os principais desafios nesse meio foram divididos em cinco categorias: organização e limpeza do canteiro; distanciamento social; gestão da segurança e da informação; produção; e conscientização dos trabalhadores. (Tonneto *et al*., 2021)

A pesquisa dessas universidades destacou que um dos desafios mais importantes para evitar maior contágio era o distanciamento social, além da conscientização dos trabalhadores, principalmente em áreas comuns como os vestiários e refeitório. Para comprovar, o ebook transcreve uma pesquisa realizada com técnicos de segurança de obras no Rio Grande do Sul: “além do desafio de

manter o distanciamento social nas áreas de vivência, algumas atividades da construção necessitam de força física e dificultam o distanciamento social." (Tonneto *et al.,* 2021)

O ponto inicial disso, seria focar na gestão da segurança e da informação, pois será necessário novos protocolos e treinamentos para os colaboradores. Além disso, deverá ser reforçada a sinalização do cuidado, além de equipamentos de higienização no local (álcool em gel e lavatórios) e fiscalização do uso destes equipamentos. Para comprovar, o ebook transcreve uma entrevista com um epidemiologista: "as medidas adotadas na construção civil são eficazes, contanto que tenha fiscalização no canteiro para cumprimento dessas medidas. Não só uma fiscalização do órgão público, mas a fiscalização da própria empresa". (Tonneto *et al.*, 2021)

A estratégia recomendada pela publicação das Universidades é adotar uma hierarquia de controle de riscos, que estabelece uma ordem a ser seguida para controlar um determinado risco, conforme ilustrado na figura 02:

Figura 02 - Hierarquia de Controle de Riscos

Fonte: Tonneto *et al.* (2021.p. 11).

Não apenas com testes, mas as empresas deveriam se reinventar com novas regras, sinalizações, exigir o distanciamento social e fornecimento de produtos de saúde (pias com sabonete, e álcool em gel).

Na época que a doença realmente alcançou todos os setores, o da construção civil foi um dos que mais foi impactado, pelo simples fato de que é uma grande concentração de pessoas em um “pequeno” espaço, que seria o canteiro de obras. 80,8% das empresas foram impactadas pela onda do Covid-19 e dessas, 86% tiveram que enfrentar afastamento do canteiro de obras devido a infecções (CBIC, 2022). Além disso, a mesma pesquisa feita pela CBIC (2022) mostra que 59,54% afirmam que o afastamento dos trabalhadores influenciou o cronograma de obras, porém, apenas 58,30% fornecem ou exigem testes de Covid-19 para seus funcionários e só 51,24% exigem comprovante de vacinação, o que mostra um certo descuido na hora de impedir a disseminação da doença no canteiro

4. IMPACTOS NA MRV&CO DURANTE A COVID-19

Quando divulgou os dados operacionais em janeiro de 2020, antes da pandemia, a MRV informou que a concentração de lançamentos em dezembro havia prejudicado as vendas do trimestre. Isso porque, os números do Relatório 2019 indicavam que receita líquida caiu de R$ 1,5 bilhão para R$ 1,4 bilhão, o lucro bruto recuou 16%, para R$ 420 milhões, com a margem bruta caindo de 3,2 pontos percentuais (p.p.), para 29,6%. Como explicação, a Diretoria considerou o ano de 2019 como desafiador. Contudo, segundo o mesmo relatório, o ambiente era de otimismo. “com o novo cenário de juros baixos no país e o crescente déficit habitacional do Brasil, vemos 2020 como um ano de grandes oportunidades, que propiciarão crescimento em nossa operação”. (Ryngelblum, 2020)

Os impactos da Covid-19 na MRV começaram a serem sentidos no primeiro trimestre de 2020 com base no relatório de resultado divulgado pela empresa naquele período A expectativa havia mudado. Diante do cenário inesperado de pandemia, A MRV se comprometeu em implementar as ações de prevenção e contenção da doença, com campanhas e investimentos para sociedade e para seus trabalhadores.

As principais ações tomadas nesse primeiro momento foram a implementação do home office para 85% dos colaboradores de escritório e grupos de risco, e a criação de um protocolo de higienização nas lojas, escritórios e obras. Além disso, a empresa ainda aderiu à campanha “não demita” por 60 dias para

colaborar com a manutenção dos empregos (MRV, 2020). Destaque-se que no período inicial a empresa estava com mais de 200 obras em andamento, 300 plantões de vendas espalhados pelo Brasil e mais de 20 escritórios em todo território nacional. Apesar da necessidade de redução no ritmo das obras, a empresa considerou que a agilidade na implementação das ações de prevenção garantiu uma melhor condição de trabalho para os seus colaboradores (MRV, 2020).

Figura 03 – Medidas de prevenção

Fonte: Pesquisa de campo, 2020

Os resultados em 2020 indicaram que a MRV apresentou uma variação positiva, quando comparados com 2019, independente da variação da margem bruta não ter sido expressiva. A explicação da Diretoria para seus acionistas foi de que o comportamento do mercado de construção civil, e o desempenho das ações de todas as empresas na Bolsa de valores refletiu as consequências da pandemia. Por esse motivo, a empresa mantinha-se otimista, com a perspectiva de uma recuperação gradativa à medida o mercado tendesse a retornar aos patamares anteriores.

4.2 CANTEIROS DE OBRAS: O PROBLEMA DO SUPRIMENTO

Nos canteiros de obras da MRV os principais pontos trabalhados foram a falta de abastecimento, a falta de transporte para os operários e as tentativas de negociação para reduzir os custos diretos e indiretos. Durante a pandemia, rompeu-

se a premissa básica da logística, que preza pela compra na quantidade e no tempo correto mantendo somente o mínimo de estoque, evitando a mobilização de capital em material. Vários contratos tiveram de ser negociados, e mesmo com uma moeda corrente reajustando os orçamentos, manter os patamares de custos iniciais constituiu-se em um desafio.

O aspecto mais crucial para o andamento das obras foi a gestão da cadeia de suprimentos que trabalhou para manter o fornecimento de insumos, serviços e materiais. Apesar das adaptações introduzidas pelo grupo de suprimentos, os impactos da pandemia foram significativos, reduzindo a margem de manobra no planejamento de compras e na aquisição correta dos materiais. Os fornecedores de insumos da Construção civil, de forma geral, alongaram os respectivos prazos de entrega desses insumos como uma forma de se adequarem a uma situação de trabalhar com equipes reduzidas em seus processos produtivos. Para determinados insumos, o produto dependia do fornecimento de insumos intermediários, gerando uma cadeia de prorrogações de prazos de entrega.

Por exemplo, no empreendimento Solar das Fontes, em Salvador, local de trabalho de um dos autores desse artigo, foram registradas ocorrências na área de suprimentos que produziram impactos para a obra como um todo, No caso do fornecimento de cimento, um dos insumos mais importantes, a programação de entrega foi alterada diversas vezes impactando diretamente nas concretagens das unidades. Na referida obra, o atraso na entrega das bancadas de granito pelos fornecedores impediu a finalização dos primeiros apartamentos no prazo inicialmente planejado. Em resumo, a redução na oferta de determinados materiais provocou um aumento no preço. Por exemplo, os preços de cabos de cobre e telas de aço subiram fora de controle.

O problema fundamental do suprimento indicava que naquela situação, o mais importante era garantir o fornecimento, com uma negociação no preço. O custo do material parado em estoque, passou a ser secundário. No que se refere à garantia do suprimento, a MRV implementou as seguintes ações:

- Ação de Negociação – Suprimentos: foram mapeadas as principais categorias e oportunidades, para que deflagar negociações específicas para redução efetiva de valores e custo total; os principais fornecedores foram avaliados em termos de faturamento e da ampliação dos respectivos prazos;

- Intensificação da comunicação com fornecedores para um acompanhamento minucioso de potenciais impactos do Coronavírus em relação a: abastecimento, entregas, políticas de produção, potenciais paralisações etc;
- Reuniões de Comitê - Gestores Suprimentos (Diárias, das 14:30 às 15:15), detalhando sobre as principais ações e diretrizes do dia;
- Equipes em Trabalho Full Time, via Home Office (90% em Home Office, com atendimento integral via e-mail, workchat, e demais meios de comunicação, internamente e com fornecedores);
- Contratos/Gestão de Terceiros: criação de aditivos de contrato, em conjunto com o Departamento Jurídico, para enviar para prestadores de serviço que tiveram suas atividades suspensas/paralisadas. (MRV, 2020)

Essas foram algumas das ações utilizadas pelo setor de suprimentos da empresa, com o objetivo de minimizar os impactos. Dessa forma, foi possível manter as obras operando sem necessidade de paralisação, o que foi considerado pela direção da empresa como um ponto positivo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse artigo foi analisar os impactos da pandemia da Covid-19 na indústria de construção civil, a partir de um estudo de caso em canteiros de obra da MRV. Após o levantamento dos impactos causados no setor, e das medidas que foram adotadas nos canteiros de obras, constatou-se um desdobramento dos impactos que atingiram os fornecedores de insumos.

Ou seja, além das questões imediatas ligadas ao isolamento e ao afastamento dos trabalhadores, ocorreram mudanças não previstas quanto à garantia de fornecimento de materiais. Essas mudanças extrapolaram o preço inicial, e colocaram a disponibilidade do insumo em risco. Foram necessárias novas regras e adaptações, que impactaram diretamente no prazo das obras, causando a revisão completa do planejamento da obra e do respectivo orçamento. No estudo de caso, uma das obras da Construtora MRV, em Salvador, as consequências da paralisação da obra e o impacto correspondente no custo e na prorrogação do prazo de entrega, foram necessários novos protocolos operacionais.

Em um cenário de variações e inúmeras incertezas, o setor da Construção Civil enfrentou muitas dificuldades desde o aumento descontrolado nos preços dos

insumos até a paralisação dos processos operacionais. Esses fatores dificultam a projeção de custos e produziram um ambiente de imprevisibilidade.

Para superar as dificuldades de operar um canteiro de obras no biênio 2020-2021, foi necessária uma ampla readaptação, não apenas no canteiro de obras - nova gestão, novas regras de afastamento social e comunicação visual - como também nos escritórios com a prática do trabalho remoto. Ao final do processo, constatou-se que algumas práticas foram benéficas para as empresas, pois representaram uma economia de custos em gestão e operação.

REFERÊNCIAS

ABRAINC. Associação Brasileira De Incorporadoras Imobiliárias**.. SUMMIT ABRAINC 2022 debate futuro do país e caminhos para o crescimento do setor**. Disponível em: https://www.abrainc.org.br/abrainc-news/2022/03/25/summit-abrainc-2022-debate-futuro-do-pais-e-caminhos-para-o-crescimento-do-setor/. Acesso em: 09 set. 2023.

BRASIL. Ministério da Saude. Secretaria Especial de Previdência e Trabalho. **Portaria Conjunta MS/SEPRT Nº 20**, **de 18/06/2020**. Estabelece as medidas a serem observadas visando à prevenção, controle e mitigação dos riscos de transmissão da COVID-19 nos ambientes de trabalho (orientações gerais). Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-conjunta-n-20-de-18-de-junho-de-2020-262408085. Acesso em: 10 set. 2023.

CBIC. Câmara Brasileira Da Indústria Da Construção. **A pandemia do coronavírus**: Recomendações para o ambiente de trabalho na indústria da construção civil, Brasília. 2020. Disponível em: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2020/03/A_pandemia_do_coronavirus.pdf. Acesso em: 10 set. 2020.

_____. **Construção Civil:** desempenho 2021 e cenário para 2022**.** Dezembro de 2021. Disponível em: https://cbic.org.br/wp-content/uploads/2021/12/construcao-civil-desempenho-2021-e-cenarios-2022.pdf. Acesso em: 09 set. 2023.

_____. P**esquisa**: 80,8% das empresas da construção afirmam impacto pela nova onda de Covid-19 e Influenza, 27 jan. 2022. Disponível em: https://cbic.org.br/relacoestrabalhistas/pesquisa-808-das-empresas-da-construcao-afirmam-impacto-pela-nova-onda-de-covid-19-e-influenza/. Acesso em: 09 set. 2023.

DEGANI, Jonathan. O Impacto e a importância da construção civil no Brasil. **Sienge**, 2022. Disponível em: https://www.sienge.com.br/blog/construcao-civil-no-pais/. Acesso em: 12 nov. 2022.

HASHIGUCHI, Lucas. **Impactos da pandemia do Covid-19 no setor econômico da construção civil**: estudo de caso. 2021. 33 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Engenharia civil) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/240277/001139901.pdf?sequence=1>. Acesso em: 22 out. 2022.

INFORME DIÁRIO. **Varejo e construção são vedetes da Bolsa em 2019,** dez. 2019. Disponível em: https://informediario.com.br/2019/12/30/varejo-e-construcao-sao-vedetes-da-bolsa-em 2019/. Acesso em: 28 nov. 2022.

MRV. **Relatório de sustentabilidade**. 2020. Disponível em: https://www.mrv.com.br/sustentabilidade/upload/Publicacoes/mrv_rs2020-20210527182108.pdf. Acesso em: 04 dez. 2022.

MRV. **Central de Resultados**. 2022. Disponível em: <https://ri.mrv.com.br/informacoes-financeiras/central-de-resultados/>. Acesso em: 04 dez. 2022.

OPAS; UNOPS. Organização Panamericana de Saude, Oficina Das Nacões Unidas De Serviços Para Projectos **Covid-19**: medidas de prevenção em obras. 2020. Disponível em: https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52222/OPASFPLPSCOVID-19200007_por.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 set. 2023.

PEREIRA, Lohana L; AZEVEDO Bruno F. de. O Impacto da pandemia na construção civi**l**: o papel da gestão no cenário atual. **Boletim do Gerenciamento**, [S.l.], v. 20, n. 20, p. 71-80, nov. 2020. Disponível em: https://nppg.org.br/revistas/boletimdogerenciamento/article/view/519. Acesso em: 10 set. 2023.

RYNGELBLUM, Ivan. MRV: Lucro líquido cai 21% no 4º trimestre, para R$ 151 milhões. São Paulo, **Valor**, 02 mar. 2020. Disponível em: https://valorinveste.globo.com/mercados/renda-variavel/empresas/noticia/2020/03/02/mrv-lucro-liquido-cai-21percent-no-4o-trimestre- para-r-151-milhoes.ghtml. Acesso em: 10 set. 2023.

TONNETO *et al.* **Controle da propagação da COVID-19 em canteiros de obras**: Principais medidas e desafios da construção civil frente à pandemia. UFRGS/IMED/UFBA/UFC, 2021. Disponível em: https://www.ufrgs.br/ciencia/wp-content/uploads/2021/04/Ebook_Controle-da-propagacao-da-propagacao-da-COVID-19-em-canteiros-de-obra.pdf. Acesso em: 15 out. 2022.

VIEIRA, Bianca A.; NOGUEIRA, Lauro. Construção civil: crescimento *versus* custos de produção civil. **Sistemas & Gestão 13**, p. 368, 2018. Disponível em: https://www.revistasg.uff.br/sg/article/view/1419/pdf. Acesso em: 22 out. 2022.

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: Sistema de Reaproveitamento de Águas Cinza Servidas no Canteiro de Obras

Arthur Rodrigues Ferreira de Lavor [1]
Breno Bezerra Fonseca[2]
Isabela Almeida Miranda[3]
Luiz Otávio Albuquerque Bastos[4]
Kilcy Costa Ferraz[5]

RESUMO

A crescente demanda por água é incompatível com a disponibilidade hídrica e tem tornado o reuso planejado deste recurso um debate pertinente a sociedade. O setor da construção civil, pelo seu elevado grau de impacto socioambiental, é permeado há décadas pela necessidade de responsabilidade ambiental em suas práticas, entretanto, ainda há espaço para melhorias sistêmicas eficazes e sustentáveis. Sendo assim, o presente trabalho tem como objetivo dimensionar e analisar a viabilidade econômica do reaproveitamento de águas cinza em um canteiro de obras, apresentando um projeto economicamente viável para minimizar os impactos de desperdício de água que poderia ser reutilizada em um empreendimento em construção na cidade de Salvador. Buscou-se dimensionar o sistema de reaproveitamento e tratamento das águas cinza provenientes do canteiro, de modo a evidenciar a economia gerada pelo reúso do recurso em atividades pré-definidas. Com a análise dos dados coletados e o desenvolvimento do projeto, foi notório que o sistema sugerido fundamenta um projeto vantajoso para a construtora, cujos benefícios vão além do marketing sustentável. A sugestão aqui apresentada surge como uma alternativa para reduzir o impacto ao meio ambiente causado durante a fase construtiva dos empreendimentos, através do desenvolvimento de um projeto hidrossanitário sustentável para o canteiro de obras do Undae Ocean Residence.

Palavras-chave: Reaproveitamento de Água. Águas cinza. Canteiro de obras. Construção sustentável.

1. INTRODUÇÃO

A crescente demanda por água, em decorrência do aumento demográfico mundial, do agravamento da cultura de consumo, do aumento da poluição do meio

[1] Graduando em Engenharia Civil (UCSAL), e-mail: arthur.lavor@ucsal.edu.br
[2] Graduando em Engenharia Civil (UCSAL), Graduado Técnico em Edificações (UNIFACS) e Técnico em Petróleo e Gás Natural (Senai); e-mail: breno.fonseca@ucsal.edu.br
[3] Graduada em Engenharia Civil (UCSAL) semestre 2023.1, e-mail: isabela.miranda@ucsal.edu.br
[4] Graduando em Engenharia Civil (UCSAL), e-mail: luiz.bastos@ucsal.edu.br
[5] Professora do curso de Engenharia civil (UCSAL), Mestre em Engenharia Ambiental-Recursos Hídricos (UFES), graduada em Engenharia de Agrimensura (UFV); e-mail:kilcy.ferraz@pro.ucsal.br

ambiente, dentre outros fatores, é incompatível com a disponibilidade do recurso hídrico e tem tornado o reuso planejado de águas residuais uma necessidade e um debate pertinente a toda sociedade.

O insumo natural, essencial para sobrevivência dos seres vivos do planeta, também é absolutamente imprescindível para a indústria da construção civil e sua cadeia produtiva, com consumo significativo no contexto do ciclo de vida de uma edificação. O reaproveitamento da água utilizada em instalações provisórias pode ser uma alternativa social e ambientalmente responsável, além de viável economicamente, e deve ser observada com mais relevância pelas construtoras e incorporadoras, cujo foco, quando se trata de reaproveitamento de água, geralmente volta-se exclusivamente para a fase de ocupação das edificações.

O investimento em ações que promovam práticas sustentáveis e sociais tem sido, cada vez mais, critério de escolha para os consumidores, em todas as vertentes. O mercado da construção, devido ao elevado grau de impacto socioambiental, já é permeado há décadas pela demanda por consciência ambiental em suas práticas. No entanto, sabe-se que, apesar do avanço nos debates e da promoção de posturas mais efetivas voltadas para essa finalidade, ainda há muito *greenwashing*[6].

A grande difusão recente dos conceitos de ESG (*Environmental, Social and Governance*) no mundo corporativo mundial tem impactado como um catalizador na implementação de medidas sustentáveis eficazes. Desse modo, com a crescente cobrança dos investidores e clientes às grandes empresas do segmento da construção, tende-se à progressiva implementação de condutas sustentáveis.

Diante do exposto, o presente trabalho tem como finalidade dimensionar e analisar a viabilidade econômica do reaproveitamento de águas cinza em um canteiro de obras, usando como estudo de caso o empreendimento Undae Residence da Construtora Moura Dubeux.

A metodologia adotada para a elaboração do trabalho foi a exploração de referências bibliográficas como monografias, artigos e pesquisas, juntamente com

[6] De acordo com o Oxford English Dictionary, "*greenwash*", ou "*greenwashing*" é a falsa informação disseminada por uma instituição para apresentar uma imagem pública de responsabilidade ambiental. O termo consta no dicionário desde 1999.

relatos coletados com os funcionários da obra, à exemplo do gerente Eng. Civil Bruno Freire, responsável pelo setor de instalações.

A temática abordada no artigo é de suma importância, pois sendo o setor da Construção Civil um dos grandes consumidores do recurso hídrico, as águas residuais, ditas “cinza” quando devidamente tratadas apresentam um grande potencial de reuso para fins não potáveis e se torna uma prática, não só economicamente viável como também uma medida sustentável para contribuir na gestão do insumo.

2 GESTÃO E USO EFICIENTE DOS RECURSOS HÍDRICOS

A ANA (2022) prevê um aumento de 42% das retiradas de água nos próximos 20 anos, até 2040, passando de 1.947 m³/s para 2.770 m³/s, o que significa um incremento de 26 trilhões de litros ao ano extraídos de mananciais. Com isso, evidencia-se a necessidade de ações de planejamento para que os usos se desenvolvam com segurança hídrica.

Para Yassuda (1993), a gestão integrada dos recursos hídricos traz eficiência que envolve ações que visam otimizar o uso da água, proteger as fontes de água, prevenir a poluição e promover a sustentabilidade hídrica. Portanto, adotar políticas de proteção ambiental e buscar soluções inovadoras e mitigadoras, como a reciclagem de águas residuais são ações fundamentais para promover a mudança de atitude e garantir a disponibilidade de água para as gerações futuras.

2.1 REUTILIZAÇÃO DE ÁGUAS RESIDUAIS: ÁGUAS CINZA.

Observa-se uma tendência global de aumento do reaproveitamento de água, que consiste em coletar, tratar e reutilizar água de diferentes fontes, em vez de depender, exclusivamente, de água potável para todas as necessidades. O crescente reconhecimento da importância da gestão sustentável dos recursos hídricos e a necessidade de enfrentar a escassez hídrica têm impulsionado a adoção de práticas de reuso de água em todo o mundo.

A primeira regulamentação a tratar de reuso da água no Brasil foi a NBR 13969 (ABNT, 1997), na qual aborda-se a reutilização como uma opção à

destinação de esgotos de origem doméstica ou com características similares. Quanto ao reuso local dos esgotos sanitários, esta norma menciona que “o esgoto de origem essencialmente doméstica ou com características similares deve ser reutilizado para fins que exigem qualidade de água não potável, mas sanitariamente segura, tais como irrigação dos jardins, lavagem dos pisos e dos veículos automotivos, na descarga dos vasos sanitários, na manutenção paisagística dos lagos e canais com água, na irrigação dos campos agrícolas e pastagens etc. A supracitada norma admite também que o esgoto tratado em condições de reuso possa ser exportado para além do limite do sistema local para atender à demanda industrial ou outra demanda da área próxima.

Gonçalves (2006) destaca que as linhas de produção de águas residuárias domésticas para fins não potáveis podem ser classificadas em:

a) Águas negras: trata-se das águas residuárias procedentes das bacias sanitárias, as quais apresentam em seu conteúdo fezes, urina e papel higiênico;
b) Águas amarelas: refere-se às águas residuárias oriundas dos processos separadores de urina e fezes, como os mictórios e as bacias sanitárias separadoras;
c) Águas cinza: são as águas servidas, oriundas de pontos de consumo como os lavatórios, chuveiros, banheiras, pias de cozinha, máquinas de lavar roupas e tanques.

Por serem menos poluídas que as águas negras no que diz respeito à ausência de fezes, urina, papel higiênico etc., as águas cinza têm recebido especial atenção como alternativa para reuso. Entretanto, suas características devem ser levadas em consideração ao se avaliar as possibilidades de reuso incluindo inclusive pré-tratamento. O reuso das águas cinza é indicado para descargas sanitárias, por exemplo, e em outros fins para os quais a potabilidade não é considerada fator preponderante (Rapoport, 2004, p.11).

Giacchini (2016) salienta que os processos utilizados para tratar água cinza são semelhantes aos utilizados em estações de tratamento de esgoto sanitário para produzir água de reuso inodora e com baixa turbidez.

A legislação sobre reuso de água no estado da Bahia é regida principalmente pela Lei Estadual nº 11.612 de 2009, que dispõe sobre a utilização de água residual não potável no estado. Esse regulamento estabelece critérios e diretrizes para o reuso de água não potável em atividades como irrigação de áreas verdes, lavagem de pisos e veículos, entre outros usos. A lei estabelece definições importantes

relacionadas ao uso de água de reuso, como água residuária, sistema de reuso, entre outras, e determina que o uso de água de reuso deve ser previamente autorizado pelos órgãos competentes, que são responsáveis por estabelecer os critérios e exigências para a sua utilização. É evidenciada, ainda, a necessidade de fiscalização e monitoramento periódico do sistema de reuso, a fim de assegurar o cumprimento das normas e garantir a qualidade da água utilizada.

2.2 USO DE ÁGUA RESIDUAL EM ATIVIDADES DA CONSTRUÇÃO CIVIL

A construção civil consome um volume hídrico considerável, apesar disso, a água não é tratada, neste contexto, como material de construção. Para a confecção de um metro cúbico de concreto, gasta-se em média de 160 a 200 litros e, na compactação de um metro cúbico de aterro, podem ser consumidos até 300 litros de água. Além disso, a água é importante para a realização de serviços de limpeza, resfriamento e cura do concreto, preparação de argamassas e outros produtos que demandem incorporação de água, preparação do canteiro de obras (terraplanagem), limpeza de equipamentos e ferramentas, irrigação e paisagismo etc. (Pessarello, 2008).

O setor construtivo consome água desde a extração de matérias-primas desejadas e disponíveis na natureza até os processos finais de acabamento de uma construção. O consumo de água varia a depender do tamanho do empreendimento, do local, das condições climáticas e das práticas adotadas pela empresa de construção. Desse modo, cabe às construtoras adorarem medidas que possam minimizar o consumo de água pela indústria da construção civil.

Conforme afirma Rapoport (2004) a caracterização das águas cinza desempenha um papel crucial na definição das estratégias de tratamento e na seleção das tecnologias apropriadas para sua reutilização na construção civil. Com base nos resultados da caracterização, podem ser implementados tratamentos adicionais, como filtração, desinfecção e remoção de nutrientes, para garantir que a água seja adequada para o uso pretendido.

Segundo May (2008), a identificação e a caracterização do risco potencial da presença de organismos na reutilização de águas cinza é a base para o sucesso do uso de sistemas de reaproveitamento do insumo. Em seu estudo a autora

evidencia a presença de efluentes como a urina, saponáceos que podem danificar o concreto. Então, surge a necessidade de um uso adequado das águas ditas “cinza” e o seu reuso.

A fim de mitigar os efeitos prejudiciais desses efluentes presentes nas águas cinza, pesquisadores recomendam a aplicação de revestimentos protetores e selantes adequados. Segundo Johnson *et al*. (2020), a utilização de revestimentos à base de epóxi ou poliuretano pode criar uma barreira resistente à penetração da urina e proteger a superfície do concreto contra a corrosão e manchas. Além disso, a manutenção regular e a limpeza adequada das áreas expostas à urina são essenciais para prevenir danos futuros. A conscientização sobre os efeitos nocivos da urina no concreto é fundamental para garantir a durabilidade e a estética das estruturas construídas.

3 ESTUDO DE CASO

Por se tratar de um empreendimento de grande porte, há elevada circulação de colaboradores, gestores, fornecedores, equipe de administração, seguranças e outros, com isso, o consumo de água potável é considerável e em consequência, em alguns momentos, inevitavelmente ocorre muito desperdício. O trabalho iniciou com o processo de estudo de campo em 2022, quando foram coletadas informações preliminares e então, a partir dessas, iniciou-se a verificação da viabilidade de execução do projeto de reuso das águas servidas cinza do canteiro.

A grande área externa descoberta foi cogitada como possível local de implantação do sistema de tratamento por possuir trechos de área verde e por eliminar a necessidade de realocação dos reservatórios ao longo da evolução da construção.

3.1 DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Aqui buscou-se projetar um cenário de economia de custos com água e esgoto, baseada na concepção de um projeto de captação, tratamento e reaproveitamento de águas cinza provenientes de lavatórios, pias, chuveiros e ralos, de uso geral no canteiro. A implantação do projeto proporcionaria à

construtora água tratada para simples utilizações como lavagem de pneus dos caminhões, lavagem de pisos calçadas, lavagem de alguns tipos de fachadas, do canteiro em geral, de sanitários e vestiários etc., considerando os diversos pontos de coleta anteriormente mencionados.

A partir dos dados acessados, sabe-se que foram gastos na obra em análise, nos últimos quinze meses, 5.118 mil m³ de água, totalizando o gasto de R$ 223.499,77 com o insumo. Considerando-se, ainda, que os totais apresentados excluem eventuais gastos com fornecimentos alternativos como por meio de carros-pipa, cuja utilização é necessária em algumas fases deste tipo de projeto, especialmente em demandas que dispensariam o uso de água potável, o sistema também contribuiria com a redução no consumo de água através destas contratações para serviços como o de limpeza de pisos de áreas comuns.

Foram adquiridas, através de entrevista semiestruturada, informações sobre a empresa e seu controle sobre a média de consumo mensal de água nos empreendimentos. A Tabela 1 traz os dados de consumo de água entre os meses de janeiro de 2022 e março de 2023 no canteiro do empreendimento estudado, expondo o alto consumo do recurso hídrico através da concessionária.

Tabela 1 – Consumo de água na obra durante os últimos meses.

CONSUMO DE ÁGUA NO EMPREENDIMENTO UNDAE RESIDENCE					
Item	**Fase da obra**	**Data**	**Consumo (m³)**	**Custo**	
1	Estrutura	jan./22	200	R$	8.307,03
2	Estrutura	fev./22	553	R$	23.874,33
3	Estrutura	mar/22	408	R$	17.479,83
4	Estrutura	abr./22	253	R$	11.171,17
5	Estrutura	mai./22	282	R$	11.923,23
6	Estrutura	jun./22	194	R$	8.042,43
7	Acabamento	jul./22	274	R$	11.570,43
8	Acabamento	ago./22	274	R$	15.671,73
9	Acabamento	set/22	367	R$	16.774,23
10	Acabamento	out/22	392	R$	16.112,73
11	Acabamento	nov./22	377	R$	15.671,73
12	Acabamento	dez/22	367	R$	14.216,43
13	Acabamento	jan./23	334	R$	14.216,43
14	Acabamento	fev./23	423	R$	18.348,89

15	Acabamento	mar/23	420	R$	20.119,15
	Valores totais		**5118**	**R$**	**223.499,77**
	Valores médios		**341,2**	**R$**	**14.899,98**

Fonte: Moura Dubeux, Obra Undae Residence.

Com a avaliação dos dados expostos na Tabela 01, perceber-se que o consumo médio mensal para o referido período é de 341,20 m³, enquanto o valor médio pago à concessionária é R$ 14.889,98. Nota-se que a demanda hídrica do canteiro é alta, o que se justifica pelos 260 integrantes da obra.

É comum que a administração do canteiro de obras faça o registro da unidade consumidora por meio da leitura de hidrômetros instalados, percebendo assim, os consumos diários, as variações, possíveis vazamentos etc. Com a análise dos dados de consumo e considerando valores de referência da norma ABNT NBR 5626 – Instalação predial de água fria, chegou-se ao consumo estimado através de cálculo apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 – Cálculo do consumo estimado.

População	Pontos de captação	Consumo diário (litros/pessoa)	Consumo diário total (litros/pessoa)	Consumo mensal total (litros/pessoa)
260	Pias	14,6	3.796	91.104
	Lavatórios	4,9	1.274	30.576
	Chuveiros	45,0	11.700	280.800
	Torneiras	14,6	3.796	91.104
	Consumo total		**20.566**	**493.584**

Fonte: Os autores, 2023.

Foi elaborado um mapeamento de consumo que, por sua vez, baseia-se no quantitativo de peças hidráulicas, bem como suas localizações e pesos relativos. Com base no efetivo total da obra, foram atribuídas a cada ponto uma porcentagem de consumo. A Tabela 3 apresenta, a seguir, a correspondência entre as atividades e suas demandas por água em comparação ao consumo total do empreendimento.

Tabela 3 – Percentual de representatividade das atividades no consumo.

Atividade	Consumo (litros)	Porcentagem
Cura de concreto	498,8	2,43%

Lavagem de equipamentos	565,3	2,75%
Limpeza de áreas comuns	1.030,9	5,01%
Descargas	2.941,0	14,30%
Banho	4.888,4	23,77%
Produção de argamassa	4.988,2	24,25%
Produção de gesso	5.653,3	27,49%
Consumo total	**20.566,0**	

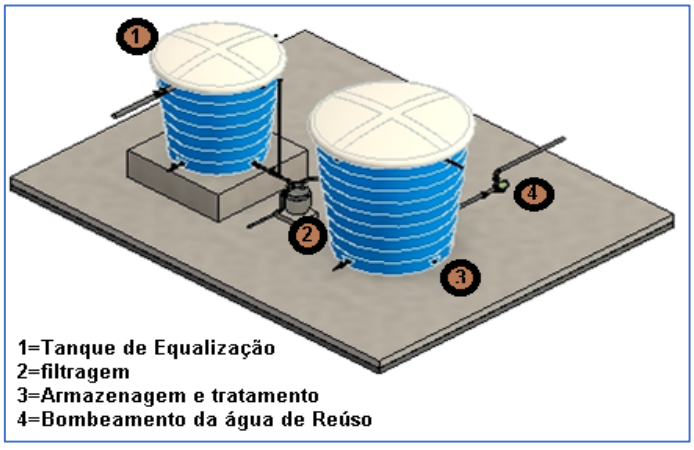
Fonte: Os autores, 2023

A construtora utiliza água em diversas frente de serviços, o canteiro chega a consumir 17.625 litros de água por dia. Observa-se que o consumo de água com chuveiros representa 28% da parcela total, mesmo percentual representativo da água utilizada para argamassas e que, somados aos 32% de insumo destinado ao preparo de gesso, somam 88% de demanda por água para atividades que não poderiam receber a água de reuso do sistema de reaproveitamento, por demandar tratamentos mais complexos e custosos. Todavia, os 12% consumidos em atividades que dispensariam o uso de água potável não devem ser subestimados, ainda se trata de um volume elevado.

3.2 SISTEMA DE TRATAMENTO

O tratamento das águas cinzas deverá ser realizado em três etapas processuais, prezando por uma filtração eficiente, conforme disposição dos elementos apresentada:

Figura Vista 3D do sistema instalado em maquete esquemática no Revit.



Fonte: Os autores, 2023

Inicialmente, o fluido contaminado passa por uma caixa de passagem simples, para retenção de partículas grosseiras e verificação inicial no monitoramento de manutenção. Logo depois é direcionado para uma tubulação de entrada e, para que este processo seja possível, toda água deve ser direcionada, através de uma única tubulação, até o elemento denominado filtro “Y”, que é utilizado no controle da qualidade de água. O filtro possui um sistema de separação que é aplicável quando há a infiltração de líquidos por areia e cascalho. Os filtros Y mantêm essas partículas afastadas para garantir que o líquido permaneça limpo. O filtro também possui a função de proteger equipamentos contra danos ocasionados pelo entupimento da tubulação por partículas solidas.

Após a etapa de filtragem, a água cinza vai para o tanque de equalização, onde faz-se necessário a utilização do cloro, cuja dosagem inicial é de 4 gramas para cada 1.000 litros de água. Ou seja, para o nível máximo 20.000 litros devem-se utilizar 80 gramas, porém, considerando que o tanque vai trabalhar com 75% de sua capacidade, recomenda-se a utilização de 60 gramas por aplicação.

Nessa etapa, adiciona-se cloro na mistura para obter um melhor resultado no tratamento, realizando-se o processo de floculação da água, quando esta fica armazenada por 24 horas, ocorrendo, então, a decantação de partículas. Para manutenção e limpeza dos tanques do sistema é instalado um tubo extravasor[7] no lado oposto à entrada do tanque.

Após o processo de decantação, com os agentes já coagulados e separados completamente da água, é necessário filtrá-los através do filtro de areia classificado como do tipo lento. Conforme destacado anteriormente, o filtro de areia é um dos processos mais importantes na etapa do tratamento pois ele filtra as partículas menores que ainda estão misturadas na água.

Para o cálculo da vazão para o dimensionamento do filtro lento, considerou-se a demanda diária de 4.888,44 litros, proveniente do consumo de água pelos vestiários do canteiro, correspondente a 28% do volume total consumido pela obra, conforme anteriormente demonstrado na Tabela 3. Convertendo-se em litros/hora,

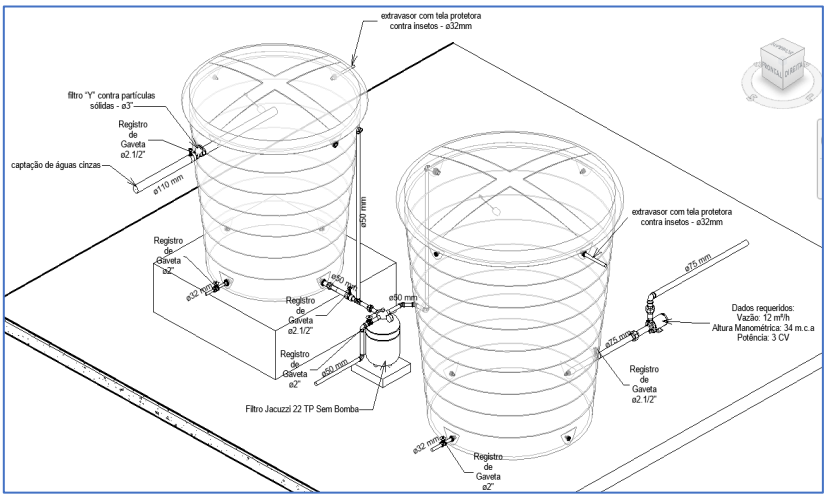
[7] O extravasor é uma das tubulações conectadas à caixa d'água. Onde seu objetivo é impedir o transbordamento de água quando a torneira da boia, responsável por impedir o enchimento da caixa d'água além do seu limite normal, não estiver funcionando ou apresentar defeito.

têm-se 202,8472 l/hora, e convertendo o valor para m³/hora, obtemos a vazão de 0,20 m³/h.

O filtro foi escolhido tendo em vista sua camada de areia, conforme informado anteriormente e estabelecido pela NBR 13969, que trata de Tanques sépticos – Unidades de tratamento complementar e disposição final dos efluentes líquidos – Projeto, construção e operação, o filtro de areia deve ser operado de modo a manter condição aeróbia no seu interior. O filtro escolhido possui uma vazão de tratamento de 11,00 m³/h, conforme imagem abaixo.

Conforme apresentado, a vazão de entrada no tanque será de 0,20m³/h, portanto, esta vazão é atendida perfeitamente pelo modelo escolhido. Após toda a filtragem, a água retorna para o tanque de armazenamento e o fluido precisa de força para percolar por todas as tubulações e retornar para o abastecimento dos pontos de reuso, portanto, inclui-se ao projeto uma bomba de vazão 12m³/h de altura manométrica, 34 m.c.a e potência de 3 cv (cavalos). A Figura 3 representa, de modo geral, todas as etapas anteriormente descritas e dimensionadas para o projeto destinado ao Undae Residence.

Figura 3 – Isométrico do projeto de tratamento idealizado no Revit.



Fonte: Os autores, 2023

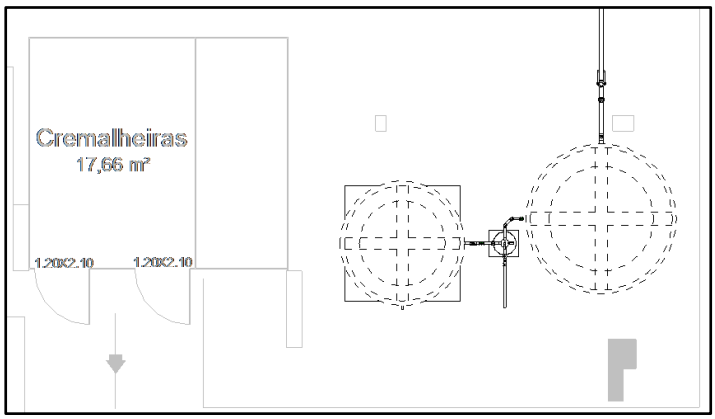
A planta apresentada representa o projeto em sua concepção, com a distribuição das etapas de tratamento abordados nesse projeto bem como suas respectivas peças hidraulicas de todo sistema.

3.3 SOLUÇÃO CONSTRUTIVA

O projeto sugere a captação das águas residuais através de uma tubulação principal, interligada com todos os ramais de captação dos pontos de coleta de águas servidas cinza. O tratamento inicia com o trânsito do fluido pela caixa de passagem, local de realização de inspeções e remoção de impurezas de maior granulometria. A água, então, percola para o reservatório inicial, e irá receber todo o processo primário de tratamento físico-químico. o líquido então segue para o filtro de areia, onde são retidas partículas menores e outras impurezas, objetivando uma melhor qualidade na água de reaproveitamento.

Após passar por todo o processo de filtragem, a água tratada segue para um reservatório de abastecimento por bombeamento de uso geral para ser utilizada em pontos distribuídos estrategicamente na obra. A Figura 4 apresenta uma planta baixa do referido sistema visando um bom funcionamento o processo deverá obedecer ao seguinte ciclo: através da tubulação de esgoto já existente, o sistema capta a água utilizada nas peças hidráulicas (lavatórios e chuveiros), encaminhando o insumo para o filtro de resíduos sólidos por meio de uma tubulação de 100 mm de diâmetro. Neste filtro Y, serão contidas todas as partículas grosseiras, para que, posteriormente, o conteúdo entre para o tanque de equalização, onde sofrerá floculação e cloração, etapas importantes para o extermínio de bactérias e germes infectantes. Posteriormente, toda água passará pelo filtro de areia, e por fim, após todo o tratamento, estará disponível para consumo para os devidos fins.

Figura 4 – Planta baixa do reservatório de decantação e armazenamento.



Fonte: Os autores, 2023

Inicialmente, a alimentação será destinada às descargas dos vasos sanitários do setor administrativo e vestiário dos colaboradores e para o lava-rodas, local onde é realizada a lavagem dos caminhões que abastecem a edificação com materiais. Em um segundo momento, será aplicada na cura do concreto, com uma mangueira ligada diretamente na área das lajes, distribuindo de acordo com o pavimento que estiver sendo executado, podendo ser utilizada também para irrigação de áreas verdes, caso o canteiro possua.

Outro possível ponto de consumo está disposto na entrada/saída de veículos da obra, onde destina-se uma torneira para lavagem de calçados por colaboradores após o final do expediente e, principalmente, utilizada para limpeza da rua ao término do horário de trabalho.

Quanto à distribuição das tubulações, é importante que no ato da instalação do sistema respeite-se a queda mínima de 1%, recomendada por norma, na tubulação, para o escoamento por gravidade da água dos pontos de captação. O projeto tem um layout que visa a fácil manutenção e circulação de funcionários. O local escolhido foi uma região próxima às cremalheiras, na entrada do empreendimento.

A principal vantagem do aproveitamento da água de reúso é a de preservação da água potável para atendimento às necessidades de consumo humano. Entre outros benefícios, estão a redução do consumo em cada unidade consumidora e consequente benefício financeiro com a redução dos gastos com água.

O projeto é vantajoso, também, porque precisa de pequeno espaço para implantação, apresenta facilidade de instalação (estimada em três dias), entrega alta eficiência, demanda pouca manutenção e contribui com eficiência da empresa em agir visando as questões ambientais.

Dentre as dificuldades analisadas para a implantação do sistema, destaca-se a questão da mudança do processo convencional existente dentro do canteiro, uma vez que toda mudança tira os envolvidos nos processos da sua zona de conforto e demanda um maior esforço inicial para o alcance dos objetivos.

3.4 ANÁLISE DE CUSTOS

Com base nos estudos desenvolvidos no projeto e nos dados coletados, chegou-se ao custo estimado da implantação do sistema. Seriam necessários R$ 27.118,07, conforme calculado na Tabela 4.

.Tabela 4 – Custo da implantação do sistema.

CUSTO DE IMPLANTAÇÃO		
Insumo	**Custo (R$)**	
Reservatório 10.000L	R$	7.699,00
Reservatório 20.000L	R$	13.024,52
Filtro de areia	R$	1.548,00
Filtro Y	R$	969,00
Bomba	R$	1.877,55
Tubos	R$	1.000,00
Conexões	R$	1.000,00
Mão de obra	R$	2.083,62
TOTAL	**R$**	**29.201,69**

Fonte: Os autores, 2023.

Com base nos dados levantados, o custo que o sistema de reapoveitamento poderia economizar no empreendimento totaliza em R$ 7.270,31 por mês, correspondente ao total consumido em cura do concreto, lavagem de equipamentos, lavagem de áreas comuns e descargas da área de banho dos colaboradoes, conforme a Tabela 5.

Tabela 5 – Valores gastos com água por atividade do canteiro.

Atividade	Consumo diário (L)	Porcentagem	Custo diário		Custo mensal	
Cura de concreto	498,82	2,83%	R$	21,64	R$	519,36
Lavagem de equipamentos	565,33	3,21%	R$	24,52	R$	588,48
Lavagem de áreas comuns	1030,90	5,85%	R$	44,72	R$	1.073,28
Banho	4888,44	27,74%	R$	212,05	R$	5.089,20
Água para massa	4988,21	28,30%	R$	216,38	R$	5.193,12
Água para gesso	5653,30	32,08%	R$	245,23	R$	5.885,52
TOTAL	**17625,00**	**100,00%**	**R$**	**764,54**	**R$**	**18.348,96**

Fonte: Os autores, 2023.

Desse modo, considerando-se o valor de implantação estimado em R$ 27.118,07, o investimento seria reavido pela construtora em, aproximadamente, quatro meses.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto desenvolvido buscou evidenciar a economia de água através da reutilização do recurso por meio de simples tratamento, adotado como uma solução economicamente viável para o canteiro do empreendimento Undae Residence Ocean, obra da empresa Moura Dubeux. Com a perspectiva de buscar alternativas responsáveis ambientalmente e economicamente interessantes para o setor da construção civil, a equipe apresentou a viabilidade e o custo-benefício do sistema de tratamento e reaproveitamento de águas cinza aplicado a este canteiro.

Foi evidenciado, com base nos dados de consumo e instalações hidráulicas coletados e explicitados, que a instalação do sistema de reaproveitamento custaria entorno de R$ 27.118,07 à construtora e, considerando-se o custo mensal com água potável de R$ 7.270,31, correspondente ao total aproximado consumido com cura de concreto, lavagem de equipamentos, lavagem de áreas comuns e descargas da área de banho dos colaboradoes, conclui-se que em pouco tempo a empresa teria a compensação do recurso investido e passaria a ter redução no gasto gerado pela aquisição de água.

A contribuição com a utilização eficiente e responsável dos recursos ambientais disponíveis, através da instalação de um sistema como o apresentado no estudo, e a propagação desta escolha sustentável para diversos funcionários e prestadores, gera um impacto social que pode ser entendido como pontual, mas que possui grande potencial disseminador, no sentido de sensibilizar os envolvidos e seus ciclos sociais quanto à necessidade de atenção às questões que envolvem sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. **Quantidade de água**. 2022. Disponível em: https://www.snirh.gov.br/portal/snirh-1/acesso-tematico/quantidade-de-agua. Acesso em: 18 maio 2023.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR** 7229 – Projeto, construção e operação de sistemas de tanques sépticos. 1993.

BAHIA. **Lei nº 11.612,** de 08 de outubro de 2009**.** Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos, o Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.abas.org/arquivos/legislacaoba.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

GIACCHINI, M. **Uso e reúso da água.** 2016. CREA-PR. Série de Cadernos Técnicos da Agenda Parlamentar. Disponível em: <https://www.crea-pr.org.br/ws/wp-content/uploads/2016/12/uso-e-reúso-da-agua.pdf>. Acesso em: 06 maio 2023.

MAY, Simone. **Caracterização, tratamento e reúso de águas cinzas e aproveitamento de águas pluviais em edificações.** São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3147/tde-17082009-082126/publico/SIMONE_MAYOK.pdf. Acesso em: 15 jun. 2023.

RAPOPORT, B. **Águas cinza:** caracterização, avaliação financeira e tratamento para reuso domiciliar e condominial. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado em saúde pública) - Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: https://teses.icict.fiocruz.br/pdf/rapoportbm.pdf. Acesso em: 15 maio 2023.

YASSUDA, E. R. Gestão de recursos hídricos: fundamentos e aspectos institucionais. **Revista De Administração Pública,** 1993. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8663. Acesso em: 27 mar. 2023.

ENGENHARIA SUSTENTÁVEL: Um estudo das rotas de fuga na Feira de S. Joaquim, em Salvador (BA)

Lívia Maria Roriz de Carvalho Pereira[1]
Natália de Passos Ferreira [2]
Fernando Barreto Nunes Filho [3]

RESUMO

Esse trabalho teve por objetivo uma análise das rotas de fuga da Feira de São Joaquim. A partir das visitas ao local constatou-se a importância de conscientização e treinamento da população sobre a segurança contra incêndio e pânico em uma edificação. Ou seja, é urgente que a população ocupante e usuária do local saibam como agir em emergências. Na pesquisa de campo realizada constatou-se a falta de conhecimento da população flutuante, a existência de obstruções em saída e rotas de fuga, a ocorrência de vandalismo e destruição dos dispositivos existentes. Verificou-se, ainda, a necessidade de um projeto de combate a incêndio e pânico bem elaborado, cujas soluções adotadas considerem as situações reais, possíveis de existir em uma feira livre. Da mesma forma, deve-se adotar como foco desse projeto a garantia de população usuária conscientizada e treinada a fim de reduzir as perdas humanas em caso de ocorrência de uma situação de pânico.

Palavras-chave: Rota de fuga. Segurança contra incêndio. Feira de São Joaquim (BA).

1 INTRODUÇÃO

Grandes tragédias marcaram a história, com elevado número de mortos onde o comportamento humano, nas situações de pânico, contribuiu para o aumento do desastre. As situações são inúmeras: um alarme acionado acidentalmente, um princípio de incêndio, uma fumaça, um barulho incomum, uma chuva mais forte etc. O comportamento das pessoas diante de uma situação de incêndio ou similar, isso é, um perigo real, pode ser descontrolada. Nessas

[1] Pós-graduada em Engenharia de Segurança contra incêndio de pânico (UCSAL); (e-mail liaroriz@hotmail.com).
[2] Pós-graduada em Engenharia de Segurança contra incêndio de pânico (UCSAL); (e-mail nataliadepassos@hotmail.com).
[3] Professor do curso de Engenharia Civil (UCSAL), Doutor em Planejamento Territorial (UCSAL), Mestre em Economia (UFBA), graduado em Engenharia Elétrica (UFBA); (e-mail: fernando.filho@pro.ucsal.br)

situações, a busca desesperada por uma saída pode ser causadora de mortes e lesões.

Situações de pânico devem ser previstas previamente nos projetos de combate a incêndio e pânico nas edificações. Uma edificação é classificada e dimensionada de acordo com a sua ocupação, a atividade ou o tipo de uso, estrutura ou área de risco. Portanto, deve se implantar um conjunto de medidas necessárias com o objetivo de evitar o incêndio, permitir o abandono seguro das edificações e proporcionar meios de combate e extinção do incêndio.

Algumas edificações exigem um cuidado especial: pessoas treinadas que garantem a desocupação da edificação de forma controlada, rápida e segura; em situações de pânico, a reação de medo e pavor deixam as pessoas paralisadas, dificultando toda a mobilização para a desocupação da edificação.

Dentre essas edificações especiais, podem ser incluídas as feiras livres que existem em todas as comunidades. Nelas, diversos fatores devem ser considerados, tais como: a grande aglomeração de público, sendo a maioria flutuante; local de livre acesso, sem bloqueio das saídas por barreiras imprevistas. Em acréscimo, a área é vulnerável ao vandalismo, sendo comum o roubo de dispositivos de proteção instalados.

A Feira de São Joaquim, a maior e mais tradicional feira livre de Salvador, encontra-se localizada no bairro do Comércio, na Cidade Baixa, entre a Baía de Todos os Santos e a Avenida Oscar Pontes. Essa feira, que foi criada na década de 1960 após a Feira de Água de meninos ter sido devastada pelo fogo, em 1964. Hoje, além da venda de produtos a preço baixo, ela é considerada um ponto turístico da cidade, com várias opções de lazer, e restaurantes com vista para o mar.

O objetivo geral deste trabalho é realizar um estudo das rotas de fuga da Feira de São Joaquim, utilizando as medidas necessárias exigidas na legislação, informando a importância de manter as rotas de saídas desobstruídas, protegidas, iluminadas e bem-sinalizadas.

A metodologia da pesquisa incluiu o estudo dos dispositivos exigidos pelo Corpo de Bombeiros, em especial as rotas de fuga e as orientações de como agir numa emergência. Em complemento, foram realizadas visitas técnicas ao local para uma avaliação de rotas de fuga alternativas.

2 INCÊNDIO E ROTA DE FUGA

A ABNT NBR 14432:2000 define dois tipos de proteção contra incêndio:

> - proteção ativa - tipo de proteção que é ativada manual ou automaticamente em resposta aos estímulos provocados pelo fogo, composta basicamente das instalações prediais de proteção contra incêndio;
> - proteção passiva ´Conjunto de medidas incorporado ao sistema construtivo do edifício, sendo funcional durante o uso normal da edificação e que reage passivamente ao desenvolvimento do incêndio, não estabelecendo condições propícias ao seu crescimento e propagação, garantindo a resistência ao fogo, facilitando a fuga dos usuários e a aproximação e o ingresso no edifício para o desenvolvimento das ações de combate. (ABNT, 2000, p. 3)

Esse conjunto de medidas busca retardar a propagação do fogo para permitir que os usuários abandonem rapidamente a edificação, muitas vezes orientadas pelos componentes da Brigada de incêndio. O abandono da edificação deve ocorrer em um caminho previamente estabelecido, de forma rápida que foi determinado conforme as Normas, com o objetivo de proteger as pessoas. Naturalmente que o número de caminhos depende do tipo e das características construtivas da edificação, e estão relacionadas com uma distância máxima a ser percorrida por uma pessoa para atingir o espaço aberto protegido do incêndio.

2.1 EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO NA BAHIA

Em 2015, o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) publicou o Decreto n° 16.302, de 27 de agosto de 2015, que regulamenta a Lei n° 12.929, de 27 de dezembro de 2013 que dispõe sobre a segurança Contra Incêndio e Pânico e dá outras providências, e estabeleceu normas e medidas de segurança contra Incêndio e Pânico nas edificações, estruturas e áreas de risco. (Bahia, 2015)

Com isso, todas as edificações públicas ou privadas, as estruturas, as áreas de riscos e aglomeração de público, assim como todos os eventos programados do Estado da Bahia passaram a ser regulamentados e vistoriados pelo CBMBA. O objetivo dessas exigências é prevenir e combater a propagação de incêndios, proteger a vida e a integridade dos ocupantes das edificações, estruturas e áreas de risco em caso de incêndio, reduzir danos ao patrimônio. Conforme as Instruções

Técnicas (IT) do CBMBA as medidas de segurança contra incêndio e pânico são as seguintes:

I. Condição de acesso à viatura
II. Separação entre as edificações evitando propagação do fogo para outras edificações
III. Resistencia ao fogo dos elementos estruturais
IV. Compartimentação no plano horizontal e vertical da edificação evitando a propagação do fogo para outros ambientes
V. Controle de materiais de acabamentos e revestimentos para reduzir a propagação do fogo e fumaça
VI. Saída de emergência nas dimensões corretas para evasão das pessoas em segurança e acesso do corpo de bombeiros para combater e retirar as pessoas da edificação
VII. Elevador de emergência
VIII. Controle de Fumaça evitando a intoxicação e falta de visibilidade das pessoas
IX. Gerenciamento de riscos de incêndio
X. Brigada de incêndio para atuar na prevenção e no combate ao principio de incêndio, abandono das áreas e nos primeiros socorros.
XI. Iluminação de emergência facilitando o acesso às rotas de saída e abandono da edificação
XII. Sistema de detecção automática e alarme de incêndio
XIII. Sinalização de emergência para alertar os riscos e orientar as ações de combate facilitando a localização dos equipamentos
XIV. Sistema de proteção por extintores de incêndio
XV. Sistema de hidrantes e de mangotinhos
XVI. Sistema de chuveiros automáticos
XVII. Sistema de resfriamento
XVIII. Sistema de combate a incêndio por espuma para instalações de produção, armazenamento, manipulação e distribuição de líquidos combustíveis e inflamáveis.
XIX. Sistema fixo de gases para combate a incêndio em locais cujo emprego de água ou de outros agentes extintores não são indicados.
XX. Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (Bahia, 2015)

Todas as edificações públicas e privadas, as estruturas, as áreas de riscos e de aglomeração de público, assim como toda a realização de eventos programados devem atender ao decreto Estadual Decreto Estadual n° 16.302, de 27 de agosto de 2015 do Corpo de Bombeiro Militar da Bahia. Esse decreto é responsável por classificar as edificações baseada na sua ocupação, área e altura, carga de incêndio e identificar os riscos que essa edificação possui e quais os dispositivos que devem ser utilizados nela.

2.2 SAÍDAS DE EMERGÊNCIA (ROTAS DE FUGA)

A importância da saída de emergência é ressaltada por Brentano (2015, p.181): “O principal e mais importante objetivo do sistema de proteção contra incêndio numa edificação é a proteção à vida dos seus ocupantes [....] e sua desocupação com segurança, rapidez e tranquilidade”.

A saída segura, isto é, a saída de emergência, foi definida pela norma ABNT NBR 14432:2000, como:

> Caminho contínuo, devidamente protegido, proporcionado por portas, corredores, halls, passagens externas, balcões, vestíbulos, escadas, rampas ou outros dispositivos de saída ou combinações desses, a ser percorrido pelo usuário, em caso de um incêndio, de qualquer ponto da edificação até atingir a via pública ou espaço aberto, protegido do incêndio, em comunicação com o logradouro. (ABNT, 2000, p. 3)

A desocupação das edificações de forma não controlada, que causaram uma quantidade significativa de mortes, conforme levantamentos estatísticos de vários países europeus, estaria associada às seguintes causas:

> - Demora de os ocupantes perceberem o fogo;
> - Rotas de saídas bloqueadas pela presença de fumaça;
> - Desconhecimento da rota de fuga pela população;
> - Rotas de saídas mal dimensionadas;
> - Saídas de emergência obstruídas de forma total ou parcial por objetos depositados. (Brentano, 2015, p.182-183).

A rota de fuga deve abranger a população de forma geral, sejam elas crianças, idosos, pessoas com deficiência ou com alguma mobilidade reduzida, garantindo o acesso para um local seguro livre da ação do fogo, calor, gases e fumaça. Além da saída dos ocupantes, a rota de fuga também deve permitir o fácil acesso do Corpo de Bombeiro para efetuar o salvamento dos ocupantes remanescentes e o combate ao fogo de forma rápida e segura.

3 ESTUDO DAS ROTAS DE FUGA NA FEIRA DE S. JOAQUIM

Por ser uma feira livre com grande movimentação de público, circulando por ruas estreitas, com diversos tipos de obstáculos, onde a maioria das pessoas não possui nenhum tipo de treinamento para evacuação em caso de emergência, estaria a Feira de São Joaquim preparada para uma situação de pânico? E os feirantes? E a população?

Em 27 de agosto de 2015, o Corpo de Bombeiros Militar da Bahia (CBMBA) publicou o Decreto n° 16.302, o qual determina que todas as edificações da Bahia

passassem a ser regulamentadas e vistoriadas. Com isso, a Feira de São Joaquim passou por uma reforma, sendo instalados os dispositivos exigidos no mencionado decreto, tais como extintores de incêndio, hidrantes, iluminação e sinalização de emergência, alarme de Incêndio e detectores de fumaça nos locais possíveis.

Considerada a maior feira da Bahia, a Feira de São Joaquim é uma feira livre, “onde se encontra de tudo”. Foi instalada próximo do local da antiga Feira de Água de Meninos, localizada em frente ao prédio que abrigava os órfãos da cidade. Na sua enseada aportavam os saveiros que traziam os produtos vindos do Recôncavo. Após dois incêndios, em 1934 e 1964, a feira foi deslocada para a enseada de São Joaquim. Apesar de não cumprir o papel de principal permanece como referência para os moradores da Cidade Baixa, do Subúrbio Ferroviário, e dos vendedores ambulantes de toda a cidade.

Figura 1 Feira de S. Joaquim- Localização.

Fonte: https://www.google.com/maps/place/Feira+de+S%C3%A3o+Joaquim

A Feira de São Joaquim possui aproximadamente 34 mil metros quadrados de área ocupada, e aproximadamente 1.400 boxes, alguns boxes com um andar, outros om dois andares; naturalmente que os números não são precisos devido ao crescimento desordenado dos próprios feirantes; são mais de 50 ruas, 22 quadras e cinco portões de acesso pela Avenida Oscar Pontes, além do acesso via mar, pelo Porto da Cana. A arquitetura da Feira é constituída por mutas barracas clandestinas, e reformas irregulares, nas quais foram aproveitados materiais inflamáveis. A Figura 2 ilustra a entrada principal da Feira:

Figura 2 - Entrada e saída principal da Feira.

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

A Feira de São Joaquim passou por diversas reformas, algumas dessas planejadas e outras clandestinas. Em uma obra de revitalização da feira, iniciada em 2013, seria implantado o sistema de combate a Incêndio e Pânico, obedecendo as normas da SUCOM. Em 2017 um incêndio de pequenas proporções em um box, foi constatado, falta dos equipamentos e a dificuldade para o corpo de Bombeiros adentrar o local atingido, entre algumas outras irregularidades, sendo necessário uma readequação do projeto de combate a incêndio e uma nova instalação. (Notícias R7, 2017)

3.1 EXIGÊNCIAS DA LEGISLAÇÃO

Para a implementação das medidas de segurança contra incêndio e pânico da Feira de São Joaquim a edificação foi classificada, conforme decreto Nº 16.302 de 27 de agosto de 2015, quanto a sua ocupação como comercial do grupo C e divisão C2 (conforme Tabela 1, do decreto Nº 16.302 do CBMBA); quanto à sua altura, menor que 6m, baixo risco, tipo II, (conforme Tabela 2, do decreto Nº 16.302 do CBMBA); quanto à sua carga de incêndio, conforme Tabela 3, do decreto Nº 16.302 do CBMBA, como risco alto, acima de 1.200 MJ/m^2, por possui diversos tipos de mercadoria e serviços, variando de açougues (carga de $40MJ/m^2$) a artigos de cera (carga de $2100MJ/m^2$).

Após a classificação da edificação, o referido decreto estabelece todas as medidas de segurança necessárias para a proteção da edificação. Caso a Feira de São Joaquim fosse construída após o decreto entrar em vigência, seriam exigidas as seguintes medidas: acesso de viatura, segurança estrutural contra incêndio, compartimentação horizontal, podendo ser substituído por chuveiros automáticos, controle de materiais e acabamentos, saída de emergência, brigada de incêndio, iluminação de emergência, detecção de incêndio, alarme de incêndio, sinalização de emergência, extintores e hidrante

Contudo, por se tratar de uma edificação existente, que foi construída anteriormente à vigência do decreto Nº 16.302 do CBMBA, que não foi ampliada nem houve mudança de ocupação, foram exigidas somente as medidas de segurança consideradas como básicas, conforme a Instrução Técnica Nº 43 /2016 (IT 43/2016 - Adaptação às normas de segurança contra incêndio – edificações existentes); isto é, saída de emergência, brigada de incêndio, iluminação de emergência, detecção e alarme (parcialmente), sinalização de emergência, extintores, hidrantes e as instalações elétricas em conformidade com as normas técnicas.

3.2 CONDIÇÕES ATUAIS DOS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO

Apesar das medidas e exigências previstas para o local, trata-se de uma feira livre, de acesso ilimitado ao público; dessa forma, existem diversas situações

reais que dificultam o funcionamento dessas medidas na sua totalidade. Por exemplo, muitos dispositivos como iluminação de emergência, extintores e componentes do armário dos hidrantes, são furtados e/ou danificados; outra situação real é que o acesso aos extintores e hidrantes esteja bloqueado por mercadorias; As Figuras 3A e 3B ilustram algumas situações reais:

Figuras 3A e 3B- Armário para Hidrante com mercadorias na frente

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

As Figuras 03 A e B nos mostra a exposição de mercadoria em balcões, em carro de mão, entre outros objetos dificultando a rota para chegada ao hidrante; ou seja, caso seja necessário o uso, os brigadistas ou bombeiros teriam dificuldade para operar o dispositivo com todos esses obstáculos na frente.

Na visita técnica realizada constatou-se que vários pontos de hidrante da rede estavam sem nenhum equipamento dentro do armário, impossibilitando o seu funcionamento; conforme relatado pelos feirantes, eles foram furtados. considerando-se a informalidade e o dinamismo presentes em uma feira livre, alguns extintores estariam com a locação modificada.

3.3 CONDIÇÕES OPERACIONAIS DAS ROTAS DE FUGA

Por se tratar de uma feira livre, a Feira de São Joaquim tem uma grande população flutuante onde cada pessoa tem suas características individuais, idade, dificuldade de visão, de audição, locomoção parcial ou até total; crianças, animais, vendedores ambulantes, muitos com sua mercadoria em carrinhos de mão, outros

com *palletes* no meio do caminho, constituem-se em barreiras estabelecidas nas rotas de fuga, conforme as figuras a seguir:

Figura 4 – Uso do espaço das rotas para exposição de mercadorias.

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Conforme pode ser visto nas Figuras, mesmo que a rota esteja sinalizada, a exposição de mercadorias de forma desorganizada, ao longo de toda a sua rota de fuga estreita não somente essa rota, como os portões de acesso principais.

Figura 5 - Excesso de carrinhos em uma das portas

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Os feirantes, vendedores ambulantes, pescadores, colocam suas mercadorias em qualquer espaço da feira, inclusive em frente aos portões, conforme ilustrado nas Figuras 6A e 6B:

Figuras 6ª e 6B –Rotas de fuga

Fonte: Pesquisa de campo, 2022.

Da mesma forma, os feirantes fazem reformas irregulares, sem nenhum tipo de estudo ou projeto, mudam o piso, colocam bancos fixos, constroem bases de concreto para elevar suas barracas, estabelecendo barreiras fixas ao longo das rotas de fuga, que dificulta o escoamento fácil e seguro da Feira em condições normais. Em situações de pânico, aumenta o risco de pessoas serem pisoteadas. A nosso ver, com todas essas especificidades que a Feira apresenta, ela deveria ser tratada como uma edificação especial, com os gestores sendo obrigados cumprir algumas medidas compensatórias, tais como um plano de emergência.

3.4 PROPOSTA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE ROTAS DE FUGA

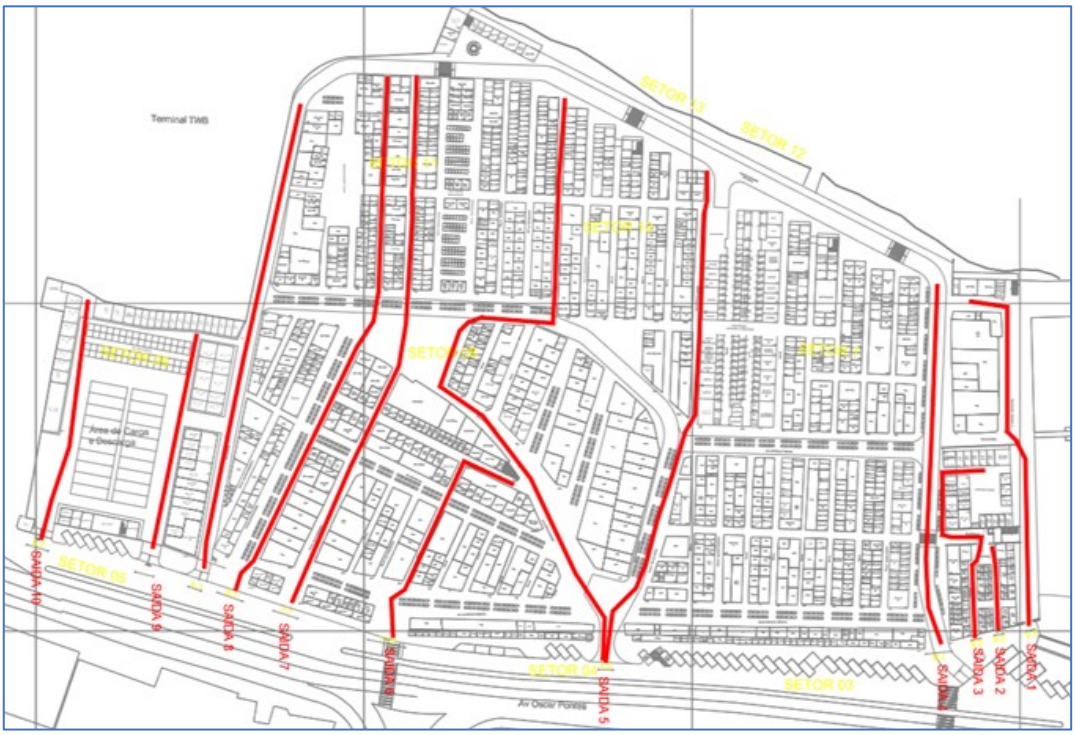
Uma das medidas mais importantes para a segurança dos ocupantes das edificações são as saídas de emergência, que devem ser bem dimensionadas para evacuação da população, em caso de incêndio ou pânico, para um local seguro. Da mesma forma, deve ser previsto o acesso para que o Corpo de Bombeiros adentre a edificação sinistrada, combata o fogo e socorra as vítimas, caso existam.

Essas saídas são dimensionadas em função da população da edificação, calculada através do coeficiente da Tabela 1 Anexo A da IT 11/2016 do decreto Nº 16.302 do CBMBA, considerando sua ocupação estabelecida na Tabela 1 –

Classificação das edificações e áreas de risco quanto a ocupação, do referido decreto.

Para dimensionamento da população da Feira de São Joaquim, utilizando o coeficiente da Tabela 1 Anexo A da IT 11/2016 e uma área de aproximadamente 34.000m^2, é possível se calcular a população dividindo sua área total pela área que ocupa uma pessoa (5m^2). Sendo assim, a população estimada da Feira de São Joaquim foi de 6.800 pessoas, fixas e flutuantes. A Feira possui em média 150m de comprimento, sendo esta considerada a distância a ser percorrida mais desfavorável para uma pessoa chegar até a saída de emergência.

Figura 7 – Planta da Feira de São Joaquim com rotas de fuga em vermelho



FONTE: Elaboração própria, 2022

A Feira possui 5 (cinco) portões de acessos principais conhecidos, e mais 5 (cinco) possíveis saídas, conforme a planta apresentada na figura 07, anterior. As larguras das saídas propostas foram dimensionadas conforme a IT 11/2016 do decreto Nº 16.302 do CBMBA; em função do número de pessoas que transitam por elas, utilizando a Tabela 1 Anexo A da referida Instrução Técnica, teríamos que dispor de uma largura total 38m para a evacuação de toda a população. Como os

portões principais da Feira possuem uma largura total de aproximadamente 43m, atendem à largura mínima exigida.

No que se refere à distância máxima de percurso, porém, o valor está muito acima do permitido pela Tabela 2 Anexo A da IT 11/2016 do decreto Nº 16.302 do CBMBA, que estabelece uma distância máxima a ser percorrida de 60m na área que possui detecção e 50m na área que não possui detecção. Infelizmente, por suas condições atuais, a Feira de São Joaquim possui em média 150m de distância do ponto mais desfavorável que um ocupante tem que percorrer para chegar até a saída.

3.5 PROPOSTA PARA UM PLANO DE EMERGÊNCIA

O CBMBA não exige para esse tipo de edificação a elaboração de um Plano de Emergência. Contudo, existem diversas situações específicas que envolvem o cotidiano de uma feira livre que tornam obrigatório um planejamento prévio, com o reconhecimento dos espaços, dos elementos construtivos da edificação e dos equipamentos de sistema de combate a incêndio. Ainda que os dispositivos necessários exigidos para segurança estejam em bom funcionamento, com vistorias periódicas, ainda assim não é garantida a segurança da população e dos feirantes.

A primeira medida do plano de emergência deve contemplar uma brigada bem estruturada, organizada e atuante, treinada para agir numa emergência. Numa situação de pânico é fundamental que, de forma coordenada, os brigadistas orientem as pessoas pelas rotas de fuga. Conforme a NBR 15.219:2020 e a IT16. 2018, por ocasião de um incêndio essa Brigada assume a responsabilidade das ações iniciais de combate.

Com o objetivo de facilitar as ações que devem ser tomadas pelas equipes de emergência, para proteger a vida dos ocupantes, os feirantes devem ser orientados e treinados através de simulações e palestras. Da mesma forma, ações de conscientização permanentes, com a distribuição de folhetos e o uso de placas fixas devem tentar envolver os usuários temporários.

Após essas ações emergenciais, manter uma fiscalização ativa para evitar bloqueios nas rotas de saída, envolver os feirantes na segurança dos equipamentos

de proteção, e instalar avisos sonoros com as orientações do plano de abandono de áreas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objeto dessa pesquisa, a Feira de São Joaquim, é uma feira conhecida mundialmente e frequentada por nativos e turistas, com uma diversidade de mercadorias: frutas, verduras, artigos de barro, artigos de palha, artigos religiosos, roupas, carnes, peixes, mariscos, flores, animais, bebidas, grãos etc., localizada em um dos pontos mais bonitos da Bahia, a Bahia de todos os Santos.

Por ser uma feira livre na qual circulam todos os tipos de pessoas, consumidores, visitantes, comerciantes e transeuntes, com características diversas e diferentes classes sociais, o controle de uma situação de pânico torna-se mais difícil. Esse fato deveria obrigar o planejamento de proteção contra incêndio atender â situação de uma edificação com cuidados especiais. Nesse sentido, deveria merecer um estudo mais elaborado para um possível abandono da edificação, de uma forma controlada, rápida e segura, em caso de pânico causado por incêndio ou não.

Nas visitas técnicas realizadas foram constatadas situações de relevante importância, que englobaram desde a ausência dos dispositivos de proteção instalados, por roubo e/ou vandalismo, a falta de conhecimento da população flutuante sobre ações de emergência, e a obstrução de saídas e rotas de fuga. Em resumo, uma situação de completa vulnerabilidade da edificação.

Nesse contexto, recomenda-se aos responsáveis pela administração da Feira a elaboração de um plano de emergência especial, a imediata desobstrução de acessos existentes para possíveis rotas de fuga novas, bem como um treinamento da brigada de incêndio e dos feirantes, de forma periódica e preventiva. Embora de difícil execução, faz-se necessário um trabalho de conscientização da população flutuante, através de placas, avisos sonoros, assim como uma fiscalização mais efetiva, por parte dos responsáveis pela feira.

Finalmente, o estudo apresentado evidencia a necessidade de elaboração de um projeto de prevenção e Combate a Incêndio e Pânico que considere todas as especificidades da edificação. Em acréscimo, a população usuária deve ser

conscientizada e treinada de como proceder num caso emergencial. Finalmente, é fundamental a presença permanente de profissionais treinados para combater e socorrer as vítimas e diminuir os danos para a continuidade das atividades.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 14432**: Exigências de resistência ao fogo de elementos construtivos de edificações – Procedimento. Rio de Janeiro: ABNT, 2000

BAHIA. **Decreto nº 16.302**, de 27 de agosto de 2015. Regulamenta a Lei nº 12.929, de 27 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a segurança contra incêndio e pânico e dá outras providências. Salvador: Palácio do Governo do Estado da Bahia, DIÁRIO OFICIAL EXECUTIVO – BAHIA, 28 de agosto de 2015, 2015, n. 21765, p. 02-04.

BRENTANO, Telmo. **A proteção contra incêndio no projeto de edificações**. 3. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Telmo Brentano, 2015.

CBMBA. Corpo De Bombeiros do Estado da Bahia. **Instrução Técnica nº 03 (IT-03**). Terminologia de segurança contra incêndio. Bahia, 2016 a.

_____. **Instrução Técnica nº 06 (IT-06)**. Acesso de viatura na edificação estruturas e áreas de risco. Bahia, 2016c.

_____. **Instrução Técnica nº 11 (IT-11**). Saídas de emergência. Bahia, 2016f.

_____. **Instrução Técnica nº 16 (IT-16).** Plano de emergência contra incêndio e pânico. Bahia, 2018h.

_____. **Instrução Técnica nº 17 (IT-17).** Brigada de incêndio. Bahia, 2022i.

_____. **Instrução Técnica nº 18 (IT-18).** Sistema de iluminação de emergência. Bahia, 2017j.

_____. **Instrução Técnica nº 19 (IT-19**). Sistema de detecção e alarme de incêndio. Bahia, 2017k.

_____. **Instrução Técnica nº 20 (IT-20).** Sinalização de emergência. Bahia, 2017l.

_____. **Instrução Técnica nº 21 (IT-21).** Sistema de proteção por extintores de incêndio. Bahia, 2017m.

_____. **Instrução Técnica nº 22 (IT-22).** Sistemas de hidrantes e de mangotinhos para combate a incêndio. Bahia, 2016n.

_____. **Instrução Técnica nº 41 (IT-41).** Inspeção visual em instalações elétricas de baixa tensão. Bahia, 2018o.

_____. **Instrução Técnica nº 43 (IT-43).** Adaptação às normas de segurança contra incêndio-edificações existentes. Bahia, 2016p.

NOTÍCIAS R7. **Incêndio atinge box na Feira de São Joaquim,** Balanço Geral Disponível em: https://noticias.r7.com/bahia/balanco-geral-ba/videos/incendio-atinge-box-na-feira-de-sao-joaquim-03052017. Acesso em: 26 out. 2022.

IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA EM BACIAS HIDROGRÁFICAS E OS IMPACTOS NO PLANEJAMENTO AMBIENTAL COM FOCO NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PINDARÉ

Davyson Vieira Almada[1]
Debora Carol Luz da Porciuncula[2]
Manoel Vitor Portugal Gonçalves[3]
Wellyson da Cunha Araújo Firmo[4]

RESUMO

O presente artigo é um dos produtos vinculado a pesquisa de mestrado desenvolvida pelo autor principal, intitulada “Avaliação das condições microbiológicas e físico-químicas da água da bacia hidrográfica do Rio Pindaré-MA: Importância da qualidade da água no contexto da Saúde Pública”, no PPG em Território, Ambiente e Sociedade (UCSAL). A qualidade da água desempenha diversas funções ecossistêmicas, sendo importante para o planejamento ambiental e na sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos. Ademais, a água é essencial para a vida e é utilizada em diversos setores produtivos e seguimentos sociais. Neste sentido, preservar a qualidade da água é fundamental para garantir a saúde humana, a manutenção da biodiversidade e para a sustentabilidade dos sistemas naturais. No entanto, fatores como poluição química, contaminação por resíduos sólidos e efluentes domésticos e industriais, desmatamento, urbanização e agricultura intensiva afetam negativamente a qualidade da água nas bacias hidrográficas. Diante do exposto, o objetivo deste artigo é revisar na literatura, a importância da qualidade da água de bacias hidrográficas e seus impactos decorrentes do comprometimento desta qualidade ao meio ambiente e a saúde pública, tendo como objeto empírico a bacia hidrográfica do Rio Pindaré, no estado do Maranhão. Metodologicamente, foi realizada uma Revisão de Literatura sobre o tema, do tipo descritiva, transversal e documental com abordagem quantitativa. Tendo como fontes principais teses, dissertações e artigos científicos vinculados as bases de dados Google Acadêmico, SciELO, MED, PubMed. Os dados obtidos foram organizados através dos programas Microsoft Office Word® 2010 e Microsoft Office Excel® 2010.

Palavras-chave: Água. Qualidade. Bacia Hidrográfica.

[1] Farmacêutico, PPG Território Ambiente e Sociedade, UCSal, E-mail: davyson.almda@ucsal.edu.br
[2] Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL), PPG TAS/UCSAL, E-mail: debora.porciuncula@pro.ucsal.br
[3] Doutor em Geologia Ambiental, Hidrogeologia e Recursos Hídricos (UFBA), SEC-BA, E-mail: hidrovitor81@gmail.com
[4] Farmacêutico, Universidade CEUMA, well_firmo@hotmail.com>

1 INTRODUÇÃO

A água cobre 75% do Planeta Terra, contudo a quantidade de águas doces, ou seja, aquelas consideradas próprias para o consumo humano correspondem a apenas 3%. Deste percentual apenas 1/3 estão acessíveis em rios, lagos, lagoas, lençóis freáticos superficiais e na atmosfera.

> [...] chamada 'água doce', é um recurso raro na natureza o que não significa dizer, conforme por vezes se defende, que este recurso esteja acabando. Isto porque o volume de água existente no planeta mantém-se basicamente o mesmo – em média, 1.400 milhões de km³ –, já que as moléculas de água são constantemente recicladas pelo ciclo hidrológico natural. Apesar disso, é fundamental observar que 97,5% da água disponível no planeta é salgada, enquanto a maior parte da água doce encontra-se em regiões de difícil acesso, como os picos de gelo permanentes ou os aquíferos subterrâneos, restando apenas 0,01% – ou 200 km³ – de água doce disponível para uso humano. (Rivas, 2016, p. 18)

São muitas as formas de se apreender o que é a água, de acordo com Porciuncula (2017), que a considera com o sendo um elemento da natureza, simbólica e cultural. Neste sentido, a autora nos convida a refletir que essa forma de apreensão só se torna um problema quando, numa perspectiva disjuntiva, linear e mercadológica, a água é reduzida a uma única dimensão, a que a transforma em recurso hídrico apenas e, com isto, elimina-se da análise as outras dimensões que a constituem (Porciúncula, 2017, p.109).

Como recurso natural essencial e de enorme valor econômico e socioambiental, a água é essencial para a vida humana, bem como para o ambiente e manutenção da biodiversidade existente na Terra. Devendo, portanto, ser utilizada de forma consciente (Peixoto, 2016).

Nos últimos anos, no entanto, tornou-se mais evidente a condição das Bacias hidrográficas, que estão sendo degradadas em decorrência, principalmente do modelo de desenvolvimento urbano e industrial, do adensamento populacional sem a infraestrutura compatível, da forma como tem sido direcionado o uso e ocupação do solo, hostil a natureza e sem o devido monitoramento da infraestrutura básica, incluindo esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais (Sousa, 2014).

O estado do Maranhão, localizado na região Nordeste do Brasil, possui um grande potencial hídrico. Abrangendo uma área de 325.650 km², composto principalmente por bacias adutoras, lagoas e águas subterrâneas. A província

hidrográfica possui nove bacias adutoras famosas por seu tamanho e volume de água. Isso inclui a Bacia Hidrográfica do Rio Pindaré, que é a terceira maior em área e uma das maiores fontes de abastecimento de água da capital do estado (Maranhão, 2006).

A Bacia do Aqueduto Pindaré, que cobre 4.040.000 hectares, tem seu principal corpo hídrico o rio de mesmo nome. Sua extensão chega a 720 km desde a nascente na Serra do Gurupi até a sua foz o Golfo de São Marcos (IBAMA; SEMATUR, 1991). A rota atravessa terras indígenas, reservas naturais, áreas de pecuária, plantações, desmatamentos e dezenas de estradas (rodovias e vicinais) denominadas Estrada de Ferro Carajás, margeando a cidade. Seus corpos d'água são utilizados como cursos d'água abastecimento urbano, irrigação e dessedentação animal, lazer, entre outros. Esse fluxo dinâmico torna o rio importante para centenas de milhares de pessoas que vivem na bacia do Pindaré.

Como resultado do crescimento populacional, aumento da atividade agrícola e uso insustentável dos recursos naturais, a bacia do rio Pindaré tem sido a pressionada por uma ampla variedade de usos, incluindo desmatamento, erosão, descarga de resíduos domésticos fertilizantes e pesticidas. Ambos impactam negativamente os recursos hídricos locais (SEMATUR, 1991; Silva, 2015).

A análise da qualidade da água pode ser baseada na comparação das propriedades físico-químicas com os padrões estabelecidos para vários usos pretendidos, como consumo humano e irrigação. Através da análise destes parâmetros, podemos identificar os processos de uso e gestão do solo e tirar conclusões com maior impacto na qualidade da água (Santana *et. al*., 2011).

O uso insustentável dos recursos naturais das bacias hidrográficas, principalmente os solos, transforma as áreas agrícolas e urbanas em áreas produtoras de sedimentos e poluentes que migram para os corpos hídricos ao longo dos anos, causando prejuízos sociais, econômicos e ecológicos. Os sedimentos revelam a integração de todos os processos biológicos, físicos e químicos que ocorrem nos ecossistemas aquáticos (Pane; Brondi, 2008).

Os impactos das atividades humanas na qualidade da água, como a lixiviação, produção de efluentes industriais e domésticos, uso de agrotóxicos entre outros, são tipicamente complexos, específicos do local e dependentes de muitos fatores físicos e bioquímicos. Conhecer as quantidades físicas, químicas e

biológicas da água em rios, lagos ou reservatórios é fundamental para a caracterização dos sistemas hídricos. Existem várias maneiras de usar este sistema, incluindo: irrigação, lazer, proteção da vida marinha etc. (Pereira *et al.,* 2007). Com isso, aumentam as demandas por conservação e uso racional dos recursos hídricos (Braga *et al.,* 2010).

Diante do exposto, o objetivo deste artigo é revisar na literatura a importância da qualidade da água de bacias hidrográficas e seus impactos no meio ambiente e na saúde pública enfatizando a bacia hidrográfica do Rio Pindaré.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 NORMAS PARA A SALVAGUARDA DE CURSOS HÍDRICOS E BACIAS HIDROGRÁFICAS

A Resolução nº 357 do Conselho Nacional do Meio Ambiente de 2005 aponta diversos parâmetros limites para a classificação dos corpos d'água no Brasil. A água doce é dividida em grau especial (representa a melhor qualidade da água e pode ser bebida após desinfecção), grau 1 (potável após tratamento simplificado), grau 2 (água potável humana precisa de tratamento convencional), grau 3 (potável após tratamento convencional ou avançado) e Classe 4 (representa a água de pior qualidade e só deve ser utilizada para fins menos nobres).

Pela Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, o governo brasileiro está promovendo uma tentativa de organizar as informações sobre a gestão das bacias hidrográficas por meio da Política Nacional de Recursos Hídricos e do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. A Política Nacional de Recursos Hídricos esclarece que a bacia hidrográfica é a unidade territorial para a implementação das políticas e medidas do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

A bacia hidrográfica foi legalmente instituída como unidade de monitoramento e planejamento dos recursos hídricos pela Lei Federal nº 9.433/97, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. As unidades de bacias

hidrográficas são uma ferramenta imprescindível que pode ser utilizada para facilitar a participação social nas tomadas de decisões dos órgãos gestores (Leal, 2000).

Dessa forma, a gestão dos recursos hídricos e o planejamento ambiental são facilitados pelo agrupamento de informações em espaços naturais específicos. Os corpos d'água podem simular paisagens, permitindo a observação dos elementos naturais e sociais de um determinado espaço, refletindo os usos e ocupações existentes nas bacias hidrográficas (Leal, 2000).

Além de implementar a Política Nacional de Recursos Hídricos, o Sistema Nacional de Gestão de Recursos Hídricos é responsável por: Planejar, regular e gerir o uso, conservação e recuperação dos recursos hídricos. Este sistema de gestão inclui o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, Comissões de Bacias, Órgãos Governamentais e Autoridade de Águas (ANA, 2012).

2.2 IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

A água é essencial para a manutenção de ecossistemas saudáveis, a sobrevivência dos organismos e o desenvolvimento socioeconômico da população mundial (Agências das Nações Unidas, 2007).

A água é essencial para a vida, usada para muitas finalidades, como uso doméstico, irrigação agrícola, produção industrial, geração de energia, lazer, práticas religiosas e simbólicas, turismo e atividades médicas. Este recurso natural é uma preocupação global devido ao risco de poluição, uso insustentável e irracional, escassez e riscos de poluição. Portanto, é importante garantir que todos tenham acesso a água de boa qualidade (Conceição *et al.,* 2009).

A concentração do uso da água devido ao crescimento populacional e industrial levou à criação de fontes de poluição, agravou a escassez de água e aumentou a necessidade de monitorar as mudanças na qualidade da água. Faz parte do gerenciamento dos recursos hídricos o controle ambiental, de forma a impedir que problemas decorrentes da poluição da água venham a comprometer seu aproveitamento múltiplo e integrado, de modo a colaborar para a minimização dos impactos negativos ao meio ambiente (Braga, 2002)

A contaminação das águas provém de vários fatores. Neste caso originam-se do fato de as cidades em questão não possuírem atividades industriais relevantes, mas atividades agrícolas com uso de fertilizantes e pesticidas, os quais possuem nutrientes como nitrogênio, fósforo e potássio, com o nitrogênio na forma de nitrato, sendo o principal contaminante. Os resíduos sólidos dispostos de forma inadequada podem acarretar doenças de veiculação hídrica que ocorrem por ingestão de água contaminada, como amebíase, febre tifoide, gastroenterite, hepatite, salmonelose, cólera ou, também, por contato, como nas verminoses e esquistossomose (Manoel Filho, 2000).

A importância da análise da água por meio da utilização dos parâmetros físico-químicos reside no fato de que o consumo da água sem o devido controle físico-químico pode afetar a saúde das pessoas. Nesse aspecto, estes parâmetros podem determinar o grau de contaminação das águas, além de caracterizar a sua origem e natureza (Parron; Muniz; Pereira, 2011).

Normalmente, as propriedades físicas mais importantes da água podem ser imaginadas a partir da cor, turbidez, odor, sabor, temperatura, condutividade elétrica, etc. Esses fatores-chave determinam se a água é adequada para uso e, em particular, se está em condições de beber. Vários microrganismos patogênicos estão presentes nos recursos hídricos, incluindo coliformes fecais, bactérias mesófilas e salmonelas. Esses organismos são, em última análise, indicadores da qualidade biológica da água, responsável pela transmissão de diversas doenças, principalmente em áreas com saneamento precário. (Lucas, 2016)

O Ministério da Saúde aborda os parâmetros físico-químicos utilizados para avaliar a qualidade da água e cita a faixa de valores que esses parâmetros devem ter. De acordo com esta resolução, a qualidade da água pode ser avaliada por propriedades físico-químicas como: Pela análise do valor de pH, cor, turbidez, teor de ferro e cloreto etc., e parâmetros microbiológicos.

A deterioração da qualidade dos corpos d'água está diretamente relacionada à poluição orgânica. O manejo inadequado dos esgotos e dos resíduos sólidos no abastecimento de água contribui para a contaminação gradativa da água e a torna um grande problema de saúde pública.

O esgoto doméstico é considerado uma das principais fontes de poluição das águas no Brasil, seja pela falta de rede coletora, infraestrutura deficiente ou

tratamento ineficaz do esgoto coletado. De acordo com o último diagnóstico dos serviços de água e saneamento (Brasil, 2016), 42,4% dos municípios brasileiros despejam esgotos brutos diretamente nos corpos hídricos, causando degradação da qualidade da água com consequências econômicas e sociais (ANA, 2012).

2.3 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PINDARÉ-MA.

O estado possui 13 bacias hidrográficas, das quais apenas duas (Bacanga e Itapecuru) têm suas nascentes em áreas protegidas. Existem sete bacias hidrográficas e partes das outras três bacias hidrográficas na Amazônia legal. Há a BH do Rio Munim (a maior do estado) e a BH do Pindaré, onde está localizada a sub-bacia do Zutiua. Incêndios, desmatamento e impactos agrícolas ameaçam as margens dos rios por meio de processos de erosão, sedimentação e poluição da água por dejetos de animais derivados de pastagens, fertilizantes químicos derivados da agricultura e pesticidas. Além disso, BH do Pindaré possui cerca de 20 plantas industriais no estado, aumentando a demanda de água e o lançamento de esgoto nos corpos hídricos. BH Pindaré é a terceira maior em área, com 12,4% da província, e possui um dos maiores corpos d'água e navegabilidade (IBAMA; SEMATUR, 1991).

Localizado no noroeste do estado, o Rio Pindaré nasce próximo à cidade de Amarante, a 300 metros acima do nível do mar e 720 quilômetros de extensão, no topo da Serra do Gurupi, que faz divisa entre as bacias do Mearim e do Tocantins. É a terceira maior bacia hidrográfica do estado com 40.400 km² (cerca de 12,4% do estado), com excelente potencial hídrico e de navegação (IMESC, 2010).

O período de maior vazão é de dezembro a maio, sendo os demais meses considerados de baixa vazão. Seu principal afluente é o rio Zutiua A bacia hidrográfica do rio Zutiua, também conhecida como rio Gentil, está localizada na parte noroeste do estado, no curso médio da bacia do rio Pindaré. Ocupa cerca de 1.012.867 hectares, tem 271 km de extensão e contém 13 municípios de proporções variadas. Os mais importantes são os concelhos de Santa Luzia, Amarante do Maranhão e Arame.

A agricultura existe em todos os municípios como uma indústria com variados tipos e volumes de produção (IBGE, 2010). Mas a pecuária é a atividade que mais impacta a economia. Distribui-se amplamente em áreas com babaçu, mas também se distribui em áreas sob matas. Pode-se também encontrar pastagens em encostas e relevos ondulados. Isso pode facilitar o processo de erosão por falta de vegetação e pisoteio. O plantio de eucalipto é outra atividade que impacta a economia.

Distribuição meridional da sub-bacia do Zutiua (IBAMA; SEMATUR, 1991; IMESC, 2010). A região contém cerca de 20% das operações industriais do estado e é cortada ao norte pela Estrada de Ferro Carajás e pelas rodovias federais e estaduais BR-222, além de diversas estradas vicinais.

Silva (2017), caracterizou físico-quimicamente a água da região do médio curso do Rio Pindaré sob jurisdição dos municípios de Pindaré- Mirim, Tufilândia, e Alto Alegre/MA onde foi coletada água em dez pontos distintos distribuídos no Rio Pindaré, ao longo de 24 meses em diferentes períodos sazonais, nos anos de 2010 e 2011. Os parâmetros físico-químicos analisados pelo autor foram: temperatura, pH, turbidez, condutividade elétrica, oxigênio dissolvido e os íons amônio (NH4+), nitrito (NO2-), nitrato (NO3-) e fósforo total (PO43-). Durante o período de estudo, foi observada ampla variação na maioria das variáveis analisadas, com destaque para o fósforo total (PO43-) e a condutividade elétrica que apresentou resultados superiores aos estabelecidos pela resolução CONAMA 357/05. Quanto ao pH, as águas do Rio Pindaré foram na maior parte do tempo ácidas. As concentrações médias de nitrato variaram de 0,249 mgL-1 (período seco) e 0,267 mgL-1 (período chuvoso).

Na vasta extensão da bacia hidrográfica do Rio Pindaré, emerge uma preocupação latente: a carência substancial de monitoramento da qualidade da água. Essa lacuna na supervisão ambiental tem gerado inquietação e colocado em risco a saúde dos ecossistemas aquáticos e das comunidades que dependem dessas águas. A qualidade da água é um pilar fundamental para a manutenção da biodiversidade e para as atividades humanas que a bacia sustenta. No entanto, a falta de um monitoramento eficaz tem impedido a compreensão abrangente das condições hídricas, bem como a detecção precoce de poluentes e impactos negativos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, a qualidade da água em bacias hidrográficas desempenha um papel fundamental no planejamento ambiental e na sustentabilidade dos ecossistemas aquáticos e das comunidades que dependem desses recursos hídricos. A água é um recurso essencial para a vida, sendo utilizado para abastecimento humano, irrigação agrícola, geração de energia, manutenção dos ecossistemas aquáticos e diversos outros usos.

A preservação da qualidade da água é crucial para garantir a saúde humana, a manutenção da biodiversidade aquática e a sustentabilidade dos sistemas naturais. Contudo, a poluição da água, o desmatamento, a urbanização desordenada, a agricultura intensiva, o lançamento inadequado de resíduos e outros fatores têm impactos significativos na qualidade da água das bacias hidrográficas.

Os impactos negativos na qualidade da água podem resultar em diversos problemas, como contaminação por substâncias tóxicas, eutrofização de corpos d'água, perda de habitats aquáticos, diminuição da disponibilidade de água potável, redução da biodiversidade aquática, entre outros. Esses problemas afetam não apenas os ecossistemas aquáticos, mas também a saúde humana e a economia local.

Dessa forma, o planejamento ambiental se torna fundamental para promover a gestão adequada das bacias hidrográficas e garantir a preservação da qualidade da água. O planejamento deve levar em consideração ações de monitoramento, controle da poluição, conservação dos recursos hídricos, restauração de áreas degradadas, educação ambiental e engajamento da sociedade.

REFERÊNCIAS

ANA. Agência Nacional de Águas. **Panorama da qualidade das águas superficiais no Brasil.** Brasília, 2012.

ATLAS do Maranhão. Gerência de planejamento e desenvolvimento econômico, Laboratório de Geoprocessamento, UEMA. São Luís: Geplan, 2002.

BRAGA, Benedito *et al.* Introdução à engenharia ambiental. *In*: Introdução à engenharia ambiental. 2010.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.433, de 8 de Janeiro de 1997.** Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989.

CNMA. Conselho Nacional Do Meio Ambiente. **Resolução nº 357, de 17 de março de 2005.** Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 mar. 2005. Seção 1, p. 58-63.

CONCEIÇÃO, Fabiano Tomazini *et al*. Hidrogeoquímica do aqüífero guarani na área urbana de ribeirão preto (SP). **Geosciences= Geociências**, v. 28, n. 1, p. 65-77, 2009.

DE SOUZA FRAGA, Micael *et al.* Caracterização morfométrica da bacia hidrográfica do rio Catolé Grande, Bahia, Brasil. **Nativa**, v. 2, n. 4, p. 214-218, 2014.

DE SOUZA, Cinoélia Leal; ANDRADE, Cristina Setenta. Health, environment and territory: a necessary discussion in health training. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 10, p. 4113, 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Anuário Estatístico Brasileiro. Brasília: IBGE, 2010.

IMESC. Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. Anuário Estatístico do Maranhão. São Luís: IMESC, 2010.

LEAL, Antonio Cezar. **Gestão das Águas no Pontal do Paranapanema** - São Paulo. Campinas. Tese. São Carlos: UNICAMP, 2000.

LUCAS, Domingas Leontina *et al.* Diagnóstico das habilidades matemáticas básicas dos estudantes que ingresam no primeiro ano do curso de Engenharia em Recursos Hídricos na Escola Superior Politécnica do Bié. **Revista Órbita Pedagógica**, v. 2409, p. 0131, 2016.

MANOEL FILHO, João. Ocorrência das águas subterrâneas. *In:* FEITOSA, A.C; MANOEL FILHO, J. **Hidrogeologia: conceitos e aplicações**, v. 2, p. 13-33, 2000.

MARANHÃO. Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico. Laboratório de Geoprocessamento. Atlas do Maranhão. São Luís, 2006.

PANE, J. S.; BRONDI, SHG. Análise química de sedimentos de represas da Embrapa Pecuária Sudeste. *In*: **Anais...** Congresso de Iniciação Científica. 2008. p. 1010.

PARRON, Lucilia Maria; MUNIZ, H. de F.; PEREIRA, Claudia Mara. **Manual de procedimentos de amostragem e análise físico-química de água**. Colombo/PR: EMBRAPA, 2011.

PEIXOTO, Jeisikailany Santos. **Monitoramento da qualidade da água no baixo São Francisco e ações de educação ambiental.** 2016. 87 f. Dissertação (Pós-Graduação em Recursos Hídricos) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016

PEREIRA, M.G. Métodos Empregados em Epidemiologia. *In*: PEREIRA, M.G. **Epidemiologia Teoria e Prática**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005. Cap. 12, p. 269-288.

PORCIUNCULA, Débora Carol Luz da. **O fenômeno das águas doces na Região Metropolitana do Salvador:** usos alterações e abandono. 2017. 568 f. Tese (Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social), Universidade Católica do Salvador, Salvador, 2017.

RIVA, G. R. S. **Água, um direito humano.** São Paulo: Paulinas, 2016. (Coleção Cidadania).

SANTANA, S. H. C ET. AL. Estudo de parâmetros de qualidade de água e análise de imagens do Landsat5 referente ao oeste da região do Sub-médio São Francisco. *In*: **Anais...** Simpósio Brasileiro De Sensoriamento Remoto, 15.. Curitiba, 2011.

SEMATUR. **Diagnóstico dos Principais Problemas Ambientais do Estado do Maranhão. Secretaria do Estado do Meio Ambiente e Turismo**, São Luís: SEMATUR, 1991

SILVA, Maria Raimunda Chagas *et al.* Qualidade da água da bacia do rio Pindaré, nos trechos correspondentes aos municípios de Pindaré-Mirim, Tufilândia e Alto Alegre no estado do Maranhão. **Águas Subterrâneas**, v. 31, n. 4, p. 347-354, 2017.

LAMPEJOS ARTÍSTICOS NA CIDADE EM SURTO: a arte, o deslocamento e as percepções

Jurema Castro Couto Caldas (Jurema de Jequiriçá)[1]
Liliane Vasconcelos[2]

RESUMO

O presente artigo busca analisar as manifestações artísticas presentes na cidade no cenário da pandemia, momento que desencadeou consequências que estão para além do tocante a crise sanitária e humanitária onde toda a vida na urbe foi ressignificada. Nesse sentido, as percepções de arte e o fazer artístico também foram remodelados. Assim, nessa linha de atravessamento da mudança, podemos dizer que a arte ocupa papel importante, tanto por seu caráter transformador, quanto oxigenador, sendo espaços potentes para se expressar os sentimentos compartilhados em pandemia, como também servindo como bálsamo e esperança para almas e vidas sãs. Nesse sentido, as complexidades nos processos de temporalidades pandêmicas serão observadas segundo a interpelação da filosofia da arte compreensiva de George Didi Huberman (2010) e Robert Moses Pechman (2009). Nesse cenário, a arte, a cidade e as emoções encadeiam ou desencadeiam intuições, sentimentos e sensações, adquire novos significados existenciais e a partir da apropriação refletem histórias.

Palavras-chave: Arte. Pandemia. Cidades. Emoção.

1 INTRODUÇÃO

"Toda obra de arte é filha de seu tempo e, muitas vezes, mãe dos nossos sentimentos". (Kandinsky ,1912)

Num piscar de olhos o mundo virou de ponta a cabeça, sendo acometido pela vivência de uma cidade e seus transeuntes em pandemia, onde todo o cenário de nossas vidas, bem como as nossas emoções foram alterados e abalados. Quando tudo muda, o fazer artístico, assim como a recepção dessa arte também se transforma. Nesta esteira de pensamento, estes merecem ser analisados, para

[1] Mestre em planejamento territorial e desenvolvimento social - UCSAL. Professora e pesquisadora, membro do grupo temporalidades urbanas. e-mail:juremadejequirica@gmail.com
[2] Professora do curso de Letras e do PPGTAS da UCSal, líder do grupo de pesquisa Temporalidades Urbanas. E-mail: liliane.vasconcelos@pro.ucsal.br

que assim se faça uma representação, leitura do que passou no momento desafiador.

A arte e a cidade são um campo bastante instigante e enriquecedor. Sua análise e produção contam com diferentes abordagens e reflexões. Este papel normalmente atribuído às artes e apropriado pela experiência do vivido, viabiliza a construção de imagens através da captação do olhar entre sujeito e objeto. A compreensão destes, tendo em consideração a relação simultânea de atração entre "o que vemos e o que nos olha" é muito tênue, pois sugere os caminhos de "uma antropologia da forma, uma metapsicologia da imagem". (Huberman, 2010, p. 19)

Em função do isolamento social, as linguagens artísticas como o teatro, dança, literatura, cinema (filmes e reportagens), música, poesia, artesanato, contações de histórias e as mais diversas manifestações artísticas ganharam e foram olhadas por outros ângulos, assumindo o papel de válvula de escape essencial à existência e a sobrevivência dos sujeitos isolados. Nesse cenário, algumas formas de artes que até então não tinham destaque como as *lives*, ganharam status e vem divertindo e felicitando milhares de pessoas. Locais do cotidiano transformam palcos de verdadeiros shows, como as janelas e varandas dos prédios e casas tornaram-se sacadas para saraus coletivos onde ao som da música, poesia, cinema, arte a alegria floresce.

Quando falamos em arte ou no fazer artístico, pressupõe que as manifestações advindas deste processo, a obra por assim dizer, é constituída por emoções e desperta sentimentos no momento em que é criada e quando ela é exposta para outras pessoas, que por sua vez criam sentidos ao comunicar-se entre o que vemos e o que nos olha, e, por conseguinte, internalizá-las. Nesse sentido, questionar a natureza das emoções humanas é importante para essa compressão da internalização da obra: são elas que nos atravessam ou somos subitamente arrebatadas, atravessadas por elas?

Dessa forma, através dos presentes questionamentos, investiga-se quais foram e em certa medida são, as manifestações artísticas em pandemia e como elas auxiliaram na resistência dos citadinos os quais ficaram isolados em suas casas, amedrontados e repletos de sensações e sentimentos despertados. Neste contexto, o sujeito social e a arte se reinventam para sobreviver, garantindo o ciclo da vida.

A partir do exposto, o artigo busca fazer a investigação dos novos modos de viver a arte e a cidade manifesta não pela presença dos transeuntes que ocupam seu espaço, mas pela arte que é manifestada através de suas ruas, a fim de trazer cor e leveza para os habitantes da cidade

2 ARTE E CIDADE EM CONTÁGIO

A sociedade é uma fonte inesgotável de pesquisa, estando inserida em processo de contínua mudança, transformação de hábitos e costumes. Nisso também se inclui a flexibilidade de interpretação e conhecimento do hermenêutico visual. Dessa forma, compreender esta metamorfose social é decisivo para o entendimento e análise do tempo histórico denominado presente.

Neste contexto, o espaço público existente na cidade viabiliza o total florescimento da sociabilização, onde seus atores, convivem, socializam e criam relações entre afetos e afetividades, se constituem ao passo que a cidade é também constituída neste emaranhado de sentimentos e emoções promovidos pelas artes.

> Nesse sentido, vamos tomar a cidade não enquanto relações de produção, mas no plano da produção de relações (Portella, 1995, p. 109), no qual os desejos compõem os fios da tessitura urbana. Estamos diante, portanto, do que Benjamim chamou de porosidade, ou seja, a cidade se deixa contaminar pelos afetos e estes se deixam invadir pelo espírito da urbe. Assim, circulando pela cidade, esses sentimentos se alastram pelas ruas, inundando-as e dando forma aos acontecimentos, na mesma medida em que também afetam os indivíduos. (Pechman, 2009, p. 259)

As fendas da cidade figuram um grande palco da vida real onde os atores, cenas e cenários se movimentam, onde está produção teatral é vivenciada diuturnamente e interage entre si, misturando o individual e o coletivo, entre o objetivo e o subjetivo, onde ocorrem também os encontros as despedidas o inusitado, o plausível e a surpresa. Na cidade tudo ocorre, as vivências e sensações se misturam e se materializam nas cenas do dia a dia, na qual todas as afeições são possíveis, ainda que tudo se encontre e se perca se achando.

> Todos os afetos estão na cidade. Ódios, paixões, vergonhas, compaixões, ressentimentos, desejos. Quanto mais a cidade puder absorver esses afetos, mais densamente humana ela vai-se tornando. E quanto mais complexos forem esses afetos e tanto mais variada a rede de relações humanas e sociais, tanto maior a elaboração será necessária para a decodificação de seu sistema de valores e à sua representação. Assim,

> felizes ou infelizes, pouco importa dividi-las nessas duas categorias, o que conta mesmo é se ,,as cidades conseguem dar forma aos desejos ou se certos desejos conseguem cancelá-la. (Pechman, 2009, p. 352)

Em sua composição: Samba da Benção (1967) conjunta com Baden Pawell o poeta Vinicius de Moraes: “a vida é a arte do encontro” e estes encontros, em alguma medida, se iniciam com a socialização que acontece nos espaços da urbe, onde as tramas e enredos tecem o sensível da cidade através de imagens e imaginários. Nesse sentido, através dessas representações, a arte se faz presente passando muitas vezes despercebida.

A cidade, local de confluências, onde a vida pulsava o sangue quente, o suor veemente e a saliva doce através das suas ruas, becos e vilas; entre encontros marcados ou furtivos; entre sons, cores, cheiros, ruídos, pessoas, dentre tantos outros fatores que representam a urbe. com a chegada da pandemia os andarilhos urbanos calam-se. A cidade silencia-se. A rua perde sua interação com a vida, com as pessoas e suas afeições. No momento de pandemia a rua deixa de ser a arruaça. a multidão, o calor, o engarrafamento e passa dos trópicos ao deserto num piscar de olhos.

Com a chegada da pandemia, subitamente houve uma transformação inesperada com a maneira de nos posicionarmos com o cotidiano, a urbe e o espaço público. Da multidão passamos ao distanciamento social e ao confinamento. O invisível esvaziou as ruas, as relações e tudo mais que lá ocorria. As experiências e vivências, a socialização e o convívio.

A cidade e seus habitantes tiveram que se reinventar como novos hábitos e costumes, o que por consequência interferiu diretamente nas relações. A circulação das pessoas se restringiu ao espaço de suas casas. O convívio e a circulação do ir e vir deram lugar à exclusão do contato, bem como o fechamento do comércio, espaços públicos e escolas.

Dentre tantas mudanças, restrições e sentimentos novos provocados pelo isolamento decorrente da pandemia, uma das rotas de fuga das pessoas passou a ser a arte, que auxilia a elaborar e ressignificar os significados, viabilizando novas formas de se relacionar com a vida, com o mundo e com os espaços.

Os fatos vivenciados acabam por ser retratados pelos artistas da época. Exemplificando, uma das obras mais emblemáticas da história da arte é a “Guernica” de Pablo Picasso, confeccionada em apenas dois meses, que relatou

as mazelas da guerra civil espanhola. (1936 e 1939). “Ao visitar a exposição, um oficial da SS teria perguntado a Picasso: "Você fez isso?", ao que o gênio da pintura respondeu: "Não, você! Vocês fizeram.” (Gericke, 2020). Esta obra encontra-se no Museu Nacional Centro de Arte Reina Sophia Madrid.

Figura 1: Guernica

Fonte: Ebiografia, 2019

Ademais, da importância em relatar os trilhos e trilhas os quais caminha a humanidade, a arte tem outros atributos. Ela pode nos acariciar a alma, lavar os olhos e comunicar-se com o coração, sendo um aconchego afetuoso, um bálsamo benigno em tempos e situações atípicas ao cotidiano da cidade gerando leveza, auxiliando o deslocamento das tensões e a possibilidade de novos olhares e caminhos, ou seja, um devir.

Assim sendo, a situação a qual vivenciou e ainda vivencia o mundo e a nossa cidade, esse brusco freio de arrumação, por assim dizer, trouxe uma outra amplitude para o campo das artes. A importância da arte ganhou um giro de 180 graus deixando de ser secundária ou acessório, passando a ser mais que essencial, ou seja, vital. Pessoas que não contemplavam ou possuíam afinidade com algum tipo de linguagem artística, se viram em certa medida atravessados e impactados por ela durante o período da Covid-19.

Em vista disso, a arte possui um lugar de afabilidade e doçura, protesto e denúncia, levando as pessoas em seus imaginários a uma outra dimensão, do ensimesmar-se, onde a apreciação estética da obra de arte através da música, da

pintura, da performance, da fotografia, da poesia, do teatro, do artesanato promove a fruição o ir e vir das ruas através de suas sensações e memórias.

Deste modo, a arte gera um lastro de recepção, acolhimento e principalmente percepção inimaginável do estranho universo que se instalara em suas obscuridades poéticas. Simultaneamente, o mundo fica em suspenção com enorme pausa, um profundo silêncio, sem nenhuma perspectiva de retornar à cidade contemporânea, o que se denominou “novo normal” o qual desestabilizou não só emocionalmente quanto financeiramente o circuito artístico cultural. Indubitavelmente, os artistas e artesãos foram os mais afetados. É importante salientar que as verbas e recursos para a produção cultural neste país tão criativo e plural foi deveras sucateada.

Assim sendo, a pandemia ressignificou o conceito de arte como simples mecanismo de evasão e desvenda diversas facetas para a produção artística em situações críticas com funções diversas. Dentre tantas funções que a arte conseguiu cumprir, além de entretenimento e lazer ela pode conscientizar a população acerca dos cuidados necessários de serem adotados em períodos de grandes dificuldades a exemplo do que foi vivenciado no país.

Muitas foram as manifestações artísticas neste período, não esquecendo, porém, que este segmento foi também muito atingido pela situação. Considerando que muitas são as modalidades artistas, entre música, teatro, dança artes e seus desdobramentos, a exemplo das performances, instrumentistas, fotógrafos, artesãos, dentre outros, pois há uma infinidade de artistas e suas manifestações, todos necessitam de palco, público e plateia para que a sua arte floresça o mais que humano em nós da melhor maneira possível, pois “todo artista tem que ir aonde o povo está” (Nascimento, 1981).

Nesse momento em que a arte está ganhando grande destaque por ser crucial a população, muitos artistas de diversas linguagens relatam as dificuldades que atravessaram, levantando bandeiras e elevando ainda mais o papel social da arte a um outro patamar, sendo este mais concreto, convertendo-a em propósito.

2.1 O ENCONTRO COM OS VAGALUMES: A INCANDESCÊNCIA DAS PERCEPÇÕES E INTERNALIZAÇÃO DA ARTE

Quando analisamos os desdobramentos que as mudanças causam no campo da arte, torna-se imprescindível pensar também naqueles que são interpelados por ela. Assim, questionar a natureza das emoções humanas é importante para essa compressão da internalização da obra: são elas que nos atravessam ou somos subitamente arrebatadas, atravessadas por elas?

Didi - Huberman nos traz na obra *Sobrevivência dos vaga-lumes* (1975) preciosas contribuições e reflexões, principalmente em relação às ideologias que manipulam as sociedades. Como mais um dos espetáculos da natureza, nem todos, principalmente os que habitam as grandes cidades, têm a oportunidade de ver e se emocionar com a incandescência de seres tão pequeninos e luminosos.

É interessante que estas pequenas criaturas, os vagalumes, não se limitam ou desaparecem na imensidão da noite; quanto mais escuridão, mais show, mais luz, mais brilho e mais claridade no breu. “Quando a noite é mais profunda, somos capazes de captar o mínimo clarão, e é a própria expiração da luz que nos é ainda visível em seu rastro, ainda que tênue ‘’ (Huberman, 2011, p. 30)

Entretanto, quando os refletores em suas luzes artificiais atingem estes seres de luzes naturais, essa luz se esvai como água que escorre pelos dedos. Compreende-se assim que fomos atravessados por esta luz, que além de ofuscante nos sufoca, sendo estas luzes projetadas em discursos ideológicos, no qual os vaga-lumes tendem a bater em retirada à procura de novas trilhas e lugares dentro da cidade para iluminar, a cuidar de outros corações.

Neste viés, Didi-Huberman reflete a respeito da sobrevivência dos vaga-lumes, e em certa medida sobre a probabilidade do término da utopia. Deste modo, o sentido apocalíptico do fim do mundo, por hora vivenciada, em um “passado “não tão distante, pode ser ressignificado por uma estratégia de sobrevivência, onde a arte desencadeia e expressa a sua própria produção de sentidos funcionando como lampejo, luz e sobrevivência.

Na construção de sentidos, evidenciados nesta convivência de ambiguidades e contrários poéticos, os vagalumes também se reconstituem e se reelaboram em outros terrenos férteis, assim como a arte. Assim sendo, no

contexto de tamanha instabilidade, a arte segue demonstrando sua capacidade de reflexão e sentido a todos indistintamente, independente de gênero, raça ou credo.

No sentido da sobrevivência compreendida através do exemplo dos vagalumes, a resistência na pandemia encontra suporte na arte. Neste exato momento muitos encontram um sopro de vida através das vivências artísticas ao passo que muitos outros artistas passaram por privações e necessidades, de fato vivenciamos um mundo paralelo nunca dantes navegado, nunca dantes imaginado. Platão em seu Mito da caverna já preconizava que vivíamos em um espectro de realidade.

Neste diapasão, obras de arte entre livros e filmes de ficção científica a exemplo de *Guerra biológica* (1997) do diretor Dean Semler, *O homem sombra* (2006) do diretor Michael Keusch, *Contágio* (2011) do diretor Steven Soderbergh*, Ensaio Sobre a Cegueira* de José Saramago (filme de 2008 e livro de 1995) já retratavam na ficção o que guardando as devidas proporções foi vivenciado e deixou marcas profundas na realidade de muitos corações.

Diante aos novos *modus operandi*, entre condutas e protocolos, a arte foi um divisor de águas, sendo um lugar de acolhimento e percepção entre narrativa e poética deste novo universo e seus desafios e complexidades: “um certo discurso – poético ou filosófico, artístico ou polêmico, filosófico ou histórico – proclamado atualmente em seu rastro e que quer fazer sentido para nós mesmos, para nossa situação contemporânea” (Huberman, 2011, p. 60)

Figura 2: Sarau do século XXI

Fonte: Observatório das metrópoles, [s.d]

Os vagalumes levam em seu voo lampejos e luminescências, o pouco do muito que a pluralidade de sentidos e espaços são sobrevoados pela arte, numa tentativa de dizer sem palavras e de decifrar o indescritível na descrição e percepção deste novo tempo, no qual quanto mais afastados fisicamente, mais próximos e unidos em pensamento e emoções viabilizados pela arte e seu poder de resistência e resiliência, tais como podemos observar na imagem que se tornou tão comum nas cidades. A música, a cantoria da janela nos servem aqui como sentidos de vagalume, ao levar através da arte, a possibilidade de os moradores de prédios e condomínios a um momento de encontro e ressignificação da vida através da música, nos momentos mais difíceis.

Didi-Huberman traz também, através dos seus vagalumes, várias outras luzes, clarões e o próprio relâmpago, onde o saber que transita nas fendas e brechas astuciosamente ludibriam os censores e suas ideologias de censura. Toda experiência é ímpar e toda vivência é única, ainda que de alguma forma, mesmo que repetida, será sempre um lampejo, um caminho de luz para um outro alguém.” Nenhum homem pode banhar-se duas vezes no mesmo rio...pois na

segunda vez o rio já não é o mesmo, nem tão pouco o homem."(Heráclito de Éfeso).

Nesta concepção acima descrita, nem a contemporaneidade consegue destituir o lugar da experiência, haja vista o que todos têm vivenciado, pois toda vivencia deixa marcas e rastros que movem-se silenciosamente e são registrados diferentemente em cada pulso.

Há sempre uma saída pela tangente, uma rota de fuga, "fugir, esconder-se, enterrar um testemunho, ir para outro lugar, encontrar a tangente...é o que nos ensinam, cada uma a seu modo as livres experiências interiores" (Huberman, 2014, p. 149), para viver e respirar este ar maravilhoso, ainda que poluído, onde as artes possuem papel fundamental.

Figura 3: Sentimentos no concreto. Projeção em prédio da Vila Madalena, em São Paulo.,2020.

Foto: Projetemos / Divulgação / Estadão

Assim, a sobrevivência de uma maneira geral das artes é um paradoxo, resultando da produção de sentidos através das imagens e produções artísticas, a pensar e sentir o tempo de Cronos e Darwin. Elas sobrevivem e passam através deste, como linguagem artística. Em sua poética libera a sobrevivência dos seus afetos. Os vagalumes são muito mais que uma metáfora, "nos mostra o modo pelo

qual o Outrora encontra, aí, o nosso Agora para se liberarem constelações ricas de Futuro, então podemos compreender a que ponto esse encontro dos tempos é decisivo, essa colisão de um presente ativo com seu passado reminiscente" (Huberman, 2011, p. 61). O que será um futuro não muito distante a lembrança do que se foi para nunca mais voltar pois a vida não pode adoecer por medo e insegurança de viver.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a todo exposto, este texto coloca-se como possibilidade de reflexão sobre a importância da arte no período da pandemia. Graças às artes foi possível ver as várias matizes e nuances que as cores e sons proporcionam e como foi providencial.

E assim a arte em resistência com a incandescência dos vagalumes passou de ventania a vento de maremoto a maré para que o vento e a maré possam em seus lindos movimentos bailar novamente pelas ruas da cidade, através do burburinho, do engarrafamento, da arruaça e que as multidões aglomeradas posam juntas respirar o mesmo ar. A vida retomou as rédeas de si e saiu da invisibilidade letal do inimigo invisível que transtornou o mundo nos anos de 2020 e 2021.Onde foi mais que necessário o (re)aprender, (re)pensar e (re)dimensionar as relações e o que de fato importa, criando e (re)criando modos de trocas, aproximações onde os afetos e afetividades estavam todos a flor da pele, ainda que sem pelo para abraçar.

E que as águas de março, onde tudo começou no Brasil não feche só o ciclo do verão. Mais que abrir novos ciclos em seu bailar sincrônico nos tragam novas ondas, e que estas sejam de fé e esperança, superação e criação é que a arte nos aponte sempre uma resposta entre os vagalumes e as borboletas, numa metamorfose de vida, na dádiva do viver.

REFERÊNCIAS

CONTÁGIO. Direção: Steven Saderbergh. Produção: Steven Segal. EUA: Warner Bros, 2011. 1 DVD.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **O que vemos e o que nos olha**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo, Editora 34, 2010.

_____. **Sobrevivência dos vaga-lumes**. Tradução: Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte, Editora UFMG,2011.

_____. **Que emoção! Que emoção?** Tradução: Cecilia Ciscato. São Paulo, Editora 34, 2016.

GERICKE, Gerda. 1937: "Guernica", de Picasso, é exposta pela primeira vez**.DW – Made for minds**. 2015. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/1937-guernica-de-picasso-%C3%A9-exposta-pela-primeira-vez/a-591174. Acesso em: 07 set. 2023

GUERRA biológica. Direção: Dean Sem Ler. Produção: Julius R. nosso. EUA: Walt Disney, 1998.1 DVD

MORAES, Vinicius de; PAWELL, Paden. Samba da Benção**. Vagalumes**. 1967**.** Disponivel em: https://www.vagalume.com.br/search?q=Samba+da+ben%C3%A7%C3%A3o. Acesso em 07.09.2023

NASCIMENTO , Milton. Nos bailes da vida. **Letras**. 2014**.** Disponivel em: https://www.vagalume.com.br/search?q=BAILES+DA+VIDA Acesso em: 07 set. 2023

O homem Sombra. Direção: Michael Keusch. Produção: Steven Segal. EUA: Sony Pictures, 2006. 1 DVD.

PECHMAN, Robert Moses**.**9 cenas, algumas obs-cenas, da rua Fractal: **Revista de Psicologia**, v . 21 – n. 2, p. 351-368, Maio/Ago. 2009

PONTY, Merleau**. Fenomenologia da Percepção**. Tradução: Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo, Martins Fontes,1999.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

PESQUISA E IMPLEMENTAÇÃO DE INFRAESTRUTURA HABITACIONAL COM CONSERVAÇÃO DA APA BACIA DO COBRE/ SÃO BARTOLOMEU

Ivana Souza Barbosa[1]
Débora Carol Luz da Porciúncula[2]
Cristina Maria Macêdo de Alencar[3]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos através da construção coletiva dos mourões para implantação da cerca viva como proteção física na unidade de Conservação APA Bacia do Cobre/ São Bartolomeu, Salvador-BA, de modo ecologicamente viável e de baixo impacto. O processo de degradação das florestas vem ocorrendo e pondo em risco a perda da função ecossistêmica deste importante fragmento de floresta. Para a realização da delimitação da poligonal da UC teve como colaboradores os integrantes do MSTB, o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza e o Centro de Estudos e Assistência Social. A reflexão acerca da mesma orienta a avaliação geral da relação entre sociedade e meio ambiente, salientando aspectos positivos e negativos, da construção social de infraestrutura para desenvolvimento sustentável, não só do objeto de estudo, mas de todo o processo de desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-chave: Conservação da natureza. Recomposição florestal. Coexistência rural-urbano. Cerca viva. Mata Atlântica.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo apresentar os resultados preliminares da execução do Projeto de Iniciação Científica “Construção coletiva de cerca viva: pesquisa ação e implementação de infra-estrutura para habitação com conservação da floresta do bioma Mata Atlântica, na APA Bacia do Cobre/ São Bartolomeu, Salvador”, que é executado no Programa de Pós Graduação em Território, Ambiente e Sociedade (PPG TAS), da Universidade Católica do Salvador, com início no segundo semestre de 2022.

[1] Graduação, Universidade Católica do Salvador, ivana.barbosa@ucsal.edu.br.
[2] Doutora em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL), PPG TAS, Universidade Católica do Salvador, debora.porciuncula@pro.ucsal.edu.
[3] Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (UFRRJ), PPG TAS, Universidade Católica do Salvador, cristina.alencar@pro.ucsal.edu.

Um dos aspectos inerentes às discussões da conservação da natureza é a questão da criação e manutenção de unidades de conservação (UCs) cuja função é assegurar a representatividade de amostras importantes e ecologicamente viáveis das diversas populações (MMA-UC, 2000). Nesse contexto, o Brasil detém uma enorme diversidade biológica, abrigando a maior do planeta e as UCs representam uma importante estratégia para proteger toda essa riqueza.

O Brasil possui a mais exuberante biodiversidade do Planeta e confere uma responsabilidade global maior de proteger grandes biomas, como Amazônia, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Cerrado, sendo os dois últimos considerados os *hotspots* de biodiversidade no Brasil. As UCs são a principal forma de intervenção governamental, destinada a reduzir as perdas da biodiversidade decorrente da degradação ambiental induzida pela sociedade (Brandon, 1998).

Segundo o ICMBio (2020) o Brasil possui 334 Unidades Federais de Conservação, somando em torno de 1.300.000km² somente do bioma Mata Atlântica que tem uma importância vital para cerca de 120 milhões de brasileiros que vivem em seus domínios, onde são gerados cerca de 70% do PIB brasileiro.

A área da Bacia Hidrográfica do Rio do Cobre apresenta duas grandes classes de uso do solo: área urbana consolidada (cerca de 38% desse território – 962,15 ha), e florestas em estágios inicial, médio e avançado (39% do território – 975 ha) (CONDER, 2018). O crescimento populacional, iniciado nos anos 1940 aliado à ausência de políticas públicas para famílias de baixa renda, gerou grave crise habitacional, incidindo na ocupação de áreas públicas e particulares próximas à floresta que geraram conflitos e resultaram em problemas ao meio ambiente por afetar a qualidade ambiental da Bacia do Cobre São Bartolomeu (BCSB).

Nesse sentido, a sustentabilidade do “ecossistema dos povos” é reconhecida como base por instituições de conservação ambiental, como a União Mundial para a Natureza (IUCN). O uso sustentável da natureza pertence ao dilema entre a conservação e o crescimento econômico, sendo um tema crucial à sustentabilidade das sociedades contemporâneas (Ajara, 2004). O bioma da Mata Atlântica presente nos espaços urbanos da cidade de Salvador, faz que o urbano e rural, encontram-se como vertentes, desenrolar, de um mesmo “espaço uno e múltiplo”. (Simone, 2019, p.62)

Nos dados levantados pela CONDER (2018), percebe-se que o uso rural familiar é bastante presente na Área de Proteção Ambiental (APA) Bacia do Cobre/São Bartolomeu e a não utilização de agrotóxicos e fertilizantes, minimiza as possibilidades de contaminação dos córregos e do solo. Mesmo com o atual estado de abandono, o Parque São Bartolomeu ainda representa um importante espaço de lazer para os moradores locais, principalmente os rios e cachoeiras, e as trilhas, além disso, representa também uma importante fonte de subsistência. Outro ponto que merece ser destacado são os cultos realizados no seu interior relacionados às religiões de matriz africana, no entanto também existem cultos relacionados a outras religiões.

A relação entre natureza e sociedade, muitas vezes subsumida no binômio campo e cidade, permeia todo o pensamento ocidental (Williams, 1990). Nas cidades, o acesso à moradia vincula-se à questão ambiental. As ocupações informais frequentemente ocorrem em áreas ambientalmente fragilizadas, com precárias condições de habitabilidade e características biofísicas que desestimulam a urbanização formal (Freitas, 2014).

Nesse contexto, a construção da cerca viva tem como objetivo delimitar o território da unidade de modo ecologicamente viável e de baixo impacto para atravancar a perda da função ecossistêmica deste importante fragmento de floresta, com a sua redução progressiva e poluição do manancial decorrente do lançamento de efluentes domésticos e industriais. Implantada com apoio estrutural de mourões de concreto, a cerca viva, irá melhorar o meio biótico, compreendendo a manutenção da flora e fauna locais. Esta medida irá aumentar a velocidade de recuperação ambiental das áreas degradadas.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Esse projeto de pesquisa possuiu orientação metodológica a pesquisa-ação, contando com a participação e o envolvimento direto do grupo de pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (DSN) e Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, sendo ambos da Universidade Católica do Salvador (UCSAL), do protagonismo de membros do Movimento Sem Teto da Bahia, moradores da Ocupação Paraíso, associações de moradores e

lideranças locais, além do financiamento do Centro de Estudos e Assistência Social (CEAS).

O recorte teórico-metodológico da pesquisa-ação apresenta algumas características, as quais foram amplamente discutidas por Tripp (2005, p. 447). O fundamento deste recorte traz o potencial de conservação da natureza a partir do acolhimento à experiência cotidiana da sociedade local que vivencia a realidade pesquisada.

A pesquisa-ação requer a combinação de ação empírica, realidade e pesquisa, por isso é necessário colocar as ações dos sujeitos-pesquisadores na realidade que constitui o objeto de pesquisa. Além disso, exige que os pesquisadores reconheçam a importância da ação cívica e a responsabilidade das universidades em contribuir com a sociedade diante de problemas que requerem atenção e soluções modernas e eficazes. Dessa forma, essa escolha metodológica corresponde a uma ação de extensão universitária, no que se refere à pesquisa, configurando-se como um laboratório de territorialização contra-hegemônica em espaços metropolitanos. (Porciuncula, 2023)

O desenvolvimento do projeto de construção coletiva da cerca viva foi baseado em experiências bem sucedidas de delimitação de unidades de conservação, dentre elas destacamos o Projeto Opará – Águas do São Francisco (Canoatoada, 2018) que a incluiu dentre as ações de recuperação florestal de uma UC. Como resultado principal, destacaram que associado ao plantio de espécies endêmicas e resistentes ao longo da cerca viva verificaram o ganho significativo de biomassa, com uma mudança expressiva na paisagem.

Ao comparar cercas vivas com as convencionais, reconhecem que ocorreu nos últimos anos uma mudança da concepção no uso de cercas para proteção física de uma UC. “O conceito atual das cercas vivas, (…) procura, além da proteção física da UC, ampliar suas zonas florestadas criando um atrativo cinturão ecológico de *transconectividade* em todo o perímetro da poligonal”. (Canoatoada, 2018, p.01)

As cercas vivas são estruturas montadas com mourões de concreto, madeira ou metal, unidas por arame liso ou farpado. Este utilizado apenas se houver risco de invasão por animais de criação, tais como o gado, porcos, búfalo e etc

(Canoatoada, 2018). A instalação de cercas vivas na APA irá contar com mudas resistentes do bioma da Mata Atlântica que farão o isolamento do perímetro da BCSB.

Isolamento: consiste em isolar com cerca, uma área com grande quantidade de mata próxima, e vegetação se recuperando naturalmente. A medida visa restringir o acesso a animais domésticos da atividade pecuária, deixando que o movimento natural dos animais e o vento leve as sementes e resulte na recuperação natural da área. Vale ressaltar que esse método, apesar de seguro e natural, é mais lento quando comparado aos demais (Bahia, 2007, p. 26).

Em discussão com os integrante do MSTB na comunidade e em diálogo com os pesquisadores a opção escolhida foi da construção dos mourões de concreto por proporcionar maior satisfação e facilidade no manuseio, além de não necessitarem de manutenção periódica, os mourões apresentam maior durabilidade e isso os torna mais eficientes e econômicos.

Para utilização do mourão de concreto armado no Brasil há uma norma técnica específica. A ABNT NBR 7176 (1982) – Mourões de concreto armado para cercas de arame – Requisitos. Os mourões devem ter uma boa técnica de preparo e adensamento do concreto e devem ser isentos de defeitos como trincas, ninhos provenientes de falha de concretagem e saliências.

A rotina de construção teve que ser adaptada a partir da demanda das pessoas que habitam o local, onde os mesmos foram responsáveis para a construção dos mourões, cuja história de trajetórias rural-urbanas e saber construtivo ajudaram a implementação do projeto e o processo pedagógico de conservação da natureza.

O MSTB vem se mostrando sensível e comprometido com a conservação da floresta, a menos de 10 m do conjunto Paraguari II. Embora insatisfeitos com o modelo de habitação que lhes foi imposto (apartamentos), a comunidade que antes vivia em habitações em condições precárias, conquistou a moradia do Governo do Estado da Bahia, O Residencial Paraguari 2, é um conjunto habitacional localizado no entorno do Parque Florestal da Represa do Cobre/Pirajá, na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu. Destaca-se que o modelo de habitação não levou em consideração o contexto social e o modo de vida dos sujeitos sociais.

O projeto arquitetônico, praticamente, se repete em todas as unidades habitacionais: dois quartos pequenos, banheiro social, cozinha pequena, área de serviço pequena e sala razoavelmente grande. Segundo relatos dos moradores, os quartos são muito pequenos para acomodar famílias possuem de 04 a 05 filhos e/ou netos, pois não abrigam a todos de uma maneira confortável. Com isto, a solução encontrada é a de transformar a sala numa extensão do quarto para acolher a todos, com algum conforto. A área de serviço possui tamanho pequeno, o que impossibilita a secagem de roupas.

Desta forma, passou-se a discutir a permanência na moradia, nestas condições e a criação de uma rede de apoio e de estratégias. Uma das soluções reconhecidas pelas lideranças do MSTB é a de apoiar e propor o desenvolvimento de ações socioambientais voltadas para proteção e conservação da floresta e das águas do rio e das nascentes do Cobre.

Este cenário de impactos e conflitos ambientais na APA BCSB integra, igualmente, o avanço das ocupações informais e formais (conjuntos habitacionais) intensificando o desmatamento em áreas de proteção permanente. Nesse contexto, a implementação de mourões de concreto, ligados por arame liso, irá impedir o avanço da degradação da floresta sem impedir que as comunidades tenham acesso à floresta para fonte de subsistência (coleta de frutas, folhas e ervas medicinais; pesca e outros) e práticas de religiosas vinculadas ao culto de matriz africana.

É neste contexto de cooperação mútua para efetivação dos direitos constitucionais e humanos fundamentais instituídos (a moradia digna; ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a água) que estes movimentos sociais e ecologistas se unem em defesa da Floresta e das águas do rio do Cobre.

Esse recorte de pesquisa e ação permitiu a coexistência da sociedade e da preservação ambiental, a partir do acolhimento das experiências cotidianas do sujeito e a otimização da gestão construtiva em termos de eficácia social da engenharia, através da adaptação de processos de gestão na construção coletiva de infraestrutura.

Na atualidade, esta UC abriga o mais significativo fragmento do Bioma de Mata Atlântica inserido em Salvador. Ocupando uma área de 653 hectares a floresta ombrófila densa resiste a toda sorte de degradação e de rupturas

ecossistêmicas e metabólicas impostas por um modelo de urbanização anacrônico e em flagrante alheamento e desrespeito às agendas dos movimentos sociais e ambientais locais, nacionais e internacionais; que reclamam pela conservação ambiental deste bioma, dada a singularidade da sua biodiversidade; pela proteção das águas, diante da questão hídrica atual; pela emergência climática e; pela segurança alimentar, possível de ser obtida através da agroecologia, onde o cultivo se dá em harmonia com as florestas.

Ademais, estamos diante de duas singularidades que tornam emergencial a promoção da conservação ambiental desta APA através da proteção da floresta e do rio do Cobre: a primeira se refere ao fato de se tratar de uma UC com o maior fragmento do bioma Mata Atlântica em estágio regenerado do município e, a segunda, o rio do Cobre é o único que não está totalmente poluído em Salvador.

Embora o desmonte da legislação ambiental brasileira sinaliza o compromisso do Estado brasileiro em atender aos interesses da agenda neoliberal que reduziu a natureza a condição de mercadoria a ser consumida e explorada ensandecidamente para atender às suas expectativas de lucros incessantes, vale dizer que o governo da Bahia poderia ter optado por acolher as reivindicações dos movimentos sociais representados no Conselho Gestor da APA BCSB em proceder ações de reflorestamento da APP e do próprio Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), através das lideranças que ocuparam a APP já desmatada, que reivindicavam pela edificação de casas com quintal, em interação com a floresta, num modelo de agrovila, cujo impacto ambiental seria consideravelmente reduzido, já que tal modelo de habitação de interesse social garantiria a manutenção do processo de recarga do aquífero. No entanto, ao não acolher a demanda apresentada pelo MSTB, o governo optou por impermeabilizar, verticalizar, adensar e expor a floresta a um novo risco ao não instalar nenhuma proteção física que institua a delimitação entre a ela e a área do loteamento.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL (APA) BACIA DO COBRE/SÃO BARTOLOMEU

A Área de Proteção Ambiental – APA da Bacia do Cobre/São Bartolomeu, localizada em Salvador-BA, criada pelo Decreto Estadual nº 7.970 de 5 de junho

de 2001, visando assegurar a qualidade das águas da Represa do Cobre, disciplinar o uso e a ocupação do solo na área e preservar e recuperar os ecossistemas de matas ciliares no entorno do espelho d'água, abrange os municípios da Bahia, Salvador e Simões Filho.

Essa unidade de conservação surgiu amparada na Lei 9.985/2000 do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) com o objetivo de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Ela é uma área dotada de valor ecológico, histórico e cultural e trata- se de uma APA de importância singular onde diferentes usos são permitidos, a floresta e as suas águas constituem garantias para o sustento destas pessoas que sobrevivem da pesca, do extrativismo vegetal, da retirada de água para consumo, do plantio de pequenas hortas e criação de animais. Destacam-se também os usos para lazer, explicitado nos banhos de cachoeiras, lagoas, lago da barragem e rios, práticas religiosas, além das atividades de pesquisa/extensão e atividades socioambientais, como a Trilha Ecológica APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu.

O principal documento para gestão de uma unidade de conservação de uso sustentável é o plano de manejo, esse instrumento deve apresentar normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. Contudo, após vinte e dois anos da criação a APA ainda não possui o seu plano de manejo.

Outrossim, esta área protegida é a categoria de uso sustentável mais permissível do SNUC, o que a torna vulnerável à apropriação capitalista da natureza, que promove a fragmentação da paisagem e invisibilização da comunidade local. "O meio ambiente converte-se em direito humano" (Alier, 2007, p. 275). Segundo a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) é direito de todos um meio ambiente ecologicamente equilibrado, com uma qualidade ambiental propícia à vida.

APA bacia do Cobre / São Bartolomeu compreende uma extensão territorial de aproximadamente 1.134 hectares e contém em seus limites os Parques São Bartolomeu, Pirajá e Lagoa da Paixão, que são unidades de conservação de uso mais restritivos e que integram a política nacional de meio ambiente (PNMA) e a rede de áreas protegidas. Abrigar a represa do Cobre, construída em 1932, que

fazia parte do sistema de abastecimento da metrópole, abriga um sistema de cachoeiras com grande importância cultural e simbólica e abrigar um dos maiores fragmentos de Mata Atlântica inserido em espaço urbano no Brasil, com densidade de biodiversidade.

O Parque São Bartolomeu (PSB), localizado em Salvador/BA, foi definido como uma das três áreas piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Estado da Bahia, enquanto território pertencente ao Parque Metropolitano de Pirajá (RBMA, 1995). A área abriga um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica da cidade de Salvador, além de importantes reservas de água potável, parte integrante do sistema de abastecimento de água do local (INEMA, 2001).

A APA caracteriza-se por uma grande diversidade de ambientes distribuídos em uma reduzida porção territorial onde se inclui: floresta ombrófila densa, ambientes flúvio-marinhos, pântanos, manguezais, rios e cascatas. Ao centro se destaca a represa do cobre (reserva de água potável), que guarda paisagens bucólicas às margens do grande espelho d'água permeando vales. Destacam-se também a lagoa da paixão e as nascentes do rio do cobre, a represa do Cobre e seu espelho d'água entornado por florestas. A floresta, as nascentes, as cascatas (Nanã, Oxum e Oxumaré), as rochas (pedra do tempo e pedra de Omulu) compõem o cenário onde frequentemente se realizam práticas de culto de origem afro-brasileira.

A APA BCSB vivencia na atualidade quadro dramático de degradação ambiental resultado de avanço da especulação imobiliária em desalinho à legislação ambiental em vigor, diversas ocupações irregulares, com supressão de vegetação nativa, queimadas, emissão de efluentes (esgotos) no rio, degradação de nascentes, extração ilegal de substancias minerais, caça predatória e deposição de resíduos sólidos em áreas de proteção permanente comprometendo a Área de Preservação Permanente (APP) do lago da represa do Cobre e dos demais afluentes que compõem o seu sistema hidrográfico.

Figura 01 – Lago da Represa do Cobre; Parque Florestal da Represa do Cobre/Pirajá.

Fonte: imagens google.

2.2 RESULTADOS E ANÁLISES

O projeto de construção da cerca é orientado pelo projeto “Ojú Odé - Implantação de Cerca Viva para auxiliar na Conservação da Floresta do bioma Mata Atlântica, do Parque Pirajá, na APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu, Salvador-BA.” Que tem por objetivo implantar barreira física, no modelo de cerca viva, numa área de 1.105 metros lineares utilizando mudas de espécies resistentes do bioma Mata Atlântica, a presença de áreas de valor ecológico instituídas como unidades de conservação ou não, dos rios, nascentes e lagoas e da zona costeira inseridos no espaço da metrópole soteropolitana estão vulneráveis ante as ações da urbanização intensa, aliada ao contínuo enfraquecimento das estruturas de proteção ambiental e da própria democracia.

A construção dos mourões foi dividida inicialmente em três etapas: Reconhecimento da área onde os mourões serão instalados; Oficina de formação para a construção da cerca viva; Construção e instalação dos mourões de concreto. Essa rotina foi marcada por diversos empecilhos que atrasaram o cronograma das atividades.

2.2.1 Reconhecimento da área

O reconhecimento da área foi realizado com uma visita a comunidade e posteriormente com a 15ª Trilha Ecológica APA Bacia do Cobre/ São Bartolomeu- Percurso do Orubu, numa referência sócio histórica ao Quilombo do Orubu, que existiu neste território durante o período colonial. Realizada no dia 30 de abril de

2023, com saída da Ocupação Manuel Faustino e chegada na Comunidade Paraíso. A trilha foi realizada em conjunto aos Guardiões da APA da Bacia do Cobre e aberta para visitantes para a sensibilização de questões socioambientais.

Questões essas discutidas dentro da própria comunidade, onde alguns moradores ainda resistem e jogam resíduos sólidos próximo a UC. Apesar dessas mazelas, o objetivo desta trilha foi chamar atenção para a natureza exuberante, possível de ser acessada por todos por estar inserida no Subúrbio da metrópole, e para aqueles sujeitos sociais que vivem em relação direta com a natureza, como fonte de trabalho, lazer e religiosidade.

O reconhecimento da comunidade pode-se ser feito a partir do lançamento da cartilha “Incomode: no enfrentamento às violências perpetradas pelo estado”, o que ajudou identificar as questões debatidas do MSTB por moradia e melhores condições de vida, além da luta contra a violência causada pelo estado que interfere na vida dos jovens negros e negras moradores do Subúrbio Ferroviário. Essa cartilha resultou a partir das reflexões e denúncias das violações da Instituição Pública, que pratica e reproduz faces do racismo estrutural, genocídio negro e violências urbanas.

Figura 02- 15ª Trilha Ecológica APA Bacia do Cobre/ São Bartolomeu- Percurso do Orubu

Fonte: Elaborado pela autora (abril,2023)

2.2.2 Oficina de formação

A oficina de formação teve como objetivo explicar à comunidade a importância do projeto e do cuidado com a mata, além de discutir a rotina de trabalho e quem ficaria responsável pela construção dos mourões. Nessa oficina foram feitos dois mourões de exemplo para demonstrar o passo a passo e dialogar com a comunidade a maneira mais prática para a realização da concretagem. No início só havia disponível sete fôrmas e o trabalho teve que seguir assim, sete mourões por vez.

Um dos empecilhos encontrados foi o número de fôrmas, com o orçamento do projeto Ojú Odé comparam tábuas de madeiras para a produção, mas como a dinâmica da atividade era de ser realizada coletivamente pelos próprios moradores, logo no início foi entregue a uma pessoa da comunidade para realizar a parte da carpintaria e montagem, o que não aconteceu. O atraso para a entrega das fôrmas prontas atrasou todo o processo, posteriormente foi preciso outra oficina com os moradores para a montagem das mesmas. Com elas prontas atingimos o número de 23 mourões feitos por dia.

2.2.3 Construção e instalação dos mourões de concreto

A construção dos mourões realizou-se com o objetivo de não haver desperdício de material, então necessitou o cálculo do concreto no traço 1:2:4 para cada fôrma individual, já que nem todos os dias foi possível a concretagem de todas. Esse processo foi realizado seguindo o passo a passo demonstrado nas oficinas de formação que consiste em untar as fôrmas com óleo automotivo usado, cortar as treliças e em seguida adicionar. Depois deve-se preparar a massa de concreto e distribuir igualmente nas fôrmas, ao realizar concretagem é necessário vibrar com pequenas pancadas para evitar a formação de bolhas, depois esperar dois dias para a secagem dos mourões, e após esse período desinformar o que já estava pronto e executar outros.

Figura 03- Concretagem dos mourões

Fonte: Elaborado pela autora (abril,2023)

Essa rotina não seguiu como planejado, devido a problemas referentes a não haver um espaço coberto e as frequentes chuvas na região metropolitana, já que eles não podem ser molhados durante a concretagem para não afetar na resistência e durabilidade do material. Outro ponto, era a disponibilidade dos moradores, pois muitos deles precisam fazer “bico” para garantir seu sustento, além da luta pela moradia digna. Alguns anos atrás muitos tiveram que desocupar o lugar onde viviam para a construção do conjunto habitacional na esperança de receber os apartamentos que foram prometidos, mas apesar de possuírem direitos muitos ainda não conseguiram realizar o sonho de uma moradia.

Devido a esses atrasos ainda não foi possível a instalação dos mourões, a pequena quantidade é insuficiente para efetuar uma mobilização de instalação dos mesmos. Esse mutirão está previsto para acontecer no mês de dezembro e contará com ajuda de moradores e visitantes, será feito em conjunto com uma trilha no percurso do Orubu que terá como culminância a instalação da cerca. Sendo ela, construída com dois metros e meio de espaçamento e aterrada a 50 cm do solo, ligada por arame liso, e a cada cinquenta metros haverá uma abertura para possibilitar a passagem de pessoas para a floresta, com o objetivo de manter a qualidade de vida, a subsistência, o lazer e as práticas religiosas.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise e resultados dessa pesquisa foi baseada na pesquisa-ação-participativa, iniciada com a caracterização socioespacial da unidade de conservação da natureza APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu e da coexistência do rural no urbano, situadas em áreas apontadas pelo planejamento metropolitano como área urbana. Na segunda parte, foram identificadas e discutidas em conjunto com a comunidade do MSTB inserida na APA estratégias concebidas e desenvolvidas a partir de 2022, para a conservação da natureza e valorização do rural no urbano na área de proteção ambiental.

A construção coletiva da cerca viva baseada nas experiências da comunidade contribuiu para o entendimento da conservação ambiental como uma construção social e a possibilidade de uma relação democrática e sustentável entre sociedade e natureza.

Além dos motivos até aqui alinhados sobre realização do projeto, a escolha desse trabalho foi importante para a experiência de iniciação científica na formação na engenharia civil que pleiteia a bolsa de iniciação científica, que é o perfil do projeto pedagógico assumido pela UCSAL para formação humanista e social de egressos, o que converge com a expectativa. Desse modo, a relevância do trabalho está em sua originalidade para a comunidade do subúrbio de Salvador, para a formação do egresso da engenharia civil e para consolidação da perspectiva de responsabilidade social do cientista que marca a abordagem do Grupo Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.

REFERÊNCIAS

ALIER, Joan Martínez. **O Ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **NBR 7176.** Mourões de concreto armado para cercas de arame — Requisitos.1982.

BAHIA. Instituto Do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA). Unidades de Conservação. **APA Bacia Do Cobre/ São Bartolomeu,** 2001

BAHIA. SEDUR. CONDER. Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano; Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia; **Plano de Manejo do Parque São Bartolomeu**. Salvador, 2012

BRANDON, K. 1998. Perils to parks: the social context of threats. *In*: K. Brandon, K.H. Redford & S. Sanderson (eds.). **Parks in peril:** people, politics, and protected areas**.** p. 415-439. Island Press, Washington, D.C.

PORCIÚNCULA, Débora Carol Luz *et al.* Da práxis territorial popular à conservação da natureza na apa bacia do Rio do Cobre/São Bartolomeu, Salvador-BA (BR). **Observatório de la Economía Latinoamericana**, v. 21, n. 6, p. 3582-3606, 2023.

FREITAS, C. F. S. (2014). Ilegalidade e degradação em Fortaleza: os riscos do conflito entre a agenda urbana e ambiental brasileira. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 6(1), 109-125.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Meio ambiente urbano e questão social: habitação popular em áreas de preservação ambiental. **Caderno CRH**, v. 25, p. 115-130, 2012.

ICMBio. Banco de Dados. **Diretoria de Criação e Manejo de Unidades de Conservação.** Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2020

LIMA, Marina de Sá Costa; ANDRADE, Laise de Holanda Cavalcanti; BERGAMASCO, S. M. P. P. Potencial de uso de cercas vivas em assentamento rural: estudo de caso no assentamento Pitanga, Pernambuco, nordeste Brasileiro. **Revista Retratos de Assentamentos, Araraquara**, v. 18, n. 1, p. 291-317, 2015.

MENDES, Natalia. Política nacional do meio ambiente (PNMA) – lei nº 6.938/81. **Jusbrasil**, 2016

SIMONE, Joana Cruz. **Múltiplas escalas de transformação nas relações urbano-rurais:** O espaço rural friburguense e suas. 2019. Tese de Doutorado. PUC-Rio.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Educ. Pesqui. [online].** 2005, vol.31, n.3, pp.447. ISSN 1517-9702.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

POSSIBILIDADES PARA O ALCANCE DA ECONOMIA CIRCULAR: a importância da gestão dos resíduos têxteis

Aline Veiga Moita[1]
Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi[2]

RESUMO

A indústria têxtil é uma das mais poluentes do mundo. Desde a concepção das fibras até o produto final os impactos ambientais são inúmeros. O presente artigo traz como reflexão as possibilidades de práticas de economia circular como forma de minimizar o impacto ambiental. Foi realizada leitura exploratória e analítica de artigos, tendo como base lógica de investigação o método dedutivo. Assim sendo, o a triagem, a reutilização, a reciclagem e conscientização da população para transformação da cadeia de valor.

Palavras-chave: Resíduos têxteis. Economia circular. Coleta seletiva.

1. INTRODUÇÃO

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) aponta que a produção de vestuário é responsável por 2% a 8% do volume global de emissões de carbono. O setor é um dos mais poluentes em emissões de dióxido de carbono. (ONU News, 2022). O alerta que a ONU imprime é sobre a reflexão antes do desejo de comprar, do consumo e isso se torna um desafio imposto à cidadania. Comprar e ter prazer ou refletir sobre perigos iminentes das nossas ações para o futuro? O cidadão tem direito à vida, à liberdade, à propriedade, e à participar no destino da sociedade.

Segundo a Associação Brasileira de Indústria Têxtil - ABIT (2021), aproximadamente 50 anos (ABIT, 2021) é o tempo para que uma roupa se decomponha no meio ambiente. É claro que outros detalhes como a forma de uso, de lavagens, e cuidados em geral que vão determinar a melhor durabilidade.

[1] Relações Públicas, Pesquisadora do GP GAMDES, Mestranda do PPG TAS, UCSAL aline.moita@ucsal.edu.br
[2] Administradora, Líder GP GAMDES, Professora do PPG TAS UCSAL. e-mail: cristina.marchi@pro.ucsal.br.

A indústria têxtil é responsável por 35% dos micro plásticos libertados no ambiente, e de 2000 a 2015 essa produção duplicou no mundo, segundo dados da Comissão da União Europeia (2022). 107 milhões de toneladas de fibras foram fabricadas em 2018, destas 62,3% de fibras sintéticas, e o restante de fibras naturais e artificiais, sendo os maiores fabricantes China, Índia e Estados Unidos. Na Europa, o consumo destes produtos é o fator com o 4º maior impacto no meio ambiente e nas alterações climáticas. Já no Brasil, 4º maior produtor e 2º maior exportador de algodão em 2019, segundo o Relatório Fios da Moda, divulgado em 2021, 49% dos brasileiros nunca ouviram falar sobre reciclagem de roupas no Brasil. Assim como as formas de descarte serem desconhecidas por grande parte da população, as informações quanto aos impactos sociais e ambientais dos resíduos têxteis também são escassas no território brasileiro.

A preocupação com a gestão de resíduos é um dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável, elaborados pela Organização das Nações Unidas (ONU), o Objetivo 12 - Consumo e Produção, salienta a importância de até 2030, reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. E uma das propostas de implementação para atingir esse Objetivo é a economia circular, sistema econômico que utiliza uma abordagem sistêmica para manter o fluxo circular dos recursos, por meio da recuperação, retenção ou adição de seu valor, enquanto contribui para o desenvolvimento sustentável, segundo definição adotada pela *International Organization for Standartization* (ISO), na PR 2030:2022 - ESG (ABNT, 2022).

Diante do quadro acima descrito, a proposta deste artigo é levantar as relações de práticas de gestão de resíduos têxteis para o alcance da economia circular.

2. METODOLOGIA

A base lógica de investigação foi o método dedutivo, procurou-se alcançar o objetivo pretendido da pesquisa, ou seja, levantar as relações de práticas de gestão de resíduos têxteis para o alcance da economia circular, por meio de uma ideia generalista, adequado gerenciamento dos resíduos têxteis promovem o alcance

para uma economia mais circular, utilizando raciocínio lógico para chegar a uma conclusão específica.

O estudo se caracteriza como exploratório, sendo-lhe atribuído a análise qualitativa das informações. A obtenção de dados se deu por meio de coleta de artigos, reportagens e documentos do período entre 2015 a 2022, utilizando as ferramentas de pesquisa Google Acadêmico e site Scielo Brasil. A estratégia de busca se baseou em duas linhas. A primeira foi sobre o conceito e emprego de ferramentas para alcance da Logística Reversa, a segunda buscou-se entender os prejuízos ambientais e as melhores práticas para o gerenciamento dos resíduos têxteis com a finalidade de se alcançar a logística reversa e a economia circular do setor. Os seguintes descritores foram utilizados: resíduos têxteis; coleta seletiva, economia circular.

A análise das informações foi concebida por meio de leitura exploratória e analítica do material encontrado.

3. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

3.1 ECONOMIA CIRCULAR

O termo Economia Circular vem sendo rapidamente difundido, ganhando adeptos desse modelo que surge como forma de garantir a implementação de ações na produção de bens, que visa a sustentabilidade. A Economia Circular é conceituada pela Ellen McArthur Foundation como:

> O modelo econômico de ‘extrair, produzir, desperdiçar’ da atualidade está atingindo seus limites físicos. A economia circular é uma alternativa atraente que busca redefinir a noção de crescimento, com foco em benefícios para toda a sociedade. Isto envolve dissociar a atividade econômica do consumo de recursos finitos, e eliminar resíduos do sistema por princípio. Apoiada por uma transição para fontes de energia renovável, o modelo circular constrói capital econômico, natural e social. Ele se baseia em três princípios: eliminar resíduos e poluição desde o princípio; manter produtos e materiais em uso e regenerar sistemas naturais (Ellen McArthur Foundation, 2010).

Imbricados nos princípios da economia circular, se encontram alguns recursos importantes, como eliminar resíduos e poluição desde o princípio; manter produtos e materiais em uso e regenerar sistemas naturais. Estes são objetivos do

modelo, que podem ser aplicados a qualquer escala: para grandes e pequenos negócios, para organizações e indivíduos, globalmente e localmente, contribuindo para a saúde geral do sistema. Na Economia Circular, os resíduos viram insumo, se reintegrando à cadeia produtiva inúmeras vezes, ao invés de serem descartados em aterros sanitários ambientalmente adequados à preservação da natureza.

A transição para uma economia circular não se define como ajustes de redução de impactos negativos da economia linear. Ela representa uma mudança sistêmica na forma de produzir e descartar, gerar oportunidades econômicas e negócios, que proporcionam benefícios ambientais e sociais.

3.2 GESTÃO E GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS TÊXTEIS

Gerenciamento de resíduos para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2010, é conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (BRASIL, 2010). O Artigo 3º; item XI desta Lei, considera a gestão integrada dos resíduos sólidos como um “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2010). Diante dos conceitos empregados por esta Política, infere-se que a gestão exige atividades mais amplas que o gerenciamento, pois incorporam ações com significação mais abrangente, aquelas junto à economia, à política, ao meio ambiente, à cultura e à sociedade. O gerenciamento aborda o manejo dos resíduos, ou seja, ações para o manuseio apropriado dos resíduos desde o descarte até a disposição final.

Diante desta constatação, para o alcance da economia circular na cadeia produtiva de têxteis algumas aplicações de gerenciamento e de gestão, com cunho sustentáveis, podem ser descritas.

Do início da produção das fibras têxteis até o produto final os impactos ambientais fazem parte deste ciclo, que até a destinação final impactará o meio ambiente, se não houver descarte adequado.

O cultivo do algodão, matéria prima da produção de têxtil, agrotóxicos, pesticidas e a utilização da água para irrigação são alguns dos impactos negativos na natureza. Após a matéria prima se destinar as indústrias, mais água além de corantes para tingimento, que possuem elementos químicos tóxicos, fazem parte dos aspectos e impactos ambientais nefastos levantados. De acordo com Toniollo *et al* (2015), até se transformar em um vestuário, poluição do ar e do solo, utilização de energia, produção de calor e geração de resíduos sólidos fazem parte desta cadeia da indústria têxtil. Para Marchi (2020): "É importante que as pessoas que lidam com essa cadeia produtiva detenham o conhecimento das medidas mitigadoras adequadas para garantir a sustentabilidade do setor." (Marchi, 2020, p.276).

No processo de confecção das peças, outras quantidades de resíduos são geradas, principalmente no que se refere à etapa de corte para desenvolvimento dos produtos toneladas de retalhos são descartados (Camargo *et al*, 2015). As sobras de tecidos são classificadas como grandes vilãs da fabricação das roupas, devido a um despreparo técnico dos profissionais na etapa de encaixe da modelagem. Além dos retalhos, os aviamentos são outros resíduos gerados e que poderiam ser reaproveitados. Finalizada a peça, impactos e aspectos ambientais são levantados, como o transporte, até o produto estar disponível nos centros comerciais.

Ao chegar ao consumidor, a peça de roupa terá a sua durabilidade determinada por alguns fatores como a forma de uso, de lavagens e cuidados em geral, além da sazonalidade da moda.

Sendo um dos itens de maior durabilidade, as fibras naturais como o algodão pode levar até um ano para decomposição, entretanto, a poliamida e o poliéster, podem levar de 30 e 100 anos, respectivamente (Ferreira *et al*, 2015). Uma das possibilidades para minimizar os impactos ambientais da produção têxtil está no planejamento de soluções preconizadas pela economia circular. A proposta é de forma sistêmica manter um fluxo circular dos recursos por meio da recuperação, retenção ou adição de valor.

3.3 PRÁTICAS DE GESTÃO E DE GERENCIAMENTO DOS RESÍDUOS TÊXTEIS PARA ALCANCE DA ECONOMIA CIRCULAR

No que se refere à gestão dos resíduos têxteis, do campo à indústria, uma série de normas técnicas, políticas públicas e práticas são recomendadas para minimização dos impactos ambientais, como controle dos resíduos e efluentes gerados, utilização de produtos químicos controlados, descartes adequados dos resíduos e, este último, é uma das exigências recomendadas pela Lei 12.305/2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Brasil, 2010).

Por outro lado, durante a produção dos resíduos, um dos pontos negativos apontado por Camargo *et al*. (2015), é o mau planejamento durante a criação, a modelagem, o corte e o encaixe, e também despreparo da mão de obra, que pode ser solucionado segundo práticas adotadas para alcance da economia circular, como repensar o design de produtos e serviços, assim como a requalificação da mão de obra com novas tecnologias que podem otimizar o processo de produção.

Todavia, ao sair da loja para mãos do consumidor, o controle deste produto se perde muitas vezes. Algumas pessoas após a utilização, que não se tem um tempo médio determinado, costumam doar, descartar no lixo comum e até revender em brechós. Conforme Relatório Fios da Moda (2021), a população desconhece o processo de reciclagem de roupas. A conscientização dos cidadãos quanto o reuso e a reciclagem destes produtos se faz necessária, devido a duração deste tipo de produto.

A adoção de práticas para alcance da economia circular em resíduos têxteis, segundo a PR2030:2022 - ESG (ABNT, 2022) contribui para minimizar os aspectos socioambientais negativos. Um dos exemplos das práticas levantadas por Camargo *et al.* (2015) é o "*upcycling*", conceito que denota uma reutilização criativa das roupas usadas, resíduos ou peças inúteis para a fabricação de novos produtos. Um outro exemplo, é a fabricação de colchonetes para população de rua, com os resíduos gerados pela fábrica Polo Salvador, uma empresa de confecção localizada no bairro do Uruguai, em Salvador-BA.

Tonillo *et al* (2015) recomendam uma prática para minimizar o impacto na indústria têxtil na natureza: a mudança da tecnologia tradicionalmente adotada pela utilização de filtros e a substituição de corantes tóxicos por produtos biodegradáveis.

A utilização e reutilização de insumos é uma proposta em estudo pela indústria da moda, que vem trazendo inclusive um novo consumidor, mais exigente quanto às práticas de produção. A utilização do algodão orgânico, de peças provenientes de tecidos recicláveis, e a revisitação de ciclos de moda anteriores são algumas das práticas que estão sendo aplicadas pela indústria. De acordo com o Plano de Ação para Economia Circular da União Europeia (2020), a estratégia é impulsionar o mercado para produtos têxteis sustentáveis e circulares, assim formando um novo modelo de negócio.

Para Ferreira *et al* (2015) os consumidores conscientes estão dispostos a pagar por um preço a mais se este estiver atrelado a um benefício socioambiental, que de acordo com os estudos aplicados por eles, frente aos benefícios ambientais de redução de resíduos os custos de produção representam uma fração pequena no preço final.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou levantar as relações de práticas de gestão de resíduos têxteis para o alcance da economia circular. Foram relatadas várias experiências nesse sentido.

A triagem, a reutilização e a reciclagem de têxteis, além da inovação tecnológica são propostas que podem transformar a complexidade da cadeia de valor dos têxteis. Entretanto, esse ciclo precisa ter a participação de todos os envolvidos nessa cadeia, e a população é parte importante deste processo. A conscientização quanto ao consumo e ao descarte adequado destes resíduos são parte integrante desta proposta.

Pessoas conscientes quanto ao processo de produção dos vestuários, e das maneiras de descartá-las de formas adequadas, avaliando o reuso e com ações governamentais de incentivo ao descarte em locais apropriados, proporcionarão um novo aculturamento quanto ao consumo dos produtos provenientes da indústria têxtil. Esta é uma forma de exercitar a Cidadania.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira de Normas Técnicas. **PR2030:** Ambiental, social e governança (ESG) - Conceitos, diretrizes e modelo da avaliação e direcionamento para organizações. Rio de Janeiro: ABNT,2022.

BRASIL. **Lei n. 12.305 – 02 ago (2010**). Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm .

CAMARGO, Maristela; MARTELI, Leticia; MENEGUCCI, Franciele; VITO, Meriele. **Resíduos Têxteis:** Análise sobre descarte e reaproveitamento nas indústrias de confecção. Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 2015.

COMISSÃO EUROPEIA. **Plano de ação para economia circular** – Para uma Europa mais limpa e competitiva. Luxemburgo: Serviços das Publicações da União Europeia, 2020. E-book. Disponível em: https://data.europa.eu/doi/10.2779/848855.

EMF. Fundação Ellen Macarthur. **Rumo à Economia Circular**: o racional de negócio para acelerar a transição, 2010. Disponível em: https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/Rumo-a%CC%80-economia-circular_Updated_08-12-15.pdf. .

FERREIRA, M.D., COSTA, T.N.; TEIXEIRA, F.G.; JACQUES, J.J; CATTANI, A. Redução de resíduos têxteis por meio de projeto de produto de moda. **Design & Tecnologia,** UFRGS, v.10, 2015.

MARCHI, Cristina Maria Dacach Fernandez. Estratégias da gestão de resíduos têxteis na região metropolitana de Estocolmo. **Caderno Metrópole PUCSP**, v.22, p. 273-296, 2020.

MODEFICA, FGVces, REGENERATE. **Fios da Moda**: Perspectiva Sistêmica Para Circularidade. São Paulo, 2020.

ONU News. **ONU pede a consumidores de moda mais reflexão antes de comprar**. 20 out. 2022. Disponível em https://news.un.org/pt/story/2022/10/1804067

RECICLA SAMPA. **Saiba tudo sobre a reciclagem de resíduos têxteis no Brasil**. São Paulo, 13 jul. 2020. Disponível em: https://www.reciclasampa.com.br/artigo/saiba-tudo-sobre-a-reciclagem-de- residuos-texteis-no-brasil .

TONIOLLO, Michele; ZANCAN, Natália; WUST, Caroline. Indústria têxtil: sustentabilidade, impactos e minimização. *In:* **Anais...** VI Congresso Brasileiro de Gestão Ambiental, Porto Alegre, 2015.

POSSIBILIDADES PARA O ALCANCE DE CIDADES INTELIGENTES: a importância da gestão dos resíduos plásticos

João Paulo Barbosa da Silva [1]

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi [2]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar práticas de gerenciamento de resíduos sólidos, com foco nos resíduos plásticos, como um caminho para alcançar a condição de cidades inteligentes. Inicialmente, destacam-se os desafios enfrentados no processo de transformação das cidades contemporâneas em cidades inteligentes, enfatizando a importância das políticas de sustentabilidade socioambiental, como reuso e reciclagem de materiais, redução do consumo de energia e água, bem como a aplicação de planejamento urbano participativo. O gerenciamento inadequado dos resíduos sólidos nas áreas urbanas é identificado como um dos principais obstáculos para a evolução das cidades rumo à inteligência urbana, trazendo consequências financeiras, capacidade institucional limitada, deficiências na capacitação técnica, descontinuidade política, uso de tecnologias inadequadas e falta de conscientização ambiental. Para atingir o objetivo proposto, foi adotada uma metodologia de pesquisa indutiva, envolvendo uma revisão bibliográfica abrangente de fontes acadêmicas entre os anos de 2009 a 2023. A pesquisa ressalta que as cidades inteligentes não se limitam à tecnologia avançada, mas incorporam a sustentabilidade em vários setores, como transporte, energia, saneamento, habitação, educação e saúde, buscando melhorar a qualidade de vida e promover a inclusão social. No contexto do gerenciamento e gestão dos resíduos plásticos, as ações essenciais incluem coleta seletiva eficiente, reciclagem responsável, educação ambiental, redução do consumo de plástico e o uso da tecnologia. Além disso, a conscientização da comunidade desempenha um papel vital para transformação de resíduos em recursos valiosos.

Palavras-chave: Cidades Inteligentes, Resíduos Sólidos, Resíduos Sólidos de Plástico, Sustentabilidade, Gestão Urbana.

1 INTRODUÇÃO

Grecco (2023) noticiou no Jornal Estadão o ranking das cidades mais conectadas e inteligentes do Brasil, segundo resultados do estudo desenvolvido pela empresa de consultoria Urban Systems. A divulgação foi anunciada durante a

[1] Engenheiro, Pesquisador do GP GAMDES, Mestrando do PPG TAS, UCSAL, Titulação acadêmica, Instituição, e-mail: joaopaulobarbosa.silva@ucsal.edu.br

[2] Administradora, Líder GP GAMDES, Professora do PPG TAS UCSAL. e-mail: cristina.marchi@pro.ucsal.br.

abertura da IX edição do Connected Smart Cities & Mobility - CSCM, que vem revelando as cidades brasileiras com maior potencial de desenvolvimento. A edição deste ano mapeou 656 municípios com mais de 50 mil habitantes e considerou 74 indicadores, em 11 eixos temáticos: Mobilidade; Urbanismo; Meio Ambiente; Tecnologia e Inovação; Economia; Educação; Saúde; Segurança; Empreendedorismo; Governança; e Energia. Os resultados apontaram para a cidade de Florianópolis (SC) como a líder no ranking geral do estudo. Curitiba (PR) e São Paulo (SP) ficaram no segundo e terceiro lugares respectivamente. Salvador (BA) ficou em nono lugar (Grecco, 2023).

Alguns desafios estão ligados ao processo transformador que as cidades vêm sofrendo para aprimorarem seus sistemas de saneamento, mobilidade, energia, segurança e digitalização, ou seja, a busca para modificar o padrão atual das cidades contemporâneas até a condição de cidades inteligentes.

Um dos principais desafios se encontra na adoção das políticas de sustentabilidade socioambientais no setor do saneamento básico, como a adoção de reuso e reciclagem de materiais; redução do consumo de energia e de água; aplicação de planejamento urbano por meio da gestão participativa, governo - cidadãos, dentre outros.

Reportagem do site da ENGIE (2023) aponta que ações para alcance de condição de cidade inteligente perpassam desde a eficiência energética até a economia circular dos resíduos sólidos, adotando tecnologias suportadas por infraestruturas de fibra ótica, redes Móveis 4G/5G, data centers, que permitam atender aos desafios e à visão transformadora das zonas urbanas.

A inadequada gestão dos resíduos sólidos proporciona nos centros urbanos, segundo Moraes e Borja (2009): (1) limitações de ordem financeira, como orçamentos inadequados, fluxo de caixas desequilibrados, taxas desatualizadas, quando existe, arrecadação insuficiente e inexistência de linha de crédito específica; (2) pouca capacidade institucional; (3) deficiência na capacitação técnica e profissional do gari ao engenheiro-chefe; (4) descontinuidade política e administrativa; (5) uso de tecnologias inadequadas às realidades institucional, operacional, à disponibilidade de recursos humanos e financeiros e aos aspectos de ordem sociocultural; (6) falta de programas de educação ambiental; (7) pouco envolvimento da sociedade com a problemática dos resíduos sólidos; e, (8)

ausência de controle ambiental. Como pode ser observado, as consequências descritas pelos autores sobre gestão de resíduos sólidos ineficiente condenam cidades a almejarem a condição de cidade inteligente.

Diante dos desafios apresentados, o objetivo deste artigo é discorrer sobre práticas de gestão de resíduos sólidos, enfocando os resíduos plásticos, para o alcance do reconhecimento da condição de cidades inteligentes.

2 METODOLOGIA

A metodologia adotada foi caracterizada como estudo indutivo, pois tende a apresentar o conceito de cidades inteligentes e as ações de gestão e gerenciamento dos resíduos plásticos. Para o alcance dos objetivos da pesquisa adotou-se a revisão bibliográfica.

Trata-se de uma pesquisa aplicada, pois tende a obtenção de conhecimento sobre o tema e a propor soluções viáveis para o problema em questão. O artigo possui o objetivo de apresentar práticas de gestão de resíduos sólidos, enfocando resíduos plásticos, para o alcance do reconhecimento de condição de cidades inteligentes.

Para cumprir com o objetivo foi realizado uma revisão bibliográfica por meio de artigos, dissertações, teses e compêndios contendo as palavras-chave: “Resíduos Sólidos”, “Resíduos Sólidos de Plásticos”, “Cidades Inteligentes” no google acadêmico e no site Scielo, tendo como recorte aqueles datados dos anos de 2009 a 2023.

3 CIDADES INTELIGENTES: O CAMINHO PARA UM FUTURO SUSTENTÁVEL

De acordo com os autores Mané, Fregadolli e Vareschini (2021), as cidades são os corações pulsantes de nossa sociedade, onde a diversidade de pessoas e idéias se entrelaçam em busca de oportunidades e qualidade de vida. No entanto, o crescimento acelerado das áreas urbanas tem colocado desafios significativos em nosso caminho, incluindo questões ambientais, sociais e econômicas.

Ainda segundo os autores, uma cidade onde a tecnologia e a inovação se unem para criar um ambiente urbano mais eficiente, acessível e amigável para seus

habitantes. Uma cidade inteligente é muito mais do que apenas uma maravilha tecnológica; é uma promessa de melhor qualidade de vida, onde a sustentabilidade é o alicerce que sustenta todas as suas ações (Mané; Fregadolli; Vareschini , 2021).

Nesse contexto, a integração da sustentabilidade em diversos setores é o cerne das cidades inteligentes. Não se trata apenas de adotar tecnologias avançadas, mas de garantir que essas inovações sejam usadas para criar um ambiente que atenda às necessidades das gerações atuais sem comprometer o futuro. Os setores-chave, como transporte, saneamento, energia, habitação, educação e saúde colaboram harmoniosamente em direção a um objetivo comum: a melhoria da qualidade de vida.

Por meio de estratégias integradas, como o uso de energias limpas, sistemas de transporte eficientes, planejamento urbano sustentável e governança participativa, as cidades inteligentes não apenas reduzem seu impacto ambiental, mas também promovem a inclusão social e o bem-estar de seus habitantes. Essa abordagem, inspirada nos trabalhos dos autores mencionados, coloca as pessoas no centro do processo, garantindo que ninguém seja deixado para trás.

4 AÇÕES DE GESTÃO INTEGRADA E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS PLÁSTICOS QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA O ALCANCE DA CONDIÇÃO DE CIDADES INTELIGENTES

Gerenciamento de resíduos para a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 2010, é conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos (Brasil, 2010). O Artigo 3º; item XI desta Lei, considera a gestão integrada dos resíduos sólidos como um “conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável” (Brasil, 2010). Diante dos conceitos empregados por esta Política, infere-se que a gestão exige atividades mais amplas que o gerenciamento, pois incorporam ações com significação mais abrangente, aquelas junto à economia, à política, ao meio ambiente, à cultura e à sociedade. O

gerenciamento aborda o manejo dos resíduos, ou seja, ações para o manuseio apropriado dos resíduos desde a descarte até a disposição final.

Diante desta constatação, para o alcance do status de cidade inteligente pode-se afirmar que para uma cidade se tornar inteligente é necessário implementar ações de gestão e gerenciamento dos resíduos plásticos. A coleta seletiva é uma das principais ações de gerenciamento de resíduos plásticos e desempenha uma tarefa essencial para a proteção do meio ambiente.

A coleta seletiva eficiente de resíduos plásticos auxilia uma cidade a se tornar inteligente. A coleta seletiva se refere à prática de separar, descartar e coletar resíduos sólidos, incluindo plásticos, de acordo com sua composição para posterior reciclagem. Isso não apenas reduz a quantidade de resíduos destinados a aterros sanitários, mas também contribui para a conservação de recursos naturais e a redução da poluição ambiental.

Segundo Silva *et al.* (2020), a coleta seletiva deve ser implementada de maneira eficiente e também requer o engajamento ativo da comunidade. Isso significa educar os cidadãos sobre a importância de separar corretamente seus resíduos e disponibilizar infraestrutura adequada, como lixeiras seletivas, para facilitar o processo. A eficácia da coleta seletiva além da ação do poder público local, que deve disponibilizar infraestrutura adequada para o descarte, depende da conscientização e cooperação da população, tornando a educação ambiental um componente essencial, inclusive para o exercício do direito à cidadania.

No entanto, para alcançar esse objetivo, é essencial que cada cidadão faça a sua parte separando corretamente os resíduos. De acordo com Silva *et al.* (2020), a coleta seletiva deve ser implementada de maneira eficiente, mas também requer o engajamento ativo da comunidade. Ao separarmos os resíduos de forma adequada, criaremos uma base para que esses materiais possam ser reciclados, contribuindo assim para a redução da poluição ambiental e a conservação de recursos.

Além disso, a reciclagem se destaca como uma das formas mais eficazes de gerenciar resíduos plásticos. Uma cidade inteligente precisa investir em infraestrutura adequada, como usinas de reciclagem e apoio às cooperativas de catadores, conforme destacado por Ferreira *et al.* (2020). Essas instalações

desempenham um papel vital na transformação de materiais descartados em recursos valiosos, minimizando a pressão sobre os recursos naturais.

Mas a coleta seletiva e a reciclagem não são suficientes por si só. A educação ambiental desempenha um papel fundamental, pois é por meio dela que podemos conscientizar a população sobre a importância da gestão adequada de resíduos plásticos. Campanhas educativas e ações de conscientização, como aquelas adequadas e que devem ser promovidas pela cidade, são fundamentais para mudar comportamentos e garantir que todos entendam o impacto de suas ações no meio ambiente (Silva *et al.,* 2020).

Outra abordagem importante é o incentivo à redução do consumo de plástico. A cidade deve liderar o caminho, incentivando a redução do uso de plástico por meio de campanhas e ações práticas. A promoção de alternativas sustentáveis, como sacolas reutilizáveis e garrafas de vidro, é um passo significativo na direção certa, contribuindo para a diminuição da poluição plástica em nossos rios e oceanos (Ferreira *et al.,* 2020).

Quanto à coleta de resíduos plásticos, a tecnologia adotada desempenha papel de destaque. Oferece soluções inovadoras para melhorar a eficiência e a eficácia dos processos. Sensores e aplicativos são exemplos notáveis de como a tecnologia pode ser uma aliada valiosa nesse contexto.

Sensores de monitoramento desempenham um papel crucial na coleta de resíduos plásticos. Por meio da instalação de sensores em lixeiras e contêineres de coleta, é possível rastrear o nível de enchimento em tempo real. Essa tecnologia permite que as autoridades municipais otimizem as rotas de coleta, direcionando os caminhões de coleta de resíduos apenas para locais que realmente precisam de atenção. Isso não apenas economiza recursos, como combustível e tempo, mas também reduz a emissão de poluentes associados ao transporte (Mota *et al.,* 2021).

Além disso, aplicativos móveis auxiliam na informação sobre procedimentos adequados, ao envolver ativamente a população no gerenciamento de resíduos plásticos. Esses aplicativos podem fornecer informações sobre a coleta seletiva, horários de coleta, locais de descarte adequado e até mesmo recompensas para os cidadãos que participem ativamente da separação e da reciclagem de resíduos. Por meio da gamificação e da rastreabilidade, aplicativos incentivam as pessoas a adotarem práticas mais sustentáveis. (Mota *et al.,* 2021).

Essas ferramentas tecnológicas não apenas melhoram a eficiência dos esforços de gerenciamento e gestão de resíduos plásticos, mas também promovem a conscientização e a participação da comunidade. Ao permitir que os cidadãos contribuam de maneira significativa no gerenciamento de resíduos. Aplicativos e sensores tornam a busca por cidades inteligentes e sustentáveis uma responsabilidade compartilhada (Mota *et al.,* 2021).

5 CONCLUSÃO

O objetivo pretendido por este artigo foi discorrer sobre práticas de gestão de resíduos sólidos, enfocando os resíduos plásticos, para o alcance do reconhecimento da condição de cidades inteligentes. À medida que os desafios crescentes no ambiente urbano são enfrentados, o empenho para a obtenção de “status” de cidades inteligentes e sustentáveis torna-se imperativa. Este artigo se aprofundou na interseção entre gestão e gerenciamento de resíduos plásticos e visão de cidades inteligentes, destacando como essas duas realidades podem se complementar para criar um futuro mais promissor e resiliente.

A pesquisa revela que cidades inteligentes são muito mais do que apenas centros tecnológicos avançados. Elas são o reflexo do nosso compromisso com a qualidade de vida, a sustentabilidade e a inclusão social. Em uma cidade inteligente, todos os habitantes têm a oportunidade de prosperar e a inovação é direcionada para resolver desafios reais, que afetam a comunidade. Além disso, o respeito e a preservação do meio ambiente são valores fundamentais, assegurando que as próximas gerações herdem um planeta saudável.

Nesse contexto, o gerenciamento adequado de resíduos plásticos emerge como um pilar fundamental na construção de cidades inteligentes. A coleta seletiva eficiente, a reciclagem responsável, a educação ambiental, a redução do consumo de plástico e a adoção de tecnologia são peças essenciais nesse quebra-cabeça. Ao adotar essas práticas, as cidades não apenas reduzem seu impacto ambiental, mas também melhoram a qualidade de vida de seus cidadãos, promovendo um ambiente mais limpo e saudável.

As implicações de um gerenciamento de resíduos plásticos ineficiente são evidentes, incluindo limitações financeiras, capacidade institucional inadequada e

descontinuidade administrativa, entre outros desafios. No entanto, este artigo demonstrou que, abordando esses problemas com ações concretas e políticas eficazes, as cidades têm o potencial de se transformar em lugares mais inteligentes, sustentáveis e habitáveis para todos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 12.305 – 02 ago (2010).** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm .

ENGIE. **O que são cidades inteligentes e como elas formam o futuro sustentável.** 22 jun. 2023. Disponível em : https://www.alemdaenergia.engie.com.br/o-que-sao-cidades-inteligentes-e-como-elas-formam-o-futuro-sustentavel/?gclid=EAIaIQobChMIw6SfxNeTgQMVmEFIAB2mZAtQEAAYASAAEgKNwfD_BwE .

FERREIRA, L. A. S. *et al.* Gerenciamento de resíduos sólidos em cidades inteligentes: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental,** v. 25, n. 2, p. 339-348, 2020.

GRECCO, Dante. **Ranking Connected Smart Cities**: estudo exclusivo revela as 100 cidades mais inteligentes do País. 04 set. 2023. Disponível em: https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/ranking-connected-smart-cities-estudo-exclusivo-revela-as-100-cidades-mais-inteligentes-do-pais/.

MANÉ, Bacar; FREGADOLLI, Beatriz Leggi; VARESCHINI, Daniel Tait. **Sustentabilidade Integrando Diversos Setores:** Cidades Inteligentes. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/353023489_SUSTENTABILIDADE_INTEGRANDO_DIVERSOS_SETORES_CIDADES_INTELIGENTES

MORAES, L. R. S.; BORJA, P. C. Gestão Integrada e Sustentável e Tecnologias Apropriadas para Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - Um Outro Paradigma. *In:* **Anais...** 3ª Congreso Interamericano de Resíduos Sólidos de AIDIS. Buenos Aires: AIDIS, 2009.

MOTA, C. M. *et al.* Tecnologias para a gestão de resíduos sólidos em cidades inteligentes. **Revista Brasileira de Ciências Ambientais**, v. 60, p. 1-14, 2021.

SILVA, A. C. S. *et al.* Gestão de resíduos sólidos urbanos: uma análise da coleta seletiva em cidades inteligentes. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, n. 4, p. 1238-1252, 2020.

SALVADOR COMO CIDADE INTELIGENTE: uma análise sob a perspectiva dos resíduos sólidos urbanos

Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi[1]
Patricia Carla Barbosa Pimentel[2]
Joilson Santos Santana[3]

RESUMO

Um dos anseios dos cidadãos das metrópoles brasileiras é o aprimoramento das ações de gestão dos resíduos sólidos gerados e a melhoria para o tratamento e a destinação final ambientalmente adequados e essa é uma ação importante para elevar o *status* de uma cidade para o de "cidade inteligente". Este estudo se propõe a avaliar as dimensões avaliadas pelo *Ranking Connected Smart Cities* na Edição 2023, que coloca Salvador em 9o. lugar neste ranking. Para entender que pressupostos levaram Salvador a essa colocação e correlacionar os indicadores de resíduos sólidos aos dados de coleta seletiva na Salvador, tem-se como objetivos deste estudo: (1) realizar uma breve revisão e análise na literatura existente sobre dimensões e indicadores identificados para se estabelecer a classificação de e Cidades Inteligentes (CI); identificar que indicadores foram reputados, no setor de RSU, para atendimento aos requisitos de Cidade Inteligente; (2) relacionar dados sobre a coleta seletiva na cidade de Salvador com os indicadores utilizados nos estudos de CI e Resíduos Sólidos (RS). Para tanto, foram realizadas pesquisas em bases de dados acadêmicas com o intuito de levantar as publicações sobre os temas; indicadores de Cidade inteligentes (CI) e Resíduos Sólidos (RS), e dados sobre coleta seletiva em Salvador. Dentre os 29 artigos identificados e que relacionam as temáticas CI e RS, apenas cinco trazem efetivamente uma discussão acerca dos indicadores utilizados. Vale ressaltar que, dentre os 28 artigos analisados apenas um apresenta resultados de uma cidade do estado da Bahia.

Palavras-chave: Cidades inteligentes, Resíduos Sólidos, Indicadores.

1 INTRODUÇÃO

Alguns desafios estão ligados ao processo transformador que as cidades vêm sofrendo para aprimorarem seus sistemas de saneamento, mobilidade,

[1] Professora do PPG Território, Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador - UCSAL Líder do Grupo de pesquisa GAMDES/UCSAL. e-mail: cristina.marchi@pro.ucsal.br
[2] Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa GAMDES/UCSAL. e-mail: patriciacbp@gmail.com
[3]Doutorando do PPG Território, Ambiente e Sociedade, Universidade Católica do Salvador - UCSAL Líder do Grupo de pesquisa GAMDES/UCSAL. email:joilson.santana@ro.ucsal.br

energia, segurança e digitalização, ou seja, a busca para modificar o padrão atual das cidades contemporâneas até a condição de cidades que atendam aos anseios dos cidadãos e da modernidade.

Em reportagem do site da ENGIE (2023), são apontadas ações para alcance da condição de cidade inteligente que perpassam desde a eficiência energética até a economia circular dos resíduos sólidos, adotando tecnologias suportadas por infraestruturas de fibra ótica, redes Móveis 4G/5G, *data centers*, que permitam atender aos desafios e à visão transformadora das zonas urbanas.

O Jornal Estadão divulgou o ranking das cidades mais conectadas e inteligentes do Brasil, segundo resultados do estudo desenvolvido pela empresa de consultoria Urban Systems. A divulgação foi anunciada durante a abertura da IX edição do Connected Smart Cities & Mobility - CSCM, que vem revelando as cidades brasileiras com maior potencial de desenvolvimento.

Os resultados apontaram para a cidade de Salvador (BA) em nono lugar. Este é um feito incrível, quando se pensa que a edição do ano de 2023, mapeou 656 municípios com mais de 50 mil habitantes e considerou 74 indicadores, em 11 eixos temáticos, tais como: Mobilidade; Urbanismo; Meio Ambiente; Tecnologia e Inovação; Economia; Educação; Saúde; Segurança; Empreendedorismo; Governança; e Energia (Grecco, 2023). Entretanto é necessária uma análise aprofundada desses resultados, haja vista que dentre as dimensões avaliadas, Salvador aparece em 7a. posição apenas na dimensão Tecnologia e Inovação.

Um dos anseios dos cidadãos das metrópoles brasileiras é o aprimoramento das ações de gestão dos resíduos sólidos gerados e a melhoria para o tratamento e a destinação final ambientalmente adequados. Essa é uma ação importante para elevar o *status* de uma cidade para o de “cidade inteligente”. Nesse sentido, tem-se como pergunta de pesquisa avaliar as dimensões avaliadas pelo Ranking Connected Smart Cities na Edição 2023, que coloca Salvador como a 9a. colocação geral dentre os indicadores avaliados, bem como, refletir sobre os indicadores utilizados para classificação das cidades sustentáveis.

Diante desse cenário, tem-se como objetivos desse estudo: (1) realizar uma breve revisão e análise na literatura existente sobre dimensões e indicadores identificados em diferentes instituições para se estabelecer a classificação de e Cidades Inteligentes (CI) no quesito meio ambiente; (2) identificar que indicadores

foram reputados, no setor de RSU, para atendimento aos requisitos de Cidade Inteligente, e; (3) relacionar dados sobre a coleta seletiva na cidade de Salvador com os indicadores utilizados nos estudos de CI e Resíduos Sólidos (RS).

2 METODOLOGIA

Trata-se se um estudo bibliográfico, com revisão de literatura de caráter mais autônomo, que visa sistematizar na sua totalidade o conhecimento anterior sobre um determinado tema. Destaca-se que esta revisão sistemática narrativa não utiliza critérios cíclicos e rígidos conforme Botelho, Cunha, Macedo (2011). Importante destacar que foram considerados os aspectos quantitativos e qualitativos, tornando a pesquisa bibliográfica de caráter misto.

Utilizando como referência o estudo de Abreu e Marchiori (2023), que realizaram levantamentos semelhantes no relatório *Connected Smart Cities*, realizou-se nesse estudo, a proposição de etapas que servirão para responder aos objetivos propostos:

(1) Para realizar uma breve revisão e análise na literatura existente sobre dimensões e indicadores identificados em diferentes instituições para se estabelecer a classificação de e Cidades Inteligentes (CI), no quesito meio ambiente, foi realizada revisão sistemática que é uma modalidade de pesquisa, que segue protocolos para dar certa logicidade as temáticas estudadas. A pesquisa foi realizada no site *Scholar Google*, com os seguintes descritores: “Cidades inteligentes e resíduos sólidos” e Resíduos sólidos e cidades inteligentes”, sendo considerados os artigos publicados a partir do ano de 2019, e em publicações nacionais, seja em revistas, eventos científicos, livros virtuais, ou trabalhos científicos registrados em bases de dados das Universidades.

(2) Para identificar que indicadores foram reputados, no setor de RSU, para atendimento aos requisitos de Cidade Inteligente foi realizada leitura nos 28 artigos encontrados no *Scholar Google*, sendo selecionados cinco, os quais apresentavam em seus textos alguma

menção aos indicadores relacionados a meio ambiente, com foco nos dados sobre resíduos sólidos.

(3) Para relacionar dados sobre a coleta seletiva na cidade de Salvador com os indicadores utilizados nos estudos de CI e Resíduos Sólidos (RS), entre os artigos foram identificados os que fazem menção a coleta seletiva.

3 DESENVOLVIMENTO

Nesse tópico serão apresentados os resultados e as discussões pertinentes aos objetivos propostos nesse estudo.

3.1 CI & RS: UMA BREVE REVISÃO DE LITERATURA

Por meio da revisão e análise na literatura existentes CI e RS foram identificados 28 resultados para a pesquisa no google acadêmico, o que foi possível constatar a relevância da discussão, contudo, há ainda escassas publicações científicas do tema. Como critério, foram estabelecidas as publicações a partir do ano de 2019, e foram priorizadas as publicações nacionais sobre CI & RS, a princípio, tendo em vista que o enfoque dado seria aos RSU. A tabela a seguir apresenta os tipos de publicação encontrados na pesquisa por ano.

Tabela 1- Resultados das publicações encontradas na pesquisa por tipo e ano de publicação.

Tipo de Publicação	**ANO**				
	2019	2020	2021	2022	2023
Artigos - Revistas	3	3	2	2	4
Artigos - Eventos Científicos	-	1	3	2	1
Capítulo de livro	-	-	-	-	1

Dissertações	1	1	-	-	-
E-Books	-	-	-	2	-
Livro*	-	1	-	-	-
TCC	-	1	-	1	-
Total Publicações	4	6	5	7	6

*O livro é uma publicação paga e por isso não tivemos acesso.

Após a realização dos filtros sobre as publicações que faziam análises ou inferências sobre os indicadores sobre meio ambiente, resíduos sólidos e resíduos sólidos urbanos, foram identificados 04 artigos e 01 TCC, conforme apresentado no quadro 1.

Quadro 1- Titulo das publicações encontradas na pesquisa por tipo e ano de publicação.

Título da Publicação	Tipo do Publicação	Ano
Proposta de um conjunto de indicadores para cidades brasileiras inteligentes e sustentáveis	TCC	2020
Indicadores urbanos de meio ambiente em cidades inteligentes: estudo de caso de Passo Fundo/RS	Artigo	2020
Indicadores Urbanos de Cidades Inteligentes	Artigo	2021
The UN's 2030 agenda's intelligent cities indicators and the Sustainable Development Goals*	Artigo	2023
Ferramentas de avaliação de desempenho de cidades inteligentes: uma análise da norma ISO 37122:2019	Artigo	2023

* Embora o título do artigo esteja escrito em inglês, o artigo foi escrito em português.

Outros aspectos poderiam ter sido explorados nesta revisão de literatura, porém, para os objetivos propostos, as informações até aqui apresentadas garantem o cumprimento do objetivo 1 e dá subsídio para o item a seguir.

3.2 CONCEPÇÕES CONCEITUAIS E ANÁLISE DOS INDICADORES SOBRE CI & RS

Alguns desafios estão ligados ao processo transformador que as cidades vêm sofrendo para aprimorarem seus sistemas de saneamento, mobilidade, energia, segurança e digitalização, ou seja, a busca para modificar o padrão atual das cidades contemporâneas até a condição de cidades inteligentes.

O conceito de Cidade Inteligente ainda não se encontra consolidado. Reia e Cruz (2023) discutem as cidades inteligentes no Brasil e traçam conexões entre poder corporativo, direitos e engajamento cívico. Os autores relatam discussões ocorridas em 2016, durante a II Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), em Quito, que ajudaram a incorporar o conceito de Cidade Inteligente e se encontravam inseridas nas orientações para o planejamento urbano sustentável das próximas duas décadas e que resultou na assinatura da Nova Agenda Urbana (NAU).

Reia e Cruz (2023) apontam criticamente para o entendimento de Cidade Inteligente, como inserções de proposições de soluções estruturais, dentre outros elementos, para as desigualdades no território brasileiro, onde a agenda de cidades inteligentes assume frequentemente “papel de remendo de problemas” por meio dos aparatos tecnológicos e equações urbanas apontadas para possíveis melhorias nas políticas voltadas para segurança pública, mobilidade urbana, saneamento básico e sustentabilidade, mas não efetivadas de maneira inclusiva e homogênea.

É importante destacar que o objetivo de uma cidade inteligente é promover melhor uso dos recursos públicos, aumentando a qualidade dos serviços oferecidos aos cidadãos, enquanto reduz os custos operacionais da administração pública, de acordo (Zanella *et al.,* 2014, *apud*, Maluf *et al.,* 2023,). Com base nessa premissa, os autores avançaram para além destas questões, destacando a importância de temas como meio ambiente e sustentabilidade

> Avançando na compreensão da importância da preservação e recuperação do meio ambiente Caragliu et. al (2011) identificam que a cidade inteligente investe em capital humano e social, em infraestrutura urbana e tecnologias de informação, para impulsionar o crescimento econômico sustentável e a qualidade de vida, com gestão inteligente dos recursos naturais, por meio de governança participativa. Já Albino et. al (2015) destacam como uma das características mais comuns nas definições de cidades inteligentes estudadas por eles é a incorporação do ambiente natural como componente estratégico para o futuro. Além disso, Cunha et al. (2016) afirmam que as cidades, além de serem consideradas elementos-chave para o futuro e desempenharem papel fundamental nos aspectos sociais e econômicos no mundo, têm um enorme impacto no meio ambiente (Benedito Junior *et al.,* 2023, p. 155).

Corroborando a importância da temática ambiental e sustentabilidade, Silva e Muller (2021), destacam que o Brasil tem experimentado algumas iniciativas de CI, e uma delas é o RCSC, que utilizam indicadores que retratam a inteligência, a conexão e a sustentabilidade das cidades (Connected Smart Cities, 2019).

Silva e Muller (2020), ressaltam a existência de diversos métodos e programas que utilizam indicadores urbanos como ferramenta de mensuração e avaliação para a gestão urbana. Após a triagem dos artigos encontrado, cinco mencionavam indicadores que são foram considerados, no setor de RSU, com vistas ao atendimento dos requisitos de Cidade Inteligente. Estes serão apresentados a seguir, nos estudos de Reis (2020), Muller e Silva (2020), Leal da Silva e Benedito Junior (2022), Abreu e Marchiori (2023) e Benedito Junior *et al*. (2023).

O estudo de Reis (2020) apresenta um gráfico que insere 189 indicadores por tema e subtemas que incorporam esse conceito. Seu objetivo foi identificar indicadores adequados para a realidade brasileira com vistas a facilitar a avaliação de cidades inteligentes, o qual propõe a divisão temática em 9 grupos e seus respectivos indicadores.

Figura 1 - Proposição de Indicadores por tema e subtema para cidades inteligentes.

Fonte: Reis (2020).

Dentre os grupos sugeridos, Reis (2020) destaca: **1º Grupo** - Utilidades (Energia; “Lixo”; Transporte; TI – tecnologias de informação e telecomunicações para uso da população; Água e Esgoto). **2º Grupo** - Comunidade (Organização e envolvimento dos moradores com suas comunidades locais; Lazer e Turismo). **3º Grupo** - Economia e negócios (Economia; Empregos; Empresas digitais; Inovação). **4º Grupo** – Emergência (Ocorrências; Prevenção e Riscos). **5º Grupo** - Formação social (Cultura; Educação e Igualdade). **6º Grupo** – Gestão (Finanças; Governança; Representatividade; Serviços); **7º Grupo** – Instalações (Construções; Habitação; Mobilidade; Urbanismo); **8º Grupo** - Meio-ambiente. **9º Grupo** – Saúde (infraestrutura). Em sua concepção, a temática ambiental e sustentabilidade seriam contempladas em mais de um grupo, como por exemplo: no tema Utilidades, com

os subtemas *Lixo* formado por 10 indicadores, *Esgoto* por 6 indicadores e Água por 08 indicadores e, o tema Meio Ambiente formado por 10 indicadores, os quais estão relacionados mensuração de critérios ambientais de maior abrangência espacial, como qualidade do ar, emissões de gases de efeito estufa e campos eletromagnéticos; Também possui avaliação a respeito de preservação de áreas naturais e restauração de ecossistemas, aqui mais voltado a áreas fora do perímetro urbano (mas não limitadas a este) (Reis, 2020).

Benedito Junior *et al.* (2023) tentou demonstrar como os programas da CI estão alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), enfatizando os principais indicadores/metas de ambiente e sustentabilidade. Destacou o Objetivo 11, acerca das cidades e comunidades sustentáveis, o qual visa transformar significativamente a construção e a gestão do espaço urbano em prol do desenvolvimento sustentável. Temas relacionados à urbanização, mobilidade, gestão de resíduos sólidos e saneamento básico estão incluídos nas metas apresentadas nos ODS (ONU, 2015, *apud*, Benedito Junior *et al.* 2023).

Benedito Junior *et al.* (2023) destacam ainda os indicadores e tópicos da dimensão meio ambiente identificados por Pereira *et al.* (2022), o qual enriquece as discussões sobre indicadores em seu estudo. A título de apresentação de dimensões e indicadores utilizados por Benedito Junior *et al.* (2023), segue o quadro 2 com as informações apresentadas.

Quadro 2 - Indicadores e tópicos da dimensão meio ambiente

Água e esgoto					*Resíduos sólidos*		*Áreas verdes*	*Qualidade do ar*		*Energia*	
Índice de volume de esgoto coletado	Consumo médio per capita de água	Soluções inteligentes para gestão na distribuição e consumo de água	Índice de perdas na distribuição de água	Índice de volume de esgoto tratado	Percentual de material recolhido pela coleta seletiva	Soluções inteligentes para otimizaçãoda coleta de resíduos	Proteção e gestão do meio ambiente e áreas verdes do município	Soluções em monitoramentode gases de efeito estufa e qualidade do ar	Monitoramento da qualidade do ar	Soluções inteligentes para gestão do consumo de energia elétrica	Soluções para telegestão da iluminação pública

Fonte adaptado de Pereira et. al (2022)

Contudo, é importante destacar que o documento técnico citado elaborado por Pereira e colaboradores (2022), não foi localizado na revisão de literatura realizada neste estudo e por isso não foi utilizado nessa discussão especificamente.

Nos estudos de Muller e Silva (2020) e Leal da Silva e Muller (2022), sobre indicadores urbanos de CI e um estudo de caso em Passo Fundo (RS), as autoras discutem amplamente os indicadores no Ranking do Connected Smart Cities. Apresenta que o RCSC é composto por 11 eixos principais mobilidade, urbanismo, meio ambiente, energia, tecnologia e inovação, economia, educação, saúde, segurança, empreendedorismo e governança, os quais são constituídos por um total de 70 indicadores (Connected smart cities, 2019). Traz ainda a informação de que a ABNT certificadora desenvolveu um processo de certificação de indicadores baseado nas normas ABNT NBR ISO 37120 – Cidade e Comunidades Sustentáveis: Indicadores para Serviços urbanos e Qualidade de Vida, ABNT NBR ISO 37122 – Cidade e Comunidades Sustentáveis: Indicadores para Cidades Sustentáveis e ABNT NBR ISO 37123 – Cidade e Comunidades Sustentáveis: Indicadores para cidades resilientes, cujo objetivo principal é ajudar as cidades a atrair investimentos e impulsionar o desenvolvimento econômico com dados comparativos globais.

Destacam ainda outra iniciativa nacional que trabalha com indicadores de cidades inteligentes é a ABNT NBR ISO 37122 "Cidades e comunidades sustentáveis – indicadores para cidades inteligentes". Esta é a primeira normativa no país a apresentar a aplicação e mensuração de indicadores de cidades inteligentes e, embora a normativa utilize parâmetros internacionais, a International Organization for Standartization (ISO), com métricas mundialmente reconhecidas, para aplicação no cenário brasileiro, a ISO passou por uma adequação para realidade local, considerando indicadores nacionais (Silva; Muller, 2022).

Abreu e Marchiori (2023), discute uma forma de definir o grau de inteligência de uma cidade, ou sua caracterização como cidade inteligente, é a utilização de sistemas de indicadores que permitem indicar pontos fortes e apontar oportunidades de melhoria. Destacam ainda que as normas brasileiras não estão completamente difundidas na bibliografia sobre medição de desempenho em cidades inteligentes como está a norma ISO 37122:2019 (ISO, 2019) e sua respectiva versão brasileira traduzida pela Associação Brasileira de Normas

Técnicas (ABNT), a ABNT NBR ISO 37122:2020 Versão Corrigida: 2021 - Cidades e comunidades sustentáveis - Indicadores para cidades inteligentes (ABNT, 2021, *apud*, Abreu; Marchiori, 2023). Diferentemente da norma ISO 37120 - cuja certificação é realizada pelo World Council of City Data (WCCD) - a ISO 37122 ainda não foi utilizada para avaliação de cidades inteligentes, porém, sua utilização está prevista por essa instituição (WCCD, 2022a), ainda sem dados divulgados.

A norma brasileira (ABNT NBR ISO 37122) é dividida em 22 eixos, compostos por 80 indicadores. Esses indicadores estão vinculados à possibilidade de proporcionar um ambiente de vida melhor, em que políticas, práticas e tecnologias inteligentes sejam colocadas a serviço dos cidadãos (Silva; Muller, 2022; Abreu; Marchiori, 2023).

Segundo a matéria no site da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT, 2022), estes Indicadores estabelecem definições e metodologias para medir e considerar aspectos e práticas que aumentam drasticamente o ritmo em que as cidades melhoram seus resultados de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Quando avaliados em conjunto com a ABNT NBR ISO 37120, ajuda as cidades a identificar indicadores e implementar políticas, programas e projetos de cidades inteligentes com o intuito de:

a) Responder a desafios como mudança climática, rápido crescimento populacional e instabilidade política e econômica, melhorando fundamentalmente a maneira como engajam a sociedade;
b) Aplicar métodos de liderança colaborativa, trabalhar em várias disciplinas e sistemas da cidade;
c) Usar informações de dados e tecnologias modernas para oferecer melhores serviços e qualidade de vida às pessoas da cidade (residentes, empresas e visitantes);
d) Proporcionar um ambiente de vida melhor, onde políticas, práticas e tecnologias inteligentes sejam colocadas ao serviço dos cidadãos;
e) Alcançar suas metas ambientais e de sustentabilidade de maneira mais inovadora;
f) Identificar as necessidades e os benefícios da infraestrutura inteligente;
g) Facilitar a inovação e o crescimento; e

h) Construir uma economia dinâmica e inovadora, pronta para os desafios do amanhã.

No estudo do Ranking Connected Smart Cities (2023) destacam-se os indicadores de infraestrutura e acesso a serviços de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e recuperação de resíduos sólidos por meio de dados percentuais, tais como: atendimento urbano de água, recuperação de materiais recicláveis, de perdas na distribuição de água, atendimento urbano de esgoto, de tratamento de esgoto, cobertura de coleta de resíduos sólidos, de resíduos plásticos recuperados. Importante destacar, que os indicadores de saúde destacam também como indicadores os percentuais de cobertura de coleta de resíduos sólidos e atendimento urbano de esgoto, haja vista que esses dados possuem implicações diretas nas questões de saúde.

É importante ressaltar que as cidades necessitam de indicadores para mensurar seu desempenho de forma padronizados, consistentes e comparáveis entre si, buscando garantir qualidade de vida e sustentabilidade na implantação de políticas, programas e projetos que atendam às necessidades de seus habitantes (Silva; Muller, 2022).

3.3 COLETA SELETIVA: SALVADOR COMO CIDADE INTELIGENTE?

Com o intuito de relacionar dados sobre a coleta seletiva na cidade de Salvador com os indicadores utilizados nos estudos de CI e Resíduos Sólidos (RS) serão apresentados a seguir os dados que integram a coleta seletiva na cidade de Salvador.

Tendo em vista que o processo de engajamento e participação social quanto à coleta seletiva, ainda é um desafio para garantir a destinação adequada dos RSU na maioria das cidades brasileiras, mesmo ainda nas classificadas como “inteligentes”, tal constatação pode ser reforçada, diante do índice de apenas 3% de destinação de resíduos sólidos gerados para a reciclagem no país (ABRELPE, 2020).

Visto que a segregação dos RSU através da coleta seletiva é essencial para o processo da sua gestão e do seu gerenciamento. A PNRS, em seu Capítulo II, Artigo 3o, V, define coleta seletiva como a “[...] coleta de resíduos sólidos

previamente segregados conforme sua constituição ou composição [...]" (Brasil, 2010). A própria legislação ainda incentiva que essa coleta seja desenvolvida com a participação de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis (Brasil, 2010). A oferta deste serviço, que faz parte do sistema de gestão de resíduos sólidos urbanos, é da competência do poder público municipal, de acordo com a Constituição Brasileira de 1988 (Brasil, 2020).

A realização desta atividade nas cidades brasileiras é fundamental, pois, além de integrar o sistema de gerenciamento dos resíduos sólidos, contribui para a sustentabilidade ambiental, econômica e social, bem como promove a economia dos recursos naturais e de insumos, o reuso de materiais, a ampliação do mercado da reciclagem, a educação para um consumo mais consciente e a inclusão socioprodutiva de catadores de materiais recicláveis (Besen *et al.,* 2017). Deste modo, é indispensável que as cidades denominadas de inteligente, possuam uma política pública efetiva de coleta seletiva com a inclusão socioeconômica dos catadores e catadoras de materiais recicláveis.

Pois, quando esse serviço é realizado por meio da contratação ou parceria com cooperativas catadoras de materiais recicláveis, ele beneficia diretamente os trabalhadores que integram esses empreendimentos, suas famílias e a comunidade, por meio da geração de trabalho e renda; reduzindo, dessa maneira, mazelas sociais e desigualdade socioeconômica atreladas às atividades executadas pelos trabalhadores que catam resíduos sólidos nas cidades brasileiras (Santana, 2020).

É importante destacar que, além da PNRS, outras medidas de apoio a coleta seletiva e aos catadores estão em vigor no país, a exemplo, dos Decretos: Nº 11.414/2023, que instituiu o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis (Brasil, 2023).

Entretanto, a coleta seletiva ainda é um desafio para as administrações municipais. A exemplo, da cidade de Salvador, subdividida administrativamente em 10 Prefeituras-Bairros (PB), com características variadas quanto a urbanização, infraestrutura e ocupação, socioeconômica e cultural (SEINFRA, 2023). A

administração pública da capital baiana coletou no ano de 2020, cerca de 913.571,4 toneladas de resíduos sólidos domiciliares. Deste volume, segundo o estudo gravimétrico realizado no processo de elaboração do Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico de Salvador: 34,00% de material Reciclável e Passível de Logística Reversa (papel, papelão, vidro, metais, plásticos, etc.), 21,90%, biodegradável ou orgânico e 44,10%, e Rejeito ou Descartável (papel higiênico, entulho etc.) (SEINFRA, 2023).

Contudo, somente 0,5 toneladas (Tabela 1) foram destinadas para reciclagem. Mas não por iniciativa do poder público, e sim, das cooperativas de catadores que atuam na cidade (SNIS, 2021).

Tabela 2 - Quantidade de resíduos sólidos domiciliares destinados para reciclagem em Salvador pelos catadores.

Quantidade recolhida (exceto matéria orgânica)				
Total	Prefeitura ou SLU	Empresas contratadas	Catadores com apoio da prefeitura	Outros
t	t	t	t	t
0,5	0,0	0,0	0,5	

Fonte: SNIS (2021)

É importante destacar que os dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS são disponibilizados pelas administrações municipais. Diante dos números apresentados infere-se que não há uma política pública de coleta seletiva na cidade de Salvador, mesmo sendo um serviço considerado essencial para a população. E para os catadores, profissionais que sem o fomento necessário, promovem a coleta e destinação adequada dos materiais recicláveis. Assim como, é uma base importante para atingir a promoção da logística reversa e economia circular. Entretanto, os números e a ausência deles na tabela abaixo reforçam o desprovimento dos serviços de coleta seletiva para os cidadãos soteropolitanos.

Tabela 3 - Indicadores Sobre Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos de Salvador

INDICADORES SOBRE COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS									
Taxa de cobertura da col. Seletiva porta a porta em relação a pop. Urbana	Taxa de recuperação de reciclávei s em relação à quantidad e de RDO e RPU	Massa recuperad a per capita	Relação entre quantidad es da coleta seletiva e RDO	Incid. de papel/pape lão sobre total mat. recuperado	Incid. de plásticos sobre total material recuperado	Incid.de metais sobre total material recuperado	Incid.de vidros sobre total de material recuperado	Incidência de "outros" sobre total material recuperado	Massa per capita recolhida via coleta seletiva
	0,00	0,00	0,00						0,00

Fonte: SNIS (2021)

Vale ressaltar que a Prefeitura da capital baiana, em 2015, iniciou um Programa de Coleta Seletiva (PCS) na cidade, coordenado pela SECIS, que consistiu na instalação de 150 PEVs distribuídos em 50 bairros. Porém todos os PEVs foram retirados dos locais instalados no mês de abril de 2020, pela própria SECIS. Encerrando deste modo, a única iniciativa pública de coleta seletiva para a população (Santana, 2020).

Ao analisar esses dados, causa estranheza que a cidade de Salvador em 2023, ocupou a 9ª. colocação no ranking nacional como uma Cidade Inteligente, segundo avaliação de indicadores da Consultoria *Urban Systems* (Urban System, 2023; Grecco, 2023), sendo a sua melhor colocação dentre as dimensões a de Tecnologia e Inovação na 7ª. posição em relação a outras cidades brasileiras, sendo a 1ª. no Nordeste nesse quesito. Ainda sobre o ranking de Salvador em relação as demais dimensões podemos destacar: Urbanismo 11ª. posição; Empreendedorismo 11ª. posição; Governança 18ª. posição; Mobilidade 19ª. posição; Saúde 35ª. posição e Meio Ambiente 40ª. posição, sendo que nas dimensões Educação, Segurança, Energia, Economia sequer pontuou entre as 100 primeiras cidades brasileiras.

Mesmo diante de resultados incoerentes no que se refere ao ranking nacional proposto pela consultoria Urban Systems (2023) para a cidade de Salvador, podemos refletir sobre o potencial das cidades para aprimorarem seus sistemas de saneamento, mobilidade, energia, segurança e digitalização, e com isso, modificar o padrão atual das cidades contemporâneas até a condição de cidades que atendam aos anseios dos cidadãos e da modernidade.

Se observarmos os indicadores sobre coleta seletiva de Resíduos Sólidos de Salvador com os temas e subtemas propostos por Reis (2020) que são: 1)

Utilidades – Lixo: Os indicadores que o autor apresenta para “Lixo” estão voltados para geração, coleta e tratamento (reciclagem, destinação) de resíduos; sólidos comuns e perigosos. Atividades importantes e inseridas nas ações de Coleta Seletiva, e; 2) **Gestão – Representatividade**: Representatividade da população na política regional (Cooperativas de Catadores). No indicador 10, que se refere a Taxa de material recolhido pela coleta seletiva: porcentagem de material recolhido pela coleta seletiva (exceto matéria orgânica) em relação à quantidade total coletada de resíduos sólidos domésticos, existem uma correlação positiva, representando a relevância da coleta seletiva nos serviços de resíduos sólidos, com impactos na sustentabilidade ambiental da cidade (Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2018).

Neste sentido, uma cidade que busca o *status* ou é classificada como inteligente deve priorizar a oferta dos serviços de coleta seletiva, prevendo desta maneira o atendimento ao previsto nas normas instituídas, a promoção de ações de engajamento e sensibilização dos cidadãos e a disposição de infraestrutura adequada. Inserindo economicamente os catadores de materiais recicláveis, profissionais responsáveis pela coleta e destinação dos resíduos para a reciclagem.

Deste modo, no tocante a gestão adequada dos resíduos sólidos, nota-se que Salvador possui atualmente um distanciamento do que se entende e percebe-se enquanto uma cidade inteligente. Haja vista que a promoção da coleta seletiva deve estar inserida entre os pilares da adoção de soluções inteligentes para melhorar a vida de seus habitantes e garantir um futuro sustentável nas cidades.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar revisão e análise na literatura existente sobre dimensões e indicadores identificados em diferentes instituições para se estabelecer a classificação de CI, constata-se que a temática além de atual e relevante, possui inúmeras formas de abordagens dado ao desafio de adequação aos pré-requisitos para as cidades tornarem-se inteligentes. No que se refere aos indicadores de meio ambiente e sustentabilidade ainda há carência de estudos que discutam tais indicadores, sobretudo os que são considerados no setor de RSU. Houve ainda a intenção, como proposto no objetivo 3 desse estudo, de relacionar dados sobre a

coleta seletiva na cidade de Salvador com os indicadores utilizados nos estudos de CI e Resíduos Sólidos (RS). Embora tímida, já houve uma aproximação entre os indicadores propostos e as ações realizadas na cidade de Salvador com relação ao manejo dos RSU.

AGRADECIMENTOS

Ao CNPQ pela Bolsa de Doutoramento concedida a Joilson Santos Santana.

REFERÊNCIAS

ABRELPE, Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. (2020). **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2020**. Disponível em: https://abrelpe.org.br/panorama-2020/.

ABREU, J. P. M. de; MARCHIORI, F. F. . Ferramentas de avaliação de desempenho de cidades inteligentes: uma análise da norma ISO 37122:2019. **PARC Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, SP, v. 14, n. 00, p. e023002, 2023. DOI: 10.20396/parc.v14i00.8668171. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/parc/article/view/8668171. Acesso em: 17 set. 2023.

BENEDITO JUNIOR, C. A. *et. al.* The Un's 2030 Agenda's Intelligent Cities Indicator And The Sustainable Development Goals. **RISUS - Journal on Innovation and Sustainability**, volume 14, número 1 - 2023. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/risus/article/view/60149/41801.

BESEN, G. R. *et al.* **Gestão da coleta seletiva e de organizações de catadores:** indicadores e índices de sustentabilidade. 2017. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/documents/20182/39040/MANUAL_COLETA_SELETIVA.pdf/d4a5fd4b-9af1-413b-b136-7592a47fa63d.

BRASIL. **Decreto Nº 11.414, de 13 de Fevereiro de 2023**. Institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores para a Reciclagem Popular e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11414.htm

_____. **Lei n° 12.305/2010.** Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 15 set. 2023.

_____. Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). **Resíduos Sólidos.** Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). DIAGNÓSTICO ANUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS 2021.Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/residuos-solidos

GIFFINGER, R. *et al.* **Smart cities:** ranking of European medium-sized cities. Vienna: Centre of Regional Science, Vienna University of Tecnology, 2007.

GRECCO, Dante. **Ranking Connected Smart Cities**: estudo exclusivo revela as 100 cidades mais inteligentes do País. 04 set. 2023. Disponível em: https://mobilidade.estadao.com.br/mobilidade-para-que/ranking-connected-smart-cities-estudo-exclusivo-revela-as-100-cidades-mais-inteligentes-do-pais/.

MÜLLER, L.; SILVA, T. L. da. Indicadores Urbanos de Meio Ambiente em Cidades Inteligentes: Estudo de Caso de Passo Fundo/RS. *In*: **Anais...** Encontro Nacional De Tecnologia Do Ambiente Construído, 18., 2020. Porto Alegre: ANTAC, 2020. p. 1–8. DOI: 10.46421/entac.v18i.707. Disponível em: https://eventos.antac.org.br/index.php/entac/article/view/707. Acesso em: 17 set. 2023.

PEREIRA, C. D. M.; MUNIZ, C. R.; ALVES, A. M. **Cidades Inteligentes Sustentáveis no Brasil:** Uma metodologia para avaliação e diagnóstico de nível de maturidade de cidades. [s.l: s.n.] 249 p. Disponível em: https://www1.cti.gov.br/pt-br/noticias/cti-publica-livro-sobre-metodologia-de-avalia%C3%A7%C3%A3o-e-diagn%C3%B3stico-de-cidades-inteligentes-e. Acesso em: 17 set. 2023.

REIA, J.; CRUZ, L.. Cidades inteligentes no Brasil: conexões entre poder corporativo, direitos e engajamento cívico. **Cadernos Metrópole**, v. 25, n. 57, p. 467–490, maio de 2023.

REIS, Matheus Sousa. **Proposta de um conjunto de indicadores para cidades brasileiras inteligentes e sustentáveis.** Trabalho de Conclusão de Curso. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2020. 135p.

SANTANA, Joilson Santos. **Pontos de Entrega Voluntária (PEVs):** contribuições para as Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis de Salvador. Dissertações de Mestrado. Disponível em: http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/4541.

SEINFRA. Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas. **Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado de Salvador** - PMSBI Preliminar. 2023. Disponível em:http://www.seinfra.salvador.ba.gov.br/images/consultas_publicas/R00%20_PMSBIOnline%20-TOMOIIB-Diag_Drenagem_e_Residuos.pdf

SILVA, T. L.; MULLER, L. Indicadores Urbanos de Cidades Inteligentes: Agentes de transformação no espaço urbano-arquitetônico. **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**, *[S. l.]*, v. 21, n. 2, p. 143–159, 2022. DOI: 10.5935/cadernospos.v21n2p143-159. Disponível em: https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgau/article/view/indicadores.urbanos.cadernos.pos.au.2021.2. Acesso em: 17 set. 2023.

USO DOS CANABINÓIDES NA MELHORA DA ADESÃO À QUIMIOTERAPIA ANTINEOPLÁSICA: uma revisão narrativa

Maria Izabel Gualberto de Araújo[1]
Gabriel Azevedo Farias[2]
Pietra da Fonseca Klajman[3]
Tauana Magalhães de Amorim[4]
Thassila Nogueira Pitanga[5]

RESUMO

O uso terapêutico da *Cannabis* tem sido estudado há séculos, com suas aplicações mudando ao longo do tempo. Atualmente, a planta é usada principalmente como analgésico e anti-inflamatório, além de ser eficaz como antiemético, especialmente no tratamento do câncer. A quimioterapia antineoplásica está associada a vários efeitos colaterais adversos, bem como na baixa qualidade de vida dos pacientes. Os estudos abordados no presente artigo exploraram os efeitos dos canabinóides como antieméticos, moduladores do apetite e seus efeitos analgésicos, fornecendo evidências preliminares dos potenciais benefícios da utilização dos canabinóides no controle dos efeitos colaterais provenientes da quimioterapia antineoplásica. OBJETIVO: Trazer uma revisão atual dos potenciais terapêuticos dos canabinóides na melhora da adesão ao tratamento quimioterápico, bem como na melhora da qualidade de vida dos pacientes, reduzindo seus efeitos adversos. METODOLOGIA: As pesquisas foram baseadas em artigos científicos em inglês e português publicados entre 2018 e 2023 nas bases de dados Pubmed e SciELO. Com o avanço contínuo das pesquisas, espera-se que o uso terapêutico da *Cannabis* se torne cada vez mais eficaz no cuidado oncológico, proporcionando alívio e melhor qualidade de vida para os pacientes.

Palavras-chave: *Cannabis*. Therapeutic Potential. Chemotherapy. Cancer.

[1] Graduanda em Ciências Biomédicas, Universidade Católica do Salvador, e-mail: mariaizabel.araujo@ucsal.edu.br.
[2] Graduando em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, e-mail: gabriel.farias@ucsal.edu.br.
[3] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, e-mail: pietra.klajman@ucsal.edu.br.
[4] Graduanda em Ciências Biológicas, Universidade Católica do Salvador, e-mail: tauanatureza@gmail.com.
[5] Pós-Doutora em Farmacologia e Colaboradora no Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz, CPQGM, Brasil; professora e orientadora na Universidade Católica do Salvador, e-mail: thassila.pitanga@pro.ucsal.br.

1 INTRODUÇÃO

O câncer tornou-se um problema de saúde pública mundial, uma vez que tem aumentado sua prevalência dentro das doenças crônicas não transmissíveis, necessitando de grandes investimentos financeiros e acarretando ônus institucional e social para os países (INCA, 2019).

A quimioterapia é um tratamento amplamente utilizado no combate ao câncer. No entanto, seus efeitos colaterais podem ter um impacto significativo na qualidade de vida dos pacientes, afetando, inclusive, na adesão ao tratamento e podendo persistir após o término. Segundo pesquisas realizadas por Abrams (2018), a utilização da *Cannabis* e seus compostos possibilitam um tratamento eficaz, dependendo do desfecho de saúde de interesse.

A utilização terapêutica desta planta não é recente. Nela derivam-se os canabinóides, que vêm sendo usados em medicina há séculos, havendo registros de seu uso desde a China antiga, passando pela Europa Napoleônica e a Inglaterra do século XIX (Bonfá *et al.,* 2008). Segundo Carlini (2006), no Brasil, há relatos de sua utilização desde o descobrimento, em 1500, pelas caravelas portuguesas, onde as velas e cordames eram feitas por cânhamo, é uma planta pertencente à espécie *Cannabis sativa* L., que por sua vez, o anagrama da palavra para maconha. Em síntese, sabe-se hoje que a maconha não é nativa do Brasil, era trazida e utilizada pelos escravos africanos e sua criminalização ocorreu a partir de 1920, durante o II Congresso do Ópio, em Genebra.

Atualmente, os fitocanabinóides vêm sendo experimentados em diversas condições crônicas como dor, transtornos de ansiedade, epilepsia, esquizofrenia, Alzheimer, esclerose múltipla, entre outras (Sulcova, 2019; Perisetti *et al*., 2020). A atuação deles se dá, basicamente, pela sua ligação aos receptores canabinóides do sistema endocanabinóide e, de acordo com a sua localização, atuarão propiciando seus efeitos. Dessa forma, a *Cannabis* e seus compostos têm sido estudados como uma opção terapêutica complementar devido às suas potenciais propriedades medicinais.

2 OBJETIVO

O presente artigo teve como objetivo estudar os fatores que influenciam a

atuação dos canabinóides nos principais efeitos colaterais no tratamento quimioterápico antineoplásico, a fim de expor o seu potencial terapêutico através dos efeitos antieméticos, do controle de apetite e da analgesia, bem como as formas de administração dos canabinóides para cada efeito estudado, além de contribuir para a desmistificação dos preconceitos acerca deste tema perante a sociedade.

3 METODOLOGIA

Para alcançar os resultados almejados, foi feita uma revisão narrativa especializada da literatura, relatando a relevância da utilização medicinal da *Cannabis* e seus derivados no controle dos efeitos adversos relacionados à quimioterapia antineoplásica.

O levantamento bibliográfico foi realizado nas bases de dados Pubmed e SciELO, através da consulta de artigos científicos e de embasamento teórico abrangente, em inglês e português, com os descritores "*Cannabis"*, "Therapeutic Potential", "Chemotherapy" e "Cancer".

Como critérios de inclusão para os artigos de embasamento teórico abrangente, foram considerados aqueles que tratavam sobre a utilização dos canabinóides como potencial terapêutico. Já para os artigos científicos discutidos, foram utilizados como critério de inclusão, os artigos publicados entre 2018 e 2023 que tivessem correspondência com a pergunta norteadora "Sabendo que muitos médicos e pacientes defendem o uso da *Cannabis* medicinal no tratamento oncológico, os canabinóides podem ser utilizados a fim de aliviar os sintomas adversos da quimioterapia?". Como critérios de exclusão, artigos anteriores a 2018 e artigos que não tratassem correspondência a pergunta norteadora, foram eliminados.

Foram pesquisados 221 artigos e, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, restaram 121 artigos que contemplavam o tema e o objetivo do presente estudo, sendo utilizados 67 artigos para embasamento teórico, com 15 artigos científicos dos últimos 5 anos utilizados na composição dos resultados e discussão.

4 CÂNCER E QUIMIOTERAPIA

O câncer é um conjunto de doenças complexas que afetam milhões de pessoas em todo o mundo. É caracterizado pelo crescimento descontrolado de células anormais no corpo e sua consequente disseminação. Segundo Rodrigues (2021), o câncer é a segunda maior causa de morte no mundo, em 2020 estima-se que houve 19,3 milhões de novos casos levando a óbito por volta de 10 milhões de pessoas em todo o mundo. Existem muitos tipos de câncer, e sua causa exata ainda é desconhecida. Contudo, fatores genéticos, certos comportamentos de saúde e exposição à agentes carcinogênicos, como alguns produtos químicos e a radiação, são conhecidos por aumentar o fator de risco de desenvolvimento da doença (American Cancer Society, 2020; National Cancer Institute, 2019; Hanahan; Weinberg, 2011).

A quimioterapia é uma forma comum de tratamento do câncer que utiliza medicamentos extremamente potentes para destruir células cancerígenas. Existem muitos tipos de quimioterapia, que podem ser utilizados isoladamente ou em combinação com outros tratamentos. Alguns quimioterápicos incluem agentes alquilantes, que danificam o DNA das células cancerígenas, antimetabólitos, que interferem no DNA e RNA, e os inibidores da topoisomerase, que afetam as enzimas envolvidas na replicação do DNA. Além disso, existem os antibióticos antitumorais, os inibidores da mitose e os corticosteróides, que também são utilizados no tratamento do câncer. Esses medicamentos podem ser administrados individualmente ou combinados, dependendo do tipo de câncer e do plano de tratamento estabelecido. No entanto, a quimioterapia também acaba afetando células saudáveis, levando a uma série de efeitos colaterais (DeVita; Chu, 2008; National Cancer Institute, 2019; Sociedad Americana Contra el Cáncer, 2023).

5 EFEITOS COLATERAIS QUIMIOTERÁPICOS E O IMPACTO NA QUALIDADE DE VIDA

Além dos sintomas físicos e dos efeitos colaterais associados à quimioterapia, os pacientes também enfrentam um impacto significativo na

qualidade de vida e emocional, desenvolvendo quadros de ansiedade e depressão, sendo uma preocupação constante durante o tratamento oncológico.

Os efeitos colaterais decorrentes do tratamento quimioterápico podem variar dependendo da dose, da área do corpo, da duração do tratamento e da saúde geral do paciente. Dos efeitos colaterais experimentados, as náuseas e vômitos são considerados os mais debilitantes e impactantes, seguido das dores, perda de apetite e fadiga, queda de cabelo, ressecamento da pele, entre outros, afetando negativamente a funcionalidade e o bem-estar geral dos pacientes, tendo também um impacto significativo em sua saúde mental (Ferrell *et al.,* 2019; Holland *et al.,* 2020).

Alguns efeitos colaterais da quimioterapia podem persistir ou se desenvolver meses ou anos após o término do tratamento. Estes podem incluir problemas de coração, pulmão, fertilidade, e um risco aumentado de desenvolver um segundo câncer.

6 CÂNCER E *CANNABIS*

A utilização das plantas do gênero *Cannabis* e dos seus compostos tem sido cada vez mais explorada no contexto do tratamento do câncer. Vários estudos pré-clínicos demonstraram o potencial dos canabinóides durante o tratamento quimioterápico ou paliativo oncológico, além de indicar possível potencial no combate a diversos tipos de câncer, uns com maior e outros com menor eficácia.

A *Cannabis* é composta por várias classes químicas diferentes. Mais de 400 substâncias químicas já foram identificadas na sua composição (Silva; Almeida Junior, 2022).

Os canabinóides são divididos em três classes: os fitocanabinóides, que são constituintes da *Cannabis*, os canabinoides sintéticos, que mimetizam os fitocanabinóides e os canabinóides endógenos (ou endocanabinóides), que são substâncias químicas naturais, o que significa dizer que são produzidas pelo próprio organismo dos mamíferos, tendo a anandamida (AEA) e o 2-araquidonilglicerol (2-AG) como os principais representantes (Modesto-Lowe; Bojka; Alvarado, 2018; Valentim *et al.,* 2022 *apud* Marzo, 2000).

O delta-9-tetrahidrocanabinol (Δ-9-THC) e o canabidiol (CBD) são os fitocanabinóides mais estudados, sendo o primeiro possuidor de propriedades psicotrópicas e o segundo não psicotrópico. Embora as pesquisas tenham se concentrado principalmente no CBD, devido à ausência de efeitos psicoativos, é importante considerar os outros compostos presentes na planta *Cannabis*, que também têm mostrado atividades farmacológicas promissoras. O fenômeno do "efeito comitiva" merece destaque. Estudos *in vivo* demonstraram os efeitos terapêuticos do CBD, especialmente na modulação da dor. (Modesto-Lowe; Bojka; Alvarado, 2018; Xu *et al*., 2019).

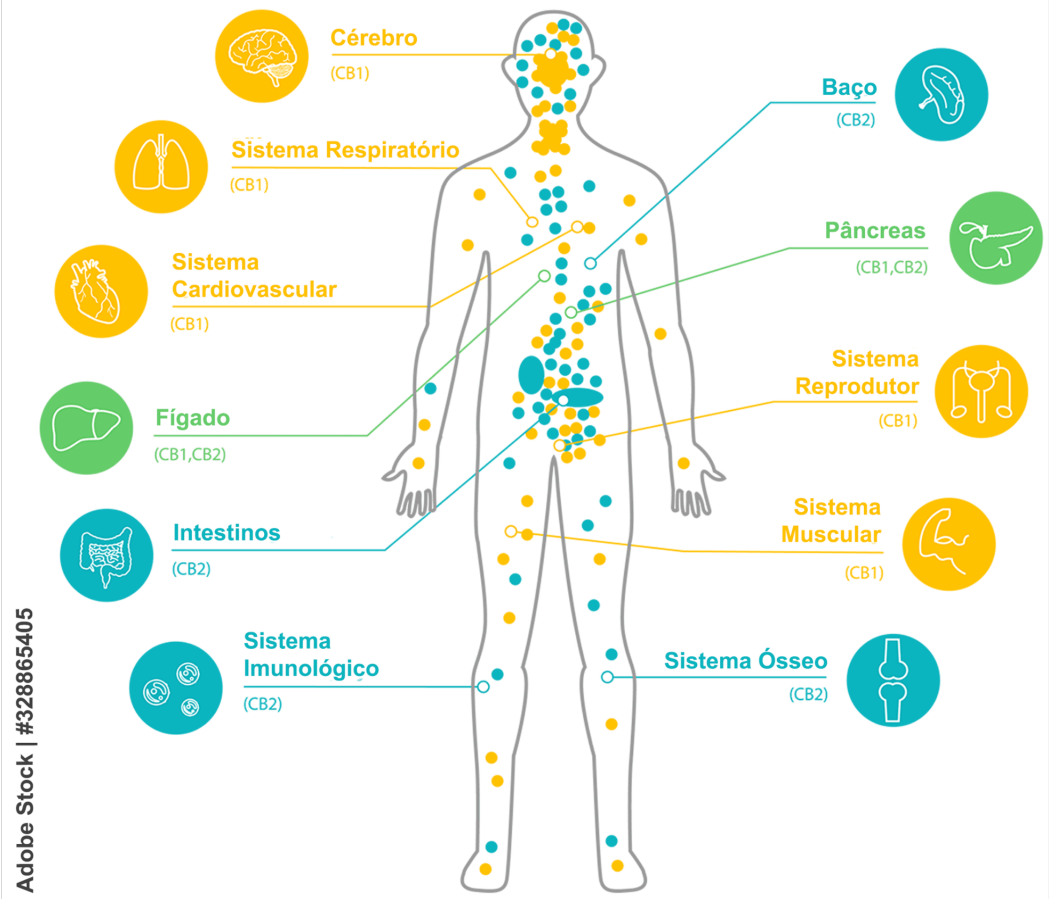
7 SISTEMA ENDOCANABINÓIDE

O sistema endocanabinóide é bem conhecido por estar envolvido em uma ampla gama de funções fisiológicas, como emoção, regulação cardiovascular, metabolismo energético e reprodução, e em um número crescente de condições fisiopatológicas (Wang, 2009), desempenhando um papel importante na regulação da homeostase, neuroplasticidade do sistema nervoso central (SNC) e na modulação da transmissão da dor na via nociceptiva (Modesto-Lowe; Bojka; Alvarado, 2018; *apud* Xu *et al.,* 2019).

Até o momento, foram descobertos dois tipos de receptores canabinóides, CB1 e CB2, ambos particularmente abundantes em algumas áreas do cérebro. Os CB1 estão localizados no sistema nervoso central (SNC), na medula espinhal, gânglios da medula dorsal, sistema nervoso entérico, adipócitos, células endoteliais, hepatócitos, tecido muscular e trato gastrointestinal. Os receptores CB2 estão presentes no sistema periférico, e se relacionam com o sistema imunológico, células T, células B, baço, amígdalas e células micróglias ativadas, ou seja, quando a infecção já está presente. Receptores CB1 encontrados em terminais nociceptivos ao longo do sistema nervoso periférico impedem a condução da dor, enquanto a ativação de receptores CB2 em células imunes diminui a liberação de agentes nociceptivos. Enzimas também são importantes no sistema endocanabinóide, que são responsáveis por sua síntese e degradação, como a amida hidrolase de ácido graxo (FAAH) e o 2-AG via monoacilglicerol lipase (MAGL) (Darmani, 2010; Modesto-Lowe; Bojka; Alvarado, 2018; Perisetti *et al.,*

2020). Na Figura 1 temos a representação da distribuição dos receptores endocanabinóides pelo corpo humano.

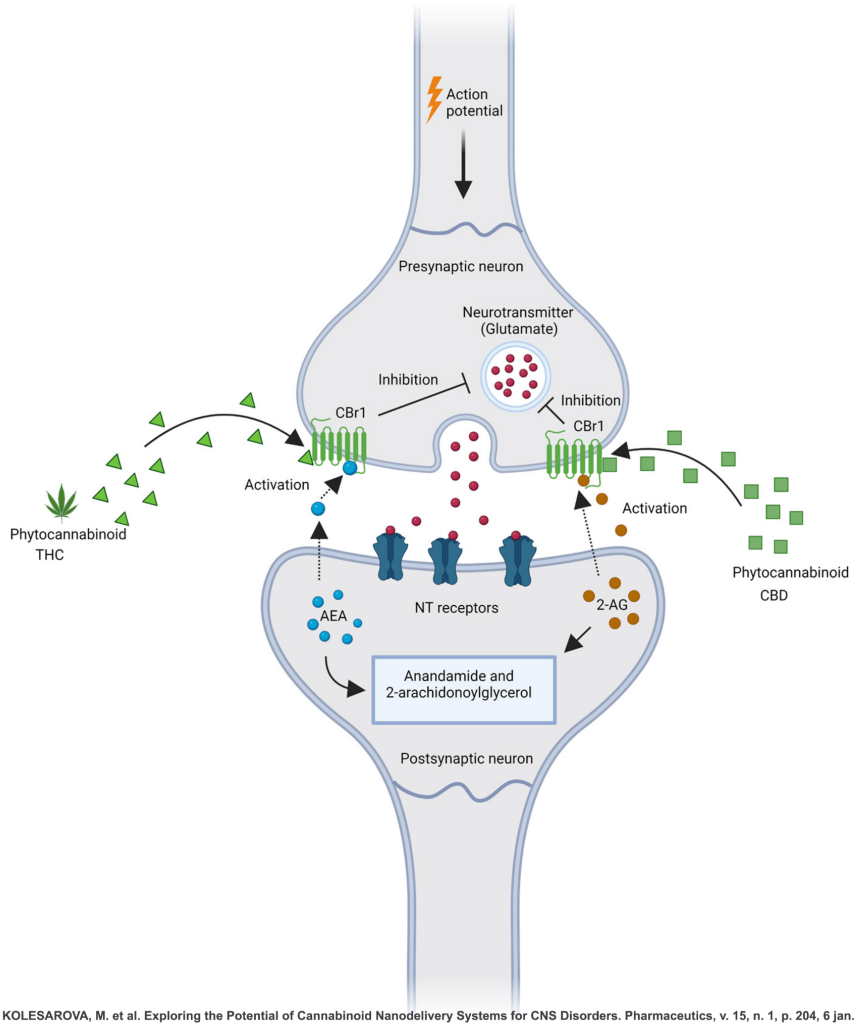
Figura 1 - Receptores no sistema endocanabinóide.



A atuação dos fitocanabinóides se dá pela ligação aos receptores canabinóides do sistema endocanabinóide e, de acordo com a sua localização, atuarão propiciando seus efeitos. Na figura 2, temos um resumo da modulação do sistema endocanabinóide por fitocanabinóides. Muitos desses efeitos estão sendo estudados com o intuito de se obter a melhor indicação e aplicação dessas substâncias. A figura descreve as ações básicas dos canabinóides endógenos anandamida (AEA) e 2-araquidonilglicerol (2-AG) nos receptores canabinóides acoplados à proteína G1 (CB1) em neurônios pré-sinápticos em ambos os receptores centrais e sistema nervoso periférico. Os compostos em verde são fitocanabinóides comuns e outras inclusões de ervas em óleos de cânhamo que

afetam o sistema endocanabinóide de alguma forma, seja por meio da modulação dos receptores CB (por exemplo, agonismo do tetrahidrocanabinol [THC] dos receptores CB1) ou por outras rotas não descrita, como inibição da quebra enzimática de endocanabinóides (Vandolah *et al.,* 2019; Valentim *et al.,* 2022).

Figura 2. Esquema simplificado da modulação básica do sistema endocanabinóide pelos fitocanabinóides (CBD e THC).



KOLESAROVA, M. et al. Exploring the Potential of Cannabinoid Nanodelivery Systems for CNS Disorders. Pharmaceutics, v. 15, n. 1, p. 204, 6 jan. 2023.

A farmacocinética e a farmacodinâmica das formulações de *Cannabis* são diferentes, dependendo da sua forma de administração. A via inalatória leva a uma concentração plasmática máxima em minutos, bem como os efeitos psicotrópicos do THC, que começam de segundos a alguns minutos, atingindo o pico máximo após 15 ~ 30 minutos, diminuindo em cerca de 2 a 3 horas. A administração oral possui absorção lenta, resultando em concentrações plasmáticas máximas

geralmente após 60 ~ 120 minutos, embora, em alguns casos, as concentrações plasmáticas máximas observadas levaram de 4 ~ 6 horas para ocorrer e os efeitos psicotrópicos de 30 ~ 90 minutos, atingindo seu pico máximo após 2 ~ 3 horas, durando cerca de 4 ~ 12 horas dependendo da dose. Outra via comum é a sublingual (óleo), com sua janela terapêutica de 2 ~ 4 horas, com início rápido devido à rápida absorção pela cavidade oral (Bar-Sela *et al.,* 2020). Cada forma de administração tem suas vantagens e desvantagens, e a escolha dependerá das necessidades individuais do paciente.

É importante ressaltar que a dosagem adequada e o acompanhamento médico são fundamentais em qualquer forma de administração da *Cannabis*, para garantir o uso seguro e eficaz da planta como terapia complementar no contexto da quimioterapia antineoplásica.

8 ATUAIS FÁRMACOS *X* CANABINÓIDES

> Em fevereiro de 2017, a ANVISA aprovou o registro do medicamento específico (fitofármaco) composto de tetraidrocanabinol 27 mg/mL + canabidiol 25 mg/mL (Mevatyl®) na forma farmacêutica solução oral (spray), sob número MS – 1.6977.0003.001-4 (ANVISA bulário, 2019) (CFF, 2019), registrado em outros países como Sativex®.

Para melhorar a qualidade de vida dos pacientes submetidos à quimioterapia, uma variedade de fármacos está disponível para o tratamento dos efeitos colaterais da quimioterapia. Os fármacos atualmente utilizados incluem antieméticos, analgésicos e medicamentos para a anemia. Recentemente, os canabinóides têm sido explorados como uma alternativa potencial para o manejo desses efeitos colaterais.

Os antieméticos, como o ondansetrona, são comumente usados para tratar a NVIQ, bloqueando os receptores de serotonina no cérebro (Hesketh, 2008). Os analgésicos, como oxicodona ou morfina, são usados para gerenciar a dor. O megestrol é um medicamento hormonal que pode aumentar o apetite e estimular o ganho de peso em pacientes com câncer. (Ludwig *et al.,* 2009; Roila *et al.,* 2016).

Estudos apontam as propriedades antieméticas da *Cannabis* medicinal, do THC e do combinado THC:CBD (1:1) e das possíveis propriedades analgésicas do CBD, que podem ser úteis no manejo da dor (Tramèr *et al*., 2001; Johnson *et al*.,

2010). Atualmente já são utilizados, em terapia combinada, canabinóides como o nabilona, o dronabinol, o Sativex e cápsulas contendo uma combinação de óleo de CBD e THC.

9 POTENCIAIS EFEITOS TERAPÊUTICOS DOS CANABINÓIDES NO TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO

Embora seja uma terapia eficaz, a quimioterapia também pode causar uma série de efeitos colaterais indesejados que afetam a qualidade de vida dos pacientes. Os principais efeitos colaterais abordados nesta revisão são: náuseas e vômitos, anorexia e dor. Nos últimos anos, tem havido um interesse crescente na utilização da *Cannabis* e seus compostos químicos, como uma opção terapêutica no auxílio à melhoria da qualidade de vida desses pacientes (Guzmán, 2003; Johnson *et al*., 2010; Abrams, 2016).

9.1 EFEITOS ANTIEMÉTICOS

Um dos principais desafios enfrentados pelos pacientes submetidos à quimioterapia antineoplásica são os efeitos colaterais associados ao tratamento, como Náuseas e Vômitos Induzidos por Quimioterapia (NVIQ). Este problema afeta de 60% a 80% dos pacientes com câncer quando não tratado, podendo ocorrer separadamente ou em conjunto com outros sintomas, o que impacta não apenas na qualidade de vida, mas também nos resultados do tratamento, podendo, inclusive, persistir após o tratamento quimioterápico (Duarte *et* al*.,* 2020; Ward *et al*., 2021; Silva; Silva; Dantas, 2022). Vale ressaltar que os estudos científicos dos efeitos antieméticos da *Cannabis* na quimioterapia oncológica não são recentes, tendo seu primeiro estudo divulgado em 1975, quando Sallan e colaboradores (1975) observaram que o THC por via oral tinha propriedades antieméticas. Nesse contexto, o uso da *Cannabis* tem sido investigado como uma possível estratégia para o controle dos sintomas relacionados à quimioterapia.

Normalmente o vômito é precedido pelo enjoo, onde o conteúdo do trato gastrointestinal (TGI) é empurrado para o esôfago, sendo ou não expelido. Às

vezes, o vômito é um mecanismo de defesa quando para eliminação toxinas ingeridas, por exemplo. No entanto, pode tornar-se prejudicial, devido a perda excessiva de líquidos e desequilíbrio de eletrólitos, principalmente após a exposição a quimioterápicos, o que pode levar os pacientes à recusa ao tratamento. A NVIQ ocorre em fases. Na fase aguda, os episódios de vômito ocorrem nas primeiras 24 horas após a infusão do quimioterápico, seguido por uma fase de pouca ou nenhuma atividade emética, e na fase tardia, os episódios de vômito continuam nos dias 3-7 após a infusão (Darmani, 2010).

A fisiopatologia e os mecanismos envolvidos por trás da NVIQ são multifatoriais e complexos, envolvendo neurotransmissores e receptores entre o SNC e o TGI (Fraguas-Sánchez; Torres-Suárez, 2018; Mortimer *et al.,* 2019). Os neurotransmissores responsáveis pela emese, como a 5-hidroxitriptamina ou 5-HT (serotonina), dopamina e glutamato, interagem com os canabinóides, o que sugere uma possível relação promissora entre THC e o bloqueio dos receptores CB1 mediadores da emese. O THC possui de quatro a quarenta vezes mais afinidade pelos receptores CB1 em comparação aos endocanabinóides (Parker et al., 2011; Oliveira Vaz *et al.,* 2021; Valentim *et al.,* 2022). No entanto, o THC possui alguns efeitos indesejados o que torna desfavorável sua ligação, em sua maioria, aos receptores CB1. Atualmente, a *American Society of Clinical Oncology* considera a utilização de canabinóides juntamente com a terapia padrão para o controle de NVIQ. Os canabinóides mais utilizados para esta condição são o nabilona e o dronabinol, THC sintéticos (Terence; Gupta, 2022).

De acordo com Grimison e colaboradores (2020), evidências sugerem melhor eficácia e tolerância ao tratamento com a utilização combinada de THC:CBD (1:1). Fraguas-Sánchez e Torres-Suárez (2018) relatam em revisão que o dronabinol se mostrou semelhante ao ondansetrona (antiemético padrão), e que a combinação deles não gerou uma melhora na eficácia. No entanto, Warr e Hesketh (2020) sugerem que os ensaios randomizados de THC:CBD versus THC que se conhecem até o momento, demonstram resultados inconsistentes e acreditam que um resultado positivo do estudo da fase III de Grimison e colaboradores (em andamento) possa trazer uma mudança de estigma, já que existe uma expressa preferência dos pacientes na utilização dos canabinóides.

Outro estudo, realizado em ratos, conduzido por Pertwee e colaboradores (2018), indica que uma molécula análoga ao derivado do CBDA (ácido canabodiólico, outro canabinóide de importância clínica), o HU-580 (análogo do CBDA-ME), interage com um dos receptores serotoninérgicos, o 5-HT1A, que está diretamente envolvido na mediação do controle de vômitos. Em contrapartida, um estudo realizado por Rock e colaboradores (2020) sugere que o HU-580 não se mostra promissor no tratamento contra náuseas e vômitos quando comparado ao CBD e o CBDA, e que o CBDA é superior ao CBD, porém sua instabilidade, por descarboxilar mais facilmente, pode limitar sua utilização clínica. O estudo realizado por Rock e colaboradores (2020), também em ratos, demonstra evidências promissoras sobre o potencial terapêutico das combinações de THC/CBD e THCA/CBDA no tratamento da náusea e do vômito.

De acordo com Legare e colaboradores (2022), o tratamento com canabinóides pode ser superior aos medicamentos antieméticos que estão atualmente no mercado. Além da eficácia antiemética, foram identificados em alguns estudos, a redução do crescimento de células cancerígenas *in vitro* de alguns tipos de câncer. O estudo de Myint e colaboradores (2023), embora não avalie os efeitos antieméticos quimioterápicos, demonstrou interesse dos pacientes na utilização do Epidiolex, devido relatos de qualidade de vida, melhora emocional, melhora no apetite, sono e na função TGI. Dessa forma, torna-se cada vez mais irrefutável a necessidade de estudos.

9.2 CONTROLE DO APETITE

A redução do apetite é um sintoma frequente em pacientes oncológicos, o que contribui para a investigação do estado nutricional desses indivíduos (Ozorio *et al.,* 2019). Embora tenha experimentado avanços no tratamento do câncer, o domínio de aspectos físicos e emocionais ainda é significativo e pode afetar a vida dos pacientes. Portanto, é necessário implementar estratégias eficazes para reduzir e gerenciar esses sintomas, a fim de melhorar a experiência do paciente durante o tratamento do câncer (Goes *et al.,* 2020). Estudos têm demonstrado que extratos de *Cannabis* e análogos do principal fitocanabinóide Δ9-tetrahidrocanabinol têm

sido utilizados para aliviar a perda de apetite e náuseas causadas pelo tratamento com a quimioterapia (Brierley *et al.,* 2019).

Segundo Abrams (2022), os canabinóides são utilizados para reduzir a dor crônica relacionada ao câncer, bem como a dor associada à esclerose múltipla. Além disso, eles são aplicados para estimular o apetite e prevenir náuseas em pacientes com HIV/AIDS. Os canabinóides também têm sido utilizados para tratar a espasticidade associada à esclerose múltipla e para auxiliar no tratamento da epilepsia. Esses efeitos terapêuticos dos canabinóides são suportados por evidências científicas de estudos clínicos e meta-análises. Durante o tratamento por quimioterapia e radioterapia, é habitual em pacientes com câncer a manifestação de fadiga, insônia, dor e diminuição do apetite (Goes *et al.,* 2020). De acordo com Brierley e colaboradores (2019), através de pesquisas realizadas com ratos saudáveis, foi observado que o canabigerol (CBG), um fitocanabinóide não psicoativo, estimulou o apetite sem causar efeito neuromotor.

Atualmente, observa-se um aumento na demanda por abordagens terapêuticas ao tratamento de sintomas relacionados ao câncer utilizando a *Cannabis* medicinal (Aviram *et al.,* 2022). Com a evolução do câncer, as síndromes como a caquexia e anorexia associadas ao câncer (CACS) podem se manifestar nos pacientes. A *Cannabis* tem sido sugerida como uma possível intervenção para estimular o apetite em indivíduos acometidos pela CACS. foi avaliado através de estudos o efeito de cápsulas de *Cannabis* controladas a base de óleo, ministrando dosagem de THC e CBD durante o período de seis meses, na síndrome CACS, foi observado um aumento de peso de 10% em três pacientes, enquanto os demais mantiveram o peso estável (Bar-Sela *et al*., 2019). Estudos recentes identificaram que compostos derivados de canabinóides, como a nabilona, ministrada por via oral, demonstraram propriedades extraordinárias no aumento do apetite em pacientes com síndrome de anorexia-caquexia associada ao câncer (Turcott *et al.,* 2018).

O aumento no apetite e a intensificação da percepção gustativa após a administração de *Cannabis* são resultados da estimulação do sistema endocanabinóide (Roberts *et al.,* 2019). O uso da *Cannabis* tem sido cada vez mais reconhecido como uma alternativa terapêutica por muitos oncologistas pediatras e médicos de cuidados paliativos no tratamento de crianças acometidas por

neoplasias. Pesquisas enfatizaram que a *Cannabis* é eficaz no manejo da caquexia e na estimulação do apetite em 67,2% dos casos analisados (Oberoi *et al.,* 2022). De acordo com Zhang e colaboradores (2018), foi observado que 74 indivíduos acometidos por neoplasias de cabeça e pescoço, que faziam uso de *Cannabis* medicinal, apresentaram melhorias no que tange à redução da ansiedade, alívio da dor, diminuição dos sintomas depressivos e aumento do apetite. Tal constatação se deu em comparação com pacientes que não fizeram uso do referido tratamento à base de *Cannabis*.

A falta de atividade física e a desnutrição são frequentes em pacientes com neoplasias que se encontram em estágio avançado da doença. Existem evidências crescentes de que a alteração da composição corporal pode estar associada ao uso de fármacos durante o tratamento oncológico (Viana *et al.,* 2020). O indivíduo que tem câncer experimenta frequentemente modificações no paladar e no olfato, reduzindo o prazer alimentar e afetando a sua saúde nutricional (Jain *et al.,* 2019). Pacientes que apresentam quadro de desnutrição decorrente de ausência de fome, saciedade precoce e anorexia têm maior probabilidade de desenvolver um distúrbio de apetite devido aos efeitos colaterais do tratamento que altera a ingestão de alimentos e nutrientes essenciais para o organismo (Amezaga *et al*., 2018).

Muitos pacientes com câncer enfrentam perda de apetite, náuseas e vômitos como sintomas associados à doença e aos tratamentos. A ativação dos receptores canabinóides por meio do delta-9-tetrahidrocanabinol (THC) tem demonstrado resultados promissores no alívio desses efeitos colaterais. Além disso, outros compostos derivados do canabidiol (CBD) também foram observados por seus potenciais benefícios terapêuticos (Sexton *et al.,* 2021).

De acordo com Anderson e colaboradores (2019), em uma pesquisa conduzida com pacientes oncológicos inscritos no programa de *Cannabis* medicinal de Minnesota, constatou-se uma redução clinicamente relevante em oito sintomas relacionados à quimioterapia. Os pacientes experimentaram melhorias notáveis e sustentadas em aspectos como aumento do apetite, depressão e distúrbios do sono. Esses achados indicam que a *Cannabis* medicinal pode ter um papel crucial no alívio dos efeitos adversos associados ao tratamento do câncer. Um outro estudo, conduzido por Raghunathan e colaboradores (2022), indica que pacientes que já haviam utilizado THC anteriormente, e utilizaram durante o estudo, relataram

melhoras no apetite (40%), sono (32%), náusea (28%) e redução da dor (17%). Por outro lado, entre os 163 pacientes que estavam em tratamento oncológico e não haviam usado *Cannabis* antes, a terapia com a planta foi buscada para aliviar sintomas como sono, dor, ansiedade e apetite.

Após uma análise abrangente de estudos científicos, foi constatado que um medicamento derivado da planta *Cannabis*, formulado em cápsulas contendo uma combinação de óleo de CBD e THC, ou através da administração oral de nabilona isolada, demonstrou benefícios comprovados para a saúde de pacientes com câncer. Embora a *Cannabis* possa ser útil no alívio dos sintomas relacionados ao câncer, são necessários mais estudos para determinar seus efeitos anticancerígenos (Oberoi *et al.,* 2022).

9.3 ANALGESIA

Os pacientes com câncer comumente apresentam dor como sintoma corrente, sendo ela diretamente relacionada com o tumor ou proveniente do processo quimioterápico (Portenoy; Ahmed, 2018). Com isso, estudos estão sendo realizados em busca de alternativas seguras para o tratamento da dor. O uso terapêutico da *Cannabis* no controle da dor vem sendo estudado e revisado na busca por evidências que embasem seu uso como analgésico para diversas doenças (Chayama *et al.,* 2021; Finn *et al.,* 2021; Orhurhu *et al.,* 2020; Petzke *et al.,* 2021), porém seu mecanismo de ação ainda não está bem definido. Em um estudo abordando a dor neuropática periférica induzida por quimioterapia e diabetes em roedores, os agonistas dos receptores CB1 e CB2, inibidores da FAAH e CBD demonstraram significativa eficácia na percepção dos estímulos que causam dor. Já o THC atenuou significativamente os comportamentos relacionados à dor em modelos de lesão nervosa (Finn *et al.,* 2021).

Segundo Massi e colaboradores (2013), as substâncias canabinóides são atualmente usadas em pacientes com câncer para atenuar a perda de peso, vômitos e dor que muitas vezes acompanham o câncer. Dentre os estudos sobre o uso das substâncias provenientes da *Cannabis* diretamente relacionados com a oncologia, pode-se observar também o CDB sendo citado como possuidor de propriedades antitumorais, que é proveniente da sua capacidade de indução à

apoptose nas células cancerígenas (Ligresti *et al.,* 2006; Mckallip *et al.,* 2006; Sreevalsan *et al.,* 2011). De acordo com Bushlin, Rozenfeld e Devi (2009), os agonistas específicos dos receptores opióides e canabinóides são analgésicos potentes e permanecem entre os tratamentos mais eficazes para pacientes com dor neuropática, porém seu uso é limitado a longos períodos, pois pode haver um desenvolvimento das ações nociceptivas das drogas mencionadas por meio da tolerância e tolerância cruzada.

Diversos estudos foram realizados acerca dos efeitos dos canabinóides na analgesia referente à patologias neurodegenerativas. Pode-se verificar a existência de estudos experimentais com as substâncias canabinóides e o controle da dor neuropática (crônica) na esclerose múltipla, por exemplo, que indicam sua eficácia para essa síndrome, mesmo que de forma moderada. Em um estudo experimental feito por Svendsen, Jensen e Bach (2004, p. 3) utilizando o canabidiol dronabinol para o tratamento da dor central na esclerose múltipla, concluiu-se que o canabinóide administrado por via oral obteve êxito em aliviar a dor nos pacientes, após a comparação com o período de utilização de placebo. Em outro estudo realizado com testes sensoriais, tendo a esclerose múltipla como doença analisada, pacientes afirmaram perceber uma significativa redução da dor, após a utilização do spray oral a base de delta-9-tetrahidrocanabinol (THC) e canabidiol (CBD) (Turri *et al.,* 2018).

Pode-se verificar a eficiência dos canabinóides em pacientes sofrendo com fibromialgia, como no estudo feito por Donk e colaboradores (2018), onde foram usados tipos variados de *Cannabis* de grau farmacêutico. Em outros estudos tendo como objeto de análise a dor neuropática crônica, foi constatada a eficácia analgésica significativa dos canabinóides utilizados. Em um estudo cruzado, a substância à base do canabinóide tetrahidrocanabinol administrada por inalação reduziu a intensidade da dor nos pacientes analisados em quatro períodos de 14 dias (Ware *et al.,* 2010). Em outro estudo onde se comparou duas doses de delta-9-tetrahidrocanabinol administradas por meio da inalação das substâncias, realizado por Wilsey e colaboradores (2012), ambas as doses experimentadas se mostraram eficazes como analgésico para o controle da dor neuropática crônica.

Em um estudo realizado com pacientes com câncer em estágio IV, pôde-se perceber que ao acrescentar a administração da *Cannabis* medicinal aos cuidados

oncológicos, houve um melhor controle da dor e menor necessidade do uso de substâncias opióides (Zylla *et al.,* 2021). Em outro estudo, conduzido por Meghani e colaboradores (2021), foram avaliados 136 pacientes com dor oncológica, entre eles indivíduos brancos e afro-americanos. O objetivo era investigar como o uso de *Cannabis* afetava o alívio da dor em diferentes raças, utilizando as pontuações de itens relacionados à "menor dor" do Inventário Breve de Dor (BPI).

Um estudo realizado por Pawasarat e colaboradores (2020), consistiu em uma análise de registros médicos com o objetivo de avaliar a eficácia da maconha medicinal no tratamento da dor em pacientes com câncer. O foco principal foi entender como o uso do MMJ pode contribuir para o alívio do sintoma e redução do consumo de opióides nessa população. Aviram e colaboradores (2020), realizaram um estudo multicêntrico, prospectivo e de longo prazo com 404 pacientes oncológicos, para avaliar o benefício e a segurança da *Cannabis* medicinal no tratamento de sintomas relacionados ao câncer. Outra pesquisa foi realizada utilizando informações retrospectivas em uma clínica especializada em *Cannabis* medicinal integrada a um centro oncológico, analisando o interesse e vivência dos pacientes com foco nos cenários de utilização das substâncias canabinóides, bem como nos benefícios e prejuízos relatados pelos próprios pacientes (Raghunathan *et al.,* 2022).

10 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabe-se que diversos tipos de canabinóides, além de apresentarem atividade terapêutica, produzem efeitos psicotrópicos que podem limitar seu uso como medicamento (Bonfá *et al.,* 2008). Segundo Viana e colaboradores (2022), a utilização dos canabinóides é bem tolerada, tendo efeitos adversos considerados de leves a moderados (*apud* Feingold *et al.,* 2017; Poli *et al.,* 2018), e estes estão mais associados à sua utilização recreativa que muitas vezes exacerbada. Contudo, a questão da tolerância e dependência deve ser considerada nas abordagens farmacológicas (Fonseca *et al.,* 2019).

Alguns efeitos colaterais podem acompanhar os efeitos terapêuticos citados, tais como euforia, depressão, efeito sedativo e outros, e também alterações cognitivas, como a fluência ao falar, a atenção e a memória de curto prazo, podendo

também levar a diminuição do aprendizado com o uso prolongado da substância (Legare *et al.,* 2022).

Um dos efeitos associados ao longo tempo de exposição aos canabinóides é a dependência dos efeitos psicoativos com a cessação do uso. Os sintomas da dependência dos efeitos psicotrópicos da planta incluem agitação, insônia, irritabilidade, náusea e câimbras. Pesquisas também mostram que a *Cannabis* não causa dependência física como a cocaína, heroína, cafeína e nicotina, e que a suspensão do uso não causa síndrome de abstinência, como o álcool e a heroína (Honório *et al.,* 2006).

Contudo, apesar de existirem evidências de que o canabidiol tem baixa toxicidade e boa tolerância, KIS e colaboradores (2019) alertam para o cuidado de sua administração, principalmente em pessoas com insuficiências hepática e cardíaca, em crianças e em gestantes e lactantes.

De acordo com o levantamento realizado até o momento, é possível inferir que existem evidências animadoras de que os canabinóides podem auxiliar na modulação da dor neuropática induzida por quimioterapia, contribuir na diminuição da toxicidade no organismo do paciente (devido aos quimioterápicos e opióides) e na melhora da qualidade de vida no decorrer do tratamento, atuando sobre os efeitos adversos da quimioterapia. Estudos têm demonstrado que a administração de canabinóides por via inalatória, como a inalação de vapor ou fumo de *cannabis* medicinal, pode proporcionar um alívio mais rápido e eficaz da dor e dos demais sintomas.

Na tabela 1, temos um breve resumo compilado dos estudos clínicos abordados nesse artigo. Na tabela 2, temos as formas de administração dos canabinóides para cada efeito estudado.

TABELA 1. Artigos utilizados para os desfechos estudados (efeitos observados).

EFEITOS OBSERVADO	AUTORES	ANO	TÍTULO DO ARTIGO	PRINCIPAIS ACHADOS
EFEITO ANTIEMÉTICO	Pertwee *et al*.	2018	Cannabidiolic acid methyl ester, a stable synthetic analogue of cannabidiolic acid, can produce 5-HT1A receptor-mediated suppression of nausea and anxiety in rats.	O HU-580 (éster metílico de CBDA) tem um potencial inibitório maior em relação ao CBDA, devido maior estabilidade.
	Grimison *et al*.	2020	Oral THC:CBD *Cannabis* extract for refractory chemotherapy-induced náusea and vomiting: a randomised, placebo-controlled, phase II crossover trial.	THC:CBD (1:1) melhora de resposta de 14% para 25%, alta aceitabilidade e efeitos colaterais controláveis. 83% dos pacientes preferiram *Cannabis* a placebo.
	Rock *et al.*	2020	Evaluation of repeated or acute treatment with cannabidiol (CBD), cannabidiolic acid (CBDA) or CBDA methyl ester (HU-580) on nausea and/or vomiting in rats and shrews.	O HU-580 não se mostrou significativo em comparação ao CBD e CBDA, que se mostraram eficazes em doses agudas contra náuseas e vômitos.
	Rock *et al.*	2020	Effect of combined doses of Δ9-tetrahydrocannabinol and cannabidiol or tetrahydrocannabinolic acid and cannabidiolic acid on acute nausea in male Sprague-Dawley rats.	O estudo avaliou combinações de THC/CBD e THCA/CBDA que reduziram a náusea e o vômito em ratos, sugerindo que a eficácia dessas combinações pode ser atribuída à interação entre os compostos, resultando em efeitos sinérgicos.
	Myint *et al.*	2023	A Phase I Dose Escalation and Expansion Study of Epidiolex (Cannabidiol) in Patients with Biochemically Recurrent Prostate Cancer.	O estudo avaliou o uso do Epidiolex (Cannabidiol) em pacientes com câncer de próstata bioquimicamente recorrente, avaliando a segurança e a tolerabilidade do Epidiolex, bem como determinar a dose adequada para futuras pesquisas.
ANALGESIA	Zylla *et al*.	2021	A randomized trial of medical *Cannabis* in patients with stage IV	Observou-se uma proporção maior de pacientes com *Cannabis* de

			cancers to assess feasibility, dose requirements, impact on pain and opioid use, safety, and overall patient satisfaction.	início precoce que apresentaram redução no consumo de opióides e melhora no controle da dor.
	Meghani *et al.*	2021	Impact of *Cannabis* Use on Least Pain Scores Among African American and White Patients with Cancer Pain: A Moderation Analysis.	Os pacientes afro-americanos tiveram uma pontuação média de "menor dor" maior (indicando menor alívio da dor) do que os pacientes brancos.
	Pawasarat *et al.*	2020	The Efficacy of Medical Marijuana in the Treatment of Cancer-Related Pain.	Em pacientes com dor leve a moderada, a dor e os sintomas emocionais pioraram no grupo sem uso de maconha medicinal MMJ(-), enquanto a dor no grupo com uso de maconha medicinal MMJ(+) permaneceu inalterada e os sintomas emocionais melhoraram. Para pacientes com dor grave, os escores de dor, físico, emocional e total do ESAS melhoraram em ambos os grupos.
	Aviram *et al.*	2020	The Effectiveness and Safety of Medical *Cannabis* for Treating Cancer Related Symptoms in Oncology Patients.	Em 6 meses, a carga total de sintomas de câncer diminuiu desde o início em uma média de 18%. Cerca de 20% dos pacientes relataram nenhuma mudança na intensidade da dor desde o início ou aumento da intensidade da dor.
	Raghunathan *et al.*	2022	In the weeds: a retrospective study of patient interest in and experience with *Cannabis* at a cancer center.	Entre os usuários anteriores de CBD, os benefícios mais comumente relatados foram menos dor (21%), 92% não relataram efeitos colaterais. Entre aqueles com uso anterior de THC, os benefícios relatados incluíram melhora na dor (17%); os efeitos colaterais incluíam sentir-se "alto".

CONTROLE DO APETITE	Roberts *et al.* .	2019	Explorando a larica: uma pesquisa on-line das experiências dos usuários sobre os efeitos da *Cannabis* no apetite e o desenvolvimento de um questionário de experiência alimentar com canabinóides.	O aumento no apetite e a intensificação da percepção gustativa após a administração de *Cannabis* são resultados da estimulação do sistema endocanabinóide.
	Brierley *et al.*	2019	Chemotherapy-induced cachexia dysregulates hypothalamic and systemic lipoamines and is attenuated by cannabigerol. J Cachexia Sarcopenia Muscle.	Foi observado que o cannabigerol (CBG), um fitocanabinóide não psicoativo, através de pesquisas realizadas com ratos saudáveis, estimulou o apetite sem causar resultado colateral neuromotor.
	Abrams.	2022	*Cannabis*, Cannabinoids and *Cannabis*-Based Medicines in Cancer Care.	Os canabinóides são aplicados para estimular o apetite e prevenir náuseas em pacientes com HIV/AIDS.
	Turcott *et al.*	2018	The effect of nabilone on appetite, nutritional status, and quality of life in lung cancer patients: a randomized, double-blind clinical trial.	Estudos recentes identificaram que compostos derivados de canabinóides, como a nabilona, demonstraram propriedades extraordinárias no aumento do apetite em pacientes com síndrome de anorexia-caquexia associada ao câncer.

	Anderson *et al.*	2019	Impact of Medical *Cannabis* on Patient-Reported Symptoms for Patients With Cancer Enrolled in Minnesota's Medical *Cannabis* Program.	Em uma pesquisa conduzida com pacientes oncológicos inscritos no programa de *Cannabis* medicinal de Minnesota, constatou-se uma redução clinicamente relevante em oito sintomas relacionados à quimioterapia. Os pacientes experimentaram melhorias notáveis e sustentadas em aspectos como aumento do apetite.

TABELA 2. Formas de administração dos canabinóides para cada efeito estudado.

FORMA DE ADMINISTRAÇÃO	CANABINÓIDE	EFEITO OBSERVADO
Via Oral	THC:CBD (Sativex)	Antiemético
	TCH (Dronabinol / Nabilona)	Antiemético Controle do Apetite
Via Tópica	CBD (Óleo)	Analgésico Local
Via Inalatória	*Cannabis* Medicinal	Antiemético Analgésico Modulador do Sono Modulador do Humor

Ao revisarmos a literatura disponível sobre o uso da *Cannabis* como um complemento à quimioterapia antineoplásica, fica evidente que os fitocanabinóides possuem propriedades que podem trazer benefícios significativos aos pacientes em tratamento contra o câncer. Diversos estudos têm explorado seus efeitos na redução de sintomas adversos comuns da quimioterapia, como náuseas, vômitos, perda de apetite e dor.

No que diz respeito aos efeitos antieméticos, os estudos têm demonstrado que o uso da *Cannabis* pode ajudar a reduzir a incidência e a gravidade das náuseas e vômitos induzidos pela quimioterapia. Isso pode ter um impacto significativo na qualidade de vida dos pacientes, permitindo que eles tolerem melhor o tratamento e

evitem a desidratação e desnutrição associadas a esses sintomas. Outro aspecto abordado pelos estudos revisados foi o controle do apetite. A perda de apetite é comum em pacientes submetidos à quimioterapia, o que pode levar à desnutrição e comprometer o sistema imunológico. A *Cannabis* foi associada ao aumento do apetite e à melhoria do estado nutricional em alguns estudos, o que pode contribuir para uma melhor adesão ao tratamento quimioterápico. A analgesia proporcionada pela *Cannabis* também foi destacada nos estudos revisados, demonstrando efeitos analgésicos, aliviando o desconforto e melhorando a qualidade de vida dos pacientes.

Grimison e colaboradores (2020), demonstraram a eficácia do extrato de *Cannabis* oral contendo THC:CBD no tratamento da NVIQ em pacientes refratários. Já Pertwee e colaboradores (2018), estudaram CBDA-ME, um análogo sintético do CBDA, que suprimiu náusea e ansiedade em ratos através da ativação do receptor 5-HT1A. Rock e colaboradores (2020) sugerem que CBD e CBDA-ME são potenciais opções terapêuticas para náusea e vômito, mas o CBDA-ME tem limitações devido à rápida descarboxilação. Rock e colaboradores (2020), também investigam combinações de THC, CBD, THCA e CBDA, destacando a necessidade de mais estudos em humanos. O estudo de Myint e colaboradores (2023) sobre o uso do Epidiolex (Canabidiol) fornece evidências adicionais do potencial terapêutico da *Cannabis* no controle da náusea e vômito. A pesquisa enfatiza a importância de investigar diferentes compostos e combinações de canabinóides em estudos pré-clínicos e clínicos em humanos.

Em estudo realizado em roedores saudáveis, observou-se que o fitocanabinóide não psicoativo cannabigerol (CBG) promoveu efeitos benéficos ao estimular o apetite sem provocar consequências adversas neuromotoras (Brierley *et al.,* 2019). O CBG aumentou a ingestão alimentar em um período de 36 a 60 horas e atenuou consideravelmente a perda de peso provocada pela cisplatina durante o desenvolvimento da caquexia induzida por quimioterapia. Dessa forma, o CBG apresenta-se como uma alternativa terapêutica promissora. De acordo com Abrams (2022), a *Cannabis* pode ser empregada como um complemento valioso ao tratamento convencional, visando amenizar os efeitos adversos associados ao câncer e aos métodos terapêuticos utilizados. O autor menciona ainda que os canabinóides são utilizados para promover o apetite em pacientes portadores de HIV/AIDS.

Segundo estudo realizado por Turcot e colaboradores (2018), um grupo de 65 pacientes com anorexia induzida por quimioterapia do ambulatório do *Instituto Nacional do Câncer* (INCan) foram avaliados para elegibilidade e 47 foram selecionados para receber Nabilona (0,5 mg/2 semanas seguido de 1,0 mg/6 semanas) ou placebo. Após um período de 8 semanas de tratamento, os pacientes que receberam Nabilona apresentaram estatisticamente significativo aumento na ingestão calórica (342 kcal) e de carboidratos em comparação com o grupo do placebo. Esses resultados sugerem que a Nabilona pode ser uma opção terapêutica segura e eficaz, auxiliando no tratamento do controle do apetite.

De acordo com Anderson e colaboradores (2019), o uso da *Cannabis* é aparentemente seguro, com apenas 1,3% dos pacientes oncológicos inscritos no programa nacional de *Cannabis* medicinal de Minnesota relatando efeitos adversos que afetam suas atividades. No entanto, é necessário a realização de mais pesquisas adicionais, onde seja possível ratificar seus efeitos a longo prazo e estabelecer um entendimento científico mais sólido sobre o tema.

O estudo realizado por Zylla e colaboradores (2021), através da realização de ensaios controlados randomizados, mostrou que o uso de *Cannabis* medicinal pode levar a um melhor controle da dor e menor necessidade do uso de opióides em pacientes oncológicos. Pawasarat e colaboradores (2020) tiveram uma percepção semelhante nos seus resultados. Eles observaram que houve uma melhora significativa nos escores ESAS, e consequentemente melhora no controle da dor, de pacientes oncológicos que fizeram uso de maconha medicinal, apesar das reduções na dose de opióides, e que a maconha medicinal deve ser considerada como uma terapia adjuvante viável para tratamento paliativo. Já o estudo desenvolvido por Aviram e colaboradores (2020) verificou que houve uma melhora estatística geral leve a modesta a longo prazo de todas as medidas investigadas, incluindo dor, e na redução do uso de opióides e outros analgésicos, porém não foi igualmente eficaz na redução da intensidade da dor em todos os pacientes. Alguns pacientes podem ter desenvolvido tolerância ou a doença progrediu e não pôde ser controlada pelo regime de tratamento analgésico anteriormente estável, pois embora mais de 50% dos pacientes tenham relatado uma redução na intensidade da dor, alguns pacientes relataram o início do uso de analgésicos após 6 meses de tratamento.

Meghani e colaboradores (2021), no estudo comparativo realizado sobre as pontuações de dor entre raças, concluíram que ambas tiveram um alívio da dor, porém os afro-americanos experimentaram um alívio inadequado da dor, em relação aos pacientes brancos, sendo justificado por variáveis como o subtratamento da dor e a baixa adesão aos analgésicos não opióides. Eles afirmam que são necessários estudos futuros para apoiar o papel da *Cannabis* na dor do câncer.

Raghunathan e colaboradores (2022), através do estudo retrospectivo com pacientes oncológicos, perceberam que entre os usuários anteriores do THC, a supressão da dor foi um dos benefícios relatados mais comuns, com cerca de metade relatando efeitos colaterais, bem como foi um benefício comum relatado por usuários do CBD, porém com poucos efeitos colaterais relatados. Mesmo diante dessas informações, os autores concluem que não há evidências concretas que embasam a utilização dos canabinóides mencionados para a melhora dos sintomas.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos revisados fornecem evidências preliminares sobre os potenciais benefícios da *Cannabis* no controle de efeitos colaterais da quimioterapia antineoplásica. No entanto, é necessário um maior entendimento científico e regulamentação adequada para garantir um uso seguro e eficaz da planta nesse contexto. Com o avanço contínuo das pesquisas, espera-se que a utilização terapêutica da *Cannabis* se torne cada vez mais integrada às estratégias de cuidado oncológico, proporcionando alívio e melhor qualidade de vida para os pacientes em tratamento quimioterápico. Espera-se que a *Cannabis* possa se estabelecer como uma opção terapêutica eficaz e segura melhorando a qualidade de vida e bem-estar, não só para pacientes em tratamento quimioterápico, como pacientes com HIV, Alzheimer, Esclerose Múltipla, Convulsões, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Diabetes, entre outros.

Considerando sua importância clínica e epidemiológica, sabendo que muitos médicos e pacientes defendem seu uso no tratamento oncológico, a fim de aliviar as dores e as outras reações adversas da quimioterapia, sugere-se uma mudança de paradigma e mais estudos para um tratamento adequado. Ao compreender melhor os

efeitos benéficos e potenciais riscos da utilização da *Cannabis* como terapia complementar, os profissionais de saúde poderão fornecer informações embasadas aos pacientes e ajudá-los a tomar decisões informadas sobre seu tratamento quimioterápico.

REFERÊNCIAS

ABRAMS DI. **Cannabis, Cannabinoids and Cannabis-Based Medicines in Cancer Care.** Integr Cancer Ther. 2022 Jan-Dec;21:15347354221081772. doi: 10.1177/15347354221081772. PMID: 35225051; PMCID: PMC8882944.

ABRAMS, D. I. **Integrating cannabis into clinical cancer care.** Current oncology, 23(2), S8., 2016.

ABRAMS, D. I. **The therapeutic effects of Cannabis and cannabinoids: An update from the National Academies of Sciences, Engineering and Medicine report.** European Journal of Internal Medicine. Elsevier B.V., 1 mar. 2018.

AMATO, L. *et al*. **Revisione sistematica sull'efficacia terapeutica e la sicurezza della cannabis per i pazienti affetti da sclerosi multipla, dolore neuropatico cronico e pazienti oncologici che assumono chemioterapie.** Epidemiologia e Prevenzione, v. 41, n. 5–6, 1 set. 2017.

AMERICAN CANCER SOCIETY. **Chemotherapy to Treat Cancer.** Disponível em: https://www.cancer.org/treatment/treatments-and-side-effects/treatment-types/chemotherapy.html. Acesso em: 22 jun. 2023.

AMÉZAGA, J. *et al.* **Assessing taste and smell alterations in cancer patients undergoing chemotherapy according to treatment.** Support Care Cancer. 2018 Dec;26(12):4077-4086. doi: 10.1007/s00520-018-4277-z. Epub 2018 May 31. PMID: 29855774.

ANDERSON SP, ZYLLA DM, MCGRIFF DM, ARNESON TJ. **Impact of Medical Cannabis on Patient-Reported Symptoms for Patients With Cancer Enrolled in Minnesota's Medical Cannabis Program.** J Oncol Pract. 2019 Apr;15(4):e338-e345. doi: 10.1200/JOP.18.00562. Epub 2019 Mar 12. PMID: 30860938.

ARGUETA, D. A. *et al.* **A Balanced Approach for Cannabidiol Use in Chronic Pain.** Frontiers in PharmacologyFrontiers Media S.A., 30 abr. 2020.

AVIRAM, J. *et al.* **The Effectiveness and Safety of Medical Cannabis for Treating Cancer Related Symptoms in Oncology Patients.** Front Pain Res (Lausanne). 2022 May 20;3:861037. doi: 10.3389/fpain.2022.861037. PMID: 35669038; PMCID: PMC9163497.

BAR-SELA, G. *et al.* **The Effects of Dosage-Controlled Cannabis Capsules on Cancer-Related Cachexia and Anorexia Syndrome in Advanced Cancer Patients: Pilot Study.** Integrative Cancer Therapies, v. 18, 2019. doi: 10.1177/1534735419881498. PMID: 31595793; PMCID: PMC6785913.

BONFÁ, L; VINAGRE, R.C. DE O; FIGUEIREDO, N.V. DE. **Uso de canabinóides na dor crônica e em cuidados paliativos.** Rev Bras Anestesiol [Internet]. 2008. May;58(3):267–79. Available from: https://doi.org/10.1590/S0034-70942008000300010

BRIERLEY DI, *et al.* **Chemotherapy-induced cachexia dysregulates hypothalamic and systemic lipoamines and is attenuated by cannabigerol.** J Cachexia Sarcopenia Muscle. 2019 Aug;10(4):844-859. doi: 10.1002/jcsm.12426. Epub 2019 Apr 29. PMID: 31035309; PMCID: PMC6711413.

BUSHLIN, I.; ROZENFELD, R.; DEVI, L. **A. Cannabinoid-opioid interactions during neuropathic pain and analgesia.** Current Opinion In Pharmacology. 2009.

CARLINI, Elisaldo Araújo. **A história da maconha no Brasil.** Jornal Brasileiro de Psiquiatria [online]. 2006, v. 55, n. 4 [Acessado 7 Novembro 2022] , pp. 314-317. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0047-20852006000400008>.

CFF – Conselho Federal de Farmácia. **PTC CEBRIM CFF - Parecer nº 00024/2019-CTC/CFF** Brasília-DF, 8 de agosto de 2019. Disponível em: https://www.cff.org.br/userfiles/PTC%20CEBRIM%20CFF%2009_08_2019%20marca%20dagua.pdf.

CHAYAMA, K. L. *et al.* **The role of cannabis in pain management among people living with HIV who use drugs: A qualitative study.** Drug and alcohol review, v. 40, n. 7, p. 1325–1333, 1 nov. 2021.

DARMANI, N. A. **Mechanisms of broad-spectrum antiemetic efficacy of cannabinoids against chemotherapy-induced acute and delayed vomiting.** Pharmaceuticals. MDPI AG, 2010.

DEVITA VT JR, CHU E. **A history of cancer chemotherapy.** Cancer Res. 2008 Nov 1;68(21):8643-53. doi: 10.1158/0008-5472.CAN-07-6611. PMID: 18974103.

Disponível em: </https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files/media/document/estimativa-2020-incidencia-de-cancer-no-brasil.pdf>

DUARTE, A. DOS S. *et al.* **Manejo dos sintomas náuseas e vômitos induzidos pela quimioterapia: revisão integrativa.** Research, Society and Development, v. 9, n. 11, p. e1859119723, 11 nov. 2020.

FERRELL, B. R., DOW, K. H., & GRANT, M. (2019). **Measurement of the quality of life in cancer survivors.** Quality of Life Research, 28(3), 547-557.

FINN, D. P. *et al.* **Cannabinoids, the endocannabinoid system and pain: a review of preclinical studies.** Pain, v. 162, n. Suppl 1, p. S5, 7 jul. 2021

FONSECA, B. M*. et al.* **Cannabis e Canabinoides para fins medicinais Cannabis and Cannabinoids for Medical Use** ARTIGO DE REVISÃO. [s.d.].

FRAGUAS-SÁNCHEZ, A. I.; TORRES-SUÁREZ, A. I. **Medical Use of Cannabinoids. Drugs.** Springer International Publishing, 1 nov. 2018.

GOMES ALMEIDA VIANA, F*. et al.* **Cannabis medicinal como conduta terapêutica: uma revisão integrativa. Medical cannabis as a therapeutic approach: an integrative review.** El cannabis medicinal como enfoque terapéutico: una revisión integradora.

GRIMISON, P. *et al*. **Oral THC:CBD cannabis extract for refractory chemotherapy-induced nausea and vomiting: a randomised, placebo-controlled, phase II crossover trial.** Annals of Oncology, v. 31, n. 11, p. 1553–1560, 1 nov. 2020.

GUZMÁN, M. (2003). **Cannabinoids: potential anticancer agents.** Nature Reviews Cancer, 3(10), 745-755.

HANAHAN, D., & WEINBERG, R. A. (2011). **Hallmarks of cancer: the next generation.** Cell, 144(5), 646-674.

HESKETH, P. J. (2008). **Chemotherapy-induced nausea and vomiting.** New England Journal of Medicine, 358(23), 2482-2494

HOLLAND, J. C., ANDERSEN, B., BREITBART, W. S., BUCHMANN, L. O., COMPAS, B., DESHIELDS, T. L., ... & ROWLAND, J. H. (2020). **Distress management.** Journal of the National Comprehensive Cancer Network, 18(5), 629-646.

INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. **Estimativa 2020: incidência de câncer no Brasil.** Rio de Janeiro: INCA, 2019.

JAIN R, HANDORF E, KHARE V, BLAU M, CHERTOCK Y, HALL MJ. **Impact of Baseline Nutrition and Exercise Status on Toxicity and Outcomes in Phase I and II Oncology Clinical Trial Participants**. Oncologist. 2020 Feb;25(2):161-169. doi: 10.1634/theoncologist.2019-0289. Epub 2019 Nov 20. PMID: 32043776; PMCID: PMC7011642.

JOHNSON, J. R. *et al.* **Multicenter, double-blind, randomized, placebo-controlled, parallel-group study of the efficacy, safety, and tolerability of THC:CBD extract and THC extract in patients with intractable cancer-related pain.** Journal of pain and symptom management, v. 39, n. 2, p. 167-179, 2010.

KIS, B. *et al.* **Cannabidiol-from plant to human body: A promising bioactive molecule with multi-target effects in cancer.** International Journal of Molecular SciencesMDPI AG, 1 dez. 2019.

LEGARE, C. A; RAUP-KONSAVAGE, W. M; VRANA, K. E. **Therapeutic Potential of Cannabis, Cannabidiol, and Cannabinoid-Based Pharmaceuticals.** Pharmacology S. Karger AG, 1 mar. 2022.

LIGRESTI, A. *et al*. **Antitumor activity of plant cannabinoids with emphasis on the effect of cannabidiol on human breast carcinoma.** The Journal of pharmacology and experimental therapeutics, v. 318, n. 3, p. 1375–1387, 2006.

LUDWIG, H., Van Belle, S., Barrett-Lee, P., Birgegård, G., Bokemeyer, C., Gascón, P., ... & Aapro, M. (2009). **The European Cancer Anaemia Survey (ECAS): a large, multinational, prospective survey defining the prevalence, incidence, and treatment of anaemia in cancer patients.** European Journal of Cancer, 45(8), 1365-1376.

MARIA HONÓRIO, K; ARROIO ALBÉRICO BORGES FERREIRA DA SILVA, A. **ASPECTOS TERAPÊUTICOS DE COMPOSTOS DA PLANTA Cannabis sativa.** Quim. Nova.

MASSI, P. *et al.* **Cannabidiol as potential anticancer drug.** British Journal of Clinical Pharmacology, v. 75, n. 2, p. 303–312, fev. 2013.

MCKALLIP, R. J. *et al.* **Cannabidiol-induced apoptosis in human leukemia cells: A novel role of cannabidiol in the regulation of p22phox and Nox4 expression.** Molecular pharmacology, v. 70, n. 3, p. 897–908, 2006.

MEGHANI, S. H. *et al*. **Impact of Cannabis Use on Least Pain Scores Among African American and White Patients with Cancer Pain: A Moderation Analysis.** Journal of Pain Research, v. 14, p. 3493, 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Estimativa 2020 : incidência de câncer no Brasil / Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva.** – Rio de Janeiro : INCA, 2019.

MODESTO-LOWE, V; BOJKA, R; ALVARADO, C. **Cannabis for peripheral neuropathy: The good, the bad, and the unknown.** Cleveland Clinic Journal of Medicine. Cleveland Clinic Educational Foundation, 1 dez. 2018.

MYINT, ZW *et al.* **Um estudo de escalonamento e expansão de dose de Fase I de Epidiolex (canabidiol) em pacientes com câncer de próstata bioquímicamente recorrente.** Cânceres, v. 15, n. 9, pág. 2505, 27 abr. 2023.

NATIONAL CANCER INSTITUTE. **Chemotherapy to Treat Cancer.** 2019. Disponível em: https://www.cancer.gov/about-cancer/treatment/types/chemotherapy. Acesso em: 22 jun. 2023.

NG T, G. V. T. (THC). 2022 S. 26. I. S. [INTERNET]. T. I. (FL): S. P. 2023 J. P. 33085321. **Tetrahydrocannabinol (THC)**.

OBEROI S, *et al*. **Perspectives of pediatric oncologists and palliative care physicians on the therapeutic use of cannabis in children with cancer.** Cancer Rep (Hoboken). 2022 Sep;5(9):e1551. doi: 10.1002/cnr2.1551. Epub 2021 Oct 21. PMID: 34672127; PMCID: PMC9458513.

OLIVEIRA VAZ, N. *et al.* **Benefícios do uso terapêutico de cannabidiol (cbd) em pacientes oncológicos: uma revisão sistemática da literatura.** 2021.

ORHURHU, V. *et al*. **Cannabis Use in Hospitalized Patients with Chronic Pain.** Advances in Therapy, v. 37, n. 8, p. 3571, 1 ago. 2020.

OZÓRIO, G. *et al.* **"Avaliação do apetite de pacientes com câncer hospitalizados no Brasil – um estudo de validação."** Clínicas , vol. 74, 2019, https://doi.org/10.6061/clinics/2019/e1257. Acesso em 10 de março de 2021.

PAMPLONA, F. A; DA SILVA, L. R; COAN, A. C. **Potential clinical benefits of CBD-Rich cannabis extracts over purified CBD in treatment-resistant epilepsy: Observational data meta-analysis.** Frontiers in NeurologyFrontiers Media S.A., 12 set. 2018.

PAWASARAT, I. M. *et al.* **The Efficacy of Medical Marijuana in the Treatment of Cancer-Related Pain.** Journal of palliative medicine, v. 23, n. 6, p. 809–816, 1 jun. 2020.

PERISETTI, A. *et al*. **Cannabis hyperemesis syndrome: An update on the pathophysiology and management.** Annals of GastroenterologyHellenic Society of Gastroenterology, 2020.

PERTWEE, R. G. *et al*. **Cannabidiolic acid methyl ester, a stable synthetic analogue of cannabidiolic acid, can produce 5-HT1A receptor-mediated suppression of nausea and anxiety in rats.** British Journal of Pharmacology, v. 175, n. 1, p. 100–112, 1 jan. 2018.

PETZKE, F. *et al.* **Cannabis-Based Medicines and Medical Cannabis for Chronic Neuropathic Pain.** CNS drugs, v. 36, n. 1, p. 31–44, 1 jan. 2022.

PORTENOY, R. K.; AHMED, E. **Cancer Pain Syndromes.** Hematology/oncology clinics of North America, v. 32, n. 3, p. 371–386, 1 jun. 2018.

RAGHUNATHAN NJ, BRENS J, VEMURI S, LI QS, MAO JJ, KORENSTEIN D. **In the weeds: a retrospective study of patient interest in and experience with cannabis at a cancer center.** Support Care Cancer. 2022 Sep;30(9):7491-7497. doi: 10.1007/s00520-022-07170-8. Epub 2022 Jun 3. PMID: 35665859; PMCID: PMC9165925.

REVISÃO, A. DE *et al*. **Canabinoides no tratamento da dor crônica Cannabinoids for treatment of chronic pain.** [s.l: s.n.].

ROBERTS CA, JAGER G, CHRISTIANSEN P, KIRKHAM TC. **Explorando a larica: uma pesquisa on-line das experiências dos usuários sobre os efeitos da cannabis no apetite e o desenvolvimento de um questionário de experiência alimentar com canabinóides.** Jornal de Psicofarmacologia . 2019;33(9):1149-1159. doi: 10.1177/0269881119862526

ROCK E. M. *et al.* **Effect of combined doses of Δ9-tetrahydrocannabinol and cannabidiol or tetrahydrocannabinolic acid and cannabidiolic acid on acute nausea in male Sprague-Dawley rats.** Psychopharmacology (Berl). 2020 Mar;237(3):901-914. doi: 10.1007/s00213-019-05428-4. Epub 2020 Jan 2. PMID: 31897571.

ROCK, E. M. *et al.* **Evaluation of repeated or acute treatment with cannabidiol (CBD), cannabidiolic acid (CBDA) or CBDA methyl ester (HU-580) on nausea and/or vomiting in rats and shrews.** Psychopharmacology, v. 237, p. 2621-2631, 2020.

ROILA, F., Molassiotis, A., Herrstedt, J., Aapro, M., Gralla, R. J., Bruera, E., ... & Clark-Snow, R. A. (2016). 2016 **MASCC and ESMO guideline update for the prevention of chemotherapy- and radiotherapy-induced nausea and vomiting and of nausea and vomiting in advanced cancer patients.** Annals of Oncology, 27(Suppl_5), v119-v133

SALLAN SE, Zinberg NE, Frei E 3rd. **Antiemetic effect of delta-9-tetrahydrocannabinol in patients receiving cancer chemotherapy.** N Engl J Med. 1975 Oct 16;293(16):795-7. doi: 10.1056/NEJM197510162931603. PMID: 1099449.

SALVETTI, M. *et al*. **"Prevalência de sintomas e qualidade de vida de pacientes com câncer".** Revista Brasileira de Enfermagem , vol. 73, nº. 2, 2020, https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0287. Acesso em 4 de junho de 2023.

SEXTON M, GARCIA JM, JATOI A, CLARK CS, WALLACE MS. **The Management of Cancer Symptoms and Treatment-Induced Side Effects With Cannabis or**

Cannabinoids. J Natl Cancer Inst Monogr. 2021 Nov 28;2021(58):86-98. doi: 10.1093/jncimonographs/lgab011. PMID: 34850897; PMCID: PMC8848503.

SILVA, E. T. T. DA; ALMEIDA JUNIOR, L. D. DE. **Uso medicinal da Cannabis sativa L. (Cannabaceae): aspectos biológicos e a legislação no Brasil.** Revista Fitos, 31 mar. 2022.

SILVA, V. G. DA; SILVA, K. K. DE F; DANTAS, B. B. **Cannabis sativa L. (cannabaceae): alternativa para o tratamento da dor oncológica.** Revista Fitos, 31 mar. 2022.

SOCIEDAD AMERICANA CONTRA EL CÁNCER. **Cómo funcionan los medicamentos de quimioterapia.** 2023. Disponível em: https://www.cancer.org/es/tratamiento/tratamientos-y-efectos-secundarios/tipos-de-tratamiento/quimioterapia/como-funcionan-los-medicamentos-de-quimioterapia.html. Acesso em: 23 jun. 2023.

SREEVALSAN, S. *et al*. **Induction of Apoptosis by Cannabinoids in Prostate and Colon Cancer Cells Is Phosphatase Dependent.** Anticancer Res. 2011.

SULCOVA, A. **Pharmacodynamics of cannabinoids.** Archives of Pharmacy and Pharmaceutical Sciences, v. 3, n. 1, p. 011–018, 8 de maio de 2019

SVENDSEN, K. B.; JENSEN, T. S.; BACH, F. W. **Papers Does the cannabinoid dronabinol reduce central pain in multiple sclerosis? Randomised double blind placebo controlled crossover trial.** Bmj, 2004.

TRAMÈR, M. R., Carroll, D., Campbell, F. A., Reynolds, D. J., Moore, R. A., & McQuay, H. J. (2001). **Cannabinoids for control of chemotherapy induced nausea and vomiting: quantitative systematic review.** Bmj, 323(7303), 16-21.

TURCOTT JG*, et al.* **The effect of nabilone on appetite, nutritional status, and quality of life in lung cancer patients: a randomized, double-blind clinical trial.** Support Care Cancer. 2018 Sep;26(9):3029-3038. doi: 10.1007/s00520-018-4154-9. Epub 2018 Mar 17. PMID: 29550881.

TURRI, M. *et al.* **Pain Modulation after Oromucosal Cannabinoid Spray (SATIVEX ®) in Patients with Multiple Sclerosis: A Study with Quantitative Sensory Testing and Laser-Evoked Potentials.** Medicines, 2018.

VALENTIM, G*. et al*. **Uso Medicinal do Canabidiol.** v. 1 n. 1 (2022): Revista Corpus Hippocraticum 2022 -1º. Disponível em: <https://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-medicina/article/view/708>.

VAN DE DONK, T*. et al*. **An experimental randomized study on the analgesic effects of pharmaceutical-grade cannabis in chronic pain patients with fibromyalgia.** Pain, 2018.

VANDOLAH, H. J; BAUER, B. A; MAUCK, K. F. **Clinicians' Guide to Cannabidiol and Hemp Oils.** Mayo Clinic ProceedingsElsevier Ltd, 1 set. 2019.

VIANA ECRM*, et al*.**Malnutrition and nutrition impact symptoms (NIS) in surgical patients with cancer.** PLoS One. 2020 Dec 15;15(12):e0241305. doi: 10.1371/journal.pone.0241305. PMID: 33320857; PMCID: PMC7737886.

WANG, J; UEDA, N. **Biology of endocannabinoid synthesis system.** Prostaglandins and Other Lipid Mediators, set. 2009.

WARD, S. J. *et al.* **Cannabinoids and Cancer Chemotherapy-Associated Adverse Effects.** Journal of the National Cancer Institute - Monographs, v. 2021, n. 58, p. 78–85, 1 dez. 2021.

WARE, M. A*. et al*. **Smoked cannabis for chronic neuropathic pain: a randomized controlled trial.** CMAJ : Canadian Medical Association Journal, v. 182, n. 14, p. E694, 10 out. 2010.

WARR, D.; HESKETH, P. **Cannabinoids as antiemetics: everything that's old is new again.** Annals of Oncology Elsevier Ltd, 1 nov. 2020.

WILSEY, B*. et al*. **Low Dose Vaporized Cannabis Significantly Improves Neuropathic Pain.** The journal of pain : official journal of the American Pain Society, v. 14, n. 2, p. 136, fev. 2012.

XU, D. H*. et al.* **The Effectiveness of Topical Cannabidiol Oil in Symptomatic Relief of Peripheral Neuropathy of the Lower Extremities.** Current Pharmaceutical Biotechnology, v. 21, n. 5, p. 390–402, 3 dez. 2019.

ZHANG H, XIE M, ARCHIBALD SD, JACKSON BS, GUPTA MK. **Association of Marijuana Use With Psychosocial and Quality of Life Outcomes Among Patients With Head and Neck Cancer.** JAMA Otolaryngol Head Neck Surg. 2018 Nov 1;144(11):1017-1022. doi: 10.1001/jamaoto.2018.0486. PMID: 30073295; PMCID: PMC6248184.

ZYLLA, D. M*. et al*. **A randomized trial of medical cannabis in patients with stage IV cancers to assess feasibility, dose requirements, impact on pain and opioid use, safety, and overall patient satisfaction.** Supportive care in cancer : official journal of the Multinational Association of Supportive Care in Cancer, v. 29, n. 12, p. 7471–7478, 1 dez. 2021.

DESIGUALDADES E MINORIAS SOCIAIS

A ARTE *DRAG QUEEN* E O PRECONCEITO ARTÍSTICO E HISTÓRICO PRESSUPOSTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA DA DÉCADA DE 1990

Tiago Santos do Amparo [1]
Juliana Santos Sodré[2]
Mariana Oliveira Conceição[3]

RESUMO

A palavra "*drag queen*" traduzida para o português tem por significado "arrastar" e "rainha". O verbo e o adjetivo eram alusões aplicadas sobre os indivíduos que usavam longas saias arrastadas pelo chão, nas quais, de forma exuberante, recordavam a alta sociedade monarca. Diversos autores debatiam entre si sobre o verdadeiro significado da palavra, mas a todo o momento, havia um novo questionamento a ser discutido sobre o ser *drag*. O caminho traçado entre *Shakespeare* à Glória *Groove*, a cultura *drag*, refletiu na sociedade, caráter cultural, possibilitando que encontrassem possibilidades para além das dicotomias sociais categorizadas em: homem ou mulher. Entretanto, é inquestionável pontuar que, a cena *drag* que estava a serviço cômico, tornou-se a própria piada. O fundamentalismo religioso, o conservadorismo, as epidemias mundiais, os projetos de leis para o fim da interpretação artística, as ditaduras, entre outros, fizeram com que a cultura *drag* não tivesse espaço para ser quem era. Mediante ao fato exposto, o presente trabalho tem como objetivo desenvolver na sociedade contemporânea maior compreensão acerca da arte *drag queen* e sua relevância, enaltecendo esse trabalho artístico dentro do espaço tempo da década de 1990, desmistificando os estigmas associados à arte. Diante o proposto, utilizou-se como metodologia, a análise de comportamentos da coletividade social brasileira existente na década de noventa, por intermédio da inspeção crítica das diferentes formas que o corpo social, no passado, cooperava para que o estigma relacionado a arte *drag* possui-se imbróglio em dado momento histórico.

Palavras-chave: *Drag queen*. Preconceito. Sociedade brasileira. Década de 1990.

1 INTRODUÇÃO

A palavra "*Drag Queen*" traduzida para o português no sentido literal tem por significado "arrastar" e "rainha". O verbo e o adjetivo eram alusões aplicadas sobre os

[1] Estudante da 3ª série do Ensino Médio, Escola SESI Reitor Miguel Calmon, contatotiago29@gmail.com
[2] Especialista em Atendimento Educacional Especializado, Serviço Social da Indústria, juli_sodre@hotmail.com
[3] Especialista em Antropologia, Serviço Social da Indústria, conceicaomariana30@gmail.com

indivíduos que usavam longas saias arrastadas pelo chão, nas quais, de forma exuberante, lembravam a alta sociedade monarca. Contudo, o ser *drag*, incontáveis vezes, foi e é mal compreendido pelos indivíduos que projetam e constituem o vigente corpo social e, por consequência disso, a ignorância intelectual se faz presente nos discursos fantasiados de “nunca foi me dado tempo para entender”, abrindo alas para que, outra vez, o preconceito configure-se no cotidiano. Burlar a bagagem histórica colonizadora perpassa por nós, como resultado da herança colonial, é fazer com que, os mesmos sujeitos que, no passado foram mortos, torturados, assassinados, mantidos em cativeiros, escravizados, assediados, mutilados, e dentre outras maneiras desumanas de fazer com o que o outro converta-se a compreensões que não pertencem a ele, tenham espaço para serem quem são. É fazer com que, a futura glória oferecida por um, dentre os inúmeros deuses, por algumas frações de segundos, seja abandonada, convidando-nos a um olhar crítico sobre todos aqueles que estiverem aqui.

Por um longo tempo, diversos pensadores debatiam entre si sobre o verdadeiro significado da locução substantiva feminina: *drag*. Uns acreditavam que o sujeito *drag* se referia a homens que se fantasiavam de mulher e usavam maquiagem teatral, para comparecer a festas, shows, ou a outros eventos, outros, a sujeitos que transformam seus corpos etiquetados de masculinos em outros corpos, que não se encaixam em modelos de representação nem de homens e nem de mulheres, outros, a uma expressão artística que joga com a noção, entendimento e percepção de gênero, já outros, diziam que todos nós nascemos nus, e o que todo o resto é drag, e em todos os casos, a definição é adequada.

Entretanto, é imprescindível salientar que, a cultura *drag*, está para além do que apenas definições, significados, interpretações, filosofias e compreensões humanas limitadas e, ainda que, seja composta a construção acadêmica do ser *drag*, jamais seria possível completa compreensão do estudo, pois ao falar-se da arte transformista, envolve-se um dos aspectos pelo quais a sociedade é moldada e construída: a cultura. À vista disso, esses aspectos, fazem com que, jamais encontremos exata definição ou sentido, e fazem entender que, tudo aquilo se foi, pertence ao passado.

Cultivar utopias que não contribuem para evidenciar a existência dos mais diversificados sujeitos que fugiam dos padrões arquitetados sobre eles do que era certo ou não, solidificados em, “homem ou mulher”, alienar imensuráveis pessoas para um possível “acerto de contas consigo mesmo”, por intermédio, em reverter sua orientação sexual, impulsiona, outra vez, a procrastinação de um novo olhar, com uma nova forma de compreensão, no que concerne a essa coletividade. Para mais, imaginemos que, a arte *drag* age como um malabarista de um grande circo, em que, o mesmo, brinca com todos os sentidos e designações já vistas e apresentadas a todos. Ao discorrer dos tempos, o vocábulo *drag* lidou com a não passividade de significados, espelho de mudanças na própria arte e na compreensão do movimento. A primeira vez em que o termo *drag* foi associado a algum tipo de significado, o mesmo, foi atribuído ao uso de roupas femininas para propósitos imorais.

William Dorsey Swann, Gloria *Groove*, Pablo Vittar, *RuPaul*, *Elke* Maravilha, Sillvetty Montilla, Salete Campari, Isabelita Dos Patins, *Dimmy Kieer*, Márcia Pantera, Secos e Molhados, *Dzi Croquettes*, Miss Biá, Vera Verão, *Divine* e entre diversas outras *drag queens* e *drags kings* que, assumiram seu espírito revolucionário, e burlaram todos os padrões já pressupostos na sociedade ao qual faziam e fazem parte, geraram não somente uma mudança no meio artístico, mas também, em todo o mundo, utilizando uma das maiores ferramentas atribuídas ao ser humano: seus próprios corpos. Esses mesmos corpos, biologicamente traduzidos, limitados e atribuídos unicamente ao gênero masculino, manifestaram suas verdades, aventurando-se para além daquilo que os foi apresentado. Entretanto, apesar de apenas assumirem personagens artísticos, o preconceito estrutural ao entender o que é ser *drag queen* ou *drag king*, ainda era e é evidenciado.

Outrossim, faz-se necessário entender que, apesar dos passos dados pela grande repercussão da arte transformista, a mesma não se iniciou no atual século, tendo vestígios e rastros por diversos lugares, não sendo estática desde os primórdios da humanidade à atualidade. O caminho traçado entre livros, catálogos jornalísticos, panfletos, bailes, teatros, museus, cinemas, festivais culturais, e até mesmo, no universo demarcado pela sociedade em tempos passados unicamente como masculino, a cultura *drag*, deixou suas pegadas por todos os lados, refletindo, a grande massa, carácter cultural amplo, possibilitando aos mesmos que, seu limitado

campo de visão, encontrasse possibilidade para além de seu entendimento social entre o que é ser homem e mulher, sexualidade e gênero, macho e fêmea, e etc.

Para mais, é necessário frisar que, a cena *drag*, nunca esteve cativa há um espaço tempo único, pois sempre esteve em movimento contínuo, ainda que, houvessem forças contrárias a isso. Em 1981 a ascensão de um fator desconhecido, mas com gênero, número, grau e destinatário, ganha forma: a epidemia da AIDS. Até então, toda a comunidade GLS[4] que, reiteradamente, era submetida a importunações sociais e ao assédio legal em favor de sua orientação sexual, criminalizada sob pretextos de religião e moralidade, reivindicaram não só respeito, mas também, sua própria sobrevivência. Nessa mesma cena histórica, a imprensa sensacionalista batizou a nova enfermidade como "câncer *gay*", coexistentimente, a comunidade científica direcionou a doença a grupos sociais: homossexuais, heroinômanos[5], hemofílicos[6] e haitianos, ainda que, não houvessem quaisquer tipos de fundamentações teóricas cientificas, tendo, por consequência, o reavivamento do sentimento "*anti-gay*".

Com isso, como a maioria das *drags* eram performados por homens gays, a cultura *drag*, imersiva na época, retorna, outra vez, para os escombros sociais, pois o índice de contaminação reestabelecia novamente um lugar de estigma a esses mais variados indivíduos. Contudo, apesar de dado momento histórico ter selado uma vez mais o retardo da cultura *drag*, o preconceito conduzido a arte, não origina-se dentre o espaço tempo de 1990, mas aparenta indícios preconceituosos mutáveis na história desde o primeiro momento em que a cena *drag* nasce no teatro grego.

Infere-se, portanto que, é de extrema importância, traçar genuinamente, desta vez, os caminhos nos quais, as incontáveis *drag queens* e *kings* brasileiras, presente na sociedade de 90, lidaram com o extremo preconceito e desinformação em detrimento do abandono do corpo social e da comunidade acadêmica brasiliense, em diversas vezes, propositalmente. E, para além disso, evidenciar em clareza, a forma com que, inúmeras *drags* avançaram no aperfeiçoamento em ciência e verdade, em função de revelar os verídicos fatores de identidade de gênero, sexual e teatral e suas

[4] Antiga sigla destinada a gays, lésbicas e simpatizantes, até 2007.
[5] Quem ou que sofre de dependência em relação à heroína.
[6] Grupo de indivíduos que possuem o distúrbio genético e hereditário que afeta a coagulação do sangue, chamado de hemofilia.

aliterações na década de 90. Esse artigo científico tem como objetivo desenvolver na sociedade contemporânea maior compreensão acerca da arte drag queen e sua relevância enaltecendo esse trabalho artístico dentro o espaço tempo de 1990, por intermédio a descrição das facetas essenciais da identidade das queens, desmistificação os preconceitos voltados à arte drag queen e apresentar a importância da visibilidade artística no ramo drag queen. Outrossim, o extremo preconceito revelado através de falas e utopias limitadas presentes em alguns debates e a inação de pesquisadores em ramo histórico científico ao estudo da arte transformista, incentivaram o autor a busca da compreensão do porquê ainda há vozes que descrevem equivocadamente as facetas essenciais da identidade drag. Destarte, deseja-se construir essa pesquisa para que, aos poucos, os conjuntos de ideias acerca dos mecanismos artísticos drag queen, não sejam mais uma problemática para aqueles que anseiam o caminho acessível ao estudo.

2 METODOLOGIA

A priori, para que a pesquisa possuísse um plano metodológico foi imprescindível que houvesse análises de comportamentos da coletividade social existente na década de noventa, em vigor, da inspeção crítica das diferentes formas com que a biocenose em outrora cooperava para que o estigma relacionado a arte *drag* possui-se imbróglio em dado momento histórico. Por conseguinte, foi organizada uma coleta de dados feita a partir da busca das palavras chaves associadas à Arte *Drag Queen* e o preconceito artístico relacionado a mesma. Os bancos de dados utilizados foram o Google Acadêmico/Google Scholar, SciELO (*Scientific Electronic Library Online*) e o repositório da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Os termos utilizados para pesquisa foram: *Drag queen*, preconceito, expressão artística, gênero e sexualidade, cultura; e seus correlatos em inglês*: drag queen, prejudice, artistic expression, gender and sexuality, hiv, culture*. Para análise e discussão do presente artigo, utilizou-se da revisão bibliográfica da literatura já existente, entre um período de 16 anos (2000 a 2016), encontrados em artigos, revistas e livros e, sob o critério do estigma relacionado a arte *drag*.

Contudo, não foi identificado quaisquer tipos de resultados em favor da listagem, por consequência do fato, foi necessária uma nova ótica sobre o levantamento da pesquisa. Em sequência, foi levantado então, uma outra análise de materiais bibliográficos que, esquematizaram o processo histórico transcendido pela arte com a finalidade de encontro de um possível descrédito social ainda que, insuficientemente relatado nas entrelinhas de artigos, sendo caracterizados pelos principais autores e artigos: José Roberto (2021) por título: “Fontes de Informação da Cultura *Drag Queen*”, em que, é trabalhado a construção da cultura *drag* correlacionada à arte teatral a partir da associação com questões de gênero e sexualidade, Igor Amanajás (2014) por nome: “*Drag queen*: um percurso histórico pela arte dos atores transformistas”, no qual, visa a estabelecer uma linha histórica sobre o surgimento e o desenvolvimento do artista *drag queen* ao redor do mundo até os dias de hoje. Lucas Bagança (2019) por denominação: “Fragmentos da *babadeira* história *drag* brasileira”, no qual é posto à cena, a elaboração de um entendimento sobre o percurso histórico que possibilitou a construção da cultura *drag* e a situação desses sujeitos como protagonistas das pautas LGBTQIAPN+. Judith Butler (2003) por registro: “Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade”, em que, é questionado a categoria de heterossexualidade, de forma a relançar a oposição sexo e gênero em novas coordenadas e em outras linhas de força, nas quais, aprofunda-se, em perguntas como: o que é ser homem e o que é ser mulher? Tamsin Spargo (2017) por epígrafe: “Foucault e a teoria *queer”*, em que, é analisado as principais ideias apresentadas por Foucault em História da sexualidade para definir a teoria *queer*, e o desenvolvimento da teoria até o momento e sugere novos rumos, relacionando-a com os estudos pós-estruturalistas e pós-seculares e, por fim, Carla Teles da Rosa (2021) trabalha em sua construção textual: “A Arte *Drag Queen e a Expressão de Identidade*”, a fim de, identificar possíveis relações entre a arte *drag queen* e a expressão da identidade de participantes de um reality show.

Mediante aos pontos tragos, é válido ressaltar que, foram feitas diversas listagens acerca do número de *drags queens* presentes na cidade baiana de Salvador e quais são suas relevâncias para a localidade soteropolitana, com o propósito de compreender suas vivências enquanto artistas e seus dilemas enfrentados por existência durante os anos. Tais relações acontecerão por intermédio de encontros

motivados por diferentes questionamentos, sendo eles, categorizados em: 1. O que é ser Drag Queen? 2. É possível definir a cultura drag? 3. A partir de qual momento o preconceito gerou suas raízes na sociedade? 4. Quem pode fazer drag?

3 REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica é a base de qualquer trabalho acadêmico, pois consiste na recapitulação sistemática e crítica das teorias, conceitos, estudos e pesquisas relevantes que embasam o tema ou problema de pesquisa abordado. Com isso, é imperioso pontuar, a importância em explorar o diálogo e os esclarecimentos fundamentais em relação a diferentes perspectivas e teorias que atendam aos objetivos propostos ao estudo trabalhado em questão. Para tal, traz-se a cena, a escrita de diferentes autores que pontuam um a outro, para que assim, constituam o fluxo do pensamento.

3.1 VIDA LOUCA ÀS *MANAS DRAG QUEENS*

Em primeiro lugar, é imprescindível pontuar que, como dito anteriormente, o conceito do ser *drag*, em favor do seu significado, está para além de definições, significados, interpretações, filosofias e compreensões humanas e, mesmo na eventualidade de que, seja composta a construção acadêmica do mesmo, jamais será possível plena compreensão do estudo, pois ao falar-se da arte, dialoga-se com cultura, cooperando com que, jamais seja encontrada exata definição ou sentido. Chidiac e Oltramari (2004) revelam que, *drag queens* manifestam o gênero feminino em suas personagens, mas no cotidiano mantêm-se masculinos e caracterizam as relações de gênero, superando a dicotomia tradicional masculino/feminino. As *drags* ressaltam suas características caricatas que lhes permitem a utilização dos mais diversos e variados acessórios na constituição de suas personagens feminino-masculinas. Sua imagem normalmente está associada aos conceitos de beleza, sedução e vaidade. Para Vencato (2005) *drags* transformam o corpo, não como uma passagem da natureza para a cultura, mas uma passagem entre corpos masculinos e femininos, mediada pelo desejo de se tornar outro, de se tornar uma personagem,

uma paródia de um feminino que talvez nem mesmo exista numa suposta natureza feminina. Terreri (2022) profere *drag* como uma expressão artística que joga com a nossa noção, entendimento e percepção de gênero, e além disso, acredita que, todos nós estamos fazendo *drag*, mas a maioria das pessoas ainda não entenderam. Noronha (2005) argumenta que *drag queens/kings* e transformistas, de modo geral, são artistas que performam gênero enquanto espetáculo, enquanto existência temporária de um corpo sobre outro, um corpo utópico temporal que existe durante o tempo da performance, o tempo da montação, que é um tipo de performance [...]. O artista toma o seu corpo como objeto central de sua reflexão, fazendo-a integrar-se ao conjunto do que se chama a *body art* fazendo uso da performance de gênero de maneira hiperbólica e muitas vezes estereotipada, a performance drag “subverte o sujeito que copia”. Louro (2016) pressagia a drag fazendo uso da performance de gênero de maneira hiperbólica e muitas vezes da imagem preconcebida, a performance *drag* subverte o sujeito que copia em shows, brinca com os conceitos de *homem* e *mulher* de maneira lúdica e cênica, traz uma corporeidade relativa à leitura que se tenha sobre o feminino e faz uso de elementos externos de caracterização, como figurinos, maquiagem e perucas que auxiliam o processo de transformação.

3.2 A TEORIA *QUEER*

“Masculino ou feminino, homem ou mulher, macho ou fêmea, coisa de menino, coisa de menina” são algumas das expressões que, no estudo da teoria *queer* são questionados. O que se é ser homem? O que é ser mulher? Há um outro sujeito que está para além da binariedade construída socialmente? E, se sim, onde estão estes indivíduos? Sustentar a ideia de que, à virilidade de um homem está diretamente ligada à sua masculinidade ou ao quanto ele consegue satisfazer a quem deita em sua cama, ou que, o testemunho de uma mulher, no que tange ao fato de gerar vida dentro de si, está correlacionado a seu útero, é o mesmo que dizer que o sol é quente. É preciso que se haja discursos que questionem o fato do porquê as coisas são o que são. É fundamental entender a maneira com que um indivíduo atribui significados a tudo o que está ao seu redor e o porquê se é enxergado dessa forma. Expandir nossos

conceitos para além do lógico, ou seja, para mais daquilo que nos foi apresentado, é entender que, até mesmo no estranho, há humanidade.

Para Louro (2012) *queer* é tudo isso: é estranho, raro, esquisito. Queer é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis e drags. É o excêntrico que não deseja ser 'integrado' e muito menos 'tolerado'. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambiguidade, do 'entre lugares', do indecível. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina. Alós (2020) afirma que, o termo *queer* que anteriormente foi considerado como insulto, ofensa e tabu torna-se objeto de uma reapropriação retórica e política pelos sujeitos descritos como *queer*. Supondo que o insulto reduz a objeto a pessoa a quem se é dirigido, ele também pode possibilitar que a pessoa insultada possa reagir e aproprie-se deste insulto, ressignificando-o como estratégia de resistência e de afirmação de sua identidade. Scerbo (2020) diz que: o objetivo da teoria *queer* é desafiar a normalidade, não apenas a heterossexualidade. Os interesses da teoria *queer* estendem-se a uma desconstrução mais geral da ontologia social contemporânea e surgem de estruturas e rótulos impostos pela cultura dominante. Para Spargo (2017) a teoria *queer* não se trata apenas de conceitos ou metodologias únicas ou sistemáticas, e sim um acervo de engajamentos intelectuais com as relações entre sexo, gênero e desejo sexual. Segundo Louro (2020), é necessária uma mudança epistemológica radical para romper com a lógica binária homem/mulher, heterossexual/homossexual. Trata-se de uma abordagem desconstrutiva que compreende a heterossexualidade e a homossexualidade como mutuamente necessárias e integrantes de um mesmo quadro de referência. A identidade negada constitui o sujeito, lhe dá o limite e a referência, como a negação de seu oposto, como um ser instável. Nesta ótica questionam-se os processos pelos quais a heterossexualidade tornou-se a norma e é concebida como "natural".

3.3 O *BABADO* CHAMADO *AIDS*

O termo AIDS vem da expressão inglesa que, traduzida para o português, significa síndrome da imunodeficiência adquirida, síndrome essa, causada pelo vírus da imunodeficiência humana, caracterizada por um conjunto de sinais e sintomas que, simultaneamente, podem ser produzidos por mais uma causa. Greco (2008) diz que as sociedades industrializadas no final do século XX alardeavam ser capazes de administrar todas as doenças infecciosas por meio de imunização ou tratamento, entretanto, durante o período epidêmico performado pela AIDS, a expectativa imodesta das mesmas, foi-se por terra, pois não havia meios de como efetivar os medicamentos que imunizariam os indivíduos soropositivos à AIDS, adotando diversos aspectos das relações humanas como: sexo, morte, preconceito.

O ensaio para o preconceito adormecido através de revoluções sociais e políticas como, por exemplo, “A Rebelião de Stonwell” em 1970 retoma à cena, mais uma vez, e, por intermédio da desinformação consolidada pela comunidade científica, foram designados quatro grupos de riscos, sendo eles: heroinômanos, hemofílicos e haitianos, e por fim, homossexuais. Teixeira (2019) diz que o seu espanto se equivalia à intensidade com que o preconceito e desinformação eram considerados eficazes para consolidar o fator com que, homossexuais eram tidos como “o maior grupo social com que a doença era perpassa”.

Durante o documentário “Cartas para além do muro” apresentado pelo streaming Netflix é feito um recorte temporal, em que, uma jornalista, entrevista alguns cidadãos e questiona aos mesmos o que, até então, imaginam o que poderia ser a AIDS e de onde concebe sua. Falas como “A aids é um castigo de Deus porque bicha é uma raça desgraçada [...] aplicada a cafajestes e invertidos [...] proveniente da promiscuidade vivida por homossexuais [...] peste gay”, e dentre outras, foram pronunciadas sem qualquer tipo de conhecimento teórico ou científico, alimentando o senso comum presente durante a década.

O reavivamento do sentimento “*anti-gay*” eleito durante os tempos crise reitera a comunidade GLS, novamente, aos escombros sociais, pois o índice de contaminação reestabelecia outra vez um lugar de estigma a esses mais variados indivíduos. Paralelo ao mesmo momento, como a maioria das *drags* eram performadas por homens gays, a cultura *drag*, imersiva na época, retorna, para os

escombros sociais, pois o índice de contaminação restabelecia novamente um lugar de estigma a esses mais variados indivíduos.

4 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma com que inúmeras drags queens e kings brasileiras presentes na sociedade de 1990 lidaram com o extremo preconceito e com a obscuridade, em favor, da desinformação dada pelo detrimento do abandono do corpo social, e da comunidade científica deve, dessa vez, ser exposto e evidenciado em público, para que, não mais, lide-se com o estigma associado a essa expressão artística. O avanço no aperfeiçoamento em ciência e verdade que as drags de tempos passados tiveram, em função de, revelar os verídicos fatores que descrevem a identidade de gênero, sexual e teatral merecem, de uma vez por todas, ser mencionado e, para além disso, o trabalho árduo em resistência ao preconceito que se manteve de pé até este momento.

Em continuidade aos pontos tragos, esclarece-se também que, é de imprescindível importância evidenciar isto: entende-se que, o preconceito artístico e histórico enfrentado pelas queens, não performa apenas na atualidade, mas também, demonstra suas habilidades desde outrora. Além do mais, compreende-se também que, os impasses enfrentados pelas drags não serão resolvidos apenas com essa escrita, mas que, será necessária a consolidação acadêmica com levantamento de dados de outros indivíduos que questionem o fato do porquê as coisas são o que são, já que, o sim, esclarece o discurso do óbvio.

Por conseguinte, pontua-se, o dever que se configura nas mãos de toda a sociedade em divorciar-se do caminho conduzido pelo preconceito. Deve-se, como nunca antes, permitir que os indivíduos vivenciem a beleza de ser o que são e abrir alas para um novo caminho, fazendo com que algo novo surja e torne-se um com a realidade vivenciada neste exato momento. Os conceitos equivocados que nos foram ensinados sobre o outro devem ser descartados, para que, percebamos que: todo o mundo está fazendo drag; uns percebem, outros não.

REFERÊNCIAS

BAKER, Roger. **Drag:** a History of Female Impersonation in the Performing Arts. Nova Iorque: New York University Press, 1994.

BRAGANÇA, Lucas. **Fragmentos da babadeirai história drag brasileira**. Rio de Janeiro, 2019. 15 p. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/35812/9.pdf;jsessionid=455C920AC8E1C43712A324B8C00D1B67?sequence=2. Acesso em: 12 set. 2023.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero:** conceitos e termos. Brasília: Publicação online, abr. 2012. Disponível em: . Acesso em 20 de nov. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. **Autêntica**, v. 3, f. 48, 2018. 96 p.

ROSA, Carla. **A Arte Drag Queen e a Expressão da Identidade**. UCS**,** 2021. Disponível em: https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/8493/TCC%20Carla%20Teles%20da%20Rosa.pdf?sequence=1. Acesso em: 12 set. 2023.

SALIH, Sara. Judith Butler e a Teoria Queer. **Autêntica**, v. 3, f. 96, 2016. 192 p.

SPARGO, Tamsin. Foucault e a teoria queer: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. **Autêntica**, v. 3, f. 48, 2017. 96 p.

A RUPTURA DO ORDENAMENTO CONSTITUCIONAL COM O GOLPE DE 1964: a micro-história de Alfredo Costa Cunha

Gabriel Antonio Pereira Santos
Fábio Roque da Silva Araújo
Tagore Trajano de Almeida Silva

RESUMO

O presente trabalho parte da micro - história de uma Família de Trabalhadores Manuais, observando o rompimento jurídico com o Golpe Civil-Militar de 1964 e os 5 primeiros Atos Institucionais da Ditadura Civil-Militar, enfatizando o Ato Institucional N°5 de 1968, sob luz a teoria da pluralidade jurídica histórico-crítica de Wolkmer. O objetivo geral do trabalho é entender: Como Alfredo Costa Cunha e sua Família foram atingidos pelo rompimento do sistema jurídico com o Golpe Civil-Militar de 1964 e posteriormente com o AI-5? Os objetos específicos são: I- Entender O Golpe Civil-Militar e o rompimento jurídico com a ordem constitucional em 1946; II- Os Atos Institucionais e a Usurpação do Poder Constituinte; III- Entender o Ato Institucional N° 5 e as violações aos Direitos Humanos sofridos pela Família do Sapateiro Militante.

Palavras-Chaves: História do Direito, Poder Constituinte, Golpe Civil-Militar de 1964, AI-5 de 1968.

1 INTRODUÇÃO

O rompimento com a ordem constitucional a partir do Golpe Civil-Militar de 1964 norteia o trabalho, pois é a fundamentação jurídica dele. O estudo parte do método da micro – história italiana da Família de Alfredo Costa Cunha e com a teoria do pluralismo jurídico histórico crítico que observa a cultura jurídica de cima para baixo, ou seja, com os atores sociais provenientes do Povo. Utiliza-se no trabalho o conceito de Sapateiro Militante, profissão historicamente reconhecida formada por militantes sociais, devido as suas organizações de ofício, fez se uso da fonte da história oral para cruzar essa fonte com os dados bibliográficos e com os dados oficiais (as legislações produzidas na época) para melhor compreender a memória oral de um dos membros dessa família atingida pelo rompimento jurídico em 1964.

O trabalho inicia-se com a pergunta: Como a Família do Sapateiro Militante foi Atingida pelo Rompimento do Ordenamento Jurídico com o Golpe Civil Militar de 1964 e posteriormente com os 5 Primeiros Atos Institucionais da Ditadura Civil-Militar de 1964?

Alfredo Costa Cunha, interessou-se pela temática da Revolução Socialista e por Política, apesar do experiente comunista, seu pai, o proteger, por saber de sua imaturidade e dos perigos da clandestinidade, “meu pai não conversava sobre política comigo, quem conversava era meu primo” (Cunha, 2008). Alfredo Costa Cunha, fez um grupo com outros estudantes secundaristas, reuniões proibidas pela Lei de Segurança Nacional de 1967, no intuito de discutirem política; Alfredo Costa Cunha, praticou pichações, pela periferia em que morava: “Abaixo a Ditadura”, “Os Militares estão Torturando e Matando Estudantes Inocentes” (Alfredo Costa Cunha, 2008), chamando a atenção da repressão e de um vizinho colaborador da Polícia Política.

No final do ano de 1969, a Célula da Organização Revolucionária Marxista Política Operária (ORM-POLOP) foi denunciada por um vizinho, colaborador da Polícia Política, Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) a Polícia Política criada na década de 1920 passando pelo Estado Novo, sendo refinada na Ditadura Civil-Militar 1964, pois, aliou-se com o Serviço de Segurança Nacional (SNI), Decreto-Lei N° 4.341/64, robusto sistema de informação, com braços em todo território nacional, comunicação entre as Polícias Civil e Militar e as Forças Armadas, sistema repressivo desenvolvido para investigar, os crimes de subversão.

Alfredo Costa Cunha, foi preso e torturado com os seus pais, tortura reconhecida como crime contra a humanidade, art. 7° do Tribunal Internacional Penal, conforme Decreto N°4.388/2002. Devido a essa denúncia feita por um cidadão que estava seguindo as orientações prescritas na Lei de Segurança Nacional que dizia que todas as pessoas naturais ou jurídicas eram responsáveis pela Segurança Nacional art. 1°/1967. Como pode-se analisar no 1° artigo da Lei de Segurança Nacional (Decreto Lei N°314/1967), o vizinho do Filho do Sapateiro Militante, estava agindo como um cidadão que estava cumprindo com a normalidade da época, isto é, se as reuniões políticas estavam proibidas, logo elas estavam fora da norma e consequentemente deveriam ser denunciadas segundo o artigo citado.

A Lei de Segurança Nacional (Decreto Lei N°314/1967), previa o combate a subversão e a propaganda comunista, era parte da cultura política da Ditadura Civil-Milita, baseou-se na guerra contra a subversão que para os militares estava instaurada internamente no Brasil. Esta mesma lei, em seu art. 4° determina qual deve ser a postura dos Tribunais nos casos de crimes contrários a Segurança Nacional, isto é, os Tribunais deveriam julgar aplicando a Lei de Segurança Nacional de 1967 no combate ao que os militares que golpearam o Estado de Direito chamaram de subversão ou opiniões contrárias a Ditadura Civil-Militar, posto que esses opositores eram considerados inimigos internos e os Tribunais deveriam se inspirarem nessa linha de pensamento durante a aplicabilidade da norma.

A Ditadura Civil-Militar só pôde se sustentar na sociedade pelo apoio civil e pelo apoio dos juristas, já que sem, por exemplo, o apoio dos juristas, não duraria 21 vinte e um anos de 1964 à 1985, quando foi convocada a Nova Constituinte, alguns juristas serviram como pensadores da Ditadura Civil-Militar que durou vinte e um anos, classificada pelos constitucionalistas ,como o governo dos Atos Institucionais, posto que teve que criar diversas teses jurídicas através dos Atos Institucionais para manter-se no Poder. Advogados, promotores, juízes agiam contrários ao ordenamento constitucional e apoiaram o Golpe Civil-Militar de 1964, assim como os juristas que escreveram a Constituição Outorgada de 1967, para criarem teses jurídicas para sustentarem a Ditadura Civil-Militar de 1964, são as classificadas disputas constitucionais entre a Política e o Direito.

Neste trabalho utiliza-se os depoimentos orais dos militantes, pois, são fragmentos que contestam as versões oficiais, em trabalhos que tratam da Ditadura Civil-Militar cabe-se esta utilização, pois é um período histórico onde os arquivos ainda não foram abertos em sua plenitude e novas versões não oficiais, isto é, que não foram produzidas por quem ocupava o Poder, precisam ser ditas para serem notadas pela sociedade civil. Observamos o que nos traz o projeto de história oral voltado a justiça de transição, onde os juristas apontam a história oral como um mecanismo hábil para revisitar o passado com outras lentes, isto é, a lente do atingido.

O trabalho é dividido em três Sessões: 1. Inicia-se com a insegurança jurídica criada pelos Atos Institucionais que retirou o Poder Constituinte das mãos do Povo, perseguiu opositores políticos e instaurou o clima da Doutrina da Segurança Nacional

no Brasil, analisa-se os cinco atos, a Constituição de 1967, utiliza-se a perspectiva de que classificou esse Governo como o Governo dos Atos Institucionais, Governo que Usurpou o Poder Constituinte e sobre o conceito de Golpe de Estado ao invés de Revolução. 2. Os Movimentos Sociais na Mira do Ato Institucional N°5 de 1968, analisa-se quais eram os atores e seus Movimentos Sociais que foram perseguidos pela Ditadura Civil-Militar durante o Ato Institucional N°5. 3. A micro - história de Alfredo Costa Cunha, trata-se especificamente sobre o Caso da Família nos Idos do Ato Institucional N°5.

Conseguiu-se como resultado da pesquisa, entender que Alfredo Costa Cunha, foi frontalmente atingida pelo Rompimento do Ordenamento Jurídico com o Golpe Civil-Militar de 1964 e com os 5 primeiros Atos Institucionais, principalmente o 5° Ato Institucional de 1968, pois este Ato Institucional, infringiu os direitos humanos da sociedade brasileira, proibindo os direito de ir e vir, proibindo o Instituto Constitucional do Habeas Corpos, proibindo as reuniões de cunho político, os membros da Família do Sapateiro Militante, inseridos neste contexto, também foram atingidos por esse Estado que desrespeitos os Direitos Humanos dos cidadãos brasileiros, com esse resultado, pode-se observar como o Rompimento do Ordenamento Jurídico de 1964 atingiu as pessoas comuns da sociedade brasileira retirando os seus direitos fundamentais e abusando do Poder Estatal com o domínio ditatorial.

2 A INSTABILIDADE JURÍDICA PROMOVIDA PELO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 A PARTIR DOS ATOS INSTITUCIONAIS

> “Pai, afasta de mim esse cálice, pai,
> afasta de mim esse cálice pai, de vinho tinto de sangue”
> Gilberto Gil e Chico Buarque, (1978).

O contexto sócio jurídico do golpe civil-militar foi o contexto da Guerra Fria e o aparato jurídico repressivo estava baseado na Doutrina da Segurança Nacional (Alves, 1989, p.26), isto é, para os militares terem a desculpa de intervir juridicamente no ordenamento jurídico, precisavam fundamentar os Atos Institucionais, justificando-os no combate ao inimigo interno, no subversivo que para eles, os vencedores da

“Revolução” de 1964, precisavam manter os valores tradicionais da sociedade brasileira e para o que chamaram, no preâmbulo do Ato Institucional N°1, combater o bolchevismo, ou seja, combater o comunismo, haja vista que faziam poucos anos da Revolução Cubana de 1959 e o medo do comunismo era presente no Brasil e na América Latina.

O Presidente eleito democraticamente, João Goulart, foi deposto por um Golpe de Estado, apoiado por setores conservadores das classes médias urbanas e da elite nacional (Alves, 1989. p.21), por isso, chama-se a Ditadura Civil-Militar, posto que os militares tomaram das mãos dos civis o Poder Constituinte (Bonavides, 2015, p.168) e parcela das classes médias urbanas e as elites brasileiras apoiaram esse movimento que Golpeou o Estado de Direito, Estado de Direito que comungamos que seja o Império do Direito (Torelly, 2010, p.111), golpeando o governo que pretendia fazer as reformas de bases no Brasil, lembrando que o Presidente golpeado era um trabalhista, Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, ou seja, não tinha nada de comunista, legalista descendente do legado político de Vargas, mas, foi acusado de esquerdista pela elite nacional conservadora e pelos militares que o golpeou (Alves, 1989, p. 21).

Existiam pressões externas, também orquestradas pela Central Intelligence Agency (CIA) que conspiraram o Golpe junto com os conservadores civis brasileiros e com os militares não comprometidos com a Democracia, ligados entre os eixos: Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES) e a Escola Superior de Guerra (ESG), onde foi desenvolvida a Doutrina da Segurança Nacional, formando um Novo Estado Brasileiro, formado por tecnocratas e militares (Alves, 1989, p.35).

Pode-se identificar no Preâmbulo do Ato Institucional N°1, as justificativas do Golpe, essas justificativas estavam ligadas a Doutrina da Segurança Nacional e ao combate do Comunismo que já tinha se instaurado no Governo segundo os Militares que Golpearam o Estado de Direito (Torelly, 2010, p. 111), também, pode-se observar que eles se auto intitulam detentores do Poder Constituinte, de modo que para eles o Povo os incumbiram desse dever, mas cabe destacar que foi parte da população, reconhecendo inclusive o que não era todo o Povo Brasileiro, estes foram os

argumentos para justificarem a Usurpação do Poder Constituinte (Bonavides, 2015, p. 168).

Poder que emana do Povo e não das Forças Armadas como o AI-1 queria justificar, de forma que essa disputa conceitual do Poder Constituinte atravessa a História Constitucional do Brasil de forma que o que está verdadeiramente em disputa entre o Direito Constitucional e a Política é autonomia e justamente a autonomia de cada um desses sistemas, ou seja, no momento que uma Junta Militar interfere no Estado de Direito, com um Golpe de Estado e altera a Constituição vigente.

Mesmo disfarçadamente e se justifica com um Ato Institucional, o fato é que essa intervenção interfere no Direito e essa interferência é decorrente da Política, por isso, lançamos mão da História Constitucional que passou por uma disputa no conceito de Poder Constituinte e essa disputa foi influenciada pelo momento Político que consequentemente, influenciou na formação de um novo ordenamento (Paixão, 2014, p. 417). Pode-se, também, reparar a disputa sobre o conceito de Golpe e Revolução, de forma que os Militares ao organizarem juridicamente as ações militares quando golpearam a democracia, fizeram uma “Ginástica Jurídica”, para passarem a noção de formalismo e legalidade, apoiados por juristas (Lima, 2018, p. 83), eles se justificaram que fizeram uma Revolução em prol da Democracia e dos valores da sociedade brasileira.

O AI-1 além de romper a legalidade do Estado de Direito (Torelly, 2010, p.111), justificando-se com as teorias da Segurança Nacional (Alves, 1989, p.37), combate o Inimigo Interno e instaura a Guerra Total, iniciou-se o processo do regime ditatorial que perduraria por 21 vinte e um anos, outro ponto relevante nesse Ato de Concentração de Poder que precisa-se identificar é a concentração nas mãos do Presidente da República, Presidente, a partir do Golpe de 1964, não eleito pelo sufrágio universal e Presidente, não mais civil e sim a partir deste ato, todos militares, o AI-1, concentrou o Poder do Estado na mão do Poder Executivo que estava nas mãos dos militares, isto é, descumprindo os princípios básicos do direito constitucional dos freios e dos contrapesos, tornando a disputa entre os três poderes desigual, pois sem a separação de poderes não existe liberdade e nem direitos humanos (Bonavides, 2015, p. 592).

No art. 10 do AI-1/1964 fundamenta-se juridicamente a imposição da força no combate dos opositores da Revolução de 1964, o início da intolerância com o diferente, o rompimento com a legalidade e as infrações com os Direitos Humanos, o art. 10, instaurou-se o que (Alves, 1989, p.160), identificou como “Operação Limpeza”, ou seja, a retirada do Poder democrático dos políticos eleitos democraticamente, pelo verdadeiro Poder Constituinte, por exemplo, o Governador do Recife, Miguel Arraes, foi preso e arrastado pelas ruas do Recife logo após o Golpe Civil-Militar de 1964, outra pista de rompimento com o ordenamento jurídico, com as bases fincadas na Doutrina de Segurança Nacional, disseminando o controle psicossocial e posteriormente com a economia e com a intervenção Estatal, dando a ilusão de distribuição de renda para os trabalhadores, mas que favorecia as classes médias urbanas que apoiaram o Golpe de 1964, essas foram os principais tentáculos do Novo Estado, promovido pela força da espada, os controles: político, jurídico, econômico e psicossocial baseados na Doutrina de Segurança Nacional (Alves, 1989, p.108).

Para amplificar a “Operação Limpeza”, foi criado os Inquéritos Policiais Militares os IPMs (Alves, 1989, p.78) para cassar mandatos e posições de políticos e cidadãos civis, servidores públicos de todos os entes federativos, era o início do forte serviço de informação que tinham como aliados os DOPS, com as Secretarias de Segurança Pública Estaduais e as Forças Armadas: Exército, Marinha e Aeronáutica.

Os IPMs, eram comandados por Coronéis dos Estados da Federação, destinados a combater o inimigo interno (o comunismos), logo com o AI-1 e por não respeitarem o devido processo legal, quase sempre eram dissolvidos com o Supremo Tribunal Federal STF, guardião da Constituição, logo os militares da linha dura fizeram uma campanha para enfraquecer o Poder Judiciário, concentrando o Poder nas mãos dos Presidentes Militares, com essas considerações concorda-se com (Bonavides, 2015, p.168) e sua afirmativa de Usurpação do Poder Constituinte, além de discordarmos de que não foi uma Revolução e sim um Golpe de Estado, pois, não se propunha mudar a sociedade e sim defender os valores conservadores dela como diz o preâmbulo do AI-5, foi um Golpe, já que foi friamente calculado por instituições de Estado, as Forças Armadas, que Golpearam o Estado de dentro para fora para impor as suas diretrizes (Bonavides, 2015, p.170).

No AI-2, de outubro de 1965, no Preâmbulo os militares coloca a legitimidade do Poder Constituinte em suas mãos alegando que a Nação Brasileira apoiava a atuação dos militares que precisavam continuar derrotando as forças internas subversivas (os comunistas), com a Revolução de 1964, que não revolucionou em nada a sociedade brasileira, somente conservou os ideais conservadores das classes médias urbanas e da elite promovendo uma opressão classista (Alves, 1989, p.27), de modo que o Golpe foi um Golpe Militar e, também um Golpe de classes e esse Golpe Civil-Militar, tratou de forjar argumentos jurídicos para se sustentar no poder com apoio de juristas (Lima, 2018, p.83).

No preâmbulo do AI-2: outra vez os militares que golpearam a ordem constitucional tentam se justificarem dizendo que a Revolução é legítima e que nesse momento de Revolução a Nação legitimou-os com o Poder Constituinte, por isso os seus atos são legítimos, já que sanam a vontade popular e tentam se desvencilhar dos outros grupos armados, pois segundo eles, não estavam defendendo um interesse de um grupo, mas sim o interesse de uma Nação, isto é, colocando- se como porta voz da sociedade civil, mas, sem nenhum tipo de plebiscito ou consulta popular, de fato que utilizaram-se da força para se instaurarem no Poder.

Esses argumentos jurídicos foram reforçados pela Doutrina de Segurança Nacional, que justificava, por exemplo, o estado de sítio que podia ser declarado a qualquer momento pelo Presidente/Militar de forma indiscriminada, o Brasil estava diante da concentração de Poder na figura do Presidente da República que era um Militar, tratando-se de criar um clima de suspeição e medo na população civil para manterem-se no Poder justificando as suas atuações antidemocráticas sem consulta prévia ao Parlamento nas mudanças feitas na Constituição Democrática de 1946 (Paixão, 2014, p.425).

No art. 13 - O Presidente da República poderá decretar o estado de sítio ou prorrogá-lo pelo prazo máximo de cento e oitenta dias, para prevenir ou reprimir a subversão da ordem interna, pode-se ver mais uma vez o combate ao que eles chamaram de subversão, isto é, todas as ideias contrárias as normas ditadas por aqueles que assaltaram o Poder Constituinte, eram considerados subversivos e, portanto, inimigos internos, inimigos do Estado Ditatorial, de modo que eliminaram com a pluralidade partidária, empobrecendo o debate democrático e político no Brasil,

cessando o direito ao contraditório, colocaram mais uma vez na História Constitucional do Brasil o PCB na ilegalidade, mesmo Partido que participou intensamente na feitura da Constituição Democrática de 1946 (Paixão, 2020, p. 229).

Segundo art. 18 – “Ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros”, principalmente o PCB, mais um Golpe sobre o ordenamento jurídico, fortalecendo a cultura política e jurídica elitista no Brasil (Wolkmer, 2015, p.14), somente com a redemocratização do país com o Marco da Lei de Anistia de 1979, marco da transição democrática (Abrão; Torelly, 2014, p.67) e posteriormente com a Constituição de 1988 cria-se um dispositivo legalizando o pluripartidarismo político e partidário em seu art. 17, encerrando o ciclo bipartidário dos partidos consentidos pela Ditadura Civil-Militar, de forma que precisa-se notar que ao longo dos Atos Institucionais, a Ditadura Civil-Militar vai mostrando a sua perspectiva contrária a liberdade política da sociedade civil.

No ano de 1966, o Governo Civil - Militar, do Golpe de 1964, faz mais uma investida contra o Poder Constituinte, o Ato Institucional N°3, de 5 de Fevereiro de 1966, que transforma as eleições para Governadores e Vice-Governadores em modalidade indireta, assim como no AI-2 que transformou as eleições para Presidente e Vice-Presidente, de maneira indireta, isto é, o que se queria com esse Ato era a concentração do Poder do Estado na figura do Presidente Militar e, posteriormente, manter o Estado Ditatorial sem maiores oposições a Ditadura nos diversos Estados da Federação. Era o controle total da vida política, evidentemente tentando minar a oposição a política autoritária da Ditadura Civil-Militar, por meio de um Ato Institucional, produção jurídica orquestrado por juristas civis (Lima, 2018, p.83). O Ato Institucional N° 4 veio em 7 de dezembro de 1966, diferenciou-se entre os Atos Golpistas, pois convocava o Congresso para uma Nova Constituinte.

No preâmbulo diz que os motivos da Convocação da Nova Constituinte era para pactuar os verdadeiros interesses da Revolução Vitoriosa, porém, com o frágil argumento de que a Constituição Democrática, promulgada em 1946 com participação, inclusive do extinto PCB, (Paixão, 2020, p.229), tinha várias emendas e por isso precisava ser substituída, quando na verdade, os militares queriam fincar estacas jurídicas no prédio de autoritarismo que estavam erguendo no Brasil, são dicotomias como autoritarismo e democracia; Estado de Direito e Regime de Exceção,

dicotomias que fazem com que os argumentos legais não convenção a História do Constitucionalismo, haja vista que uma Junta Militar toma o Poder das mãos do Povo se declarando guardiã do Poder Constituinte e, posteriormente, promulga diversos Atos para a manutenção dessa mesma Junta Militar no comando do país, de maneira que os argumentos jurídicos dessa Junta Militar, tornam-se frágeis, pois ficam atravancados nas suas dicotomias que acabam invalidando esses Atos Institucionais (Paião, 2020, p.239).

Ao redor da Constituição Outorgada de 1967 (Da Silva, 2017, p.88), a mais efêmera das Constituições (Bonavides, 2015, p. 170) existe um debate, isto é, sobre a sua feitura, cabendo uma análise interpretativa histórica constitucional, ou seja, uma análise das mudanças factuais das Instituições Jurídica, analisando a história do direito de dentro para fora (Wolkmer, 2015, p.17).

O debate diz respeito se a Constituição de 1967 foi promulgada ou outorgada, formalmente, sim, foi promulgada, já que existiu a presença do Congresso Nacional, mas o debate gira em torno das condições temporais de sua feitura, de modo que já tinham sido banidos vários políticos contrário a Ditadura Civil-Militar, inclusive já tinha sido extinto o partido que oferecia oposição política devido ao caráter contra hegemônico de Poder, o PCB, com os seus políticos perseguidos e jogados na clandestinidade e com os direitos políticos cassados, mesmo os políticos que os militares deixaram participar do jogo democrático, mesmo esses estavam sofrendo forte pressão do momento político constitucional.

No art. 1°, essa Carta, outorgada em 1967, em tempos ditatoriais, nos diz: “Todo poder emana do povo e em seu nome é exercido”, ou seja, o Poder Constituinte que emana do povo passa a ser emanado pelos militares? Os militares passam se auto intitularam guardiões do Poder Constituinte que emana do Povo? Mesmo reconhecendo que o Poder Constituinte emana do Povo, os militares o exerceram, sem qualquer tipo de consulta popular ou sem chamar uma Nova Constituinte?

No art. 1° da Constituição de 1967, essas perguntas podem ser respondidas: o “Poder Constituinte será em seu nome é exercido”, ou seja, os civis não tinham capacidade de exercer o Poder Constituinte e sim os militares. No art. 6º - “São Poderes da União, independentes e harmônicos, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário”, também é um artigo controverso, pois os Poderes da União estavam

concentrados no Executivo, ou seja, concentrados entre os Militares que ocupavam a Presidência da República, de fato que os outros Poderes estavam enfraquecidos em suas atuações, ou melhor esclarecendo, estavam subordinados ao Poder Executivo governado pelos Presidentes Militares.

No art. 58 - O Presidente da República, em casos de urgência ou de interesse público relevante, e desde que não resulte aumento de despesa, poderá expedir decretos com força de lei sobre as seguintes matérias: I - segurança nacional; nesse artigo já é registrada a preocupação com a segurança nacional que ao avançar da análise constitucional, mas o tratamento sobre esse tema se alarga na Seção V: art. 89 - Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei. Colocando nos ombros da sociedade civil a perseguição política e o clima de Guerra Total entre os cidadãos como se estivessem alimentando uma sociedade de delatores, posto que com esse artigo todos podem colaborar com a Polícia Política, isto é, esta atuação estatal é uma prática antiga utilizada pelos Estados Totalitários, totalitarismo baseado no medo, onde joga-se um cidadão contra o outro (Alves, 1989, p.40).

3 OS MOVIMENTOS SOCIAIS NA MIRA DO ATO INSTITUCIONAL N°5

Precisa-se analisar esse Ato Institucional mais de perto, o Ato Institucional de N°5 de 1968, para entender o que (Bonavides, 2015, p.170), chamou de Segundo Golpe, já que para ele o primeiro Golpe foi dado em 1964, Golpe, portanto, divergindo do conceito de Revolução como os militares usaram, para ele Revolução muda completamente o status quo de uma sociedade e foi justamente o contrário o que os Militares que Golpearam o Estado de Direito (Torelly, 2010, p.111), fizeram, posto que o Movimento de 1964 foi um Movimento conservador e reacionário, por isso, Golpe e não Revolução, ou seja, foi uma falsa revolução (Bonavides, 2015, p. 170).

No preâmbulo do AI-5, o governo ditatorial justifica o Ato Institucional para reforçar os princípios da Revolução de 1964 e combater os grupos chamados contra revolucionários, pois para eles esses grupos iam de contra o que a sociedade civil brasileira desejava, isto é, mais uma vez eles se colocaram como porta vozes do Povo brasileiro, intervindo diretamente no mundo político, civil e jurídico, além disso eles

queriam, se respaldarem juridicamente, afirmando que o Ato Institucional N°5 era para manter a paz social, sempre baseados na Doutrina da Segurança Nacional, disseminada pela lógica do medo, a lógica da Guerra Total contra o inimigo interno que eram os comunistas (Motta, 2002, p.233).

No segundo parágrafo o Ato prevê o fechamento do Congresso Nacional e o Estado de Sítio, Estado de Sítio, baseado na ameaça interna, podendo, consequentemente, suspender a legalidade do Estado de Direito (Torelly, 2010, p.111), com o intuito de combater o inimigo interno (Alves, 1989, p.40), inimigo contra a Revolução de 1964, mediante ordem do Presidente da República " Art. 2º - O Presidente da República poderá decretar o recesso do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras de Vereadores, por Ato Complementar, em estado de sítio ou fora dele, só voltando os mesmos a funcionar quando convocados pelo Presidente da República" .

Foi o que aconteceu, o Congresso Nacional, foi fechado por um recesso que durou de dezembro de 1968 até outubro de 1969, de modo que Alves, 1989, p.129, atribui essa atitude de endurecimento da ditadura devido a derrota sofrida no Parlamento e por ver que já estava perdendo terreno dentro do Parlamento assim como na opinião pública, por isso, foi decretado o AI-5 de 1968 para alongar de forma temporal os Poderes da Ditadura, posto que este Ato foi o primeiro entre os atos que não tinha embutido nele uma data de encerramento, por isso era um ato "coringa", isto é, poderia ser usado a qualquer momento o que (Paixão, 2020, p.234) chamou de gestão do tempo, deixou de vigorar em 1978, data da criação da Lei de Anistias de 1979, Lei N° 6.639, primeiro marco da transição para a Democracia (Abraão; Torelly, 2014, p.67).

Entende-se que a análise jurídica dessa época, necessita de um entendimento político e histórico constitucional devido a disputa conceitual (Paixão, 2014, p.428) do Poder Constituinte, entende-se necessário o diálogo com outras áreas do conhecimento para melhor investigação dessa disputa conceitual, por exemplo, com cientistas políticos Alves (1989), que considera a derrota dos Militares no Congresso Nacional, devido ao caso do Deputado Márcio Moreira Alves que discursou convocando a sociedade civil para não ir para o desfile de 7 de setembro.

Desfile ufanista onde o Poder Militar sobrepões o civil, sob votação para a retirada da imunidade parlamentar, os militares perderam, já que até mesmo o seu partido no Congresso a Aliança Renovadora Nacional ARENA, votou com a oposição, o Movimento Democrático Brasileiro MDB, então o AI-5/1968 que já estava redigido desde julho de 1968 (Alves, 1989, p.131) foi colocado em prática por pressões dos militares da chamada linha dura, com o seu caráter conservador e reacionário em setembro deste ano.

No preâmbulo reivindica, também, a proteção dos costumes da sociedade brasileira, isto é, o combate as forças das esquerdas, dos movimentos culturais, os intelectuais, os artistas, os movimentos sindicais, os trabalhadores urbanos e rurais e do movimento estudantil secundarista e universitário que naquela época afrontavam diretamente os costumes tradicionalistas da sociedade civil brasileira segundo a fundamentação jurídica dos Militares que Golpearam o Estado de Direito (Torelly, 2010, p.111).

No art. 5º - A suspensão dos direitos políticos, com base neste Ato. Pode-se observar que o inc. I “cessação de privilégio de foro por prerrogativa de função”, atingi as prerrogativas parlamentares, como, por exemplo, a livre expressão do parlamentar durante o discurso na Tribuna, limitando, a atuação política através do silêncio da palavra oral, tão significativa para o Político fazer concordâncias ou discordâncias, posto que a Política é o lugar da argumentação e do diálogo e não da violência (Arendt, 1988, p.21).

No inc. II “suspensão do direito de votar e de ser votado nas eleições sindicais”, ataca-se os sindicatos e a sua autonomia, no que tange a eleição dos dirigentes sindicais que deveriam ser controlados pela Ditadura Civil-Militar, principalmente para conter os grandes movimentos grevistas ocorridos naquele ano, como, por exemplo, as Greves de Osasco e Contagem.

No inc. III “proibição de atividades ou manifestação sobre assunto de natureza política”, proíbe-se qualquer tipo de reunião política, de fato que criminaliza os grupos que discutiam política, sendo esses grupos da luta armada ou não, pode-se relacionar esse inciso diretamente com o caso da Família do Sapateiro Militante, já que a Residência da Família foi invadida, pois o Sapateiro tinha um grupo de formação política com orientação marxista-leninista a ORM-POLOP e no ano de 1969 sobre a

égide do AI-5, o Sapateiro Militante teve sua casa invadida e, posteriormente, foi preso com a sua Família, pois naquela época as reuniões estavam sendo feitas clandestinas, contra a lei, devido a proibição das reuniões com a temática política.

No inc. IV, não deixa dúvidas, que a Ditadura Civil-Militar, pretendia, a partir desse Ato Institucional ser mais repressora, pois o Estado passava a intervir nas liberdades individuais, conforme as alíneas:

> a) a liberdade vigiada, mais uma vez baseada na Doutrina de Segurança Nacional e o sentido da guerra total e do inimigo interno.
> b) proibição de frequentar determinados lugares
> c) domicílio determinado, ferindo o direito de ir e vir, prescrito no art. 5°, inc. XV da CF/1988, no direito à reunião política art. 5°, XVI da CF/1988, com o que a Ditadura Civil-Militar chamou de liberdade vigiada. Todos esses direitos elencados ceceados na Ditadura Civil-Militar passaram a fazer parte da Constituição de 1988, a Constituição da transição democrática que corroborou com sentido interpretativo de liberdade da Lei de Anistia de 1979 (Abraão; Torelly, 2014, p.71).

Com os incisos acima percebe-se um ambiente de investigação e perseguição política, deixando os opositores da Ditadura Civil-Militar, numa profunda clandestinidade, empobrecendo o lugar da política, o lugar do bom debate e da franca contradição que são necessárias para a formulação da política da Democracia. Lugares do diálogo, da palavra e das diferenças e não o lugar da violência, a política trata da convivência entre diferentes (Arendt, 1988, p.21).

No art. 10° proíbe o instituto constitucional do Habeas Corpus, privando, portanto, dos presos políticos este instituto constitucional ligado historicamente a liberdade individual e o direito de ir e vir (Da Silva, 2017, p.447). O art. 11° proíbe-se qualquer apreciação judicial pelo poder Judiciário, proveniente do AI-5, isto é, qualquer crime, como, por exemplo, a tortura, crime contra a humanidade, art. 7° do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional TPI, não poderia ser apreciado de acordo com o AI-5 de 1968, enfraquecendo o Poder Judiciário, concentrando poder no Poder Executivo, ocupado por Presidente Militar, isto é, esses arts. 10° e 11° retiram qualquer resquício de Democracia que os militares mantinham no ordenamento que forjaram de 1964 a 1968, posto que como nos ensina (Bonavides, 2015, p.172), não existe democracia sem que o Povo dirija o Poder Constituinte, pois o Povo é o seu único soberano e, consequentemente capaz de instituir um Estado de Direito.

Com o Ato Institucional N°5 de 1968, instaurou-se o que autores como Silva Filho, 2011, consideram como Terrorismo de Estado, onde a lógica do inimigo interno é uma constante e a perseguição torna-se legitimável, o Estado, portanto passa a cometer crimes de lesa humanidade art. 7° ERTPI, desrespeitando os direitos humanos e, conseguintemente, criando um clima de guerra e militarização, onde a Política que é o espaço da pluralidade é substituída pelo da violência e coação dos grupos civis (Silva Filho, 2011, p.58).

No Brasil o terrorismo de Estado foi aplicado durante a Ditadura Civil-Militar que perseguiu grupos que lutaram pelo direito à resistência, direito de origem liberal, que nasce com os pilares da democracia, com John Locke e, posteriormente, desenvolvido por Hannah Arendt com a desobediência civil (Silva Filho, 2011, p.61). Segundo Silva Filho (2011), o terrorismo de Estado estendeu-se no Brasil, por exemplo, com a violência policial, pois as políticas transicionais, não foram aplicadas, de modo que autoridades responsáveis por crimes contra a humanidade, como, por exemplo, a tortura, não foram responsabilizadas, ou punidos e nem foram condenadas a pedirem perdão por suas práticas delituosas.

O autoritarismo e o militarismo ainda são presentes nas Polícias Brasileiras e a prática do negacionismo, do silenciamento e da ocultação de fatos reforçam a violência do Estado, enfraquecendo, todavia, o Estado de Direito (Silva Filho, 2011, p.62). Na vigência do Ato Institucional N°5, no Brasil, os estudantes secundaristas e universitários, artistas, intelectuais e operários que se levantaram em movimentos de passeatas e greves, como, por exemplo, Passeata dos Cem Mil e de Greves como as de Contagem e a de Osasco (Alves, 1989, p.122).

Alguns desses atores, desses Movimentos Sociais, foram duramente reprimidos, perseguidos e torturados, pelo o que os estudiosos da Ditadura Civil-Militar chamam de Golpe dentro do Golpe, isto é um Ato Institucional que fechou o Congresso Nacional, retirou direitos políticos das pessoas sem o devido processo legal, cassou mandatos políticos, isto é, terminou o que restava de liberdade na sociedade civil brasileira, de modo que conclui-se que Ditadura Civil-Militar, foi uma época de insegurança jurídica, foi classificada pelo constitucionalista José Afonso da Silva (2017) como o “Regime dos Atos Institucionais” e acrescentou que o Ato Institucional N° 5, “rompeu com a ordem constitucional” (Da Silva, 2018, p.89).

4 A MICRO HISTÓRIA DE ALFREDO COSTA CUNHA

Seguindo os ensinamentos do Historiador do Direito (Wolkmer, 2015, p.37), sob a luz da História Crítica do Direito, apontando outros caminhos para além da história oficial e vista a partir das elites, analisa-se, o caso da Família do Sapateiro Militante, lançando mão do método da micro – história italiana (Ginzburg, 1998, p.26), para analisar a memória oral da Família do Sapateiro Militante, utilizamos essa categoria de trabalhador manual, pois foi comprovada a sua trajetória política na história social (Hobsbawm, 2008, 152) contextualizando a micro – história da Família de Alfredo Costa Cunha, com o período da História do Direito Constitucional durante o período da Ditadura Civil-Militar de 1964 à 1985.

Tivemos contato com a história de Alfredo Costa Cunha, no ano de 2008, quando estudávamos o 3° semestre de História da Universidade Católica do Salvador, fizemos quatro entrevistas com Alfredo Costa Cunha, desenvolvendo uma monografia tratando de Alfredo Costa Cunha sua relação com a ORM-POLOP, publicamos com essas fontes revisitadas um artigo no Livro Ditaduras Memória, Violência e Silenciamento Organizado pela Professora Dra. Lucileide Costa Cardoso (2017), onde preocupamos em descrever a prisão e tortura da Família do Sapateiro Militante, demonstrando a relação do caso com a historiografia, nos preocupamos com os aspectos históricos da história da família, neste artigo aqui apresentado.

No Curso de Direito, revisitamos outra vez essas fontes orais de Alfredo Costa Cunha, assim como a sua história, observando os aspectos jurídicos que o envolveram essa micro-história, isto é, o rompimento jurídico do ordenamento jurídico com o Golpe Civil-Militar de 1964 e os 5 primeiros atos, enfatizando o AI-5, época que a Família do Sapateiro Militante, teve os seus direitos fundamentais violados, ou seja agora voltamos o olhar para os aspectos jurídicos que envolveram a história da Família do Sapateiro Militante que pesquisamos desde o ano de 2008 assim como as temáticas da Ditadura Civil-Militar, a Redemocratização, a Justiça de Transição e o Direito à Justiça e o Direito à Verdade.

Alfredo Costa Cunha fez de sua vida uma saga pelo Direito à Memória e o Direito à Verdade e, consequentemente, pelo direito de ser reconhecido como Anistiado Político, requerendo o pagamento de uma indenização que ele julgava digna, pois segundo ele, precisava fazer cirurgias em sua face que ficou deformada,

segundo ele, devido as torturas sofridas na Ditadura Civil-Militar. Sua memória é individual e coletiva (Halbwachs, 1990, p.53). Portanto, interessa a todos. Alfredo Costa Cunha, era um jovem inexperiente, protegido pelo Sapateiro Militante que não discutia sobre o contexto político da época para proteger o filho da repressão que estavam mergulhados no ano de 1969 sobre o AI-5 de 1968.

Alfredo Costa Cunha, passou a tomar atitudes isoladas da Organização, porque sentiu a necessidade de manifestar-se praticando, segundo ele, ações como pichações pelo bairro, como, por exemplo, pintar na Igreja do bairro “Abaixo a Ditadura” e “Os Militares estão Torturando e Matando Estudantes”, mas, essas frases podem ter sido criações posteriores no ato dialético de lembrar (Nora, 1993, p.21), no discurso rememorativo de criação e recriação (Cardoso, 2012, p. 33), por leituras posteriores feitas pelo Filho do Sapateiro Militante, já que o mesmo buscava sua identidade social nesse grupo. No apreço à verdade e na busca de contar a história a contrapelo (Cardoso, 1992, p.34)

Alfredo Costa Cunha, não era considerado um militante pelos membros da ORM-POLOP, no entanto, identificou-se com a causa revolucionária e o programa defendido pela Organização e, consequentemente, queria contribuir de alguma forma com a resistência participando do processo histórico, por isso se faz presente sua história de vida (Pollak, 1989, p.13), mesmo sem o reconhecimento dos membros internos do grupo.

Segundo a memória de Alfredo Costa Cunha, seus pais, foram torturados, juntos com ele, nos mesmos lugares e nos mesmos momentos no Primeiro no DOPS, Pelourinho e depois no Quartel do Barbalho, tortura coordenada pelo Coronel, chefe das investigações Políticas Policiais na Bahia. Essas memórias dizem respeito ao Direito à Memória e o Direito à Verdade, os autores (Santos; Soares, 2012, p. 2). Ensinam que são direitos difusos e intergeracionais, nessa esteira, pode-se perceber que o Direito à Memória e o Direito à Verdade são Direitos de toda uma nação que necessariamente precisa conhecer as suas memórias traumáticas (Fico, 2012, p.53), para repará-las e posteriormente superá-las, além disso são Direitos que estão implícitos na Constituição de 1988, pois baseiam-se no princípio da dignidade da pessoa humana art. 1°, inc. III, CF/88, são direitos que trazem para a sociedade a “chamada verdade histórica” (Santos; Soares, 2012, p.1).

O estudo do Direito como um fenômeno social dinâmico e plural de acordo com o pluralismo jurídico crítico (Wolkmer, 2015, p.37), trata, por exemplo, da memória do Filho do Sapateiro Militante que viveu o universo da Célula Operária como lugar de resistência clandestina. Essa memória só teve condições de ser revelada, através das Políticas de Memória e atitudes da então proposta de Justiça de Transição (Fico, 2012, p.53).

Realizadas pela Comissão de Anistia Justiça e Paz, carregada do lema: “Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça”. A justiça de transição iniciada no Governo de Fernando Henrique Cardoso, 1995, ampliando-se, significativamente, no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, em 2005, concretizando-se com a Comissão da Verdade no Governo da Presidenta Dilma Rousseff, entregando o Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade em 2014. Hoje no atual Governo do Presidente Jair Messias Bolsonaro, a Justiça de Transição e as políticas da Comissão de Anistia passa por dificuldades e entraves prejudicando a concretude da Justiça de Transição no Brasil.

Precisa-se lembrar que essa luta pelo Direito à Memória e à Verdade é proveniente de sujeitos civis, ou seja, desde o final da Ditadura Civil-Militar, com a Lei de Anistias de 1979, membros da sociedade civil como, por exemplo, O Grupo Tortura Nunca Mais, GTMN, com atuação a nível nacional e internacional devido aos militantes exilados (Cardoso, 2012, p.150).

O Movimento Popular pela Anistia que resultou na Lei Nº 6.683, 28 de agosto de 1979. Lei de caráter libertador na sua primeira fase de interpretação que foi influenciada em sua construção por movimentos populares, os teóricos da justiça de transição, consideram essa lei “como marco jurídico fundante da redemocratização” (Abraão; Torelly, 2014: 71).

Esses movimentos da sociedade civil se levantaram pelo Direito à Memória e o Direito à Verdade de seus familiares desaparecidos políticos, reivindicando, posteriormente não só a reparação monetária, mas, também o reconhecimento político social, principalmente pelos crimes contra a humanidade, promovidos pelas torturas, pela busca das ossadas dos desaparecidos e justamente, com esses movimentos civis e democráticos, neste contexto histórico e jurídico, surge a memória

do Filho do Sapateiro, homem humilde, proveniente das classes subalternizadas (Wolkmer, 2015, p.15).

Residente da Periferia de Salvador, porém, filho de um militante político de longas datas que indiretamente lhe deu consciência política, “meu pai atravessou duas ditaduras (Cunha, 2008), o autor teve acesso a essa memória quando encontrou, o Dossiê do Filho do Sapateiro, no GTNM-BA, por isso, a importância desses Grupos da Sociedade Civil para a concretude e aplicabilidade do Direito à Memória e o Direito à Verdade.

Após a leitura do Dossiê, surgiu o interesse pela memória individual e social (Halbwashs, 1990, p.25), dessa Família. Esse dossiê, pode ser encontrado no arquivo do GTNM-BA, Instituição que o acolheu, dando suporte emocional e jurídico, como o ingresso do requerimento na Comissão de Anistia em 2002, em suas memórias, agradece ao Grupo na pessoa da militante dos Diretos Humanos, Diva Santana, “nem tenho palavras para agradecer a Diva Santana por ela ter feito o que tem feito por mim” (Cunha, 2008).

Alfredo Costa Cunha, em seus relatos trata de seus pais, sobre as torturas, a fuga do militante, Silvio, da prisão e tortura, sua segunda prisão e, por fim, seu requerimento ingressado na Comissão de Anistia em 2002, no intuito de ter reconhecimento político e receber uma indenização pelas torturas e privações ao longo da vida, sofrimento que cominou em suicídio no ano de 2009. Quarenta anos após a prisão e tortura, mas, Alfredo Costa Cunha, deixou a sua memória e de sua Família a disposição do Direito à Memória e do Direito à Verdade para a sociedade e para que as futuras gerações tivessem acesso a essa micro – história que se relaciona com a macro história do Direito Constitucional do Brasil.

5 CONCLUSÃO

Conclui-se que o Golpe Civil-Militar de 1964, rompeu com o ordenamento jurídico, isto é, com a ordem constitucional e com a Constituição de 1946, posto que, através dos Atos Institucionais, os Militares apoiados por setores conservadores da sociedade brasileira, inclusive por juristas, se auto intitularam guardiões do Poder Constituinte, com o argumento de que através de uma Revolução, precisava-se retirar do coração da pátria bolsões comunistas que segundo eles já estavam instaurados

no Governo, criou-se a insegurança jurídica e um cenário de autoritarismo e exceção diante da Doutrina de Segurança Nacional que resultou na Lei de Segurança Nacional de 1967, onde toda pessoa física e jurídica deveriam denunciar o inimigo interno, logo no AI-1, percebe-se a disputa pelo poder Constituinte e a legitimação da Ditadura Civil - Militar, seguindo pelos outros atos que passo a passo foram apertando a corda da repressão com o enfraquecimento do Judiciário e, por exemplo, proibição do Instituto Constitucional do Habeas Corpus e a proibição da apreciação Judicial arts. 10° e 11° do AI-5 de 1968.

Portanto, corroborando com a tese do governo dos Atos Institucionais e do Segundo Golpe, posto que o Primeiro Golpe que o Estado de Direito sofreu foi em 1964, com um Golpe de Estado e não uma Revolução como os Militares nomearam o movimento de 1964, lança-se mão da história do direito constitucionais, pois, entende-se que é através da investigação histórica que pode-se entender a disputa conceitual e as mudanças fáticas do ordenamento jurídico, por exemplo, em torno do Poder Constituinte e como os Militares se apossaram desse conceito para se legitimarem no poder, para fazer isso eles, contaram com a ajuda de juristas simpatizantes da Ditadura que ajudaram a elaborar os Atos Institucionais assim como a Constituição Outorgada de 1967.

Foi lançado mão do método da micro - história italiana, para analisar a história de uma família atingida pelo rompimento da ordem constitucional e posteriormente com a criação dos Atos Institucionais, no que diz respeito a proibição de reuniões políticas, a falta de liberdades individuais, a proibição dos partidos políticos, no caso em tela o PCB e a ORM-POLOP, a violação dos direitos humanos e os crimes contra a humanidade, com o estupro da Mãe do Filho do Sapateiro Militante e da tortura sofrida pelo pai, deficiente físico e do filho estudante secundarista, frágil com algum tipo de problema mental que foi agravado pela tortura.

Alfredo Costa Cunha, foi reconhecido como Anistiado Político, no ano de 2008, desejava comprar uma casa e fazer cirurgias na face deformada pela tortura, suicidou-se em 2009, 40 anos após sua prisão e tortura, por fim, relacionamos este caso com a História Constitucional para tentar demonstrar como o Rompimento do Ordenamento Constitucional de 1964 e os 5 Atos Institucionais atingiram uma Família de trabalhadores manuais infringindo os Direitos Humanos provocados por uma

Ditadura Civil – Militar que durou 21 anos, criando um arcabouço jurídico para manter-se no Poder em uma ditadura longeva e desrespeitosa para com a democracia e os direitos fundamentais e humanos.

REFERÊNCIAS

ABRÃO, Paulo; TORELLY, Marcelo D. **Mutações do Conceito de Anistia na Justiça de Transição Brasileira: a terceira fase da luta pela anistia** In: Justiça de Transição Direito à Justiça, à Memória e à Verdade. TOSI, Giuseppe; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; TORLLY, Marcelo D.; ABRÃO, Paulo (Orgs). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

_____.; CRUZ, Rosane Cavalheiro. Memória como reparação: contribuições da história oral para a reconstrução da memória e da verdade sobre a ditadura no Brasil. *In*: MONTENEGRO, Antonio T.; RODEGHERO, Carla S.; ARAÚJO, Maria P. (org.). **Marcas da memória:** história oral da anistia no Brasil. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). 5ed, Rio de Janeiro: Vozes, 1989.

ARENDT, Hannah. **O Que é Política?** Bertrand do Brasil. 5. ed,1988.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil:** Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Assembleia Geral da ONU. (1948). "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**" (217 [III] A). Paris. Disponível em: https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf. Acesso em: 02 fev. 2021.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. Malheiros Editores: São Paulo, 30ed, 2015.

BRASIL. **Ato Institucional N°1** (1964). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm. Acessado em 15 mar. 2019.

_____. **Ato Institucional Nº 2** (1965). Brasília, DF: Presidência da República, 27 de outubro de 1965.Ato Atos Institucionais. Disponível em: https://www.bn.gov.br/tags/ditadura-militar. Acessado em: 10 fev. 2021.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014a. v. 1.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014b. v. 2.

_____. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014c. v. 3.

_____. **Constituição Da República Federativa do Brasil**, de 17 de outubro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acessado em: 10 jan. 2021.

_____. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Decreto Lei N°314**, 13 de março de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0314.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Decreto Nº 4.388**, de 25 de setembro de 2002. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 01 maio 2020.

_____. **Lei Nº 10.559/2002**, que regulamentou o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10559.htm#:~:text=LEI%20No%2010.559%2C%20DE%2013%20DE%20NOVEMBRO%20DE%202002.&text=8o%20do%20Ato%20das%20Disposi%C3%A7%C3%B5es%20Constitucionais%20Transit%C3%B3rias%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Lei nº 12.528**, de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 20 mar. 2020.

_____. **Lei nº 6.683**, de 28 de agosto de 1979. Concede a anistia e dá outras providências. Planalto, Brasília, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm. Acesso em: 01 maio 2020.

_____. **Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República.** Brasília, DF: Presidência da República. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm. Acesso em: 03 set. 1999.

CABRAL. Rafael Loreno. **Nos Rastros de um Processo:** Trabalho, Conflito e uma Experiência de Micro – História. 2016. 421p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito, Estado e Constituição). Faculdade de Direito da UNB. Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

DA SILVA. José Afonso. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. Malheiros: São Paulo, 41ed, 2017.

FICO, Carlos; ARAUJO, Maria Paula; GRIN, Monica (Orgs). **Violência na história:** memória, trauma e reparação. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012.

GINZBURG, Carlo. **O Queijo e os Vermes** O Cotidiano e as Idéias de Um Moleiro Perseguido Pela Inquisição. 10ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice. Ed. Revista dos Tribunais, 1990.

HOBSBAWM, Eric. **O Sapateiro Militante** In: Mundos do Trabalho. Novos Estudos sobre História Operária. 5ed, São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LIMA. Danilo Pereira. **Legalidade e Autoritarismo:** O Papel dos Juristas na Consolidação da Ditadura Militar de 1964. 286p. Tese (Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos). UNISINOS, São Leopoldo.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NORA, Pierre. **"**Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares", **Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-graduandos em História do Departamento de História do Departamento de História da PUC/SP**. 1981/1993, n.10. História e Cultura. Trad. Yara Aun Khoury.

PAIXÃO, Cristiano. Autonomia, democracia e poder constituinte: disputas conceituais na experiência constitucional brasileira (1964-2014). **Quaderni Fiorentini per la Storia del Pensiero Giuridico Moderno**, Florença, v. 43, p. 415-460, 2014.

_____. Entre regra e exceção Normas constitucionais e atos institucionais na ditadura militar brasileira (1964-1985). **História do Direito: RHD**. Curitiba, v.1, n.1, p. 227-241, jul-dez de 2020.

POLLAK, Michel. "Memória, esquecimento e silêncio**". Estudos Históricos**. vol. 2, n. 3, p.3-15, Rio de Janeiro, 1989.

SANTOS, Claiz Maria Pereira dos; SOARES, Ricardo Maurício Freire. As Funções do Direito à Verdade e à Memória. **Revista Brasileira de Direito Constitucional. RBDC**, n. 19 jan /jun. 2012.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. O Terrorismo de Estado e a Ditadura Civil – Militar de no Brasil: Direito de Resistência não é Terrorismo. *In:* **Anais…** The Third Session of The International Forum on Crime and Criminal Law in The Global Era, Beijing. Artigo, Rio Grande do Sul, PUC: Rio Grande do Sul, 2011.

TPI. **Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional**. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4388.htm. Acesso em: 10 jul. 2020.

TORELLY, Marcelo D. **Justiça de Transicional e Estado Constitucional de Direito**: Perspectiva Teórica-Comparativa e Análise do Caso Brasileiro. 355. Dissertação (Programa em Direito, Estado e Constituição). Faculdade de Direito da UNB. Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 9.ª ed. Ver. E atual. – Rio de Janeiro: Forense.

APÊNDICE

Depoimentos orais:

1°Depoimento de **O Filho do Sapateiro Militante**: 22/06/2008. 1h

2°Depoimento de **O Filho do Sapateiro Militante**: 23/07/2008. 1h

3°Depoimento de **O Filho do Sapateiro Militante**: 20/08/2008. 1h

4°Depoimento de **O Filho do Sapateiro Militante**: 11/09/2008. 1h

5°Depoimento **Codinome Lênin**: 01/12/2008. 1h. 14/03/2009. 1h. Direção Nacional do Partido Operário Comunista POC, uma das siglas da ORM-POLOP falecido em 2012.

6°Depoimento **Codinome Gorki**: 13/12/2008. 30 min. Responsável pela Linha Operária do Partido Operário Comunista POC, uma das siglas da ORM-POLOP.

A SOLIDÃO DAS MULHERES NO SISTEMA CARCERÁRIO: DA INVISIBILIDADE AO ABANDONO

Carolina Souza Neris[1]
Isabela Oliveira de Santana[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo o estudo da atual conjuntura que envolve as mulheres no sistema carcerário, de forma que irá abordar a solidão que as acometem dentro do cárcere. Para isso, serão analisados os fatores socioculturais que contribuem para o crescimento da população feminina no cárcere, buscando identificar a realidade pela qual são submetidas, comparando-a com a dos homens, bem como, a questão da desigualdade social, que representa o desencadeador do problema e os reflexos psicológicos vividos por essas mulheres. O presente artigo traz resultados das pesquisas realizadas pelo Departamento Penitenciário Nacional. Além dos dispositivos da Lei de Execuções Penais e Constituição Federal. As pesquisas para a produção deste artigo são de natureza bibliográfica. Por fim, aponta a peleja dessas mulheres vulnerabilizadas contra a violência de gênero e o conflito contra a transgressão das suas garantias constitucionais.

Palavras-Chave: SISTEMA CARCERÁRIO. MULHERES. SOLIDÃO. DESIGUALDADE.

1 INTRODUÇÃO

As experiências vividas no cárcere têm impacto sobre as mulheres de forma diferente e mais intensa, em comparação aos homens. Isso porque além da violência institucional sofrida, com violações de direitos básicos e fundamentais, as internas também sofrem com o abandono familiar.

Grande parte das invenções são criadas por homens para homens. A prisão, local onde são alocados os indesejados, não seria diferente, dado que a sua base é

[1] Advogada Criminalista, Pós Graduada em Ciências Criminais pela Universidade Católica do Salvador e Pós Graduada em Direito Penal e Criminologia pelo Introcrim e CEI. E-mail: carolinasouzaneris@hotmail.com
[2] Advogada Criminalista; Especialista em Direito Público pela Legale Educacional; Pós graduanda em Direito Penal e Processo Penal; Membra do Grupo de Pesquisa “Feminismos e Processo Penal” do Instituto Baiano de Direito Processual Penal. E-mail: isabelasantanaadv@gmail.com

puramente patriarcal. O sistema impõe que as mulheres sejam criadas para serem recatadas e do lar, sendo a delinquência um comportamento atípico da natureza feminina.

À vista disso, as penitenciarias femininas nada mais são do que esdruxulas adaptações do sistema penitenciário masculino. Além do sofrimento do encarceramento, as mulheres ainda lidam com a falta de materiais básicos à sua higiene, abandono dos companheiros e familiares, para aquelas que são mães a tristeza de estarem longe do convívio dos filhos, dentre outros fatores.

Sendo assim, é imprescindível a análise dos fatores determinantes para um número cada vez maior de mulheres nas instituições prisionais e, para isso, é necessário também compreendermos o contexto social ao qual estão submetidas, bem como a legislação penal e a sua aplicabilidade em contraponto à realidade vivenciada no cárcere.

Para tanto, ante a complexidade do tema abordado, bem como o seu reflexo nas questões voltadas à garantia dos direitos humanos e fundamentais, impõe-se uma análise mais ampla e crítica do que está por trás das mazelas vividas nas penitenciárias, bem como, dos grandes percussores da situação e os possíveis caminhos para a melhoria deste cenário para que soluções sejam idealizadas e futuramente aplicadas na prática.

2 DESENVOLVIMENTO E RESULTADOS

2.1 METODOLOGIA

A metodologia é de natureza bibliográfica, utilizando-se como fontes artigos científicos, monografias, livros e pesquisas desenvolvidas pelo Departamento Penitenciário Nacional, com enfoque na perspectiva das mulheres encarceradas.

A pesquisa visa contribuir para a ampliação do conhecimento acerca do contexto de abandono vivenciado pelas mulheres encarceradas nas penitenciárias brasileiras, além da análise das disposições legais constantes do Direito Brasileiro acerca do tema e as suas repercussões na prática.

2.2 CONTEXTO HISTÓRICO DAS MULHERES NO SISTEMA CARCERÁRIO

Considerando o fato de que a nossa sociedade é pautada sobre a lógica machista e patriarcal, por óbvio, tais princípios sempre refletiram nos mais diversos âmbitos, o que não seria diferente com as instituições prisionais.

Primeiro porque a presença de mulheres nestes espaços era algo inimaginável por muito tempo, já que sequer poderiam trabalhar ou assumir qualquer postura ativa no âmbito social. E, pelo simples fato de que homens e mulheres ocupavam posições sociais completamente distintas, onde às mulheres apenas era dada a posição de dona de casa, sem que pudessem tomar decisões sobre a própria vida sem a autorização dos maridos, enquanto estes dominavam setores da economia e política.

Diante deste contexto, o cárcere costumava ser habitado predominantemente por homens e, sendo assim, não é difícil concluir que tais estabelecimentos prisionais foram pensados e construídos por homens para homens, de forma que o Estado não se preocupava com o assunto.

Sabe-se que a prisão tornou-se a principal resposta penológica somente no século XIX. Antes desse período, a prisão era utilizada somente para custódia até que o sentenciado fosse submetido publicamente ao castigo corporal. (Freitas, p. 7, 2013).

Notória é a diferença entre as criações das Penitenciarias masculina e feminina, porque a Casa de Correção do Rio de Janeiro, a primeira penitenciária masculina brasileira foi inaugurada em 1850 (Maia; Neto; Costa; Bretas, p. 34, 2012), enquanto a primeira penitenciária feminina do Brasil, só foi fundada cerca de oitenta e sete anos depois. (Cury; Menegaz, 2017, p. 04).

Diferente do local destinado aos homens, os primeiros presídios femininos tinham o objetivo de reeducar as internas. Como nos dias atuais, as mulheres eram vistas como seres frágeis, por isso, ao invés da aplicação da pena habitual eram realizadas oficinas domésticas (costura, bordados e artesanatos), assim destaca Cury e Menegaz (2017, p. 04 e 05):

> Os trabalhos dentro dos cárceres nessa época também se assemelhavam, os principais eram afazeres manuais, como a costura, bordado e o artesanato, mas eram vistos como trabalhos de lazer. As outras tarefas desenvolvidas pelas presas seriam para que elas exercessem na vida livre que teriam, esses eram os trabalhos domésticos, como lavar, passar, cozinhar, trabalhos vistos como tarefas femininas por excelência.

A partir de 1930, as discussões acerca da situação das mulheres no cárcere passaram a se fazer mais presentes, dividindo opiniões entre os diretores das instituições, médicos e penalogistas acerca de melhores condições para o alojamento das detentas (Karpowicz, 2016, p.1).

Mesmo após a conquista do voto feminino, as penitenciárias femininas tinham o caráter voltado para a reeducação, uma vez que a mulher era compreendida como um ser criado para reproduzir e cuidar do lar. Assim, nos primeiros anos as penitenciárias femininas eram administradas por freiras. Artur (2009, p. 03) descreve o Presídio de Mulheres, em São Paulo, inaugurado em 1942:

> Ora, o "Presídio de Mulheres" em sua edificação não foi construído com a função prisional-penal. Foi construído para cumprir a função de residência. E é esse espaço de residência que, em 1942, vai receber o nome e ser adaptado à "função" de "Presídio de Mulheres". O trato direto com as presas ficou, desde seus primeiros anos, a cargo das freiras da Congregação do Bom Pastor d'Angers, não de agentes penitenciários nem de agentes policiais.

Todavia, apenas em 1984 que a Lei de Execução Penal foi aprovada pelo Presidente da República da época, trazendo previsões significativas, uma vez que determinou que os estabelecimentos fossem salubres e que mulheres e homens cumprissem suas penas em locais separados (Freitas, 2013, p.2).

Mais tarde, as Leis n° 11.942/09 e nº 12.121/09 trouxeram inovações à Lei de Execuções Penais, determinando, dentre outros, que os presídios femininos contassem com berçários e que os profissionais atuantes nos interiores das instituições fossem do sexo feminino, como forma de garantir maior segurança para as detentas.

Atualmente, a situação é alarmante, haja vista o crescimento desenfreado de mulheres encarceradas no Brasil que seguem sendo tratadas como seres invisíveis, mas, agora, com novas modulações. Os desafios de hoje são outros, já que apesar dos inúmeros avanços obtidos, as estruturas das instituições prisionais e os profissionais que atuam nesses espaços seguem despreparados para receber mulheres.

Segundo o Departamento Penitenciário Nacional (2022), a população de mulheres presas no Brasil, somente entre janeiro a junho de 2022, corresponde a 28.699 mil. Números que não param de crescer e fazem com que o Brasil ocupe o

ranking do país com a terceira maior população encarcerada do mundo, totalizando 42.694 mulheres.

Entre as mulheres encarceradas, 63,5% são negras, 47,3% são jovens e 51,9% possuem o ensino fundamental incompleto e, de acordo com dados coletados em 2018 pelo Conselho Nacional de Justiça a partir do registro no CadÚnico, constatou-se que a renda familiar mensal per capita das mulheres presas era de R$ 40,00, enquanto a de mulheres não encarceradas era de R$ 100,00 (Mena, 2022).

O resultado deste aumento no número de mulheres ingressando no sistema carcerário é a pífia tentativa de adaptação de um espaço predominantemente masculino, evidenciando o total descaso e despreparo do Estado quanto a essa questão, uma vez que a solução vai muito além de apenas pintar os muros de rosa.

É preciso acompanhar a evolução social de forma efetiva, enxergando essas detentas como mulheres presas, considerando as suas especificidades de gênero, em prol de moldar as estruturas prisionais e não somente as tratar como não-homens.

2.3 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO FEMININA NO CÁRCERE

Inicialmente, há que se considerar também o fato de que as mulheres passaram a ocupar mais espaços, conquistando o direito de trabalhar fora, votarem e ser votadas. E, hoje, à medida que tais conquistas avançam no sentido de diminuir as diferenças existentes entre homem e mulher, seus reflexos também são percebidos no cenário criminal.

Indubitável que a maioria das internas integrantes do sistema prisional são jovens, solteiras, possuem filhos, têm baixo nível de escolaridade e renda familiar precária (Lima, Pereira Neto, Amarante, Dias, Ferreira Filha 2013, p. 447). A história, geralmente, é repetida. Elas não possuem bons vínculos familiares, nem renda suficiente para sustentar a família, engravidam na adolescência:

> A menina que engravida com quinze anos e abandona a escola para cuidar do bebe compromete seu futuro, o do filho, e empobrece os pais, obrigados a sustentar mais uma criança, já que a responsabilidade dos homens com a paternidade indesejada é próxima de zero. (Varella, 2017, p.51)

O Brasil, apesar de ser rico em recursos naturais, tem uma das piores distribuições de renda do mundo, onde grande parte da riqueza do país está concentrada nas mãos da minoria da população, a qual detém maior poder aquisitivo. Enquanto para a maioria, sobra uma mínima parcela de riqueza.

Tal fato por si só é capaz de gerar uma série de omissões, já que a grande massa da população não tem acesso aos direitos fundamentais do ser humano, como por exemplo, educação de qualidade, saúde, moradia, e o ingresso à marginalidade surge como uma oportunidade de melhoria de vida para aqueles que vivem as margens da sociedade e, além de todas as omissões enfrentadas, também não contam com uma estrutura familiar sólida.

Neste sentido, fica claro que a vulnerabilidade social é destaque no sistema prisional, visto que muitas mulheres já viviam à margem da sociedade na vida pregressa ao cárcere. E, sendo assim, fazem parte da classe marginalizada da sociedade, que não tem os seus direitos fundamentais respeitados.

Por outro lado, destaca-se que, segundo o Levantamento da Consultoria IDados, realizado com base nos números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 34,4 milhões de mulheres são responsáveis financeiramente pelos domicílios. Com isso, observa-se que na busca para suprir as necessidades do seu lar, muitas mães se tornam ausentes quase que por tempo integral, ocasionando certo desamparo afetivo aos filhos.

Ademais, não podemos ignorar o fato de que o ingresso na vida delitiva pela mulher, muitas vezes, ocorre por influência do companheiro, já inserido em práticas criminosas. O que não é difícil nas regiões mais periféricas do país, onde estão centralizados os focos de criminalidade (Davim; Lima, 2016).

Por todo histórico de ausência de base familiar, as mulheres tendem a assumir relacionamentos sérios cada vez mais cedo, como uma espécie de tentativa inconsciente de suprir necessidades afetivas e materiais, fazendo com que se envolvam sem se importar com as possíveis práticas delitivas realizadas pelos parceiros.

Infelizmente, a sociedade normaliza a prisão de mulheres pretas e pobres, isto porque apenas mulheres de uma classe social mais alta estampam os jornais e causam comoção nacional quando praticam um delito. Melo (2022, p.178) adverte que

a civilização de uma sociedade pode ser avaliada pelo tratamento oferecido aos encarcerados.

É necessário pontuar que o sistema foi criado para eliminar os indesejáveis e um dos métodos de exclusão mais eficazes atualmente é o encarceramento, que, por sua vez, não passa de uma tortura nada velada.

2.4 CRIMES DE MAIOR INCIDÊNCIA FEMININA

Apesar do número de mulheres envolvidas em condutas criminosas crescerem muito nos últimos anos, essas mulheres acabam se concentrando nos mesmos tipos penais, os quais só reforçam, na verdade, toda a estrutura social de que tratamos, a qual potencializa o ingresso delas na marginalidade.

Por muito tempo as mulheres protagonizaram as condutas criminosas mais relacionadas com a condição de mulher, de certa forma, pela imagem de dócil e frágil que foi construída em cima da figura feminina. Sendo facilmente associadas aos crimes de aborto, infanticídio e aos ditos crimes passionais.

Com o passar dos anos, observou-se uma grande ruptura deste cenário e as possibilidades se modularam às diversas situações as quais as mulheres estão submetidas.

Os dados do INFOPEN divulgados em 2017 demonstram que, em 2016, 62% das mulheres encarceradas estavam cumprindo pena devido ao envolvimento com o tráfico de entorpecentes, sendo o tipo penal que atualmente lidera os casos nas prisões femininas, seguido do roubo, com 11%, e o furto, com 9%. Nesta linha de pensamento Drauzio Varella, discorre (2017, p. 137): “O envolvimento com o tráfico fez explodir o aprisionamento de mulheres brasileiras: crescimento de 567% no período de 2000 a 2014. Nesses quatorze anos, a população carcerária feminina no país aumentou de 5.600 para 37 mil” (Varella, 2017, p. 137).

Da análise dos dados mencionados, podemos extrair que há um ciclo que interliga o tráfico de drogas e os crimes contra o patrimônio, trazendo à tona a grande falha do Estado quanto a proteção dos direitos humanos.

Consoante os dados informados pelo Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (2017) o delito mais cometido pelas mulheres é relacionado a Lei

11.343/2006. Desta forma, Melo (2022, p.45) narra que a interminável guerra às drogas contribui para o aumento da massa carcerária:

> Na política empreendida pelo Estado no combate ao tráfico de entorpecentes, a título de guerra às drogas, vale tudo: aumento indevido de penas, enrijecimento dos regimes, restrições de direitos... e ano após ano, desde que esta política global foi implementada no Brasil, só tivemos como resultado, a rigor, o encarceramento em massa da população negra, o fortalecimento do crime organizado, a falência do Estado no gerenciamento do sistema prisional e as sucessivas falhas nas políticas de segurança pública, e, como resultado mais expressivo de todos estes fatores, a superlotação da população carcerária.

Varella (2017, p. 141) aponta que, ao contrário do que se acredita, muitas dessas mulheres não são traficantes profissionais, grande parte delas são movidas por razões nobres, que obviamente não justificam, mas esclarecem muita coisa.

Trata-se de mulheres comuns: mães, esposas, filhas, irmãs, que por ceder aos clamores dos condenados por quem têm afetividade, acabam sendo traídas pelo medo e inexperiência ao tentar entrar nos presídios, levando drogas.

Ademais, considerando todo o contexto de vivências que são marcadas pelo abandono e descaso em todos os âmbitos, muitas mulheres nutrem o sentimento de querer sentir-se útil e produtiva, ocupando, ainda que ilusoriamente, posições de poder.

2.5 DAS EXPERIÊNCIAS VIVIDAS NO CÁRCERE – DIFERENÇAS ENTRE HOMENS E MULHERES

Durante o período do iluminismo, o pensador Cesare Beccaria revolucionou o direito penal e a sua forma de punir, ao publicar sua obra Dos Delitos e das Penas, onde criticou e questionou o cenário punitivo da época, que mais tarde tornou-se o que nos rege hoje.

Tal questão passou a se pautar por uma nova lógica e hoje, o Brasil adota as Teorias Ecléticas ou Mistas da pena, que buscam um equilíbrio na aplicação da punição, visando diminuir a intervenção do direito penal, sendo ele a *ultima ratio,* já que só deve ser aplicado na falta de outro instituto que solucione a questão, bem como a garantia da dignidade da pessoa humana, para que o indivíduo encarcerado seja reinserido e possa conviver em sociedade sem retornar a vida criminosa.

Neste sentido, a Lei de Execuções Penais preconiza que: “a assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade”.

Mas, o que se opera na realidade costuma ser bem distante deste ideal, isso porque, após a prática do delito, um processo é instaurado e é neste exato momento que o sujeito perde a sua identidade e passa a ser um número. O artigo do crime cometido. Neste sentido, Lima, Pereira Neto, Amarante, Dias, Ferreira Filha (2013, p. 01) acentuam:

> A morte civil, a substituição do convívio familiar, o vazio de ordem emocional e material, e a ausência da autonomia caracterizam o significado do cárcere. [...] É preciso que a prisão se comporte para além do caráter punitivo e proporcione cuidados especializados à mulher encarcerada.

O grande embate que se trava diante de tais premissas, abarca o seguinte questionamento: como abrigar e tratar mulheres num espaço construído e pensado para receber homens presumivelmente violentos?

A atual legislação pátria, seja por meio de dispositivos, seja pela doutrina ou pelos princípios, preconiza a ideia de que deve haver meios de proteção e garantias aos direitos e individuais e a condição especial da mulher, sem que tais medidas representem algum tipo de discriminação.

Neste sentido, as mulheres devem cumprir pena em estabelecimento próprio, de maneira que sejam observados os direitos e deveres inerentes a sua condição pessoal. Todavia, o Estado não tem se mostrado preocupado com essa situação e todo o arcabouço de normas vigentes, que ainda é pouco diante da complexidade da questão, é ignorado.

Ao contrário do que prevê a Lei de Execuções Penais, os dados colhidos pelo INFOPEN em 2016 revelam que 74% das unidades prisionais destinam-se aos homens, enquanto ao público feminino destinam-se apenas 7% e 17% são caracterizados como mistos, ou seja, estabelecimentos que são originariamente masculinos, mas têm algumas celas para comportar mulheres.

Desta forma, esbarramos no ponto central da questão: a regra tem sido a tentativa frustrada de adaptação dos estabelecimentos prisionais para abrigar mulheres. E, se já é difícil encontrar estabelecimentos específicos para mulheres,

encontrar um que comporte a estrutura necessária capaz de atender as especificidades das detentas, se torna uma missão praticamente impossível.

Existe previsão na Lei de Execuções Penais para que as detentas sejam alocadas em celas individuais, com dormitórios, sanitário e lavatório em salubridade. Mas, com o grande problema da superlotação que atinge os presídios brasileiros, a realidade está cada vez mais distante da teoria.

Assim, um dos grandes males dentro do cárcere é a ausência de qualquer garantia de saúde, já que estamos falando de diversas pessoas ocupando um mesmo espaço, em quantidade muito superior àquela recomendada para as estruturas. E, sem considerar o fato de que as apenadas precisam de assistência médica específica, de forma que seja garantido o espaço para as suas individualidades, o Estado as trata de forma generalizada.

Em 2012 foi publicado pelo CNJ o Mutirão Carcerário, onde foi constatado que em algumas penitenciárias de São Paulo as detentas utilizam miolo de pão como absorvente íntimo, diante da escassez de objetos de higiene, além de conviver com a má alimentação, chegando a identificar fezes de rato na comida.

Mulheres grávidas ou as que já são mães, geralmente, ocupam o mesmo espaço que as presas comuns, sendo levadas ao hospital no momento do parto, quando, na verdade, deveriam contar com um espaço específico para elas, bem como creches para abrigar as crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, na falta de algum familiar que possa cuidar delas, o que não é comum de acontecer.

A separação entre mães e filhos é um fator que também concorre para a deterioração da saúde mental da interna, pois além do sofrimento vivenciado na perspectiva carcerária, ainda há a preocupação com as atuais condições e futuro dos filhos. A situação ainda é mais traumática para aquelas que ingressam no presídio grávidas. Porque, na maioria dos casos, quando o bebê completa 6 (seis) meses, (na falta da creche, que dificilmente é encontrada) obrigatoriamente ele é retirado do convívio com a mãe e entregue aos familiares.

Nestas circunstâncias a visita de um familiar, que é algo raro nas penitenciárias femininas, representa um amparo não só emocional e psicológico, mas também a garantia de uma estádia um pouco melhor, tendo em vista que é a família que costuma

levar objetos de higiene íntima e demais utensílios básicos de cuidado. Referente a escassez das visitas às internas, Varella (2017, p. 39) destaca: “Filas são pequenas, com o mesmo predomínio de mulheres e crianças; a minoria masculina é construída por homens mais velhos geralmente pais e avôs.”

E, apesar de todo avanço no contexto social em relação as mulheres na Constituição Federal referente a igualdade entre os gêneros no que tange ao gozo dos mesmos direitos e obrigações, ainda há um longo caminho a ser percorrido, tendo em vista o fato de que todo o estereótipo engessado na sociedade civil é reproduzido nas instituições prisionais, e o pior: com o aval do Estado.

Pra começar, as medidas de punição aplicadas às mulheres costumam ser mais severas do que aquelas aplicadas aos homens. Como por exemplo, a limitação e quase proibição das visitas íntimas nas penitenciárias femininas, as quais ajudam no estreitamento dos laços extramuros, e também se trata de uma questão de saúde pública. Varella (2017, p.39) explica:

> As visitas íntimas são essenciais para a manutenção dos vínculos afetivos com os companheiros e para impedir a desagregação familiar. Isolar a mulher na cadeia por anos consecutivos causa distúrbios de comportamento, transtornos psiquiátricos e dificulta a ressocialização.

Um dos argumentos para o controle de visitas íntimas para as mulheres é pautado numa suposta tentativa de controle de natalidade, fazendo com que as penitenciárias femininas analisem com muito mais rigor uma prática que é extremamente comum nos presídios masculinos. Ao impedir o direito a visita íntima, o Estado também retira dessas mulheres o direito a sua sexualidade, e, consequentemente está negando a garantia do princípio da dignidade da pessoa humana.

Ademais, no que se refere aos trabalhos ofertados para as detentas, percebe-se que estas sempre são alocadas em funções que se assemelham com as domésticas, como serviços de limpeza e corte e costura, que normalmente são pouco remunerados e menos valorizados no mercado. Os homens, por sua vez, costumam praticar esportes nos pátios das instituições prisionais, enquanto para as detentas o esporte é visto como algo banal, por uma visão limitada e ultrapassada de que a prática desportiva pertence ao carcerário masculino apenas.

Isso se deve porque as mulheres ainda são vistas como a exceção num cárcere completamente masculinizado, o que contribui para a uma maior invisibilidade. Sendo assim, as experiências vividas no cárcere tendem a ser marcadas por angústias e frustrações que envolvem questões muito mais complexas, sendo a segregação da liberdade apenas o início de uma série de privações.

Com isso, o sentimento de abandono se torna cada vez mais forte, e é muito comum que se sintam deprimidas por se encontrarem sozinhas, sem nenhuma ou pouca amizade na instituição, passando por transtornos que representam um processo conhecido como “dessocialização”.

Diante de tantas agressões, se faz necessário a atuação dos profissionais de psicologia, visando desenvolver um trabalho de terapia individualizada, sem a exclusiva manipulação de remédios, como é de costume.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese haja enorme distanciamento entre o que é previsto pela legislação pátria e o que se opera na prática, apenas a mudança legislativa, por si só, não é suficiente para a garantia dos direitos humanos que são violados diariamente.

Fulcral salientar que a exclusão social é o ponto comum entre os homens e mulheres que integram a massa carcerária. Todavia, os desafios enfrentados pelas mulheres ultrapassam os muros das instituições prisionais, fazendo-as conviver com um cenário de completo abandono, incluindo a falta de assistência à saúde.

O abandono e a insalubridade dos presídios femininos brasileiros são uma transgressão as garantias constitucionais, e mais: caracterizam-se como uma espécie de tortura.

A realidade da mulher encarcerada é marcada pelo completo abandono, não só do Estado e dos seus familiares e companheiros, como também da sua própria identidade, já que a vivência dentro do cárcere faz com que tenham marcas para o resto da vida, marcas que vão muito além da pele maltratada.

Sendo assim, o Estado necessita ter um olhar mais empático sobre as mulheres que integram o sistema carcerário brasileiro, principalmente no que tange a assistência médica e acolhimento. A melhora no tratamento conferido àquelas que estão privadas da liberdade é essencial para a reinserção ao seio da sua comunidade.

REFERÊNCIAS

ARTUR, Angela Teixeira. **“Presídio de Mulheres”: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950**. Disponível em: < https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548772192_1635d32f7239cd3bcf643523baabdd02.pdf>. Acesso em 26 de fev. de 2023.

BECCARIA, Cesare. **Dos Delitos e Das Penas**. Tradução Torrieri Guimarães. São Paulo: Editora Martin Claret, 2001. 128p.

BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 24/02/2023.

_____. **Lei de Execução Penal**. Lei nº 7210 de 11 de julho de 1984. BRASIL. Rio de Janeiro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm. Acesso em: 25 fev. 2023.

_____. Ministério da Justiça. Departamento Penitenciário Nacional. **Dados Estatísticos do Sistema Penitenciário.** Atualização – Junho de 2022, p. 2. Brasília, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen. Acesso em: 25 fev. 2023.

CERNEKA. Heidi Ann. **Homens que menstruam: Considerações acerca do sistema prisional às especificidades da mulher**. 2009.

CURY, Jessica Santiago; MENEGAZ, Mariana Lima. **Mulher e o Cárcere:** uma história de violência, invisibilidade e desigualdade social. Disponível em: http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1499469506_ARQUIVO_ArtigoFazendoGenero-enviar.pdf. Acesso em 26 fev. 2023.

DAVIM, Brenda Karolina. LIMA, Cátia Santos. Criminalidade Feminina - Desestabilidade familiar e as várias faces do abandono. **Revista Transgressões: ciências criminais em debate,** 139-142. 2016.

FREITAS, Cláudia Regina. **O Cárcere Feminino:** Do Surgimento às Recentes Modificações. 2013.

ICPS. International Centre for Prison Studies. **World Prison Brief**. Disponível em: https://www.prisonstudies.org/. Acesso em: 26 fev. 2023.

KARPOWICZ, Débora Soares. Prisões Femininas no Brasil: Possibilidades de Pesquisa e de Fontes. *In:* **Anais...** XIII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS, n. 1. 2016.

LIMA, G. M. B.; PEREIRA NETO, A. F.; AMARANTE, P. D. C.; DIAS, M. D.; FERREIRA FILHA, M. O. **Mulheres no cárcere**: significados e práticas cotidianas de enfrentamento com ênfase na resiliência. Disponível em: ttps://www.scielo.br/j/sdeb/a/jwF9hQQFwGH8mKWQwJjjW5H/?format=pdf&lang=pt. Acesso em 26 de fev. de 2023.

MAIA, Clarissa Nunes; NETO, Flavio de Sá; COSTA, Marcos; BRETAS, Marcos Luiz. **História das Prisões no Brasil** – Vol I. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2012.

MELO, Marcos. **O hóspede do inferno**: retrato sombrio das mazelas de duas prisões. São Paulo: Garimpo editorial, 2022.

MENA, Fernanda. Brasil passa a Rússia e vira 3º país com mais mulheres presas no mundo. **Folha de S. Paulo**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2022/10/brasil-passa-a-russia-e-vira-3o-pais-com-mais-mulheres-presas-no-mundo.shtml>. Acesso em: 25/02/2023.

SILVA, Iranilton Trajano da. Uma breve análise histórica e legal sobre o encarceramento feminino no Brasil. **Boletim Jurídico**, 2014.

VARELLA. Dráuzio. **Prisioneiras**. 2017. Ed. 1°. Editora: Companhia das Letras, Cortesia.

A TERRITORIALIDADE COMO CONCEPÇÃO TEÓRICO-POLÍTICA DE REFERÊNCIA IDENTITÁRIA E DE CIDADANIA DOS POVOS INDÍGENAS NA ABYA YALA

Fernanda Ollé Xavier[1]
César Augusto Costa[2]

RESUMO

Este artigo tem por objetivo demonstrar que os povos indígenas, insertos em um amálgama de desigualdade social, econômica e política no Brasil, e por isto, inscritos no rol das suas minorias identitárias, possuem uma relação vital com o território onde vivem, estabelecendo com ele territorialidades fundamentais ao exercício de suas cidadanias, aqui denominada de "cidadania indígena". Para tanto, elaborou-se uma pesquisa teórica, mediante uma abordagem social crítica extraída de obras bibliográficas e documentais das Ciências Sociais e Humanas, e das Constituições Federais do Brasil (1988), da Bolívia (2009) e do Equador (2008), respectivamente. As temáticas abordadas permeiam os direitos humanos, a cidadania, e a territorialidade dos povos indígenas das Américas (*ABYA YALA*), sob um contexto de violências e atos de exclusão operados por um Estado ainda orientado pela matriz colonial eurocêntrica. O estudo promoveu reflexões no sentido da necessidade de refundação do Estado brasileiro, a partir dos modelos insculpidos pelas Constituições Federais do Equador e da Bolívia, as quais criaram Estados plurinacionais, firmados no reconhecimento da autonomia indígena e dos direitos da natureza, dentre outros, como direitos a garantir a estes povos o exercício de uma cidadania ao encontro de suas identidades étnicas.

Palavras-chave: Povos indígenas. *ABYA YALA*. Cidadania indígena.

1 INTRODUÇÃO

Este texto aborda a contundência da tensão e do contexto das lutas dos povos indígenas nas Américas que envolvem as suas territorialidades, como atos de resistência e de medidas emancipatórias que se pretendem disruptivas do modelo

[1] Advogada. Bacharel em Direito/UCPEL. Mestre em Direito/UCB. Doutora em Política Social e Direitos Humanos/UCPEL. Pós-Doutoranda em Políticas Sociais e Cidadania/UCSAL. E-mail: feolle@gmail.com.
[2] Sociólogo. Pós-doutor em Direito e Justiça Social/FURG. Doutor em Sociologia pela Universidade Martin Lutero-EUA. Doutor em Educação/FURG. Mestre em Ciências Humanas/PUC-RS. Bacharel em Ciências Sociais/UFPEL, e em Teologia/UCPEL. E-mail: csc193@hotmail.com.

civilizatório imposto pelo sistema-mundo moderno-colonial, e com o conceito de território forjado pela modernidade ocidental. A questão é introduzida neste espaço a partir da tensão instalada na América Latina quanto às designações criadas pelos invasores para identificar o território recém descoberto no Novo Mundo, em sua visão antropocêntrica, e a resistência contra-hegemônica dos povos originários ao sustentarem que o território constitui o elemento biocêntrico para a realização do seus modos de vida e que, portanto, inscreve-se na expressão *ABYA YALA*, cujo referencial semântico é a relação identitária entre os seus povos e o território que habitam.

Desde a invasão dos conquistadores ibéricos às "Índias Ocidentais", em 1492, o sistema-mundo moderno-colonial sofreu um novo modelo de conformação territorial em todas as escalas espaciais: local, regional, nacional e mundial. Vale dizer, ao assentarem-se no novo solo continental, a centralidade da Europa oriental, protagonizada até então pelos países árabes e asiáticos, cedeu espaço à Europa do norte ocidental, a qual, em face da sua hegemonia colonial sobre o Novo Mundo, inventou a modernidade e, em seu marco semântico, também o conceito de território.

O nome "América" (que atualmente se aplica à América do Sul) foi pioneiramente cunhado por Waldseemüller, em 1507, ao crer equivocadamente que as terras do Novo Mundo haviam sido descobertas por Américo Vespúcio e, o termo "América Latina", conforme rememora Porto-Gonçalves (2009), foi inscrito como distinção entre a América Anglo-Saxônica no poema *Las Dos Américas,* de José Maria Torres Caicedo, publicado em 1856, para nominar o que Bolívar já havia denunciado em 1826 contra a Doutrina Monroe (1823). Destafeita, o herói cubano, José Martí, foi inspirado a falar, em 1891, sobre *Nuestra América* para debater especificamente os problemas pelos quais passavam os países da América Latina na segunda metade do Séc. XIX.

Ante a este mosaico de denominações eurocêntricas para o território colonial, emergiu a expressão *ABYA YALA*, termo oriundo da cultura indígena *Kuna,* não obstante os diferentes povos que nela habitavam atribuíssem nomes próprios às regiões que ocupavam, tais como, Tawantinsuyu, Anauhuac, Pindorama, Kuna, Guarani. Com vista à criação de uma identidade unitária e um sentimento de pertencimento a um determinado local (territorialidade), o termo vem sendo cada vez mais utilizado pelos povos latino-americanos, muito embora o sociólogo boliviano,

Xavier Albó, já houvesse invocado *ABYA YALA* como expressão contra-hegemônica à consagrada América.

Porto-Gonçalves esclarece ainda, que a expressão tomou envergadura política pela primeira vez em 2004, por força da *II Cumbre Continental de Los Pueblos Y Nacionalidades Indígenas de ABYA YALA,* realizada em Quito, Equador, passando, destarte, a substituir paulatinamente o nome América nos palcos dialógicos dos diversos movimentos indígenas que se seguem na América Latina, sobretudo no início do Séc. XXI. Tal substituição, segundo Gonçalves, indicou também a presença de outro sujeito enunciador de discurso, até então calado e subalternizado em termos políticos: os povos originários, para superar o processo de isolamento político ao qual se submeteram desde a tomada de seus territórios pelo colonizador ibérico. Vale destacar, ainda, que o próprio termo "indígena" configura uma violência simbólica contra os povos originários da *ABYA YALA*, pois a expressão foi tecida pelos comerciantes europeus para designar as Índias no final do Séc. XV, e irreleva o fato de que os povos nativos tinham seus nomes próprios e de seus territórios.

Por conseguinte, o termo *ABYA YALA* vem sendo inserido no léxico político dos povos latino-americanos, em contraponto à América Latina, cuja expressão passou a ser prevalente para designar o Novo Continente, sobretudo a partir do final do Séc. XVIII, e início do Séc. XIX.

Com efeito, Gonçalves entoa, que a América Latina ainda é uma expressão europeia e que, portanto, exclui aqueles que nela viviam na Era Pré-Colombiana. Senão, vejamos *in verbis*:

> [...] silencia grupos sociais e nações que longe estavam da latinidade, exceto por sofrerem os desdobramentos imperiais que tão marcadamente caracterizam a tradição eurocêntrica. De certa forma, é uma oposição a isso que os povos originários de ABYA YALA querem afirmar ao adotarem um nome próprio por meio do qual buscam se reapropriar do território que lhes foi arrebatado, como se vê, de maneira não definitiva. (Porto-Gonçalves, 2009, p. 27).

É nesse sentido que *ABYA YALA* tem–se configurado como uma nova etapa dos movimentos indígenas, refletindo o sentimento político-identitário dos povos originários na luta pela descolonização do pensamento e pela conquista de direitos à sua autodeterminação, os quais pressupõem o direito ao território. Pois, conforme alude Hanna Arendt em "Sobre a Revolução" (2011), é na América que se descobre

que a miséria não é um estado natural e que o destino dos homens pode ser mudado por eles mesmos. A ideia de revolução como agência humana surge na *ABYA YALA*, embora o modelo de revolução que ganhará o mundo seja o europeu, mais precisamente o da revolução francesa.

Essa luta pela descolonização do pensamento entabulada pelos povos da *ABYA YALA* parece ser favorecida pelo sentido da territorialidade, semantizado pela identidade que ela estabelece com os seus povos originários, em contraponto à leitura eurocêntrica hegemônica, ainda arraigada no Direito Romano, que consagrou o território como elemento dissociado do ser humano, cuja acepção advém do direito positivo, ou melhor, do "direito de propriedade dos proprietários" - das elites oligárquicas, portanto, como um elemento a-histórico. Nesse sentido, é o que Hegel já teorizava ao vincular a ideia de território à base física onde se erige o Estado, isto é, como algo externo às relações sociais, naturalizando-a. Vale dizer, deve-se compreender o território aliado aos seus sujeitos, como um elemento histórico, assim como afirma Porto-Gonçalves ao enunciar o seguinte:

> De tal forma a territorialidade inventada pelos portugueses e espanhóis enquanto Estado Territorial conseguiu impor-se ao mundo, sobretudo pós 1648 que, sequer, nos damos conta de que os territórios não são substâncias a-históricas e que são, sempre, inventados e, como tais, realizam concretamente os sujeitos históricos que os instituíram. Portanto, há que se considerar o território e seus sujeitos instituintes e, assim, é fundamental que desnaturalizemos esse conceito. (Porto-Gonçalves, 2012, p. 18).

Vislumbra-se a urgência manifestada pelos povos originários quanto à descolonização da acepção de território em várias passagens de suas lutas e movimentos indígenas ao invocarem seus conclames de "'Abaixo as fronteiras', 'o capital não tem pátria', 'imperialismo' (ou império?), 'protecionismo/nacionalismo', 'socialismo num só país', 'proletários de todo o mundo, uni-vos', 'crise do Estado', 'não queremos terra, queremos território' (Porto-Gonçalves, 2012, p.18), ou seja, tratam-se de moções que demonstram a importância do território para estes povos. Reitera-se que tais insurgências decorrem de uma concepção eurocêntrica sobre território calcada na propriedade privada e eivada do dualismo hermenêutico excludente, que dissocia elementos que compõem o meio ambiente, como a território do ser humano. Ou seja, os povos originários, ao invocarem a *ABYA YALA*, visam ao reconhecimento

das diferentes formas de apropriação dos recursos naturais que já predominavam no mundo de forma comunitária, e não excludente.

Trata-se, portanto, de uma concepção teórico-política inovadora, que vai embasar este novo ciclo dos movimentos indígenas latino-americanos, em que a luta pela terra, enquanto meio de produção, típica do campesinato, é sucedida pela luta em torno do território, ao que Darcy Ribeiro (1986) denomina de “indigenato”, referindo-se à construção de uma comunidade etnopolítica que passa a se constituir como sujeito político. Com efeito, tal inovação está na associação da dimensão material de território, simbolizada pela água, biodiversidade e terra, com a sua dimensão subjetiva, isto é, natureza e cultura (Porto-Gonçalves, 2009).

Ante à contextualização preliminar, esta pesquisa visa a promover a ideia de que a relação entre os povos indígenas com o seu território conforma territorialidades, cuja definição entoa uma nova episteme teórico-política a fundamentar a noção de cidadania indígena. Neste expediente, tal cidadania é defendida como a adequada a garantir o efetivo exercício dos direitos humanos a estes grupos identitários, sobretudo, o direito de igualdade, conforme preconizado na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Destarte, mediante concepções extraídas de uma metodologia social crítica, embasada em obras das Ciências Sociais e Humanas sobre os direitos humanos dos povos indígenas brasileiros, em especial, os que dispõem sobre os direitos de igualdade no bojo da garantia dos direitos territoriais, o estudo passará a discorrer sobre a origem da semântica, “Abya Yala” e a sua relação com as territorialidades indígenas e o exercício da cidadania destes povos.

2. SITUANDO O ESPAÇO DOS MOVIMENTOS INDÍGENAS NA AMÉRICA LATINA NA PERSPECTIVA DE NOVAS TERRITORIALIDADES

A nova era dos movimentos indígenas na América Latina tem como principais marcos as grandes Marchas pela Dignidade e pelo Território que ocorreram nos anos noventa no Equador e na Bolívia, que desaguaram na promulgação de suas novas Constituições Federais, de 2008 e 2009, respectivamente, as quais promoveram e

reconheceram a pluralismo jurídico como um dos pilares norteadores do Estado nacional, e delinearam um novo conceito de cidadania no constitucionalismo latino-americano. Vale dizer, são os descendentes de Tupac Amaru, Tupac Katari e Sepé Tiaraju, articulando-se para o centro de um novo quadro político.

Com efeito, estes movimentos ocorreram em resposta ao longo período de exploração que aqueles povos sofreram, posto que alijados de representação política, assim como submetidos a altos índices de miserabilidade e privatização dos recursos naturais, tal como aconteceu na Bolívia durante séculos, inclusive até o Séc. XXI. Assim, em 1999, em resposta ao neoliberalismo instalado, foi constituído na Bolívia o *Movimiento al Socialismo* – MAS, composto por diversos setores da esquerda, como militantes dos movimentos de mineiros e *cocaleros*, consistindo em mais uma corrente social e étnica fortemente heterogênea, do que um partido político claramente definido (BELLO, 2018).

De acordo com Rey, o programa político do MAS tinha como objetivos, *in verbis*:

> A construção de uma nova Bolívia que deveria se apoiar na identidade, nos valores e na concepção de mundo de sua população indígena. Entre outras coisas, o MAS já exigia na época a nacionalização das grandes indústrias, a autogestão das empresas responsáveis pelo seu pessoal, o fim da destruição dos campos de coca e a distribuição das terras às comunidades indígenas e camponesas. (Rey, 2010, p. 207)[3].

Sob o contexto do MAS, três episódios sucederam-se no país, os quais foram determinantes para a mudança de rumos na Bolívia: a “guerra da água”, em Cochabamba (2002); a “guerra do gás”, em Tarija (2003); e a disputa pela nacionalização do petróleo, em 2005. Neste mesmo ano, em decorrência destes protestos, pela primeira vez na história do país, foi eleito um cidadão de etnia indígena como presidente da República, Evo Morales, ex-líder *cocalero,* o qual promoveu uma “refundação da República” que determinou a promulgação de uma nova Constituição boliviana, aprovada diretamente pelo povo em 2009, cujo preâmbulo enaltece a

[3]Texto original: *La construcción de uma nueva Bolívia que se debía apoyar em la identidad, los valores y la concepción Del mundo de su población indígena. Entre otras cosas, o MAS exigía ya en aquel tiempo la estatización de grandes industrias, la autogestión de las empresas a cargo de su personal, el fin de la destrucción de los campos de coca y la distibuición de tierras a comunidades indígenas e campesinas.*

plurinacionalidade inspirada “nas lutas do passado e na revolta indígena anticolonial”[4], e o reconhecimento da autonomia dos povos originários.

O Equador, por sua vez, também se propôs a promover um “novo pacto social” (Wilhelmi, 2010, p. 177 *apud* Bello, 2018, p. 117) que contou com a expressiva participação do movimento indigenista, destacado em prol do estabelecimento de um Estado plurinacional que reconheça a diversidade cultural e garanta a autodeterminação indígena.

Nessa esteira, portanto, em 2006 houve a eleição presidencial de Rafael Correa, alinhado à ideologia de Evo Morales e com o apoio de Hugo Chávez. O presidente eleito, economista representante do movimento *Alianza Patria Altiva y Soberana – PAIS*, prometeu a realização de uma “revolução cidadã” no país, conclamando que a “A América Latina não vive uma época de mudanças, mas uma mudança de época” (Delcas, 2007, s.p. *apud* Bello, 2018, p. 118). Destarte, em abril de 2007, Correa convocou uma assembleia constituinte, cujo texto foi aprovado com 63,9% dos votos favoráveis e 28% contrários e, em setembro de 2008, foi aprovado pelo referendo constitucional a nova Constituição equatoriana, que entrou em vigor no mês seguinte, em 20 de outubro de 2008. A principal inovação desta Carta Federativa foi a ressignificação do conceito de cidadania calcado no princípio do Bem Viver (*Sumak* Kawsay), uma vez que um dos seus eixos estruturantes está sedimentado nos direitos do seu povo indígena, maioria no referendo popular. Assim, também previu em seu bojo as perspectivas da interculturalidade e da plurinacionalidade, inaugurando um constitucionalismo plurinacional, categorias que se entende irrefutáveis à autodeterminação indígena.

Merece destaque, outrossim, o levante ameríndio dos povos Miskitos na Nicarágua por força da Revolução Sandinista (1979-1989), de ideal marxista. Trata-se de um movimento com motivos particulares, posto que os Miskitos se opunham ao sandinismo a partir de uma luta indígena legítima, mas contra as forças comunistas. Ou seja, os Miskitos pugnavam por direito ao reconhecimento de suas diferenças e pela demarcação de seus territórios, corroborando que essa nova era de movimentos representa um novo marco teórico-político às lutas indígenas que, do pleito à terra,

[4] Excerto do texto do Preâmbulo da CF boliviana de 2009. Texto original: *[...] inspirado em las luchas del pasado, em la sublevación indígena anticolonial [...].*

passaram a ser do território. Porto-Gonçalves (2012), concebe o conflito miskito-sandinista-imperialismo também como um episódio que marca esta nova era de conflitividade na América Latina sob o protagonismo dos povos originários, os quais, segundo ele, reconfiguram as lutas camponesas e passam a incorporar novas dimensões ao significado de território, como a natureza e a cultura, que o qualificam como territorialidade.

Destaca-se, que no ano em que o sandinismo é derrotado, em 1989, ocorre a queda do muro de Berlim, evento que refletiu na América Latina como precursor de novas possibilidades identitárias e potencialidades políticas, sobretudo aos povos indígenas, uma vez que, até então, as lutas de classes ainda estavam balizadas pelo ideal eurocêntrico, a exemplo das lutas camponesas por terra e crédito, impedindo outras razões. No mesmo ano, esse novo padrão conflitivo também se instala na Venezuela com as manifestações de rua (*callejeras*), a exemplo do “Caracazo”, em Caracas, que foi alvo de protestos e saques, em reação à tentativa do então presidente, Carlos Andrés Pérez, de aderir ao neoliberalismo à revelia do Parlamento e da população. Este manifesto, em que pese ter resultado em dezenas de mortos e centenas de feridos, determinou a recua do governo quanto à liberalização ampliada da economia.

Ainda no ano de 1989, formalizava-se a ascensão do neoliberalismo como modelo econômico mundial consagrado no Consenso de Washington que definiu pautas econômicas para a comunidade internacional, a exemplo da adoção de metas econômicas e políticas orientadas pelo modelo do Estado mínimo, pela privatização de empresas estatais, pela flexibilização da legislação trabalhista, diminuição de benefícios previdenciários, dentre outras. Trata-se, por conseguinte, de um acordo que causa profundas transformações nas relações entre o Estado e a sociedade civil, ou seja, outra fonte instigativa de reações populares e de grupos étnicos, haja vista que a hegemonia do capital, promovida neste Consenso, impacta de forma severa na exploração dos recursos naturais.

Em sede dos problemas ambientais, não há que se olvidar, que logo mais tarde, em 1992, parece haver uma consolidação do novo padrão conflitivo, ao se reunirem os chefes de todos os países do mundo, organizados pela Comissão das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - ONU na ECO-92, também

conhecida por Rio-92, em comemoração aos 500 anos do descobrimento da América (ou melhor, do *encobrimento* [Dussel, 1993]), a qual, de acordo com Porto-Gonçalves (2012), consagrou a problematização causada pelos movimentos sociais. A ECO-92 foi protagonizada pelos povos indígenas, os quais conclamaram que, os mesmos países que violentaram, exploraram, saquearam os povos originários durante séculos, reuniam-se para debater questões sobre as quais seus povos sempre demonstraram conhecimento e apreço, especialmente, sobre os elementos da natureza: água, terra, ar, flora e fauna. E tais conhecimentos eram oriundos de suas crenças e rituais, isto é, de sua cultura, mas invisibilizados pela "colonialidade do saber" (Quijano, 2000). A partir da Rio-92 é inaugurado um novo cenário de movimentos sociais em todas as grandes cúpulas mundiais.

O palco da hegemonia neoliberal globalizada também revela que o "Grande Dinheiro" (Porto-Gonçalves, 2012, p. 50) tem o poder de conformação geopolítica local, regional e mundial, inclusive no continente americano, a exemplo da operada pelo Acordo de Livre Comércio da América do Norte – NAFTA sobre o bloco de integração econômica regional-global composto pelos EUA, Canadá e México. Uma das reações foi o movimento zapatista, isto é, o indigenato ocupando as ruas em 1º de janeiro de 1994 para além das montanhas de Chiapas - México, visando à defesa de uma gestão autônoma e democrática do território, a partilha da terra e da colheita, dentre outros pleitos associados à participação direta da população. Com efeito, "os índios continuam querendo se espelhar, refletir, repercutir como protagonistas locais-regionais-nacionais-globais" (Porto-Gonçalves, 2012, p. 50) de encontro ao NAFTA.

Em que pesem os movimentos sociais contra as perversidades instituídas pelo neoliberalismo global, ocorridos em diversos países, dentre estes o Brasil, há que se ressaltar que os conflitos sociais na América Latina e Caribe foram marcados pela expressiva presença dos movimentos indígenas e demais grupos étnicos, como o dos afrodescendentes e de campesinatos de diferentes matrizes culturais, notadamente em países como Bolívia, Paraguai, Equador, México, Guatemala, Colômbia, Chile e Brasil. No Brasil, destaca-se o movimento campesíndio do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST, com estrutura política organizada, cuja pauta maior é a luta pela terra como meio de produção pela reforma agrária.

Inúmeros meios de sobrevivência foram empreendidos pelos grupos subalternizados ao longo do tempo ante às perversidades do colonialismo, que se transformou no neoliberalismo selvagem. Em outras palavras, muitas fugas para lugares de difícil acesso foram as estratégias adotadas pelos indígenas como forma de libertação, como se demonstra a seguir, *in verbis*:

> [...] os indígenas na bacia amazônica buscaram os altos cursos dos rios; os negros formaram seus pallenques e quilombos em lugares acidentados, ou nas furnas e cavernas, ou nos bosques fechados, ou acima das cachoeiras; ou nos mangues ou áreas insalubres para brancos. Em muitos lugares os indígenas preferiram ou aceitaram missionários protetores contra colonos ávidos por explorá-los. Enfim, foram várias e múltiplas as estratégias de sobrevivência. (Porto-Gonçalves, 2012, p. 47).

Porém, não obstante toda a resistência histórica indígena contra as violências sofridas desde 1492, apenas recentemente os povos originários ganharam maior visibilidade, quando suas lutas assumem uma dimensão político-social relacionada a questões que envolvem suas territorialidades enquanto bem viver.

Não se olvide, outrossim, que a conformação da maior área territorial brasileira à época da sua independência (1822) estava condicionada à mantença da escravidão de negros, brancos pobres e indígenas da região amazônica. A região amazônica, que atualmente compreende 54% do território brasileiro, somente se desvinculou de Portugal para aderir ao Rio de Janeiro, capital do Brasil à época, quando a população luso-amazônida de Belém, capital de Grão-Pará, temeu o fim da escravidão que a Revolução Liberal do Porto, em 1820, ameaçava extinguir.

De acordo com Porto-Gonçalves, o aumento da exploração daqueles povos no Brasil foi uma das razões que deram azo à maior rebelião popular da história do país, qual seja, a Revolução dos Cabanos (1835-1839), insurgida contra a escravidão e o latifúndio. Ou seja, a unidade territorial no Brasil foi possível mediante o pacto entre as oligarquias com o Império e grupos subalternizados, ao manterem o latifúndio e a escravidão. Nesse sentido, é possível afirmar que a colonialidade prevaleceu, posto que até hoje vimos sua continuidade, mormente pelo desmonte das políticas sociais e ambientais; vale dizer: “se de um modo geral, há muito de continuidade histórica colonial na descontinuidade dos processos de independência da América Latina, no Brasil as continuidades são muito mais significativas do que as descontinuidades” (Porto-Gonçalves, 2012, p. 21).

Ante o exposto, corrobora-se o que Quijano (2000) já afirmara, que o fim do colonialismo não significou o fim da colonialidade. Veja-se, a colonialidade ainda se mantém, um exemplo é a nova divisão territorial do trabalho, onde os países pobres viram verdadeiras lixeiras do mundo, para sustentar o modo de vida desigual nos marcos do capitalismo (Porto-Gonçalves, 2012).

Por conseguinte, a luta emancipatória dos povos indígenas assume um novo significado, não só pela conquista de um espaço físico para explorar os seus meios de produção, como a terra, mas um espaço em sua dimensão cosmológica, onde possam desenvolver suas idiossincrasias enquanto bem viver, validar seus saberes de forma a romper com o pensamento hegemônico europeu. Enfim, atenuar, através da conformação de novas territorialidades, os efeitos nefastos que o histórico colonial lhes causou, haja vista que os povos subalternos têm na *Nuestra América,* que congrega todos que se percebem no marco do sistema-mundo moderno-colonial, aquela expectativa de ruptura com o modelo imperial capitalista representado pela "outra" América (do Norte –EUA).

Esta territorialidade plasmada no vínculo ancestral entre o indígena e a natureza, que foi exterminada pela reconfiguração geopolítica ordenada pelo eurocentrismo, e depois pelo imperialismo capitalista, é que se pretende resgatar.

De acordo com Gersem Luciano (2006), a possibilidade para os povos indígenas de reconstrução de processos autônomos de vida, especialmente na realidade brasileira, significa uma conquista que é objeto de lutas travadas há séculos na América Latina e, no Brasil, a partir da década de setenta do século passado, ao se considerar os movimentos indígenas política e estruturalmente organizados. Ou seja, como a preocupação do Estado estava voltada à sua inserção na economia global em detrimento da preocupação com a integração social do seu povo, foi aproximadamente a partir dos anos setenta que os movimentos sociais e indígenas emergiram no Brasil, para visibilizar sujeitos até então negados pelo sistema dominante.

Ou seja, insertos neste atual modelo civilizatório, moderno e capitalista, ainda esculpido sob a égide do Estado-Nação, não há que se falar em efetividade de direitos àqueles que não oferecem interesses ao capital internacional; ao contrário, segundo as elites do poder, os grupos subalternizados, como os indígenas, figuram como

entraves ao desenvolvimentismo – trata-se das “elites predatórias”, cujos alvos são os países pobres, porém, com abundantes recursos naturais. Ou, nas palavras de Sassen (2016), o crescimento econômico nunca foi benigno. Neste sentido, portanto, eis que surge o argumento pela refundação do Estado, para que o sonho que nutre as moções revolucionárias dos movimentos populares e indígenas tornem-se concretudes em andamento.

Ao tratar-se da necessidade de reconstrução do Estado, seja em ordem regional ou local, *in casu,* no Brasil, advoga-se com as palavras de Lucas Fagundes, *in verbis*:

> O que as recentes constituintes de países como Bolívia, Colômbia, Equador e Venezuela nos revelam é que, além de dar respostas às demandas que a modernidade não conseguiu concretizar, também aflora a necessidade de reinvenção das instituições jurídicas e políticas no continente, para inserção da cultura autóctone negada e da cultura sincrética popular produzida pelos rostos da exclusão social, resultado da colonização [...]. (Fagundes, 2013, p. 153).

Veja-se, a hermenêutica jurídica operada pelas instituições brasileiras, enquanto instrumento do direito positivo moderno de interpretação das leis e da declaração de direitos, ainda está associada ao marco epistemológico forjado no sistema-mundo moderno-colonial que indiligencia os pleitos dos sujeitos negados e desconsidera as práticas emancipatórias dos demais países da latino-americanos, notadamente, Bolívia e Equador.

No marco desta hermenêutica, já na primeira década do século XXI, movimentaram-se alguns países latino-americanos, dos quais se destacam a Bolívia e o Equador, pois a partir da proposta de um novo constitucionalismo, construíram um Estado plurinacional comprometido com a autodeterminação dos seus povos originários e com os direitos da natureza, dentre outras inovações democráticas. No entanto, conforme lembrado por Fagundes (2013), não obstante a emergência de um processo constitucional transformador, a incerteza dos seus resultados ainda é um risco, assim como também o é a efetividade dos preceitos ali instituídos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O constitucionalismo latino-americano que se abarca como modelo a contemplar os povos indígenas como sujeitos de direitos em territorialidades que o

identificam como tais, e lhes permitem o exercício de suas cidadanias sem deixarem de ser o que são, é o que foi implantado nas Constituições da Bolívia e do Equador. Tal premissa decorre da concepção de que estes dois países promoveram a refundação dos seus Estados mediante a ampliação democrática e o reconhecimento do pluralismo jurídico como pilar fundante do Direito, ressignificando, assim, os seus conceitos sobre cidadania.

Com efeito, a instituição de um Estado plurinacional consagra a sua conformação por nações, nacionalidades indígenas e novos direitos, que emergiu de um contexto material-dialético caracterizado pela alta presença indígena nas constituintes, ou seja, por uma participação política dos povos indígenas até então ausentes (ou negados), pelo fracasso das políticas neoliberais e, por fim, por um Estado que retome sua responsabilidade social, torne efetivo o Estado "de bem-estar", principalmente para os povos indígenas.

As Constituições do Equador e da Bolívia, marcos político e jurídico do novo constitucionalismo latino-americano, em sede de direitos dos povos indígenas e de novos direitos, reconheceram, dentre outros, o que denominaram de "novos direitos sociais", a exemplo do direito à água e ao "bem viver"; e os direitos "da natureza" (no caso do Equador). Também reconheceram os "direitos de indivíduos, grupos, comunidades, povos nações e nacionalidades indígenas", assim como as "autonomias indígenas" e a "jurisdição indígena" (Fajardo, 2010, p. 35 *apud* Bello, 2018).

A nova Constituição Política do Estado Plurinacional da Bolívia contempla o "bloco indígena-popular" como vitorioso na luta ante às medidas neoliberais impostas no país, a exemplo das guerras da água e do gás, fortalecendo, destarte, o papel de determinados sujeitos e grupos sociais antes negados (Leonel Júnior, 2015). Este novo pacto político-jurídico é o corolário do acervo político e social das lutas entabuladas pelos seus povos originários até a sua promulgação em 2009, configurando, portanto, um referencial temporal ao país. Com efeito, trata-se de um documento normativo que redesenha um novo parâmetro político e jurídico à compilação de direitos até então preconizados como fundamentais, agora reunidos em um conjunto de capítulos denominado *Derechos Fundamentales y Garantías*[5] que compõem o Título II da Constituição. Este Título introduz um novo rol de categorias

[5] Cfe. *Constitución Política Del Estado*, Bolívia, 2009. (BOLÍVIA, 2009, p. 4).

de direitos, quais sejam: humanos, sociais, coletivos e povos indígenas, ao que se destaca que todos foram ratificados pela ONU.

Ainda nessa esteira, cumpre ressaltar que o texto inaugural do Preâmbulo da nova Carta Política boliviana é seminal quanto ao reconhecimento da importância das lutas travadas pelos povos originários para a elaboração do novo marco normativo nacional. Ora, o reconhecimento de um novo Estado decorrente das lutas populares, sociais e étnicas que se mobilizaram em uma matriz anticolonial, assim como a necessidade da convivência harmônica e coletiva entre o ser humano e a natureza, são princípios norteadores do novo constitucionalismo boliviano, constantes do texto preambular da sua Constituição.

No que tange ao conceito de cidadania, a Constituição boliviana de 2009 instituiu um Estado Unitário Social de Direito Plurinacional Comunitário, ou seja, um Estado livre, independente, soberano, democrático, intercultural, dentre outros pilares que consagram a pluralidade e o pluralismo político, econômico, jurídico, cultural e linguístico no seio do processo integrador do país, conforme alude o artigo primeiro da sua Carta

O Estado plurinacional reconhece a existência de diversas nações, principalmente as representadas pelos povos nativos da *ABYA YALA*, preexistentes à invasão colonial e, por isso, deve ser o modelo adotado em substituição ao Estado moderno, cujo conceito de Estado-nação já não atende aos interesses dos povos andinos que o compõe, uma vez que desconsidera as suas especificidades históricas.

Em outras palavras, aceitaram os seus povos originários como protagonistas que agem com corpo presente para ouvir a palavra do outro.

REFERÊNCIAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

BELLO, Enzo. **A cidadania no constitucionalismo latino-americano**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

BOLÍVIA. **Constitución Política del Estado (CPE) (7-Febrero-2009)**. 2009. Disponível em: https://www.oas.org/dil/esp/constitucion_bolivia.pdf Acesso em: 03 fev. 2022.

DUSSEL, Enrique. **1492:** o encobrimento do outro. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

ECUADOR. **Constitución de la Republica del Ecuador**. 2008. Disponível em: https://siteal.iiep.unesco.org/sites/default/files/sit_accion_files/siteal_ecuador_6002.pdf Acesso em: 03 fev. 2022.

FAGUNDES, Lucas Machado. Reflexões histórico-jurídicas e antropológicas: a necessidade de refundar o estado a partir dos sujeitos negados. *In*. WOLKMER, Antônio Carlos; CORREAS, Oscar. (orgs.). **Crítica Jurídica na América Latina**. Aguascalientes: CENEJUS, 2013. p.146-164.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. **O novo constitucionalismo latino-americano:** um estudo sobre a Bolívia. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro:** o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: LACED/Museu Nacional, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A reinvenção dos territórios na América Latina/ABYA YALA**. Mexico: UNAM, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Entre América e ABYA YALA: tensões de territorialidades. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 25-30, jul./dez., 2009.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, globalización y democracia. *In*. LANDER, Edgard. (org.). **Colonialidad del saber, eurocentrismo y ciências sociales**. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO, 2000.

REY, Romeo Bajo. **El signo del Che:** teoría y práctica de La izquierda em América Latina. Buenos Aires: Biblos, 2010.

RIBEIRO, Darcy. **América Latina**: a pátria grande. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina:** perspectivas desde una epistemología del sur. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

_____.. **Para além do pensamento abissal**: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Revista Crítica de Ciências Sociais, Coimbra, n. 78, 2008.

SASSEN, Sáskia. **Expulsões:** brutalidade e complexidade na economia global. São Paulo: Paz e Terra, 2016b.

DA LAPINHA AO ILÊ: Análise histórica e socioeconômica do bairro da Liberdade

Antonio Regis Cerqueira da Hora[1]
Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade[2]
Juliana Santos Sodré[3]
Mariana Oliveira Conceição[4]

RESUMO

A cidade é uma forma de desenvolvimento das relações sociais, o que sucessivamente cria uma identidade de um povo, onde são desenvolvidas diversas manifestações culturais. São encontrados exemplos desse tipo de manifestação no bairro da Liberdade, em Salvador, que é uma localidade de forte influência afrodescendente, no qual desde o início de sua formação, tinha uma grande presença de quilombos, onde negros libertos e fugitivos residiam e que posteriormente, com a abolição da escravatura, formaram pequenos núcleos habitacionais. A região desde sua formação faz oposição ao racismo brasileiro e tem como sua principal característica a resistência, a partir do momento em que sua comunidade enfrentou a segregação urbana, falta de infraestrutura e a marginalização de suas matrizes. Essa pesquisa foi realizada com base na coleta de dados bibliográficos, por meio de artigos científicos e pesquisas que abordam a informações sobre a cercania estudada; e tem como objetivo explicar a formação histórica e socioeconômica do bairro e relacionar suas características e fatores ocorridos ao longo da história local ao contexto histórico da cidade de Salvador. É importante externar que o fato de se tratar de um bairro com forte contribuição da matriz africana foi uma das principais causas da marginalização, na qual a mesma sofreu com o assédio do poder público por muito tempo. E essa pesquisa tem sua relevância instaurada quando busca mostrar como essa característica contribui para a formação identitária e demonstrar como agentes sociais do bairro, como bloco afro Ilê Aiyê, participam nesse processo de resistência e reafirmação.

Palavras-chave: Liberdade. Resistência. Matrizes Africanas. Marginalização.

1 INTRODUÇÃO

A cidade é uma forma de desenvolver as relações sociais de um povo, assim podendo se construir uma identidade social de uma região. Diferente do urbano, que

[1] Estudante da 2° série do Novo Ensino Médio, Escola Sesi Retiro Reitor Miguel Calmon, antonioregisdahora@gmail.com
[2] Mestre de Geografia, Secretaria Municipal de Educação, filipetrindade551@hotmail.com
[3] Especialista em Atendimento Educacional Especializado, Serviço Social da Indústria, juli_sodre@hotmail.com
[4] Especialista em Antropologia, Serviço Social da Indústria, conceicaomariana30@gmail.com

consiste apenas na oposição ao rural, as cidades trazem características regionais e locais discursadas pela sua população. Esses aspectos podem ser apresentados pela historicidade e religiosidade de um local, o que ocorre fortemente na urbe de Salvador, cidade onde se concentra a localidade que será estudada; a qual há inúmeras manifestações coerentes a história desde a colonização e a religiosidade dos povos que formaram o território.

Salvador a primeira capital do Brasil e entreposto comercial mais importante do país durante décadas, hoje é um dos principais centros turísticos, históricos e culturais do Brasil. Tem sua formação enquanto cidade a partir da invasão Portuguesa ao nosso território, com a fixação da população, se formam os primeiros bairros, distribuídos em dois planos: Cidade Baixa, que compreendia em casas comerciais, e a Cidade Alta, na qual se encontrava a classe média alta. Com o processo de expansão urbana, novos aglomerados passam a surgir, principalmente aqueles onde viviam os negros libertos, um deles é o atual bairro da Liberdade, objeto de estudo aqui trabalhado.

Anteriormente denominada como Estrada das Boiadas, a Liberdade consistia em uma área repleta de roças para criação de bovinos, os quais eram transportados para o interior do estado da Bahia por este local. Ali também existiam diversos quilombos, onde negros libertos e fugitivos residiam e que posteriormente formaram pequenos núcleos habitacionais. A região recebe o nome de Liberdade após a última batalha da Independência da Bahia, em que os soldados baianos se deslocam do bairro do Pirajá até a Estrada das Boiadas para marcharem vitoriosos da guerra. Posteriormente o bairro é renomeado para homenagear tal fato.

O bairro é um dos mais tradicionais de Salvador, com cerca de 41.800 moradores na região, segundo o Censo (2010). A localidade compreende também outros espaços, como a Lapinha, Curuzu e Pero Vaz, em que mesmo estes sendo classificados atualmente como outros bairros, carregam as características fomentadas pela Liberdade. É posicionada na Região Administrativa (RA-IV), sendo detentora de um dos maiores números populacionais, residido por aproximadamente 190 mil pessoas. A região é conhecida como “Bairro mais negro de Salvador”, fato esse desmentido em 2012, mas que ainda tem grande força pela representatividade negra presente no entorno de sua localidade (Machado; Sobral, 2020).

Figura 1 - Mapa Da Liberdade

Fonte: Google Maps

Bandeira e Macambyra (2008) afirmam que a Liberdade é negra desde sua origem como bairro, uma vez que, muito antes de ser considerado bairro, já havia a presença afrodescendente na região, através dos quilombos. Após a abolição da escravatura com a chegada dos libertos ao local, o bairro da Liberdade se torna uma área que é sinônimo de resistência preta. Nos dias atuais diversas instituições na localidade trazem essa característica, como a Senzala do Barro Preto, tendo sua construção social e cultural manifestando suas raízes africanas.

O projeto dá sua importância no momento em que trabalha em uma região de forte potencial turístico e comercial na cidade de Salvador, porém essa área ainda continua sendo negligenciada pelo poder público tendo, por consequência, a não exploração de sua potencialidade. O distrito da Liberdade desde seu desenvolvimento como bairro é um local que sofre com a violência, a marginalização de sua comunidade como um todo e com a falta de infraestrutura básica em alguns pontos de sua extensão.

Diante do exposto, serão apresentadas as manifestações culturais, históricas e econômicas que se expandem por todo bairro e localidades que a ele também abrange. É importante mostrar que os aspectos que tornam a região importante se dar por sua comunidade, o qual por meio de diversas mudanças estruturais durante toda a formação da cidade de Salvador contribuíram para um desenvolvimento de uma diversificação cultural vigente na Liberdade.

Expor a historicidade e o poder econômico que pode ser gerado no bairro da Liberdade é uma forma de contribuir na valorização da localidade, o que consequentemente, atribui maior responsabilidade do poder governamental de preservação de toda sua estrutura física e de sua população.

Tendo por objetivo valorizar os aspectos sociais e econômicos que compõem o bairro da Liberdade, foram analisados aspectos que ocorreram na cidade de Salvador e como isso contribuiu na formação da localidade estudada, além de externar a importância de sua comunidade, comércio e da influência africana para a região. Para tanto foi realizada a coleta de dados bibliográficos buscando informações que dialogam com a formação inicial do bairro da Liberdade, o seu crescimento populacional e consequentemente o aumento da movimentação econômica, e sobre as influências africanas que consistem na identidade do bairro desde seus princípios e sucede até os dias atuais; além da busca por relações de obras nas quais agreguem valor técnico no artigo.

2 LIBERDADE AUTÔNOMA

O bairro da Liberdade consistia em uma região repleta de pequenas fazendas em seus entornos, na qual tinham como principal atividade a criação de bovinos, que eram transportados para o interior ou a atual localidade do Retiro, onde os gados eram abatidos. Além das fazendas, havia uma quantidade considerável de quilombos na extensão. Com a abolição da escravidão, muitos afrodescendentes recém libertos migraram para a antiga Estrada das Boiadas (atual Liberdade), visto que eram excluídos das regiões centrais da cidade, assim lhes restando as áreas mais afastadas, que hoje são as periferias, aglomerando-se junto aos seus, o que fez a Liberdade ter até hoje grandes influências de matrizes africanas. Em consequência do racismo ambiental promovido à população do bairro, os moradores da comunidade que iniciava seu desenvolvimento, tiveram que agir de forma autônoma para melhoria de infraestrutura e comércio na região, tendo que custear as ações realizadas. A atuação do corpo social na localidade possibilitou que a região recebesse alguns investimentos na infraestrutura do Estado, mesmo que mínimos, como a chegada da

Linha 8, linha de bonde que chegava até o Barbalho, foi ampliada até a Estrada da Liberdade.

No que diz Ramos (2007), desde o início de sua organização como bairro, a Liberdade é composta por suas diferenciações físicas, econômicas e simbólicas no entorno da região. A Estrada da Liberdade, a principal via do bairro até hoje e onde se passava a linha do bonde, e o Guarani, área planejada da localidade, eram de grande disputa dos moradores de maior poder aquisitivo por ter um significado de status na durante o desenvolvimento das extensões. Já as zonas de encostas íngremes correspondem à parte mais pobre da Liberdade, que não conseguia competir economicamente para se situar nas áreas centrais do bairro, e onde oferecem um acesso difícil e uma passividade a alagamentos.

Já na década de 1940, a cidade de Salvador sofreu um grande crescimento de sua população. De acordo com Volpini (2012), em conjunto com a expansão demográfica sofrida na urbe, a expulsão de pessoas do campo por conta da seca e a mão de obra industrial se tornando atrativa foram outros motivos que contribuíram no desenvolvimento populacional da capital baiana. Essas razões, colidiram com outro movimento que ocorria não só em Salvador, mas nas principais cidades brasileiras, a expulsão das comunidades mais pobres das áreas centrais urbanas, também chamada de sangria populacional. Ambas as deslocações ocorrendo simultaneamente gera um crescimento expressivo dos bairros periféricos. A cidade de Salvador foi uma das afetadas por essa migração urbana que atingiu o bairro da Liberdade, onde nesse período teve o seu primeiro grande crescimento demográfico. Segundo Ramos (2007), por motivos de reformas na região, a Baixa do Sapateiro sofreu com este fenômeno na localidade, o que resultou no deslocamento de diversos moradores para o Bairro da Liberdade, que na verdade não era considerado bairro pelo Estado na época. O marco que fez o poder público e mídia darem visibilidade a região foi por conta das invasões que estavam acontecendo na cercania da Liberdade, sendo a invasão do Corta Braço, na região do Pero Vaz; se tornando a mais famosa. Com isso a área ganha destaque, porém, de forma negativa, trazendo uma imagem de localidade violenta.

3 RAIZ AFRICANA DA LIBERDADE

A influência da matriz africana sempre se manifestou fortemente na Liberdade, inclusive pela religiosidade, no momento em que o bairro tem uma grande concentração de terreiros. Após o período de reconhecimento da região como bairro, essas manifestações religiosas sofreram grande assédio do poder público. Segundo Ramos (2007), as atividades de matrizes africanas eram perseguidas e combatidas com a justificativa de ser uma atividade de magia e falsa medicina, e essas ações governamentais contribuíram para a marginalização do bairro. Para fugir das fiscalizações, as instituições que tinham essas práticas se declararam como casas de jogos. Nessa época surgiram instituições que entraram em embate com as de umbanda e candomblé, pois essas que estavam adentrando no bairro buscavam desmotivar a prática das matrizes africanas. Exemplos dessas instituições são a Igreja Assembleia de Deus e Igreja de São Cosme e Damião, fundadas em 1940 e 1941, respectivamente.

Em grande parte do século XX, a Liberdade teve uma concepção marginalizada do Estado, onde contava com uma reputação de um bairro violento e de que seus moradores eram perigosos e bagunceiros, situação claramente relacionada ao fato da localidade contar com a maioria de sua população como declarada negra. (Morales, 1991). Como dito por Neves e Davel (2022), com grande influência das manifestações e grupos anti racistas estadunidenses, surge em 1974 o primeiro bloco afro do Brasil, o Ilê Aiyê. Criado com objetivo de afirmação cultural africana da região e incluir sua comunidade no carnaval de Salvador; o pioneirismo do bloco tem suma importância para o fortalecimento identitário não só do bairro da Liberdade, como para a população afrodescendente de Salvador, o qual começou a exaltar e valorizar as características da cultura negra, e serviu de incentivo a criação de outros blocos afros na cidade. O Ilê sai em seu primeiro carnaval em 1975 com padrões de um bloco somente de negros e com a canção “Mundo Negro”. (De Jesus, 2003).

“Que bloco é esse
que eu quero saber
é o mundo negro
que vamos mostrar pra
você”.

(Ilê Aiyê, de Paulinho Camafeu).

Além das propostas para melhorar a autoestima da população ali presente, o bloco desenvolve diversos projetos de âmbito sociocultural e educacional na região, como a Escola Mãe Hilda.

Figura 2 - Senzala do Barro Perto

FONTE: G1 – Globo

O surgimento do Ilê Aiyê deu início a um fenômeno que atingiu a estrutura carnavalesca de Salvador, onde a partir da década de 70 começou a envolver blocos que tinham como temática aspectos étnicos, com isso envolvendo ações políticas e de busca de formação de identidade, o que não acontecia anteriormente, quando o carnaval soteropolitano era composto majoritariamente por grupos de maioria branca e de classes médias (De Jesus, 2003).

Posteriormente, já na década de 1980, surge o bloco Muzenza, devido a discordância com o bloco do Olodum. O grupo migrou por diversos bairros até se fixar

atualmente na Liberdade. E tem como características canções relacionadas aos afro-jamaicanos.

4 ECONOMIA DA LIBERDADE

Segundo Santos e Serpa (2000), o comércio nas periferias de Salvador pode ser dividido em dois circuitos, o superior e o inferior. O superior consiste nos estabelecimentos que têm filiais em outras regiões da cidade, que não têm total dependência nos bairros inseridos. E o inferior equivale aos estabelecimentos que são dependentes do bairro, onde esse comércio em sua maioria corresponde a camelôs e lojas de rua. A presença desses circuitos e a variação de destaque de uma divisão sobre outra em um local se dá pela formação de uma centralidade de atividades comerciais e de serviços em uma periferia. A mobilidade urbana é um dos principais fatores para o desenvolvimento da centralidade de um local. É possível analisar esse fenômeno presente no bairro da Liberdade, uma localidade que apresenta uma grande área comercial, onde apresenta acessibilidade com outros núcleos comerciais de Salvador.

A partir da década de 70, o Brasil passa por uma descentralização de indústrias e empresas na região Sudeste, o que resultou no aumento das mesmas nas outras regiões brasileiras. “O Nordeste passa de 5% a mais de 13% nesse período” (Santos, 1993), e esse crescimento proporciona também uma maior atividade comercial nas periferias, como por exemplo o do bairro da Liberdade. A cercania tem seus estabelecimentos predominantes como o do setor terciário da economia, especificamente pelo comércio atacadista. Esse tipo de atividade se desenvolve não só na Liberdade, mas na periferia de Salvador em geral, é o resultado do processo de centralização das mesmas, ocasionado pela expansão urbana (Santos; Serpa, 2000). A área tem grande contribuição do bairro da Calçada, extensão hoje majoritariamente comercial, e que contêm em suas localidades a Estação Ferroviária, que que serviu por muito tempo como transporte de mercadorias vindas do porto de Salvador e que eram distribuídas para diversas regiões da cidade. Essas duas regiões são um dos exemplos de ligação entre a Cidade Alta (Liberdade) e Cidade Baixa (Calçada), e esse ajuntamento serviu como forma de simplificar o transporte de produtos para esses

dois espaços. A grande movimentação econômica gerada através desses dois bairros foi de grande influência para a construção do Plano Inclinado Liberdade-Calçada (Figura 3), inaugurado na década de 1980, com o objetivo de facilitar o acesso entre a Cidade Alta e Cidade Baixa.

Figura 3 - Plano Inclinado Liberdade-Calçada

Fonte: Bahia Notícias

5 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o decorrer desse artigo foi possível analisar como a influência africana com sua resistência contribuiu fortemente no desenvolvimento sociocultural do bairro da Liberdade e de como os seus habitantes transformaram a região em um polo econômico importante da cidade de Salvador.

O potencial do povo negro no bairro, como por exemplo o bloco afro Ilê Aiyê, que promove a valorização da comunidade na qual foi amplamente marginalizada desde sua formação social e ações para o desenvolvimento educacional e cultural, demonstram como a coletividade da região age de modo que faça uma resistência contra o racismo.

Manifestações civilizacionais presentes na Liberdade, como a religiosidade de matrizes africanas, demonstram as condições de alavancar um desenvolvimento cultural na região, o que tem como empecilho para esse prosseguimento a falta de

investimentos na estrutura e segurança da cercania, no qual impede a geração de renda do local e também a qualidade de vida de seu morador.

Com isso é reafirmada a necessidade da exposição da atividade cultural e econômica no bairro da Liberdade a fim de sensibilizar o poder público sobre a urgência da aplicação de políticas públicas na Liberdade que visam melhorar o bem-estar da comunidade.

REFERÊNCIAS

DE ALMEIDA VASCONCELOS, P. *et al.* **A Cidade Contemporânea: Segregação Espacial**. Segregação espacial. **Revista Geografares**, n. 15, p. 267-271, 2013.

De Jesus, A. N. V. **Blocos afros:** herança cultural afro-brasileira. Salvador: SEMOC-Semana de Mobilização Científica, 2003

MACHADO, W. B. Produção de sentidos no espaço urbano da cidade de Salvador**:** um olhar no bairro da Liberdade. **Revista Philologus**, Rio de Janeiro, 2020.

MORALES, Anamaria. Blocos negros em salvador: reelaboração cultural e símbolos de baianidade. **Caderno CRH,** n.4, Salvador, 1991.

NEVES, Joyce Neri dos Reis; DAVEL, Eduardo. A territorialidade do empreendedorismo cultural: a experiência identitária no bloco cultural Ilê Aiyê. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 8, n. 1, 2022.

RAMOS, M. E. R. **Território afrodescendente:** leitura de cidade através do bairro da liberdade, salvador (Bahia). Salvador, 2007.

SANTOS, Jânio L.J.; SERPA, Angelo. A produção espacial de comércio e dos serviços nas periferias urbanas: um estudo de caso em Salvador. **Revista GEOUSP**, n. 8, São Paulo, 2000.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora Hucitec, 1992

SOUZA, F. S. D. *et al*. **Identidade de bairro e manifestações culturais em áreas de urbanização popular de salvador:** estudo de caso no bairro do curuzu. Salvador: SEMOC-Semana de Mobilização Científica-Reforma Universitária Que Universidade o Brasil Quer?, 2004.

VOLPINI, Lorena. **Como se diverte a lapinha:** o lazer dos moradores de um bairro popular da cidade de Salvador. Salvador, 2012.

LUTAS E RESISTÊNCIAS URBANAS EM SALVADOR/BA

Aparecida Netto Teixeira[1]
Giulia Soares Cerqueira[2]

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar e refletir sobre as lutas e resistências urbanas na cidade de Salvador/BA abordando três casos que abrangem a implantação de projetos do poder público e da iniciativa privada, em sua maioria em áreas de interesse do mercado imobiliário, resultando no despejo e remoção forçada de várias famílias. A análise abrangeu a desativação do Sistema Ferroviário do Subúrbio para a construção do modal do "Veículo Leve sobre Trilhos Elevado; a construção de um terceiro *shopping* nas imediações da Estação da Lapa na ZEIS do Tororó e a macrodrenagem dos rios Jaguaribe e Mangabeira, que atingiu quatro comunidades localizadas no entorno. A metodologia adotada consistiu em uma pesquisa qualitativa exploratória, mediante pesquisa bibliográfica e documental. Como resultado tem-se que tais projetos, que inicialmente foram justificados como melhoria da qualidade de vida das populações atingidas e da cidade, acabaram por dificultar a permanência dessas pessoas em áreas de alto interesse imobiliário, articulando soluções insuficientes e sem a participação da população atingida.

Palavras-chave: Direito à cidade. Direito à moradia. Lutas urbanas. Remoção forçada. Salvador/BA.

1. INTRODUÇÃO

A pobreza extrema é uma realidade no Estado da Bahia. Segundo dados do IBGE, em 2021, 46,5% da população do Estado vivia com menos de R$ 475,00 por mês. Já na capital baiana, 33,2% da população estava abaixo da linha da pobreza, havendo um crescimento expansivo desse número desde 2020. Mediante essa situação, muitas comunidades situadas em regiões de interesse do mercado imobiliário sofrem com as ameaças e processos de remoção forçada, mesmo quando a localidade é uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), o que em tese deveria garantir a permanência dessas pessoas no território. Vale ressaltar que o direito à

[1] Arquiteta e Urbanista. Profa. Dra. Curso de Arquitetura e Urbanismo e Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (Universidade Católica de Salvador).
[2] Bolsista de Iniciação Científica. Graduanda em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Católica de Salvador).

moradia vai além da casa, ou seja, é parte integrante do direito à cidade e engloba o acesso à infraestrutura e serviços públicos de qualidade como transporte, educação, saúde, lazer, saneamento básico, entre outros.

O objetivo do presente artigo é analisar, no âmbito das lutas e reivindicações urbanas, três casos específicos em Salvador que têm em comum a remoção forçada de comunidades de baixa renda, com população majoritariamente negra, localizadas em regiões de grande interesse do setor imobiliário, sendo elas: o bairro do Tororó, localizado na Lapa, região importante do Centro Antigo da cidade; o Subúrbio Ferroviário; e a poligonal de quatro comunidades localizadas entre as duas principais avenidas da cidade (Av. Otávio Mangabeira e Av. Paralela), próximas a empreendimentos imobiliários de alto padrão.

Os três casos foram escolhidos por representarem três situações de despejo em Salvador que, de formas diferentes, exemplificam os processos de expulsão de moradores na capital. No caso do Tororó, a partir de uma iniciativa de uma empresa privada, em parceria com a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS), 43 famílias foram despejadas de uma área de ZEIS, em prol da construção de um empreendimento imobiliário comercial. No caso do Subúrbio, o Governo do Estado, juntamente com o setor privado, deu início ao processo de implantação do “VLT sobre Trilhos”, em substituição ao antigo Sistema Ferroviário do Subúrbio. O terceiro caso refere-se à implantação da macrodrenagem dos rios Jaguaribe e Mangabeira, no qual o Governo do Estado da Bahia, através da empresa Consórcio de Desenvolvimento Urbano do Jaguaribe, praticaram a remoção forçada de moradores de quatro comunidades, localizadas em região de grande interesse imobiliário.

O artigo está estruturado em três seções relacionadas às resistências urbanas na cidade face às ameaças de remoções e despejos. A primeira seção trata do sucateamento e eventual desativação do Trem do Subúrbio para a instalação de um modal que a Prefeitura Municipal de Salvador se refere como “Veículo Leve Sobre Trilhos”. A segunda seção aborda a luta da comunidade do Tororó, definida como ZEIS no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU/2016), mas que está sob ameaça de remoção em função da construção do terceiro *shopping* nas imediações da Estação da Lapa. A terceira e última seção discorre sobre o processo violento de remoção forçada que as comunidades do Bairro da Paz, km 17 de Itapuã, Jardim

Abaeté e Vila Romana estão sofrendo em decorrência da macrodrenagem dos rios Jaguaribe e Mangabeira. Espera-se com o artigo contribuir para o estudo das lutas urbanas na capital da Bahia, analisando os três estudos de caso em suas diferenças e similaridades.

2. TREM X MONOTRILHO/VLT DO SUBÚRBIO

Fundado em 1860, o Sistema Ferroviário do Subúrbio percorria 13,5km na cidade de Salvador, fazendo o trajeto entre 10 terminais que iam dos bairros Calçada até Paripe, contemplando uma das regiões com maior número de habitantes da capital. O sistema atendia aos moradores da região do Subúrbio, pescadores, marisqueiras e comerciantes, para quem esse era o único meio de transporte até seu local de destino, visto que eram impedidos pelos motoristas dos ônibus de entrar com as mercadorias. O sistema era fundamental para a mobilidade de toda a região, fazendo parte da história e da identidade da região.

Após 160 anos de operação, às 20:00 horas do dia 13 de fevereiro de 2021 o antigo trem do Subúrbio fez a sua última viagem. Depois de muitos anos enfrentando problemas técnicos e sucateamento, o modal é desativado pelo Governo do Estado para dar lugar ao projeto do VLT/monotrilho. O trem foi desativado com a justificativa de que o novo modal resolveria a mobilidade e atenderia a demanda da população, apesar de que a mesma não poderia utilizar o novo sistema visto a diferença exorbitante dos valores da passagem. Entretanto, dois anos após a opção a comunidade continua sem o trem e sem VLT.

Segundo levantamento do Ministério Público da Bahia (MPBA), 42% dos passageiros estão abaixo da linha da pobreza e 91% deles não poderiam pagar pela passagem de 4,90 do novo sistema. Ainda de acordo com a pesquisa, o modal tinha um fluxo diário de 6 mil pessoas entre as estações, onde 90% dos passageiros eram negros e 70% deixariam de usar o sistema após a mudança (Observatório da Mobilidade Salvador, 2021).

Em janeiro de 2021 o Ministério Público estadual e o Grupo Ambientalista da Bahia fizeram uma petição para que o Tribunal de Justiça ordenasse o Governo do Estado da Bahia a realizar estudos técnicos e sociais sobre os danos ao acesso a

transporte público dos moradores da região afetada, dando o prazo de 15 dias. A medida foi descumprida e no mês seguinte o sistema foi oficialmente paralisado.

De acordo com o então secretário de Desenvolvimento Urbano do Estado, em entrevista ao Jornal Correio em 2021, a antiga tarifa de 50 centavos só era possível devido a precariedade do trem, enquanto que o VLT, apesar de mais caro, traria maior segurança, conforto e rapidez. Entretanto, de nada adianta tais melhorias se a população que mais necessita desse transporte não consegue acessá-lo.

Além de sofrerem com a falta de transporte acessível, muitas famílias correm o risco de desapropriação de suas casas para a viabilização da obra do novo sistema. De acordo com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), 449 imóveis precisarão ser demolidos para a continuação do projeto (Observatório da Mobilidade Salvador, 2021). A população soube do projeto através dos engenheiros da empresa, quando muitas fachadas foram marcadas de tinta para sinalizar que as casas seriam demolidas. O Ministério Público da Bahia (MP-BA) abriu uma ação contra a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) após a recusa de mudar o valor de indenização que seria pago às famílias (MPBA, 2021). Segundo Teixeira, Mourad e Florentino (2022, p. 230): “[...] é necessário atentar para a forma como esse projeto atravessa diversos bairros e afeta diferentes regiões, principalmente na questão das desapropriações, cujas indenizações são aquém e insuficientes para ressarcir de forma digna as famílias afetadas”.

Em face dessa ameaça, grupos e ações coletivas nascem e se unem junto à comunidade na luta contra a implantação do novo sistema. Em 2021, o documentarista Carlos Pronzato estreia no Youtube o documentário “Trem do Subúrbio: Trilhos da Resistência”, mostrando as consequências reais da construção do novo modal para a comunidade. Os moradores e coletivos também se juntaram em manifestações solicitando que as linhas de ônibus suprissem a demanda da população, criando o Subsistema de Transporte Especial Complementar (STEC), o que ainda assim não foi suficiente.

Inicialmente apresentado como Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), o modal faria conexão com o Metrô de Salvador e o BRT Águas Claras - Paripe, percorrendo quase 20km em 21 estações, indo do bairro Comércio até a Ilha de São João, bairro de Simões Filho, na primeira fase, e mais 5 estações ligando ao Metrô na segunda fase.

Assim como o trem, o novo sistema teria meia passagem para estudantes e gratuidade para os idosos. (Figura 1).

Figura 1 – Mapa do traçado do VLT

Fonte: Skyrail Bahia

O projeto, parceria entre o Governo do Estado da Bahia e a empresa chinesa Metrogreen Skyrail, conta com o investimento de R$ 2,6 bilhões, e o novo sistema é movido à propulsão elétrica. Os pilares do VLT elevado seriam construídos nos trilhos do antigo trem. O projeto abrange uma área de 90 mil m² (Skyrail Bahia, 2020), colocando em risco de desapropriação casas, comércios, terreiros de candomblé e plantações de importância religiosa

Existe um debate sobre qual tipo será o novo sistema de transporte - VLT ou monotrilho. Mesmo que inicialmente fosse apresentado como VLT, em alguns momentos o projeto é explicado como monotrilho, ou até como VLT Monotrilho Elevado, porém são modais diferentes com tecnologias diferentes e as terminologias usadas pelo Governo do Estado não definem de fato qual tecnologia seria implantada. O monotrilho trafega sobre uma viga de concreto elevada, comporta mais do dobro de passageiros, possui alto impacto ambiental. Já o VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) é basicamente um bonde, comporta menos passageiros, possui baixo impacto ambiental, sendo também mais barato para operar.

Devido a essas mudanças, foi argumentado a necessidade de fazer uma nova licitação e novos estudos, entendendo que a mudança do sistema afetaria a

mobilidade da cidade. Uma das questões abordadas é o encarecimento dos meios de transporte da região que não conseguiria arcar com a nova tarifa, portanto não fariam uso do serviço, possivelmente endividando o Estado. Além disso, a implantação do monotrilho afetaria a paisagem dos bairros, além de desapropriar muitas famílias.

Após 4 anos do contrato de concessão assinado, é confirmada a rescisão entre o Governo do Estado e a Skyrail. Jusmari Oliveira, secretária estadual do Desenvolvimento Urbano (Correio, 2023), anunciou que, por responsabilidade administrativa, o Governo do Estado está negociando com a empresa a rescisão do contrato de forma amigável, que não prejudique a relação entre o Estado e a empresa, mas deixa claro que ainda existem planos de instalar o VLT no Subúrbio.

O exercício do direito à cidade está associado à participação e acesso às tomadas de decisões. De nada serve um modal de transporte que é inacessível para a maioria do público-alvo. A participação da população nas tomadas de decisões na cidade é parte importante na garantia do cumprimento desse direito.

O quadro abaixo reúne coletivos e grupos que trabalharam junto à comunidade através de manifestações, notícias veiculadas ou apoio legal. O coletivo *Ver de Trem* nasceu em protesto a desativação do trem e os despejos resultantes da obra do novo modal. As notícias apresentadas no quadro abordam desde a desativação do trem, em 2021, até a recente rescisão do contrato entre o Governo da Bahia e a empresa Skyrail.

Quadro 1 – Síntese das Associações, legislação e notícias veiculadas relativas às reivindicações urbanas contrárias ao VLT do Subúrbio

ARTICULAÇÕES, COLETIVOS E MOVIMENTOS ENVOLVIDOS	**NOTÍCIAS VEICULADAS**
Ver de Trem	"TREM DO SUBÚRBIO, TRILHOS DE RESISTÊNCIA" - Documentário de Carlos Pronzato
	"Após mais de 160 anos, Trem do Subúrbio encerra atividades; usuários se despedem" - Correio
Observatório de Mobilidade de Salvador	"Desativação dos trens em Salvador completa 2 anos com obras do VLT paradas; gasto com passagem subiu de R$ 0,50 para R$ 4,90" - G1 Bahia

Frente Parlamentar Mista Ambientalista da Câmara Municipal de Salvador Grupo Ambientalista da Bahia	Governo da Bahia rompe com empresa chinesa e suspende contrato do VLT do subúrbio de Salvador' - G1

Fonte: Autoras (2023).

3. TORORÓ RESISTE x SHOPPING NOVA LAPA

O *Tororó Resiste* é um movimento que luta pela permanência das famílias da comunidade do Tororó, que apesar de se qualificar como área de ZEIS, está sob ameaça de despejo em função do alargamento da via e área de carga e descarga que vai servir ao Shopping Nova Lapa. Se construído, esse seria o terceiro empreendimento de mesmo porte e público no entorno imediato da Estação da Lapa. A empresa justifica a necessidade desse projeto com a possível oferta de emprego para os moradores da comunidade.

Localizada em um ponto chave do centro da cidade, a comunidade do Tororó abriga famílias que ocuparam a região nos anos 2000 que construíram, não só suas casas, mas também alguns equipamentos fundamentais para o funcionamento do bairro, como iluminação e vias, mesmo que com poucos recursos financeiros ou técnicos.

Em 2016, a comunidade recebeu a demarcação oficial de ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) no PDDU/2026 o que em tese significa que o bairro seria destinado para populações de menor renda, garantindo a permanência dos moradores no local, bem como a promessa do investimento em infraestrutura e melhoria da qualidade de vida das 700 famílias que moram e reivindicam a região há muitos anos. As ZEIS foram

> [...] experimentadas em diversas cidades brasileiras ainda nas décadas de 1980 e 1990, [...] e surgem como uma forma de garantir a permanência de territórios populares, reconhecendo sua existência e legitimidade, sendo historicamente parte das ferramentas de luta contra ameaças de remoções forçadas. (Cardoso; Beltrão; D'ottaviano, 2022, p. 75).

Desde 2014, a Prefeitura de Salvador trabalha em conjunto com o Consórcio Nova Lapa, ano em que é oficializada a Lei n.º 8545/2014 regulamentada pelo Decreto nº 25.268/2014 que autoriza o poder executivo a promover a concessão dos direitos.

A prefeitura e a empresa assinam um contrato de concessão onerosa dos serviços públicos, que daria à empresa o direito sobre a Estação de Transbordo Clériston Andrade (Terminal da Lapa) e o poder de executar obras no terminal bem como nos terrenos anexos.

Em 2016, a Secretaria Municipal da Fazenda (SEFAZ) fez vistorias nas casas da comunidade sob o pretexto de coletar dados para uma suposta obra na Estação da Lapa. O projeto foi aprovado e com os dados coletados se iniciam os processos de reintegração de posse das 43 casas cadastradas pela própria Prefeitura em um contrato de concessão de uso com o Consórcio Nova Lapa. Em 2017, a Prefeitura abriu uma ação contra o Tororó alegando que a comunidade se apropriou de uma terra que não tinha posse ou direito, e em outubro de 2020 a Justiça concede a posse das terras à Prefeitura.

Mediante esse cenário, a comunidade criou o movimento *Tororó Resiste*, se organizando nas redes sociais, em manifestações e ações em conjunto a outros movimentos sociais por moradia. Existe um grande receio entre os movimentos de que o despejo das famílias da ZEIS do Tororó dê abertura jurídica para que a situação se repita em outras áreas de ZEIS por todo país.

Durante a audiência pública realizada no dia 10/06/2022 a promotora mediadora Hortência Pinho questionou junto aos representantes da comunidade os aspectos do projeto que ainda não tinham sido esclarecidos aos moradores, questionando: Como ficam as famílias despejadas? Porque o projeto que existia desde 2016 ainda não tinha sido apresentado à comunidade? Por que as casas além das negociadas foram demolidas?

Dentre as perguntas mais pertinentes, as principais questões levantadas foram: O que vai acontecer com as famílias que se recusarem a sair? Qual a necessidade desse projeto visto que já existem dois empreendimentos iguais no entorno? Por que começaram a demolição antes de finalizar todas as negociações? Nenhuma resposta dada supriu os questionamentos. Após um bate-volta vergonhoso entre os órgãos públicos e os responsáveis no Consórcio Nova Lapa, ninguém era capaz de justificar o projeto.

A coordenadoria dos projetos da Nova Lapa deixou claro que não era responsável pelos projetos do alargamento viário e da área de carga e descarga,

somente do shopping, pois tinha um acordo com a Prefeitura em que a mesma entregaria à empresa a região “limpa”, nas palavras de um dos representantes da coordenadoria da PMS que também justificou o impacto causado na comunidade como “mínimo”, em detrimento dos supostos benefícios que o shopping traria.

Uma moradora relatou sobre os vários problemas de saúde que adquiriu em consequência dos escombros. (Figura 2). Apesar do acordo feito junto à Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA) de não demolir as casas antes da finalização de negociações com todos os moradores, as casas foram demolidas assim que as famílias foram removidas. Os escombros permanecem até hoje como estratégia de pressão psicológica para forçar as poucas famílias que ainda resistem que cedam e saiam do local.

Figura 2 – Demolição das casas no Tororó

Fonte: A Tarde (2021)

Antes de encerrar a audiência a Defensora Pública buscou saber, dentre os órgãos públicos, qual seria o responsável pela remoção dos escombros. Após questionar representantes da SEFAZ, SEMOB, LIMPURB e SEDUR, a dúvida permaneceu e nenhuma destas assumiu a responsabilidade. A promotora determinou que fosse feita a remoção dos escombros pelo responsável até a segunda-feira seguinte, sob risco de responder criminalmente pelo descaso, entretanto, os escombros ainda permanecem.

Quando o próprio Estado trabalha em conjunto com a iniciativa privada contra os interesses da população, os movimentos de luta por moradia surgem em defesa das comunidades, lutando pelo cumprimento do direito à cidade garantido pela

Constituição Federal, entendendo que esse direito vai além da moradia física, engloba o acesso a infraestrutura e serviços públicos também em regiões centrais e de alta especulação.

O quadro 2 apresenta notícias sobre o processo de despejo e outras violências sofridas, além do site ZEIS Tororó, criado pelo movimento Tororó Resiste para denunciar as injustiças sofridas pelos moradores da comunidade e atualizar o andamento dos despejos e audiências públicas. Outros movimentos e grupos como a Articulação do Centro Antigo também apoiaram a luta dos moradores do Tororó.

Quadro 2 – Síntese das Associações e notícias veiculadas relativas às reivindicações do movimento Tororó Resiste

ARTICULAÇÕES, COLETIVOS E MOVIMENTOS ENVOLVIDOS	NOTÍCIAS VEICULADAS
Tororó Resiste	O QUE TÁ ACONTECENDO NO TORORÓ?" - ZEIS Tororó
Grupo de Pesquisa Lugar Comum	"O caso da comunidade do Tororó, em Salvador, e a violação do direito à moradia" - Impressão Digital.126
Articulação do Centro Antigo de Salvador	"BA – Poder público e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador" - Mapa de Conflitos
Campanha Nacional Despejo Zero	"SALVADOR – Depoimentos em audiência reforçam recurso da Defensoria contra ação que determinou despejo dos moradores do Tororó" - Defensoria Pública Bahia

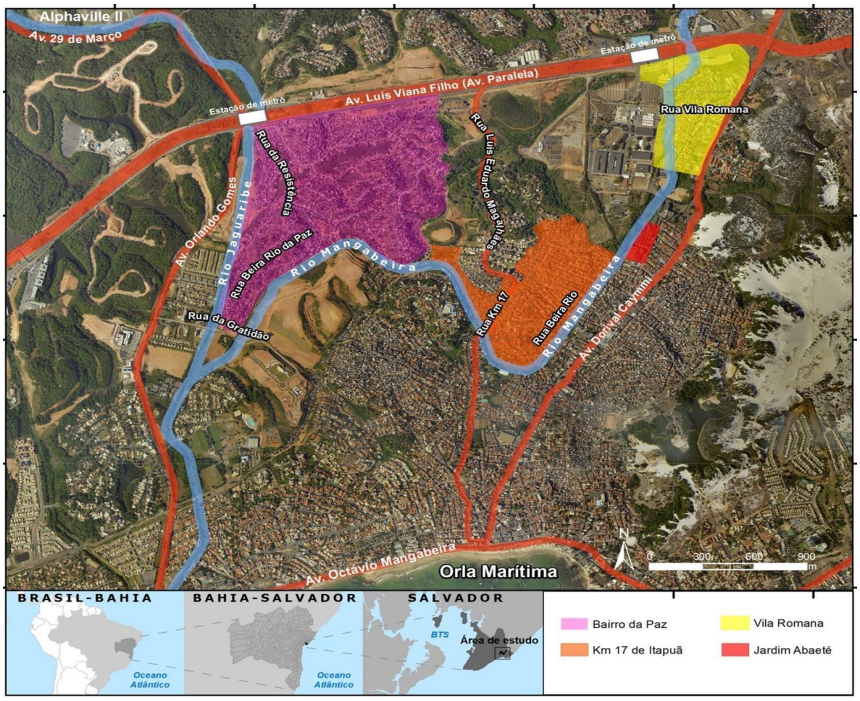
Fonte: Autoras (2023).

4. REMOÇÃO FORÇADA NO ENTORNO DO BAIRRO DA PAZ, KM 17 ITAPUÃ, VILA ROMANA e JARDIM ABAETÉ

Localizadas entre duas das principais avenidas da capital baiana, a Av. Paralela e a Av. Octávio Mangabeira, as comunidades Bairro da Paz, km 17 de Itapuã, Jardim Abaeté e Vila Romana lutam contra a remoção forçada em função do projeto de macrodrenagem dos canais Jaguaribe e Mangabeira. Desde a mudança do centro comercial de Salvador do Comércio para outros bairros, a Av. Paralela está em expansão, sendo cada vez mais urbanizada, recebendo investimentos e grandes projetos de infraestrutura. (Figura 3).

Em 2016 o Bairro da Paz e o km 17 de Itapuã em específico são reconhecidos pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador como área de ZEIS, entretanto, simultaneamente, os bairros passaram a fazer parte do plano de Macroárea de Integração Metropolitana, que visava uma nova centralidade metropolitana.

Figura 3 – Localização das comunidades



Fonte: Mourad, Teixeira, Pinheiro & Rocha, 2022.

Iniciado em 2016 pela CONDER em conjunto com o Consórcio de Desenvolvimento Urbano do Jaguaribe, além dos impactos sociais o projeto é criticado pelos impactos ambientais. No “Manifesto Jaguaribe - Por uma nova concepção de tratamento dos rios urbanos”, o Grupo Ambientalista da Bahia disseca o projeto explicitando a defasagem legal e tecnológica na concepção dos projetos de macrodrenagem, sendo desnecessariamente mais cara e agressiva contra o ecossistema (Gambá, 2017).

A violação dos direitos das comunidades também tem sido recorrente, a população é excluída das tomadas de decisão, e mal informada sobre o processo de remoção, tendo seus direitos desrespeitados, com propostas de indenizações

irrisórias. O Estado não reconhece a legitimidade da posse da terra, nem as atividades comerciais realizadas nos imóveis.

> A atuação do estado demonstra o descompromisso do governo quanto ao direito à moradia e à cidade, tendo em vista a não aplicação da normativa internacional sobre a matéria. Assim, em decorrência das inúmeras violações vivenciadas pelas famílias, deve o estado reparar integralmente, nos termos das decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). (Mourad; Teixeira; Pinheiro; Rocha, 2022)

As comunidades estão aptas a receber a reparação integral dos danos sofridos fundamentado pelos “Princípios Básicos e Orientações para Remoções e Despejos Causados por Projetos de Desenvolvimento” (2007), proposta da ONU para moradia que dita como devem prosseguir caso haja má conduta durante o processo de remoção. Se as remoções não podem ser evitadas, então elas precisam acontecer em acordo com a população.

É importante garantir a restituição da moradia com o reassentamento justo, redirecionando temporariamente as famílias para um local próximo que atenda às necessidades básicas da população. Isso precisa ser comprovado e apresentado à comunidade antes das remoções, ressarcindo financeiramente os moradores de qualquer perda ou dano que ocorra durante a remoção. Foi aberta uma denúncia contra a CONDER junto ao MP-BA por parte dos representantes das comunidades em função das violências sofridas pela população e pressão para aceitar a indenização insuficiente.

O quadro a seguir mostra notícias referentes a possível desapropriação das 700 famílias, e movimentos, grupos e coletivos que trabalharam junto às famílias contra as violações dos direitos durante o processo de despejo e remoção.

Quadro 3 – Síntese das Associações e notícias veiculadas relativas às reivindicações do movimento contrário

ARTICULAÇÕES, COLETIVOS E MOVIMENTOS ENVOLVIDOS	**NOTÍCIAS VEICULADAS**
Grupo Ambientalista da Bahia	“OBRA DE MACRODRENAGEM DOS CANAIS JAGUARIBE E MANGABEIRA (JANEIRO/2022) - SALVADOR/BA” - Conder

Grupo de Pesquisa Territórios em Resistência - UCSAL Grupo de Pesquisa Gestão Democrática das Cidades - UCSAL	"Moradores fazem protesto em Itapuã contra desapropriação dos imóveis para obras de macrodrenagem" - G1
	"Obra do Governo do Estado ameaça desapropriar cerca de 700 famílias" - Caderno de Notícias

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à cidade engloba uma série de direitos humanos que recorrentemente são violados, em decorrência dos interesses da iniciativa privada. Em muitos casos, isso é feito em parceria com o poder público, que licita projetos para empresas visando a otimização de lucros, em detrimento do bem-estar e qualidade de vida da população.

Nos três casos observamos as empresas operando em conjunto com o Governo do Estado ou a Prefeitura Municipal de Salvador em projetos que poderiam beneficiar a população, mas acabam por violar seus direitos. O antigo trem do Subúrbio Ferroviário é um exemplo de serviço público que, mesmo sendo crucial para a vida diária da população no entorno, é sucateado para dar lugar a uma obra superfaturada que não atenderia por completo as demandas da população. O Tororó, bem como as comunidades afetadas pela macrodrenagem dos rios, está localizadas em áreas de interesse do mercado imobiliário e são afetadas por esse setor sob o pretexto de progresso. É curioso, no entanto, que esses projetos de "interesse público" acabam por atingir a população de baixa renda muito mais do que as classes média e alta, até mesmo quando são bairros próximos.

Nesse contexto, fica claro a importância da luta dos movimentos sociais por moradia nesses casos, os coletivos e movimentos acabam por representar e dar voz a população de baixa renda que costumeiramente é prejudicada em detrimento do "progresso" urbano.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especial à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) por conceder a Bolsa de Iniciação Científica à Giulia Soares Cerqueira, a qual tornou possível a sua participação na pesquisa.

REFERÊNCIAS

APÓS mais de 160 anos, Trem do Subúrbio encerra atividades; usuários se despedem. **Correio 24hrs,** 2021. Disponível em: https://www.correio24horas.com.br/salvador/apos-mais-de-160-anos-trem-do-suburbio-encerra-atividades-usuarios-se-despedem-022. Acesso em: 29 jul. 2023.

CARDOSO, Adauto Lucio; BELTRÃO Ariane; D'OTTAVIANO, Camila; XIMENES, Luciana Alencar; JAENISCH, Samuel Thomas; VELASCO. **Reforma urbana e direito à cidade - Nacional,** Capítulo 3: Habitação social, reforma urbana e direito à cidade: desafios e alternativas, Observatório das Metrópoles, 2022.

DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA. SALVADOR. **Depoimentos em audiência reforçam recurso da Defensoria contra ação que determinou despejo dos moradores do Tororó.**, 2021. Disponível em: https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/salvador-depoimentos-em-audiencia-reforcam-recurso-da-defensoria-contra-acao-que-determinou-despejo-dos-moradores-do-tororo/. Acesso em: 19 de jun. 2023.

DESATIVAÇÃO dos trens em Salvador completa 2 anos com obras do VLT paradas; gasto com passagem subiu de R$ 0,50 para R$ 4,90. **G1/ Globo,** 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/03/15/desativacao-dos-trens-do-suburbio-completa-2-anos-com-obras-do-vlt-paradas-moradores-gastavam-r-050-e-agora-pagam-r-490-no-onibus.ghtml. Acesso em: 23 ago. 2023.

GAMBÁ. Grupo Ambientalista da Bahia. **Manifesto Rio Jaguaribe: Por uma nova concepção de tratamento dos rios urbanos.** maio, 2017

GOVERNO da Bahia rompe com empresa chinesa e suspende contrato do VLT do subúrbio de Salvador**. G1/ Globo**, 2023. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2023/08/16/governo-do-bahia-e-skyrail-estabelecem-acordo-para-rescisao-do-contrato-do-vlt-do-suburbio-de-salvador.ghtml. Acesso em 23 ago. 2023.

JUSMARI garante construção do VLT do Subúrbio e diz que obra deve ter novo edital após rescisão com Skyrail. **Bahia Notícia,** 2023. Disponível em: https://www.bahianoticias.com.br/noticia/283053-jusmari-garante-construcao-do-vlt-do-suburbio-e-diz-que-obra-deve-ter-novo-edital-apos-rescisao-com-skyrai. Acesso em: 23 ago. 2023.

MPBA. MINISTÉRIO PÚBLICO DA BAHIA. VLT: MP aciona Justiça para garantir acesso ao transporte de população do subúrbio ferroviário. 2021. Disponível em: https://www.mpba.mp.br/noticia/55577. Acesso em: 23 ago. 2023.

MORADORES fazem protesto em Itapuã contra desapropriação dos imóveis para obras de macrodrenagem. **G1,** 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/12/04/moradores-fazem-protesto-em-itapua-contra-desapropriacao-dos-imoveis-para-obras-de-macrodrenagem.ghtml. Acesso em: 25 ago. 2023.

MOURAD, L. N., TEXEIRA, A. N., PINHEIRO, F. D., & ROCHA, N. M. (2022). **Remoção forçada e reparação justa e integral em territórios populares: a experiência da construção da matriz de danos. urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.14, e20210287.

OBSERVATÓRIO DA MOBILIDADE SALVADOR. Com participação do Governo, audiência pública discute ações de mobilidade urbana no Subúrbio. 2023. Disponível em: https://www.obmobsalvador.org/post/com-participa%C3%A7%C3%A3o-do-governo-audi%C3%AAncia-p%C3%BAblica-discute-a%C3%A7%C3%B5es-de-mobilidade-urbana-no-sub%C3%BArbio. Acesso em: 26 de ago.2023.

OBRA de macrodrenagem dos canais Jaguaribe e Mangabeira (Janeiro/2022) - SALVADOR/BA. Conder, Salvador/BA. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5mtCwHAgjyk. Acesso em: 25 ago. 2023.

OBRA do Governo do Estado ameaça desapropriar cerca de 700 famílias. **Caderno de Notícias**, 2020. Disponível em: https://cadernodenoticias.com.br/obra-do-governo-do-estado-ameaca-desapropriar-cerca-de-700-familias/. Acesso em 25 de ago. 2023.

O CASO da comunidade do Tororó, em Salvador, e a violação do direito à moradia. **Impressão Digital.**126, 2021. Disponível em: https://id126ufba.com.br/o-caso-da-comunidade-do-tororo-em-salvador-e-a-violacao-do-direito-a-moradia/. Acesso em: 20 jun. 2023.

O QUE tá acontecendo no Tororó?. **ZEIS Tororó,** 2019. Disponível em: https://zeistororo.wixsite.com/torororesiste. Acesso em: 18 jun. 2023.

PODER PÚBLICO e especulação imobiliária são ameaças à luta da Comunidade do Tororó pelo direito à moradia no centro de Salvador – BA. **Mapa de Conflitos,** 2019. Disponível em: https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/ba-poder-publico-e-especulacao-imobiliaria-sao-ameacas-a-luta-da-comunidade-do-tororo-pelo-direito-a-moradia-no-centro-de-salvador/. Acesso em: 18 jun. 2023.

TEIXEIRA, Aparecida Netto; MOURAD, Laila Nazem; FLORENTINO, Pablo Vieira. **Reforma urbana e direito à cidade Parte lll – Lutas e reivindicações urbanas.** Salvador: Observatório das Metrópoles, 2022.

TREM DO SUBÚRBIO. TRILHOS DE RESISTÊNCIA. **Documentário completo de Carlos Pronzato.** Carlos Pronzato, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PLYJj3zoMk4. Acesso em: 20 jun. 2023.

MORADIA CIRCULAR:

O habitar colaborativo como sinônimo de cuidar[1]

Franciane da Silva Santos[2]
Aparecida Netto Teixeira[3]

RESUMO

A violência contra a mulher é um problema de extrema gravidade no Brasil, constituindo-se em uma questão de saúde pública. Nesse contexto, a habitação é um aspecto fundamental, considerando-se que as mulheres vitimadas necessitam de uma outra alternativa de moradia. As políticas públicas têm avançado nesse sentido em relação aos serviços de abrigamento, passando das casas-abrigo às casas de acolhimento provisório. Nesse contexto, o presente artigo visa investigar a problemática da violência contra a mulher, buscando evidenciar como as desigualdades sociais, somadas às lacunas das políticas públicas, estão relacionadas diretamente com a questão da moradia, trazendo à discussão as novas alternativas de abrigamento. A metodologia adotada é de pesquisa exploratória, com pesquisa documental e levantamento bibliográfico. Como resultados tem-se que a oferta de moradia, de curto, médio e longo prazo, para mulheres em situação de violência é de fundamental importância para que as mesmas possam ter condições de sair de relacionamentos abusivos e iniciar uma nova trajetória de vida.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Habitação. Políticas Públicas.

1. INTRODUÇÃO

As frases “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” ou “ciúmes é prova de amor” são algumas repetidas no cotidiano. A consolidação desse diálogo naturaliza ainda mais a presença do machismo, diminuindo a seriedade das situações de violência contra as mulheres e o fato de que, no âmbito doméstico, existem muitas brutalidades sendo omitidas. A violência contra a mulher é uma violação aos direitos

[1] Artigo elaborado a partir de pesquisa realizada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso I (2022.2), sob a orientação da Profa. Dra. Aparecida Netto Teixeira.
[2] Arquiteta e Urbanista (UCSAL). Técnica em Edificações (SENAI).
[3] Arquiteta e Urbanista. Profa. Dra. Curso de Arquitetura e Urbanismo (UCSAL) e Coord. do Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania (UCSAL).

humanos, enraizada pelo sistema patriarcal na sociedade. Por isso, diante da quantidade de ocorrências sub-noticiadas e silenciadas, é de extrema importância expor a realidade do cenário atual.

Atualmente, devido à recorrência de casos, essa temática trata-se de um problema de saúde pública. Conforme declara Adhanom (OMS, 2021) “a violência contra as mulheres é endêmica em todos os países e culturas, causando danos a milhões de mulheres e suas famílias, e foi agravada pela pandemia de COVID-19”. E conclui,

> [...] mas, ao contrário da COVID-19, a violência contra as mulheres não pode ser interrompida com uma vacina. Só podemos lutar contra isso com esforços sustentados e enraizados - por governos, comunidades e indivíduos - para mudar atitudes prejudiciais, melhorar o acesso a oportunidades e serviços para mulheres e meninas e promover relacionamentos saudáveis e mutuamente respeitosos. (OMS, 2021).

Nesse sentido, reconhecendo a gravidade e os impactos da situação, a psicóloga Redin (UMA, 2021) ressalta que a violência na sociedade tem início no contexto familiar, quando ainda crianças são expostas a presenciar ou sofrer alguma forma de agressão. Segundo pesquisa realizada pelo Instituto DataFolha, em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2021), “a casa é o local mais inseguro para as mulheres: 48,8% sofreram agressão dentro da própria casa”.

Diante desse contexto, a urbanista Ludermir (FNRU, 2022) investiga os impactos do direito à moradia, a proteção e dignidade das mulheres e questiona: “onde e como moram as mulheres que sofrem violência doméstica, e aquelas que conseguiram escapar de relacionamentos abusivos?”. Em sua tese, reforça como a falta de moradia influencia no não rompimento ou retorno à relação com o agressor, principalmente quando há dependentes envolvidos. Deste modo, embora não haja um padrão definido das vítimas, é inegável que a situação de vulnerabilidade econômica, decorrente da falta de acesso à educação e/ou do mercado de trabalho, dificulta a interrupção do relacionamento, principalmente, quando há necessidade de outra alternativa de moradia.

Nesse contexto, o presente artigo visa investigar a problemática da violência contra a mulher, buscando evidenciar como as desigualdades sociais, somadas às lacunas das políticas públicas, estão relacionadas diretamente com a questão da moradia, trazendo à discussão novas alternativas de abrigamento.

O artigo está estruturado em três seções, além desta Introdução e das Considerações Finais. O primeiro aborda o contexto e a definição da violência contra a mulher, com ênfase na violência patrimonial. O segundo trata das políticas públicas de acolhimento existentes. E, por último, o texto apresenta uma proposta de abrigo para as mulheres, constituída pelo *CoHousing* - Habitação Colaborativa.

A metodologia adotada é de pesquisa exploratória, a partir da pesquisa documental e levantamento bibliográfico, visando analisar as conquistas legislativas para as mulheres, bem como as normas e diretrizes previstas na atuação do enfrentamento da violência contra a mulher. Além disso, a pesquisa traz uma observação dos equipamentos existentes e os serviços disponíveis em Salvador/BA, em particular o Centro de Referência à Mulher Soteropolitana Irmã Dulce (CAMSID).

2. CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Em contexto geral, as estimativas publicadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) indicam que, no mundo, cerca de 1 em cada 3 mulheres sofreram violência física e/ou sexual, pelo menos uma vez na vida. Em decorrência da pandemia de COVID-19, com a necessidade de distanciamento social, houve um aumento na exposição aos perigos, ao mesmo tempo em que o acesso aos serviços, opções de saída e solicitações de auxílio se tornaram mais restritos.

No que diz respeito à segurança pública, a pesquisa anual referente ao ano de 2022, conduzida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023), apontou que 28,9% das mulheres informaram ter sido vítimas de algum tipo de violência ou agressão, resultando no maior percentual nos últimos 4 anos e no aumento de 4,5% em relação ao ano anterior. Em média, cada mulher sofreu quatro agressões no último ano, e entre as mulheres divorciadas, a média foi de nove agressões. Diferentemente dos anos anteriores, o ex-parceiro surge como o principal agressor, com 31,3%, seguido pelo atual parceiro, com 26,8%.

Além disso, 53,8% dos registros indicam que a violência ocorreu dentro de casa. É importante ressaltar que apenas 22,1% das mulheres que passaram por essa situação acionaram auxílio junto à segurança pública - Polícia Militar (Ligue 190), delegacia especializada ou o Ligue 180 -, enquanto 32,9% buscaram ajuda de familiares e amigos. No que se refere ao feminicídio, segundo o último relatório do

Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022), foram registrados 1.341 feminicídios, representando uma diminuição de 1,7% em relação a 2021. É importante destacar que desses casos, 65,6% das vítimas foram assassinadas dentro de sua própria residência.

Nessa perspectiva, é possível considerar que a saída do lar pode representar uma alternativa para escapar de uma relação abusiva. Entretanto, há questões que tangenciam a viabilidade de separação, como dependência financeira e limitação de formação educacional. Tendo como base as estatísticas de gênero do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) em 2021, constata-se que a participação feminina no mercado de trabalho corresponde a 54%, uma diferença de 19,2% em relação aos homens. Outro indicador interligado é o número de horas semanais dedicadas a cuidados pessoais ou afazeres domésticos, enquanto os homens gastam 11 horas por semana nessas atividades, as mulheres dedicam 21,4 horas, ou seja, quase o dobro de tempo em relação aos homens, o que justifica a desigualdade constante na concorrência do mercado de trabalho.

Em contrapartida, ao analisar possibilidades de amenizar o impacto negativo para as vítimas, de acordo com o levantamento anual do FBSP (2022), as mulheres entrevistadas classificaram como “muito importante” que, após o episódio de agressão, além da punição do agressor, haja alguém disponível para conversar e ter acesso à assistência básica, como abrigo, alimentação e vestuário, bem como a criação de oportunidades de trabalho específicas para mulheres dentro desse contexto.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o término do relacionamento não significa, necessariamente, o fim da violência doméstica. Uma relação violenta pode surgir ou intensificar-se após a separação, quando o ex-parceiro não aceita a ruptura e busca restabelecer o relacionamento ou punir a parceira pela decisão do término. Assim sendo, para o enfrentamento à violência doméstica, é fundamental considerar as complexidades desse fenômeno e oferecer às mulheres condições necessárias para que possam romper a relação de forma segura.

2.1 DEFINIÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A violência contra a mulher abrange mulheres de diferentes etnias, sejam negras, indígenas ou brancas, sejam jovens ou com mais idade, não importando sua situação financeira, incluindo aquelas que são mães solo ou que não possuem filhos. São múltiplas, com histórias e trajetórias diferentes, todavia compartilham algo em comum: já foram vítimas de algum tipo de abuso, independente de classe social, religião, orientação sexual ou grau de escolaridade. E após uma agressão, observa-se que algumas vítimas conseguem reestruturar suas vidas. No entanto, há uma parcela significativa que tem dificuldade em nutrir uma visão positiva em suas vidas. Estas reações ilustram as consequências e abrangentes de uma relação abusiva.

A definição de violência, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é “o uso intencional de força física ou poder, real ou em ameaça, contra si mesmo, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade, que resulte ou tenha grande probabilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (OMS, 2002).

O termo violência adquire uma nova definição, a partir da abordagem de gênero. De acordo com Saffioti (2015) a violência de gênero “teoricamente, abrange homens e mulheres, ainda que dentre várias definições históricas e sociais, "gênero é a construção social do masculino e do feminino.” (Saffioti, 2015, p. 47). Ou seja, embora as expressões “violência de gênero”, "violência doméstica" ou "violência familiar" sejam frequentemente utilizadas como sinônimos de violência contra mulher, essas são formas incorretas de expressão, visto que esta se refere exclusivamente ao gênero feminino, independentemente do relacionamento entre vítima e agressor.

No que tange a violência doméstica, conforme o art. 5° da Lei Federal 11.340/2006 (Lei Maria da Penha) "configura violência contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial.” Seja no âmbito doméstico, quando há convívio permanente; no âmbito familiar, quando há laços sanguíneos ou de afinidade; ou em qualquer relação íntima, em que haja convívio ou tenha convivido com o agressor. As formas de violência são caracterizadas como: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (Brasil, 2006).

Vale ressaltar que há outras de formas de violência contra as mulheres, que não estão definidas na Lei Maria da Penha, mas são passíveis de denuncia e proteção. Como ilustrado por Souza (2019), a violência contra a mulher manifesta-se em diversos contextos e lugares, não necessariamente em espaço geográfico, basta apenas a identificação de vulnerabilidade e aproximação entre vítima e agressor. Quanto à Lei Maria da Penha (2006), pelo ponto de vista de Chakian (2019), a implementação desta lei proporcionou uma ampliação da visibilidade dos casos de agressão, reduzindo a impunidade das denúncias e rompendo a normalidade da violência. Além disso, estabeleceu assistência e garantias para as mulheres e expandiu a responsabilidade da intervenção para toda a sociedade.

A formação das redes de apoio foram fundamentais e ainda continuam desempenhando essa função primordial de orientação, denúncia, acolhimento e prevenção. Visto que, muitas vezes, a percepção por parte da mulher sobre a situação é difícil, tanto pelo medo de romper a relação quanto pelo entendimento que estão sendo abusadas. Nesse sentido, Saffioti ressalta:

> A violência doméstica ocorre numa relação afetiva, cuja ruptura demanda, via de regra, intervenção externa. Raramente uma mulher consegue desvincular-se de um homem violento sem auxílio externo. Até que este ocorra, descreve uma trajetória oscilante, com movimentos de saída da relação e de retorno a ela. Este é o chamado ciclo da violência, cuja utilidade é meramente descritiva. (Saffioti, 2015, p. 84).

O ciclo da violência mencionado por Saffioti é composto pelas fases de tensão, agressão e “lua de mel”, o qual é uma forma de exemplificar como ocorre num relacionamento abusivo. O momento da tensão é quando há violência emocional, o agressor recorre a acusações, xingamentos e críticas por qualquer motivo em relação à vítima. Nesse momento, é comum a vítima já sentir medo da agressão física, mas, ainda assim, é frequente a negação dos fatos e até mesmo a justificação do comportamento do parceiro por parte da vítima.

A segunda fase é a consumação da agressão, geralmente de natureza física. Nesse ponto, há vítimas que ficam paralisadas e se sentem impotentes diante do poder destrutivo que percebem no agressor. Ou então, há aquelas que interpretam como uma extrapolação dos limites e se afastam do agressor. Independentemente da reação, por via de regra, ocorre a terceira fase, a chamada “lua de mel”, quando o agressor demonstra arrependimento e pede perdão, dedicando mais atenção e

carinho à vítima para reconquistá-la, fazendo inúmeras promessas. Considerando que é um momento de fragilidade, é comum que a vítima dê uma “segunda oportunidade” por se sentir acolhida, entretanto, em pouco tempo, o ciclo recomeça.

A problemática em torno desse ciclo, consiste no fato, a cada repetição, as agressões se intensificam e o feminicídio tende a ser o ápice, após uma sucessão de agressões. Mesmo quando as mulheres deixam sua residência e encerram a relação, o risco do assassinato permanece, devido à recusa do agressor em aceitar o fim. Nesse sentido, é denominado feminicídio quando o ataque ocorre devido à condição de gênero feminino, ou seja, quando existe desprezo ou discriminação em relação à condição da mulher. A gravidade desses casos alcançou tamanha proporção, que para evidenciar esse contexto específico de mortes violentas de mulheres, em 2015 foi sancionada a Lei Federal 13.104/2015 (Lei do Feminicídio).

Embora seja meramente descritivo, vivenciar esse ciclo no ambiente familiar causa impactos tanto visíveis quanto invisíveis para as vítimas. Conforme Barros (2019), a rotina de violências favorece o desenvolvimento de problemas como a depressão, a ansiedade, incluindo pensamentos suicidas. Nesse ponto de vista, a responsabilidade de cuidar da família e lidar com a sobrecarga emocional vivenciada pelas mulheres em relacionamentos abusivos, requer um esforço maior, especialmente para aquelas sem apoio familiar ou externo. Essas situações evidenciam que essas mulheres precisam abandonar o papel de cuidadora para serem cuidadas.

Na perspectiva da sociologia, o cuidado é uma resposta de apoio social necessário à vulnerabilidade e incapacidade individual, uma base para os padrões de solidariedade que fundamentam as sociedades humanas (Fine, 2005). A necessidade de humanizar o cuidado no contexto de violência ocorre porque o significado de humanizar é “tornar humano, proporcionar condições humanas”, o que se resume em dignidade humana, enquanto a violência é o oposto, é a ausência de dignidade devido à perda de condições básicas (Waldow; Borges, 2011, p. 4).

Ao considerar o contexto histórico, sempre se atribuiu à mulher o papel de cuidadora. Porém, essa naturalização do cuidado ao gênero feminino começou a ser questionado a partir das conquistas das mulheres por espaços e direitos na sociedade (Contatore *et al*., 2019). Esse processo de mudança social e cultural, impulsiona a

ideia de que o cuidado deve ser tratado como uma questão pública e não apenas dentro do círculo familiar. Portanto, como avalia Chakian (2019), a construção da inferioridade intelectual e moral da mulher, acontece porque,

> Destinada aos únicos papéis sociais possíveis, de esposa e mãe, a mulher se viu ao longo de séculos afastada da participação política e com dificuldades de acesso à educação, o que também se refletiu na maior precarização de sua mão de obra para o trabalho quando ela foi necessária no período das grandes guerras. (Chakian, 2019, p. 50).

Dessa forma, é imprescindível a atuação das instituições, tanto por meio da aplicação das políticas públicas quanto pela conscientização social. Por essa razão, a rede de apoio, através das ações conjuntas, deve ser mais receptiva, oferecendo alternativas e oportunidades para restabelecer a autoconfiança e o empoderamento, promovendo a conquista da autonomia.

2.2 VIOLÊNCIA PATRIMONIAL E O DÉFICIT HABITACIONAL

A violência patrimonial é reconhecida na Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) como a retenção ou destruição dos pertences da vítima, tais como objetos, dinheiro, cartão de crédito, eletrônicos e outros (art. 7°, IV). No entanto, a lei também reconhece que o ato de perder a parte da posse da casa ou do terreno, disputa de bens e direitos à moradia, também constitui violência patrimonial (art. 7°, IV). Além disso, a lei estabelece medidas protetivas, como o afastamento do agressor da residência ou do local de convivência com a vítima. (art. 22, II)

Para compreender a conexão entre a violência doméstica contra as mulheres e os dilemas da habitação, que estão ligados ao déficit habitacional e inadequação das moradias, é fundamental antecipar medidas preventivas, considerando os processos habitacionais que antecedem a ocorrência da violência. Segundo Ludermir e Souza (2021), essa trajetória se baseia em quatro pontos fundamentais: o padrão patrilinear, os direitos assegurados pela união estável e o despejo forçado ou a tolerância pela violência.

O padrão patrilinear de residência se refere ao movimento das mulheres de saírem de suas casas para morar com seus parceiros ou suas famílias, muitas vezes, essa é a base da construção do patrimônio do casal. Contudo, por ser modelo patriarcal, é comum as mulheres perderem sua parte na separação, porque não houve

investimento financeiro na construção ou melhoria da moradia. Isso ocorre devido a equívocos sobre os direitos de propriedade, que estão ligados às desigualdades de gênero. No entanto, a divisão dos bens é assegurada pelo regime de comunhão parcial de bens, independente do investimento financeiro das partes. (Ludermir; Souza, 2021)

Neste contexto, quando ocorre uma agressão, surge um dilema entre o despejo forçado ou a tolerância pela violência. Isso acontece porque menos de 5% das mulheres conseguem interromper o ciclo e manter a posse de suas propriedades. Enquanto algumas não possuem outra opção além de permanecer, seja para não perder o patrimônio construído ou não perder a herança dos filhos, toleram à violência continuando na relação abusiva. Por outro lado, a maioria das mulheres renunciam seus direitos e acabam saindo de casa, o chamado "despejo via violência doméstica". (Ludermir; Souza, 2021)

Ao avaliar as alternativas de moradia para aquelas que têm o despejo forçado, normalmente, vivem em coabitação involuntária, na casa de amigos e parentes, em moradias precárias ou morando de aluguel, mesmo que isso comprometa necessidades básicas como alimentação. Essas formas de moradia constituem os marcadores de avaliação do déficit habitacional. (Ludermir; Souza, 2021)

Como resultado, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2021), o estudo anual sobre o setor habitacional no país e a evolução de seus indicadores, revelam que as mulheres configuram até 67,5% do déficit habitacional no Brasil. Isso é uma consequência do processo migratório das mulheres pela busca de residência. É importante ressaltar que essa conexão com a violência doméstica se torna mais evidente na população feminina em situação de rua, que não está incluída nesta pesquisa e, portanto, geram dados invisibilizados na demanda por habitação.

Além disso, essa forma de despejo pode ser cíclica. Quando não é viável permanecerem onde encontraram abrigo, é comum que retornem para casa, convivendo novamente com o agressor e, consequentemente, o ciclo da violência recomeça. Embora seja possível recorrer às medidas protetivas de urgência para remover o agressor do lar conjugal, previstas na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006), no entanto, são opções temporárias e podem gerar mais tensão e expor as mulheres a uma forma mais grave de agressão, como o feminicídio.

Diante desse panorama, a subnotificação é uma característica marcante da violência patrimonial, visto que, na maioria das vezes, as mulheres só denunciam quando ocorrem junto com outras formas de violência. Essa questão pode estar relacionada, tanto à falta de compreensão das mulheres sobre seus direitos de propriedade quanto à falta de reconhecimento de que a violação desses direitos também constitui violência doméstica (Baragatti, 2018). Ressaltando, assim, a necessidade de conscientização e educação pública sobre os direitos de propriedade, bem como a importância de políticas e recursos para acolher essas mulheres.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACOLHIMENTO

A implantação da Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) marcou o início da oferta de assistências, garantias e medidas integradas de prevenção para as mulheres. Além das medidas protetivas citadas anteriormente, foi estabelecida a criação de uma rede de apoio, a qual iniciou com as Delegacias de Defesa da Mulher (DEAM) e as Casas-Abrigos, na década de 1980. Essas instituições são equipadas com profissionais capacitadas para assegurar o acolhimento e atendimento eficiente às mulheres (Baragatti, 2018).

No Brasil, existem cerca de 150 casas-abrigo destinadas a mulheres em situação de violência doméstica (IBGE, 2018). Essas casas-abrigo são uma medida preventiva fundamental contra o feminicídio, sendo restritas para as mulheres que estão em risco iminente de morte. Por consequência, por normalização requer que sejam em locais de endereço sigiloso. Na Bahia, existem apenas três em funcionamento - localizadas em Feira de Santana, Juazeiro e Itabuna - para atender toda a demanda do estado.

Com a criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), em 2003, novos serviços foram disponibilizados, como os Centros de Referência e Atenção à Mulher (CRAM) e a Defensoria da Mulher (NUDEM). Os Centros de Referência são reconhecidos como apoio fundamental para essas mulheres, sendo imprescindível que os municípios implantem tal serviço (Baragatti, 2018).

Em Salvador, nos Centros de Referência de Atendimento à Mulher (Loreta Valadares (CRAMLV), Irmã Dulce (CAMSID) e Arlette Magalhães (CREAM), são ofertados serviços como acompanhamento social, jurídico, psicológico e

psicopedagógico. Além das campanhas “Caravana da Mulher” e “CRAM em movimento”, que fazem parte do Projeto Alerta Salvador 2022, realizado pela Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude (SPMJ), também oferecem acompanhamento e encaminhamento. Quanto à questão do acolhimento, é importante destacar que apenas o CAMSID realiza o abrigamento temporário pelo período de 15 dias, com capacidade para 12 mulheres.

Apesar da importância de um sistema de atendimento em rede, nota-se que ainda há divergências, resultando em um atendimento fragmentado (Baragatti, 2018). A abrangência das políticas públicas ainda é limitada e seus processos são mais demorados do que o necessário para lidar com a urgência da violência doméstica. Além disso, a falta de uma opção entre o acolhimento temporário e o isolamento é um dos principais motivos pelos quais essas mulheres procuram outras alternativas de abrigo. Ou seja, as limitações nos serviços de acolhimento têm contribuído para o aumento do número de mulheres no índice de déficit habitacional.

4. NOVAS ALTERNATIVAS DE ABRIGAMENTO

A moradia é um direito que precisa ser entendido como um elemento fundamental no enfrentamento às violências e desigualdades de gênero. Assim, a SPM, por meio das Diretrizes Nacionais de Abrigamento, redefiniu as possibilidades de proporcionar acolhimento provisório para mulheres em situação de violência, com o intuito de assegurar a segurança das mesmas (Brasil, 2011). O acesso à moradia é um fator determinante para a sua autonomia econômica, por isso, é necessário ampliar as estratégias de atendimento antes que estejam em risco de feminicídio.

Dentre as definições das Diretrizes Nacionais de Abrigamento (2011) inclui-se a criação de novos serviços, a utilização de benefícios, implementação, gestão e estratégias para ampliação dos serviços de abrigamento. Nesse sentido, a criação de casas de acolhimento provisório de curta duração surge como uma medida destinada a atender essa lacuna existente, com o objetivo de garantir a integridade física e emocional das mulheres (Brasil, 2011).

Uma alternativa viável para a estruturação das casas de acolhimento provisório é o *cohousing.* O cohousing, ou habitação colaborativa, é fundamentado pelo conceito de vida comunitária, com o objetivo de promover a qualidade de vida e saúde dos

moradores, por meio da maximização da interação social, da participação, solidariedade e do apoio mútuo, cidadania ativa e respeito ao meio ambiente nas comunidades (Bezerra; Borges, 2019).

Desse modo, a habitação colaborativa é uma resposta social tanto para grupos vulneráveis, quanto como uma solução para atender a demanda de habitação. Sua principal característica consiste no modelo de moradia compartilhada, no qual os moradores compartilham o uso e a responsabilidade de manutenção e limpeza de determinados ambientes - como cozinha, lavanderia e áreas de lazer -, mas cada morador possui uma vida privativa, na sua unidade residencial (Bezerra; Borges, 2019). Esse modelo se destaca por ser inclusivo, sustentável e uma alternativa contra a solidão que afeta, sobretudo, aquelas que enfrentam alguma discriminação.

Embora esses modelos apresentem desafios na implantação, é notável que, em geral, a adoção desse modelo tende a ser uma solução mais econômica do que os lares e residências tradicionais. A concepção de um espaço de acolhimento traz elementos importantes, como a convivência. Nesse contexto, Lubochinski[4] afirma:

> Vizinhos a gente tem em qualquer lugar, o importante no co-lares é a qualidade da relação que se tem com esses vizinhos: uma relação de confiança, de amizade e de familiaridade. A estrutura construída não é o coração da ideia, o coração é a estrutura social, por isso não basta só compartilhar, é necessário colaborar (Cohousing Brasil, 2022).

Dessa forma, o ato de acolher as mulheres envolvidas em relacionamentos abusivos, dialoga como uma alternativa adicional no processo de rompimento da relação. Além disso, promove a reconstrução do bem estar emocional e da autoestima, reconhecendo-se como protagonistas de suas próprias vidas, superando limitações de estereótipos e preconceitos culturais. Portanto, a oferta de habitação precisa ser entendida como uma estratégia para prevenir e coibir a violência doméstica, uma vez que a transição por moradia impacta em todas as outras áreas da vida.

[4] Lilian Lubochinski, Arquiteta e Urbanista, Diretora do “Cohousing Brasil Co-Lares”, que faz parte do movimento Cohousing Brasil.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o fim da violência doméstica possa parecer utopia, é urgente compreender os fatores que dificultam a saída das mulheres de relações abusivas e reforçam as desigualdades de gênero. Desde a efetivação da Lei Maria da Penha, renovam-se as esperanças, ao evidenciar que a violência contra a mulher é uma mazela social que requer atenção multidisciplinar.

Considerando que a vítima encontra dificuldades em acessar a rede de apoio, a dependência financeira e/ou emocional, preocupações com o impacto do conflito em seus filhos e familiares, e a sobrecarga do trabalho doméstico, são circunstâncias que restringem a saída da mulher da relação. Essas questões entrelaçam a violência doméstica com a questão da moradia. Além disso, as lacunas das políticas públicas expõem as mulheres a dilemas de consequências significativas: entre deixar sua residência para sobreviver ou suportar a violência em troca de um lugar para morar ou para não perder seu patrimônio.

O impacto do despejo e da desapropriação por meio da violência doméstica conduz as vítimas a uma condição de déficit habitacional e inadequação que não pode ser subestimada nas análises sobre moradia. Da mesma forma, a permanência das sobreviventes, devido à falta de opções de moradia, configura um “déficit habitacional invisível”, o que indica que a demanda por moradia no país é ainda maior do que é diagnosticado.

A violência doméstica e o déficit habitacional não são desafios isolados, mas sim questões sociais e urbanas invisibilizadas, que demandam atenção no desenvolvimento de políticas urbanas e de gênero, além de políticas públicas integradas, bem como promover moradia adequada. A oferta de moradia para mulheres em situação de violência não deve se restringir aos abrigos emergenciais ou casas-abrigo. É essencial disponibilizar alternativas de moradia de curto, médio e longo prazo para essas mulheres e seus filhos, para que possam sair de relacionamentos abusivos, sem a necessidade de retornar em busca de abrigo. Todavia, a expansão e diversificação da oferta de moradia definitiva para mulheres devem ser consideradas parte das estratégias de prevenção e enfrentamento da violência contra a mulher.

REFERÊNCIAS

BARAGATTI, D. *et al.* Rota crítica de mulheres em situação de violência por parceiro íntimo. **Revista Latino-Americana de Enfermagem,** 26 (e3025), p. 1-19, 2018.

BARROS, Rosana Leite Antunes de. Como (se) reconhecer uma vítima de violência doméstica e o que fazer. *In*: INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: um problema de toda a sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2019. p. 139-151. (Coleção cidadania).

BEZERRA, Jéssica Bittencourt; BORGES, Amadja Henrique. Cohousing. Um velho conceito para uma nova forma de morar. **Arquiteturismo**, São Paulo, ano 20, n. 231.03, Vitruvius, out. 2019. Disponível em: https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquiteturismo/13.145 /7330. Acesso em: 04 set. 2023.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e Violência**. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011.

BRASIL. Lei n° 11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. **Diário Oficial da União:** seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 151, p. 1-56, 08 ago. 2006.

BRASIL. Lei nº 13.104, de 09 de março de 2015. Prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 46, p. 1-40, 10 mar. 2015.

BRASIL. Nações Unidas. **OMS:** uma em cada 3 mulheres em todo o mundo sofre violência. Brasília. 2021. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women. Acesso em 07 set. 2022.

CHAKIAN, Silvia. Lei Maria da Penha: um basta à tolerância e banalização da violência contra a mulher. *In*: INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher: um problema de toda a sociedade**. São Paulo: Paulinas, 2019. p. 49-66. (Coleção cidadania).

CONTATORE, Octávio Augusto *et al*. Por uma sociologia do cuidado: reflexões para além do campo da saúde. **Trabalho, Educação e Saúde** [online]. 2019, v. 17, n. 1. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00175. Acesso em 10 set. 2022.

FINE, Michael. Individualization, risk and the body Sociology and care. **Journal of Sociology**. 2005, vol. 41, p. 247-266. Tradução. Disponível em: https://www.researchgate. net/publication/258154614_Individualization_risk_and_the_body_Sociology_ and_care. Acesso em 10 set. 2022.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2021** — São Paulo, 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org. br/anuário-brasileiro-segurança-publica/. Acesso em: 05 jul. 2022.

_____. **Atlas da Violência 2021**: Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil — 3ª edição. São Paulo: FBSP, 2021. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel-a- vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-3ed/. Acesso em: 05 jul. 2022.

_____. **Atlas da Violência 2022:** Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil — 4ª edição. São Paulo: FBSP, 2022. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/visivel-e-invisivel- a-vitimizacao-de-mulheres-no-brasil-4a-edicao/. Acesso em: 02 jun. 2023.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil** – 2016-2019 / Fundação João Pinheiro – Belo Horizonte: FJP, 2021. p. 169. Acesso em: 29 mai. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatística de gênero:** indicadores sociais das mulheres no Brasil. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html. Acesso em: 07 abr. 2022.

LUBOCHINSKI, Lilian. Cohousing: uma maneira de morar com quem você gosta sem perder a privacidade. **Portal terceira idade.** Disponível em: http://portalterceiraidade.org.br/2022/04/29/uma-maneira-de-morar-com-quem-voce-gosta-sem-perder-a-privacidade/. Acesso em: 07 nov. 2022.

LUDERMIR, R.; SOUZA, F. A. M. Moradia, patrimônio e sobrevivência: dilemas explícitos e silenciados em contextos de violência doméstica contra a mulher. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais.** Dossiê Território, Gênero e Interseccionalidades. v. 23, E202126, 2021. DOI 10.22296/2317-1529.rbeur.202126.

LUDERMIR, Raquel. Em briga de marido e mulher, ninguém fala sobre habitação. **Nexo Jornal Ltda.** 2022. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/ensaio/2022/Em-briga- de-marido-e-mulher-ningu%C3%A9m-fala-sobre-habita%C3%A7%C3%A3o/. Acesso em 28 ago. 2023.

LUDERMIR, Raquel. Mulheres, raça e direito à cidade: Por que precisamos falar de habitação no Dia Internacional das Mulheres?. **Fórum Nacional de Reforma Urbano**. 2022. Disponível em: https://https//forumreformaurbana.org.br/mrdc/8m-habitação/.org.br/mrdc/8m-habitação/. Acesso em: 13 abr. 2022.

OMS. **Relatório mundial sobre violência e saúde: resumo.** Genebra, Organização Mundial da Saúde, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.160p.

SALVADOR. Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude. **CRAMs**. Disponível em: http://https://spmj.salvador.ba.gov.br/crams/. Acesso em: 05 out. 2022

SALVADOR. Secretaria de Políticas para Mulheres, Infância e Juventude. **Projeto Alerta Salvador**. Disponível em: http://spmj.salvador.ba.gov.br/alerta-salvador/. Acesso em 24 out. 2022.

SOUZA, Marisa Chaves de. Mitos e verdades sobre a violência doméstica e sexual contra a mulher no Brasil. In: INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Violência doméstica e familiar contra a mulher:** um problema de toda a sociedade. São Paulo: Paulinas, 2019. p. 67-78. (Coleção cidadania).

UMA. Universidade Federal de Santa Maria. Universidade Meio Ambiente. **Mulheres Sustentáveis e Transformadoras**. Santa Maria, 2021. Disponível em:

https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proinfra/uma/2021/07/02/mulheres-sustentaveis-e-transformadoras-giuliana-redin-e-o-ods-16/. Acesso em: 02 set. 2022.

WALDOW, Vera Regina e BORGES, Rosália Figueiró. Cuidar e humanizar: relações e significados**. Acta Paulista de Enfermagem** [online]. 2011, v. 24, n. 3, pp. 414-418. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-21002011000300017. Acesso em 07 set. 2022.

NOVO PARADIGMA DO RACISMO NO BRASIL: Edital, n. 19/2023, da UCSAL

Iaia Djassi[1]

RESUMO

Os efeitos colaterais da escravatura consubstanciam na divisão da sociedade brasileira em negros e brancos e este fato levou a superiorizarão da raça branca. A escravidão tem a origem na Grécia depois seguiu-se a Roma. Durante a escravatura os africanos foram caçados e trazidos no Brasil e noutros países, depois da abolição deu-se o racismo. A luta contra racismo começou nos meados do século XX, pelos movimentos e associação dos estudantes negros da Universidade de Harvard, nos EUA. Existem sinais de mudança de paradigma, em relação a integração dos negros (pretos e pardos) nas instituições, como na Universidade Católica do Salvador-UCSal com admissão dos professores negros por um edital especifico. Este trabalho, aborda-se sobre escravatura, racismo e edital n.19/2023, relativo à admissão dos professores negros no programa de pós-graduação em Direito da Universidade Católica do Salvador. Para fazer este trabalho recorreu-se ao método qualitativo através das referências bibliográficas e, também, google acadêmico.

Palavras-chaves: Racismo. Escravatura. Mudança de paradigma. Negros.

1. INTRODUÇÃO

O debate sobre racismo torna-se centro das discussões, e das divergências, na sociedade brasileira. A supremacia branca, que alguns objurga, é tido como corolário na sociedade, e algumas preleções apontam que a raça negra foi afastada nos esqueletos que se designaram de problema *de racismo no Brasil é problema estrutural.*

As sociedades primitivas não tinham problemas da raça. Nas sociedades modernas, com a divisão de pessoas em cores (branco, negros), consubstancia na elevação de uma raça a outra e isso resultou na (escravatura) servilismo, tortura, tratamentos desumanos e descartabilidade da raça negra. A institucionalização do comercio de seres humanos começou na Grécia antiga e seguiu-se a Roma: “A

[1] Licenciado em Direito Pela Universidade Lusófona da Guiné; Mestrando em Direito Pela Universidade Católica do Salvador UCSal; Oficial da Justiça na Delegacia do Ministério Publico Junto à Vara-Crime do Tribunal Regional de Bissau.

escravidão, porém aparece como instituição social, propriamente organizada, primeiro na Grécia, depois em Roma. O fundamento da escravidão na Grécia, segundo Aristóteles, era a diferença das raças", (Nabuco, 1988, p. 71-72).

Entretanto, não é menos importante relembrar que, raiz do racismo pudesse estar ligado com os efeitos colaterais da escravatura. As pessoas com a cor negras, principalmente africanos, foram escravizados anos e anos e depois da abolição deste crime algumas pessoas ficaram com macaquinhos na cabeça em como a coletividade pudesse contar com essas pessoas que, outrora, foram tratados como coisas. Deste modo, as falas sobre assunto, os africanos são partes como disse: "Esse novo centramento não essencialistas identidades, tampouco romantiza os elementos constitutivos dos valores africanos, estão todos sujeitos a debate, não há sistemas fechadas"*,* (Pires, 2015, p. 69).

Numa das lições de Thula Rafaela de Oliveira Pires, (2015, p. 67), assevera que: "[…] a ideia do racismo, não como um evento extraordinário, mas como caraterística estrutural da sociedade [...]" logo, nessa linha de entendimento, a nossa abordagem vai ao entorno dos problemas estruturais do racismo no Brasil e vamos fazer um panorama, sobre o atual paradigma deste assunto, principalmente na área educativa. E, ademais, vamos analisar o edital, n. 19/2023, da Reitoria da Universidade Católica do Salvador, fazendo o seu enquadramento nos exercícios, um olhar de alteridade, a volta deste mal (racismo) que está intoxicando a sociedade brasileira. Pois, não há razões de não criar condições para que haja uma justiça estrutural no Brasil, porque: "Tendo mais da metade de sua população composta por pretos e pardos [...]", (Pires, 2015, p. 62), deve haver uma justiça nesse cenário. Até não devia ser porque houve críticas a volta do assunto.

Durante este trabalho, vamos centrar as nossas abordagens em três ocasiões: no primeiro momento vamos falar da escravidão, como principal fenômeno, que os seus efeitos assentou oscilas em muitas pessoas sobre a capacidade humana de uma pessoa com cor negra; no segundo momento vamos direcionar, a nossa abordagem, sobre racismo no Brasil e os contestações a volta dele; no terceiro, e último, momento vamos falar do edital, n. 19/2023, da Reitoria da Universidade Católica do Salvador, relacionando-o com as ideias da alteridade e equilíbrio racial nas instituições brasileiro como alguns arguem.

Para fazer esta pesquisa recorre-se ao método qualitativo através das referências, (livros, dissertações, artigos científicos e matérias relacionados ao tema), legislações, mas também google acadêmico.

2. ESCRAVIDÃO COMO GÊNESE DO RACISMO

Em tudo que se fala, em torno do racismo, deve ter a sua origem na escravatura. Pudesse pensar, se não houvesse escravatura se estaríamos a falar do racismo. Portanto, as bagunças que se encontram nas sociedades, sobre raça negra e raça branca, são provenientes de muitos anos. A escravatura teve inicio na Grécia antiga depois seguiu-se a Roma, (Nabuco, 1988, p. 71-72), o modelo da escravatura, naquela época, é muito diferente com que vamos abordar (escravatura moderna). Porquanto, naquela época, os seres humanos não eram caçados como faziam na África, os tratamentos cruéis que os africanos foram debelados são terríveis e incomparáveis com que os escravos na Grécia e na Roma foram submetidos, a testemunha explica que:

> A escravidão moderna teve por origem o tráfico dos negros. Arrebatados a seus domínios da África vieram eles povoar a América… há quem se lembra dessas cenas de vandalismo de que eram vítimas os negros recém-chegados, cenas que eram para eles um reflexo dessas outras por que passaram em África, e a bordo dos navios negreiros. La era uma verdadeira pirataria: os negros eram caçados nos seus desertos natais, atravessavam léguas e léguas de uma terra incendiada pelo sol do equador [...] (Nabuco, 1988, p. 76).

Deste modo, vê-se que, a escravatura moderna é mais grave, terrível e vigiada de concursos de crimes. Para além de caçar africanos, como se fosse animais, foram submetidos a outros caracteres de tratamentos atrozes, pode ser considerado como maior ofensa a humanidade. Ao fundo, vê-se que, os países favorecidos de escravos africanos não têm razões, nos dias de hoje, de subestimar, minimizar e extremar as pessoas descendentes daqueles escravos. Outrora, foram aqueles escravos que construíram infraestruturas e muitos outros bens materiais imóveis sem nenhuma contrapartida.

Até meados do século XIX, Brasil era apegado de contrabando de africanos, naquela época, talvez é atividade com mais renda no mercado brasileiro: “Antes de 1840 o Brasil é preso do tráfico de africanos; o estado do país é fielmente representado pela pintura do mercado de escravidão no valongo”, (Nabuco, 2000, p.

3). Os seres humanos foram caçados nos seus habitats trazidos no Brasil, como se fosse produtos comerciais, e em outros países sem consentimentos, foram comercializados, submetidos às tarefas forçadas, os senhores auferiram muito dinheiro para além dos serviços que proporcionaram.

Os efeitos colaterais de escravidão, não só no Brasil, é que esta ser polemica quase em toda a planeta terra: “No campo semântico planetário, as pessoas negras ocupam uma posição única e incomunicável porque a escravidão póstuma faz com que elas convivam com a violência estrutural e gratuita continuamente”, (Vargas, 2017, p. 11). Muitas pessoas, em especial brancas, percebiam que as pessoas com cor negra não podiam ter espaços nas estruturas e devem ser afastadas. Devia ser satisfatório, as violências que as pessoas negras foram submetidas, não devia existir mais outras violências civilizadas pelo facto de uma pessoa tiver a cor negra. A impressionabilidade da humanidade naquela época é diferente com que se vivi nos momentos contemporâneas.

Mas, este facto, deve-se simplesmente as formas que essa raça foi subjugada durante séculos. Hoje se vê que, embora algumas pessoas continuam ter esse macaquinho na cabeça, as pessoas com cor negras e tanto quanto as pessoas com outras cores são tidas como seres humanos nas sociedades. Os crimes cometidos durante a escravatura já mais vão terem lugar nas sociedades.

Ainda bem, a sociedade brasileira é constituída por diferentes pessoas, os negros eram caçados pelos próprios brasileiros e trazidos de África para brasil: “{…} o africano foi muitas vezes obrigado a despir sua camisola de malê para vir de tanga, nos negreiros imundos, da África para o Brasil”, (Freyre, 2003, p. 207), não existe pretextos de não contar com descendentes dessas pessoas como brasileiros. Seria bom reconhecer que, na mesma linha do raciocínio de Freyre, tanto na Senzala bem como na Casa-Grande, foram lugares que pudessem ser considerados, naquela época, como centros de maiores crimes contra a humanidade. Esses lugares convinham arrecadação de materiais (negros) e até, outrora, servia como lugar de *lance* aos brancos. Muitos homens, dito senhores, ensinam usar as meninas nesses lugares. Para além de usar cantorazinhas, também, a verdade é que: “Não há escravidão sem depravação sexual”, (Freyre, 2003, p. 207). Foram lugares de crias.

Outro mal da escravatura é que: “[...] para fazer-se chegar 65.000 negros ao Brasil é preciso tirar-se 100.000 à África e dos que chegarem morrerão ainda até 5.000, nos dois meses depois da chegada”, (Nabuco, 1988, p. 84). São dados que vislumbra a tamanha de crime praticado durante a escravatura. Todavia, numa boa leitura, vê-se que, são atos bárbaros cometidos a séculos e hoje, com certeza, não vai acontecer mais no mundo. Não seria benévola, tanto negros como brancos, olharmos para trás porque, as lembranças, vai continuar a criar caos na sociedade e enquanto existir a mentalidade de que a sociedade brasileira é constituída por brancos depois negros não vai almejar a paz pretendida. Se brancos continuam a ter dúvidas sobre a capacidade dos negros os efeitos vão serem bem divididos, o outro pode ficar fora da sociedade, mas, o outro também não vai ficar sossegado com tantos bens que possa ter. Assiste-se este cenário todos os dias, os assaltos, mortes cruéis, perda de tempo no debate sobre este assunto.

A capacidade de homem não depende da cor de pele, altura ou gordura, mas, de acordo com algumas pesquisas que foram feitas comprova que (Freyre, 2003, p. 197), não há diferença entre a capacidade de homem com cor negra com das outras cores. Portanto, o critério de cor, não deve ser determinante na suposta superioridade entre branco e negro.

Não obstante que, no Brasil, foi praticado crime contra negros (principalmente africanos) durante a época da escravatura, mas, depois, foi abolida. Nos primórdios da abolição da lei houve as infrações, próprio estado sabia, mas não houve cumprimento da lei que tinha abolida a escravatura, talvez deve ser maior erro neste cenário, como disse:

> Não podemos desconhecer que a lei de 7 de novembro de 1831 declarou livres todos os escravos vindos de fora para os portos do Brasil, e nos vinte e cinco anos que decorrem dessa data até o ano de 1856, em que teve lugar o ultimo desembarque de africanos, pelos menos um milhão de escravos entraram para nosso país sob as vistas das autoridades, e aí foram garantidos a seus senhores, sem que a lei se inquietasse com a condição deles, quando a honra nacional se tinha empenhado para declará-los livres, (Nabuco, 1988, p. 88).

Não é menos verdade que, assuntos como escravatura, deve haver desentendimento na elaboração da lei e bem como o seu cumprimento integral. Mesmo com abolição da escravatura, como explicou Nabuco, houve mais desembarque no Brasil ainda bem com vista do próprio Estado brasileiro.

Pode se concluir que, na altura, não havia tanto interesse sobre a vida de uma pessoa negra como ser humano. O erro no processo da abolição de escravatura deve ter gênese neste desembarque, pois, outros fundamentos pudessem ser aceites. Por outro lado, o incumprimento da lei, no ultimo desembarque, pode ser entendido de que a lei foi feita por façanha. Ademais, a lei de abolição de escravatura, foi feita sem incluir as políticas publica a favor dos escravos libertados e foram soltados como animal na mata. Não traçar políticas públicas sobre a condição dos escravos liberados, tanto na educação, no sector econômico, na agricultura, saúde e demais necessidades que uma pessoa pode ter, deve estar no afastamento desses nas estruturas. A grande verdade é que, sem nenhuma formação, não tinha condições para pagar a escola, seria difícil enquadrar essas pessoas nas estruturas. Foi uma forma civilizada de afasta-los nas estruturas que hoje constitui maior problema.

Hoje, com as condições que tinham deixados, a sociedade branca vê essas pessoas com mesmos olhos que os tinham vistos na Senzala e na Casa-grande. Deste modo, o racismo deu-se por falhas cometidas na abolição da escravidão. Depois da abolição, da escravatura, não foram dadas oportunidades de entrar nas escolas o facto que deve estar no afastamento dessas pessoas nas estruturas.

3. RACISMO ESTRUTURAL NO BRASIL

A luta contra o racismo começou, desde meados do século XX, nos Estados Unidos de América, quando advogados, ativistas e movimento dos estudantes negros sentirem marginalizados por serem negros, (Pires, 2015, p. 62), não obstante que tinha influenciado pelo ativismo político dos anos de 1960. O movimento dos estudantes da Universidade de Harvard tinha como objetivo restaurar as ideias que nortearam a criação das normas e; as formas seletivas que poder estava ser dirigido, (Pires, 2015, p. 64). Essa luta em vez de diminuir, nos dias de hoje, acresce cada vez mais. Tanto nos EUA como no Brasil, enquanto países beneficiários dos escravos africanos, deve haver mudanças de paradigmas nesse cenário. Embora, no Brasil, os indicadores apontam a partir da Universidade Católica do Salvar, os pretos e pardos estão sendo integrados como docentes nas Universidades, o que não existia muitos anos detrás.

O maior handicap do racismo no Brasil foi definido no Estatuto da igualdade racial do Estado da Bahia, (Bahia, 2014, p. 4, inciso v), como atos conjugativos caraterizados pelo atitudes que acaudilham nos critérios e práticas de exclusão e da inclusão de uma ou doutra raça por fatores históricos através da sua cor, etnia, religião, ascendência nas instituições públicas e privadas. A elaboração desta lei, pudesse notar que, é uma das provas da existência de discriminação racial nas instituições, algumas pessoas estavam ser marginalizados por fatores de pertença de uma determinada cor, etnia….

Em várias literaturas vê-se que, racismo estrutural, é maior problema do racismo no Brasil. Não obstantes que, com certeza afeta outros âmbitos, o principal problema é a integração dos negros nas estruturas tanto públicos como privados para que haja mínimo de equilíbrio. Porquanto maior parte da população brasileira são negras, (Pires, 2015, p. 62). Seria considerado justiçoso a integração de pretos e pardos nas estruturas. Às vezes, a subestimação que se faz dos negros, com a integração nas estruturas acadêmicas, a sociedade branca vai ter leitura diferente.

Mas também, seria imprescindível compreendermos bem de que, tendo em conta os males que a escravatura ocasiona na sociedade, não é um processo que podia ser de curto prazo. Porém, durante a escravatura, tanto nas instituições públicas e privadas, a dita raça escravizadora tinha domínio de tudo e todos a tendência, nos dias atuais, é de consistir em majoritárias nessas instituições. O importante é levar em consideração as outras raças (negra).

Outrora a sociedade faz avaliação erada, na qual, o negro enquanto escravo deve ser enquadrado naquele contexto e, hoje, não se deve enquadrar negro no contexto da escravatura, mas, vê-se que, às vezes, a sociedade brasileira faz essa avalição: “O negro no Brasil, nas suas relações com a cultura e com o tipo de sociedade que aqui se vem desenvolvendo, deve ser considerado principalmente sob o critério da história social e econômica”, (Freyre, 2003, p. 210). Se calear é a maior dificuldade em compreender que, negros, são capazes e competentes. A história deve ficar no passado não obstante que, nas academias, pode ser objetos de discussões e de debates para melhor compreender e projetar o futuro. Segundo Nabuco (1988, p. 65): “Se o juízo é antigo, o crime também é antigo, e os argumentos velhos e bons terão sempre razão de ser enquanto não conseguirem seu fim”.

Ademais, a teoria de que no Brasil quanto mais brancos melhor e quanto mais pretos piores, (Pires, 2015, p. 67-68), essas afirmações não devem ter ambiente nos dias atuais. Não ignoramos que, existe pessoas com esses macaquinhos na cabeça, principalmente os cidadãos comuns, vão continuando ter essa ideia enquanto negros não se enquadrar nas estruturas para que se vêm que são capazes e inteligentes.

Portanto, não há razões para continuar dividir a sociedade brasileira em duas categorias (brancos e negros), a evolução da humanidade esta passar dessas discussões. Os negros são importantíssimos na história da formação da família brasileira, não se pode falar da história do Brasil sem se referir negros e africanos. A pluralidade de cor ou da etnia não deve ser entrave da boa convivência.

4. O EDITAL N. 19/2023, A SELEÇÃO DOS PROFESSORES NEGROS (PRETOS E PARDOS) NA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

A integração dos negros nas instituições brasileiras constitui maior entrave na construção de uma sociedade brasileiro inclusiva, sendo maior número das populações são pretos e pardos. A Universidade Católica do Salvador triunfou essa luta com um edital especifico de ingresso dos Professores pretos, pardos e indígenas no Programa de Pós-graduação em Direito. Este aceno, que nenhuma Universidade tinha feito, demostra um salto positivo e, pudesse ser considerada como avanço nas enérgicas de mudança de paradigma. Não obstante que, ainda falta muito, precisa-se de dobrar essa dinâmica, mas existe sinais que evidenciam as mudanças nesse cenário.

Depois da abolição de escravatura os negros e pardos são deixados fora das estruturas, sem políticas públicas exequíveis nas áreas de educação e economia, por não terem condições acadêmicas e boa parte da sociedade continuam com as objeções sobre a qualidade acadêmica de uma pessoa com a cor negra. Portanto, vê-se que: “se o presente mundo social do império-nação é fundado na descartabilidade da pessoa negra, nada menos do que um mundo diferente garantirá a vida plena dessa pessoa”, (Vargas, 2017, p. 19). Hoje ou melhor durante século XXI, no Brasil, os sinais estão demonstrar as mudanças de paradigma e a sociedade, com certeza, está encaminhando para os dias da justiça racial.

Tanto nas instituições públicas e privadas, existe sinais que demostram as mudanças de mentalidade, embora ainda falta muito, quanto a capacidade de inteligência (dos negros) no mundo acadêmica. Por exemplo: a criação da Universidade de Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileiro UNILAB[2], os docentes e discentes, uma boa parte, são negros e é uma das alteridades do Brasil para com os países africanos que sofreram mais com a escravatura no Brasil; Estes estudantes recebem uma assistência para se manter nos estudos ate finalizar o curso, pois, segundo Thais: "[...] a assistência estudantil tem grande relevância no contexto brasileiro devido às suas altas taxas de desigualdade social", (Imperatori, 2017, p. 291). Sem assistência seria difícil para muitos estudantes, principalmente para as pessoas com baixa renda econômica, concluir as suas formações acadêmicas. As políticas de cotas[3], apesar das suas deficiências são uma das formas de criar igualdade racial nas instituições do ensino brasileiro.

Na Universidade Federal de Bahia (UFB), depois de 131 anos, Professor Heron José de Santa Gordilho, em 2022, foi admitido como primeiro negro ao cargo de Professor titular[4]. Um sinalzinho, mas os indicadores mostram de que, num futuro próximo, haverá mais pretos e pardos a serem admitidos como professores titulares nesta e noutras Universidade.

Na mesma linha, depois de 215 anos, Antônio Lopes, em 2023, foi eleito como Diretor da Faculdade de Medicina da UFBA[5]. Não se pode imaginar, a marginalização que negros foram alvos nessa Universidade. Porém, seria absurdo dizer que, durante todos esses anos, não havia negros com a capacidade para exercer esses cargos. Na lição de Pires, ensina que: "{…} a ausência das minorias raciais dos espações institucionais seria apenas o reflexo da distribuição desigual das qualidades/oportunidades e não fruto de um racismo estrutural/institucional", (PIRES, 2015. p. 66), O que se pode concluir é apenas uma marginalização do sistema social

[2]Lei que institui a Universidade de Integração Internacional Lusofonia Afro-Brasileiro – UNILAB- disponível em: Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010 (jusbrasil.com.br)
[3]Lei sobre políticas de cotas no ensino brasileiro, disponível em: L12711 (planalto.gov.br)
[4] Informações relativa ao ingresso de Heron Jose de Santa Gordilho como Professor titular na UFBA, disponível em: https://noticiapreta.com.br/faculdade-de-direito-da-ufba-da-posse-ao-primeiro-professor-titular-negro/
[5] Informações em relação ao empossamento de Alberto Lopes como diretor da Faculdade de Medicina na UFBA, disponível em: https://www.cremeb.org.br/index.php/noticias/dr-antonio-alberto-lopes-e-empossado-como-diretor-da-faculdade-de-medicina-da-ufba/

ou da supremacia branca durante todos esses anos. Mas, significaria justo admitir que, existe sinais e mudanças de mentalidades sobre este cenário.

Por outro lado, a Universidade Católica do Salvador triunfou a luta contra racismo estrutural no Brasil. Trata-se do edital n. 19/2023[6], foi aberto um concurso apenas empaca os pretos, pardos e indígenas para ingressar como professores. No ponto 2.1 do edital descreve: “devem-se candidatar docentes autodeclarados negros (as) (pretos e pardos), conforme o quesito raça ou cor utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”. Apenas pretos e pardos é que podem candidatar. No final, do concurso da seleção, foi promulgada[7] uma lista de sete professores para ingressar no Programa de Pós-graduação em Direito.

Esta postura da UCSal demostra, a linha de muitas outras mudanças, o enquadramento de negros nas estruturas acadêmicas. Ademais, muitos pretos e pardos estão a cursar Mestrado e Doutorado nessa Universidade, inclusive africanos, a título de bolsas, para além de professores pretos e pardos que estavam dar aulas no programa de pós-graduação. Alguns anos atras, como se pode ver nos casos da UFBA, são assuntos que não se discute, porque, havia supremacia branca e inferiorização da raça negra.

A sociedade tem objeções sobre a qualidade, inteligência e a capacidade da raça negra, no entanto, assumindo uma função de destaque vai criar outras leituras. Não vai ser fácil, toda a sociedade acreditar nisso, mas com o tempo vão se entender que a raça negra é capaz como qualquer raça.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que, a escravidão foi maior percalço do atual debate sobre racismo, se não houvesse escravatura não estaríamos a debater sobre segregacionismo. Aos longos dos anos, em alguns países, principalmente na EUA e no Brasil, houve comercio, torturas e tratos desumanos dos negros durante o regime da escravatura. As consequências, da escravatura, depois da sua abolição, deram no extremismo dos escravizados (negros) e hoje está constituir a divisão da sociedade e da humanidade

[6] Seleção para contratação de Docentes Negros (as) e Indígenas para abertura de novo curso de Pós-graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Católica do Salvador, datada de 25 de maio de 2023.
[7] Homologação do resultado final, datada de 17 de agosto de 2023.

em negros e brancos. Os países, escravizadores, depois da abolição não houve políticas educacionais e econômicas a favor dos escravizados e isso deu no afastamento civilizado destas nas estruturas institucionais, alegando de não terem preparação para se integrar nas armações.

A escravidão tem a sua origem na Grécia antiga depois seguiu-se a Roma. A escravatura moderna, caça dos africanos, é mais cruel em relação a escravatura na Grécia e na Roma. Por outro lado, para transportar os africanos, como escravos, muitos morem no caminho e assim que chegarem no Brasil continuam morrendo. As senzalas e Casa-Grande eram cria dos africanos, para além de serem violentados sexualmente, são submetidos a prostituição para gerar mais servos.

As lutas contra racismo começaram, nos EUA, na Universidade de Harvard nos meados de século XVIII. Os movimentos, a par de Associação dos estudantes, depois de sentirem marginalizados, inclusive professores, criaram reivindicações para exigir o cumprimento das leis a respo do racismo.

Mais de que metade da população brasileira são pretos e pardos, mesmo assim, são minoritários nas instituições o que significa, segundo Pires, divisão desigual de qualidades não racismo. Porém, mesmo com abolição da escravatura houve mais atos bárbaros e, o estado apenas deu visto, não houve nenhuma responsabilização com toda a lei elaborada sobre o assunto.

O maior problema do racismo no Brasil é problema estrutural, pois, os pretos e pardos são excluídos nas estruturas pela supremacia branca. Os negros são vistos como se fosse na época da escravatura, porém, algumas teorias asseguram que a democracia racial no Brasil aponta que quanto mais brancos nas estruturas melhor e quanto mais pretos nas estruturas piores. Apesar de esta teoria, já, está longe das teorias da humanidade universal, não existe raça superior a outra.

Apesar de tudo isto, houve alguns progressos, nos últimos anos, na dinâmica de luta contra racismo estrutural. A Universidade Católica do Salvador, no seu Programa de Pós-graduação em Direito, triunfa a luta através do edital n. 19/2023, feito apenas para admitir professores negros (pretos e pardos) no programa. Por outro lado, depois de 131 e 215 anos foi admitido, pela primeira vez, na UFBA um negro como professor titular e um negro como Diretor da Faculdade de Medicina.

Em suma, por mais que passou situações críticas, com a nova paradigma (enquadramento estrutural dos pretos e pardos) os sinais vislumbram dias da justiça racial e de equilíbrio, num futuro próximo, dos negros e brancos nas instituições públicos e privados. Pois, as linhas de dinâmicas devem continuar porque: “Não há também sociedade brasileira possível enquanto os nascidos do mesmo solo forem divididos em duas raças”, (Nabuco, 1988, p. 67). Tanto a lei da quota e quanto assistencial estudantil são um dos gestos simbolizadores da inclusão e da justiça racial na educação.

A história de escravidão deve continuar a ficar como história, até que Rui Barbosa, (Freyre, 2003, p. 200), tinha mandado para queimar os arquivos da escravatura, projetando o futuro e concomitantemente construir uma sociedade brasileira inclusive. A diversidade foi marca timbrada na fundação do Brasil. Portanto, a diferença na diversidade não deve significar divisão ou supremacia de um para com o outro. Que haja compreensão.

REFERÊNCIAS

EIRCIREB. **Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado da Bahia**. Lei n. 13.182 de 6 de junho de 2014. Bahia. 2014.

FREYRE, Gilberto. **Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil** – 1, Casa-Grande & Senzala, Formação da Família Brasileira Sob o Regime de Economia Patriarcal. 48ª edição. Editora: Global Editora. Recife – Pernambuco – Brasil. 2003.

IMPERATORI, Thais Kristosch. **A Trajetória da Assistência Estudantil na Educação Superior Brasileiro.** Serv. Soc. Soc. Universidade de São Paulo. Brasil. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP . Acessado em 10-09-2023

NABUCO, Joaquim. **A Escravidão**. Editora: Massangana. Brasil. 1988.

_____. **O Abolicionismo**. São Paulo: Publifolha, 2000.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. **Teoria Critica da Raça como Referencial Teórico Necessário para Pensar a Relação entre Direito e Racismo no Brasil**. Edição: COMPEDI. Florianópolis. 2015.

UCSAL. Reitoria da Universidade Católica do Salvador UCSal**. Edital n. 19/2023**. Campus de Pituaçu, Salvador. 2023. Disponível em: https://jurisbahia.com.br/ucsal-publica-edital-de-selecao-para-professores-negros-e-indigenas/ acessado em 11-09-2023.

_____. Reitoria da Universidade Católica do Salvador **UCSal. Homologar o Resultado Final de Processo Seletivo de Professores Negros e Indígenas de Programa de Pós-graduação em Direito**. Campus de Pituaçu. Salvador. 2023.

VARGAS, João Costa. **Por Uma Mudança de Paradigma: Antinegritude e Antagonismo Estrutural**. Universidade de Texas. EUA. Edição: Revista de Ciências Sociais. Fortaleza-Brasil. 2017.

RACISMO AMBIENTAL E AÇÕES INTERSETORIAIS: inferências das ações desenvolvidas em um território da Bahia

Joilson Santos Santana [1]
Cristina Maria Dacach Fernandez Marchi[2]
Patricia Carla Barbosa Pimentel[3]

RESUMO

Este artigo objetiva analisar as correlações entre racismo ambiental e as ações intersetoriais praticadas, no setor de saneamento básico, de uma localidade impactada por obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) no estado da Bahia. Como método foi usado a "Bola de Neve" uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência, abordagem de estudo teórico crítico através de revisão da literatura e dados de pesquisa de campo. Entende-se que é fundamental questionar as violações de Direitos junto aos cidadãos negros que laboral e habitam seus territórios, diante de práticas de racismo ambiental.

Palavras-chave: Racismo Ambiental. Ações Intersetoriais. Território. Bahia. Cidadania.

1 INTRODUÇÃO

Há democracia em um Estado estruturalmente racista? O Racismo está presente em toda as esferas públicas e privadas do Estado brasileiro, e é no ordenamento dos territórios onde se materializam as formas mais perversas de exclusão, explicitando as desigualdades raciais. Seja no campo, nas águas, na floresta e nas cidades, a população, historicamente excluída, vivencia cotidianamente a ausência de serviços básicos necessários para sua sobrevivência (Cama, 2022).

O racismo ambiental pode ser considerado como uma dinâmica de desigualdade, relacionada à forma como se processa "[...] a política pública de definir

[1] Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade – PPGTAS da Universidade Católica do Salvador (UCSAL). Mestre em Planejamento Ambiental e Mestre em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL). joilson.santana@ucsal.edu.br.
[2] Prof.ª Dra. Universidade Católica do Salvador, Programa de Pós-Graduação em Território, Ambiente e Sociedade (PPGTAS). cristina.marchi@pro.ucsal.br.
[3] Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Rede Estadual de Educação da Bahia (SEC/ BA); GAMDES/UCSAL, e-mail: patriciacbp@gmail.com.

os grupos prioritários para a manutenção de sua saúde, além de colocar em questão quais estratégias devem ser construídas para garantir a saúde desses grupos vulneráveis. ” (Lorena *et al.,* 2022, p. 1).

Ferrovias são entendidas pelo artigo de Barbosa et al (2020) como uma forma de estabelecer uma racionalidade técnica sobre a natureza. Para os autores, características naturais são “... manipuladas ao extremo, em nome do saneamento, do progresso, da eficiência territorial e do desenvolvimento econômico” (Barbosa *et al*., 2020, p. 528).

A implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) pode ocasionar impactos socioambientais em povoados de municípios baianos. A identificação do perfil sociodemográfico das comunidades afetadas relacionado à oferta dos serviços de saneamento básico pode contribuir para caracterizar racismo ambiental e apontar desafios e incidências necessários para a garantia de direitos e cidadania.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar as correlações entre racismo ambiental e as ações intersetoriais praticadas, no setor de saneamento básico, de uma localidade impactada por obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) no estado da Bahia.

2 METÓDO UTILIZADO

Para o desenvolvimento da pesquisa foi produzido mapeamento das localidades situadas no município de Ilhéus, que estivessem próximas ao trajeto da FIOL 1. A apresentação dos resultados do presente trabalho se refere ao observado durante a visita ao Assentamento Bom Gosto, localizado na área do Itariri, zona rural de Ilhéus - Bahia, comunidade com dezenas de hectares de Mata Atlântica. Para a coleta de informações foi empregada a metodologia "Bola de Neve", que de acordo com Vinuto (2014, p. 2003) é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência, ou seja, a partir desse tipo específico de amostragem não é possível determinar a probabilidade de seleção de cada participante na pesquisa, mas torna-se útil para estudar determinados grupos difíceis de serem acessados.

Considerando o processo metodológico escolhido para esse trabalho, foi estabelecido contato com moradores locais. Essa aproximação buscou levantar a

existência de ação intersetorial voltada à promoção da oferta de serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de resíduos sólidos com a finalidade de perceber a presença de racismo ambiental voltado para os serviços de saneamento básico.

A partir do primeiro contato no Assentamento, foram identificados novos contatos. Cabe destacar que as informações apresentadas foram disponibilizadas por um grupo de moradores. Mas suas identidades serão mantidas no anonimato. Desta forma, denominaremos os entrevistados como Assentamento Bom Gosto - ABG - em ordem de entrevista, ou seja, primeiro entrevistado - 1 e assim por diante - 2, 3.

3. RESULTADOS

3.1 DECODIFICANDO O RACISMO AMBIENTAL E AÇÕES INTERSETORIAIS NO ASSENTAMENTO BOM GOSTO A PARTIR DA OFERTA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Foi no início dos anos 1980, no condado de Warren, estado da Carolina do Norte, Estado Unidos, que o termo Racismo Ambiental foi nomeado pela primeira vez pelo reverendo norte-americano Benjamin Chavis, ativista afro-americano, que chegou a atuar como secretário de Martin Luther King Jr. e um dos líderes do movimento dos direitos civis, abordou o termo ao constatar que resíduos tóxicos eram depositados na referida localidade, onde vivia a comunidade negra da região. O ativista afro-americano Chavis relatou que racismo ambiental, Pacheco e Faustino (*apud* 2013, p. 74):

> É a discriminação racial nas políticas ambientais. É discriminação racial no cumprimento dos regulamentos e leis. É discriminação racial no escolher deliberadamente comunidades de cor para depositar rejeitos tóxicos e instalar indústrias poluidoras. É discriminação racial no sancionar oficialmente a presença de venenos e poluentes que ameaçam as vidas nas comunidades de cor. E discriminação racial é excluir as pessoas de cor, historicamente, dos principais grupos ambientalistas, dos comitês de decisão, das comissões e das instâncias regulamentadoras.

É importante neste sentido apresentar também a contribuição de Bullard (1994, p. 451), que aponta que o racismo ambiental se refere a qualquer política, prática ou diretiva que afete ou prejudique de maneira diferente (intencional ou não) indivíduos, grupos ou comunidades com base em raça ou cor. De acordo com o Observatório do

Racismo Ambiental - ORA do Centro de Arte e Meio Ambiente (Cama, 2022) o enfrentamento permanente ao racismo ambiental tem sido a tarefa diária de ativistas, pesquisadores do Brasil e do mundo, cujo objetivo é responsabilizar gestores públicos, empresários e o setor privado pela crise climática e a imediata correção dos danos causados à humanidade.

Para tanto é fundamental que haja efetividade nas chamadas ações intersetoriais. Pois segundo Queiroz (2011, p. 20) a intersetorialidade é a incorporação de diferentes setores que se complementam e interagem, em vista de uma abordagem complementar para um problema ou questão, com a colaboração entre diferentes atores para o alcance de um mesmo objetivo, ou uma resposta. Murtha (2016, p. 13) corrobora a partir de outras abordagens definindo a intersetorialidade como ação conjunta entre setores complementares ou interdependentes com o objetivo de melhorar os resultados de políticas públicas nas dimensões da eficiência, da eficácia e da sustentabilidade, por meio da combinação de saberes, recursos e competências.

Deste modo, a partir da metodologia acima utilizada, foi possível, nesse artigo, apresentar alguns resultados relacionados ao racismo ambiental e ações intersetoriais na comunidade visitada, o Assentamento Bom Gosto (Figura 1), localizado na área do Itariri, zona rural de Ilhéus - Bahia, território com dezenas de hectares de Mata Atlântica.

Figura 1- Assentamento Bom Gosto

Fonte: Santana, 2023

De acordo com relato dos moradores, o assentamento foi constituído por meio de ocupação, a partir de 1996, através do apoio do movimento de luta pela terra. Segundo o morador ABG 1, um dos fundadores do assentamento, “em 1998 fomos assentados”. Cerca de 40 a 50 famílias vivem atualmente na comunidade. Contudo, apontam que já houve diagnóstico anterior, que resultou em 70 famílias. Conforme os próprios moradores as famílias são formadas por agricultores e agricultoras familiar, na sua maioria pardos, negros e indígenas.

Segundo o Panorama de Saneamento Básico no Brasil em 2021, a Organização Mundial de Saúde - OMS define saneamento como o controle dos fatores do meio físico do ser humano, que exercem ou podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social. Ainda conforme a OMS saneamento é o conjunto de medidas realizadas com o objetivo de preservação das condições ambientais, de modo a melhorar a qualidade de vida da população e facilitar a atividade econômica (SNIS, 2021).

Sobre a oferta dos serviços de saneamento básico, o município de Ilhéus, com cerca de 178.703 pessoas (IBGE, 2022) onde está inserido o Assentamento, tem 38,4% dos habitantes sem coleta de esgoto, ainda 10% sem os serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos e 8,1% da população que vive sem acesso à água (SNIS, 2020). Vale ressaltar que o município até o momento não dispõe de um Plano Municipal de Saneamento Básico, embora tenha criado um Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB (Ilhéus, 2019).

No Assentamento Bom Gosto, segundo ABG 1 as pessoas do assentamento *“utilizam fossas sépticas para fazer suas necessidades”*. Conforme o estudo Vicq e Leite (2014) o primeiro relato de uso de um tanque séptico se deu em 1860 na França. Posteriormente, já com adaptações, apareceram nos Estados Unidos, em 1883, e na Inglaterra, em 1895. Desde então, se espalharam por todo o mundo, sendo utilizados em especial em países da Ásia, África e América Latina. Ainda de acordo com os autores, as fossas ou tanques sépticos são considerados um tratamento efetivo de esgoto doméstico em áreas rurais, sendo uma alternativa viável para pequenas comunidades rurais com até 500 pessoas. O estudo de Vicq e Leite (2014, p. 412) sobre avaliação da implantação de fossas sépticas na melhoria na qualidade de águas superficiais em comunidades rurais aponta que

> Essa técnica, que evita o lançamento dos dejetos orgânicos diretamente em rios, lagos, nascentes ou mesmo na superfície do solo, é considerada essencial para a melhoria das condições de higiene das populações rurais para as quais a construção de redes de esgoto é impraticável. A fossa séptica é considerada uma das formas mais simples de tratamento primário, na qual são feitas a separação e a transformação da matéria sólida contida no esgoto.

E em relação ao acesso à água potável “é feita diretamente do poço artesiano”.

Por outro lado, as informações de ABG 2 mostram que existe “destruição de nascentes de água para a construção da rodovia que ligará a ferrovia ao porto”. Para eles, esses impactos ambientais são decorrentes da implantação da Ferrovia, sobretudo quanto ao recurso hídrico. Há uma grande preocupação dos moradores junto ao abastecimento de água na comunidade, já que a FIOL poderá afetar a disponibilidade de água potável. É inevitável deste modo, não constatar que tais narrativas e cenário são constituídos por elementos de uma prática de racismo ambiental, tendo em vista que as ações desenvolvidas pelos agentes públicos e privados neste contexto atingem de maneira desigual uma determinada população, a negra que habita neste assentamento, em detrimento da implantação dos empreendimentos planejados.

Pois segundo relato do morador ABG 1 “O aterramento da área do brejo para depósito de minério, que está sendo construído pela empresa responsável pela obra, vai prejudicar a saída da água, caso seja feito no mesmo nível da comunidade. É preciso que eles mudem o traçado dessa rodovia, pois senão vão continuar destruindo as nascentes. E o IBAMA não faz nada”. ABG 1.

Quanto à limpeza urbana e manejo de resíduos no assentamento, foi informado que não há coleta dos resíduos sólidos por parte do poder municipal, conforme relato do morador ABG 2. Ficando somente a comunidade com a responsabilidade pela gestão dos resíduos gerados. Conforme conta o ABG 1 existe um processo de reutilização de alguns resíduos sólidos, a exemplo dos sacos plásticos e também de resíduos orgânicos “...alguns sacos plásticos utilizamos para levar mercadoria para feira e o resto de comida, nós damos para os animais e jogamos na terra”. Ainda neste aspecto, uma outra preocupação mencionada pelos moradores entrevistados é relativa aos resíduos oriundos do transporte do minério. Segundo o ABG 3 “um outro impacto dito nas audiências públicas é o pó que será gerado pelo transporte do minério irá prejudicar nossas plantações”.

É importante destacar que há organização e mobilização por parte dos moradores deste assentamento para buscar junto aos órgãos públicos e agentes privados o desenvolvimento de dialogo no sentido de reagir aos atos de relatados antes e após os mesmos, bem como de estabelecer ações intersetoriais capazes de sinalizar caminhos de combate as violações de Direitos. A realidade narrada pelos moradores desta comunidade sobre os aspectos da oferta de serviço de saneamento básico, acentua a violação de direitos que esses cidadãos convivem.

Infere-se a partir dessas narrativas, que é possível que não haja por parte dos poderes públicos e agentes privados respostas as demandas sinalizadas pelos moradores, diante das ocorrências empreitadas por ambos para a execução dos projetos e empreendimentos que estão afetando a vida e cidadania dos habitantes deste território. O que se pergunta é: se o Estado tem interesse em inserir cidadãos vulneráveis em audiências públicas? Se moradores de territórios menos agraciados por serviços públicos de qualidade são considerados? A ausência de esclarecimento, de informação inequívoca, sobre papéis a serem desempenhados por cada setor, seja comunidade, poder público ou organizações privadas, pode estar refletindo a presença de violência, de desigualdade e de preconceito, sentimentos e valores tão vinculados ao racismo ambiental.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados levantados junto ao território do Assentamento Bom Gosto, cujo objetivo foi analisar as correlações entre racismo ambiental e as ações intersetoriais praticadas, no setor de saneamento básico, de uma localidade impactada por obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL) no estado da Bahia. Considerando que as ações intersetoriais são estratégias que visam a integração de diferentes setores da sociedade, como a saúde, educação, assistência social, meio ambiente, entre outros, a fim de promover um trabalho conjunto e integrado em prol de um objetivo comum. Infere-se que não há por dos agentes públicos e privados atenção necessária para o estabelecimento da efetividade de ações intersetoriais que possam promover a oferta qualificada de serviços de saneamento para a comunidade. Deste modo, são acometidas violações de Direitos

junto a esses cidadãos negros desse território, a partir de uma prática de racismo ambiental.

AGRADECIMENTOS

A Capes/FAPESB pela Bolsa de doutorado. E comunidade do Assentamento Bom Gosto.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, E. R. de Q.; SOMEKH, N.; MEULDER, B. D. O rio, a ferrovia e a marginal: infraestrutura e ambiente na ocupação da várzea do Tietê em São Paulo. **Cadernos Metrópole**, v. 22, n. 48, p. 527–553, maio 2020.

BRASIL. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Painel do Saneamento** - SNIS. 2020. Disponível em: http://appsnis.mdr.gov.br/indicadores/web/agua_esgoto/mapa-agua.

_____. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento** - SNIS. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/saneamento/snis/painel.

BULLARD, Robert D. **The Legacy of American Apartheid and Environmental Racism.Journal of Civil Rights and Economic Development** Volume 9, Spring 1994. Disponível em: The Legacy of American Apartheid and Environmental Racism (stjohns.edu).

BUTLER, D.; PAYNE, J. (1995) Septic tanks: problems and practice**. Building and Environment**, v. 30, n. 3, p.419-425.

CAMA. Centro de Arte e Meio Ambiente. Observatório do Racismo Ambiental. **Mapeamento do Racismo Ambiental na Península de Itapagipe** - Salvador/Bahia 2022. Disponível em: https://cama.org.br/loja/finalizar/order-received/1729/?key=wc_order_T36fKk706u3Fb.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População**. 2022. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/ilheus/panorama

ILHÉUS. **Lei n. 4028, de 05 de setembro de 2019**. Cria o Fundo Municipal de Saneamento Básico – FMSB e dá outras providências. Disponível em: https://www.ilheus.ba.gov.br/abrir_arquivo.aspx/Pregao_Eletronico_13_2019_DESPACHO__PREGAO_ELETRONICO_N_013_2019?cdLocal=3&arquivo=%7B78EBD5BC-302B-BDAD-D5E4-DADB3B8CBACC%7D.pdf&cdLicitacaoArquivo=31323

LORENA, A. G. de *et al.* Racismo ambiental e saúde: a pandemia de covid-19 no Piauí. **Saúde e Sociedade**, v. 31, n. 2, p. e210494pt, 2022.

MURTHA, Ney Albert. **Intersetorialidade nas políticas brasileiras de saneamento e de recursos hídricos em um contexto de reformas**. 2016. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia, Programa de Pós-graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos da UFMG, 2016.

PACHECO, Tânia; FAUSTINO, Cristiane. A Iniludível e Desumana Prevalência do Racismo Ambiental nos Conflitos do Mapa. *In*: PORTO, M.F.; PACHECO, T.; LEROY, J.P. (Org.). **Injustiça ambiental e saúde no Brasil:** o Mapa de Conflitos [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013, 306 p. Disponível em: https://doi.org/10.7476/9788 575415764.

QUEIROZ, Ana Carolina Lanza. **Articulação entre vigilância da qualidade da água para consumo humano e vigilância epidemiológica:** desafios e possibilidades para a integração de indicadores. Estudo em municípios de diferentes portes populacionais no estado de Minas Gerais. 2011.Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Eng - Departamento de Engenharia Sanitária e Ambiental, Programa de Pós-Graduação em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2011.

VICQ, R. DE .; LEITE, M. G. P. Avaliação da implantação de fossas sépticas na melhoria na qualidade de águas superficiais em comunidades rurais. **Engenharia Sanitária e Ambiental**, v. 19, n. 4, p. 411–416, out. 2014.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. DOI: 10.20396/temáticas. V22i44.10977. Disponível em: https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977. Acesso em: 12 set. 2023/.

DIREITOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO, CULTURA E CIDADANIA

A PERSONALIZAÇÃO DO ENSINO ATRAVÉS DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NO ENSINO MÉDIO: Relato dos Grupos CGEB e IMEPS

Filipe Mateus Lima Guimarães Trindade[1]
Mariana Oliveira Conceição[2]

RESUMO

A massificação do ensino tem causado diversos problemas para o desenvolvimento estudantil, visto que as salas de aula são plurais, com níveis e objetivos de aprendizagem distintos, porém a prática pedagógica tem se mantido igual para todos, acarretando na desmotivação e consequentemente a evasão escolar. A Iniciação Científica traz uma perspectiva de ensino diferenciada e personalizada para cada estudante/pesquisador, que tem a oportunidade de se debruçar diante de objetos de pesquisa escolhidos por eles próprios, além de desenvolver sua autonomia ao decidir como será a metodologia empregada em sua pesquisa. O objetivo do presente trabalho é apresentar a dinâmica e importância da iniciação cientifica no ensino médio, trazendo a experiência de dois grupos de Iniciação Científica CGEB e IMEPS da escola SESI Reitor Miguel Calmon. Dentro do relato se apresenta a metodologia aplicada aos pesquisadores jovens, além de como esse processo contribui para a sua formação enquanto pesquisador e estudante.

Palavras-chave: Ensino. Iniciação Cientifica. Desenvolvimento estudantil.

1. INTRODUÇÃO

Dentre os diversos desafios que se tem enfrentado na educação, a motivação é um dos mais relevantes, visto que cada estudante aprende de maneiras diferentes e em ritmos diferentes, além disso o estudante do século XXI está cercado por um universo conectado através da internet, com redes sociais e deseja utilizar essa tecnologia no seu dia a dia e na sala de aula, nesse contexto não há mais espaço para massificação do ensino.

Santos (2015) afirma que a escola precisa ser repensada, visto que com o avanço da tecnologia ela deixa de ser o único local de aquisição de conhecimento e passa a ser o local onde o estudante encontra significado para o conhecimento que já

[1] Mestre em Geografia, Secretaria Municipal de Educação de Salvador, filipetrindade551@hotmail.com.
[2] Especialista em Antropologia, Serviço Social da Industria, mariana.souza@fieb.org.br.

possui, além de ser também espaço de socialização e construção de relações humanas.

Outro fator a se pensar em relação a motivação do estudante é o currículo escolar que persiste apresentando uma enorme distância em relação as experiências vividas pelo estudante, dificultando o que Ausubel (1982) chama de aprendizagem significativa, na qual o estudante aprende fazendo conexões entre os objetos do conhecimento e a sua realidade, quando não há essa interação não há significado.

Nesse contexto torna-se perceptível a importância da Iniciação Cientifica (IC) no Ensino Médio, visto que além de aproximar o estudante da vivencia acadêmica como na universidade, permite que o aluno pesquisador se debruce sobre novas descobertas de temáticas do seu próprio interesse, facilitando seu processo de aprendizagem.

A prática apresentada nesse artigo, ocorre devido às vivências dos professores que são também orientadores dos grupos de IC no ensino médio: Cartografia e Geografia na Educação Básica (CGEB) e Identidade e Memória da Periferia de Salvador (IMEPS), e percebem que a construção do conhecimento ocorre de forma personalizada e dinâmica.

Neste relato serão apresentadas as estratégias utilizadas para motivar os estudantes pesquisadores a avançar em sua jornada acadêmica, visto que o principal problema enfrentado é a desmotivação de um estudante que está inserido em um universo tecnológico e ao mesmo tempo em um ambiente escolar arcaico, onde muitas vezes ocorre um processo de homogeneização do ensino. Acredita-se que a IC vai de encontro a esse processo, por se tratar de um modelo heterogêneo, que visa a construção do conhecimento dentro da realidade do estudante.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A massificação do ensino auxiliou no processo de democratização da educação, facilitando o acesso a muitos estudantes, porém acabou ocasionando o problema da homogeneidade onde, como afirma Santos (2015), “[...] todas as escolas são iguais, independentemente das diversidades existentes nas várias regiões do país

e até mesmo dentro delas.” Esse modelo massificado acaba por não ser eficaz, dificultando o aprendizado e consequentemente desmotivando o estudante.

O caminho para romper esse processo é personalizar o ensino, de maneira que priorize o educando como protagonista do seu processo de aprendizagem, focando em atividades e metodologias que considerem as necessidades e dificuldades apresentadas pelo estudante, bem como as habilidades e competências que ele precisa desenvolver. Os grupos de IC possuem esse papel de personalizar o objeto de aprendizagem.

O grupo de pesquisa IMEPS, atualmente com 10 pesquisadores, tem por objetivo coletar narrativas das trajetórias de vida dos sujeitos que habitam as comunidades periféricas de Salvador, através da pesquisa de campo, a fim de revelar as representações sociais e culturais por eles compartilhada. Já o grupo de pesquisa CGEB, com 10 pesquisadores, tem como principal objetivo desenvolver pesquisa na área da Geografia, com intermédio da Cartografia e Geoprocessamento, com foco em análises espaciais, utilizando ferramentas do geoprocessamento como o QuantumGis, para elaboração e análise do espaço urbano.

A fim de aproximar os estudantes da Universidade, vinculamos uma parceria com a Universidade Católica do Salvador (UCSal) através do grupo de pesquisa **Geoprocessamento Aplicado ao Planejamento Territorial e Ambiental** (GEOPLAN) orientado pela Professora Dra. Silvana Sá de Carvalho, propiciando aos estudantes receberem bolsa do CNPq, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC - EM) entre 2018 e 2020. Essa parceria permitiu aos pesquisadores a oportunidade de vivenciar a pesquisa universitária e aprender com graduandos, mestrandos e doutorandos, além de poder demonstrar seus projetos para a comunidade acadêmica.

Na IC cada aluno pesquisador é orientado a engajar-se em pesquisas que dialoguem com a sua realidade, a fim de trazer significado e motivação em sua aprendizagem, assim o estudante escolhe o que irá pesquisar, como será desenvolvida a pesquisa, quais métodos deve utilizar, seus objetivos e hipóteses, sendo assim o protagonista de seu projeto de pesquisa.

Dentro dessa realidade temos dois exemplos do protagonismo estudantil na IC, o pesquisador Albert Santos Calmon Gonzaga (CGEB) e Juliane da Silva

Santos(IMEPS). Albert integrou o grupo entre 2021 a 2022, morador do bairro de Pernambués, se dedicou a pesquisar sobre os impactos dos condôminos do Horto Bela Vista, buscando compreender os impactos ambientais e sociais provocados pela implementação de um grande empreendimento imobiliário na região. Ao longo dos anos que integrou o CGEB, apresentou sua pesquisa em diversos eventos científicos, entre eles no 12° Encontro de Jovens Cientistas promovido pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Semana de Mobilização Científica (SEMOC) da UCSal e a Feira Brasileira de Iniciação Cientifica (FEBIC) onde foi classificado para etapa final.

Juliane fez parte do IMEPS por 3 anos, e nesse período desenvolveu uma pesquisa sobre a disputa territorial entre Marinha brasileira e os moradores da comunidade quilombola Rio dos Macacos. A justificativa para essa pesquisa se deu no fato da estudante residir em Simões Filho e acompanhar de perto esse conflito o que gerava certa insatisfação com a Marinha e por tanto decidiu analisar os fatores que ocasionaram o conflito a fim de entender se de fato a Marinha está errada ou se houve negligência por parte do poder público ao ceder as terras quilombolas para as Forças Armadas, além de discutir se o racismo estrutural tem impactado essa questão visto que há uma deslegitimação da cultura e do território negro. A pesquisa desenvolvida por Juliane foi apresentada na Feira Mineira de Iniciação Científica (FEMIC), na Feira Brasileira de Jovens Cientistas (FBJC), no 12° Encontro de Jovens Cientistas da UFBA e encontra-se publicada nos anais da 25ª SEMOC promovida pela UCSal.

Importante observar que esses dois pesquisadores escolheram temas relacionados com a sua vivência, no primeiro momento o papel dos orientadores é mais ativo direcionando o trabalho, nos momentos seguintes o protagonismo do estudante se destaca, deixando para o orientador o papel de mediador do processo, já que cabia aos pesquisadores escolher a temática e o método de pesquisa que seria aplicado no seu projeto.

Após a conclusão do ensino médio, ambos estudantes ingressaram no nível superior, tendo habilidades científicas desenvolvidas, o que tem facilitado a sua caminhada na universidade que escolheram. Vale ressaltar a importância da IC, pois contribuiu para o desenvolvimento de habilidades diversas, que puderam ser

aproveitadas no exame de ingresso ao nível superior, e posteriormente no próprio curso universitário.

Aqui cabe ressaltar a importância de vincular o desenvolvimento das competências e habilidades ao conhecimento prévio dos estudantes trazendo significado ao que se aprende como afirma Freire (1996):

> Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes socialmente construídos na prática comunitária - mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (Freire, 1996, p.16).

3. CAMINHOS DA INICIAÇÃO JOVEM

O trabalho nos grupos de IC é dividido em 3 ciclos de formação, sendo o primeiro deles o letramento cientifico, onde aprofundamos os estudantes no universo da pesquisa cientifica, apresentando textos científicos relacionados aos temas dos grupos de pesquisa como o texto “Memória e Identidade Social[3]” e “Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades[4]”, que servirão de base para o desenvolvimento dos projetos. Ainda nesse ciclo os pesquisadores aprendem métodos e formas de realizar pesquisa, construindo habilidades que permitam que ele saiba fazer e para que fazer ciência.

No segundo ciclo o estudante se debruça em encontrar uma temática dentro da realidade em que está inserido, identificando problemas, a fim de gerar ideias e hipóteses que possam trazer uma solução para o tema em questão. É nessa fase que ele escreve seu plano de pesquisa definindo os objetivos que deseja alcançar, a metodologia que será aplicada e os teóricos a serem consultados sobre o tema escolhido.

Já na terceira etapa, cabe a esse pesquisador finalizar a escrita do relatório de pesquisa e compartilhar o conhecimento desenvolvido para a comunidade, através de

[3] POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.
[4] VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. **A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto**, p. 17-37, 2013.

visitas à associação de moradores, palestras para outros estudantes, participação em feiras científicas, entre outras formas de divulgação.

Os estudantes passaram o primeiro ciclo desenvolvendo seu letramento cientifico, criando o arcabouço teórico que é fundamental para a decisão da pesquisa que eles escolherão desenvolver, é importante ressaltar que neste ciclo o professor atua como mediador da aprendizagem seguindo os critérios de mediação expostos por Feuerstein, Klein e Tannenbaum (1991) em sua teoria da experiência da aprendizagem mediada. Um desses critérios é a mediação para transcendência onde o estudante deve ser incentivado a olhar além do aqui e agora, pensando além das possibilidades do objeto do conhecimento, ampliando sua visão de mundo e de futuro.

Nos demais ciclos o professor orientador continua sendo o mediador, auxiliando os pesquisadores a desenvolver e finalizar sua escrita, seguindo o critério da individuação, proposto por Feuerstein, Klein e Tannenbaum (1991) priorizando as características individuais dos estudantes, no caso do CGEB e do IMEPS, essa individualidade é respeitada dando ao pesquisador liberdade para escolher e trabalhar sua pesquisa.

4. ESTRATÉGIAS NO PROCESSO DE FORMAÇÃO

Participar da iniciação cientifica é uma escolha do estudante, que busca através de processo seletivo ingressar em uma das muitas opções oferecidas pela instituição de ensino, esse ponto é extremamente relevante, pois por se tratar de uma escolha do adolescente, geralmente demonstra o interesse dele por fazer parte daquele grupo, seja por questão de afinidade com o tema proposto ou com o orientador. Reflexo disto é a taxa de evasão nos grupos de iniciação cientifica, nos quais os presentes autores atuam, que não chegam a 10%.

A primeira estratégia utilizada com os novos integrantes é a construção de um trabalho cientifico, considerando que os mesmos não passaram por uma formação adequada, essa etapa é importante para demonstrar a eles os erros e lacunas que eles possuem, podendo também dividir com os pares essas dificuldades.

Em seguida se trabalha textos acadêmicos, onde os debates são realizados com a participação de todos, para partilhar o que foi compreendido dos textos e as

dificuldades que surgiram, permitindo que os estudantes percebam que a leitura acadêmica muitas vezes gera uma compreensão dúbia, quando não se possui uma base teórica que permita uma leitura mais profunda.

A principal motivação que os pesquisadores possuem é a possibilidade de trabalhar com temas que eles se interessem, todo processo de alfabetização e letramento científico é baseado em textos, livros e debates que convergem para o tema que o grupo de dedica a pesquisar, Cartografia e Urbanismo no CGEB e Memória e Periferia no IMEPS, desta maneira ao fim do processo de formação os estudantes costumam optar por temas ligados diretamente ao grupo.

Outra possibilidade é a de produções em duplas ou trios, de forma que eles podem se organizar entre os pares para construção de um produto feito a 4 ou 6 mãos, que refletem suas inquietações e desejos, dando autonomia e protagonismo para o desenvolvimento do pesquisador.

Dentro do processo de formação e desenvolvimento dos projetos de pesquisa nos grupos de IC, diversas habilidades puderam ser desenvolvidas através dessa relação (objeto do conhecimento e vivência do estudante), dentre elas pode-se destacar o processo de letramento cientifico que é um tema que perpassa por todas as áreas do conhecimento, além disso dentro das áreas, habilidades especificas foram trabalhadas, com destaque para:

Tabela 1: Habilidades BNCC para o Ensino Médio

Área	**Código da habilidade**	**Habilidade**
Linguagens	EM13LGG102	Analisar visões de mundo, conflitos de interesse, preconceitos e ideologias presentes nos discursos veiculados nas diferentes mídias, ampliando suas possibilidades de explicação, interpretação e intervenção crítica da/na realidade.
Matemática	EM13MAT102	Analisar tabelas, gráficos e amostras de pesquisas estatísticas apresentadas em relatórios divulgados por diferentes meios de comunicação, identificando, quando for

		o caso, inadequações que possam induzir a erros de interpretação, como escalas e amostras não apropriadas.
Natureza	EM13CNT302	Comunicar, para públicos variados, em diversos contextos, resultados de análises, pesquisas e/ou experimentos, elaborando e/ou interpretando textos, gráficos, tabelas, símbolos, códigos, sistemas de classificação e equações, por meio de diferentes linguagens, mídias, tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC), de modo a participar e/ou promover debates em torno de temas científicos e/ou tecnológicos de relevância sociocultural e ambiental.
Humanas	EM13CHS101	Identificar, analisar e comparar diferentes fontes e narrativas expressas em diversas linguagens, com vistas à compreensão de ideias filosóficas e de processos e eventos históricos, geográficos, políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais.

Fonte: Adaptado BNCC, 2018

É importante ressaltar que os resultados da IC não são baseados em números e índices e sim em desenvolvimento de habilidades e competências. E assim como os exemplos descritos acima, outros projetos são desenvolvidos nos grupos CGEB e IMEPS, com essa perspectiva de motivar e direcionar o trabalho dos estudantes, para que possam participar ativamente de seu desenvolvimento critico, social e acadêmico.

Esses resultados são perceptíveis no desenvolvimento dos projetos e nos depoimentos dos estudantes pesquisadores como destacamos aqui:

> Participar da IC tem me ajudado bastante na construção do meu conhecimento e desenvolvimento, pois os assuntos que veríamos na faculdade já estamos lidando com eles no Ensino Médio. Além disso, as discussões que fazemos em equipe com o orientador de como melhorar a nossa pesquisa nos auxiliam muito, pois os pontos de melhoria são expostos auxiliando o aluno a querer buscar mais e se aprofundar no tema. (Tiago Amparo)
> A IC tem me ajudado a adquirir novos conhecimentos, mais sobre a minha história, do bairro onde moro e a influência que os acontecimentos passados

> tem sobre os moradores atualmente. Tem me ajudado a organizar os meus estudos. (Maria Eduarda Costa).

Assim pode-se afirmar que o trabalho desenvolvido na IC tem auxiliado os estudantes pesquisadores a ampliar sua visão de mundo, saindo da “caixinha” dos objetos do conhecimento trabalhados na escola, além de enriquecer o seu currículo e proporcionar ao estudante o contato com o universo acadêmico.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho traz reflexões e evidencia a relevância da personalização do ensino para os estudantes, a iniciação cientifica demonstra como é importante a autonomia do pesquisador, no desenvolvimento de seus projetos científicos juntamente com a mediação do professor.

Dentre tantas possibilidades o trabalho com a IC no Ensino Médio tem grande destaque no que tange ao crescimento pessoal, social e acadêmico do estudante, visto que proporciona ao mesmo a oportunidade ser autor da sua aquisição do conhecimento, afinal ele mesmo escolhe seu método e tema de pesquisa que mais se adequa a sua realidade e as suas necessidades. Essa é a grande vantagem da IC em relação a personalização do ensino, pois juntos, orientador e orientando traçam o melhor caminho individualizado para o desenvolvimento estudantil.

REFERÊNCIAS

AUSUBEL, David P. **A aprendizagem significativa**. São Paulo: Moraes, 1982.

FEIRA Brasileira de Jovens Cientistas 2021 - Cerimônia de Premiação. [*S. l.*]: Feira Brasileira de Jovens Cientistas, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_ytMRjjPUac. Acesso em: 8 set. 2021.

FEUERSTEIN, Reuven; KLEIN, Pnina S.; TANNENBAUM, Abraham J. (Ed.). **Mediated learning experience (MLE): Theoretical, psychosocial and learning implications**. Freund Publishing House Ltd., 1991.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HEMERLY, Giovanna. Iniciação Científica no Ensino Médio. *In*: **Iniciação Científica no Ensino Médio**. Salvador: Agência de Notícias em CT&I – Ciência e Cultura, 2019.

Disponível em: http://www.cienciaecultura.ufba.br/agenciadenoticias/noticias/iniciacao-cientifica-no-ensino-medio/. Acesso em: 8 set. 2021.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Revista estudos históricos**, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

SANTOS, Glauco de Souza. Espaços de aprendizagem. **Ensino híbrido: personalização e tecnologia na educação.** Porto Alegre: Penso, p. 67-80, 2015.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. **A cidade contemporânea: segregação espacial. São Paulo: Contexto**, p. 17-37, 2013.

ACESSIBILIDADE DIGITAL DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA COMO PRESSUPOSTO DA CONDIÇÃO DE CIDADANIA NO SÉCULO XXI

Milton Silva de Vasconcellos[1]
Matheus Martins de Oliveira[2]
Mailane Carolina Sousa Jesus[3]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral a abordagem do papel assumido pela acessibilidade digital como pressuposto da ressignificação da cidadania no contexto das sociedades do século XXI. Considerando o aumento da população de pessoas com deficiência (PcD´s) no Brasil segundo dados da PNAD-contínua (IBGE, 2023), busca-se avaliar de que forma a acessibilidade digital para PcD´s se insere na formação do conceito de cidadania de uma sociedade cada vez mais moldada pelo acesso a tecnologia. Buscando compreender tais modificações desenvolveu-se pesquisa teórica a partir de um referencial metodológico desenvolvido por meio de revisão bibliográfica das categorias estudadas: deficiência, acessibilidade e cidadania. Conclui-se que a perspectiva de cidadania proposta por Marshall(1967) não se sustenta diante das complexas mudanças proporcionadas pelo advento da tecnologia e os novos moldes sociais das sociedades do Século XXI que ressignifica também o acesso aos direitos. Para PcD´s a acessibilidade digital pressupõe efetiva acessibilidade comunicacional, instrumental e econômica.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência. Acessibilidade. Inclusão. Cidadania.

[1] Advogado e Professor Universitário, Mestre e Doutorando junto ao Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (PPGPSC/UCSal),Professor universitário (graduação e pós graduação), Especialista em Direito Público (UniNassau), Coordenador da Comissão Permanente de Acessibilidade e Diversidade (SAEB/SAC),Membro do Conselho Municipal de Pessoas com Deficiência do Município de Salvador (COMPED), Membro suplente do Conselho estadual da Pessoa com Deficiência (COEDE-BA), Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trajetórias Participativas e Políticas Sociais (UFRB/CNPq). E-mail: milton.vasconcellos@ucsal.edu.br.
[2] Advogado, Mestre e Doutorando junto ao Programa de Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (PPGPSC/UCSal), Presidente da Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência (OAB/BA), Integrante do Núcleo de Pesquisa em Processo Constitucional e Direitos Fundamentais (UCSal/CNPq).
E-mail: matheusm.oliveira@ucsal.edu.br.
[3] Bacharela em Direito pela Universidade Católica do Salvador (UCSal) e Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade do Salvador (UNIFACS). E-mail: carolinaadv2@gmail.com.

Nós só podemos ver um pouco do futuro,
mas o suficiente para perceber que há muito a fazer
- Alan Turing

1 INTRODUÇÃO E DELIMITAÇÃO METODOLÓGICA

Sabe-se que ao longo da história as tecnologias têm moldado a sociedade, impactando diretamente na própria compreensão acerca dos direitos e cidadania. A sociedade do século XXI desenvolve-se com a mesma rapidez que os avanços tecnológicos fazem da novidade de hoje, o obsoleto do amanhã. Firme nesta perspectiva, o presente trabalho desenvolve-se com o objetivo geral de abordar o papel assumido pela acessibilidade digital na consolidação da cidadania para pessoas com deficiência (PcD´s) no contexto das sociedades do século XXI. Para tanto, a partir de uma pesquisa teórica desenvolvida tendo como base um referencial metodológico desenvolvido por meio de revisão bibliográfica das categorias estudadas: deficiência, acessibilidade e cidadania, são considerados s seguintes objetivos específicos: a) Considerar o novo perfil de população das PCD´s trazido pelos dados da PNAD-contínua de 2023; b) identificar a partir da literatura a evolução histórica na compreensão da deficiência e os reflexos obtidos destas compreensões para o conjunto normativo (leis) e consequente mudança do papel do Poder Público para com as PcDs; c) Desenvolver a partir da literatura o conceito e as dimensões da acessibilidade, bem como valorar a perspectiva de cidadania proposta por Marshall (1967) contrapondo-a perspectiva de Harari (2016). Ao final, considerando o objetivo geral e específicos já indicados desdobra-se o problema de pesquisa a partir da seguinte indagação: de que forma a acessibilidade digital se coloca na perspectiva de uma condição de cidadania para sociedades do século XXI?

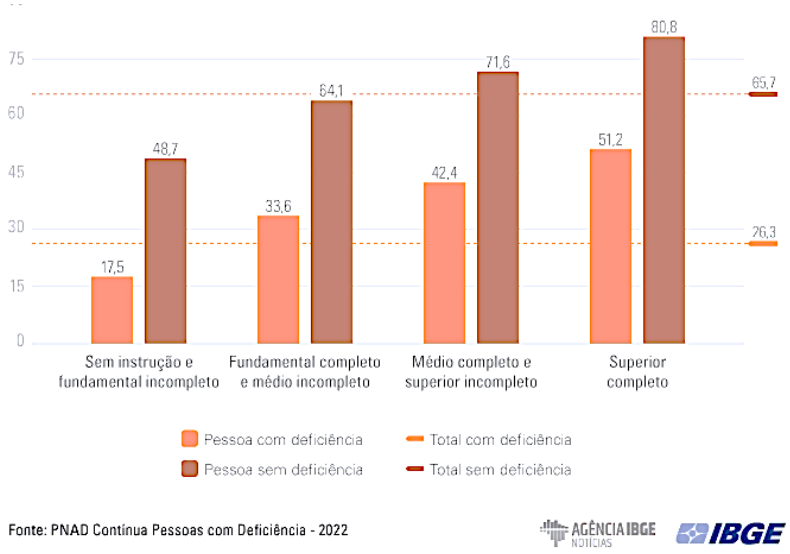
2 O NOVO PERFIL DA POPULAÇÃO DE PcD´S NO BRASIL

Após a ausência de Censo no ano de 2020 fruto do (des)governo anterior, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), torna pública os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) em 2022, em que traz os novos números sobre a população de PcD´s no país.

Nesse sentido, segundo o IBGE, Cerca de 18,6 milhões de pessoas tem algum tipo de deficiência, as quais vivem em maior proporção na região do Nordeste (10,3%), permitindo desta forma concluir segundo Lenzi (2023) que se associe à questão a deficiência não apenas à idade, mas também a outros componentes tais como a qualidade de vida, pois a região Nordeste do país historicamente apresenta menor rendimento per capta, maiores taxas de analfabetismo e índices de pobreza.

Quando considerado o quesito mercado de trabalho, segundo o IBGE em 2022 o total de pessoas com deficiência em idade economicamente ativa era de 17,5 milhões. Contudo apenas 5,1 milhões de pessoas com deficiência economicamente estão inseridas no mercado de trabalho, sendo destas 2,5 milhões de homens e 2,6 milhões de mulheres. Ou seja, há cerca 12 milhões de pessoas com deficiência fora do mundo do trabalho no Brasil, em sua maioria mulheres(7,7 milhões) (IBGE/PNAD-contínua, 2022).

Gráfico 1 – População de PcD ocupada por Nível de Instrução

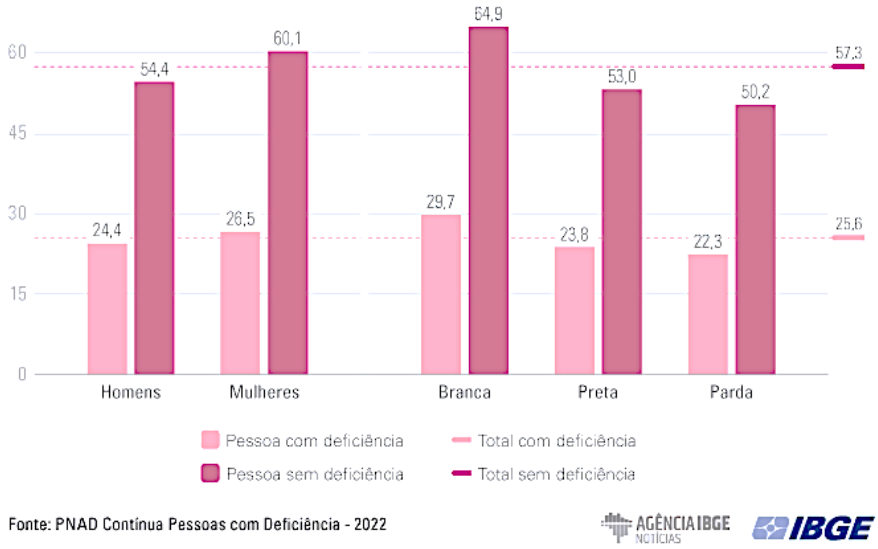


A partir do Gráfico 1 observa-se que o maior nível de ocupação de PcD coincide com o maior nível de instrução, de igual forma que o menor nível de ocupação reflete o percentual de PcD´s sem instrução ou com apenas o ensino fundamental incompleto. Importante destacar segundo Lenzi (2022) o número de pessoa ocupadas

não significa necessariamente emprego formal, uma vez que mais da metade (55,0%) dos ocupados com deficiência eram trabalhadores informais.

Quando considerado o quesito escolaridade, o acesso a educação foi menor entre todas as faixas etárias, havendo na população de PcD´s mais mulheres que himens com acesso a educação, bem como maior acesso de PcD´s de cor branca (29,7%), quando comparado com PcD´s de cor preta (23,8%) (IBGE/PNAD-contínua, 2022).

Gráfico 2 – Acesso ao Ensino Básico obrigatório



Por fim, quando considerado o quesito renda o IBGE identificou que o rendimento do trabalho das pessoas com deficiência é 30% menor que a média do trabalho no Brasil, sendo habitualmente recebido no valor de R$ 1,860, sendo que os homens com deficiência têm rendimento superior ao percebido por mulheres com deficiência.

Tendo com base a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, o IBGE concluiu que em números globais as PcD´s tem ameaçados vários de seus direitos sociais básicos, uma vez que as pessoas com deficiência têm menor acesso à internet (68,8%) do que as sem deficiência (86,1%). Além de menor acesso à rede de esgoto, água por rede geral e coleta de lixo (58,2%) (IBGE/PNS, 2019).

3 O CONCEITO HISTÓRICO DAS DEFICIÊNCIAS (PATOLOGIAS)

As premissas sobre a deficiência vêm mudando bastante ao longo do tempo, muito em virtude da luta das próprias pessoas com deficiência em vencer seus paradigmas e estigmas sociais (DINIZ, 2007), para melhor entender essas fases, é possível correlacionar o período vivenciado para com suas compreensões da época:

Quadro 1 –Fases do Segmento da PCD por Período Histórico

PERÍODO HISTÓRICO	CONCEPÇÃO	MATRIZ	AÇÃO SOCIAL DECORRENTE	POSSIBILIDADES
Idade Antiga (Grécia)	Deficiência associada a um castigo divino ou à virtude de divindades	Subsistência e Sobrevivência	Ações de exclusão ou inclusão social da PCD com vistas a propiciar a *manutenção da sociedade*	Integração mediante comprovação de contribuição social efetiva, por meio do trabalho
Idade Média	Deficiência enquanto fenômeno espiritual	Sociedade ideal e função instrumental da pessoa	Exclusão Social	Ausência de possibilidade de integração
Idade Moderna	Racionalismo e o afastamento das visões supersticiosas sobre deficiência	Espiritual	Segregação e Caridade	Segregação em instituições de caridade separadas da sociedade ou exposição pública sujeita à compaixão. O sentimento de caridade é o fator determinante dessa matriz
Idade Contemporânea (Até sec. XX)	Modelo biomédico da deficiência	Normalidade	Segregação e Integração	Segregação em instituições hospitalares ou psiquiátricas ou inserção da pessoa

				com deficiência mediante sua "retificação" e adequação social
Idade Contemporânea (Sec. XXI até atual)	Modelo social da deficiência	Inclusão social	Inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços sociais	Inclusão das pessoas com deficiência a partir das modificações dos espaços sociais, visando ser acessível a todos

Elaboração a partir de Carvalho-Freitas (2007, p. 60). *apud* Vasconcellos (2019, p. 28).

Como continuação da adoção do critério de "normalidade" do ser humano, evidenciam-se tratamentos médicos em instituições psiquiátricas, onde além da segregação, reitera-se uma visão exoneratória de responsabilidade do Estado para com as pessoas com deficiência.

Nesse sentido, uma vez que a deficiência é compreendida como consequência natural da lesão ao corpo, o indivíduo portador de tais atributos é visto não como um sujeito de direitos, mas sim objeto de cuidados médicos, justificando assim a exoneração de responsabilidade estatal, cujas ações –quando existentes – possuem natureza que mais se aproximam da caridade do que propriamente de uma "política pública", agravando ainda mais o alijamento e exclusão destas pessoas.

3.1 DO MODELO (BIO)MÉDICO DAS DEFICIÊNCIAS "CID" AO MODELO SOCIAL DAS DEFICIÊNCIAS "CIF"

Em que pese o quadro anterior detalhe em mais fases, de maneira sintética tem-se os modelos de/das deficiências pelo prisma da ótica biomédica (ou seja, biológica) e social (ou seja, interacional com o meio a sua volta), assim, as deficiências passaram a ser lidas e interpretadas não só como o um diagnóstico clínico catalogado por uma Classificação Internacional de Doenças – CID, mas sim o impacto das referidas síndromes (patologias) e seu impacto direto na realidade vivencial da pessoa, a partir da relação de fatores que o cerca e interagem entre si, oportunamente

rechaçando assim o paradigma da institucionalidade dessas pessoas, vistas anteriormente como invalidas, como esclarece Gargetti*et al* (2013):

> A década de 1960 representa um marco importante na modificação do padrão de relação da sociedade com a pessoa com deficiência. Considerando que o paradigma de institucionalização tinha fracassado na busca da restauração do funcionamento normal do indivíduo, iniciou-se o movimento pela desinstitucionalização, baseado na ideologia da normalização como uma nova tentativa para integrar a pessoa com deficiência na sociedade. Os primeiros usos da palavra desinstitucionalização descreviam os esforços para tirar as pessoas de instituições, colocando-as num sistema o mais próximo possível do considerado como uma vida normal em comunidade. (GARGETTI; MEDEIROS; NUERNBERG, 2013, p. 108).

Nesse contexto é que se pode falar em acessibilidade como um direito, uma vez que com o advento do modelo social, altera-se por completo o papel do estado para com estas pessoas, passando da exoneração de responsabilidades para uma atuação central na inclusão social destas pessoas.

4 O DIREITO A ACESSIBILIDADE EM SUAS DIMENSÕES

Previsto no art. 53 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI) Lei 13146/15, a acessibilidade é direito titularizado por pessoas com deficiência e pessoas com mobilidade reduzida voltado a garantir a estas pessoas o exercício de uma vida de forma independente, bem como seus direitos de cidadania e participação social. A Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD, 2006) prevê a acessibilidade como um direito e um princípio, haja vista o art. 9, de seu texto indicar a acessibilidade como o meio propício a se permitir o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas na eliminação de obstáculos e barreiras à efetiva e plena participação de pessoas com deficiência em sociedade, concretizando dessa forma, uma diretriz a ser seguida pelo Estado quando da elaboração e execução de políticas públicas.

Destaque-se que a acessibilidade é um instituto do século XXI, pois apesar das primeiras normas a tratar de a acessibilidade datar do ano 2000 (Leis 1048 e 1098), suas regulamentações só viriam a ocorrer quatro anos depois, em 2004 (decreto 5296). Após estas normas, seguem a Convenção de Direitos da Pessoa Com Deficiência (2006) e a Lei Brasileira e Inclusão (2015) formando assim as quatro fases

normativas da acessibilidade, onde as respectivas dimensões se manifestam gradativamente.

Quadro 2 –Fases normativas da Acessibilidade

FASES	DIMENSÕES DA ACESSIBILIDADE	NORMA JURÍDICA
1ª Fase	Arquitetônica, transportes e comunicação	Lei Federal nº 10.048 (2000), Lei Federal nº 10.098 (2000)
2ª Fase	Arquitetônica, transportes, urbanística e de comunicação	Decreto Federal nº 5.296 (2004)
3ª Fase	Arquitetônica, transportes, urbanística, comunicação, metodológica e instrumental	CDPD (2006)
4ª Fase	Arquitetônica, transportes, urbanística, comunicação e atitudinal	Lei Federal nº 13.146 (2015) - LBI ou EPD

Elaboração própria de autores.

Por tal razão, a LBI, ao tratar da acessibilidade não o considera um fim em si mesmo, mas sim um meio para obtenção de outros direitos. Para Bezerra (2014, p. 71), trata-se de reflexo do próprio princípio da igualdade e dignidade da pessoa humana previstos na Declaração Universal dos Direitos Humanos situando assim a acessibilidade com instrumento garantidor do exercício dos direitos de cidadania.

De se notar que do ponto de vista normativo, o direito a acessibilidade não se insere no capítulo previsto aos direitos fundamentais (Título II) mas sim intitula o Título III que se divide em quatro capítulos[4] o que termina por reiterar sua natureza de “meio” para obtenção de outros direitos. Compreendida, portanto, como um “direito-meio”, a

[4] Disposições gerais (Cap. I), Do acesso à Informação e a comunicação (Cap. II), Da Tecnologia Assistiva (Cap. III) e Do Direito à participação na Vida Pública e Política (Cap. IV)

compreensão a acessibilidade enquanto instituto multidimensional decorre de sua estreita ligação às barreiras e da necessidade de superá-las:

> Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se [...] IV - Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em: [...].(Brasil, 2015, grifos nossos)..

Em sequência deste inciso, a norma traz uma classificação (não exaustiva), das barreiras, considerando-as em seis alíneas, como se verifica *in verbis:*

> Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se [...] IV - Barreiras [...].
> a) barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
> b) barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
> c) barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
> d) barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
> e) barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
> f) barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.(Brasil, 2015, grifos nossos)

Dos tipos de barreiras existentes decorrem dimensões da acessibilidade igualmente distintas, considerando a acessibilidade urbanística como sendo aquela voltada à superação dos obstáculos existentes em vias e espaços públicos, acessibilidade arquitetônica como sendo aquela voltada à superação dos obstáculos em ambientes internos (edifícios públicos e privados), a acessibilidade nos transportes aquela voltada à efetivação da mobilidade com superação dos obstáculos existentes nos deslocamentos, acessibilidade atitudinal como sendo aquela voltada à superação do capacitismo.

Além destas, Sassaki (2019) outras três: acessibilidade programática (aquela voltada à superação de barreiras existentes em normativas), acessibilidade metodológica (aquela voltada a superação de barreiras existentes nas metodologias de ensino ou trabalho) e acessibilidade natural (aquela voltada à superação de barreiras criadas pela própria natureza).

Considerando o fim e interesse do próprio trabalho, foi deixado por última a análise da dimensão comunicacional da acessibilidade, aqui considerada aquela voltada à superação de barreiras existentes na comunicação e acesso à informação.

4.1. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL E DIGITAL PARA AS PCD`s

Numa perspectiva etimológica a palavra comunicação deriva de outra do Latim *Comunicatio* que traz em seu radical duas outras palavras: *Munis* e *co*, respectivamente *"estar encarregado de" e "atividade realizada conjuntamente"* (Martino, 2001).

Pressupõe-se, portanto, que à luz da etimologia do termo "comunicação" favorece a inclusão, uma vez que decorre de uma ação realizada com o outro, com efeito, por outro lado, segundo a LBI, considera-se comunicação:

> Art. 3º Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se [...] V –Comunicação: forma de interação dos cidadãos que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações; (Brasil, 2015).

A dimensão ampla dada pelo legislador concilia a etimologia do termo, onde a comunicação além de ser considerada uma forma de interação entre cidadãos é também expressão de linguagem, seja escrita ou oral, alcançando ainda todos os instrumentos de tecnologia assistiva (comunicação tátil, caracteres ampliados, dispositivos multimídia, dentre outros).

Nestes termos, convém ainda destacar que ao tratar do tema no capítulo II, o legislador faz questão de destacar o direito de acesso a comunicação e a informação como coisas distintas, o que nos leva a compreensão de que a comunicação é "meio" para o qual a informação é "fim".

Diante de tal constatação, cumpre indagar em qual destes momentos incide a acessibilidade comunicacional: a) no processo de comunicação; b) na obtenção informação ou c) em ambos os momentos? Nesse sentido, à luz da definição trazida sobre acessibilidade enquanto um "direito-meio", numa precipitada conclusão poder-

se-ia indicar que a acessibilidade ocorreria apenas durante a comunicação, uma vez que este é o “processo”, o “meio” em que se produz e busca a informação.

Entende-se, contudo, que a acessibilidade deve ser observada também diante da informação, uma vez que a informação (enquanto produto final) também deve ser acessível. Nesse sentido é que se observa a acessibilidade comunicacional como superação dos obstáculos existentes não só durante o “processo”, mas diante de todo o “processo” e pensar a acessibilidade neste viés a coloca como um pressuposto à cidadania, sobretudo quando se pensa o contexto das sociedades do século XXI com forte apelo às relações digitais.

5 OS ASPECTOS DA CONCEITUAÇÃO SOBRE CIDADANIA

Considerando o aspecto etimológico o termo “cidadania” tem sua origem do Latim “civitas” (cidade). Para os gregos, considerava-se cidadão aquele nascido em terras gregas, situação que não acontecia em Roma, onde a palavra tem seu sentido relacionado à situação política de uma pessoa e os direitos que essa pessoa tinha ou podia exercer (Langoski, 2017).

Considerando a realidade brasileira, Carvalho (2002) indica a concepção de Thomas Marshall sobre cidadania a entendendo como “um *status* concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”. Nesse sentido para o pensador inglês para pessoas são iguais com respeito aos direitos e obrigações pertinentes ao *status.*

Compreendendo, portanto, esta ideia em relação à desigualdade Marshall (2002) sugere um conceito de cidadania divido em três partes: civil, política e social seguindo esta ordem histórica de surgimento respectivamente. O primeiro deles ligados à liberdade individual, o segundo se relacionava ao direito de participar no exercício do poder político e o terceiro a concretização da participação no social, enquanto ente integrado.

5.1 DE MARSHALL A CONCEPÇÃO DE YUVAL HARARI, NO SEC. XXI

Para a efetiva realização da cidadania para Marshall (2002) o surgimento dos direitos civis preconiza os direitos políticos e estes viabilizam os direitos sociais. Tal concepção histórica expressa uma compreensão onde a cidadania remete a um sentimento de participação na comunidade de que faz parte. A visão romântica e linear do desenvolvimento da cidadania proposta por Marshall, reflete bem a visão que se iniciava no século XIX e se consolidaria no século XX onde primeiro se asseguram direitos de liberdade, para depois se exercer direitos políticos que, a seu turno resultarão em direitos sociais. Esta ordem é comprometida pelo advento da tecnologia que molda a construção de uma nova sociedade.

O século XXI, descrito por Harari (2016) concretiza a epifania humana trazida pela tecnologia, onde o homem supera a fome, a guerra e a peste para se transformar numa nova etapa evolucionária dos Homo Sapiens, o Homo Deus. Nesta sociedade proposta por Harari é a tecnologia que efetivará todos os direitos, não havendo mais portanto a necessidade da linear evolução dos direitos civis/políticos/sociais proposta por Marshall. Na saúde permitirá *upgrades* do corpo que levará à extinção das doenças e a longevidade do corpo humana que irá beirar a imortalidade, a revolução nas atividades laborais, levando a extinção o trabalho braçal (que será melhor exercido pela máquina) mas permitirá ao homem trabalhos mais criativos. Na educação, o ensino feito por meio da internet, permitirá o compartilhamento de informações em todo o mundo, permitindo assim que um estudante de qualquer parte do mundo, tenha o mesmo acesso de informações oferecido aos estudantes de grandes Universidades do mundo.

Críticas a parte[5], é inequívoca a influência que a tecnologia traz e os reflexos para construção de uma nova sociedade do futuro-presente (ou seria presente-futuro?)

O homem do século XXI portanto para Harari (2016) se fundará numa cidadania digital, que promete muitas venturas, porém dispensa também a exclusão para aqueles que não tiverem condições de gozar da acessibilidade digital, que passa

[5] Para alguns, a revolução trazida pela tecnologia não resultará na extinção dos empregos tradicionais, mas sim resultará numa nova remodelagem destes, uma (r)evolução natural das espécies, não segundo Darwin e, sim, conforme legado deixado pelo pai da computação e Inteligência Artificial, Alan Turing.

portanto a se constituir como o novo pressuposto de cidadania, o qual – em se tratando de pessoas com deficiência – potencializa o desenvolvimento da acessibilidade comunicacional, econômica e instrumental.

5.2 POR UMA EFETIVA ACESSIBILIDADE DIGITAL PARA PcD´s

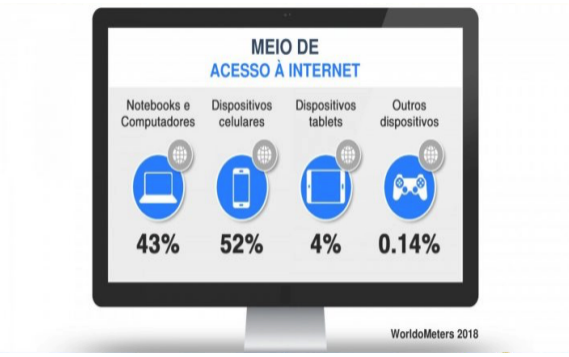
Segundo o Art. 63 da Lei 13146/15:

> Art. 63 É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente. (Brasil, 2015).

Deste artigo depreende-se a obrigação de acessibilidade à rede Mundial de computadores a PcD´s, sendo considerada a base legal da acessibilidade digital.

Sabe-se, contudo, que a principal forma de acesso a internet por pessoas (PcD´s ou não) no Brasil se dá por meio de aparelhos celulares do tipo *smartphones* (52%), seguido de *notebooks* e computadores (52%), enquanto os *tablets* respondem por (4%) e demais dispositivos (0,14).

Figura 1 – Meios de Acesso a Internet, 2018



Fonte: Ventura (2018)

Ora, considerando que *smartphones*, *notebooks* e computadores são equipamentos (e que respondem juntos pelo total de 95% dos meios utilizados para acesso às Redes de Internet), mister a efetivação da acessibilidade instrumental e econômica para PcD´s a fim de que possam efetivar sua acessibilidade digital, ou seja, mister que os equipamentos sejam passíveis de serem adquiridos por PcD´s

(acessibilidade econômica), bem como estes disponham de recursos que permitam o manuseio por estas pessoas (acessibilidade instrumental).

Neste sentido, se a acessibilidade digital é pressuposto para a cidadania de PcD´s no século XXI e o acesso a Rede mundial de Computadores é feita majoritariamente por meio de equipamentos (*smartphones*, *notebooks* e computadores) é certo que há de existir igualmente condições de acesso a estes equipamentos para PcD´s, constituindo assim a acessibilidade econômica e instrumental como um "pressuposto do pressuposto" da condição de cidadania.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> No despertar do terceiro milênio, a humanidade acorda, distende os membros e esfrega os olhos. Restos de um pesadelo horrível ainda atravessa sua mente. 'Havia algo como arame farpado e nuvens enormes em forma de cogumelo. Ah bem, foi apenas um sonho ruim! A humanidade vai até o banheiro, lava o rosto, examina as rugas diante do espelho, prepara uma xícara de café e abre o jornal. O que será que nos espera hoje? (Harari, 2016, p. 11).

É certo que, o mundo mudou e mudará ainda mais. Para pessoas com deficiência, historicamente excluídas da sociedade, o direito a acessibilidade é a garantia de plena participação social. Numa sociedade transformada pela tecnologia, a efetividade dos direitos de cidadania, titularizados por cidadãos também é afetada pelo acesso (maior ou menor) que se possa ter à Rede Mundial de Computadores, principal acesso para a nova sociedade que se molda no século XXI. Neste contexto saúde, trabalho, educação e todos os demais direitos sociais são afetados e condicionados pela tecnologia e, ter acesso a estes direitos passa pelo acesso à tecnologia que os propicia.

No cenário descrito pelo século XXI, a epifania humana de superar os males históricos vivenciados pelo homem (guerra, pestes e fome) é viabilizada pela tecnologia e o Homo Sapiens é superado pelo Homo Deus (HARARI, 2016). Nesta proposta de novos contornos sociais é a tecnologia que efetivará todos os direitos, não havendo mais portanto a necessidade da linear evolução dos direitos civis/políticos/sociais proposta por Marshall, neste sentido portanto o acesso à Rede Mundial de Computadores mostra-se como nova condição à cidadania.

Destarte e considerando o problema de pesquisa proposto, a acessibilidade digital transforma em pressuposto da condição de cidadania para pessoas com deficiência e, se considerado que o acesso a internet é feito em sua forma majoritária por smartphones, notebooks e computadores, mister que existam também acesso econômico e físico a estes equipamentos, razão pelo qual as dimensões comunicacional, econômica e instrumental da acessibilidade se colocam como "pressuposto do pressuposto", ou seja, etapas necessárias (no caso de PcD´s) para que se alcance a acessibilidade digital e a seu turno, a cidadania.

Afinal, como disse Harari (2020): O que será que nos espera hoje?

AGRADECIMENTOS

Reputamos especial agradecimento as agências de fomento que propiciaram este estudo, a *(i)*Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) e a *(ii)*Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior(Capes/CNPq).

REFERÊNCIAS

BEZERRA, Rebeca Monte Nunes. Artigo 9 Acessibilidade. **In: Novos Comentários à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR) - Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD). Brasília, 2014.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da União**. Brasília, 2015.

CARVALHO-FREITAS, Maria Nivalda de. **A inserção de pessoas com deficiência em empresas brasileiras: um estudo sobre as relações entre concepções de deficiência, condições de trabalho e qualidade de vida no trabalho**. 314f. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho.** 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência? (Coleção Primeiros Passos; 324)**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

GARGHETTI, Francine Cristine; MEDEIROS, José Gonçalves; NUERNBERG, Adriano Henrique. Breve história da deficiência intelectual. **In: Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)**, n. 10, 2013.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **PesquisaNacional de Saúde: 2019** – percepção do estado de saúde, estilos de vida, doenças crônicas e saúde bucal: Brasil e grandes regiões / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, [Ministério da Saúde]. Rio de Janeiro, 2020.Disponível em: PNS_2019_v4.indd (ibge.gov.br). Acessoem:23 jul. 2023.

LANGOSKI, Deisemara Turatti. **O sujeito cidadão nos deslocamentos humanos forçados: uma concepção de cidadania fraterna.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2017.

LENZI, Maira Bonna.**Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda**. Agência IBGE, 2023, Disponível em: Pessoas com deficiência têm menor acesso à educação, ao trabalho e à renda | Agência de Notícias (ibge.gov.br). Acesso em: 23 jul. 2023.

MARTINO Luiz C. **De qual comunicação estamos falando? Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências.** Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania e classe social**. Volume I. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

SASSAKI, Romeu K. **As sete dimensões da acessibilidade**, São Paulo:LavratusProdeo,2019.

VASCONCELLOS, Milton Silva de. **Uma Cidade Deficiente: O acesso às praias para pessoas com deficiência física em Salvador**. 115f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador (UCSal), 2019.

VENTURA, Luiz Alexandre Souza. **São Paulo Certifica Websites acessíveis**. Jornal Estado de São Paulo, Blog Vencer Limites: Diversidade e Inclusão, Set, 2018. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/vencer-limites/sao-paulo-certifica-websites-acessiveis/. Acesso em 24 jul 2023.

DETERMINANTES SOCIAIS DA SAÚDE E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: a importância destes atributos nos processos de trabalho na Atenção Primária em Saúde

Michelly Bezerra dos Santos Rabelo1[1]

Ana Maria Fernandes Pitta 2[2]

RESUMO

A Educação Permanente em saúde (EPS) é uma estratégia de educação voltada para os profissionais dos serviços de saúde que promove a reflexão-ação sobre o processo de trabalho da equipe. Os determinantes sociais da saúde podem ser considerados como causalidades sociais que interferem diretamente ou indiretamente no processo de saúde-doença. Este *paper* visa discutir a importância dos determinantes sociais da saúde no processo de trabalho das equipes de saúde da família, no âmbito da APS. Para realização desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa integrativa de artigos científicos voltados para as temáticas de EPS, Determinantes sociais da saúde e APS. Por meio da pesquisa pelas palavras-chaves descritas acima nas plataformas de pesquisa BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) e Pubmed, levando em consideração trabalhos publicados nos últimos 6 (anos) anos. O modo e as condições de vida dos usuários apresentam diversos dilemas e inúmeras vulnerabilidades que necessitam de compreensão, monitoramento e articulação para o alcance da promoção da saúde. Diante da leitura e reflexão dos artigos selecionados, foi possível constatar a relação entre os determinantes sociais em saúde e a promoção da saúde. Ações educativas coletivas e individuais devem ser uma realidade nas Unidades Básicas de saúde e a EPS pode ser utilizada como estratégia para planejamento destas ações através da reflexão da realidade do território.

Palavras-chave: Educação permanente em saúde. Determinantes sociais em saúde. Atenção primária em saúde.

1. INTRODUÇÃO

A Educação Permanente em saúde (EPS) é uma estratégia de educação voltada para os profissionais dos serviços de saúde que promove a reflexão-ação sobre o processo de trabalho da equipe e de forma individual, favorecendo a integralidade do cuidado e a resolutividade da assistência. Contribuem para que estas

[1] Mestre em Ciências, Faculdade UniBRAS Juazeiro, michelly.rabelo@ucsal.edu.br.

[2] Doutora em Medicina Preventiva/Saúde Mental, Universidade Católica de Salvador -UCSAL, ana.pitta@pro.ucsal.br.

ações aconteçam, quando os trabalhadores têm bom entrosamento, uma gestão compartilhada, e a priorização de uma agenda voltada para esta temática entre a equipe. Esta formação de recursos humanos de forma sistematizada é fundamental para garantir a consolidação das políticas de saúde e suas diretrizes (Dolny *et al.,* 2020).

Os determinantes sociais da saúde podem ser considerados como causalidades sociais que interferem diretamente ou indiretamente no processo de saúde-doença. Importante considerar neste contexto as dimensões biológica, ambiental e genética da vida humana, em que a saúde também é um processo social, em que a estrutura social e as condições de vida, influenciam na qualidade de vida dos sujeitos e da comunidade. Questões como gênero, raça/etnia, e como os homens (seres humanos) interagem entre si e com a natureza, são aspectos relevantes a serem considerados, assim como, o processo e condição ocupacional, modos e estilo de vida das pessoas (Borghi; Oliveira; Sevalho, 2018).

A Atenção Primária em Saúde (APS) visa a organização dos serviços em saúde, sendo ordenadora do cuidado integral, através das Equipes de Saúde da Família, como uma das suas principais estratégias. É neste nível de atenção em que a análise social e de saúde do território, é essencial para planejamento das ações que devem ser realizadas com as pessoas e a comunidade da localidade adstrita. Através do conhecimento das fragilidades psicossociais e sociosanitários, a equipe de saúde é responsável por garantir atividades e monitoramento de promoção de saúde, prevenção de agravos e reabilitação, quando necessário (Tesser *et al.,* 2011).

Esta pauta dos determinantes sociais da saúde deve ser abordada de forma permanente nas equipes de saúde da família, sempre atentos ao contexto histórico e temporal do território, de forma a levar os profissionais a repensarem suas práticas, de modo a avançar juntamente com os usuários e comunidade sobre a situação de saúde da localidade que estes atores fazem parte. A EPS é uma estratégia potente nesta realidade, em que oferece elementos preciosos ao promover transformação e aprendizagem significativas, através de metodologias de ensino contextualizadas e participativas, no estímulo a mudanças na prática de forma humanizada e interprofissional. Sendo assim, este *paper* visa discutir a importância dos

determinantes sociais da saúde no processo de trabalho das equipes de saúde da família, no âmbito da APS.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 METODOLOGIA

Para realização desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa integrativa de artigos científicos voltados para as temáticas de EPS, Determinantes sociais da saúde e APS. Por meio da pesquisa pelas palavras-chaves descritas acima nas plataformas de pesquisa BVS (Biblioteca Virtual de Saúde) e Pubmed, levando em consideração trabalhos publicados nos últimos 6 (anos) anos. Foram escolhidos 04 (quatro) trabalhos para discussão da problemática: Qual a contribuição no processo de trabalho das equipes de saúde da família ao se trabalhar a temática dos determinantes sociais da saúde por meio de atividades de EPS?

2.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os artigos selecionados por conveniência, foram três pesquisas de campo e uma pesquisa observacional. Segue na tabela abaixo, as obras selecionadas, com respectivos nomes de autores, objetivo do artigo, metodologia e principais resultados.

Nome dos autores	**Objetivo do artigo**	**Metodologia**	**Principais resultados**
Antonio Germane Alves Pinto, Maria Salete Bessa Jorge, Mirna Neyara Alexandre de Sá Barreto Marinho, Emery Ciana Figueirêdo Vidal,	Compreender as demandas cotidianas da Estratégia Saúde da Família na prática clínica da equipe e as vulnerabilidades sociais	Pesquisa com abordagem qualitativa, numa perspectiva crítico-reflexiva, realizada com duas equipes da Estratégia Saúde da Família, no	Evidenciam-se o desvelamento de sofrimentos e enfrentamentos cotidianos, a influência dos determinantes sociais na

Priscila de Souza Aquino, Eglídia Carla Figueirêdo Vidal	do território comunitário	município de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. Os participantes foram 22 usuários e 19 profissionais de saúde da rede básica de saúde. Os dados das entrevistas e observação foram analisados sob os pressupostos da hermenêutica crítica.	saúde e as demandas psicossociais, limites e possibilidades da prática clínica cotidiana.
Diôgo Vale, Thais Teixeira dos Santos, Rebekka Fernandes Dantas, Natália Louise de Araújo Cabral, Clélia de Oliveira Lyra e Angelo Giuseppe Roncalli da Costa Oliveira	Objetivou-se identificar determinantes sociais em saúde associados à vivência da fome entre adolescentes escolares brasileiros	Foi realizado um estudo transversal com microdados de 16.526 adolescentes da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015.	Os resultados indicam a coexistência da fome, comportamentos alimentares de risco nutricional, insatisfação corporal e condições de iniquidade social entre adolescentes brasileiros.
Michelle Kuntz Durand e Ivonete Teresinha Schülter Buss Heideman	Compreender a relação dos determinantes sociais na Promoção da Saúde de mulheres quilombolas	Estudo participativo desenvolvido através do Itinerário de Pesquisa de Paulo Freire, que compreende três etapas: investigação	Dez mulheres de uma comunidade quilombola em Santa Catarina participaram. A Promoção da Saúde desta população e

		temática, codificação e decodificação e desvelamento crítico. Essas etapas foram desenvolvidas em Cultura Círculos de abril a junho de 2016. Vinte temas foram investigados, codificados e decodificados em oito temas, revelando o tema da mulher e sua relação com o Social Determinantes.	sua interface com as Redes Sociais. Os determinantes foram compreendidos. Saúde, religiosidade, questões raciais, sociais e comunitárias as redes surgiram como potencializadoras do empoderamento e solidificação da comunidade.
Figueiredo, Daniella Santa; Heidemann, Ivonete Teresinha Schulter Buss; Fernandes, Gisele Cristina Manfrini; Arawaka, Aline Megumi; Oliveira, Lays Souza de; Magagnin, Adriana Bitencourt	Conhecer as práticas de promoção da saúde articuladas aos determinantes sociais e desenvolvidas por profissionais da Atenção Primária à Saúde.	Trata-se de estudo qualitativo, descritivo, exploratório. Realizaram-se 19 entrevistas semiestruturadas com profissionais de saúde inseridos em duas Unidades Básicas de Saúde. Avaliaram-se os dados a partir da técnica de Análise de Conteúdo na	Desenvolvem-se as práticas de Promoção da Saúde, em sua maioria, em grupos de educação em saúde, com orientações sobre mudança de estilo de vida durante as consultas agendadas. Apontaram-se, como potencialidades, o adequado processo de trabalho das equipes de saúde, o apoio e o

		modalidade Análise Temática.	incentivo da gestão atual e o vínculo com a comunidade. Citaram-se, como principais desafios, a demanda excessiva de usuários para consultas individuais e a falta de recursos humanos, apontando algumas fragilidades da gestão

Um modelo de atenção em saúde resolutivo deve ser pautado de ações promotoras e preventivas de saúde, priorizando as demandas do território (Figueiredo *et al*, 2019). Alguns fatores são fundamentais para ser considerado saudável, interligados com questões sociais que refletem como as pessoas e a comunidade pensam sobre sua saúde e ainda nos recursos que são necessários para este fim (Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde ocorrida em Ottawa). Ao se falar em promoção da saúde, extrapola este setor, sendo importante ampliar o conhecimento e a discussão para as demais áreas de forma a discutir de forma coletiva e social. O modo e as condições de vida dos usuários apresentam diversos dilemas e inúmeras vulnerabilidades que necessitam de compreensão, monitoramento e articulação para o alcance da promoção da saúde (Pinto *et al.,* 2017).

As ofertas de saúde devem levar em consideração os aspectos sociais, políticos, demográficos, geográficos e epidemiológicos, em construção viva e permanente, em ações conjuntas e integradas intersetorialmente. O cuidado em saúde na APS deve ser pautado na autonomia dos sujeitos, compartilhando com eles, sobre a situação de saúde e como as condições de vida e do trabalho interferem diretamente nisso. Em sua pesquisa em Fortaleza com profissionais de saúde e

usuários na APS, Pinto e colaboradores (2017), através de questionário, buscaram entender quais demandas cotidianas em Unidades Básicas de Saúde, a partir de vulnerabilidades sociais apresentadas pelos participantes. Um dos determinantes sociais apontados foi sobre moradia e ambiente, numa capital populosa, totalmente urbana, gerando agravos de ordem social e ambiental. Demandas de violência, transtornos mentais, problemas de saúde devido a álcool e drogas foram abordados no estudo.

A clínica ampliada a ser realizada pela Equipe de saúde da família deve reconhecer a dinâmica da vida urbana, para entender as atitudes dos usuários frente aos seus mecanismos de cuidado, cura e promoção da saúde. Incentivos nos serviços de saúde sobre a Cultura de paz, por exemplo, evitam perdas socioafetivas na vida comunitária, incentivando o bom convívio baseado no diálogo e na troca de experiências, com integrações comunitárias, com estratégias pacificadoras pautada na solidariedade e no compartilhamento de soluções possíveis diante dos problemas comuns.

Outro determinante social importante de ser pauta de discussão constante pela Equipe de Saúde da Família é a insegurança alimentar e nutricional. Esta fragilidade está diretamente relacionada a falta de infraestrutura, renda, trabalho, escolaridade e apoio social. A fome é um fenômeno complexo e multifatorial, que deve ser monitorada por todos os setores, inclusive o da saúde. A partir da existência desta fragilidade, é importante associar como este fator irá influenciar no comportamento, no biológico e social do ser humano. Lembrando que, este contexto de insegurança alimentar é mais comum e prejudicial nas pessoas mais vulneráveis como crianças, adolescentes e idosos (Vale *et al*., 2022). Diante deste contexto, ter um diagnóstico situacional no território sobre estes casos, fazer planejamento de ações de monitoramento e de articulação intersetorial e Projetos terapêuticos singulares dos casos mais graves, são medidas fundamentais que devem ser realizadas pelas equipes.

Os fatores de risco não são iguais para todas as populações. É necessário um olhar atento pelos Programas que compõe a APS sobre grupos de grande vulnerabilidade como os quilombolas/população negra, a comunidade LGBTQIA+, mulheres, indígena, população de campo e dentre outros. Estes grupos são marcados

por processos históricos de discriminação e exclusão, e vivenciam uma realidade socioeconômica marginalizada quando comparada a população brasileira em geral. Ainda são comuns, por parte dos profissionais que atuam neste nível de atuação, atuações uniprofissionais, centradas na figura do médico, sem interação e respeito com a cultura e costumes destes públicos, sem ações direcionadas para as especificidades, não havendo ampliação do cuidado (Durand; Heidemann, 2019). Através da Educação Permanente em saúde, estes profissionais podem conhecer com mais profundidade estes grupos prioritários e inserir as potencialidades e fragilidades destes no cotidiano do trabalho.

Para isso, as equipes de saúde devem se organizar na rotina de trabalho, com apoio da gestão local e da comunidade, com uma agenda protegida, em que possam fazer um diagnóstico situacional com todos os seus membros, e planejarem ações voltadas para as prioridades do território. Iniciativas como esta, de cogestão, deve ser desenvolvida pelos trabalhadores, entendendo a relevância de buscar soluções em conjunto com os sujeitos (paciente individual) e a população sobre as necessidades de saúde existentes. Estas medidas, são concretizadas quando estes espaços são realizados de forma sistemática, com monitoramento e avaliação das ações, se possível com a presença do apoio institucional das coordenações da Atenção Primária em Saúde.

À medida que as equipes de saúde da família do território nacional avançarem nesta questão, a política de Estratégia de Saúde da Família progredirá na resolutividade da assistência em que tanto busca, impactando de fato na Rede de atenção à saúde. Vale salientar que a equipe multiprofissional tem um papel fundamental nesta contribuição, sendo necessário, mais investimentos nas políticas do Núcleo Ampliado de saúde da Família (NASF), atualmente chamada de *e-multi.*

3. CONCLUSÃO

Diante da leitura e reflexão dos artigos selecionados, foi possível constatar a relação entre os determinantes sociais em saúde e a promoção da saúde. Ações educativas coletivas e individuais devem ser uma realidade nas Unidades Básicas de saúde. Para isso, as equipes de saúde da família devem constantemente estar atentos ao processo de territorialização, diagnósticos situacionais e estratificação de risco por

nível de vulnerabilidade. Estes processos de trabalho só podem ser realizados com uma agenda voltada para as reuniões de equipe, com planejamento, monitoramento e avaliação das ações de competência da equipe, além do apoio da gestão local e o vínculo com a comunidade. Uma demanda excessiva centrada no atendimento individual dos usuários e a falta de recursos humanos na APS, fragilizam o cotidiano deste nível de atenção (Figueiredo *et al.,* 2019). Importante a gestão local e o conselho de saúde estarem atentos a estas questões e buscar minimizar estes desafios, para que as equipes de saúde possam atuar com qualidade e de forma resolutiva.

REFERÊNCIAS

BORGHI, C. M. S. de O.; OLIVEIRA, R. M. de; SEVALHO, G. Determinação Ou Determinantes Sociais da Saúde: Texto e Contexto na América Latina. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v. 16 n. 3, p. 869-897, set./dez. 2018

DOLNY L. L.; LACERDA, O. T. de; NILSON, L. G.; CALVO, M. C. M.; NATAL, S.; MAEYAMA, M. A.. Educação permanente em saúde (EPS) no processo de trabalho de equipes de saúde da família (ESF). **Braz. J. Hea. Rev**., Curitiba, v. 3, n. 1, p.15-38 jan./feb. 2020. ISSN 2595-6825

DURAND M.K, HEIDEMANN I.T.S.B. Social determinants of a Quilombola Community and its interface with Health Promotion. **Rev Esc Enferm USP.** 2019;53:e03451. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S1980-220X2018007703451

FIGUEIREDO, D. S.; HEIDEMANN, I. T. S. B.; FERNANDES, G. C. M.; ARAWAKA, A. M.; OLIVEIRA, L. S de; MAGAGNIN, A. B. Promoção da saúde articulada aos determinantes sociais: possibilidade para a equidade | **Rev. enferm. UFPE on line**;13(4): 943-951, abr. 2019. | BDENF

PINTO, A. G. A.; JORGE, M. S. B.; MARINHO, M. N. A. de S. B.; VIDA, E. C. F. ; AQUINO, P. de S.; VIDAL, E. C. F. Vivências na Estratégia Saúde da Família: demandas e vulnerabilidades no território. **Rev Bras Enferm.** 2017;70(5):970-7

TESSER C. D.; GARCIA, A. V.; VENDRUSCOLO, C.; ARGENTA, C. E. Estratégia saúde da família e análise da realidade social: subsídios para políticas de promoção da saúde e educação permanente. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(11):4295-4306, 2011

VALE, D.; SANTOS, T. T. dos; DANTAS, R. F.; CABRAL, N. L. de A.; LYRA, C. de O.; OLIVEIRA, A. G. R. da C. Determinantes sociais em saúde associados à vivência da fome entre adolescentes do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva,** 27(7):2895-2909, 2022

DIREITOS HUMANOS E O DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO: a igualdade como reconhecimento nas relações étnico-raciais na efetividade de direitos sociais, educação e cidadania

Lícia Ferreira Reis[1]

Fernanda Ravazzano Lopes Baqueiro[2]

RESUMO

Pretende o presente artigo analisar os recentes marcos normativos de direito antidiscriminatório e o tratamento de conceitos de raça dispensado para a efetivação de direito fundamental à igualdade, quando socialmente grupos são obstados de sua fruição para fins de efetivação. A proposta metodológica do estudo perpassa pela interpretação das normas internacionais e as incorporadas ao ordenamento jurídico pátrio, bem como, da produção doutrinária sobre o tema, e análise qualitativa das decisões do Supremo Tribunal Federal, notadamente decisões recentes em ações direta de controle concentrado. Para a investigação utilizam-se o método dedutivo, com amparo teórico na legislação pátria em vigor, o pensamento doutrinário correlato, relacionando-os com a construção do direito antidiscriminatório e do princípio da igualdade como reconhecimento que moldam a aplicação das normas constitucionais de direitos fundamentais sociais de educação e cidadania.

Palavras-chave: Direito antidiscriminatório. Relações étnico-raciais. Direitos Sociais. Educação. Cidadania.

[1] Doutoranda em Políticas Sociais e Cidadania - UCSAL. Mestra em Políticas Sociais e Cidadania - UCSAL Especialista em Direito Penal e Processual Penal - Faculdade IBRA de Brasília (2021). Especialista em Direito Público pela UNIFACS- Universidade Salvador (2012). Graduada no curso de Direito na UNIFACS - Universidade Salvador (2009) e em Pedagogia na FEBA - Faculdade de Educação da Bahia (2003). Atuou como pedagoga na Central de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Salvador-CREAS. Ex-Docente da Faculdade UNIESP - disciplinas Direitos Humanos, Direito e Legislação Social e Ciência Política - e da Rede Municipal de Ensino de Salvador no Segmento para Jovens e Adultos. Advogada.

[2] Pós doutoranda em Criminal Compliance pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), linha de pesquisa "Cidadania, Estado e Globalização" (2020). Pós doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Barcelona-ES (2016). Doutora em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia, linha de pesquisa "Direito Penal e Constituição" (2015). Mestra em Direito Público pela Universidade Federal da Bahia, linha de pesquisa “Direito Penal Garantidor" (2009). Possui graduação em Direito pela Universidade Federal da Bahia (2007). Pós-graduada em Criminologia (2019). Curso de "Alta formación en Derecho Penal" (2019). Curso de extensão em Direito Penal Internacional (2018). Professora do Mestrado e Doutorado em Políticas Sociais e Cidadania da UCSAL. Professora do Mestrado em Direito da UCSAL. Membro do comitê de ética da UCSAL. Líder do Grupo de Pesquisa "Criminologia Crítica na América Latina: punitivismo, políticas sociais equivocadas e as violações aos Direitos Humanos" na UCSAL. Professora da Pós-graduação em Direito Médico, Direito Tributário e Ciências Criminais da UCSAL.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, presenciou-se no Brasil um considerável avanço na elaboração de marcos normativos de direito antidiscriminatório. Digno de nota, a incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro, com a promulgação da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância com status de ementa constitucional, irradiando com força cogente sobre as demais normas legislativas.

A relevância acadêmica do tema revela-se na atualidade da edição de atos legislativos de direito antidiscriminatório, que refletem uma construção lenta e necessária de normas para uma sociedade igualitária. Pretende-se nessa pesquisa analisar ditos atos normativos, que visam respeitar as pessoas nas suas diferenças, igualando respeito e oportunidades, um papel simbólico de incremento da autoestima dos grupos étnico-raciais não hegemônicos.

A princípio, far-se-á, em apertada síntese, uma análise conceitual sobre raça, direito à igualdade com reconhecimento e de algumas normas de direito antidiscriminatório vigente, lidas em cotejo com as normas nacionais e internacionais incorporadas ao ordenamento brasileiro.

Também, uma exposição de referenciais teóricos que balizam a análise proposta, e, por conseguinte, direcionar a atenção a igualdade como reconhecimento nas relações étnico-raciais na efetividade de direitos sociais, educação e cidadania.

2 DIREITO ANTIDISCRIMINATÓRIO E A IGUALDADE COMO RECONHECIMENTO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A noção de raça, conforme leciona Almeida (2019, p. 18), compreendida como referência a diferentes categorias de seres humanos é um fenômeno da modernidade que remonta aos meados do século XVI.

Raça não é um termo fixo, o seu sentido está atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado, sendo, portanto, um conceito relacional e histórico.

Nota-se que foram as circunstâncias históricas de meados do século XVI que forneceram um sentido específico à ideia de raça.

Nessa quadra histórica, segundo o magistério de Sílvio de Almeida (2019) que aponta que se antes desse período ser humano relacionava-se ao pertencimento a uma comunidade política ou religiosa, por outro lado, o contexto da expansão comercial burguesa e da cultura renascentista abriu as portas para a construção do moderno ideário filosófico que posteriormente transformaria o homem europeu em modelo universal, e todos os povos e culturas, não condizentes com os sistemas culturais europeus, em variações menos evoluídas.

Silva e Pires (2015) ao apontarem para uma Teoria Crítica da Raça como um referencial teórico alternativo para uma discussão engajada do papel da dogmática jurídica ou jurisprudência tradicionais, indicam algumas premissas por aquela teoria levantadas, que para as autoras, dialogam diretamente com características fundacionais do “mito da democracia racial” (Silva; Pires 2015, p.67), que foi instituído no Brasil.

Inicialmente as autoras indicam como primeira premissa a “ideia do racismo como uma característica estrutural da sociedade e não como evento extraordinário. Segundo, que “a crença na meritocracia e na exclusão de negros das posições de poder, acreditando na neutralidade do grupo dominante” (Silva; Pires, 2015, p.67), sobre essa premissa em específico, as autoras afirmam que sem afastá-la, a sociedade brasileira, em grande parte, “defende a adoção da igualdade formal, de forma descontextualizada, que é fundada historicamente em uma lógica justificadora da inferioridade de pretos e mestiços” (Silva; Pires, 2015, p.67), contribuindo para a manutenção de padrões de hierarquização racial.

Uma terceira premissa que deve ser aferida é a da noção de construção social da raça, em outras palavras, “são as relações sociais que racializam os grupos minoritários independente de características biológicas e o que influencia esta percepção é a ideologia racial na qual está inserida aquela sociedade” (Silva; Pires, 2015, p.67).

Freyre (2003) em sua obra Casa Grande e Senzala retrata a formação sócio histórica brasileira, em que o sistema econômico da escravatura, pautado na opressão e subjugação dos povos escravizados imprimiram marcas profundas no pensamento coletivo nacional.

Em que pese a doutrina seja vasta para tratar sobre a opressão racial e a manutenção do status quo vigente, deve-se lançar mão de considerações ainda mais sofisticadas, quando se trata do enfrentamento aos temais raciais, com a evolução em si de normas positivadas e da construção do pensamento jurídico e de estudos mais específicos em relação à igualdade étnico-racial.

O direito antidiscriminatório para Moreira (2020, p.50) é definido, quanto a sua natureza específica, como “um campo jurídico composto por uma série de normas que pretendem reduzir ou eliminar disparidades significativas entre grupos”(Moreira, 2020, p.50)**,** sendo então, para o autor, “um dos objetivos centrais dos textos constitucionais das sociedades democráticas” (Moreira, 2020, p.50).

Como avanço constatado em termos normativos, a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, incorporada ao ordenamento brasileiro pelo Decreto n.10.932, de 10 de janeiro de 2022, estabeleceu um conceito legal de racismo.

Assim, para os efeitos da Convenção supra, o art. 1.4 estabelece que racismo consiste em qualquer teoria, doutrina, ideologia ou conjunto de ideias que enunciam um vínculo causal entre as características fenotípicas ou genotípicas de indivíduos ou grupos e seus traços intelectuais, culturais e de personalidade, inclusive o falso conceito de superioridade racial.

Ainda se extrai da leitura do art. 1.4 que o racismo ocasiona desigualdades raciais e a noção de que as relações discriminatórias entre grupos são moral e cientificamente justificadas. Dessa forma conceito normativo de racismo repudia toda teoria, doutrina, ideologia e conjunto de ideias racistas como cientificamente falsas, moralmente censuráveis, socialmente injustas e contrárias aos princípios fundamentais do Direito Internacional e, portanto, perturbam gravemente a paz e a segurança internacional, sendo, dessa maneira, condenadas pelos Estados Partes.

As normas da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status de emenda constitucional, em virtude do rito seguido nos termos do art. 5º, §3º da Constituição Federal de 1988.

Assim, o mandado de criminalização constante do art. 5º, e XLI e XLII da Constituição Federal deve ser lido em cotejo com as referidas normas convencionais incorporadas.

Como norma de direito antidiscriminatório, visando alcançar a igualdade material, o Estatuto da Igualdade Racial, Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, já previa no art. 1º, parágrafo único, I, o conceito de discriminação racial ou étnico-racial como toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.

A Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância atualiza o conceito estabelecendo a discriminação racial indireta, pontificando que é aquela que ocorre, em qualquer esfera da vida pública ou privada, quando um dispositivo, prática ou critério aparentemente neutro tem a capacidade de acarretar uma desvantagem particular para pessoas pertencentes a um grupo específico, ou as coloca em desvantagem, a menos que esse dispositivo, prática ou critério tenha um objetivo ou justificativa razoável e legítima à luz do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

O direito antidiscriminatório perpassa, pois, pela perspectiva do direito humano à igualdade, tema sensível, de envergadura constitucional. Não obstante sua relevância jurídica, o direito à igualdade racial e suas bases teóricas ainda merece melhor destaque, tendo em vista que o fator raça se faz presente na história das relações étnicos-raciais e pauta o usufruto e o acesso aos direitos fundamentais.

Ao exercer o poder de conformação, o delito de injúria racial foi tipificado pelo legislador através da Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023, incluiu o art. 2º-A para criminalizar a conduta, sob pena de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa, de quem injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional.

Digno de nota, a criminalização do racismo recreativo, previsto no art. 20-A, da Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023, ao prever que as condutas ali previstas terão as penas aumentadas de 1/3 (um terço) até a metade, quando ocorrerem em contexto

ou com intuito de descontração, diversão ou recreação. Com isso, pode-se perceber um avanço, na busca de extirpar da sociedade brasileira, práticas aparentemente inócuas, mas que culturalmente vem perpetuando tratamento discriminatório a determinadas etnias.

Na intelecção de Baqueiro e Cezar (2021) que apontam que há contribuição da mídia, da elite intelectual e da academia, que nas suas palavras, “por séculos, na criação e manutenção do mito da superioridade da raça branca e, sobretudo, na construção da figura do homem negro perigoso e intelectualmente inferior” (Baqueiro; Cezar, 2021, p.171). Assim para as autoras, as raízes do Brasil foram regadas a preconceito e discurso de ódio, e vislumbramos suas consequências ainda nos dias atuais.

Segundo Moreira (2020) a igualdade ocupa um papel fundamental na arquitetura do constitucionalismo moderno. Para o autor a proteção e a promoção desse direito tem papel fundamental nos funcionamento das democracias constitucionais que tenham como seus principais objetivos “criar condições necessárias para que todas as pessoas tenham tratamento igualitário perante as normas jurídicas” (Moreira, 2020, p.115).

A doutrina de Ingo Sarlet (2017) compreende que o princípio da igualdade, assim como as proibições de discriminação e as imposições de políticas de igualdade e de ações afirmativas integram há muito uma gramática universal do direito constitucional, da dogmática dos direitos fundamentais e do direito internacional dos direitos humanos.

Sendo o direito à igualdade direito humano fundamental, gera o dever de proteção por parte do Estado de promovê-lo, não se conformando com as desigualdades fáticas existentes na sociedade. Assim, para Ramos (2020, p.428) a primeira dimensão da igualdade consiste na proibição de discriminação indevida e, por isso, é denominada pelo autor como vedação da *discriminação negativa*. A segunda dimensão trata do *dever de impor* uma determinada discriminação para a obtenção da igualdade efetiva, e por isso é denominada discriminação positiva ou ação afirmativa.

Assim, pode se perceber que a primeira dimensão concretiza a igualdade formal ou liberal, exigindo-se que as normas jurídicas sejam aplicadas a todos de

forma indistinta, evitando discriminações odiosas. Lado outro, a segunda dimensão, concretiza-se na igualdade material ou social, através de normas que permitam que aqueles que estejam em situações de indevida desvantagem social, ou mesmo em vulnerabilidade social, imponham um ônus maior aos que estejam numa situação de exagerada vantagem social.

Segundo leciona Luís Roberto Barroso e Aline Osório (2016) a igualdade se expressa particularmente em três dimensões, a igualdade formal, que funciona como proteção contra a existência de privilégios e tratamentos discriminatórios; a igualdade material, que na intelecção dos autores corresponde às demandas por redistribuição de poder, riqueza e bem estar social; e a terceira dimensão de igualdade como reconhecimento, significando o respeito devido às minorias, sua identidade e suas diferenças, sejam étnico-raciais, religiosas, sexuais ou quaisquer que sejam.

Para a igualdade como redistribuição, há o entendimento de que decorre de objetivos da República, como “construir uma sociedade livre, justa e solidária” (art. 3º, I) e “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” (art. 3º, III). Por fim, “a igualdade como reconhecimento tem seu lastro em outros dos objetivos fundamentais do país: ‘promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art. 3o, IV). (Barroso e Osório, 2016, p.208).

Não tarda aferir que a terceira dimensão da igualdade, como reconhecimento, também tem amparo constitucional, no art. 5º, *caput*, que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza” (CF/1988), assim como as consagradas igualdades formal e material. É justamente na dimensão da igualdade como reconhecimento, segundo classificação na doutrina de Barroso (2016) que comporta a vertente da discriminação racial.

A desigualdade social e o não reconhecimento para Moreira (2020) surgem em decorrência da institucionalização de padrões culturais, que nas palavras do autor “posicionam os membros de um grupo como inferiores ou promovem processos de exclusão de exclusão social que impossibilitam a participação social da mesma forma que os outros membros da sociedade” (Moreira, 2020, p.176).

O enfrentamento deste tema pelo Supremo Tribunal Federal, dando respostas aos reclamos sociais e para buscar a equalização das relações étnico-raciais no que

diz respeito à fruição de direitos e acesso igualitário reclama também a evolução normativa jurídica, sobretudo, para aqueles que assim a compreendem, a respeito do direito humano à igualdade racial.

Nos autos da Ação Declaratória de Constitucionalidade n. 41, o Supremo Tribunal Federal, o relator Min. Roberto Barroso, ponderou no seu voto que a igualdade como reconhecimento significa respeitar as pessoas nas suas diferenças, mas procurar aproximá-las, igualando as oportunidades, tendo, assim, um papel simbólico de incremento da autoestima dos grupos não hegemônicos (ADC 41, 2017).

Segundo o pensamento de Vargas (2016), no Brasil, assim como os Estados Unidos, “é uma construção imaginada e territorial, estrutural e cognitiva, religiosa e política, que depende de uma díade básica, uma díade de pertencimento. Essa díade é negro-não negro”(Vargas, 2016, p.85). Para o autor trata-se uma tentativa de ajuste teórico quanto um fato social, que para ele, no Brasil, existe “a segregação residencial, o desemprego, o abuso policial, a criminalização social e jurídica, o encarceramento, a negligência e a violação médicas e a morte por causas evitáveis são todos mais evidenciados entre pessoas negras”(Vargas, 2016, p.86). Ou seja, o que o autor aponta é que há diferenças paradigmáticas em indicadores sociais, que sugerem desvantagens acumuladas ao longo de gerações.

A compreensão de Flávia Piovisan (2008) é que o direito ao reconhecimento reclama medidas que enfrentem a injustiça cultural, a injustiça dos preconceitos e também dos padrões discriminatórios, por intermédio da transformação cultural e da adoção de uma política de reconhecimento. “É à luz dessa política de reconhecimento que se pretende avançar na reavaliação positiva de identidades discriminadas, negadas e desrespeitadas; na desconstrução de estereótipos e preconceitos; e na valorização da diversidade cultural”. (Piovisan *apud* Fraser, 2008, p.889).

3 A IGUALDADE COMO RECONHECIMENTO NAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EFETIVIDADE DE DIREITOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E CIDADANIA.

De forma expressa a Convenção Interamericana Contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas De Intolerância ressalta o papel fundamental da educação na promoção do respeito aos direitos humanos, da igualdade, da não discriminação e da tolerância.

Para Vaz (2022, p.30) que ao analisar a questão educacional brasileira, apontou para um cenário de desigualdades históricas, que segundo a autora, ainda produzem efeitos deletérios, gerando uma concentração do conhecimento formal. A Constituição Política do Império do Brazil-1824 (primeira constituição brasileira) foi omissa quanto ao regime escravocrata vigente. Para a autora, o silêncio foi um artifício para manter coerência com os princípios da igualdade, liberdade e fraternidade presentes nas constituições liberais da época.

No que diz respeito ao direito social à educação, a Constituição do Império estabeleceu a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos, contudo, a cidadania não alcançou os escravizados.

Ao debater a cidadania e a questão étnica a autora Gonzalez (2020, p.232-233) leciona que no Brasil, diferentemente dos Estados Unidos onde predominou a ideologia de igualdade, liberdade e do individualismo, as questões raciais foram solucionadas pela questão da segregação. No Brasil, o esquema se deu pelo viés hierárquico, “vamos perceber que deste vértice inferior, onde está o negro, até o vértice superior, onde está o branco, o famoso contínuo de cor vai mexer profundamente com a identidade do próprio negro”(Gonzalez, 2020, p. 233).

Merece apontamentos o fato que a igualdade de direitos e o reconhecimento e valorização das diferenças e diversidade encontram-se catalogados dentre os princípios da Educação em Direitos Humanos, bem como os princípios caros como o da dignidade da pessoa humana, da laicidade do Estado e democracia da educação. Conclui-se que igualdade e diferença são valores indissociáveis que podem impulsionar a equidade social quando concebidos na perspectiva de uma educação antidiscriminatória.

No âmbito externo dos Direitos Humanos o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) o direito à educação deve, segundo a previsão do art. 13 do PIDESC, capacitar todas as pessoas a participar de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos.

Mostra-se salutar para condução dos debates e construção de políticas públicas, compreender a correlação entre o direito fundamental à educação, os direitos humanos e a pluralidade como construção histórica e cultural, demonstrando

que os direitos humanos e o direito antidiscriminatório são fruto da luta pelo reconhecimento e pela garantia do respeito à dignidade humana.

Erasto Mendonça (2013, p.256) denuncia que as escolhas equivocadas no campo da gestão educacional e da formulação de propostas curriculares têm conduzido a uma confusão entre os conceitos de diversidade e de direitos humanos, ora como se tivessem o mesmo significado, ora como se fossem conceitualmente divergentes ou excludentes. O autor aponta ainda que cabe à educação para as diversidades e à educação em direitos humanos o desafio de construir uma sociedade fraterna, onde as diferenças sejam respeitadas como atributos da riqueza humana.

Vera Candau (2008, p. 52) defende que a perspectiva intercultural quer promover uma educação para o reconhecimento do outro, para o diálogo entre os diferentes grupos sociais e culturais. A autora advoga por uma educação para a negociação cultural, que enfrente os conflitos provocados pela assimetria de poder entre os diferentes grupos socioculturais na sociedade e que seja hábil a favorecer a construção de um projeto comum, pelo qual as diferenças sejam integradas.

A autora (Candau, 2008, p.52) aponta, dentre outros, o desafio da desconstrução para que ocorra a promoção de uma educação intercultural, em que é necessário penetrar no universo de preconceitos e discriminações que impregna muitas vezes com caráter difuso, fluido e sutil todas as relações sociais que configuram os contextos em que vivemos. A naturalização é um componente que faz em grande parte invisível e especialmente complexa essa problemática.

O reconhecimento e a valorização das diferenças culturais, dos diversos saberes e práticas e a afirmação de sua relação com o direito fundamental subjetivo à educação de todos. O resgate dos processos de construção das identidades culturais, tanto no nível pessoal como coletivo, foi apontado com um terceiro desafio a ser superado. Um elemento fundamental nessa perspectiva são as histórias de vida e da construção de diferentes comunidades socioculturais. Candau (2008) destaca que é muito importante resgatar as histórias de vida, tanto pessoais quanto coletivas, e que estas possam ser contadas, narradas, reconhecidas, valorizadas como parte de processo educacional. Também sobre esse aspecto, adiante alinharemos a importância da legislação no campo educacional nesse processo.

Por último, Candau, (2008, p.54) aponta a promoção de experiências de interação sistemática com os outros como outro desafio a ser enfrentado. Assevera a autora que para sermos capazes de relativizar nossa própria maneira de situar-nos diante do mundo e atribuir-lhe sentido, é importante que experimentemos uma intensa interação com diferentes modos de viver e de expressar-se.

Sob essa perspectiva, entende-se que a interlocução prática dos direitos humanos e do direito antidiscriminatório, bem como, o exercício dos direitos fundamentais à educação e da igualdade como reconhecimento tornam-se imprescindíveis no avanço civilizatório.

Sarlet (2017, p. 635) assevera que a exigência de medidas que afastem desigualdades de fato e promovam a sua compensação, ou seja, de políticas de igualdade e mesmo de políticas de ações afirmativas pode ser reconduzida à função prestacional da igualdade, que implica um dever de atuação estatal, seja na esfera normativa, seja na esfera fática, de modo que é possível falar em uma imposição constitucional de uma igualdade de oportunidades.

Impositiva e vinculante é a disposição do art. 6 da Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância em que os Estados Partes se comprometeram a formular e implementar políticas cujo propósito seja proporcionar tratamento equitativo e gerar igualdade de oportunidades para todas as pessoas em conformidade com o alcance das disposições da Convenção.

Notadamente, as políticas de caráter educacional, medidas trabalhistas ou sociais, ou qualquer outro tipo de política promocional, e a divulgação da legislação sobre o assunto por todos os meios possíveis, inclusive pelos meios de comunicação de massa e pela internet, foram assegurados na norma internacional.

Nesse sentido afirma Reis (2022, p.24) que há um plexo normativo para assegurar o direito à educação em vigor no ordenamento jurídico pátrio que estabelecem esses direitos fundamentais.

Da leitura da Lei n. 13.005/2014 que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 anos, ou seja, ainda em vigor e andamento até 2024, extrai-se dentre suas diretrizes, que a aplicação do plano busca a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação

de todas as formas de discriminação, bem como promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos.

Percebe-se que o advento de um novo pensamento constitucional de direitos fundamentais, como os direitos da igualdade na sua dimensão de reconhecimento, bem como, do direito fundamental da educação enquanto direitos humanos, a construção pari passu da legislação concernente, percebendo-se alguns avanços, contudo, nas palavras de Barroso (2016, p.207). "a conclusão a que se chega é a de que percorremos, com sucesso, um longo caminho. Porém, ainda estamos atrasados e com pressa".

De acordo com Reis (2021, p.361) a igualdade de direitos e a valorização das diferenças estão situados no rol dos princípios da educação em direitos humanos, que deve ser lida em conjuntamente com os princípios da dignidade da pessoa humana, da democracia da educação, dentre outros.

Assim, temas sobre a diversidade étnico-cultural exigiram mudanças no arcabouço legal antidiscriminatório, como exemplo, a Lei Federal n. 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e passou a incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da Temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Já a Lei n. 12.288/2010, que estabeleceu o Estatuto da Igualdade Racial, ao tratar, em específico, sobre o direito à educação, indica avanços ao prever que nos estabelecimentos de ensino há a obrigatoriedade do estudo da história geral da África e da história da população negra no Brasil.

Para Reis (2021) estabelecer que os conteúdos referentes à história da população negra no Brasil deverão ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, enseja o resgate de sua contribuição decisiva para o desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País, ao passo que a legislação busca efetivar o direito à igualdade na sua dimensão ao reconhecimento.

Tem-se que, portanto, que o caminho da efetivação do direito fundamental à igualdade como reconhecimento requer uma transformação cultural ou simbólica, sendo o aparato legislativo de direito antidiscriminatório um importante instrumento da realização desse direito em concorrência com o exercício do direito fundamental à educação e a cidadania.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As noções de direitos humanos e o direito antidiscriminatório nas relações étnico-raciais e o exercício de direitos fundamentais devem se projetar na arena acadêmica e nos mais diversos espaços de educação, de comunicação, de concepção de legislação e políticas públicas que reflitam nas ações governamentais e da sociedade civil na valorização da diversidade.

O que se percebeu foi que a formulação teórica sobre o direito fundamental à igualdade, notadamente, na sua dimensão como reconhecimento, está presente na visão contemporânea do direito e nos princípios universais dos Direitos Humanos, devendo ser bem compreendido na busca pela sua efetivação.

As diretrizes para implementação do direito fundamental social à educação, efetivado de maneira plural à luz dos reflexos da legislação concernente existente na construção da efetividade desses direitos demonstram a relevância de uma correta compreensão da atualidade do tema posto para reflexão e busca por soluções no enfrentamento das desigualdades e avanços sociais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio; RIBEIRO, D. Feminismos Plurais: **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2019.

BAQUEIRO, Fernanda Ravazzano Lopes; CEZAR, Silvia Monique Santos. Racismo estrutural e seus reflexos nas corporações: o papel das políticas de Compliance na luta antirracista e a necessária mudança cultural. Cadernos do **CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 46, n. 252, p. 166-192, jan./abr. 2021.

BARROSO, Luís Roberto; OSÓRIO, Aline. "Sabe com quem está falando?": Notas sobre o princípio da igualdade no Brasil contemporâneo. **Direito & Práxis Revista**. Rio de Janeiro, Vol. 07, N. 13, 2016, p. 204-232.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; Coelho, Inocêncio Mártires; Mendes, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Casa Civil. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/. Acesso em: 04 set. 2023.

_____. Casa Civil. **Decreto n. 10.932, de 10 de janeiro de 2022**. Promulga a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância, firmado pela República Federativa do Brasil, na Guatemala, em 5 de junho de

2013. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Decreto/D10932.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

_____. Casa Civil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Dispõe sobre o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 7 ago. 2023.

_____. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 10 set. 2023.

_____. **Decreto nº 592, de 06 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**.** Promulgação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm. Acesso em: 12 set. 2023.

_____. **Lei n. 12.288, de 20 de julho de 2010. I**nstitui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.3747, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003.Disponível:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

_____.**Lei n. 14.532, de 11 de janeiro de 2023**. Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (Lei do Crime Racial), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar como crime de racismo a injúria racial, prever pena de suspensão de direito em caso de racismo praticado no contexto de atividade esportiva ou artística e prever pena para o racismo religioso e recreativo e para o praticado por funcionário público. Disponível:https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato20232026/2023/Lei/L14532.htm#art1. Acesso em: 10 set. 2023

_____. **Parecer nº 08/ 2012, sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Brasília: CNE/CP, 2012a. Disponível em: http://www.sdh.gov.br/assuntos/direito-para-todos/pdf/ParecerhomologadoDiretrizesNacionaisEDH.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASÍLIA, **Diretrizes Nacionais para Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação.** Disponível em: https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DiretrizesNacionaisEDH.pdf. Acesso: 10 set. 2023.

CANDAU, Vera Maria. Direitos humanos, educação e interculturalidade: as tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. 2008; 13 (37): 45-56. ISSN: 1413-2478. Disponível: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275/27503705. Acesso em: 16 set. 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala:** formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo : Global, 2003.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Educación en derechos humanos-Diversidad, políticas y retos. **Retratos da Escola**, v. 7, n. 13, p. 255-263, 2013. Disponível em: http//www.esforce.org.br. Acesso em: 07 set. 2023.

MOREIRA, Adilson José. **Tratado de direito antidiscriminatório**. Editora Contracorrente, 2020.

PIOVISAN, Flávia. **Ações Afirmativas no Brasil: Desafios e perspectivas.** Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/2008. Acesso em: 28 jun. 2020.

RAMOS, André de Carvalho. **Curso de Direitos Humanos**. 7. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

REIS, Lícia Ferreira. **Direito Educacional Constitucional:** prático e simplificado. Salvador: Editora Mente Aberta, 2022.

REIS, Lícia Ferreira**.** Direitos humanos à igualdade como reconhecimento e ao direito fundamental à educação plural: a efetivação das leis nº 13.005/2014, nº 12.288/2010 e nº 10.639/2003. **Muito prazer! Nós somos esses 'tais' Direitos Humanos:** Olhares multifacetados sobre a dignidade humana e os direitos fundamentais. Disponível em: https://experteditora.com.br/wp-content/uploads/2021/11/Muito-prazer-Novo.pdf. Acesso em: 07 set. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Curso de direito constitucional**. São Paulo : Saraiva, 2017.

SILVA, Caroline Lyrio; PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Teoria crítica da raça como referencial teórico necessário para pensar a relação entre direito e racismo no Brasil. **Objetivos e metas de desenvolvimento do milênio da ONU: direitos dos conhecimentos.** Florianópolis: Conpedi, 2015.

STF. Plenário. **ADC 41 ED**, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 12 abr. 2018.

VARGAS, João Costa. Por uma Mudança de Paradigma: Antinegritude e Antagonismo Estrutural. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v.48, n. 2, p.83-105, jul./dez., 2017.

VAZ, Lívia Sant'Anna. **Cotas raciais**. Editora Jandaíra, 2022.

ETARISMO E CIDADANIA: reflexões sobre a dimensão coletiva da proteção ao idoso à luz do Estatuto da Pessoa Idosa

Matheus Lins Pires[1]
Deivid Carvalho Lorenzo[2]

RESUMO

O presente trabalho propõe uma reflexão acerca do etarismo, destacando sua presença na sociedade contemporânea e suas consequências sociais e jurídicas sobre a vida dos indivíduos mais velhos. O Estatuto da Pessoa Idosa, vigente no país, serve como ferramenta importante para combater o etarismo e garantir os direitos da população idosa. Promulgado em 2003, ele consiste na Lei Federal nº 10.741, sendo fruto do propósito de proteger os direitos e a dignidade dos idosos no Brasil. Este artigo objetiva analisar o cenário da pessoa idosa na sociedade atual, no que tange ao etarismo e suas repercussões, a partir de revisão de literatura promovida através das bases do Google Acadêmico e da Biblioteca Virtual da Universidade Católica do Salvador. O texto ressalta que o Estatuto aborda várias áreas da vida dos idosos, como também proíbe o abandono e maus-tratos, prevendo penalidades para os infratores. Ele destaca o papel do Estatuto em combater o etarismo e promover uma sociedade mais inclusiva e igualitária. Destaca-se um ponto fundamental no contexto do Estatuto da Pessoa Idosa: a necessidade não apenas de ter uma legislação robusta que proteja os direitos dos idosos, mas também de garantir sua implementação efetiva e fiscalização. Conclui que a eficácia de qualquer lei depende não apenas da sua existência, mas também de como ela é aplicada na prática, submetida a uma política pública de índole coletiva. É fundamental que haja uma conscientização e um compromisso por parte da sociedade, instituições e do Estado em respeitar e cumprir as disposições do Estatuto da Pessoa Idosa.

Palavras-chave: Etarismo. Pessoa Idosa. Estatuto

1 INTRODUÇÃO

No mês de março do ano de 2023, um vídeo (Magalhães, 2023) ganhou ampla repercussão nas redes sociais, expondo o comportamento desrespeitoso de três estudantes calouras do curso de Biomedicina na instituição educacional UNISAGRADO, em Bauru, no interior de São Paulo. No referido vídeo, essas

estudantes ridicularizaram uma colega mais velha que também ingressou no curso no mesmo ano.

No vídeo publicado, uma das jovens caçoa e indaga sobre os procedimentos para efetuar a "desmatrícula" de uma colega de turma, em referência a sua idade, considerada avançada pela estudante. A segunda estudante, presente no vídeo, prontamente responde: "Ela já possui quarenta anos". Posteriormente, uma terceira aluna acrescenta: "Ela deveria estar aposentada". Com uma expressão irônica, uma das jovens afirma: "De fato, aos 40 anos, não se pode mais frequentar uma instituição de ensino superior".

O etarismo, também conhecido como idadeísmo, é uma forma de discriminação ou preconceito baseada na idade de uma pessoa. Especificamente, o etarismo envolve tratar alguém de forma injusta ou fazer suposições negativas com base em sua idade, seja muito jovem ou muito velho (Loth; Silveira, 2014).

Com grande repercussão na mídia tradicional e nas redes sociais, o incidente suscitou uma reflexão sobre a existência do etarismo educacional, ou seja, a prática discriminatória fundamentada na idade e na perpetuação de estereótipos nas universidades e em outros ambientes voltados à educação.

É verdade que estamos vivenciando um aumento significativo da população idosa no Brasil. Segundo o IBGE (IBGE, 2022) entre 2012 e 2021, a parcela de pessoas com 60 anos ou mais saltou de 11,3% para 14,7% da população. Trazendo para números absolutos, esse grupo etário passou de 22,3 milhões para 31,2 milhões, crescendo 39,8% no período.

O envelhecimento populacional ocorre devido a vários fatores, incluindo avanços na área da saúde, melhorias nas condições de vida, diminuição da taxa de natalidade e aumento da expectativa de vida. Esse aumento da população idosa traz consigo muitos desafios, considerando-se a existência, no imaginário popular, de uma compreensão equivocada, que incapacita os indivíduos com idade avançada de ocupar determinados papéis sociais. Um destes desafios se traduz no etarismo em ambiente universitário.

O número de indivíduos com mais de 40 anos interessados em ingressar no ensino superior está em crescimento no Brasil. Conforme dados do Censo da

Educação Superior (Brasil, 2022), a quantidade de novos alunos com 40 anos ou mais nas universidades brasileiras aumentou quase três vezes entre 2012 e 2021.

Ao considerarmos a população com mais de 40 anos, notamos que representam 40,1% do total de brasileiros em 2021. Por consequência, é esperado que cresça o interesse desses grupos em obter maior qualificação profissional, o que os leva a buscar oportunidades nas universidades. Isso apresenta diversos desafios para as instituições de ensino superior (IES), sobretudo no que se refere à necessidade de combater o preconceito etário dentro das salas de aula.

Com frequência, esse percurso de estudos se depara com preconceitos, notadamente o etarismo, que acarreta consequências psicológicas, limitando a capacidade desses indivíduos de desfrutar de diversas experiências. Isso resulta em sentimentos de rejeição e de não pertencimento aos ambientes (Corrêa, 2023).

Em síntese, o etarismo constitui uma modalidade de discriminação fundada na idade, a qual transgride os direitos humanos dos indivíduos de idade avançada. Torna-se essencial empreender esforços na erradicação desse tipo de preconceito e na promoção da equidade de direitos para todos, independentemente de sua faixa etária. O Estatuto da Pessoa Idosa, por exemplo, traz pontos de como as políticas públicas podem ser empregadas para assegurar a salvaguarda dos direitos dos idosos.

O da Pessoa Idosa se trata da Lei Federal nº 10.741 (Brasil, 2003)., que foi promulgada em 1º de outubro de 2003 como resultado de um movimento crescente de conscientização sobre a importância de garantir direitos e proteção adequada para a população idosa do Brasil.

Antes da criação do Estatuto da Pessoa Idosa, o Estado brasileiro já tinha legislações específicas para proteger os direitos dos idosos em diferentes áreas, como saúde e previdência social. No entanto, havia uma crescente demanda por uma legislação mais abrangente e específica que tratasse de maneira mais completa das questões relacionadas aos idosos, protegendo também o papel social desses indivíduos.

O projeto de lei que deu origem ao Estatuto da Pessoa Idosa foi aprovado pelo Congresso Nacional com data de promulgação que coincide com o Dia Internacional do Idoso (primeiro de outubro).

O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece uma série de direitos e garantias para a população idosa, incluindo questões relacionadas à saúde, transporte, habitação, alimentação, lazer, cultura, entre outros. Proíbe, por outro lado, o abandono e maus-tratos a idosos, prevendo penalidades para quem descumprir a lei.

Além disso, o referido diploma legislativo ajuda a combater o preconceito e a discriminação baseados na idade, ou seja, o etarismo, contribuindo na promoção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária, na qual os idosos sejam mais valorizados e respeitados.

Assim, ao estabelecer direitos relacionados ao lazer, cultura e participação na vida comunitária, o Estatuto encoraja os idosos a continuarem ativos e envolvidos na sociedade, contribuindo com suas experiências e habilidades, fomentando um ambiente mais seguro para essas pessoas mais vulneráveis.

O Estatuto reforça o princípio da dignidade humana, garantindo que os idosos sejam tratados com respeito e consideração em todos os aspectos da vida cotidiana, em todos os espaços, incluído os ambientes acadêmicos onde o conhecimento é e deve ser fomentado para todo, prevendo inclusive, penalidades para quem descumpre suas disposições, o que ajuda a garantir sua implementação efetiva.

A existência do Estatuto contribui, portanto, para conscientizar a sociedade sobre a importância de cuidar e respeitar os idosos, promovendo uma cultura de envelhecimento mais positiva. Inegável que é necessário reconhecer a importância da população idosa e busca assegurar que ela desfrute de uma vida digna e com qualidade, justificativa mais do que plausível para haver o Estatuto da Pessoa Idosa.

Cabe neste momento uma analise a respeito da eficácia desse instrumento legal e como a sociedade reage às regras prevista no Estatuto e o cenário da pessoa idosa na sociedade no que tange o etarismo e suas repercussões. Portanto, este trabalho foi desenvolvido a partir da revisão de literatura de publicações em livros, artigos, dissertações e pesquisa disponíveis no Google Acadêmico e na Biblioteca Virtual da Universidade Católica do Salvador.

Estão as pessoas, instituições e o Estado levando a prática o que está previsto na lei? A regulamentação existente consegue contemplar o enfrentamento do combate ao etarismo?

2. EFICÁCIA DO DA PESSOA IDOSA

Embora o estatuto seja uma legislação importante, sua implementação muitas vezes é ineficaz. Há casos de falta de fiscalização e cumprimento das disposições legais em várias áreas, como no caso que incentivou o presente estudo.

Em algumas regiões, a falta de recursos adequados e infraestrutura satisfatória dificulta a plena realização dos direitos garantidos pelo Estatuto, como acesso a serviços de saúde de qualidade e locomoção. Mesmo com os esforços dedicados à promoção da conscientização sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, é lamentável constatar que há segmentos da sociedade que ainda não estão plenamente informados acerca dos direitos fundamentais dessa parcela da população.

O Estatuto é um marco legal que deveria ser amplamente conhecido e respeitado por todos. No entanto, a falta de conhecimento sobre seus preceitos persiste em diversos setores. Esse déficit de informação pode ter várias origens, desde a falta de divulgação adequada por parte das autoridades responsáveis até a desatenção da mídia e da sociedade em geral. Em muitos casos, as próprias pessoas idosas podem não estar cientes dos direitos que lhes são conferidos por essa importante legislação.

Por mais que, no caso tratado no início do presente artigo, a universidade, ciente da gravidade da situação, tenha se pronunciado prontamente, informando que o caso estava sendo tratado internamente e reiterando sua rejeição a qualquer forma de discriminação, nas instituições de ensino, o etarismo tem se manifestado de diferentes maneiras (Barbosa-Fohrmann, 2014), como se poderá depreender dos riscos considerados nas situações a seguir expostas.

Quanto às admissões, os candidatos mais jovens podem ser favorecidos em relação aos candidatos mais velhos durante o processo seletivo para ingresso em um programa universitário. Isso pode ser resultado de preconceitos e suposições negativas em relação à capacidade de aprendizado e adaptação de pessoas mais velhas (Barbosa-Fohrmann, 2014).

Quanto à experiência acadêmica ao longo do curso, os estudantes mais velhos podem enfrentar estereótipos negativos ou serem excluídos de oportunidades de liderança e participação em atividades extracurriculares com base em sua idade. Pode

haver suposições de que eles não estão tão atualizados com o conhecimento recente ou que não têm habilidades para contribuir de forma significativa.

No que se refere à relação com professores, estes podem tratar os alunos mais velhos de forma diferente, assumindo que eles têm menos necessidade de apoio ou oferecendo menos orientação. Também podem surgir estereótipos de que os estudantes mais velhos são menos engajados ou menos dispostos a participar das atividades acadêmicas.

2.1 A SISTEMATIZAÇÃO DA PROTEÇÃO JURÍDICA DO IDOSO NO ESTATUTO DA PESSOA IDOSA

O Estatuto da Pessoa Idosa estabelece diversos direitos privados destinados à proteção e ao bem-estar dos idosos no Brasil, visando solucionar os problemas decorrentes do etarismo. Alguns dos principais direitos privados protegidos pelo Estatuto da Pessoa Idosa incluem (Silva Junior, 2020):

I. Prioridade no Atendimento: Idosos têm prioridade no atendimento em serviços públicos e privados, assim como em filas e processos de atendimento, como em bancos, hospitais, supermercados e outros estabelecimentos.
II. Respeito à Dignidade: O Estatuto da Pessoa Idosa proíbe tratamento desumano, degradante, vexatório ou discriminatório contra os idosos. É assegurado o respeito à dignidade da pessoa idosa em todas as circunstâncias.
III. Integridade Física e Moral: É proibida qualquer forma de violência física, psicológica ou moral contra os idosos. O Estatuto estabelece medidas de proteção para coibir e punir abusos e maus-tratos.
IV. Proteção ao Patrimônio: O Estatuto da Pessoa Idosa prevê medidas de proteção ao patrimônio dos idosos, coibindo abusos financeiros e econômicos, como apropriação indébita de bens ou recursos.
V. Herança e Sucessão: O Estatuto estabelece regras específicas para a sucessão e herança, garantindo a proteção dos direitos sucessórios dos idosos.

VI. Assistência Jurídica Gratuita: O Estatuto garante aos idosos o acesso à assistência jurídica gratuita, quando necessário para a proteção de seus direitos.

VII. Prioridade no Transporte Público: Idosos têm direito à gratuidade ou desconto no transporte público, de acordo com a legislação municipal e estadual.

VIII. Respeito à Liberdade: O Estatuto protege a liberdade individual dos idosos, proibindo internações involuntárias em asilos ou instituições sem o devido processo legal.

Além do exposto, o Estatuto da Pessoa Idosa estabelece sanções para condutas que infrinjam os direitos dos idosos. Estas penalidades visam coibir abusos e garantir a proteção desta parcela da população idosa (SILVA JUNIOR, 2020).

Há previsão de detenção em situações que configurem crimes contra os idosos, tais como maus-tratos, abandono, violência física, psicológica ou financeira. Também poderá ser aplicada uma modalidade mais severa de punição, a reclusão, nos casos em que são praticados delitos mais graves, como homicídio ou lesão corporal seguida de morte.

> Lei 10.741/2003:
> Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:
> Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.
> Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:
> Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.
> § 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.
> § 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente. (Brasil, 2003)

Como demonstrado, em outros casos, o Estatuto prevê a imposição de multa (sanções pecuniárias) como consequência de infrações às suas disposições, com valores que variam de acordo com a gravidade da infração. No caso de servidores públicos, que cometam abusos contra idosos no exercício de suas funções, podem ser sancionados com a perda do cargo ou função pública.

Os estabelecimentos comerciais ou instituições que discriminem ou violem os direitos dos idosos podem ser penalizados com a suspensão temporária de suas

atividades. Em casos de infrações mais graves, como a prática de abusos em instituições de longa permanência, as autorizações, alvarás e licenças de funcionamento podem ser revogados. O Estatuto prevê a possibilidade de intervenção judicial em instituições que não cumpram suas obrigações legais para com os idosos.

É importante enfatizar que as penalidades estabelecidas no Estatuto da Pessoa Idosa são aplicadas de acordo com a legislação penal brasileira e variam conforme a gravidade da conduta criminosa. O propósito fundamental da legislação é assegurar o respeito pelos direitos dos idosos e responsabilizar legalmente aqueles que transgridem essas normas.

3. MALEFÍCIOS DO ETARISMO

O etarismo pode influenciar negativamente a disposição de pessoas mais velhas para buscar educação adicional ou atualização de habilidades. Isso pode resultar em uma lacuna de conhecimento e competências que dificulta a adaptação às mudanças tecnológicas e profissionais, mas não somente nessa área.

Pessoas mais velhas podem enfrentar dificuldades para encontrar empregos ou enfrentar resistência ao tentar se reintegrar ao mercado de trabalho. Isso muitas vezes resulta em subemprego, em que suas qualificações e experiências são subutilizadas. Suas vastas competências são muitas vezes ignoradas, resultando em cargos que não fazem justiça ao seu potencial (Loth; Silveira, 2014).

A resistência à contratação de trabalhadores mais velhos ou a falta de oportunidades para avançar na carreira pode levar a uma estagnação nos salários, mesmo quando eles continuam a contribuir de maneira valiosa para a empresa. O mercado de trabalho está em constante evolução tecnológica, e os idosos podem enfrentar dificuldades em acompanhar as mudanças. No entanto, sua capacidade de aprender e adaptar-se muitas vezes é subestimada (Loth; Silveira, 2014).

O subemprego pode levar a uma insegurança financeira significativa para as pessoas mais velhas. Com salários inadequados e falta de oportunidades de crescimento, é difícil planejar uma aposentadoria tranquila (Silva, 2007).

Ademais, sentir que suas habilidades e experiências não são valorizadas no local de trabalho pode ter um impacto negativo na autoestima e na autoconfiança dos trabalhadores mais velhos, que em muitas ocasiões precisam adiar a aposentadoria,

o que pode afetar sua qualidade de vida e sua saúde física e mental (Loth; Silveira, 2014).

Nos casos de idosos que já estão empregados, as chances de promoção podem ser consideravelmente reduzidas. Os estereótipos etários podem levar os empregadores a acreditar que os trabalhadores mais velhos são menos capazes de assumir papéis de liderança ou de se adaptar às mudanças (principalmente as tecnológicas), sendo previamente excluídas de oportunidades de treinamento e desenvolvimento profissional, fator que não apenas prejudica seu crescimento e aprimoramento profissional, mas também perpetua a estagnação em suas carreiras (Silva, 2007).

A ideia de que os trabalhadores mais velhos são resistentes à mudança pode levar à exclusão de suas perspectivas valiosas e à falta de participação em processos de inovação dentro das organizações. Quando as oportunidades de crescimento são bloqueadas devido ao etarismo, os idosos podem sentir uma redução na motivação e no engajamento no trabalho, afetando o desempenho e a satisfação profissional, alimentando ainda mais uma cultura de exclusão e desvalorização.

A discriminação etária pode levar à aposentadoria forçada ou a situações em que os idosos têm que depender de aposentadorias inadequadas. Tal condição afeta diretamente sua renda e segurança financeira na velhice (Loth; Silveira, 2014).

Já no âmbito da saúde mental, o impacto do etarismo é uma preocupação significativa, pois essa forma de discriminação pode resultar em uma série de problemas psicológicos e emocionais. Em alguns casos, o etarismo pode: criar sentimentos de desvalorização e exclusão, levando muitas vezes à depressão; o medo de serem subestimados ou ignorados devido à idade pode levar a um estado de ansiedade persistente; como citado, o sentimento de não serem valorizadas ou de não pertencerem a determinados ambientes pode minar a confiança em si mesmas e em suas habilidades; também o isolamento social, que por sua vez, está associado a problemas de saúde mental, incluindo a supracitada depressão; entro outros.

No mais, vale destacar que as saúdes mental e física estão interligadas. A depressão e a ansiedade podem ter efeitos negativos na saúde física das pessoas mais velhas, contribuindo para problemas como insônia, aumento do estresse e até mesmo doenças cardiovasculares (Corrêa, 2023).

Diante de tantos problemas, os percalços enfrentados pelo preconceito e discriminação contribuem para reduzir significativamente a qualidade de vida das pessoas mais velhas. Elas podem evitar atividades que antes lhes traziam alegria, devido ao medo de serem alvo de preconceito.

As dificuldades quanto a saúde dos que sofrem o etarismo pode resultar em outros problemas sociais, como o acesso a serviços e lazer. A discriminação pode dificultar o acesso a cuidados médicos adequados por exemplo. Idosos podem enfrentar diagnósticos tardios e tratamentos inadequados devido a preconceitos baseados na idade, comprometendo seriamente sua saúde como um todo (Corrêa, 2023).

A qualidade do atendimento médico também pode ser prejudicada, uma vez que profissionais de saúde podem subestimar sintomas, ignorar preocupações legítimas ou até mesmo recusar tratamentos com base na idade do paciente. É criado, assim, um ciclo de desigualdade que afeta diretamente a saúde e o bem-estar dos idosos.

Em outras necessidades da vida, a discriminação etária também se estende, como quanto à busca por moradia adequada. Idosos podem encontrar dificuldades na obtenção de aluguéis ou na procura por habitações assistidas devido à discriminação sutil ou aberta. Isso pode levar à falta de moradia adequada, o que afeta diretamente sua qualidade de vida e segurança.

Por outro lado, os idosos podem se deparar com obstáculos no acesso a benefícios sociais, pensões e programas de assistência devido a barreiras administrativas ou discriminação velada. Portanto, sua segurança financeira e bem-estar econômico restam prejudicados.

Mobilidade e transporte também são afetados, já que o transporte público nem sempre atende às necessidades dos idosos. A discriminação no acesso a serviços de transporte pode limitar sua mobilidade e independência.

A mobilidade e o acesso ao transporte são preocupações cruciais para os idosos, uma vez que a discriminação etária muitas vezes se reflete na falta de adequação dos sistemas de transporte às suas necessidades específicas. Muitos idosos podem enfrentar dificuldades para utilizar o transporte público devido à falta de acessibilidade, como a ausência de rampas ou elevadores em ônibus e estações de

metrô. Essas barreiras físicas podem limitar sua capacidade de se locomover de forma independente e participar ativamente da vida em comunidade (Silva, 2007).

Além disso, a discriminação também pode ser percebida em níveis mais sutis, como a falta de consideração ou paciência por parte de motoristas e passageiros. Isso pode fazer com que os idosos se sintam desconfortáveis ou indesejados ao utilizar o transporte público, desencorajando sua participação em atividades sociais e culturais.

A mobilidade limitada dos idosos devido à discriminação no transporte não apenas prejudica sua independência, mas também os isola socialmente, contribuindo para sentimentos de solidão e exclusão (Goldani, 2010).

A discriminação etária também lança uma sombra sobre as oportunidades de cultura, lazer e participação na comunidade para os idosos. Muitas vezes, eles são excluídos ou não são levados em consideração em eventos e atividades que são predominantemente direcionados a públicos mais jovens. Isso pode resultar na marginalização de uma parte significativa da população idosa, privando a sociedade de suas ricas contribuições culturais, sociais e intelectuais (Goldani, 2010).

A exclusão dos idosos de eventos culturais, esportivos, artísticos e comunitários não apenas nega a eles a oportunidade de desfrutar de experiências enriquecedoras, mas também prejudica a diversidade e a riqueza cultural de uma comunidade. As experiências e histórias de vida dos idosos têm um valor inestimável, e sua participação ativa na sociedade pode enriquecer a compreensão coletiva e promover a preservação de tradições culturais.

A discriminação etária se estende ao acesso à tecnologia e à internet, criando uma disparidade digital que prejudica diretamente a vida dos idosos na era moderna. Cada vez mais, a tecnologia desempenha um papel crucial na comunicação, no acesso à informação e no engajamento com a sociedade. No entanto, muitos idosos podem enfrentar barreiras significativas para adotar e utilizar essas ferramentas devido a estereótipos negativos relacionados à idade.

A exclusão dos idosos das tecnologias digitais limita sua capacidade de se comunicar com amigos, familiares e a comunidade em geral, o que pode levar à solidão e ao isolamento social. A falta de acesso à internet restringe sua capacidade de buscar informações importantes, realizar transações bancárias online e acessar serviços públicos digitais, o que pode afetar sua autonomia e independência.

É pertinente observar que a discriminação etária pode imputar obstáculos significativos à busca por serviços de longa permanência, como casas de repouso, amplificando as dificuldades enfrentadas pelos idosos que necessitam de cuidados específicos. Tais barreiras suplementares podem complexificar sobremaneira a procura por instalações apropriadas e de elevada qualidade destinadas a essa população.

A discriminação etária pode influenciar o processo de admissão em casas de repouso, provocando, por vezes, atrasos ou indeferimentos injustificados com base unicamente na idade do indivíduo. Tal circunstância não apenas obstrui o acesso aos cuidados de saúde necessários, como também pode acentuar o nível de ansiedade e estresse enfrentado pelos idosos e suas famílias quando buscam alternativas de assistência de longo prazo.

4. UM OLHAR-PARA ALÉM DA PROTEÇÃO INDIVIDUAL DO IDOSO

Diante do exposto, é visível a robustez do texto do Estatuto da Pessoa Idosa na tentativa de garantia dos direitos dos mais velhos, assim como, também é evidente a preocupação no que tange os mecanismos de repressão às lesões, com as devidas penas em caso dos descumprimentos da lei. Contudo, não adianta a existência da letra fria da lei, sem o ideal cumprimento e fiscalização da mesma, ou seja, uma política cidadã, onde a máquina do estado e toda a população se mantenham vigilantes e ativos na busca pela materialidade do que está previsto em lei, com o cumprimento integral do texto da Lei Federal nº 10.741/03 (Brasil, 2003).

Para garantir o cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa e promover a proteção efetiva dos direitos dos idosos, é necessário adotar uma abordagem abrangente e envolver diversos atores, incluindo o governo, a sociedade civil, instituições e os próprios idosos. Promoção de programas de educação e conscientização sobre o Estatuto da Pessoa Idosa, tanto para a população em geral quanto para os idosos ajudará a aumentar a compreensão dos direitos e responsabilidades e a sensibilizar as pessoas sobre a importância de respeitar os idosos.

Em igual medida, é de grande relevância oferecer treinamento e capacitação para profissionais de áreas relevantes, como saúde, assistência social, direito e educação, para que estejam cientes das disposições do Estatuto e saibam como aplicá-las em suas práticas.

A garantia que as autoridades competentes estejam envolvidas na fiscalização do cumprimento do Estatuto da Pessoa Idosa, o que inclui a investigação de denúncias de abusos e violações dos direitos dos idosos e a aplicação das sanções apropriadas, quando necessário.

Impõe-se a implementação de uma política pública, com a qual se busque a tutela do idoso através de uma dimensão coletiva, associada à proteção individual do idoso, já conferida pela Lei Federal nº 10.741/03 (Brasil, 2003). A seguir, propomos algumas iniciativas idôneas à consecução deste intento:

I. Facilitação de acesso dos idosos à justiça, fornecendo serviços de assistência jurídica gratuita ou de baixo custo para ajudá-los a buscar reparação em casos de violação de direitos.
II. Realização de campanhas regulares de conscientização pública sobre os direitos dos idosos e as disposições do Estatuto. Usando diferentes canais de mídia e redes sociais para alcançar um público mais amplo e incentivando a participação ativa dos idosos na defesa de seus próprios direitos.
III. Transparência das instituições e organizações que prestam serviços aos idosos estabelecendo mecanismos de prestação de contas para garantir que essas entidades cumpram suas obrigações legais, trazendo políticas públicas que sejam formuladas e implementadas considerando as necessidades dos idosos, demonstrando a alocação de recursos para serviços e programas específicos para essa população.
IV. Implementação de políticas e campanhas para combater o etarismo em todas as esferas da sociedade. Isso inclui a promoção de uma cultura de respeito à diversidade etária e o combate a estereótipos negativos relacionados à idade.

5. CONCLUSÃO

O combate ao etarismo é uma questão crucial para promover uma sociedade inclusiva e justa para todas as faixas etárias. Para tanto, é fundamental implementar políticas e campanhas eficazes que abordem o etarismo em todas as esferas da sociedade.

É fundamental que a sociedade promova a inclusão intergeracional e valorize as contribuições dos idosos em todas as esferas da vida comunitária. A criação de espaços e eventos que considerem as necessidades e interesses de todas as faixas etárias é uma iniciativa bastante oportuna, na medida em que, assim, se reconhece a importância de manter um ambiente inclusivo que celebre a diversidade de experiências e perspectivas. A promoção da igualdade de oportunidades e da valorização das contribuições de todos, independentemente da idade, fortalece a coesão social e enriquece a vida de toda a sociedade.

Para superar as disparidades, é fundamental promover a alfabetização digital entre os idosos, oferecer treinamento e suporte para ajudá-los a adquirir habilidades tecnológicas e garantir que a tecnologia seja desenvolvida e projetada levando em consideração as necessidades específicas dessa população. Dessa forma, a sociedade pode garantir que todos, independentemente da idade, tenham igualdade de oportunidades no mundo digital em constante evolução.

Intensificar os esforços de educação e conscientização em relação ao Estatuto da Pessoa Idosa pode contribuir para que seja um alcançado um entendimento geral mínimo, por meio de campanhas de informação pública, programas educacionais nas escolas e faculdades, e parcerias entre o governo, organizações da sociedade civil e instituições de ensino.

Também é importante destacar que o conhecimento sobre os direitos dos idosos não deve ser restrito apenas aos próprios idosos, mas deve se estender a todas as gerações. Afinal, respeitar e proteger os direitos dos idosos é uma responsabilidade de toda a sociedade, e essa conscientização beneficia a todos, promovendo uma cultura de respeito, empatia e solidariedade.

Em suma, o desafio contemporâneo consiste em associar um programa fundado na dimensão coletiva da existência social à proteção jurídica individualmente

já concedida ao idoso através da Lei Federal nº 10.741/03, a qual, por si só, não tem o condão de garantir integralmente a dignidade da geração idosa.

Garantir que todos estejam cientes dos direitos dos idosos é uma tarefa contínua e essencial para assegurar que essa parcela valiosa da população desfrute de seus direitos e viva com dignidade. A educação e a conscientização desempenham um papel fundamental nesse esforço contínuo.

AGRADECIMENTOS

Neste momento, cabe expressar minha profunda gratidão à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) pelo apoio financeiro essencial e orientação valiosa que tornaram este projeto possível. Sua generosidade e dedicação à pesquisa enriquecem nossa jornada acadêmica. Agradeço à instituição por seu compromisso com a excelência na pesquisa e na educação. Espero que esta parceria continue contribuindo para o avanço do conhecimento em nossa região.

REFERÊNCIAS

BARBOSA-FOHRMANN, A. P. ARAÚJO, L. A. O direito à educação ao longo da vida no art. 25 do Estatuto do Idoso. **Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n.12, p. 147-170, jan./abr. 2019. Disponível em: https://www.estudosinstitucionais.com/rei/article/view/289/342. Acesso em: 11 Set 2023.

BLAUTH LOTH, Guilherme; SILVEIRA, Nereida. Etarismo nas organizações: um estudo dos estereótipos em trabalhadores envelhecentes **Revista de Ciências da Administração**, vol. 16, núm. 39, agosto-, 2014, pp. 65-82 Universidade Federal de Santa Catarina Santa Catarina, Brasil. Acesso em: 07 Set 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 Set 2023.

_____. **Lei nº 10.741** de 1º de outubro de 2003. Disponível em: http://planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.741.HTM. Acesso em: 11 Set 2023.

_____. Ministério da Educação. **Censo da educação superior 2021**. Diretoria de Estatísticas Educacionais Brasília, 2022. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 07 Set 2023.

CAMARANO, A. A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: (https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/2091. Acesso em: 11 Set 2023.

CORRÊA, **Envelhecimento feminino e etarismo nas organizações:** o desafio da mulher madura no mundo do trabalho. 2023. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/206721. Acesso em: 11 Set 2023.

DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice:** socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1999. Acesso em: 11 Set 2023.

DINIZ, MARIA HELENA. **Curso de Direito Civil Brasileiro**, v.6: direito das sucessões. 23° ed. São Paulo: Saraiva, 2008,

DUBEUX, Ana. **Ninguém passa do tempo de viver e aprender**, 2023. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2023/03/5081294-artigo-ninguem-passa-do-tempo-de-viver-e-aprender.html. Acesso em: 08 Set 2023.

GOLDANI, Ana Maria. **Desafios do "preconceito etário" no brasil, desafios do "preconceito etário"** no brasil, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/es/a/PBGcfLysHXVXtcfbrhJjdbF/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 11 Set. 2023.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, vol. VII: Direito das sucessões. 2° ed. São Paulo: Saraiva 2008 .Acesso em: 08 Set 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O trabalho a partir dos 50 anos de idade**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: https://censoagro2017.ibge.gov.br/1992-novo-portal/edicao/17960-o-trabalho-a-partir-dos-50-anos-de-idade-2006-pme2006.html. Acesso em: 08 Set 2023

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. População cresce, mas número de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34438-populacao-cresce-mas-numero-de-pessoas-com-menos-de-30-anos-cai-5-4-de-2012-a-2021. Acesso em: 08 Set 2023

MAGALHÃES, C. *et al.* Repercussão dos estereótipos sobre as pessoas idosas. **Revista Transdisciplinar de Gerontologia,** Porto, v. 3, n. 2, p. 7-16, 2010. Disponível em: https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/2606. Acesso em: 11 Set. 2023

MAGALHÃES, T. Site **CNN Notícias**. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/video-de-universitarias-do-interior-de-sp-debochando-de-colega-de-40-anos-gera-indignacao-na-redes-sociais/. Acesso em: 07 Set. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais**. 6. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2006. Acesso em: 07 Set 2023.

SILVA JUNIOR, Paulo Isan Coimbra da. **Trabalho e velhice:** Como ler os direitos dos trabalhadores velhos? Orientadora: Valena Jacob Chaves Mesquita. 2020. 159 f. Tese (Doutorado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br:8080/jspui/handle/2011/15483. Acesso em: 04 Set 2023.

SILVA, S. S. **Estatuto do idoso** – um crítico e novo olhar sobre o idoso e os desafios a serem enfrentados. Dissertação Mestrado em Direito, 160 f. Centro Universitário Eurípedes de Marília, Marília - SP, 2007. Disponível em:

https://www.univem.edu.br/servico/aplicativos/mestrado_dir/dissertacoes/Estatuto_do_Idoso_-_um_cr%C3%ADtico_e_novo_olhar_sobre_o_idoso__1062_pt.pdf. Acesso em: 11 Set. 2023.

INTERDIÇÃO DO ADEUS: um olhar sobre as despedidas na pandemia através da literatura

Iana Gabriele Souza de Andrade

Liliane Vasconcelos de Jesus

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir acerca das despedidas e ritos fúnebres dentro da conjuntura do isolamento social, que por impedir aglomerações e encontros entre pessoas, a fim de controlar a disparidade do vírus, se reconfigurou para atender as necessidades de uma população isolada, ainda sem vacina, e que seguia uma política de negacionismo e imprudência por parte do governo. Essas discussões são feitas através da literatura, a partir dos contos “Sobre perder alguém durante a pandemia: o velório virtual do meu avô”, “Entre dois carnavais” e “A árvore do meu avô”, inseridos no livro *Pandemias: cuidados, prevenção, efeitos e consequências sobre a vida humana: dimensões múltiplas de uma temerária e inquietante experiência coletiva* e *Pandemia em contos*, que em pandemia serviu como afago e distração, ao mesmo tempo em que se tornou instrumento de registro do momento vivido. A pesquisa seguiu o método qualitativo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, que contou também com matérias jornalísticas que expuseram sobre a situação funerária da época. Como resultado, é observado que dentre todas as mudanças sociais ocasionadas pela pandemia, até mesmo o adeus ao ente querido foi reconfigurado e o luto ganhou outras nuances.

Palavras-chave: Luto. Pandemia. Ritos Fúnebres. Literatura.

1. INTRODUÇÃO

Sabe-se que nenhuma sociedade permanece estática. O movimento constante que assola a vida, os sujeitos e os discursos são dinâmicos, e se atualizam a cada instante, sobretudo quando se pensa no Outro e nos encontros. São os descontentamentos, desencaixes, as transposições. Se o percurso natural já inclui em seu caminho a arte da metamorfose, essas mudanças se triplicam quando a sociedade é abalada por grandes acontecimentos, sobretudo o inesperado. Assim devemos pensar no abalo que a pandemia avassaladora do covid-19, que teve início

em março de 2020, gerou em todo o nosso corpo social. Todo o modo de vida que até então conhecíamos e seguimos foi adaptado para sobreviver a um vírus mortal, sem precedentes.

Os espaços, seus habitantes e os preceitos que caracterizam a cultura dos mesmos passaram por intensas mudanças em sua configuração em decorrência das medidas preventivas adotadas para barrar a contaminação pelo vírus, que consistiam, principalmente, em isolamento e distanciamento social. Foi adotado então “O novo normal”, no qual toda a funcionalidade e logística dos países, da cidade, e por conseguinte dos sujeitos que habitam esses espaços foram modificadas.

Considerando a mortalidade do vírus, os exorbitantes números de mortes diários que chegou à marca de 4.221 em abril de 2021, segundo informações divulgadas pelo G1[1], assim como tantas alterações, transformações e modificações do mundo, é importante pensar como a subjetividade dos indivíduos afetados pela pandemia quando a possibilidade da morte bate à porta, principalmente aqueles que perderam parentes, amigos e entes queridos nesse período, vítimas do covid-19, é narrada. O luto e todas as suas nuances, bem como os ritos de passagem da morte também são afetados por esse visitante indesejado, com sua bagagem amarga, pois a despedida foi impedida, haja visto que elas podiam acarretar novas vítimas fatais do vírus, uma vez que o contato com o outro apresentava riscos de contaminação. O distanciamento era então um ato de amor e cuidado. Todavia cabe pontuar que mesmo diante deste panorama de atribulações, fomos acometidos por uma governança que seguiu pelo viés do negacionismo, de pensamentos anticientíficos, e de uma necropolítica.

A necropolítica pode ser conceituada como uma forma de poder, de soberania, que por meio de decisões, negligências e omissões, decide quem morre e quem vive, segundo Achlle Mbembe (2016). Para o referido autor, a necropolítica funcionou no contexto da ocupação colonial e na sociedade que tardiamente foi modernizada, e continua imperando na contemporaneidade. Na sociedade globalizada a forma de governabilidade se difere daquela que ocorria no período colonial, isto porque:

[1] Brasil bate marca de 4 mil mortes por Covid registradas em um dia pela 1ª vez e soma 337,6 mil na pandemia. Disponível em:< https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/06/brasil-bate-marca-de-4-mil-mortes-por-covid-registrados-em-um-dia-e-soma-3376-mil-na-pandemia.ghtml>

“Tecnologias de destruição tornaram-se mais táteis, mais anatômicas e sensoriais, dentro de um contexto no qual a escolha se dá entre a vida e a morte. (Mbembe, 2016, p. 141). Soma-se a esta ideia o pensamento de Seixas (2020, p. 10):

> A necropolítica exerce tanto as políticas de administração da vida como também políticas de administração da morte, tratando-se de ações que definem, ao mesmo tempo, o tipo de vida que são administrativamente rentáveis e por consequência, que devem ser preservadas e o tipo de vida que pode e deve ser sacrificável, deixando que seja exposta a morte.

Isto significa que na necropolítica, o governante subverte a vida porque determinados corpos não têm valor (Sousa, 2021).

Contextualizando com a pandemia do covid19, enquanto países seguiam as recomendações da OMS sobre táticas de freamento do vírus, o então presidente do Brasil Jair Bolsonaro reduziu a pandemia a uma “gripezinha”, “uma histeria” seguindo uma política de morte. Mais que isso, houve um atraso proposital na compra de vacinas[2] que poderiam ter poupado inúmeras vidas que partiram.

Nesse sentido, diante das deslocações sociais, analisa-se como os ritos fúnebres de despedidas foram realizados em tempos de pandemia, pensando também nas nuances que o luto adquire nessa conjuntura, através de contos e crônicas literárias que servem como nosso objeto de estudo. A literatura no contexto pandêmico, assim como toda expressão artística, foi uma grande aliada da saúde mental da população, servindo como um acalanto, uma distração, um hobbie, o único meio de viagem quando as rodoviárias e aeroportos estavam interditados. Contudo, muito mais que isso, a literatura é um poderoso instrumento de registro da situação vivida, onde os escritores narram seus testemunhos pessoais, seus medos, as agruras da pandemia e toda a sua catarse emocional. Por este motivo, Silviano Santiago (2022, p .1), grande romancista e professor, destacou que: “A pandemia recalcou todo o meu desejo de recordação”. Neste cenário podemos lembrar que diversos eventos literários ocorreram no formato on-line para continuar a difundir a leitura no país, e nomes como o de Itamar Vieira Junior, Cida Pedrosa e Emicida lançaram em 2020 obras que se destacaram e foram premiadas.

[2] Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas. Disponível em:< https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>

Assim sendo, o objetivo principal do trabalho é destacar contos literários que versam sobre a pandemia, e mais especificamente, narram sobre as alterações nos ritos fúnebres, a saber “Sobre perder alguém durante a pandemia: o velório virtual do meu avô” (2020), de Letícia Garducci, e “Entre dois carnavais” (2020), de Anderson do Prado Silva, ambos presentes na coleção literatura de circunstância, intitulada de *Pandemias: cuidados, prevenção, efeitos e consequências sobre a vida humana: dimensões múltiplas de uma temerária e inquietante experiência coletiva,* que possui contos, micro contos, crônicas e poesias com a temática da pandemia; e o conto “A árvore do meu avô” (2023), de Eduardo Seans, presente no livro *Pandemia em contos,* que reúne uma coletânea de escritos que ganhou o Concurso Franklin Cascaes – Contos promovido pela Editora da UFSC (EdUFSC). Desse modo, é pensado a literatura como um dos instrumentos disponíveis para registrar e narrar os impasses na pandemia.

Além da leitura dos contos, a pesquisa conta com registro de matérias jornalísticas que trazem informações quistas sobre este momento da pandemia, e um referencial teórico que dialoga, de maneira multidisciplinar, sobre a literatura, o luto, os ritos fúnebres e a pandemia.

Nesse sentido, a pesquisa se faz necessária porque a pandemia alterou a sociedade de tal maneira, que até mesmo as despedidas precisaram ser adaptadas, alteradas, e assim, é importante observar como os escritores que vivenciam a pandemia imprimem sua subjetividade e percepções deste momento delicado na literatura, para que se possa ampliar o olhar sobre quão complexo foi a adaptação dos velórios e enterros, enfim, de todo o rito fúnebre em pandemia quando o adeus foi interditado, narrativas estas que os dados estatísticos não podem apontar.

Para fins de organização, o presente trabalho foi dividido da seguinte maneira: na primeira seção, intitulada de “A interdição do adeus”, é discutido acerca dos rituais fúnebres e sua interdição, e sobre como algumas cidades lidaram com esta situação; na segunda seção, “O adeus registrado na literatura” é trazido a análise dos escritos selecionados, relacionando-os a discussão sobre as despedidas e funerais; e por fim, nas Considerações finais há uma breve retomada sobre o tema geral do trabalho e os resultados alcançados.

Portanto, com a leitura destes contos, observa-se que tudo tornou-se mutável para caber no “novo normal”, até mesmo questões tão singulares e que soavam inimagináveis antes da pandemia.

2. A INTERDIÇÃO DO ADEUS

Com o novo normal adotado para sobreviver ao vírus quando a vacina para todos ainda não era uma realidade, a sociedade tentou se adaptar a tudo, até mesmo às despedidas. Já que a contaminação se dava pelo contato com o outro que estivesse infectado, a solução se deu através do isolamento social. Não havia aulas em escolas e faculdades, comércio não essencial, restaurantes e bares, viagens e turismo, eventos religiosos, socialização em espaços públicos, e até mesmo velórios. A cidade, local de possibilidades e sociabilidade, tornou-se o espaço do contágio, do medo, do distanciamento. Imagens que antes rondavam o imaginário coletivo de urbes lotadas, calorosas, movimentadas, energética, vivas, foram substituídas por imagens vazias, silenciosas e distantes. Conhecemos a face das cidades enlutadas, distante do que foi em outrora.

Ademais, os espaços que anteriormente possuíam determinada função passaram a assumir outro encargo em virtude da pandemia, para suprir as urgências desencadeadas pela mesma. A urbe, espaço de encontro, possui também um espaço reservado às despedidas, como é o caso dos cemitérios, local destinado para o sepultamento dos mortos. Nas palavras de Teixeira e Freire (2021, p. 221): “Os cemitérios são espaços de rituais fúnebres que comportam arte mortuária, cultura, símbolos e memórias. Estão inscritos no tecido urbano [...]”. Entretanto, por causa da pandemia, esse espaço destinado para o ritual fúnebre é também interditado e sofre algumas alterações. O adeus que geralmente ocorria naquele local do sepultamento é feito de outras formas, e assim, a ideia que tínhamos de velórios cheio de familiares, abraços de consolação, palavras amigas no momento de dor ao perder alguém, e todos os costumes que simbolizam o momento cai por terra e passa a ser substituído pela realidade de um enterro fechado e privado para pouquíssimas pessoas, a fim de que se evite um possível contágio naquela ocasião. Em pandemia, com os encontros

interditados, foi a tecnologia, muitas vezes, que facilitou essa última troca. O momento da partida passou por uma supressão e abreviação.

Cabe mencionar que os velórios e enterros e a visão sobre a morte já passaram por inúmeras mudanças até chegar no modelo que conhecemos hoje. Na idade média, por exemplo, consideravam a morte um evento público, onde os corpos eram enrolados e entregues à igreja, em uma cerimônia pública, de acordo com Teixeira e Freire (2021). Nesse sentido, na pandemia do covid-19 observamos mais uma mudança no que pese os ritos fúnebres, onde os enterros e velórios foram modificados também, suprimidos, passando a ter novas regras e adaptações. Sobre as regras impostas, o site do G1 explica: "Os protocolos de segurança são rigorosos, e os velórios de vítimas do coronavírus não podem ser feitos. Há restrição da quantidade de pessoas que podem estar presentes e do tempo para que haja o sepultamento". (Paris, 2020, p.1)

Apesar das regras previstas, cada cidade funcionou de forma particular em relação às mortes, ainda que não ocorram tantas variações. A exemplo temos Salvador, cidade da Bahia, que em caso de óbito por covid não permitiu velórios nos cemitérios, segundo informações contidas no site da prefeitura de Salvador:

> A Semop, através da Diretoria de Serviços Públicos (Dsep), adotou algumas medidas de proteção ao público em velórios nos cemitérios municipais e aos funcionários dos locais. As mudanças fazem das estratégias municipais para combate à disseminação no novo coronavírus e seguem as orientações dos órgãos de saúde. No caso óbitos por Covid -19, o corpo sai da funerária direto para o sepultamento, sem realização de velório e nenhuma cerimônia. Nesses casos, o caixão fica fechado durante todo o tempo. Os coveiros receberam orientações de como manusear o caixão durante o sepultamento. Para os familiares que perderam entes queridos sem ter sido por conta da Covid-19, a recomendação informada no momento do agendamento é da redução do tempo da cerimônia de sepultamento para até dez minutos e com, no máximo, dez pessoas presentes. E mais: sugere que seja mantida a distância mínima de dois metros entre os presentes. (Prefeitura de Salvador, 2020, p. 1)

Assim, com essa interdição dos cemitérios e toda uma sociedade distanciada, as cidades, bem como as famílias dentro desse processo do adeus precisou se adaptar de diversas maneiras. Como um paliativo para que entes queridos pudessem se despedir, houve um grande crescimento dos chamados velórios virtuais. A matéria publicada pelo El País explica como o cemitério Morada da paz, em Natal, aplicou o novo formato de velório, e conta com a entrevista do Padre Bianor Francisco de Lima Júnior que realizou um velório católico de maneira remota:

> O cemitério Morada da Paz, em Natal, já realizava velórios virtuais desde 2001, permitindo que as despedidas pudessem ser realizadas de qualquer lugar do mundo. Mas essa espécie de missa online celebrada pelo padre Bianor é uma novidade que veio com a pandemia. “Surgiu a partir da necessidade de permanecer em casa para proteger os familiares, o ambiente onde se está, e também para proteger o celebrante”, afirma o padre, convidado pelo Morada da Paz a realizar esse tipo de celebração. “Eles me perguntaram se seria possível fazer uma oração, dar uma palavra de conforto, de forma virtual. (Rossi, 2020, p. 1)

Além disso, devido ao altíssimo números de mortes e o colapso no sistema funerário, foi permitido também os velórios noturnos. Com a marca de mil mortos por dia, aqui no Brasil, em São Paulo, no mês de março os cemitérios passaram a ter uma alta demanda de enterros e velórios, fazendo com que enterros fossem autorizados a acontecerem durante a noite, sob luar, algo fora do costume, conforme explica a matéria do UOL.

> Visando garantir o "adequado funcionamento" do serviço funerário municipal em meio à pandemia de covid-19, a Prefeitura de São Paulo estendeu o horário para realização de sepultamentos em quatro cemitérios públicos. Agora, os cemitérios do São Luiz (zona sul), da Vila Nova Cachoeirinha (zona norte), da Vila Formosa e da Vila Alpina (ambos na zona leste) passarão a realizar sepultamentos em todos os dias da semana, até as 22h (horário de Brasília). (UOL, 2021, p. 1)

Dentre tantos deslocamentos que adveio das intervenções provocadas pela covid-19, é importante mencionar que o luto é vivido de uma maneira diferente por aqueles que perderam seus entes para o coronavírus, pois nem mesmo as questões mais singulares, que podem ser pertencentes ao âmbito privado e íntimo dos sujeitos, permaneceram da mesma forma diante de tamanhas transformações pandêmicas.

Como o índice de contaminação e de mortalidade por muito tempo, sobretudo no Brasil, permaneceu descontrolado, diante das inúmeras mortes ceifadas o efeito gerado é de um infinito luto coletivo. As milhares de perdas reais e irreparáveis fizeram com que todos, em algum grau, estivessem sofrendo ao mesmo tempo pela partida de alguém. As mortes em massa converteram o luto, que até então estava em uma dimensão privada, a um nível público. Tornou-se político. A dor da perda e o sofrimento do adeus foi vivido de forma intensa diariamente por diversas pessoas, e assim, o luto ganhou novas nuances. Destarte, é interessante observar como esse luto adquire uma característica coletiva, e desperta outras questões que podem ser vistas e analisadas. E é por este motivo que a literatura se faz necessária para o

presente trabalho, pois através dela é possível observar e refletir acerca deste momento delicado.

2.1 O ADEUS REGISTRADO NA LITERATURA

Pandemias, pestes, gripes, e até mesmo futuros distópicos em que um vírus assola a humanidade e tem consequências devastadoras já foram descritos e representados, em diferentes épocas, pela arte. Exemplificando, na literatura podemos mencionar *A máscara da morte Rubra* (1842), de Edgar Allan Poe, *A peste* (1947), de Albert Camus, *O amor nos tempos de cólera* (1985), de Gabriel Garcia Marquez, dentre tantos outros que desvendam cenários pandêmicos, infecciosos. Diante disso, na pandemia do coronavírus não seria diferente. Diversos autores depositaram na literatura suas impressões sobre o momento vivido. Além de textos que descortinam as experiências e rotinas dentro do isolamento social, onde os dias pareciam iguais visto que a maioria da população se manteve em quarentena, temos também histórias, ficcionais ou não, da angústia maior em tempos como estes: a dor de perder alguém para o vírus. E, mais do que isso, há ainda os contos que além de compartilhar o luto, revelam para o leitor como foi o doloroso e diferente o processo de adeus, do rito fúnebre propriamente dito dentro de circunstâncias que coíbe o contato físico.

Ademais, olhar para esses escritos e destacá-los é uma forma também de lembrarmos de tantas vidas que lastimavelmente foram roubadas pela doença, que só no Brasil chega ao número de mais 705.000[3] mortos, a maioria sob um governo que seguiu a tangente da negligência, da negação, da necropolítica. Os personagens aqui podem representar e resgatar a memória daqueles que partiram, trazendo uma compreensão maior da tragédia que a pandemia ocasionou. Nesse sentido diversas revistas e coletâneas de contos, minicontos, crônicas e poesias propuseram que os autores escrevessem sobre a pandemia. Desse modo, seguindo a temática que o presente trabalho se propõe a refletir, foi escolhido tramas que descrevem a despedida de entes queridos e amigos.

[3] Número de óbitos confirmados pelo covid-19. Disponível em:< https://covid.saude.gov.br/>

Para adentrarmos nessas narrativas, o primeiro texto selecionado foi escrito por Letícia Garducci, intitulado como “Sobre perder alguém durante a pandemia: o velório virtual do meu avô”, que compõe a coletânea *Literatura de circunstância. vol 1*, no qual a autora discorre sobre como ficamos à mercê da internet nestes tempos de isolamento social, onde nossa diversão, trabalho e estudos dependiam das telas, e não foi diferente no velório do seu avô, que aconteceu de forma remota:

> Sobre o velório virtual do meu avô: abracei minhas irmãs via sticker de whatsapp, chorei com minha família por uma web conferência e recebi as condolências de amigos e familiares regadas de bonitos emojis enviados pelo Facebook. E cada mensagem postada foi realmente como um abraço recebido. Coroas de flores foram substituídas por sinceros emoticons de coração – as novas homenagens. E tudo isso sem sair do sofá. Estão até falando em uma live pra missa de sétimo dia. (Garducci, 2021, p. 88)

Salta aos olhos do leitor que as imagens que outrora tínhamos de velórios e cemitérios repletos de familiares e amigos, com ternos abraços e a oportunidade de olhar o seu ente querido pela última vez é subsidiada por um velório online, breve, distante, isolado, e muito menos afetuoso e caloroso. Observa-se também questões sobre a reconfiguração dos velórios e despedidas como até então normalmente aconteciam. São os tempos mediados pelo virtual.

Relaciona-se a este miniconto o texto de Anderson do Prado Silva, intitulado de “Entre dois carnavais”, que também faz parte da mesma coletânea do texto acima. Neste conto, conhecemos um personagem narrador que é médico chefe da unidade intensiva, apresentado como Gabriel, que relata sobre quão inesperado foi a pandemia e como as mortes no hospital em que ele trabalha significava para ele, assim como as decisões que precisou tomar em um momento em que hospitais sofrem com falta de leitos disponíveis para todos, onde nem mesmo familiares e amigos podiam visitar os pacientes pois essas visitas acarretaram possíveis contaminações. Logo, somente médicos e enfermeiros podiam adentrar esse espaço. Contudo, pouco tempo depois, a situação se agravou de tal maneira, visto os exorbitantes números de doentes, que nem mesmo os profissionais de saúde dispuseram tempo para visitar todas as vítimas.

> A pandemia, com suas abruptas e numerosas internações e súbito crescimento da mortalidade, disseminava o caos entre pacientes e funcionários, e lançava a todos numa solidão de medos e incertezas. Para agravar esse quadro, em pouco tempo a administração do hospital percebeu que não seria possível manter os acompanhamentos e as visitas de familiares

> e amigos, que, por sua natureza, multiplicavam exponencialmente as contaminações e internações. Depois disso, os adoecimentos e falecimentos passaram a contar apenas com a companhia dos jalecos brancos da equipe hospitalar. (Silva, 2020, p. 75)

Nessa emblemática situação, o personagem Gabriel expõe: “[...] a morte se naturalizou, chegou-se ao extremo de permitir aos enfermos morrer solitários nos leitos [...]” (Silva, 2020, p. 75). É neste enredo que surge um paciente idoso, que deu entrada no hospital em que Gabriel trabalha e que por falta de leitos disponíveis, logo foi transferido para o hospital de campanha. Depois de dias entubado, veio a falecer. O médico Gabriel narra os cuidados funerários que o personagem falecido passa: “Apesar do caos provocado pela escassez de recursos humanos e logísticos, alguns rituais da morte foram preservados, como a cuidadosa lavagem do corpo, que, a seguir, foi enrolado numa mortalha branca e envolto num saco plástico cinza”. (Silva, 2020, p. 85)

Ao longo do conto, Gabriel, muito tocado pela forma como a doença se agravou, vai ao enterro deste paciente, e a partir desta ida descreve ao leitor como foi realizado o velório e sepultamento:

> O cemitério tinha o portão principal praticamente fechado. Era apenas por uma greta que um funcionário controlava o acesso. Entre leves empurrões e alguns encontrões, aproximei-me do portão até conseguir ouvir o funcionário informar que apenas uma pessoa da família de cada falecido seria autorizada a entrar. [...] Ao meu redor, acumulavam-se pais e mães, avôs e avós, filhos e filhas, netos e netas, esposos e esposas, companheiros e companheiras, e uma profusão de amigos e conhecidos das várias pessoas cujos corpos seriam enterrados ao longo do dia. Alguns gritavam, choravam, lamentavam e se descontrolavam. Outros, sorumbáticos, acumulavam-se pelos arredores e aguardavam o retorno e o relado do único familiar autorizado a entrar. Não havia mais velórios. Os corpos eram acondicionados em envoltórios plásticos e depois em caixões lacrados. A última vez que familiares e amigos viam os pacientes era por ocasião da internação. Depois do diagnóstico, os pacientes tinham contato apenas uns com os outros e com a equipe do hospital. Com o tempo, o aumento constante do número de óbitos levou ao esgotamento dos serviços funerários, o que obrigou o município a assumir a produção de urnas funerárias e a organização dos enterros. (Silva, 2020, p. 87)

Gabriel segue então tentando de algum modo ver este sepultamento, talvez para concretizar em sua psique o funcionamento do novo normal, que mesmo se repetindo cotidianamente no hospital ainda era absurdo, e descreve:

> O próximo enterro era, a intervalos infinitos, anunciado ao pé da tenda. O familiar respectivo caminhava sozinho até a beira da cova e assistia o lento aproximar do caixão. Os quatro coveiros depositavam a urna ao lado da cova e tomavam fôlego. Dois coveiros desciam no buraco e escoravam a urna até o fundo. Depois, cada coveiro à sua maneira se postava ao lado da cova,

> apoiados às suas pás e enxadas, e aguardavam em torno de cinco a dez minutos, que eram, para o familiar, de oração ou de pasmo. Apenas depois, e sempre de maneira delicada e respeitosa, os coveiros lançavam, macio e a poucas medidas, as primeiras pás de terra (Silva, 2020, p. 89)

O conto finaliza com Gabriel oferecendo suas condolências à viúva do morto, chamada de Fernanda. Fica evidente como o colapso do sistema funerário e as medidas de isolamento provocaram um funeral vazio, distante e breve para atender a toda uma cidade que estava enlutada. Podemos mencionar uma certa mecanização no ritual, haja visto que chegamos à marca de mais de 4 mil mortos por dia. Cabe dizer até que se seguiu uma naturalização destas perdas, como afirmou o personagem no final do conto: “Morreu Maria, e contamos um morto. Morreu José, morreu João, morreu Ana, e passamos a contabilizar quatro mortos. Depois morreram mais sete pessoas, e lhes paramos de dar nomes. (Silva, 2020, p. 92).

Neste trecho da narrativa podemos acrescentar que a atuação do governo da época, que seguia uma necropolítica ao tornar-se negligente e irresponsável com seus discursos e atitudes frente às urgências do vírus, seguindo uma tangente de deixai viver, deixai morrer. Podemos enxergar isso ao lembrarmos da falta de oxigênio em Manaus, que ocasionou a morte de diversas pessoas que ficaram sufocadas. Segundo o informe publicado pela Fiocruz, é possível observar que esta crise tem um motivo. Nas palavras da pesquisadora Luiza Garnelo: “A crise no Amazonas é resultado de medidas de prevenção inadequadas.” (Fiocruz, 2021, p. 1). Ademais, a situação em que se encontrou o SUS - Sistema único de saúde, que há muito tempo vem sendo sucateado pelo governo que descredibiliza a pesquisa e a ciência, e por ser a única opção para milhares de brasileiros que não dispõem de um plano de saúde, tornou-se um caos, com falta de equipamentos, materiais e leitos no auge da pandemia.

A falta de cuidado e a omissão do governo de Bolsonaro se relevam também no momento da troca do ministro de saúde Cláudio Henrique Mandetta, justamente por este defender o isolamento social em um momento delicado que necessitou de cuidado.

Com essa série de ações e discursos, retomamos a pauta da necropolítica, uma vez que:

> É preciso entender que o ato de matar nem sempre se apresenta de forma nítida, ele tem todo um conjunto de técnicas que silencia sua atuação, sua configuração produzida pelo soberano pode surgir de forma disfarçada ou escancarada através do exercício do poder. (Mbembe *apud* Silva, 2020, p. 79)

Nesse sentido, houve uma naturalização da morte. Os números de vítimas da covid-19 revelaram que o governo de Bolsonaro minimizou a gravidade da situação. O referido ex-presidente quando questionado a respeito das mortes que no dia 27 de abril de 2020 chegou à marca de 474 vidas perdidas, afirmou que não era coveiro[4], revelando sua completa falta de empatia e preocupação para com a pandemia e suas vítimas.

Outrossim, retomando a discussão sobre o colapso no sistema funerário, o conto de Eduardo Sens intitulado como “A árvore do meu avô”, presente no livro *Pandemia em contos*, em que o eu lírico assume o personagem de uma criança, cuja idade não foi revelada, discorre a respeito de como o avô dele, morto, fico em cima da mesa de sua casa por 5 dias, pois a funerária em meio a tantas demandas não teve como buscá-lo.

> Esperamos a manhã inteira. No meio da tarde o pai tentou ligar de volta. Ninguém atendeu. Ele, muito brabo, gritando com o telefone mudo, pegou o carro e foi pessoalmente até a funerária. Ficamos todos apreensivos. Durante a espera, a vó não sabia se era melhor se arrumar para levarem o vovô direto para o caixão quando o meu pai chegasse com o carro da funerária, ou se era melhor esperar para ver se conseguiam mesmo vir [...] Não vieram. Os caras da funerária não vieram. Ninguém veio. Jantamos mais uma vez na cozinha. No meio do jantar, quando todos estávamos quietos e eu prestava atenção no estranho e triste barulho que fazem os talheres batendo nos pratos numa refeição silenciosa, a tia Fernanda começou do nada a soluçar e a chorar dizendo “isso não é certo, isso não é certo”. Olhei para o meu pai, e ele, com um gesto, pediu que eu levasse o Caetano para cima de novo. De lá ainda eu ouvia a tia Fernanda chorar, cada vez mais alto. “Isso não é certo, não é certo.” O corpo do vovô continuava na mesa da sala. Parecia que a barriga dele tinha aumentado, porque os botões do paletó esticavam o tecido, e os lábios estavam mais inchados. (Sens, 2023, p. 16)

Em meio a aflição de ter um cadáver em sua mesa e depois de inúmeras tentativas de seguir os trâmites da funerária para enterrar o corpo, o pai do personagem narrador e o seu tio, chamado de Frederico, tomam a decisão final de enterra-lo em seu quintal, sem caixão, pois não havia como o providenciar, ainda que

[4] Número de óbitos confirmados pelo covid-19. Disponível: <https://covid.saude.gov.br/>

toda a família sofresse diante das condições que seu ente querido teria na hora da morte:

> No dia seguinte, sem que a funerária tivesse vindo, meu pai e meu tio Frederico foram para o jardim e cavaram um buraco fundo e comprido. Demorou muito. Eles até tiraram a camisa de tanto calor que ficaram. Eu vi tudo da janelinha do banheiro, onde me pendurei com o apoio da banqueta de madeira. Lá no fundo do buraco colocaram o vovô, de roupa e tudo. “O certo era ter um caixão”, disse a tia Fernanda, “isso não está certo”. A vovó chorava em silêncio um choro de lágrimas secas, mas mesmo assim secava os olhos com um lenço. [...] Em cima daquele monte de terra, bastante tempo depois, quando as aulas já tinham recomeçado, eu perguntei se podia plantar uma árvore. O vovô adorava jabuticabas. A vó deixou. Enterrei um broto bem verdinho. No Natal já era uma arvorezinha da altura da minha cintura. Batizamos a árvore de a Jabuticabeira do Vovô. (Sens, 2023, p. 17-18)

Com o conto de Seans, o que podemos entender é que diante da crise funerária a população procurou alternativas quando não havia, em alguns casos, a possibilidade de enterrar os seus mortos. No conto, havia o espaço no quintal de casa da família, mas pensando além, podemos refletir acerca daqueles que nem isso puderam oferecer, qual o fim lastimável os acarretou. Mas, na narrativa acima, o neto afetuosamente plantou uma árvore que se tornou a árvore do seu avô.

Para fecharmos este tópico, pensando em uma narrativa não ficcional que se assemelha aos contos acima exposto, a National Geographic Brasil publicou uma matéria que narra o doloroso enterro de Manoel Joaquim da Silva, morto por covid:

> Não teve velório para o pai de três filhos, nem funeral com familiares e amigos reunidos compartilhando histórias: seu amor pelo trabalho árduo, gatos e cães e cantorias de clássicos do samba pela casa. Os velórios brasileiros podem ser grandes, com caixão aberto e com os participantes abraçando os falecidos. Em vez disso, seu corpo estava envolto em um plástico e seu caixão lacrado. Sua esposa de 60 anos, com a saúde há muito tempo debilitada, não pôde comparecer para a despedida final, e sua filha ficou em casa para cuidar dela. Os quatro que conseguiram comparecer ficaram lado a lado, observando silenciosamente enquanto os homens se apressavam para enterrar o caixão. Quando a última pá de terra foi jogada, em uma pilha entre as fileiras de sepulturas vazias à espera de outros corpos, o filho caçula de Manoel, Rodrigo Manoel da Silva, abaixou a cabeça e sussurrou: “Não era para ser assim”, enquanto outro carro fúnebre estacionava ao lado da Q56, a parte do cemitério onde seu pai foi sepultado. “Todo mundo queria estar aqui. Eles deveriam estar aqui. Ele merecia mais do que isso.” (Langloiss, 2020, p. 1)

O relato discorre de maneira tocante a ausência dos ritos fúnebres e chama atenção porque nos exemplifica como a pandemia alterou todo o paradigma dos velórios. O sentimento daqueles que ficam é que Manoel Joaquim merecia mais que isso, mais do que uma despedida vazia, rápida e solitária.

A história de Manoel, assim como os contos expostos aqui representam milhares de pessoas que não tiveram seu sepultamento da maneira de mereciam, com um planejamento, o rito religioso, um memorial duradouro, presença de familiares e amigos que neste momento são o apoio emocional, e todos os detalhes que vão de acordo com as crenças e gostos de cada um, mas que com a chegada da pandemia precisou ser realizado de forma restrita e rápida.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalhou buscou discorrer sobre como os ritos fúnebres ocorreram na pandemia, a partir de contos literários que trazem a narrativa da despedida e que por conseguinte apresenta ao leitor como elas ocorreram. A literatura neste trabalho foi o objeto de estudo, de onde partiu as análises que fundamentaram as discussões.

Observamos, portanto, a partir dos textos “Sobre perder alguém durante a pandemia: o velório virtual do meu avô”, de Letícia Garducci, e “Entre dois carnavais”, de Anderson do Prado Silva e “A árvore do meu avô”, de Eduardo Seans, que os velórios e sepultamentos como ocorreram antes da chegada do covid-19 foram adaptados na sociedade assolada pelo vírus mortal, que no contexto em que foram escritos não dispunham de vacinas dentro de um governo que seguiu o negacionismo, e o sistema funerário estava colapsado diante de tantas mortes.

De mais a mais, trazer estas leituras, destacando essas narrativas é importante pois amplia o olhar e as discussões sobre o momento de aflição vivido em pandemia, discussões que só podem ser feitas acessando a subjetividade de quem registrou esses acontecimentos. Outrossim, é uma maneira também de manter viva a representação de tantas vidas que foram lamentavelmente ceifadas.

REFERÊNCIAS

BENITES, Afonso. Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas. **El País**. 2021. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html. Acesso em: 12 set. 2023.

BRASIL. Painel Corona Vírus. **Coronavírus Brasil**. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em: 11 set. 2023.

CAMUS, Albert**. A Peste**. Tradução: Valerie Rumjanek. São Paulo: Record, 1997.

CARVALHO, Fábio Almeida de; MIBIELLI, Roberto; BORGES, Edgar, orgs, **Pandemias**: cuidados, prevenção, efeitos e consequências sobre a vida humana: dimensões múltiplas de uma temerária e inquietante experiência coletiva. Coleção Literatura de Circunstância; v. 1.Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

_____. **Pandemias**: cuidados, prevenção, efeitos e consequências sobre a vida humana: dimensões múltiplas de uma temerária e inquietante experiência coletiva. Coleção Literatura de Circunstância; v. 2.Boa Vista :Editora da UFRR, 2020.

Cresce número de sepultamentos em cemitérios municipais por conta da Covid-19. **Informe Salvador**. 2020. Disponível em: http://informe.salvador.ba.gov.br/coronavirus/todas-noticias/80-cresce-numero-de-sepultamentos-em-cemiterios-municipais-por-conta-da-covid-19. Acesso em: 11 set. 2023.

Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. **Fiocruz**. 2021. Disponível em: https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926. Acesso em: 12 set. 2023.

GOMES, Pedro Henrique. 'Não sou coveiro, tá?', diz Bolsonaro ao responder sobre mortos por coronavírus **G1**. 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/20/nao-sou-coveiro-ta-diz-bolsonaro-ao-responder-sobre-mortos-por-coronavirus.ghtml. Acesso em 12 set. 2023.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **O amor nos tempos do cólera**. Tradução: Antônio Callado. Rio de Janeiro: Record, 2009.

MBEMBE, A.Necropolítica. Biopoder, soberania, estado de excessão, política de morte. Arte e Ensaio, **Revista do PPGAV/ABA**/UFRJ, n. 32, dez. 2016.

_____ **Necropolítica**. Rio de Janeiro: [s.n.], v. 32, 2016.

LANGLOISS, Jill. No Brasil, familiares têm apenas 10 minutos para se despedir dos mortos. **National Geografic Brasil.** 2020. Diponível em: https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/2020/06/cemiterio-sao-paulo-vila-formosa-brasil-familiares-mortos-pandemia-coronavirus. Acesso em: 11 set. 2023.

TEIXEIRA, Paloma Barcelos; FREIRE, Ana Lucy Oliveira. Transformações socioculturais de rituais fúnebres e das práticas cemiterias em tempos de pandemia. **Ciência Geográfica** - Bauru - XXV - Vol. XXV - (1): Janeiro/Dezembro – 2021.

PANDEMIA em contos. Florianópolis : Editora da UFSC, 2023. Disponivel em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/244169/Pandemia_em_contos-Ebook-2fev23.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

PARIS, Letícia. Sepultamentos de vítimas da Covid-19 restringem despedidas e dificultam superação do luto: 'Fica uma lacuna'. **G1**. 2020. Disponivel em:<https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2021/04/05/sepultamentos-de-vitimas-da-covid-

19-restringem-despedidas-e-dificultam-superacao-do-luto-fica-uma-lacuna.ghtml>. Acesso em: 11 set. 2023.

POE, Edgar Allan. **A máscara da Morte Rubra**. *In*: A causa secreta e outros contos de horror. São Paulo: Boa Companhia, 2013.

Prefeitura de SP estende horário para sepultamentos em quatro cemitérios. **UOL**. 2020. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2021/03/25/cemiterios-sao-paulo-horario-sepultamento-covid-19.htm?cmpid=copiaecola Acesso em: 11 set. 2023.

ROSSI, Marina. A sala de casa virou uma igreja": velórios online em tempos de coronavírus. **El País**. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-05-25/a-sala-de-casa-virou-uma-igreja-velorios-online-em-tempos-de-coronavirus.html. Acesso em: 11 set. 2023.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19. VOLUNTAS – **Revista Internacional de Filosofia**, v. 11, ed. 50, 2020, p. 1-11.

SOUSA, Cynthya Raquel de Moura. A pandemia do covid-19 e a necropolítica à brasileira. **Revista de direito**. v.13. n.01, 2021, p. 1- 27.

OS EFEITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO AUXÍLIO EMERGENCIAL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL: uma breve análise pós pandemia

José Vítor Araújo dos Santos[1]
Germana Pinheiro de Almeida[2]

RESUMO

O presente trabalho se presta à análise dos efeitos sociais e econômicos do auxílio emergencial, programa nacional de transferência de renda de caráter extraordinário, instituído durante a pandemia de COVID-19 no Brasil. Para tanto, realizou-se revisão bibliográfica e análise de dados quantitativos e qualitativos disponibilizados até o presente. Os resultados mostram que o benefício teve impactos relevantes na manutenção e apoio à seguridade social; por vezes, entretanto, deixando de efetivar a sua prestação securitária em razão dos desvios realizados por indivíduos inaptos ao recebimento do mesmo e que tiveram acesso ao amparo, além das problemáticas relacionadas aos sistemas de verificação de elegibilidade e cruzamento de dados. Ademais, realiza uma breve análise do panorama macroeconômico nacional durante a realização do auxílio-emergencial.

Palavras-chave: Pandemia; COVID-19; Auxílio-Emergencial; Seguridade Social; CadÚnico; Macroeconomia; Benefício Assistencial.

1 INTRODUÇÃO

A pandemia de COVID-19 notabilizou-se, além da excessiva quantidade de infectados e de óbitos, pela brusca reformulação do traçado econômico e social a nível global, e uma das primeiras contramedidas adotadas no Brasil e no mundo foram programas extraordinários de manutenção e transferência de renda, nacionalmente

[1] Bacharelando no curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - Ucsal.
[2] Advogada, Mestra em Políticas Sociais e Cidadania, Doutoranda em Políticas Sociais e Cidadania, Coordenadora do Curso de Direito da Universidade Católica do Salvador - UCSal, professora de Direito Previdenciário e Seguridade Social na Ucsal.

conhecido como o “auxílio-emergencial”, medida governamental criada para abrandar o impacto negativo da crise.

O presente artigo presta-se, como objetivo principal, à análise da contribuição socioeconômica do auxílio-emergencial durante a pandemia pelo Covid-19 no Brasil, especialmente no que tange às áreas da seguridade social e da realidade macroeconômica nacional, traçadas a partir dos desdobramentos da realidade pós-pandêmica.

Tem como metodologia a revisão de literatura empregada a métodos qualitativos, analisando documentos oficiais, estudos acadêmicos, relatórios de organizações internacionais e dados estatísticos confiáveis, visando robustecer e dar embasamento teórico às pesquisas empreendidas.

Para este fim, o artigo foi dividido de forma a abordar os temas considerados sensíveis à ótica da pesquisa, traçando inicialmente um breve histórico da pandemia no país, seguido de uma observação social acerca da implementação do auxílio-emergencial no Brasil, depois, a verificação do panorama macroeconômico nacional e, por fim, à conclusão.

Ainda que denso e passível tantas outras análises, se presta, este estudo, a perfilar a realidade do benefício emergencial em seus aspectos de criação e seus resultados úteis.

2. DOS ASPECTOS SOCIAIS E A PROBLEMÁTICA DE IMPLEMENTAÇÃO DO AUXÍLIO-EMERGENCIAL:

O auxílio emergencial foi instituído pela Lei 13.982/2020 (Brasil, 2020), pago a partir de abril daquele ano e pago até 31 de dezembro de 2022, já na forma do auxílio-Brasil (Lei 14.284/21) (Brasil, 2021), implementado pela Emenda Constitucional N°. 123/2022 (Brasil, 2022); durando com isso pouco mais de dois anos e seis meses e, enquanto benefício-emergencial, pode ser dividido em três grandes ciclos de implementação, conforme Nota Técnica No. 1 do Banco Mundial (2021).

O cenário inicial em 2020 foi o pagamento de três parcelas no valor base de R$600,00 a beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), indivíduos maiores de 18 anos (exceto mães adolescentes) sem vínculo de emprego formal ativo, trabalhadores

informais, microempreendedores individuais, aqueles que não recebessem benefícios assistenciais e previdenciários do governo (com exceção do PBF), que não tivessem declarado rendimentos tributáveis acima de R$28.559,70 em 2018 e que tivessem renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo ou de até 3 salários-mínimos no total.

Foi estabelecido o limite de dois benefícios por família. Nos arranjos familiares monoparentais providos por mulheres o valor do auxílio era de R$1.200,00 (mil e duzentos reais) podendo chegar a R$1.800,00 (mil e oitocentos) reais, caso esse arranjo possuísse um segundo membro elegível.

Neste primeiro ciclo de implementação o Auxílio Emergencial alcançou 68,3 milhões de beneficiários diretos, o equivalente a 23% da população brasileira, chegando a 56% dos brasileiros se considerados os beneficiários diretos e indiretos (computados todos os membros do grupo familiar). (The World Bank, 2021, p. 10)

O público-alvo do programa foi definido como: 1. beneficiários do bolsa-família (que, em tese, deveriam ser contemplados de maneira automática com o auxílio-emergencial, sem a necessidade de nova inscrição ou requerimento) 2. os demais inscritos no CadÚnico que não percebiam o bolsa-família, 3. os contribuintes individuais da Previdência Social, e 4. os chamados “ExtraCad”, os cidadãos que requereram o benefício e não eram registrados no Cadastro Único (Cardoso, 2020).

Conforme o quadro abaixo, confeccionado por Cardoso (2020), proporcionalmente, quase metade da população que solicitou o benefício sequer era cadastrada no serviço anteriormente.

QUADRO 1 QUANTIDADE DE BENEFICIÁRIOS POR PÚBLICO-ALVO

Público-alvo	Quantitativo em milhões	Proporção
Beneficiários do PBF	19,2	32,5%
Inscritos no CadÚnico	10,5	17,8%
ExtraCad	29,3	49,7%
Total	59	100%

Fonte: Adaptado de CEF (2020).[4]

O segundo ciclo de implementação deu-se ainda em 2020, após os cinco primeiros meses de pagamento do benefício, sendo publicada a medida provisória 1.000/2020 (Brasil, 2020) que, além da melhor demarcação das normas de elegibilidade, teve como grande destaque a verificação mensal dos proventos, a partir

do cruzamento de dados para localizar eventuais vínculos de emprego e demais valores auferidos por benefícios assistenciais ou previdenciários (Marins, 2021). Reduziu-se ainda o valor do benefício, de R$600 (seiscentos reais) ─ mantidos para famílias monoparentais chefiadas por mulheres ─ para R$300,00 (trezentos reais).

No terceiro ciclo, em 2021, a população viu o programa reduzir drasticamente o suporte financeiro ofertado, em razão da Emenda Constitucional 109/2021 que fixou o valor inalterável de 44 bilhões para o custeio do benefício, fora da chamada “regra de ouro” de endividamento da União - criada através do “teto de gastos da União”, em 2017 - que culminou com a publicação da Medida Provisória 1.039/2021 (Brasil, 2021) instituindo o Auxílio Emergencial 2021.

Agora, o benefício seria pago na soma de R$375,00 (trezentos e setenta e cinco reais) a mulheres chefes de família monoparental; R$250,00 (duzentos e cinquenta reais) a famílias com mais de um ente recebendo o auxílio; e famílias monoparentais - uma pessoa que mora só - recebendo a soma de R$150,00 (cento e cinquenta reais). Além disso, não foi possível a solicitação do benefício no ano de 2021, sendo somente realizada a verificação da aptidão a continuar percebendo o benefício daqueles que já o recebiam em dezembro de 2020. (Marins, 2021)

2.1. DA PRECARIEDADE DE RECURSOS À SEGURIDADE SOCIAL

Sobre o valor fixado pela EC 109/21 (BRASIL,2021), apenas a título de comparação, a ONG OXFAM Brasil produziu em 2016 o relatório “Terrenos da desigualdade: Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural” onde aponta, com dados do Sindicato Nacional dos Procuradores da Fazenda Nacional (Sinprofaz) que, somente o setor agrícola nacional possuiu um montante de R$ 19 bilhões em dívidas com a União.

Ainda, com dados da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, 4.013 pessoas físicas ou jurídicas que detinham terras possuíam dívidas acima de R$50 milhões que, somados, totalizavam mais de assombrosos R$906 bilhões em impostos devidos. (OXFAM, p. 17-18)

Setor este que, em que pese a enorme dívida que produz, ainda recebe benesses estatais, como a também ocorrida no ano de 2016 MP 733 (Brasil, 2016)

que, conforme dados de Da Silva (2022), chegou a conceder, na prática, benefícios de 60 até 90% de desconto na renegociação de dívida a estes proprietários.

O objetivo aqui não é realizar juízo de valor acerca da realidade do agronegócio nacional, mas sim comparar a beneficiação histórica de um determinado setor que já movimenta alto volume capital em razão de sua atividade, em detrimento da alocação de recursos para a população necessitada em um momento de calamidade social nunca antes visto.

Marins (2021) recorda, acertadamente, da fala do ex-ministro da economia Paulo Guedes em maio de 2020, acerca da manutenção do Auxílio Emergencial 2020 por mais alguns meses: “Se falarmos que vai ter mais três meses, mais três meses, mais três meses, aí ninguém trabalha. Ninguém sai de casa e o isolamento vai ser de oito anos porque a vida está boa, está tudo tranquilo.” Esse tipo de discurso, atrelado a uma visão erroneamente mercadológica, individualista e “meritocrática” da realidade afasta-se totalmente da realidade onde a produção e a força de trabalho devem ser atreladas à manutenção da situação de bem-estar social que deve ser constitucionalmente garantida pelo Estado.

E para tanto, realizaremos a seguir uma análise mais detalhada do cenário econômico nacional de nível geral, o que permitirá entendermos melhor a forma de atuação do auxílio-emergencial no resguardo social aos desfavorecidos e a realidade financeira como um todo.

3. O PANORAMA MACROECONÔMICO BRASILEIRO E O SUPORTE DO AUXÍLIO-EMERGENCIAL

Trazendo para um panorama generalista, todo o globo se viu afetado pela pandemia e pelos *lockdowns*, visto que foram fenômenos de proporção mundial que, em consequência da redução do comércio, serviços e da diminuição de postos de emprego, desaguaram em perdas financeiras consideráveis e na redução da arrecadação que, em razão de sermos uma economia em desenvolvimento com uma série histórica de disrupções políticas e sociais, sequelas desses fenômenos foram percebidas com bem mais intensidade no Brasil, como veremos a seguir.

Marins (2021) elenca algumas nações que, tal como o Brasil, admitiram programas de pagamento financeiro aos cidadãos: Na América do Sul, a Argentina criou o “Ingresso Familiar”, que pagou AR$10.000,00 (dez mil) pesos argentinos aos que seguissem os critérios de elegibilidade;

A Bolívia desenvolveu o programa “Bono Universal”, que pagou BL$500,00 bolivianos para os que perfaziam os padrões eleitos. A Colômbia, por sua vez, aproveitou o já existente “familias en acción", e expandiu sua cobertura para mais de 2,6 milhões de pessoas.

Entretanto, os efeitos econômicos nacionais foram bem mais severos se comparados a outras nações de mesmo porte geográfico e financeiro, em razão de nossas questões sociais históricas e aspectos econômicos únicos. A bolsa de valores brasileira (B3) caiu quase 30% por cento, a maior queda desde a crise de 2008, com um recuo do PIB em quase 10% no segundo trimestre de 2020 com relação ao ano de 2020.

O professor Luiz Fernando de Paula (2021), do Instituto de Economia da UFRJ, produziu um artigo no qual pormenoriza as políticas de estabilização econômica, chamadas de medidas contracíclicas, em razão de seguirem uma orientação que contraria o sistema ou a situação econômica vigente. Cumpre mencionar sua análise do momento econômico vivido pelo Brasil no momento pré-pandemia:

> [...] quando a pandemia da COVID-19 atingiu o Brasil no início de março de 2020, a economia brasileira encontrava-se estagnada, com um mercado de trabalho precarizado - elevada informalidade e desemprego (11,0% em dezembro de 2019) - e uma piora substancial na desigualdade social. Já a dívida pública bruta encontrava-se no patamar de 75,2% do PIB em fevereiro de 2020. (De Paula, 2021, p.04 *apud* BCB, 2020)

O estudo realizado pelo pesquisador apontou que o auxílio-emergencial teve um intenso efeito na redução do ciclo de baixa na economia brasileira, que havia entrado em um período de contração. Entretanto, sustenta que a ação estatal de maneira geral foi inconsistente, especialmente no que diz respeito às decisões do Executivo federal com relação a alguns outros planos de recuperação emergencial.

De Paula (2021, p.25) ao confeccionar a tabela da média da renda familiar acima, traz dados de Gonçalves (2021, p.07), que propôs um cálculo de renda média efetiva com e sem o auxílio emergencial, dividindo a população em 10 (dez) segmentos ou décimos.

Tabela 3. Média da renda familiar per capita por décimos de renda efetiva total sem Auxílio Emergencial (AE) e com AE (em R$)

Décimos	Renda efetiva média sem AE	Renda efetiva média com AE	Acréscimo Percentual
1	36,47	153,19	76,2
2	227,40	332,98	31,7
3	369,07	474,48	22,2
4	512,06	607,33	15,7
5	665,12	755,29	11,9
6	853,64	943,82	9,6
7	1.059,72	1.110,46	4,6
8	1.360,16	1.420,79	4,3
9	1.969,81	2.017,75	2,4
10	4.898,67	4.933,30	0,7

Fonte: Gonçalves et al (2021, p.7), com dados da PNAD Covid19

Os resultados apontam que as duas primeiras camadas, registradas como as de menor esclarecimento financeiro em razão da renda, obtiveram um acréscimo percentual com auxílio emergencial de 76% (setenta e seis por cento) para o primeiro segmento e quase 32% (trinta e dois por cento) para o segundo, que demonstra que o benefício assistencial representou uma medida primordial para a manutenção da qualidade mínima de vida, especialmente para a população mais carente.

Tabela 4. Percentagem da população abaixo da linha da pobreza

	Pobreza*	Extrema pobreza**
Maio de 2020	23.72	4.18
Junho de 2020	21.78	3.28
Julho de 2020	19.58	2.54
Agosto de 2020	18.41	2.29

(*)US$ 5.50 por dia (**) US$ 1.90 por dia

Fonte: Duque (2020) com dados da PNAD COVID-19

Cita ainda dados de Duque (2020) ao elaborar a Tabela 4, com dados da PNAD COVID-19 da porcentagem populacional brasileira que vive abaixo da linha de carestia, que apontam para uma forte redução da pobreza (onde são considerados indivíduos que vivem com menos de US$5.50 por dia), que sofreu redução de pouco

acima de 23% (vinte e três por cento), para pouco mais de 18% (dezoito por cento), de maio a agosto de 2020; e da extrema pobreza (os que vivem com menos de US$1.90/dia), que decaiu de 4,18 por cento para 2,29 por cento no mesmo período de tempo que, proporcionalmente, corresponde a uma redução impressionante de mais de 45 por cento do percentual total da população em situação de indigência extrema.

Sanches (2021), no estudo do chamado efeito multiplicador do auxílio emergencial, previu que o gasto equivalente do auxílio emergencial correspondeu a 4,1% por cento do PIB de 2020, que foi responsável por evitar o derretimento do produto interno bruto daquele ano, que seria entre 8% e 14%, segundo predições do pesquisador.

> Suas simulações indicam que, com um gasto equivalente a 4,1% do PIB de 2020, o Auxílio foi responsável por evitar que economia brasileira caísse entre 8,4% e 14,8% em 2020. Já a redução no consumo das famílias poderia ter diminuído entre 11,0% e 14,7% na ausência desse benefício, ao invés de sofrer a queda de 6%. (De Paula, 2021)

Ou seja, o investimento na renda básica emergencial correspondeu a pouco mais que 4 por cento do Produto Interno Bruto do ano de 2020 e impediu uma queda brusca do PIB que poderia chegar a próximo de 15 por cento, em razão da manutenção do poder de compra da população que viu sua renda familiar reduzida em decorrência da crise e permitiu o acesso à renda da população abaixo da linha de pobreza, demonstrando seu papel primordial como política de estanque econômico nas políticas contracíclicas à época existentes.

Como pontos negativos acerca do combate da crise econômica ocasionada pela pandemia, de Paula (2021) menciona o posicionamento abertamente negacionista do chefe do Executivo Federal a época, que ocasionou um atraso considerável no processo de vacinação da população e, consequentemente, atrapalhou sobremaneira a movimentação de reabertura social, tendo como resultado um abalo negativo na recuperação econômica;

Em que pese as problemáticas envoltas na situação, deve-se levar em conta que, nunca na história nacional um programa emergencial de transferência de renda conseguiu tamanho alcance e impacto econômico e social, retirando a população da linha da extrema pobreza na ordem de quase 50% por cento dos indivíduos que vivem em extrema necessidade.

É um marco histórico e inédito no âmbito da seguridade social brasileira, sendo possivelmente, o maior feito social-securitário já realizado na história do país, visto que foi realizado de maneira emergencial e sem a possibilidade de estudos prévios robustos.

Não retirando com isso o mérito de outros programas de assistência social, como o bolsa-família, que é de fato o maior programa de redistribuição de renda que existe no país. Contudo, o auxílio-emergencial, com seu alcance e funcionalidade, visto que implementado em regime excepcional, cumpriu com higidez sua função institucional e pode ser considerado o mais próximo que já se chegou - depois do bolsa-família - da renda básica de cidadania.

4 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou, através de um processo sistemático de revisão de literatura e do compilado e análise de informações disponibilizadas acerca da realidade da pandemia de COVID-19 e da disponibilização do auxílio-emergencial no Brasil.

Para tanto, foram traçadas duas linhas de análise, a saber: a compreensão social e a análise macroeconômica; buscando compreender se o benefício assistencial obteve o caráter de mantenedor emergencial de renda, razão pela qual fora criado, firmando-se enquanto importante conquista à seguridade social e se alcançou os objetivos macroeconômicos necessários, enquanto contramedida econômica apta a frear as tendências inflacionárias deflagradas pela pandemia e seus efeitos colaterais - como o *lockdown*.

Para cada objetivo específico foi apresentado uma problemática vinculada. No estudo da esfera social, pode-se confirmar que os objetivos perquiridos foram alcançados pelo programa. Em que pese os percalços superados, o benefício alcançou algo entre 57 e 59 milhões de brasileiros em um curto período, fornecendo um importante - e por vezes único - complemento de renda a uma imensa parcela da população nacional, não limitada a somente ao contingente mais socialmente vulnerável e historicamente alvo dos programas sociais de transferência de renda, mas consideravelmente mais acessível à população geral.

Na observação econômica, a solução emergencial avaliada auxiliou comprovadamente na redução da pobreza e extrema pobreza em escala nacional e funcionou de eficiente enquanto medida contracíclica macroeconômica de redução de danos e promoção do bem-estar social, com ressalvas somente ao desvio de valores que, contudo, vem sendo ativamente remediada. Além disso, o benefício comprovadamente auxiliou na prevenção de uma violenta queda do PIB nacional em decorrência da crise, através da manutenção do poder de compra e do acesso a itens básicos pela população, o que atesta seu êxito enquanto medida econômico-social.

Por fim, conclui-se que, ainda que pondo a prova a capacidade de gestão compartilhada de diversas entidades nacionais e da articulação política; em razão do volume financeiro empregado, da maneira que foi concebido e aplicado, e de seu caráter extraordinário (e por isso emergencial) o programa pode considerado um sucesso, sendo fundamental para a manutenção da estabilidade financeira - e consequentemente social - da população brasileira, e servindo de referência a nível mundial de planejamento de conservação do mínimo existencial através da seguridade social, com a agravante de ser o Brasil um país em desenvolvimento e de proporções continentais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Agência. **Bolsa cai 30%, e dólar sobe 16% em março com pandemia de coronavírus.** Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-03/bolsa-cai-30-e-dolar-sobe-16-em-marco-com-pandemia-de-coronavirus. Acesso em 21 ago 2022.

BRASIL. **Emenda Constitucional N°. 123**, de 14 de julho de 2022. Altera o art. 225 da Constituição Federal para estabelecer diferencial de competitividade para os biocombustíveis; inclui o art. 120 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reconhecer o estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes; autoriza a União a entregar auxílio financeiro aos Estados e ao Distrito Federal que outorgarem créditos tributários do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) aos produtores e distribuidores de etanol hidratado; expande o auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021; institui auxílio para caminhoneiros autônomos; expande o Programa Auxílio Brasil, de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021; e institui auxílio para entes da Federação financiarem a gratuidade do transporte público. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc123.htm Acesso em: 21 jun 2023.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 ago 2022

_____. **Emenda Constitucional N°. 109**, de 15 de março de 2021. Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167- A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc109.htm Acesso em: 07 jun 2023.

_____. **Lei Complementar Nº 101**, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. 2000. Brasília, DR. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em: 18 ago 2022

_____. **Lei Nº 13.982**, de 2 de abril de 2020. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 [...] e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). 2020. Brasília, DF. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm#view. Acesso em: 09 set 2022

_____. **Medida Provisória N°. 1.039**, de 18 de março de 2021. Institui o Auxílio Emergencial 2021 para o enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Brasília, DF. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.039-de-18-de-marco-de-2021-309292254 Acesso em: 06 jun 2022.

_____. **Medida Provisória N°. 733**, de 14 de junho de 2016. Autoriza a liquidação e a renegociação de dívidas de crédito rural e altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv733.htm Acesso em: 21 de ago 2022

_____. **Medida Provisória Nº 1.000**, de 2 de setembro de 2020. Institui o auxílio emergencial residual para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19) responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv1000.htm. Acesso em: 09 maio 2022.

CARDOSO, Bruno Baranda**. A implementação do Auxílio Emergencial como medida excepcional de proteção social.** Revista de Administração Pública [online]. v. 54, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rap/a/bxKszgD4DmnWc8HmFWw3Sqj/?lang=pt&format=html. Acesso em: 13 de out 2022.

CARDOSO, Débora Freire *et al.* **Pandemia de Covid-19 e famílias: impactos da crise e da renda básica emergencial.** Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [Ipea]. Políticas Sociais: acompanhamento e análise [BPS]. n. 28, 2021. Disponível em <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10820/1/BPS_28_nps2_pandemia_covid19_fam%c3%adlias.pdf>. Acesso em 13 de out. 2022.

DA SILVA, Mygre Lopes; DA SILVA, Rodrigo Abbade. **Economia brasileira pré, durante e pós-pandemia do covid-19: impactos e reflexões**. Observatório Socieconômico da Covid-FAPERGS, 2020. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/820/2020/06/Textos-para-Discuss%C3%A3o-07-Economia-Brasileira-Pr%C3%A9-Durante-e-P%C3%B3s-Pandemia.pdf. Acesso em: 08 maio 2023.

DA SILVA, Natália Fiuza *et al***.** O Estado é Branco? Seletividade no Acesso à Terra no Brasil. **Revista Contraponto**, v. 9, n. 2, p. 115-131, 2022. Acesso em: 21 fev. 2023.

DE PAULA, Luiz Fernando. **A crise do coronavírus e as políticas contracíclicas no Brasil:** uma avaliação. IE-UFRJ, Texto para Discussão, n. 16, 2021. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Luiz-Paula-2/publication/351638652_Texto_para_Discussao_IEUFRJ_016_2021_A_crise_do_coronavirus_e_as_politicas_contraciclicas_no_Brasil_uma_avaliacao/links/60a2ddfc299bf1d21d6c9e3a/Texto-para-Discussao-IE-UFRJ-016-2021-A-crise-do-coronavirus-e-as-politicas-contraciclicas-no-Brasil-uma-avaliacao.pdf. Acesso em: 08 maio 2023.

IBGE. **PIB cai 9,7% no 2º trimestre de 2020.** Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28721-pib-cai-9-7-no-2-trimestre-de-2020#:~:text=PIB%20atinge%201%2C7%20trilh%C3%A3o,Valor%20Adicionado%20a%20pre%C3%A7os%20b%C3%A1sicos. Acesso em: 11 out 2022

MARINS, Mari Tebet *et al.* Auxílio Emergencial em tempos de pandemia. **Sociedade e Estado**. v. 36, n. 02, mai./ago., 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0102-6992-202136020013. Acesso em: 13 de out 2022.

MARTINS, Sergio P. **Direito da seguridade social: direito previdenciário**. Editora Saraiva, 2023. E-book. ISBN 9786553626157. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786553626157/. Acesso em: 26 mai. 2023.

OXFAM Brasil. **Terrenos da desigualdade:** Terra, agricultura e desigualdade no Brasil rural**.** 2016. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/publicacao/terrenos-da-desigualdade-terra-agricultura-e-desigualdade-no-brasil-rural/. Acesso em: 02 jun. 2023.

SANCHES, Marina; CARDOMINGO, Matias; CARVALHO, Laura. **Quão mais fundo poderia ter sido esse poço?** Analisando o efeito estabilizador do Auxílio Emergencial em 2020. Nota de Política Econômica, n. 007, 2021.

The BANK, World; MORGANDI, Matteo *et al*. **Nota Técnica n°. 1. 2021.** Disponível em: https://openknowledge.worldbank.org/server/api/core/bitstreams/f21e9f3f-09e0-5ac2-b6f3-4ceb2ce83190/content. Acesso em: 04. jun 2023.

SOBRE A UTILIDADE DAS ANÁLISES FUNCIONAIS NA AVALIAÇÃO DA PERSONALIDADE E SEUS TRANSTORNOS

Lucas Monteiro Brandão[1]
João Marcos de Oliveira[2]

RESUMO

Tanto na Psicologia como na Psicopatologia, a personalidade e seus transtornos constituem campos ainda envoltos por dúvidas e incertezas no que tange seu desenvolvimento e processos de adoecimento. Os transtornos de personalidade, embora agrupados separadamente conforme manuais diagnósticos como o DSM-V, ainda assim são quadros clínicos que, por vezes, ao compartilharem um conjunto de traços e características entre si, dificultam avaliações clínicas acuradas. Frente a tal cenário, é possível supor que análises funcionais - como ferramenta clínica de identificação e descrição das relações de dependência entre as ações do indivíduo e o mundo - possam auxiliar em processos avaliativos da personalidade. Desse modo, o presente ensaio buscou discorrer quanto à possível contribuição da análise funcional como instrumento complementar às avaliações clínicas da personalidade e seus transtornos. Muito embora um programa de análises funcionais difira dos modelos de traços de personalidade que fundamentam uma variedade de instrumentos avaliativos da personalidade e seus transtornos, ainda assim a análise funcional pode ser implementada complementarmente com vista a promover uma compreensão individualizada e diferencial do modo particular do indivíduo operar no mundo. A limitação dos manuais diagnósticos no que tange os traços compartilhados por vários transtornos de personalidade pode, dessa maneira, ser superado. Assim, seja com propósito de diagnóstico ou de planejamento interventivo, a avaliação da personalidade, quando complementada por um programa de análises funcionais, poderia promover um tratamento individualizado cujo enfoque principal esteja voltado para o conjunto interativo particular de atividades dos organismos com seus contextos e à luz de sua história individual pregressa.

Palavras-chave: Análise Funcional. Personalidade. Traço de Personalidade. Transtorno de Personalidade

1. INTRODUÇÃO

Dentre os temas englobados e trabalhados pela Psicopatologia, o estudo da Personalidade e suas alterações constituiria um domínio ainda envolto por dúvidas e incertezas, cujos debates remontam às tradições das psicopatologias alemã e

[1] Graduando de Psicologia pela UCSal, lucasmonteiro.brandao@ucsal.edu.br
[2] Doutor em Psicologia pela UFBA, joao.cavalcanti@pro.ucsal.br

francesa (Dalgalarrondo, 2019). Na Psicologia, por sua vez, conforme Lundin (1977), o ramo de estudos da personalidade encontrou-se historicamente circunscrito no campo geral da aprendizagem, o qual consideraria os padrões singulares do indivíduo operar no mundo como adquiridos no decurso desenvolvimental de sua vida. Não obstante, ao que concerne a definição de personalidade, bem como os processos que explicariam sua constituição e potencial adoecimento, não há consenso estabelecido seja na Psicologia ou na Psicopatologia.

Ainda assim, de maneira geral, certos autores (Schultz; Schultz, 2018; Louzã; Cordas, 2020) sugerem que a personalidade poderia ser considerada como um conjunto de traços comportamentais, cognitivos e emocionais relativamente estáveis, permanentes e pervasivos na vida do indivíduo, não obstante, passíveis de variações para além da previsibilidade esperada, em razão de situações atípicas. Atualmente, o modelo de base empírica mais citado e disseminado na literatura acadêmica que busca tanto identificar traços, bem como investigar e compreender a personalidade de maneira taxonômica é o Modelo dos Cinco Grande Fatores (CGF) - ou *Big Five* (Maccrae; Costa, 2003; Nunes *et al.,* 2018; Dalgalarrondo, 2019; Serafim; Rocco, 2020). Os cinco grandes fatores referidos dizem respeito a Extroversão, Conscienciosidade, Agradabilidade, Neuroticismo e Abertura à Experiência.

Como Nunes *et al.* (2018) explicam, o modelo Big Five estrutura-se hierarquicamente em dois níveis, a saber, os fatores gerais e suas facetas. Os fatores gerais referem-se às cinco dimensões amplas da personalidade acima listadas, enquanto as facetas remeter-se-iam aos traços específicos circunscritos aos fatores gerais. Tal maneira de organização e estrutura taxonômica do *Big Five* derivam-se, segundo Dalgalarrondo (2019) e McCrae e Costa (2003), de análises fatoriais - técnica matemática aplicada, nesse caso, à um conjunto de descritores da personalidade que, ao demonstrarem correlações entre si, são agrupados, por sua vez, em respectivos fatores amplos.

A disposição do *Big Five* como um modelo de traços taxonômico da personalidade, ao abranger e unificar as propostas de prévios modelos de personalidade formulados, inevitavelmente, produziu implicações nas pesquisas gerais de personalidade, facilitando, sobretudo, a comunicação entre pesquisadores e, por vezes, dispensando compreensões teóricas de certos modelos antigos

(Maccrae; Costa, 2003). Ainda no âmbito das pesquisas, todavia, já inserindo-se no meio clínico, a validez, confiabilidade e consistência empíricas transculturalmente verificadas, bem como entre distintas faixas etárias e grupos, fez com que o *Big Five* viesse a se relacionar com o DSM-V, sobretudo nas formulações diagnósticas de Transtornos de Personalidade (Nunes *et al.,* 2018; Oliveira, 2018; Dalgalarrondo, 2019; Serafim; Rocco, 2020).

Para o DSM-V (APA, 2014), um Transtorno de Personalidade (TP) configurar-se-ia como um conjunto de traços inflexíveis e desadaptativos, com surgimento na adolescência ou início da adultez. Os padrões de comportamento seriam persistentes e pervasivos às diversas áreas da vida do indivíduo, além de desviarem-se das expectativas de sua cultura, de modo a acarretar não apenas sofrimento clinicamente relevante, mas também prejuízos funcionais nas suas relações interpessoais, no trabalho, vida acadêmica, dentre outros. Ademais, a persistência do padrão desadaptativo não seria resultante de algum transtorno mental, uso de substâncias ou medicamentos, nem efeito de alguma condição médica particular. Dentre os TPs elencados e agrupados pelo DSM-V (APA, 2014) a partir de critérios de semelhança descritiva dos padrões de funcionamento, tem-se no Grupo A os Transtornos de Personalidade: Esquizóide, Esquizotípica e Paranoide; no Grupo B, os Transtornos de Personalidade: Borderline, Histriônica, Antissocial e Narcisista; e, por fim, no Grupo C tem-se os Transtornos de Personalidade: Dependente, Obsessivo-Compulsivo e Evitativa. Cada um dos TPs, ressalta-se, resguarda seus respectivos conjuntos de critérios sintomáticos que lhe são característicos.

Embora separadas em diferentes grupos, os TPs, não raro, compartilham entre si um conjunto de sintomas e traços de personalidade, de modo a acarretar, eventualmente, dificuldades diagnósticas e de avaliações da personalidade. Considerando tal problemática, Serafim e Rocco (2020) aludem à adoção de análises funcionais como ferramentas clínicas que busquem melhor compreender o funcionamento do indivíduo avaliado. Assim, conforme os mesmos autores, as análises funcionais poderiam contribuir não apenas para a descrição diferencial do traço avaliado, mas também em favor da elaboração de um diagnóstico mais acurado que, por sua vez, oriente a tratamentos melhor indicados.

A análise funcional consistiria na identificação de relações de dependência entre comportamentos do organismo, seus contextos de ocorrência e as consequências resultantes, de modo a permitir ao analista do comportamento compreender a dinâmica particular de funcionamento do indivíduo em interação com seu mundo (Meyer, 2001; Leonardi *et al.,* 2012). Uma vez que em tais análises prioriza-se as relações de controle estabelecidas entre respostas do indivíduo e o mundo ao invés de aspectos topográficos do processo - como aparência, intensidade, duração, frequência e demais aspectos físicos (Skinner, 1998) -, sua utilidade pode mostrar-se complementar na compreensão de traços de personalidades avaliados clinicamente.

Postulado dessa forma, o presente ensaio almeja discorrer quanto à possível contribuição da análise funcional como instrumento complementar às avaliações clínicas da personalidade e seus transtornos. Não obstante, reconhece-se que, devido aos estudos da personalidade por vezes remontarem à tradições internalistas das experiências humanas - as quais divergem dos pressupostos filosóficos que embasam a Análise do Comportamento -, é necessário, antes, um esforço para se elucidar como a personalidade é compreendida a partir de um prisma analítico-comportamental.

2. PERSONALIDADE E ANÁLISE DO COMPORTAMENTO

As propostas de estudo e compreensão da personalidade, tradicionalmente, partem de premissas internalistas sobre os fenômenos e experiências humanas, atribuindo à instâncias imateriais tanto o controle sobre a expressão de comportamentos como a constituição da individualidade (Banaco *et al.,* 2012; Calixto; Banaco, 2019). A acepção de internalismo aqui empregado aproxima-se da compreensão de mentalismo, a qual diz respeito à tendência em atribuir às experiências humanas, em especial o comportamento, como manifestações resultantes de entidades internas inferidas que encontrar-se-iam, supostamente, alocadas no interior dos organismos - geralmente no cérebro, mente ou alma (Baum, 2019). Como modelo explicativo, todavia, o internalismo padeceria de limitações e entraves.

A começar, conforme Baum (2019), pela relação entre tais entidades internas e os comportamentos dos quais são inferidas: como os primeiros proporcionariam a ocorrência dos segundos? Esforços de pesquisa, portanto, são desviados com vista a compreender como supostos entes e estados internos (força de vontade, intenção, propósito, traço de personalidade, por exemplo) estariam relacionados com os comportamentos do organismo (Skinner, 2000; 2006). Não surpreendentemente, derivam-se daí explicações tautológicas (Baum, 2019), nas quais, por exemplo, um indivíduo comporta-se agressivamente por ter traços de personalidade agressivos, e possui traços de personalidade agressivos por agir agressivamente. Assim, as aparentes explicações internalistas, quando formuladas, tendem a cessar a busca por explicações alternativas, bem como relegam o ambiente com o qual o indivíduo interage uma função secundária ou descartável (Skinner, 1998; 2006; Baum, 2019). Ademais, vale-se ressaltar, delega-se a este mesmo indivíduo culpa e responsabilidade exclusivas, porquanto, supostamente, os fatores determinantes de sua conduta jazeriam supostamente em seu interior. Como uma prática cultural explicativa, o internalismo, dessa forma, também acarreta repercussões sociais.

Segundo Skinner (2000), abdicar de explicações de cunho internalista consistiria numa tarefa difícil, uma vez que explicações alternativas que busquem elucidar o comportamento humano são escassas. Os estorvos do internalismo como modelo explicativo hegemônico, no entanto, podem ser contornados ao se redirecionarem esforços de estudo às relações interativas do organismo com seu mundo, sobretudo a função seletora desempenhada pelo ambiente (Skinner, 2006). Como alternativa, portanto, tem-se o modelo de Seleção por Consequências, segundo o qual os comportamentos dos organismos - e a subsequente evolução de seus repertórios - seriam selecionados e modelados por suas consequências (Skinner, 2007). Tal modelo sustenta-se não somente no paradigma darwiniano de evolução por seleção natural, mas também numa concepção operante do comportamento. Os organismos, ao se comportarem, produziriam mudanças no mundo que, por sua vez, retroagiriam sobre os próprios indivíduos, alterando-lhes as probabilidades de os mesmos comportamentos voltarem a ocorrer posteriormente (Skinner, 1978, 1998). Tem-se, dessa maneira, que o modelo de Seleção por Consequências configurar-se-ia como relacional-probabilístico.

Skinner (2007), ademais, ressalta que a particularidade de funcionamento dos comportamentos humanos seria produto integrado de três níveis de variação e seleção, a saber, das histórias da espécie, do indivíduo e do seu meio sociocultural. Assim, a consideração simultânea, interdependente e indissociável destes três níveis de análise mostrar-se-ia como uma condição mínima e imprescindível para a compreensão da origem e manutenção dos fenômenos humanos.

Apreende-se, até então, que a proposta explicativa analítico-comportamental para a personalidade e sua constituição, em alternativa aos paradigmas tradicionais, vale-se do modelo de Seleção por Consequências, cuja operação nos três níveis de análise, portanto, oferece uma explicação não apenas ao comportamento humano, mas também a personalidade como um fenômeno comportamental (Banaco *et al.,* 2012). Porém, ainda assim, a definição de personalidade segundo a Análise do Comportamento continua a ser um desafio.

Em seu esforço analítico-comportamental de delimitação conceitual, Lundin (1977, p. 8) afirma que a personalidade consistiria na "organização do equipamento singular de comportamento que um indivíduo adquiriu através de condições especiais de desenvolvimento". Tal definição, embora coerente e abrangente, abre margens para equívocos, uma vez que ao reificar o processo comportamental sob o título de "equipamento" e, em seguida, afirmar que este foi "adquirido" pelo indivíduo, sugere que o comportamento, de alguma maneira, encontra-se localizado no interior dos organismos. Ao configurar-se como um processo - e não uma coisa -, o comportamento é fluido, mutável e evanescente (Skinner, 1998), de modo que uma concepção analítico-comportamental mais adequada para a personalidade se aproxime daquela oferecida por Calixto e Banaco (2019), os quais definem a personalidade como o próprio *se comportar* selecionado diferencialmente por contingências complexas - históricas e presentes - na vida do indivíduo.

Levando em consideração o que fora até aqui explanado acerca da compreensão analítico-comportamental da personalidade e seu desenvolvimento, endossa-se nesse ponto o posicionamento de Calixto e Banaco (2019), ao afirmarem como o modelo relacional-probabilístico de seleção por consequências impacta diretamente na maneira pela qual são investigados e analisados os transtornos, em especial os transtornos de personalidade. Da mesma maneira, é válido acrescentar

como o modelo analítico-comportamental também demonstra as limitações do modelo diagnóstico, sobretudo o categórico, do DSM-V (APA, 2014). A exclusiva ênfase de descrições sintomático-topográficas do manual diagnóstico em questão contribui minimamente para a identificação clínica das variáveis particulares as quais os ditos comportamentos-problema do paciente são função (Banaco *et al.,* 2012; Fonseca; Nery, 2018).

Uma vez que o(a) analista do comportamento está interessado(a), principalmente, nas interações estabelecidas entre o cliente e seu mundo - assim como em sua história constitutiva e aspectos genéticos (Meyer, 2001; Leonardi *et al.,* 2012), a utilização de análises funcionais mostrar-se-ia fundamental e imprescindível na avaliação dos transtornos da personalidade. Assim, os componentes constitutivos da análise funcional - a saber, o contexto, a resposta, as consequências e a história pregressa - possibilitariam não apenas uma compreensão individualizada do caso e o planejamento de intervenções, mas também o auxílio no diagnóstico diferencial de transtornos de personalidade, conforme sugerem Serafim e Rocco (2020).

Uma vez que muitos transtornos de personalidade compartilham traços de personalidade comuns entre si, procedimentos clínicos analítico-funcionais mostrar-se-iam proveitosos na avaliação diferencial de tais traços. Ainda assim, antes, é válido e necessário indagar-se quanto à utilidade da noção de traço de personalidade dentro da Análise do Comportamento.

3. TRAÇOS DE PERSONALIDADE: ÚTEIS OU SUPÉRFLUOS

O traço de personalidade é tradicionalmente compreendido como uma tendência ou disposição consistente de comportamentos, pensamentos e emoções de relativa estabilidade e duração, utilizado, por vezes, como descritor para um conjunto de ações que, apesar de manifestadas em uma variedade de contextos, resguardariam certas similaridades entre si (Lundin, 1977; Maccrae; Costa, 2003; Dalgalarrondo, 2019). Tais descritores de personalidade, todavia, são extensamente numerosos quando listados, como fora demonstrado outrora, por exemplo, pela lista de traços elaborada e sistematizada por Allport e Odbert (1936), a qual totalizava 17.953 descritores.

Ao que se nota, há uma preferência nos estudos da personalidade - bem como nas interações sociais cotidianas - em empregar adjetivos ao invés de verbos ao referirem-se a comportamentos humanos. Ao que se segue, inevitavelmente, dessa tendência social-acadêmica da linguagem, como Skinner (1998) recorda, são estes mesmos adjetivos descritores originarem substantivos, os quais, por sua vez, são tomados como causas do comportamento humano. Assim, em princípio, por exemplo, tem-se um "traço agressivo", que, em seguida, torna-se um "comportamento que expressa agressividade" para, então, culminar em um "comportamento resultante da agressividade". Como Baum (2019) esclarece, raciocínios como estes configuram-se como *erros de categoria*: o comportamento do indivíduo é explicado a partir de uma entidade inferida, reificada e interiorizada que assume status causal do mesmo comportamento do qual é derivada. Como Skinner (1998) ainda acrescenta, em nenhum ponto desse processo explicativo há referências para fatores além do próprio comportamento.

Nesse cenário, faz-se válida a crítica de Banaco *et al.* (2012) quanto ao caráter tautológico e aparentemente explicativo que o uso dos traços de personalidade - como descritores do comportamento - tem assumido dentro dos estudos sobre a personalidade humana. Para os mesmo autores, tal equívoco tautológico partiria do pressuposto tradicional internalista que versa acerca da personalidade como um objeto portável, o qual seria, supostamente, o verdadeiro responsável pela expressão pública e privada de comportamentos, pensamentos e sentimentos.

A análise do comportamento, entretanto, contempla o fenômeno dos ditos traços de personalidade de outra maneira. De acordo com Skinner (1998), os traços de personalidade - como adjetivos descritores - consistiriam numa tentativa de representação do repertório do organismo, de modo que aludem, por vezes, a frequência de certos comportamentos e, ocasionalmente, permitem inferir a respeito de certas variáveis envolvidas no processo. Dessa forma, ainda conforme o mesmo autor, as afirmações referentes a traços de personalidade derivar-se-iam da observação do comportamento como variável dependente.

Por sua vez, ainda na seara analítico-comportamental, tanto Banaco *et al.* (2012) como Calixto e Banaco (2019), afirmam que os traços de personalidade, ao se demonstrarem estáveis no decurso da vida do indivíduo e apresentarem-se em

contextos distintos e variados, podem ser considerados classes cujas respostas são funcionalmente equivalentes. Em caráter de ressalva, todavia, Skinner (1998) frisa que a unidade ou coerência de tais classes de resposta precisaria, antes, ser averiguada e comprovada. Acrescentando, ainda, que:

> Para estarmos mais seguros da unidade do traço, temos que mostrar que cada um dos atos que a "expressam" é controlado por cada uma das condições especificadas como sua causa - que cada ato agressivo, por exemplo, é controlado, no mesmo grau por cada condição que pode ser descrita como frustradora (Skinner, 1998, p. 212)

Nota-se, nesse ponto, que a Análise do Comportamento não rechaça em absoluto o modelo dos traços de personalidade. Todavia, seu emprego dentro do programa de análises funcionais aparenta ser antieconômico, uma vez que, para além das análises realizadas, são propostos resumos adicionais em termos de traços (Skinner, 1998). Vale acrescentar, ainda, que tal esforço em recorrer a traços de personalidade como descritores de classes de respostas amplas pode implicar em equívocos de agrupamento, de modo que comportamentos similares topograficamente, mas distintos funcionalmente sejam ordenados sob um mesmo traço.

Tal crítica pode ser ilustrada a partir das ressalvas de Serafim e Rocco (2020). No exemplo dos autores, tanto um indivíduo com Transtorno de Personalidade Esquizóide como outro com Transtorno de Personalidade Evitativa podem evadir-se de contatos sociais variados - podendo, assim, sugerir um traço de introversão. Não obstante, enquanto o primeiro não possui interesse em envolver-se em atividades sociais, o segundo, apesar do interesse ativo em socializar-se, sente-se ansioso e inferior, de modo a esquivar-se de interações com outros indivíduos. Tem-se, portanto, dois comportamentos que, embora aparentem similaridades topográficas, muito provavelmente divergem quanto às suas funcionalidades - e certamente nos seus históricos de seleção e manutenção. Ao que se segue, configurar-se-ia como inapropriado enquadrar ambos os comportamentos como pertencentes a uma mesma classe de resposta/traço de personalidade referida como introversão.

Nota-se, nesse ponto, não apenas a facilidade com que equívocos de agrupamento de respostas podem vir a ocorrer, mas, principalmente, como as análises funcionais no âmbito clínico podem mostrar-se-ia benéficas e auxiliares à compreensão das particulares formas dos indivíduos atendidos operarem no mundo.

Em endosso a tal perspectiva, Calixto e Banaco (2019), complementam que, para além da formulação diagnóstica tradicional, um programa de análises funcionais também seja capaz de orientar planos interventivos mais individualizados.

Dando continuidade a partir do que fora exposto parágrafos acima, ainda que a implementação da noção de traços de personalidade aparente ser antieconômica e potencialmente arriscada para o programa de análises funcionais, isso não descarta sua utilidade prática em determinadas ocasiões cotidianas. Como Skinner (1998) pontua, eventualmente, poderá ser útil saber - ainda que de maneira ampla e genérica -, por exemplo, que um indivíduo será receptivo, muito embora não se saiba exatamente o que ele fará. Nesse ponto, resvala-se, inevitavelmente, nas discussões acerca da predição do comportamento a partir de traços, bem como da questionável utilidade dos traços no controle do comportamento.

Em favor do modelo dos traços de personalidade, McCrae e Costa (2003), alegam que, diferentemente de buscar a predição de comportamentos específicos, o interesse maior recairia sobre a conduta geral do indivíduo. Assim, os mesmos autores pontuam que o cálculo da média dos comportamento do indivíduo em diversos contextos permitiria uma previsão média cada vez mais acurada dos comportamentos em situações novas.

Contrapondo tal posicionamento, Skinner (1998, p. 219-220) afirma que é possível "prever e controlar uma resposta muito mais prontamente que um traço. Uma resposta é mais fácil de definir e identificar, e sua probabilidade varia mais sensivelmente". Ainda conforme o mesmo autor, as previsões comportamentais fornecidas pelos testes de traços - como sugeridas por McCrae e Costa (2003) acima - diferem das previsões oferecidas por análises funcionais. Para Skinner (1998), a previsão dos testes seria de *um efeito comportamental para outro efeito comportamental*, pouco reconhecendo, assim, as variáveis independentes envolvidas no processo. Explica-se: as variáveis responsáveis pelo resultado do teste do indivíduo encontram-se tanto assentadas em sua história particular como na ocasião da avaliação. Da mesma forma, o comportamento mais geral a ser previsto é igualmente função de variáveis presentes à luz de um histórico prévio de aprendizagem. Tem-se, dessa forma, uma variável dependente - o resultado do teste - que prevê outra variável dependente - o comportamento geral representante do

traço. Embora o autor reconheça que a previsão *de efeito para efeito* seja útil em certas circunstâncias, sobretudo naquelas cujo acesso às variáveis ambientais esteja impossibilitado, o modelo dos traços, em geral, demonstra pouco interesse nas variáveis independentes as quais os comportamentos - representantes dos traços - são função. Sua divergência com um programa de análises funcionais torna-se, portanto, evidente.

Consequentemente, ao diminuir o papel das variáveis independentes em sua relação com o comportamento, o modelo dos traços demonstra promover pouco avanço no que tange o controle do comportamento. Conforme Skinner (1998; 2006), a medida de um traço não propõe uma forma de alterar o comportamento que o representa, porquanto não enfatiza para as variáveis cujo mesmo comportamento é função.

Em se tratando do contexto clínico analítico-comportamental, uma vez que o planejamento de intervenções é comumente amparado por análises funcionais previamente elaboradas pelo(a) psicólogo(a) (Meyer, 2001; Leonardi *et al.,* 2012; Fonseca; Nery, 2018), o modelo de traços aparenta contribuir pouco no que tange a mudança de comportamentos. Segundo Skinner (1998, p. 222), "não alteramos o comportamento manipulando um traço". Ainda assim, a utilização do modelo de traços, bem como dos instrumentos de mensuração da personalidade pautados nele, não são inteiramente descartáveis, uma vez que são passíveis de serem complementados por um programa de análises funcionais que busque, fundamentalmente, identificar e descrever as relações de dependência entre respostas do organismos, seus contextos de ocorrência e suas consequências.

3. CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja categorial ou dimensional, os modelos diagnósticos da personalidade aparentam sustentar-se em premissas internalistas da própria personalidade como objeto portável, bem como as variadas e particulares formas de o indivíduo funcionar no mundo como expressões de seus traços. Embora a referência aos traços de personalidade - como descritores - possua uma relativa utilidade nas interações cotidianas comuns, seu uso frequente tende a incorrer não apenas na reificação e

internalização dos traços e sua posterior atribuição causal as experiências humanas, mas também enfatizar em demasia os comportamentos, ao passo que minimiza a influência de variáveis ambientais.

Nesse cenário, a proposta analítico-comportamental mostra-se divergente, uma vez que os traços não são apreendidos como entidades portáteis causais ou gradientes dimensionais expressos ou inferidos, respectivamente, pelo comportamento dos indivíduos. Compreende-se, sim, que os traços podem ora sugerir a frequência de certos comportamentos, ora indicar a influência de certas variáveis sobre os comportamentos. Ademais, não raro, traços podem ser considerados e trabalhados como classes amplas de respostas. A personalidade e o conjunto de traços que a compõem são, assim, tidos como o próprio comportar-se, diferencialmente selecionado e contextualmente localizado, a partir dos entrelaces de histórias constitutivas do indivíduo.

Muito embora o modelo de traços possa vir a acarretar entraves no que tange o controle e previsão do comportamento, assim como podendo vir a ser antieconômico para um programa de análises funcionais, ele ainda assim fundamenta um variedade de instrumentos de mensuração que se propõem a avaliar a personalidade. Em se tratando do processo avaliativo da personalidade, sobretudo de seus transtornos, não raro, são demandadas certas proficiências do(a) psicólogo(a) responsável. Como Serafim e Rocco (2020) pontuam, é requerido, por vezes, um domínio abrangente não apenas de temas como psicopatologia, cognição, comportamento, afetividade, mas também de técnicas e instrumentos de mensuração e os modelos teóricos que visam compreender a personalidade e seu desenvolvimento. Ademais, sendo também necessário, em certos casos, o(a) psicólogo(a) ser capacitado(a) para tanto aplicar e administrar testes, escalas, inventários e questionários, como coletar, corrigir e interpretar seus resultados ao longo do processo de avaliação psicológica.

A despeito dos benefícios proporcionados tanto pelos manuais diagnósticos como pelos variados instrumentos de mensuração e modelos de traços da personalidade e seus transtornos, faz-se oportuno ecoar a ressalva de Skinner (1998, p. 219), de como:

> Através do uso extensivo de testes e outras medidas de aspectos do comportamento, caracteriza-se o indivíduo para propósitos de diagnóstico.

> Mas a informação resultante ajuda pouco ou nada na terapia lidando com o indivíduo como um sistema dinâmico (Skinner, 1998, p. 219)

Diante de tal afirmativa, todavia, não pretende-se, no presente ensaio, advogar contra ou questionar a validade dos instrumentos psicométricos desenvolvidos para avaliar a personalidade ou seus transtornos específicos. Mas frisar, como fora expresso nas sessões anteriores, as vantagens oferecidas da análise funcional como um instrumento clínico imprescindível nos processos avaliativos da personalidade. Seja com propósito de diagnóstico ou de planejamento interventivo, a avaliação da personalidade, quando complementada por um programa de análises funcionais, poderá promover um tratamento individualizado cujo enfoque principal esteja voltado para o conjunto interativo de atividades dos organismos com seus contextos e à luz de sua história individual pregressa.

REFERÊNCIAS

ALLPORT, G. W.; ODBERT, H. S. Trait-names: A psycho-lexical study. **Psychological monographs**, v. 47, n. 1, p. i, 1936.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BANACO, R. A.; VERMES, J. S.; ZAMIGNANI, D. R.; MARTONE, R. C.; KOVAC, R. Personalidade *In*: HÜBNER, M. M. C., MOREIRA, M. B (Orgs). **Temas clássicos da psicologia sob a ótica da análise do comportamento**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012. Cap.10, p. 144-153

BAUM, W. **Compreender o Behaviorismo:** Comportamento, Cultura e Evolução. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019.

CALIXTO, F.; BANACO, R. A. Possibilidades analítico-comportamentais para a análise e investigação dos Transtornos de Personalidade. **Perspectivas em Análise do Comportamento**, v. 10, n. 1, p. 027-041, 2019.

DALGALARRONDO, P. **Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2019

FONSECA, F. N.; NERY, L. B. Formulação comportamental ou diagnóstico comportamental: um passo a passo *In*: DE-FARIAS, A. K. C. R., FONSECA, F. N., NERY, L. B (Orgs). **Teoria e Formulação de Casos em Análise Comportamental Clínica.** 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2018, Cap. 2, p. 23-48

LEONARDI, J.; BORGES, N. B.; CASSAS, F. A. Avaliação Funcional como ferramenta norteadora da prática clínica *In*: BORGES, N. B. et al (Orgs). **Clínica Analítico-**

Comportamental: Aspectos Teóricos e Práticos. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2012, Cap. 10, p. 105-109

LOUZÃ, M. R.; CORDÁS, T. A. Transtorno da Personalidade: um esboço histórico-conceitual *In*: LOUZÃ, M. R.; CORDÁS, T. A. (Orgs). **Transtornos da Personalidade**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2020. Cap. 1, p. 11-17

LUNDIN, R. W. **Personalidade:** Uma Análise do Comportamento. 2ª ed., São Paulo: EPU, 1977

MCCRAE, R. R.; COSTA, P. **Personality in Adulthood:** A Five Factor Theory Perspective. 2ª ed. Nova York: The Guilford Press, 2003

MEYER, S. B. O conceito de análise funcional *In*: DELITTI, M (Org). **Sobre comportamento e cognição:** a prática da análise do comportamento e da terapia cognitivo-comportamental v. 2. Santo André: ESETec, 2001. Cap. 5, p. 29-34

NUNES, C. H.; ZANON, C.; HUTZ, C. S. A Avaliação da Personalidade a partir de Teorias Fatoriais de Personalidade *In*: HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M (Orgs). **Avaliação Psicológica da Inteligência e da Personalidade**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. Cap. 12, p. 300-323

OLIVEIRA, S. E. S. O Modelo Híbrido de Diagnósticos dos Transtornos da Personalidade no DSM-5 *In*: HUTZ, C. S.; BANDEIRA, D. R.; TRENTINI, C. M (Orgs). **Avaliação Psicológica da Inteligência e da Personalidade**. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. Cap. 14, p. 390-416

SCHULTZ, D. P; SCHULTZ S. E. **Teorias da Personalidade**. 3ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2018

SERAFIM, A. P.; ROCCA, C. C. Avaliação Psicológica da Personalidade: modelos e instrumentos In: LOUZÃ, M. R. CORDÁS, T. A. **Transtornos da Personalidade**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2020. Cap. 6, p. 63-74

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano**. 10ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998

_____. **O Comportamento Verbal**. 1ª ed., São Paulo: Cultrix, 1978

_____. **Para Além da Liberdade e Dignidade**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2000.

_____. Seleção por consequências. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, v. 9, n. 1, p. 129-137, 2007.

_____. **Sobre o Behaviorismo**. 10ª ed., São Paulo: Cultrix, 2006.

TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E FOME

ATUAÇÃO DA ACUPUNTURA COMO ESTRATÉGIA NA POLÍTICA DE SAÚDE, NO TRATAMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT

Humberto Santos Almeida [1]

RESUMO

O presente artigo aborda o neoliberalismo com suas consequências perniciosas no tocante as reestruturações produtivas e a precarização dos ambientes de trabalho, que obedecem a uma lógica perversa das privatizações nacionais, redução dos postos de trabalho, redução de direitos, terceirizações, desdobrando-se em mudanças econômicas, sociais e gerenciais nas relações trabalhistas. O estudo tem como objetivo mostrar a atuação da acupuntura na Síndrome de Burnout como consequências das políticas neoliberais na saúde do trabalhador. A metodologia utilizada para tanto foi a revisão bibliográfica. Com estudos disponíveis em bancos de dados disponíveis na SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, Periódicos CAPS e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde). O desenvolvimento mostrou que a convivência com o esgotamento físico e emocional são dilemas que atinge toda classe trabalhadora perante as transformações laborais. O mundo do trabalho como sobrevivência, tornou-se mais competitivo, seletivo e com maior nível de exigência em tempo real, cujo "deadline" potencializa o nível elevado de estresse. A Síndrome de *Burnout* está relacionada a um determinado estresse ocupacional e institucional com predileção para profissionais que mantêm uma relação constante e direta com outras pessoas, resultando em transtornos psicossomáticos. Diante da sintomatologia da síndrome, o tratamento alternativo, através dos princípios filosóficos da acupuntura poderá equilibrar os campos físico, mental e espiritual. Uma vez que, a acupuntura possui uma visão integral do indivíduo em sua perspectiva milenar, energética e científica, sendo dessa forma, uma ação eficaz no combate aos mecanismos que potencializam os desequilíbrios energéticos, denominados no mundo ocidental como "doença".

Palavras-chave: Neoliberalismo. Trabalho. Precarização. Síndrome de Burnout. Acupuntura.

1 INTRODUÇÃO

Ao colocar o neoliberalismo no centro nas iniquidades produzidas pelo capitalismo, ao redor do mundo, sublinhado apenas ao aspecto econômico e político sobre os diversos países, limita o efeito devastador desse modelo. Uma vez que, essa ação predatória interfere no desenvolvimento humano das sociedades, condenando-

as ao flagelo das desigualdades sociais com suas sequelas. Além de privilegiar a interferência do mercado sobre um Estado, transformando-o em mínimo, desnutrido de patrimônio público e com interferência da iniciativa privada (Andrade, 2019).

No sentido ampliado, o neoliberalismo busca assumir o controle estatal, o poder e se adapta a todo tipo de movimentação política de direita, golpes e ditaduras. Contextos adaptáveis, na medida em que as sociedades ficam desmobilizadas e movimentos sociais ficam enfraquecidos. Dessa forma, a realidade do trabalhar em produzir a riqueza e a renda obedece a lógica em servir o grande capital com suas diferentes formas de exploração. Tal realidade é espelhada na racionalidade neoliberal, onde o trabalhador traz o conteúdo da autoexploração, levando-o à depressão, a Síndrome de Burnout e outras doenças psíquicas (Casara, 2021).

A reforma trabalhista de 2017 produziu mudanças significativas na Consolidação das Lei do Trabalho (CLT), sob a égide de um discurso falacioso de gerar mais empregos, culminou com o aumento da insegurança dos trabalhadores, diminuição da proteção social, restrição a participação das organizações de classe e retirada de direitos. Mais um trágico capítulo de um novo ciclo de transformações, que vem desmoronando progressivamente, através dos ideais ligados ao modelo de regulação econômica, inoculando a ideia de sociedade de bem-estar.

O devastador processo de destruição de postos de trabalho, fechamento de empresas nacionais, privatizações e a construção de uma sociedade de serviços, fez do trabalho uma forma apenas de sobrevivência do presente e a perda de perspectiva de futuro. O que outrora, se permitia planejar a instabilidade de emprego, encarreiramento profissional e uma futura aposentadoria, tornou-se uma realidade pouco provável para novas gerações.

Nesse sentido, a Síndrome de *Burnout* ou Síndrome do Esgotamento Profissional está relacionada ao nível de exaustão extrema (física e mental), a que são submetidas diversas categorias de trabalhadores (docentes, policiais, militares, servidores públicos e profissionais de saúde) que mantém uma relação constante com o ambiente de trabalho e nas relações interpessoais (Carvalho, 2019). Entretanto, é possível encontrar o acometimento dessa síndrome em outras categorias de trabalhadores, a exemplo, dos bancários de bancos públicos, que passou por diversas

reestruturações produtivas e flexibilizações, culminando com doenças ocupacionais e absenteísmos (Borges, 2012).

O termo "*burnout"*, origina-se do verbo inglês *"to burn out"*[2], que significa queimar-se por completo, consumir-se. Deixar de funcionar pela falta de energia, razão de ser considerada uma Síndrome do Esgotamento (Brasil, 2022). O histórico de publicações e pesquisas sobre a síndrome contribuíram para entendimentos e visibilidade em torno das causas/consequências, envolvendo também as organizações nesse processo de adoecimentos.

A Síndrome de Burnout é um problema cada vez mais comum no ambiente de trabalho. Caracterizada por exaustão física e mental, além de sentimentos de negatividade em relação ao trabalho, a síndrome pode levar a problemas de saúde graves e afetar negativamente a qualidade de vida do indivíduo. Nesse contexto, a acupuntura tem se mostrado uma opção eficaz no tratamento da Síndrome de Burnout, proporcionando alívio dos sintomas e melhorando o bem-estar geral do paciente (Lima; Dolabela, 2021).

A acupuntura é uma técnica milenar da Medicina Tradicional Chinesa (MTC) que consiste na aplicação de agulhas em pontos específicos do corpo. Esses pontos estão relacionados as áreas de concentração de energia através de linhas imaginárias denominadas de meridianos (canais de energia), que percorrem todo o corpo. O objetivo da acupuntura é equilibrar o fluxo de energia nesses meridianos, restabelecendo a saúde e o bem-estar do indivíduo (Perniciotti *et al.,* 2020).

No caso da Síndrome de Burnout, a acupuntura, como política de saúde, atuará na perspectiva de tratar a causa eliminando ou reduzindo os comprometimentos dos campos energéticos e seus efeitos de cunho emocional. Estudos têm demonstrado que a acupuntura pode ajudar a diminuir a fadiga, a ansiedade e a depressão, sintomas comuns da síndrome de Burnout (Cintra; Figueiredo, 2010).

Este artigo delimita uma revisão da literatura de natureza qualitativa sobre a problemática do neoliberalismo, das relações trabalhistas, a Síndrome de Burnout e o tratamento com acupuntura. A identificação das referências será realizada através do sistema informatizado de busca disponíveis na SciELO – *Scientific Electronic Library Online*, Periódicos CAPS e BVS (Biblioteca Virtual em Saúde) o qual disponibiliza na

[2] Michaelis. Dicionário prático inglês-português. São Paulo. Editora Melhoramento, 2016.

Internet, os textos completos de artigos, de revistas científicas do Brasil e outros países da América Latina e BVS (Biblioteca Virtual de Saúde).

O estudo tem por objetivo mostrar a atuação da acupuntura na síndrome de Burnout como consequências do neoliberalismo na saúde do trabalhador.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 O ESTADO NEOLIBERAL E A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

A racionalidade do capitalismo em seus “modus operandi” sempre buscou a todo custo o lucro pela acumulação do capital, cujo modo de produção se materializou numa relação de compra e venda, no qual o trabalhador oferta sua única mercadoria: sua força de trabalho. Tal relação é permeada por contradições da riqueza produzida pelos trabalhadores, os quais convivem com a exploração histórica. Nesse âmbito, o capitalismo percorreu suas crises cíclicas, especialmente, a partir da segunda revolução industrial (século XIX) com a “Grande Depressão” (1929 – 1932). Embora em todas as fases de crise, não deixou de lucrar, mas buscou melhores alternativas de expandir seus lucros e arrefecer o ímpeto da classe operária.

Porém, uma nova guinada do capitalismo, através de mais uma crise (século XX) década de 70 (setenta), descontrói o modelo de Bem-Estar Social com o declínio do “Keynesianismo” década de 80 (oitenta). Para Harvey (2014), a neoliberalização nasceu em meio à crise de acumulação dos anos 1970.

O novo liberalismo extrapola o âmbito econômico e perpassa as diferentes esferas da vida social e política com a denominação de neoliberalismo. Há um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica nos anos de 1978-1980 com a liberalização dos mercados (Harvey, 2014).

A desindustrialização do Brasil durante a década de 1980 gerou diminuição das empresas e prejuízos do ponto de vista das “expertises nacionais”, comprometendo a geração de riqueza. E que a partir da década de 1990, esse desmonte industrial nacional se aprofundou por meio das privatizações, pressão externa neoliberal, onde os interesses econômicos são incompatíveis com os sociais (Pochmann, 2021).

O período neoliberal interferiu na proteção social e diminuição da participação Estado brasileiro com mudanças econômicas e políticas, a partir da década de 90. Tais determinações neoliberais, num cenário globalizado, influenciavam na ingerência privada, mudanças tecnológicas que alteram o modelo de produção, de regulação social com enfraquecimento dos partidos e organizações de esquerda. Acrescente-se que houve rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de parcelas consideráveis da população, com o mercado neoliberal passando a controlar as regras econômicas e sociais do Estado (Potyara, 2011).

O neoliberalismo traz em seu bojo ideias políticas e econômicas da não participação do Estado na economia, propondo solução para crise fiscal e inflacionária através da desregulamentação do mercado financeiro, abertura dos capitais nacionais à globalização, enfatizando a competição, a liberdade do mercado, estabilidade monetária e a diminuição da intervenção estatal. (Anderson, 1995).

O avanço do neoliberalismo como projeto de transformar o mundo num vasto mercado mundial sem regulamentações movido pelo poder que domina a economia e as sociedades mundiais repousado numa concentração extraordinária de todos os tipos de capital, econômico, político, militar, cultural, cientifico e tecnológico. Fundamentado numa dominação simbólica sem precedente que se exerce, sobretudo através do domínio das mídias, elas próprias manipuladas não raro à sua revelia, pelas grandes agências internacionais e pela lógica da concorrência que as opõe (Boudieu,1998).

A escravidão moderna se manifesta através do uso de “aplicativos”, por milhares de trabalhadores desamparados de direitos previdenciários e trabalhistas (Antunes, 2000). Além do desemprego crônico em todos os campos de atividade, disfarçados como práticas trabalhistas flexíveis (política de precarização) e resultando numa máxima exploração administrável do trabalho em tempo parcial. Além da classe trabalhadora está sofrendo ataques de diversas formas no mundo, com a redução significativa do padrão de vida até mesmo dos trabalhadores em ocupações de tempo integral (Meszáros, 2002).

No Brasil, a polêmica reforma da previdência social, aprovada pelo Congresso Nacional em 13 de novembro de 2019, confinou muitos dos atuais trabalhadores e os mais jovens, num regime previdenciário de difícil alcance. Sendo que a realidade do

aumento da precarização do trabalho junto as reestruturações produtivas, exacerbou o nível de competitividade entre trabalhadores de forma acentuada, gerando mais adoecimentos físicos e emocionais com sequelas existenciais acumulativas.

2.2 A RELAÇÃO ENTRE A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E A SÍNDROME DE BURNOUT

A Síndrome de Burnout está relacionada ao processo de adoecer pelo trabalho e propicia o aparecimento de fatores multidimensionais da síndrome como: exaustão emocional (esgotamento físico como mental, ao sentimento de não dispor mais de energia); despersonalização (o indivíduo não deixou de ter sua personalidade, mas que esta sofreu ou vem sofrendo alterações, levando o profissional a um contato frio e impessoal com os usuários de seus serviços) e a reduzida realização profissional (sentimento de insatisfação com as atividades laborais, baixa autoestima, desmotivação e com ações de abandonar o emprego). (Benevides-Pereira, 2003).

Por conseguinte, produzem um conjunto de sintomas de ordem física (fadiga constante, distúrbios do sono, dores musculares, cefaleias, disfunções sexuais e menstruais, transtornos cardiovasculares, gastrointestinais e respiratórios), psíquica (alterações de memória, falta de concentração, solidão, desânimo, depressão), comportamentais (irritabilidade, incapacidade para relaxar, dificuldade de aceitação por mudanças, comportamento de alto risco, suicídio) e defensiva (tendência ao isolamento, sentimento de onipotência, perda de interesse pelo trabalho ou pelo lazer, absenteísmo (Benevides-Pereira, 2003).

Ao estudar a visão integral do “Ser”, abordando a subjetividade e complexidade que perpassa as relações interpessoais com suas necessidades e fragilidades, é preciso compreender o atual contexto social da humanidade. Mesmo com toda produção de riqueza, aparato tecnológico e científico estamos cada vez mais isolados do ponto de vista humano. As desigualdades sociais, a dissociação de atitudes solidárias e humanizadas estão sendo preenchidos pela intolerância, ódio, discriminação, onde o ser humano está sendo lembrado pelo tempo de utilidade.

Mendanha (2022), destaca a primeira metade da década de 1970, quando Burnout passou a ser relacionado ao trabalho de forma enfática e específica, através

das pesquisas de campo da psicóloga Chiristina Maslach e colaboradores da Universidade da Califórnia, em Berkeley (EUA). Tendo desenvolvido o “Malasch Burnout Inventory (MBI), instrumento de pesquisa (questionário), utilizado nos dias atuais como principal “medidor de Burnout”.

A partir da década de 80 (oitenta), *Burnout* passa a ter novas compreensões em função do acúmulo de estudos realizados pelas psicólogas, Christina Maslach e Susan E. Jackson (1981). Estes estudos mostram a síndrome surge a partir da situação de esgotamento da energia dos recursos emocionais próprios devido ao contato direto com pessoas que terão de atender como objeto de trabalho.

Isso ocorre, pois, a síndrome possui características que são manifestadas pela exposição a fatores de estresse no ambiente de trabalho, que envolve três dimensões, que embora sejam independentes são complementares. A primeira, exaustão emocional, em que os trabalhadores não conseguem extrair de si, a energia necessária para produzir e enfrentar os problemas com esgotamento emocional: autoestima baixa, irritabilidade, sentimento de solidão, dentre outros. A segunda, a despersonalização, em que se desenvolve sentimentos e atitudes negativas, conforme elaboração de Freudenberger (1974) e a terceira, redução da realização profissional (Mendanha, 2022).

No Brasil, o Ministério da Saúde (Brasil, 2020) traz o entendimento acerca da Síndrome de Burnout ou Síndrome do Esgotamento Profissional: como “um distúrbio emocional com sintomas de exaustão extrema, estresse e esgotamento físico resultante de situações de trabalho desgastante, que demandam muita competitividade ou responsabilidade”. Ainda de acordo com o Ministério da Saúde (2020), a principal causa da doença é justamente o excesso de trabalho. Esta síndrome é comum em profissionais que atuam diariamente sob pressão e com responsabilidades constantes, como médicos, enfermeiros, professores, policiais, jornalistas, dentre outros.

2.3 O TRATAMENTO DA SÍNDROME DE BURNOUT, ATRAVÉS DA ACUPUNTURA

A acupuntura é uma filosofia de tratamento de complexidade milenar, cujo nascedouro foi na China, há mais de 5.000 anos antes da era Cristã (PAI, 2005).

Nesse contexto, traz conceitos que o homem não é composto só de matéria, mas também da energia vital, que flui dentro de nós e sofre influências de outros campos energéticos. A plena circulação energética é fundamental para saúde e equilíbrio do “Ser”.

Por outro lado, se houver uma desorganização energética acumulativa produzirá quadros patológicos, mesmo que seja tratado apenas a sintomatologia, o problema manifestará em um dado momento. Razão de estudar a raiz do sistema estrutural energético capaz de manter saudável o corpo, mente e espírito com suas transformações favoráveis.

Há vários destaques sobre a propagação da acupuntura pelo mundo, registrado por Pai (2005) entre os séculos XVI e XVII, através de informações de publicações feitas por jesuítas numa missão científica francesa em Pequim. Os EUA passaram a conhecer a acupuntura através dos imigrantes orientais. Embora de uso restrito até a segunda metade do século XX, a terapia chinesa, só despertou interesse de médicos e pesquisadores americanos a partir da década de 1970. Fato marcado numa viagem do presidente, Richard Nixon, à China, o jornalista James Reston teve que ser operado às pressas (apendicite) e anestesiado com acupuntura. Fato publicado no “The New York Times”. “No Brasil, há relatos em 1812, D. João VI autorizou a entrada de imigrantes chineses e, em 1895, foi firmado o Tratado de Amizade de navegação entre o Brasil e o Japão, trazendo em 1908, os primeiros japoneses para o Brasil. Esses orientais é que começaram a introduzir a acupuntura na cultura brasileira” (Rossetto, p..22)

Um outro fato marcante, na história da acupuntura no Brasil é que os primeiros ensinamentos da técnica no Rio de Janeiro e São Paulo aos profissionais da área de saúde, aconteceu através de Friedrich J. Spaeth, fisioterapeuta e massoterapeuta em 1958 (Rossetto, 2012).

A acupuntura numa perspectiva de tratamento da Síndrome de Burnout, baseia-se em suas concepções milenares de diagnóstico, através de uma visão integrativa do ser humano e os possíveis desequilíbrios energéticos, denominados no mundo ocidental como “doenças”. Segundo Maciocia (1996), há formas de avaliar o indivíduo através da pele, compleição, ossos, odores, sons, olhos, cabelo, estado mental, preferências de cor e sabor, emoções, estado da língua, pulso, pavilhão

auricular, energia predominante (Yin / Yang), hábitos saudáveis e relação com os fenômenos da natureza (exemplo dos Cinco Elementos). Além dos Sistemas “Zang Fu” (Órgãos e Vísceras) e os Meridianos (Canais de Energia), que compõem a Fisiologia Energética.

Por outro lado, pesquisas científicas comprovaram a eficácia e os efeitos dos pontos de acupuntura nos mecanismos energéticos, neural (melhor potencial elétrico e maior terminações nervosas livres) e na liberação de substâncias como a serotonina, dopamina e endorfina, segundo relatos de Hopwood, Lovesey e Mokone (2001).

Importante destacar o processo de construção da “Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares” (PNPIC – 03.05.2006) incorporadas ao SUS, a qual trouxe avanços na perspectiva de integralizar à atenção à saúde, justificada pela natureza política, técnica, econômica, social e cultural. Tais práticas integrativas com destaque para acupuntura, a homeopatia, a fitoterapia dentre outras, visam ampliar a dimensão do tratamento no campo físico e mental do indivíduo (Brasil, 2015). Faz necessário que os interesses presentes dessas práticas sejam na construção de equipes multidisciplinares capazes de promover assistência de qualidade, onde os atendimentos sejam executados, com atuação de profissionais da saúde, que obtiveram o reconhecimento dessas práticas como especialidade, nos respectivos Conselhos Federais, exemplo da acupuntura.

A contribuição da acupuntura como estratégia na política de saúde vai além do tratamento da Síndrome de Burnout. A acupuntura também tem se mostrado eficaz no tratamento de outras condições relacionadas ao estresse, como ansiedade e depressão. Um estudo realizado por MacPherson *et al.* (2013) analisou a eficácia da acupuntura no tratamento da depressão moderada a severa e constatou que a acupuntura foi capaz de reduzir significativamente os sintomas depressivos, sendo uma opção terapêutica para esses pacientes.

Além disso, a acupuntura é uma terapia ancorada em estudos científicos que a torna segura, de baixo custo e acessível para a população em geral, independentemente de sua condição socioeconômica. Essa característica é de extrema importância na política de saúde, pois permite que mais pessoas possam se beneficiar desse tratamento integrativo.

Por outro lado, o diagnóstico da acupuntura baseia-se na observação do fluxo da energia (“Qi”) no corpo humano, onde os desequilíbrios (“doenças”) são analisados de forma interligada do campo físico, emocional e espiritual. Ao estudar a etiopatogenia da Medicina Tradicional Chinesa (MTC), percebe-se o desequilíbrio da energia interna provocada por fatores exógenos climáticos (vento, frio, fogo, umidade, calor, secura), fatores endógenos (emoções) e fatores adicionais como dieta irregular, excesso de trabalho, traumatismos, parasitoses, excesso ou falta de atividade física vão consumindo ou estagnando a energia vital (Carvalho, 2003).

Acrescente-se, que as leis energéticas que regem a força da natureza, estudada no Taoísmo, também regem a fisiologia humana, razão do tratamento adentrar no campo energético. Com isso, a palavra “cura” é substituída pela homeostase energética, ordenadas pelas questões orgânicas e psíquicas num íntima relação com a saúde e sua manutenção.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É preciso repensar o modelo econômico e a busca incessante pelo lucro, colocando a saúde e o bem-estar dos trabalhadores como prioridade. Afinal, um trabalhador saudável e satisfeito é mais produtivo e contribui para o desenvolvimento sustentável da sociedade como um todo.

Em suma, o neoliberalismo tem contribuído para a precariedade da saúde do trabalhador, por meio da flexibilização das relações trabalhistas, redução do papel do Estado e pressão por produtividade. É fundamental que sejam adotadas medidas para garantir condições de trabalho seguras e saudáveis, além de investir em programas de prevenção e promoção da saúde. Somente assim será possível garantir o bem-estar dos trabalhadores e construir uma sociedade mais justa e equilibrada.

A Síndrome de Burnout é um transtorno psicológico que tem como principal característica o esgotamento físico e mental causado pelo estresse relacionado ao trabalho. Está associado a sintomas como fadiga intensa, ansiedade, depressão, distúrbios do sono, problemas de concentração e baixa autoestima. Além disso, a Síndrome de Burnout pode influenciar a vida pessoal e profissional dos indivíduos,

aumentando a taxa de absenteísmo, de cronicidade de doenças e aumento dos custos para o sistema de saúde.

Portanto, a acupuntura pode ser usada com outros recursos terapêuticos e também de forma isolada, pois trata-se de uma intervenção em saúde que aborda o processo saúde-doença de modo integral e dinâmico no ser humano. Por conseguinte, poderá trazer boas perspectivas na diminuição ou desmame no uso de medicamentos alopáticos (polifarmácia), que potencializa os efeitos colaterais, além da prevenção de novos comprometimentos que possam demandar de ordem física e psíquica. No entanto, é importante ressaltar que é fundamental buscar um profissional qualificado da área da saúde, que tenha o reconhecimento da acupuntura como especialidade pelo Conselho Federal para realizar o tratamento, garantindo assim a segurança e eficácia da técnica. Haja vista, que acupuntura vem colecionando ao longos dos anos, aval científico, onde no final da década de 70 (setenta), a Organização Mundial da Saúde (OMS) chancelou a sua prática, atingindo diversas patologias em seu tratamento.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. *In*: SADER; GENTILLI. **Pós-neoliberalismo:** as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, Daniel Pereira. O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas ciências sociais. **Revista Sociedade e Estado**. v. 34, n.1, Janeiro/Abril. 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BENEVIDES-PEREIRA, Ana M. T. **Burnout**: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador. 2ª ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

BORGES, Lívia de Oliveira; VITULLO, Gabriel Eduardo; PONTE, Júlio Ramon Teles da; **Ser bancário viver o esplendor social ou o trabalho precário?** Curitiba: CRV, 2012.

BOUDIEU, Pierre. **Contrafogos.** Táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política nacional de práticas integrativas e complementares no SUS: atitude de ampliação de acesso.** 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. 96 p

_____. Ministério da Saúde. **Síndrome de Burnout**. Disponível em https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/sindrome-deburnout#. Acesso em 16 jun. 2022.

CARVALHO, Anelisa Vaz de; BENEVIDES-PEREIRA, Ana M. T.; BORBA, Angélica Gurjão; KEEGAN, Eduardo. *et al.* **Terapia Cognitivo-Comportamental na Síndrome de Burnout**. Novo Hamburgo: SINOPSYS, 2019.

CARVALHO, Guilherme E. F. **Acupuntura & Fitoterapia Chinesa Clássica**. Rio de Janeiro: Taba Cultural, 2003.

CASARA, Rubens. **Contra a miséria neoliberal**. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.

CINTRA, Maria Elisa Rizzi.; FIGUEIREDO, Regina. Acupuncture and health promotion: possibilities in public health services. **Interface - Comunic., Saude, Educ**., v.14, n.32, p.139-54, jan./mar. 2010.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: história e implicações. 5ª. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

HOPWOOD, Val. LOVESEY, Maureen. MOKONE, Sara. **Acupuntura e Técnicas Relacionadas à Fisioterapia.** São Paulo: Manole, 2001.

LIMA, Suiane dos Santos Fialho; DOLABELA, Maria Fâni. Estratégias utilizadas para a prevenção e tratamento da Síndrome de Burnout. **Investigação, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 5, e11110514500, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i5.14500. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/14500. Acesso em: 18 ago. 2023.

MACIOCIA, Giovanni. **Os Fundamentos da Medicina Chinesa**. São Paulo: Roca, 1996.

MACPHERSON, Hugh; MASCHINO, Alexandra; LEWITH, George; FOSTER, Nadine; WITT, Cláudia; Vickers Andrews. Acupuncture Trialists' Collaboration. Characteristics of acupuncture treatment associated with outcome: an individual patient meta-analysis of 17,922 patients with chronic pain in randomised controlled trials. **PLoS One.** v.8 n.10:e77438. 2013.

MENDANHA, Marcos. **O que ninguém te contou sobre BURNOUT**: aspectos práticos e polêmicos. São Paulo: Mizuno, 2022.

MÉSZÁROS, Isteván. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

PAI, Hong Jin. **Acupuntura de terapia alternativa a especialidade médica**. São Paulo: CEIMEC, 2005.

PERNICIOTTI, Patrícia; SERRANO JÚNIOR, Carlos Vicente; GUARITA, Regina Vidigal; MORALES, Rosana Junqueira; ROMANO, Bellkiss Wilma. Síndrome de Burnout nos profissionais de saúde: atualização sobre definições, fatores de risco e estratégias de prevenção. **Rev. SBPH** vol. 23 no. 1, Rio de Janeiro – Jan./Jun. – 2020.

POCHMANN, Márcio. **O Neocolonialismo à espreita**. São Paulo: Hawaii Gráfica e Editora Ltda, 2021.

POTYARA. A. P. Pereira. **Necessidades Humanas**: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ROSSETTO, Suzete Coló. **Acupuntura multidisciplinar**. São Paulo: Phorte, 2012.

O ASSISTENTE SOCIAL COMO AGENTE DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO NA SAÚDE DO TRABALHADOR

Adalgiza Diana Barbosa Báfica[1]
Elizete Evelyn Bonifácio Sá[2]

RESUMO

O mundo do trabalho atualmente propõe desafios à práxis do Assistente Social. Um deles está relacionado à saúde do trabalhador, visto que os aspectos sociais, econômicos e culturais estão interligados no processo de saúde-trabalho-doença. O presente trabalho tem como objetivo geral: abordar as atividades do Assistente Social no âmbito da saúde do trabalhador, tendo isto como um desdobramento da questão social na contemporaneidade. e os objetivos específicos são: mostrar a prática deste profissional focada na saúde do trabalhador; Discutir sobre o acolhimento das demandas que surgem dentro do ambiente de trabalho tendo como perspectiva o desenvolvimento de ações integradas, interinstitucionais, multiprofissionais e interdisciplinares e analisar o que compete ao profissional de Serviço Social na perspectiva de contribuir com respostas às refrações do trabalho sobre a qualidade de vida no ambiente laboral, utilizando-se de abordagens técnicas, teóricas e éticas. Para alcançar o objetivo deste trabalho, foram realizadas pesquisas bibliográficas, por meio de leitura em livros e artigos científicos. Dessa forma, constata-se que as transformações no mundo do trabalho contribuem para o surgimento de doenças relacionadas ao trabalho. Logo, um dos maiores desafios apresentados ao Assistente Social é construir propostas de trabalho criativas capazes de proporcionar ao usuário a garantia de seus direitos e traçar alternativas a partir das demandas emergentes.

Palavras-chave: Trabalho. Serviço Social. Saúde do trabalhador.

1 INTRODUÇÃO

Os assistentes sociais a partir das novas requisições, tem ocupado na atualidade, funções de dirigentes, gestores, dentre outros, de forma que possa criar condições favoráveis ao acesso e efetivação dos direitos da classe trabalhadora, bem como, a sua crescente inserção nos espaços de elaboração e controle de políticas

[1] Assistente Social, Pedagoga, Especialista em gestão da Educação, Especialista em Serviço Social, Gestão e Elaboração de Projetos Sociais, Bonifácio e Báfica Educacional, adbbafica@gmail.com.
[2]Assistente Social, Pedagoga, Mestra em Políticas Sociais e Cidadania, Especialista em Serviço Social, Gestão e Elaboração de Projetos Sociais, Bonifácio e Báfica Educacional, bonifacio.associal@gmail.com.

públicas. Dispondo de sua competência técnica, implementa projetos que respondam às demandas das expressões da questão social, que se refletem nas desigualdades sociais geradas pela relação entre capital e trabalho.Com base nessas prerrogativas, o trabalho tem como objetivo destacar a importância da saúde do trabalhador para que haja um trabalho desenvolvido no que se refere à prevenção de doenças e acidentes relacionados ao trabalho, além de relevante papel e atuação do assistente social nessa área.

Partindo-se de tal compreensão, tem-se como problemática de estudo a contribuição do trabalho desenvolvido pelo assistente social junto ao trabalhador, com o objetivo de apreender como o assistente social vem se consolidando enquanto profissional de saúde, que deve assumir o seu papel na equipe interdisciplinar como um dos profissionais com maior adequação para identificar riscos potenciais e assim agir de maneira preventiva e promotora no desempenho das suas funções e atribuições específicas.

Metodologicamente, este trabalho tem uma abordagem qualitativa, descritiva, explicativa e bibliográfica. Utilizou-se materiais já publicados, livros, monografias, artigos e leis, dentre outras, para melhor compreensão sobre o tema. Para Antônio Carlos Gil (2002), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos. Portanto, para o referencial teórico, foram escolhidos os seguintes autores: Marilda Iamamoto, Maria Celia de Souza Minayo, José Paulo Neto, Sergio Lessa, entre outros.

Por fim, são apresentadas algumas considerações finais ressaltando que o trabalho realizado pelo assistente social na promoção da saúde do trabalhador, viabiliza melhoria da qualidade de vida do trabalhador, bem como emancipação política deste, quanto aos seus direitos sociais (trabalhistas e previdenciários), a médio ou longo prazo, onde o profissional é um mediador do processo de transformação social.

2 A SAÚDE DO TRABALHADOR COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL

A Saúde do Trabalhador tem entre os seus determinantes, condicionantes sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais, que se apresentam como fatores responsáveis pelas condições de vida e que podem ocasionar riscos ocupacionais dentro do processo de trabalho (Brasil, 2001). Dessa forma, percebe-se como o processo que levou às discussões acerca da criação do campo da Saúde do Trabalhador, teve como ponto de partida a compreensão de que a reestruturação dos processos produtivos e a adoção de novas tecnologias causaram mudanças nas relações de trabalho. Aí ocorre a deterioração no processo de trabalho, principalmente através da precarização das condições de trabalho que, consequentemente afeta a saúde dos trabalhadores afastando-os de suas atividades e podendo levá-las a óbito.

O campo da Saúde como um todo foi fruto das intensas mobilizações por parte de diversos segmentos sociais: profissionais da área, sindicatos, representantes de associações populares, comunitárias, entre outros. Estes lutavam por melhorias da qualidade dos serviços prestados na saúde que, na época, configurava-se como segmentada. O objetivo primordial dessas lutas era a democratização do acesso à saúde por meio de uma compreensão mais ampla, da saúde como direito do cidadão e responsabilidade do Estado, tendo como um dos focos a melhoria da saúde, possibilitando consideráveis mudanças introduzidas no sistema de saúde e no padrão nacional de política social como o acesso à saúde universal.

Assim, a saúde foi uma das áreas em que ocorreram grandes avanços a partir de 1980, momento em que o país passava pelo processo de redemocratização, pois, as mobilizações sociais por parte do processo de Reforma Sanitária desencadearam na regulamentação do SUS, promulgação da Constituição Federal/1988 e também, o surgimento de propostas de atenção diferenciadas ao trabalhador nas redes públicas de saúde. Entretanto, foram avanços que se apresentam tolhidos pelos interesses do projeto neoliberal instaurado na sociedade e pelo recuo do Estado. Este é o cenário que se apresenta para a profissão a partir de meados dos anos de 1970, início da década de 80.

Com relevância adquirida no contexto de forte mobilização proposta pela Reforma Sanitária, a concepção ampliada de saúde se consubstancia, passando a englobar condições de vida e trabalho, considerando-os como sendo fruto de determinantes sociais. Contexto que permitiu para o Serviço Social, encontrar um novo espaço sócio ocupacional, oriundo da urgência na criação de organismos e políticas sociais que contemplassem essa demanda, veste a ampliação do processo de precarização do trabalho, que é consequência das significativas alterações principalmente do setor produtivo e do seu processo de trabalho, como uma nova manifestação da “questão social”.

Tais considerações sobre esse novo campo ganharam corpo nas Conferências Nacionais de Saúde e Saúde do Trabalhador, ambas ocorridas em 1986, em prol de uma política de saúde que atendesse a essas reivindicações, principalmente por parte dos sindicatos, influenciando na revisão das ações e serviços essenciais à Saúde do Trabalhador. Assim, a Constituição Federal/88 inclui a Saúde dos Trabalhadores como responsabilidade do Sistema único de Saúde-SUS, que passa a integrar as ações de vigilância dos ambientes de trabalho e as de atenção à saúde dos trabalhadores. (Bahia, 2011)

Segundo os parâmetros de atuação profissional na saúde, no período inicial de mobilizações da Reforma Sanitária, havia lacunas no Serviço Social quanto a sua articulação na saúde, pois, ainda estando arraigado com o trabalho institucional, apresentava uma incipiente e desarticulada atuação junto ao processo de Reforma Sanitária. Somente a partir das décadas de 1980-90, inicia-se um período de maturidade por conta de um processo de ruptura com as posturas tradicionais funcionalistas e da decorrente retomada do diálogo com o marxismo. (CFESS, 2010)

Nesse contexto, diante das grandes mobilizações e organização por parte dos trabalhadores, surge à exigência de mudanças sociais e políticas no cenário nacional, o que fez também eclodir a necessidade de articulação dos projetos societários com os projetos profissionais, a fim de contemplar, mesmo que por via de formas estratégicas de controle, tais demandas que estavam sendo colocadas pelas organizações populares na luta por melhores condições de vida, saúde e trabalho. Nessa concepção, o movimento de Reforma Sanitária ressalta a importância da determinação social como impacto real no processo saúde-doença.

A partir desse contexto, surge um novo olhar da profissão quanto o seu papel junto às camadas populares. Dessa forma, o Serviço Social consolida sua atuação no campo da saúde e, por conseguinte na saúde do trabalhador. Deste modo, de acordo com os parâmetros de atuação profissional na saúde, existe uma estrita relação entre o que propõe o Serviço Social no seu projeto ético-político e o projeto de reforma sanitária, principalmente no que diz respeito aos seus grandes eixos- a participação popular, democratização do acesso às unidades e aos serviços de saúde, trabalhar na perspectiva interdisciplinar, fortalecimento das abordagens grupais, entre outros. (CFESS, 2010)

Essas são questões que foram postas ao Serviço Social na sua aproximação com o campo da saúde, uma arena de conflitos resultantes de lutas e conquistas por parte das classes trabalhadoras, versus a política do capital. Assim, a prática do Serviço Social na Saúde do Trabalhador, teve desde o início intrínseco no seu caráter, o entendimento de que aspectos sociais econômicos e culturais, também interferem no processo saúde/trabalho/doença. De igual maneira, percebe-se como o campo da Saúde do Trabalhador é um espaço de atuação profissional riquíssimo e com muitas possibilidades de prática.

Dessa forma, pode-se perceber como o trabalho do assistente social se torna imprescindível junto a essa demanda tão emergente que se virou a saúde do trabalhador. Pois, enquanto profissional que atua nas relações de produção e reprodução da força de trabalho, esta tem sido uma demanda que reflete a total precarização do processo produtivo, estando esse contexto, associado à exclusão social e a deterioração das condições de saúde, e, sendo esta mais uma das múltiplas expressões da ‘’questão social’’ que se apresenta para a profissão.

3 A SAÚDE DO TRABALHADOR COMO OBJETO DE INTERVENÇÃO PROFISSIONAL: O QUE CARACTERIZA O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

Por princípio, a atenção à saúde do trabalhador exige o envolvimento de uma equipe multiprofissional em um enfoque interdisciplinar (BRASIL, 2001, p. 25). Esse é um caráter que permeia a prática profissional e todo o desenvolvimento das atividades

realizadas em empresas, onde o assistente social é elemento participativo desse processo.

De acordo com o Manual de Procedimentos para os Serviços de Saúde-Doenças Relacionadas ao Trabalho, pelos determinantes que condicionam a saúde do trabalhador, o desenvolvimento das ações deve ser realizado por meio de uma atuação multiprofissional, interdisciplinar e intersetorial (Brasil, 2001). Assim, sendo as ações de saúde do trabalhador consideradas uma prática social, as atividades a serem realizadas pelos profissionais não podem se dar de forma isolada, devem ser integradas, uma vez que os riscos e consequências geradas, podem afetar outros segmentos da sociedade, bem como a população em geral. Nesse contexto, as atribuições tanto institucionais quanto profissionais se ampliaram, passando a assumir novos papéis. Tal perspectiva de ampliação quanto às atribuições e competência acompanha os profissionais de Serviço Social há algum tempo, visto que, enquanto profissão fundamentada sócio-historicamente, as mudanças na sociedade influenciam e ocasionam diretamente em mudanças para a profissão e sua prática cotidiana.

Embora historicamente o assistente social tenha se dedicado à implementação de políticas públicas, este não é mais o seu caráter exclusivo, outras possibilidades foram abertas para a profissão no que diz respeito a sua prática, novas funções e competências para atuar foram requeridas ao assistente social, principalmente para atuar m equipes interdisciplinares, isso devido, às novas conformações que a sociedade veio assumindo ao longo do tempo, pelas diversas expressões da “questão social”. (Iamamoto, 2002)

Essas são possibilidades que se colocam para o profissional, ampliando seu espaço sócio-ocupacional, sendo acompanhada de novas exigências de qualificação, como, gestão, planejamento, assessoria, dentre inúmeras outras funções.

O Serviço Social, mais do que compor uma equipe multiprofissional, deve pensar a sua intervenção a partir de um conjunto de competências e exigências, que se fundamentem como eixos norteadores para a sua prática profissional, para não confundir função ou cargo como profissão. Dessa forma vale ressaltar a colocação feita por Iamamoto (2002, p. 41):

> É necessário desmitificar a ideia de que a equipe, ao desenvolver ações coordenadas, cria uma identidade entre os seus participantes que leva à diluição de suas particularidades profissionais. São as diferenças de

> especializações que permitem atribuir unidade à equipe, enriquecendo-a e, ao mesmo tempo, preservando aquelas diferenças.

Dessa forma, mesmo estes profissionais tendo outra formação, ao compor equipes com perspectivas interdisciplinares, devem alinhar sua observação de maneira distinta na interpretação dos mesmos processos a que estão sendo apresentados, de forma a encaminhar as ações a partir de sua competência. O problema não está em os profissionais buscarem aprofundamento em determinada área ou compor equipes interdisciplinares, que por sinal dão uma riquíssima contribuição para qualquer trabalho, sendo atualmente até uma exigência do mercado de trabalho, mas, em o profissional pelas suas competências, passar a exercer outras funções e atividades que não mais se identificam com as de um assistente social (planejamento, gestão, assessoria, dentre outras), postas pela própria Lei de Regulamentação da Profissão e pelas Diretrizes Curriculares como ações transversais ao trabalho, podem não ser reconhecidas como competências ou atribuições profissionais, partindo do entendimento de que por não haver contato direto com os usuários, a prática não se caracteriza como o fazer do Serviço Social como deveras foi aprendido historicamente. “Portanto, o trabalho coletivo não impõe a diluição de competências e atribuições profissionais. Ao contrário, exige maior clareza no trato das mesmas e o cultivo da identidade profissional, como condição de potenciar o trabalho conjunto” (Iamamoto, 2002, p. 41).

Assim, pode-se dizer que a Saúde do Trabalhador é um campo privilegiado para atuação do assistente social, pois permite ao profissional atuar de forma Lena na dimensão social e histórica do trabalho, a partir dos determinantes que condicionam a saúde dos trabalhadores. Essa atuação se caracteriza a partir do desenvolvimento de ações de atendimento, prevenção e promoção da saúde, de fiscalização do ambiente e condições de trabalho, defesa das condições ambientais, de acesso aos direitos previdenciários e trabalhistas envolvendo diferentes atores em equipe multiprofissional.

Dessa forma, segundo Iamamoto (2002, p. 41), “a atuação em equipe requer que o assistente social mantenha o compromisso ético e o respeito às prescrições da lei de regulamentação da profissão, ainda que eventualmente não desempenhe atribuições privativas”.

Essas são as questões que remetem a compreensão por parte dos assistentes sociais, do seu objeto de trabalho ou ainda, o da equipe profissional em que se insere. Por tanto, esse trabalho deve estar pautado nas bases teórico-metodológicas da profissão contribuindo para iluminar na leitura da realidade e na condução das suas ações, requerendo o compromisso ético com valores e princípios norteadores da ação profissional, evidenciando no Código de ético Profissional.

Vale ressaltar que as atribuições e funções colocadas para o Serviço Social, sofrem modificações, aspecto que varia conforme as reestruturações que passam as instituições e seus setores, o que pode por vezes, descaracterizar a prática do Serviço Social, onde funções e atribuições são desconstruídas, histórica e socialmente. As consequências de tais mudanças são o redimensionamento do perfil profissional e a necessidade de mais qualificação profissional para o enfrentamento das já existentes e as novas demandas a ele dirigidas.

Dessa forma, ainda torna-se válido refletir sobre a condição do assistente social como trabalhador assalariado inserido na divisão social e técnica do trabalho. O que condiciona tanto a sua inserção nas instituições, como leva a uma subordinação às diretrizes institucionais, ou seja, depende da instituição que PE a detentora dos meios, para utilização de recursos que consubstanciam sua prática. Assim, pela sua condição de profissional assalariado, coloca-se em uma condição de dependência da instituição, que acaba por organizar o processo de trabalho do qual o assistente social participa. Aspectos que podem se caracterizar como limites para a prática, mas não como únicos.

Assim como descreve Iamamoto (2002 p. 41-42),

> Importa afirmar enfaticamente que tratar as particularidades de uma profissão na divisão social e técnica do trabalho não significa uma regressão aos velhos dilemas presentes na busca de uma suposta especificidade profissional aprisionada nos muros internos da profissão, em geral reduzida à dimensão de métodos e técnicas do Serviço Social [...] Não se pode confundir [...] espaços, atribuições e competências profissionais [...] com aquela noção de especificidade que esvazia o exercício profissional das relações sociais em que se realiza do contexto dos organismos empregadores, das relações e condições de trabalho e de suas implicações teóricas, metodológicas e ético-políticas presentes no conteúdo e no processamento do trabalho. É o conjunto dessas múltiplas determinações, de caráter sócio-histórico e profissionais, que atribuem particularidade a uma profissão na divisão social e técnica do trabalho.

Portanto, a atuação profissional do Assistente Social configura-se como bastante significativa, visto que esse profissional é uma figura histórica no processo de construção da Saúde do Trabalhador, onde são envolvidas também as condições de vida e trabalho desse trabalhador.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário compreender que a saúde do trabalhador não se limita às condições de trabalho, mas abrangem todas as dimensões de sua vida, boas condições de habitação, alimentação, transporte, educação, remuneração, lazer, higiene, vestuário, etc. Diante disso verificamos a necessidade e importância de se ter envolvido no processo saúde-doença do trabalhador o assistente social, quando se percebe a necessidade de se considerar os determinantes sociais como agentes no processo de adoecimento do trabalhador. Devido a sua bagagem teórica, sua visão critica e seu comprometimento profissional com a classe trabalhadora, o torna apto a atuar nessa contradição que seria o limite entre o empregador e o trabalhador, tendo por principal atribuição promover a saúde e o acesso aos direitos dos trabalhadores.

Compreender o trabalho realizado pelo assistente social no campo da Saúde do Trabalhador é perceber o conjunto das expressões da desigualdade na sociedade capitalista, principalmente as relações que envolvem o trabalhador, sua vida e suas condições de trabalho. São fatores compreendidos a partir da reaproximação do Serviço Social com a teoria marxista, o que possibilitou a ruptura com um contexto de “prática profissional” que estava centrada em políticas sociais, numa busca mais clara do entendimento da realidade que está à sua volta.

Os desafios colocados para o assistente social na área da saúde do trabalhador representam dilemas compartilhados e debatidos pelo conjunto da categoria. Neles estão presentes questões que remetem ao constante embate entre projetos políticos e ético-políticos da profissão.

A saúde do trabalhador se apresenta ao Serviço Social como uma importante área de atuação, permitindo ao assistente social desenvolver ações de atendimento, prevenção, reabilitação e promoção à saúde. O estudo possibilitou inferir que o trabalho realizado pelo assistente social na promoção da saúde no ambiente laboral, viabiliza melhoria da qualidade de vida do trabalhador, bem como emancipação

política deste, quanto aos seus direitos sociais (trabalhistas e previdenciários), a médio ou longo prazo, onde o profissional é um mediador do processo de transformação social. O Serviço Social tem o objetivo de promover a qualidade de vida no ambiente de trabalho por meio de ações de promoção, prevenção, assistência e reabilitação da saúde valorizando o trabalhador, sua história de vida e perspectivas.

Os desafios apontados na interface entre Serviço Social e saúde do trabalhador, devem orientar novas problematizações para a área, contribuir para o avanço do conhecimento e, acima de tudo, enfrentar o que se identificou aqui como uma dispersa demanda. Essa demanda é constitutiva da direção ético-política da profissão e das exigências impostas pela realidade social.

Neste sentido, a presença do Serviço Social efetiva a articulação entre a disseminação de direitos sociais e trabalhistas, a defesa institucional, a compreensão dos fenômenos/problemas sociais, a formulação e avaliação de programas e projetos, a fim de se estabelecer uma ação estimuladora da participação dos sujeitos sociais nas decisões que lhes dizem respeito (Iamamoto, 2008).

Assim, o trabalhador, enquanto sujeito, agente de transformação da própria realidade, passa a estar mais atento às questões ligadas à saúde, a seu trabalho e ao processo saúde/doença, bem como aos direitos sociais acima descritos atuando, interagindo e buscando informações junto a outros órgãos, sindicatos, etc.

Logo, compreende-se que muito ainda há que ser explorado junto à saúde do trabalhador, tendo em vista ser esta uma área recente. Dessa forma, respeitando os limites do referido trabalho, percebe-se a necessidade de outros estudos buscando a apreensão da saúde do trabalhador em sua complexidade, acompanhando, assim, seus avanços e limites.

Nessa perspectiva é que se assinala a necessidade imperiosa da plena apropriação de referenciais teóricos e metodológicos como definidores do trabalho profissional e da contribuição para área da saúde do trabalhador. Para tanto é imprescindível sua incorporação na agenda política da categoria em articulação com outras forças políticas comprometidas com a saúde do trabalhador. É preciso pensar na saúde do trabalhador para além de condição necessária à reprodução social da classe trabalhadora, mas como um direito social inerente ao homem, condição indispensável para a vida e a sociabilidade humana.

A realização desse trabalho só fez aguçar mais a intenção de seguir com os estudos e aprofundar na área de Saúde do Trabalhador.

REFERÊNCIAS

BRAVO, Maria Inês Souza: MATOS, Maurílio, Castro. Projeto Ético-Político do Serviço Social e sua relação com a Reforma Sanitária: elementos para o debate. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009. Disponível em: www.servicosocialesaude.xpg.com.br/texto2-3.pdf. Acesso em: 22 mar.2014.

CARVALHO, Graciela B. M. **Saúde do Trabalhador na Bahia**- Caso CESAT: 1988/1996. Salvador, dez.1997. (Dissertação de Mestrado do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia).

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina.** Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villa Lobos. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

CFESS**. Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Saúde.** Brasília: 2010. Disponível em: www.cfess.org.br/.../Parametros_para_a_Atuacao_de_Assistentes_Sociais. Acesso em: 22 mar.2014.

DEJOURS, Cristophe. **A loucura do Trabalho:** Estudo de Psicopatologia do Trabalho. Trad. Ana Isabel Paraguay. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2005, 168 p.

DRUCK,Graça. Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na sociedade capitalista. In: CARVALHO, Maria do S. N.; ARAUJO, Nailsa; ARAÚJO, Vilma A. de. (Org.). **DSS e Economia Solidária:** debate conceitual e relatos de experiência, Recife, 2000, p.11-23.

ENGELS, Frieddrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** Global: São Paulo, 2001.Disponível em: www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm. Acesso em: 10 mar.2014.

GIL, Antonio Carlos**. Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1987.

AZEVEDO, Luciana. **A Centralidade da Categoria Trabalho nas atuais Diretrizes Curriculares da ABEPSS:** Questões Pertinentes Ao Curso De Serviço Social da Ufma. São Luis , 2009. Disponível em: d.yimg.com/kq/groups/2308460/123454958/.../monodefinitivo.doc. Acesso em: 22 mar.2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social.** 10,ed, São Paulo: Cortez, 2008, 216 p.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade:** trabalho e formação profissional. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004, 326 p.

_____.; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade**. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social em questão. Brasília: CFESS,2002.

LAURELL, A. C.; NORIEGA, M. **Processo de produção e saúde:** trabalho e desgaste operário. São Paulo: Hucitec,1989.

LESSA,Sergio. Serviço Social e Trabalho: de que se trata? **TEMPORALIS- ABEPSS**, v.1, n° 2. Brasília: Vlci, 2000. Pp.35-58. Disponível em: www.sergiolessa.com/artigos_97_01/ssocial_trabalho_2000.pdf. Acesso em: 20 maio. 2013.

MACHADO, Ednéia.M. Questão Social: Objeto do Serviço Social? **Serviço Social em revista**. Londrina: ed. UEL, vol. 2, n1, Jul/Dez 1999,p.39-47. Disponível em: www.uel.br/revista/ssrevista/c_v2n1_quest.htm. Acesso em 22 mar.2014.

MACHADO, J.H.M**. Alternativa e processos de vigilância em saúde do trabalhador**: a heterogeneidade da intervenção. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Osvaldo Cruz, Rio de Janeiro: 1996.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social:** identidade e alienação. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MARX, Karl**. O Capital:** Critica da Economia Política. Livro I, v.I 16 ed. Tradução: Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 966p. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx;1867/ocapital-v1/index.htm. Acesso em: 22 mar.2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (ORG.). **Pesquisa Social:** teoria, método e criatividade. 15 ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 80 p.

MINAYO- Gomez C.; THEDIN- Costa S. M. F. **A construção do campo da Saúde do Trabalhador:** percursos e dilemas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 13 (Supl. 2): 21-32, 1997. Disponível em: www.scielo.br/pdf/csp/v13s2/1361.pdf. Acesso em: 22 mar.2013.

NETTO, José Paulo**. Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

O TRABALHO INFANTIL NA MÍDIA BRASILEIRA E O DIREITO AO ESQUECIMENTO NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

Emerson Tyrone Mattje [1]
Taís Liane Kirsch [2]

RESUMO

Embora o trabalho infantil seja coibido no Brasil, somente permitido a partir dos quatorze anos na condição de aprendiz ou a partir dos dezesseis anos, o trabalho infantil na mídia e o trabalho infantil artístico são uma realidade, através da Convenção nº 138 da OIT. Atualmente, há controvérsias envolvendo o trabalho infantil na mídia, em especial, o trabalho desempenhado por influenciadores digitais mirins. Este artigo analisa a legislação brasileira que dispõe sobre o trabalho infantil e o trabalho infantil na mídia, bem como o direito ao esquecimento. A França, primeiro país a regulamentar o trabalho infantil de influenciadores digitais, previu o direito ao esquecimento, que pode ser utilizado como forma de remediar a superexposição sofrida pelas crianças e adolescentes. A pesquisa é descritiva, com uso dos métodos de abordagem dedutivo e histórico, aliados à pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Direito ao esquecimento. Internet. Mídia. Plataformas digitais. Trabalho infantil.

1. INTRODUÇÃO

O trabalho infantil, ou seja, aquele realizado por menores de quatorze anos, encontra obstáculos sociais e expressa vedação legal no Brasil. A Constituição Federal proíbe expressamente o trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de dezoito anos, e qualquer trabalho para aqueles menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, com as suas especificidades legais, a partir dos quatorze anos.

[1] Estágio Pós-Doutoral em Políticas Sociais e Cidadania - em andamento (Universidade Católica do Salvador - Salvador/BA). Doutor em Diversidade Cultural e Inclusão Social (Universidade Feevale - Novo Hamburgo/RS). Mestre pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/RS. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais (Universidade do Vale do Rio dos Sinos - São Leopoldo/RS). É professor de ensino superior na Universidade FEEVALE. Também exerce o cargo de Auditor Fiscal do Trabalho do quadro permanente de pessoal da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego. E-mail mattje@feevale.br.
[2] Bacharela em Direito (Universidade Feevale – Novo Hamburgo/RS). E-mail taiskirsch04@gmail.com.

Entretanto, por conta da ratificação da Convenção nº 138 da OIT, que equivale a emenda constitucional, o trabalho infantil na mídia e o trabalho infantil artístico são uma realidade. Tal Convenção previu a possibilidade de autorização do trabalho infantil artístico, desde que através de autorizações judiciais individuais.

Tanto o Brasil quanto a sociedade internacional coíbem o trabalho infantil na atualidade, pois há a compreensão de que a infância é uma fase importante para o desenvolvimento dos indivíduos, na qual a educação deve ser a prioridade, para que os menores se qualifiquem a fim de construir seus futuros. Porém, há uma aprovação social do trabalho infantil quando realizado na mídia e em meios artísticos.

As manifestações artísticas dos infantes são permitidas, até mesmo por se tratar de uma faceta da liberdade de expressão. Entretanto, por ser trabalho realizado por crianças, é necessário um cuidado redobrado, vez que o tema suscita problemáticas e controvérsias. Comumente, as crianças iniciam seu trabalho na mídia tradicional desde a tenra idade. Ademais, atualmente, a internet trouxe novas camadas e discussões ao tema, envolvendo os influenciadores digitais mirins.

Embora o tema trabalho infantil na mídia não seja inédito, verificam-se questões extremamente atuais, pois novas complexidades foram atribuídas ao tema em decorrência dos influenciadores digitais mirins que passaram a surgir e angariar público no mundo virtual.

Neste trabalho, relaciona-se o trabalho desempenhado pelos influenciadores digitais mirins com o direito ao esquecimento, que consiste em um direito da personalidade construído pela doutrina e jurisprudência internacionais. O direito ao esquecimento objetiva superar o passado, de forma a restringir a circulação de dados verídicos sobre alguém que, em decorrência do transcurso do tempo, passam a lhe prejudicar, perturbar ou constranger.

O artigo desenvolve-se através da pesquisa descritiva, uma vez que descreve e analisa aspectos jurídicos, sociais e culturais relativos ao direito do trabalho, direito da criança e do adolescente e direito ao esquecimento. Os métodos de abordagem utilizados são o dedutivo e o histórico.

A técnica de pesquisa adotada é a bibliográfica, pois analisam-se livros, artigos acadêmicos, etc., publicados por doutrinadores referentes ao direito do trabalho, direito da criança e do adolescente, direito ao esquecimento e direito constitucional.

Ademais, analisa-se a legislação nacional e internacional, bem como a jurisprudência pertinentes ao tema.

2. A POSSIBILIDADE E DESAFIOS ATUAIS NA AUTORIZAÇÃO JUDICIAL DO TRABALHO ARTÍSTICO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A Convenção nº 138 da OIT, que dispõe a respeito da idade mínima para o trabalho e erradicação do trabalho infantil, prevê expressamente como exceção o trabalho infantil artístico. Na modalidade artística, o trabalho pode ser realizado mesmo abaixo do limite mínimo de idade instituído no país, desde que haja a concessão de autorização judicial específica para o labor.

O Brasil é signatário da Convenção nº 138 da OIT. A Convenção foi integrada ao ordenamento jurídico com força de dispositivo constitucional, pois as normas internacionais que versam sobre direitos humanos, quando fontes de direitos fundamentais, são consideradas dotadas de força constitucional.

Quanto ao tema, o Supremo Tribunal Federal – STF compreendeu, em 20 de agosto de 2015, no julgamento da liminar da Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 5.326, ajuizada pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, que é competência da Justiça Comum, especificamente, do Juizado da Infância e da Juventude, analisar pedidos de alvará visando a participação de crianças e adolescentes em representações artísticas. O mérito ainda aguarda julgamento.

No que tange à permissão ao trabalho infantil artístico, a Constituição Federal veda o trabalho, em qualquer de suas modalidades, aos menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, conforme o seu artigo sétimo, inciso XXXIII. Porém, o artigo quinto, inciso IX, da Constituição Federal, prevê a liberdade de expressão em todas as suas formas, seja intelectual, artística, científica ou de comunicação, independentemente de censura ou licença.

Pode-se vislumbrar uma aparente colisão de direitos, quando as manifestações artísticas dos infantes são expressas através de trabalho. Porém, não existe proibição ao trabalho infantil artístico, mas sim limitações, fixadas de acordo com o princípio da proporcionalidade. A saída, portanto, é ponderar os direitos constitucionais aparentemente contraditórios, através de princípios de hermenêutica, como o juiz age

ao conceder ou não a autorização ao trabalho, considerando os princípios da proteção integral e da prioridade absoluta.

Na prática, inúmeras controvérsias e situações de abuso podem ocorrer. Como exemplo, o filme “Cidade de Deus”, lançado em 2002, possui uma cena extremamente impactante: o personagem Zé Pequeno se dirige a duas crianças e diz “Escolhe, moleque, quer tomar um tiro onde, no pé ou na mão?”, em resposta, os dois meninos, amedrontados, esticam as mãos, mas recebem tiros no pé. O choro do ator mais novo é doloroso, o que não foi apenas atuação. Felipe Paulino, na época, tinha apenas oito anos, e afirma que filmar aquela cena foi um dos grandes traumas da sua vida.

Outro exemplo de situação controversa envolve a participação infantil na televisão: no programa do Silvio Santos, apresentado na emissora SBT, o quadro “Pergunte à Maísa” foi retirado do ar, por determinação judicial, em 25 de maio de 2009. Maísa, na época, tinha seis anos, e diferentes órgãos denunciaram a exploração do seu trabalho infantil e violação de sua dignidade. Porém, em outubro de 2009, o Ministério das Comunicações entendeu que não houve infrações aos direitos da criança. Todavia, no programa, o apresentador Silvio Santos por vezes agia de forma questionável, como quando instigou Maísa a entrar em uma mala e a fechou com a garota dentro, o que a fez chorar em desespero.

No panorama atual, o ambiente virtual tem ganhado cada vez mais destaque, atualizando as problemáticas já existentes na mídia. Com a pandemia da Covid-19, a comunicação entre as pessoas passou a ser, majoritariamente, por meio de telas, pois as aulas, reuniões, palestras, e outros compromissos e eventos passaram a ser virtuais. É possível dizer que não há mais separação entre a vida virtual e a vida real. Porém, estão as crianças e adolescentes prontos para lidar com a complexidade da vida virtual? É necessário que os responsáveis orientem, acompanhem, dialoguem, autorizem e fiscalizem o que seus filhos ou tutelados fazem na internet.

Nesse sentido, as controvérsias envolvendo o trabalho infanto-juvenil realizado nas mídias sociais digitais têm ganhado destaque. Dentre as celebridades virtuais, estão os influenciadores digitais mirins. Influenciadores digitais exercem poder de influência sobre o público que atingem, sendo hábeis em moldar opiniões, comportamentos e hábitos de consumo. Os influenciadores digitais possuem uma relação muito direta com seu público específico, agindo de forma (aparentemente)

espontânea, o que gera uma aproximação entre o influenciador e seu público, de forma a consolidar o seu poder de influência.

Apesar das normas protetivas, não são raros os casos em que os pais ou responsáveis legais pelos influenciadores digitais mirins, visando o lucro, expõem demasiadamente o menor, colocando em primeiro lugar os lucros e a fama, em detrimento de seu bem-estar. O trabalho desenvolvido pelos influenciadores digitais mirins em muito se assemelha ao trabalho infantil artístico tradicional, sendo necessária a expedição de alvará do Juizado da Infância e da Juventude a fim de permitir as atividades e garantir seus direitos, dentre os quais destacam-se a necessidade de que seus estudos não sejam prejudicados, devendo ter acompanhamento psicológico e momentos de lazer, além de que as atividades prestadas devem acrescentar ao menor e à sua formação como indivíduo.

No Brasil, existem casos paradigmáticos e emblemáticos envolvendo a superexposição de crianças em plataformas digitais. Um deles é o caso da cantora Melody, que, com apenas oito anos, em 2015, teve um vídeo seu cantando publicado por seu pai na rede social *Facebook*, que deu início à sua fama. Desde a tenra idade, a menina passou a produzir clipes hipersexualizados e músicas com teor sexual. Ainda em 2015, seu pai foi investigado em inquérito pelo Ministério Público do Trabalho de São Paulo, o qual culminou na assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta. Entretanto, posteriormente, a jovem continuou a cantar músicas com teor sexual e a se vestir sensualmente, mesmo criança, produzindo conteúdos que, pelas regras de classificação indicativa, sequer poderia assistir.

Apesar da publicidade ao público infantil ser caracterizada como abusiva por si só, os influenciadores digitais mirins, na maioria das vezes, trabalham com publicidade voltada ao público infantil, mesmo que de forma velada. Nesse sentido, tal prática não é aceita pelo ordenamento jurídico pátrio. Porém, caso a criança deseje mostrar seus brinquedos ou outros produtos, sem vinculação publicitária envolvendo um anunciante, em tese, não poderia haver proibição, pois estaria agindo dentro do seu direito à liberdade de expressão. São visíveis as dificuldades em saber quando há publicidade patrocinada ou não. Certo é que a internet e as redes sociais são pouco regulamentadas hoje em dia, o que é um desafio a ser enfrentado.

Outro tema de crucial abordagem diz respeito aos bens dos influenciadores digitais mirins e sua administração. Os bens imateriais, que envolvem a imagem, honra e outros direitos da personalidade, devem ser resguardados e tutelados pelos pais ou responsáveis. No que tange à administração dos bens materiais, os bens adquiridos e valores auferidos devem ser administrados pelos responsáveis segundo as regras de usufruto legal, conforme o artigo 1.689 e seguintes do Código Civil. Os responsáveis não podem reduzir o patrimônio do infante, exceto em casos de necessidade ou evidente interesse do menor, hipóteses que, de acordo com o que prevê o artigo 1.691 do Código Civil, dependem de autorização judicial competente.

3. O DIREITO AO ESQUECIMENTO EM FACE DA SUPEREXPOSIÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS PLATAFORMAS DIGITAIS

A ideia de um direito ao esquecimento surgiu a partir do direito à privacidade. Tal direito prega que as pessoas têm a escolha de não ser importunadas por atos cometidos e fatos ocorridos em seu passado, desde que não sejam de interesse público. Através do direito ao esquecimento vislumbra-se a possibilidade de restringir a circulação de dados verídicos e, em um primeiro momento, lícitos, que foram propagados nos meios de comunicação e que causam tormento ao indivíduo sobre o qual se referem.

O Poder Judiciário brasileiro já reconheceu a importância do direito ao esquecimento, através do importante Enunciado nº 531, aprovado na VI Jornada de Direito Civil, segundo o qual “A tutela da dignidade da pessoa humana na sociedade da informação inclui o direito ao esquecimento”. O Enunciado visa amparar os danos provocados pelas novas tecnologias da informação, justificando que o direito ao esquecimento não permite que se apaguem fatos ou que se reescreva a história, existindo para assegurar a discussão sobre o modo e a finalidade na qual o passado é lembrado.

No que diz respeito aos influenciadores digitais mirins, o direito ao esquecimento pode ser utilizado como uma ferramenta capaz de impedir que o conteúdo que circula na internet a respeito da criança ou adolescente o rotule e

prejudique o desenvolvimento de sua personalidade. O direito ao esquecimento poderá permitir a sua desvinculação da superexposição sofrida.

Aliás, o trabalho infantil de influenciador digital não é a única hipótese em que a superexposição de crianças e adolescentes ocorre no mundo virtual. Através das redes sociais, muitos pais contam histórias e divulgam imagens e vídeos de seus filhos. Para descrever o compartilhamento de dados na internet referente aos infantes sob a tutela de pais ou responsáveis utiliza-se o termo em inglês *sharenting*, que se trata de junção dos termos *share*, que significa compartilhar, e *parenting*, que diz respeito ao exercício do poder familiar.

Além do termo *sharenting*, utiliza-se a expressão *oversharenting*, de forma a enfatizar, com a palavra *over*, o compartilhamento extremo de informações pessoais do infante. Conforme as crianças crescem, passam a compreender de forma clara o valor de sua reputação e são capazes de perceber o quanto tal reputação é visível no mundo virtual. Porém, muitas vezes, não possuem ferramentas que lhes permitam ter o controle de sua própria reputação.

Considerando que a superexposição dos infantes pode gerar inúmeras problemáticas, seriam válidas políticas públicas voltadas à educação a respeito do uso de plataformas digitais, como divulgação de materiais educativos e propagandas a fim de conscientizar os pais ou responsáveis e até mesmo as próprias crianças que têm acesso precoce à internet. Tais medidas poderiam ser tomadas tanto pelo Estado quanto pelas empresas que exploram atividades econômicas conectadas diretamente com o *sharenting* e *oversharenting*.

Caso as redes sociais atuassem de forma preventiva, esclarecendo quais os riscos de se publicar dados na internet, muitos problemas futuros poderiam ser evitados, através da conscientização prévia. Essa alternativa pode ser embasada no artigo trigésimo primeiro do Código de Defesa do Consumidor, segundo o qual a oferta de serviços deverá “assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre [...] os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”.

No Brasil, o Superior Tribunal de Justiça já teve a oportunidade de julgar casos emblemáticos envolvendo o direito ao esquecimento, destacando-se dois deles. O primeiro deles ficou conhecido como “caso Aída Curi”. O segundo caso emblemático

trata-se da chacina da Candelária. Em ambos os casos, a emissora Globo Comunicações e Participações S.A. foi a requerida.

Em 2008, no programa “Linha Direta” da emissora Globo Comunicações e Participações S.A., foi abordado o homicídio de Aída Curi, ocorrido no ano de 1958. Os irmãos da vítima notificaram previamente a emissora para que o programa não fosse ao ar, mas foi transmitido mesmo assim. Em face do ocorrido, os irmãos da vítima ingressaram com ação judicial postulando o recebimento de indenização. O processo foi julgado improcedente em primeira instância, entendimento mantido em segundo grau. Ao alcançar o STJ, a temática do direito ao esquecimento no caso veio à tona, mas a improcedência foi mantida, pois entendeu-se que tal crime foi importante para a história brasileira, tendo sido amplamente estudado, bem como seria impossível retratar o caso sem mencionar a vítima Aída Curi, com o STJ compreendendo que não houve abusividade na cobertura jornalística do crime.

O caso Candelária, por sua vez, diz respeito sobre o episódio conhecido como “chacina da Candelária”, com o autor da ação contra a emissora Globo Comunicações e Participações S.A. tendo sido acusado de participar do assassinato de moradores de rua que viviam próximos à igreja da Candelária no Rio de Janeiro, crime cometido em 1993. Jurandir Gomes de França foi absolvido. Quando procurado pela emissora em 2006, ele não quis dar entrevistas e requereu que seu nome não fosse mencionado. Porém, a emissora levou o programa ao ar, citando o nome do autor e exibindo uma entrevista prestada por ele à época dos acontecimentos, motivando o ajuizamento de processo visando indenização. Em primeira instância, seu pleito foi indeferido, porém, a sentença foi reformada em segundo grau, condenando a emissora ao pagamento de indenização na monta de cinquenta mil reais.

Após a condenação em segunda instância, a emissora recorreu, e o STJ compreendeu que, no caso, a liberdade de informação e de expressão deveria ceder aos direitos da personalidade do autor. Foi considerado pelo STJ que o direito ao esquecimento deveria ser reconhecido no caso, havendo o direito do autor em ser esquecido por uma acusação criminal que culminou em sua absolvição. Ademais, havia a possibilidade de a mídia retratar o ocorrido sem a menção expressa de seu nome, preservando tanto os direitos de liberdade de expressão da emissora quanto os seus direitos da personalidade, decisão que não foi tomada pela emissora, que

optou por desconsiderar o pedido de Jurandir, o citando como acusado, o que trouxe uma série de problemáticas em sua vida.

Todavia, o caso Candelária ainda não teve fim, pois, em 2022, foi interposto Recurso Extraordinário por Globo Comunicações e Participações S.A., considerando o tema nº 786 do STF, com o Recurso Extraordinário tendo sido admitido em Decisão Monocrática pelo Ministro Jorge Minussi, em 17 de março de 2022. O tema nº 786 do STF diz respeito justamente ao caso Aída Curi, pois o Recurso Extraordinário interposto pelos autores sob o nº 1010606 teve seu provimento negado, dando origem ao Tema de Repercussão Geral nº 786, que diz respeito à (in)aplicabilidade do direito ao esquecimento quando, na esfera cível, for invocado pela vítima ou por seus familiares. Como o tema nº 786 do STF afetará o julgamento final do caso, ainda não se sabe.

No que tange ao direito ao esquecimento aplicado em casos de influenciadores digitais mirins, importante mencionar a Lei nº 2020–1266, promulgada pela França em outubro de 2020, que visa a regulamentação a respeito do trabalho dos influenciadores digitais mirins. Através de tal lei, a França se tornou o primeiro país a estabelecer regras para tal modalidade de trabalho, sendo que essa lei tem incidência para crianças menores de dezesseis anos que tenham sua imagem divulgada *online*. A regulamentação passou a tratar os influenciadores digitais mirins franceses com as mesmas normativas relativas às crianças que trabalham na mídia tradicional francesa, inclusive com determinação de que a renda auferida pelos infantes deverá ser guardada integralmente em conta poupança, até que sejam emancipados ou atinjam a maioridade.

Mas a lei francesa supramencionada foi além: é emblemático que o primeiro país a regulamentar o trabalho dos influenciadores digitais mirins também tenha previsto, expressamente, o direito ao esquecimento, caso as crianças desejem ter o conteúdo por elas produzido removido da internet. De acordo com a lei francesa, as crianças poderão solicitar a exclusão completa dos vídeos das plataformas. A referida norma jurídica previu que as plataformas devem facilitar o direito dos menores a apagar dados, devendo informar aos infantes, de forma clara, os procedimentos para a efetivação de tal direito (artigo quarto, parágrafo sexto). Ademais, para que sejam deletados os dados pessoais das crianças e adolescentes, a lei dispôs pela

desnecessidade do consentimento dos titulares do poder parental (artigo sexto), o que garante mais autonomia de decisão aos próprios infantes.

No Brasil, a Lei nº 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, visou estabelecer princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Em seu artigo vigésimo primeiro, a lei dispôs que o provedor de internet terá responsabilidade subsidiária pela violação da intimidade quando houver divulgação não autorizada pelos participantes de conteúdo envolvendo nudez ou atos sexuais de caráter privado, caso, após o recebimento de notificação pelo participante ou seu representante legal, não promover a indisponibilização de tal conteúdo. Outros casos, porém, dependerão de prévia ordem judicial específica, pois, conforme o artigo dezenove, o provedor de internet apenas terá responsabilidade se, após ordem judicial específica, não tomar providências para tornar indisponível o conteúdo.

Conforme a legislação brasileira, portanto, para que sejam removidos conteúdos que não envolvam atos sexuais ou nudez, será necessário que o Poder Judiciário profira decisão compreendendo pelo direito ao esquecimento. Todavia, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD, de 14 de agosto de 2018, conforme entendimento de alguns doutrinadores, trouxe o direito ao esquecimento, pois definiu como um direito do usuário da internet a exclusão dos dados pessoais que forneceu à aplicação de internet, através de requerimento a ser formulado após findada a relação entre as partes.

Caso haja o requerimento judicial de exclusão de dados da internet, com o deferimento pelo juízo competente, podem ocorrer as seguintes dificuldades na implementação da ordem judicial: pode não ser possível identificar quem foi o autor do ilícito; caso seja identificado o autor, pode não ser possível localizá-lo; o autor do ilícito pode suscitar questões envolvendo extraterritorialidade; o autor do ilícito pode oferecer resistência em cumprir a ordem judicial, inclusive em casos que demandem urgência, etc. Se o conteúdo estiver hospedado no Brasil, é possível determinar, sob pena de responsabilidade civil, que o hospedeiro remova a informação danosa, com fulcro no artigo décimo nono da Lei nº 12.965/2014. Uma medida judicial muito requerida atualmente é a exclusão do conteúdo dos resultados das buscas em sites de pesquisa, o que não remove o conteúdo de fato, mas torna mais difícil encontrá-lo *online*.

4. CONCLUSÃO

Através da pesquisa realizada, verificou-se que, graças à Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada pelo Brasil, é possível que infantes com idade inferior a quatorze anos consigam autorizações judiciais individuais para a realização de trabalho infantil artístico. Tal modalidade de trabalho infantil é dotada de complexidades, existindo até mesmo discussões a respeito de qual é o juízo competente para emitir as autorizações individuais de trabalho. Atualmente, o Supremo Tribunal Federal compreende pela competência do Juizado da Infância e da Juventude da Justiça Estadual, porém, trata-se de decisão liminar referente à ADI nº 5.326, sendo que seu mérito aguarda julgamento.

Durante as pesquisas, o trabalho infantil dos influenciadores digitais mirins nas plataformas digitais apresentou-se como a principal questão dotada de complexidade e problemáticas. As crianças que realizam trabalhos na mídia tradicional, como televisão, cinema e teatro, necessitam de autorizações judiciais que devem especificar as condições de trabalho e garantir seus direitos. Porém, os influenciadores digitais mirins comumente não possuem qualquer autorização do juízo competente para a realização de seu trabalho, vez que essa sequer é solicitada por seus pais ou responsáveis.

As autorizações judiciais para a realização de trabalho infantil são de crucial importância, pois nelas o juízo competente determinará o que pode ou não ser feito pela criança ou adolescente, além de estabelecer medidas aptas a garantir seus direitos fundamentais e a tutelar seu patrimônio. Uma das problemáticas em não serem solicitadas autorizações judiciais ao trabalho dos influenciadores digitais mirins consiste na publicidade infantil por eles realizada, mesmo que de forma velada, o que é proibido pelo ordenamento jurídico pátrio.

O trabalho infantil artístico é permitido por se tratar de um direito à liberdade de expressão dos infantes. Todavia, muitas vezes os pais ou responsáveis apenas visam obter lucro através das crianças e adolescentes, sendo que, em realidade, os menores não deveriam sequer ser a principal fonte de renda de suas famílias. Dessa forma, existem pais que, com o uso de um *smartphone*, expõem diversos detalhes da vida e

cotidiano de seus filhos, com o único objetivo de atrair fama e riqueza, não priorizando a saúde física e psicológica da criança ou adolescente.

A França foi, em 2020, o primeiro país a regulamentar o trabalho infantil de influenciador digital, dispondo expressamente em lei sobre o direito ao esquecimento, que poderá ser requerido pelos menores às plataformas digitais, inclusive sem a anuência de seus pais ou responsáveis. O direito ao esquecimento se trata de uma alternativa que visa remediar a superexposição sofrida pelas crianças e adolescentes nas plataformas digitais. Compreendeu-se que o direito ao esquecimento possui muitas dificuldades em ser implementado na internet, considerando que o conteúdo publicado online pode ser salvo por outros indivíduos, que podem republicá-lo. Muitas vezes haverá dificuldade em localizar o autor da publicação e fazê-lo apagá-la, bem como questões de extraterritorialidade podem dificultar a efetivação do direito.

O direito ao esquecimento mostra-se um grande aliado à dignidade e ao direito à privacidade das crianças e adolescentes que sofreram com uma superexposição que passou a lhes constranger ou prejudicar. Porém, diante das dificuldades em sua implementação, a conscientização prévia é uma alternativa interessante. O Estado e as próprias redes sociais podem passar a conscientizar as pessoas a respeito dos perigos envolvidos com a exposição de dados pessoais, o que auxiliaria na prevenção de problemas futuros. A internet ainda é pouco regulamentada e o direito está pouco preparado para lidar com essas problemáticas iminentes.

Os influenciadores digitais mirins são um fenômeno recente. Da mesma forma, o direito ao esquecimento também é um tema recente. No Brasil, até o momento, os dois julgamentos emblemáticos envolvendo o direito ao esquecimento foram referentes a casos criminais na mídia televisiva. O Brasil e o mundo têm muito a avançar, tanto no que diz respeito à regulamentação do trabalho realizado por influenciadores digitais mirins, quanto nas discussões sobre o direito ao esquecimento e a sua implementação prática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho da Justiça Federal. VI Jornada de Direito Civil. **Enunciado 531.** Disponível em: https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/142. Acesso em: 13 out. 2022.

_____. Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Tribunal Superior do Trabalho. Comissão para Erradicação do Trabalho Infantil. **Trabalho Infantil 50 perguntas e respostas.** Tribunal Superior do Trabalho. 2013. Disponível em https://fnpeti.org.br/media/publicacoes/arquivo/trabalho-infantil-50-perguntas-e-respostas.pdf. Acesso em: 13 abr. 2022.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 nov. 2021.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019.** Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm. Acesso em: 19 mar. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 24 out. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13709.htm. Acesso em: 24 out. 2022.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 07 nov. 2021.

_____. Presidência da República. **Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.** Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8078compilado.htm. Acesso em: 25 out. 2022.

_____. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial nº 1.334.097 - RJ**. Vice-Presidente Ministro Jorge Minussi. Data do Julgamento: 17 mar. 2022, p. 1. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/processo/pesquisa/?tipoPesquisa=tipoPesquisaNumeroRegistro&termo=201201449107&totalRegistrosPorPagina=40&aplicacao=processos.ea. Acesso em: 15 out. 2022.

_____. Supremo Tribunal Federal. **ADI 5326 MC**. Relator Ministro Marco Aurélio. Data do Julgamento: 20 ago. 2015. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=4781750. Acesso em: 30 ago. 2022.

_____. Supremo Tribunal Federal. **Recurso Extraordinário nº 1010606.** Relator Ministro Dias Toffoli. Data do Julgamento: 11 fev. 2021. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=5091603. Acesso em: 15 out. 2022.

CARNEIRO, Marília de Souza. Controle de políticas públicas na justiça do trabalho: uma análise das políticas de erradicação do trabalho infantil. **Revista de Direito do Trabalho**. v. 171/2016, p. 143-160, 2016. Disponível em: https://www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 13 mar. 2022.

CARNEIRO, Vânia Lúcia Quintão. Participação da criança na mídia: direitos e desrespeitos. **Participação**, n. 21, p. 52-60, 2012. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/23962. Acesso em: 06 set. 2022.

CHEHAB, Gustavo Carvalho. O Direito ao Esquecimento na Sociedade da Informação. **Doutrinas Essenciais de Direito Constitucional**, v. 8/2015, p. 563-596, ago. 2015. Disponível em: https://www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 12 out. 2022.

DALLEMOLE, Deborah Soares; FLEISCHMANN, Simone Tassinari Cardoso. Classificação indicativa e produção de conteúdos digitais por crianças e adolescentes. In: BROCHADO TEIXEIRA, Ana Carolina; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; DENSA, Roberta (Coord.). **Infância, adolescência e tecnologia**: o Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade da informação. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022, p. 267-286.

DENSA, Roberta; DANTAS, Cecília. Regulamentação sobre o trabalho dos youtubers mirins na França e no Brasil. **Migalhas**, 01 dez. 2020. Disponível em: https://www.migalhas.com.br/coluna/migalhas-de-responsabilidade-civil/337127/regulamentacao-sobre-o-trabalho-dos-youtubers-mirins-na-franca-e-no-brasil. Acesso em: 24 out. 2022.

DUQUE, Bruna Lyra; VERMELHO, Schamyr Pancieri. Pequenos influenciadores, grandes desafios: administração de bens dos influenciadores mirins. In: BROCHADO TEIXEIRA, Ana Carolina; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; DENSA, Roberta (Coord.). **Infância, adolescência e tecnologia**: o Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade da informação. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022, p. 383-395.

EBERLIN, Fernando Büscher von Teschenhausen. Sharenting, liberdade de expressão e privacidade de crianças no ambiente digital: o papel dos provedores de aplicação no cenário jurídico brasileiro. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**. Brasília, v. 7, n. 3, p. 256-273, dez. 2017.

FIGUEIREDO, Rafael Dias; NASCIMENTO, Arthur Ramos do. Considerações sobre o documentário "A Invenção da Infância" e a (im)possibilidade da configuração do trabalho decente infantil. **Revista Videre, Dourados (MS)**. v. 6, n. 11, p. 65-86, jan./jul. 2014. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/124957. Acesso em: 12 set. 2022.

FRAJHOF, Isabella Zalcberg Frajhof. **O direito ao esquecimento na internet:** conceito, aplicação e controvérsias. São Paulo: Almedina, 2019. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788584934447. Acesso em: 15 out. 2022.

FRANCE. Président de la République. **Loi nº 2020-1266 du 19 octobre 2020**. Visant à encadrer l'exploitation commerciale de l'image d'enfants de moins de seize ans sur les plateformes en ligne. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/jorf/id/JORFTEXT000042439054. Acesso em: 24 out. 2022.

FULLER, Paulo Henrique Aranda. **Estatuto da Criança e do Adolescente comentado.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 2018. E-book. Disponível em: https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/codigos/135729542/v1. Acesso em: 4 abr. 2022.

LIMA, Cintia Rosa Pereira de; TEIXEIRA, Vitória Bittar. Publicidade e proteção da infância: análise da prática do *unboxing* em vídeos publicados por *youtubers* mirins em face do

ordenamento jurídico brasileiro. **Revista de Direito do Consumidor.** v. 136, p. 165-199, 2021. Disponível em: https://www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 15 nov. 2021.

MARCHERI, Pedro Lima; FURLANETO NETO, Mário. Direito ao esquecimento: reflexões sobre a proteção da intimidade dos menores na internet. **Ponto-e-vírgula:** Dossiê: Infâncias, culturas e contextos políticos na América Latina. São Paulo, 2014, n. 16, p. 67-87, 2014.

MARQUES, Rafael Dias. Trabalho infantil artístico: possibilidades e limites. **Revista do Tribunal Superior do Trabalho**. v. 79, n. 1, p. 204-226, jan./mar. 2013. Disponível em: https://hdl.handle.net/20.500.12178/38664. Acesso em 03 set. 2022.

MARQUES, Raquel. Os limites do trabalho infantil artístico. **Criança Livre de Trabalho Infantil**, 16 mar. 2017. Disponível em: https://livredetrabalhoinfantil.org.br/noticias/reportagens/os-limites-trabalho-infantil-artistico. Acesso em: 18 set. 2022.

MARTINS, Guilherme Magalhães; GUIMARÃES, João Alexandre Silva Alves. Direito ao esquecimento como resposta à superexposição de crianças e adolescentes. In: BROCHADO TEIXEIRA, Ana Carolina; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; DENSA, Roberta (Coord.). **Infância, adolescência e tecnologia:** o Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade da informação. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022, p. 421-443.

_____.. **O direito ao esquecimento na sociedade da informação**. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022, p. RB-6.1. E-book. Disponível em: https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/298223454. Acesso em: 24 out. 2022.

MARTINS, Juliane Caravieri; MONTAL, Zélia Maria Cardoso. Diálogos entre a doutrina da proteção integral e o direito fundamental ao trabalho digno de adolescentes. **Revista de Direito Constitucional e Internacional.** v. 103/2017, p.33-56, 2017, p. 34. Disponível em: https://www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 19 maio 2022.

MARTINS, Sergio Pinto. **Fundamentos de Direito do Trabalho**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MEDEIROS NETO, Xisto Tiago de. O direito fundamental da criança ao não trabalho. In: RAMOS, Ana Maria Vila Real Ferreira; VILAR-LOPES, Dalliana; COUTINHO, Luciana Marques; REZENDE, Simone Beatriz Assis de (Org.). **Coordinfância:** 20 anos de luta pela efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2020, p. 543 a 568.

MONCAU, Luiz Fernando Marrey. **Direito ao esquecimento:** entre a liberdade de expressão, a privacidade e a proteção de dados pessoais. 1. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2020. E-book. Disponível em: https://proview.thomsonreuters.com/launchapp/title/rt/monografias/235810068. Acesso em: 15 out. 2022.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. E-book. Disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788530992798/epubcfi/6/2%5B%3Bvnd.vst.idref%3Dhtml0%5D!/4. Acesso em: 7 nov. 2021.

NUNES, Giullia Eckert; SANTOS, Dailor dos; MARTINI, Sandra Regina. O Direito ao Esquecimento frente à Sociedade da Informação. **Revista Conhecimento Online**, v. 1, p. 109-132, 2020. Disponível em: https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistaconhecimentoonline/article/view/1877. Acesso em: 12 out. 2022.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **C138**: a idade mínima de admissão ao emprego. Aprovada na 58ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho (Genebra - 1973), entrou em vigor no plano internacional em 16.6.76. Brasília, DF: OIT, [2021?]. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_235872/lang--pt/index.htm. Acesso em: 13 nov. 2021.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das crianças no Brasil.** 7. ed. São Paulo: Contexto, 2021, p. 376 a 406.

SEGATTI, Ana Elisa Alves Brito. Reflexões sobre o Trabalho Infantil Artístico. In: FELIZARDO, Maria Edlene Lins; AROSIO, Cândice Gabriela; CARDOSO, Marielle Rissanne Guerra Viana (Org.). **Infância, trabalho e dignidade:** livro comemorativo dos 15 anos da Coordinfância. Brasília: Ministério Público do Trabalho, 2015, p. 185-205.

SILVA, Michael César; BARBOSA, Caio César do Nascimento; GUIMARÃES, Glayder Daywerth Pereira. Influenciadores digitais mirins e (over)sharenting: uma abordagem acerca da superexposição de crianças e adolescentes nas redes sociais. In: BROCHADO TEIXEIRA, Ana Carolina; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; DENSA, Roberta (Coord.). **Infância, adolescência e tecnologia**: o Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade da informação. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022, p. 397-420.

SOUZA, Meire Cristina. Idades mínimas para o trabalho: aspectos jurídicos, pedagógicos e psicológicos do trabalho artístico infantil, uma abordagem interdisciplinar. **Revista de Direito Constitucional e Internacional.** v. 95, p. 161-181, 2016. Disponível em: https://www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 15 nov. 2021.

STUDART, Ana Paula Didier; MARTINEZ, Luciano. O Direito ao Esquecimento como direito fundamental nas relações de trabalho. **Revista de Direito do Trabalho**, v. 198/2019, p. 149-182, 2019. Disponível em: https://www.revistadostribunais.com.br. Acesso em: 12 out. 2022.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; MULTEDO, Renata Vilela. Autoridade parental: os deveres dos pais frente aos desafios do ambiente digital. In: BROCHADO TEIXEIRA, Ana Carolina; FALEIROS JÚNIOR, José Luiz de Moura; DENSA, Roberta (Coord.). **Infância, adolescência e tecnologia**: o Estatuto da Criança e do Adolescente na sociedade da informação. 1. ed. Indaiatuba: Foco, 2022, p. 27-46.

O TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E O SERVIÇO SOCIAL: A garantia de direitos e manutenção da saúde do trabalhador brasileiro

Adalgiza Diana Barbosa Báfica[1]
Elizete Evelyn Bonifácio Sá[2]

RESUMO

Diante das transformações societárias, foi percebido que a sociedade capitalista em seu discurso disfarça as suas reais intenções, a ideia de melhoria do ambiente de trabalho conjuga uma série de esforços para a máxima subserviência do trabalhador. A reestruturação produtiva, a partir da década de 90, em decorrência das novas tecnologias e da modernidade, vem intensificando o desenvolvimento de ações para a saúde do trabalhador. A ação profissional na promoção e prevenção da saúde, hoje, tem enfrentado inúmeros desafios, pois este profissional é requisitado para minimizar as sequelas das mudanças estruturais na organização do trabalho que afetam a saúde do trabalhador. Nesse sentido, abordaremos neste estudo sobre essa área do conhecimento, priorizando os aspectos históricos e legislativos, no qual o conhecimento desta é essencial para a intervenção profissional, sendo que, o assistente social é requisitado a responder a demandas legitimadas pelas contradições produzidas na ofensiva do capital sobre os trabalhadores. O trabalhador Assistente Social não fica imune às confrontações advindas desse contexto. Sobre ele impactam também as mesmas exigências colocadas sobre o trabalho e os agravos sobre a sua saúde do conjunto dos trabalhadores.

Palavras-chave: Trabalho. Serviço Social. Saúde do trabalhador.

1 INTRODUÇÃO

No mundo moderno, a industrialização trouxe um novo modelo de produção estabelecendo novas relações entre os homens na relação capital/trabalho, ou seja, novas formas de produzir numa divisão sociotécnica do trabalho (Marx, 1998). A divisão social do trabalho é um antigo princípio, porém, inovador no capitalismo industrial.

[1] Assistente Social, Pedagoga, Especialista em Gestão da Educação, Especialista em Serviço Social, Gestão e Elaboração de Projetos Sociais, Bonifácio e Báfica Educacional, adbbafica@gmail.coml.
[2]Assistente Social, Pedagoga, Mestra em Políticas Sociais e Cidadania, Especialista em Serviço Social, Gestão e Elaboração de Projetos Sociais, Bonifácio e Báfica Educacional, bonifacio.associal@gmail.com

É possível entender o trabalho como a atuação do homem sobre a natureza, transformando-a e adaptando-a à própria realidade, para a sua sobrevivência e manutenção das necessidades. Já a força de trabalho é a capacidade física, mental e intelectual que o indivíduo empreende para realizá-lo (Druck, 2000). Ao atuar sobre a natureza e transformá-la, o homem transforma a si mesmo, atribuindo um significado ao seu trabalho. (Marx, 1998)

Diferentemente da distribuição de tarefas, a divisão do trabalho significa a subdivisão sistemática de várias especialidades produtivas. Deriva especificamente do trabalho humano, pois o homem sabe produzir para atender suas próprias necessidades e de outras espécies, diferentemente dos outros animais, embora, outras espécies animais também se organizem na divisão de tarefas. (Braverman, 1987).

As expressões da questão social no Brasil perpassam pela crise do capitalismo e suas variadas formas de superação (reestruturação produtiva, flexibilização e desregulamentação do trabalho), culminando na exclusão social e ou em consequências danosas à saúde do trabalhador. As novas tecnologias empregadas na produção, bem como toda a pressão psicológica sofrida pelo trabalhador em meio ao processo de trabalho, dão origem a um novo homem, muitas vezes flagelado, e ou emocionalmente desestruturado, uma vítima de repetitividade de movimentos, jornada de trabalho extenso, ritmo acelerado, esforço físico extenso, posturas e posições inadequadas entre outros (Cartilha de Saúde do Trabalhador, 2002).

A emergência do Serviço Social está estritamente ligada às modificações ocorridas na sociedade no século XIX. Segundo Netto (2001), tais mudanças ocorreram em decorrência do período que corresponde à passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista, quando as consequências desse modo de produção começaram a ser sentidas de forma mais profunda pela sociedade.

O capitalismo monopolista oportunizou fenômenos como admissão de novas tecnologias e, consequentemente, a tendência de economizar trabalho vivo, acarretando o aumento do exercito industrial de reserva que, devido à desorganização da classe trabalhadora e valendo-se dessa situação, manipulou as condições de trabalho durante certo período.

Partindo-se de tal compreensão, o estudo teve como pergunta de partida: como se desenvolve o trabalho na sociedade capitalista e qual a contribuição do assistente social na garantia de direitos do trabalhador brasileiro? Nesse sentido, tem como objetivo geral compreender a relação do trabalho na sociedade capitalista e a contribuição do assistente social na garantia de direitos. E como objetivos específicos: analisar o desenvolvimento da classe trabalhadora brasileira; relacionar a evolução de direitos dos trabalhadores e o surgimento do serviço social e identificar as principais legislações que protegem a saúde da classe trabalhadora.

2 TRABALHO NA SOCIEDADE CAPITALISTA E O SERVIÇO SOCIAL

2.1 O TRABALHO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A Inglaterra foi o primeiro país que industrializou, posteriormente esse modelo de produção se disseminou em todo o mundo, intensificando-se na segunda metade do século XVII. Caracterizava-se pela forma de produzir a partir da produção em larga escala, maior exploração de mão-de-obra pelo capital. Os donos dos meios de produção, denominados de capitalistas aumentavam mais e mais os seus lucros que Marx (1998) entendeu por mais-valia, enquanto, o trabalhador, além de ser explorado por massivas horas de trabalho, sem nenhum direito trabalhista, pois, nesse período não havia legislação trabalhista (CLT),não percebia mensalmente o equivalente à sua força de trabalho empregada na produção.

As condições de trabalho também eram as piores possíveis, mesmo as periculosas e insalubres. Com o emprego da força de trabalho não apenas dos homens, como também de mulheres e crianças.

Dessa forma, o capitalista, por meio da disciplina imposta e da exploração cada vez maior de mais valia sobre o trabalho de famílias inteiras, aumenta seu lucro ao mesmo tempo em que diminui seus gastos com pagamentos salariais, visto que a introdução de máquinas dispensa parte dos trabalhos.

> A relação de exploração do trabalho é uma relação que passa pela questão de alienação, passa por uma relação de dominação no local de trabalho, subordinação e disciplina. E é por isso que existem políticas de organização do trabalho dentro da sociedade capitalista que vem se transformando, a fim

> de garantirem a disciplina e o controle para que o trabalho se realize, de acordo com o objetivo capitalista, que é a acumulação (Druck, 2000, p.13).

A exploração de mais valia no sistema capitalista tornou-se fundamental para sua manutenção por ter como lógica a aquisição cada vez maior de lucro e concentração de capital. Nessas condições surge a classe operária formada por operários têxteis, artesão, tinteiros, tipógrafos e sapateiros assalariados, trazendo à tona um novo tipo de trabalhador, aquele expropriado dos seus meios de produção.

Na primeira metade do século XIX, a descoberta do vapor impulsionou a produção industrial, atingindo também os transportes às comunicações e a difusão cultural, que permitiram o surgimento de novas tecnologias e invenções.

No final desse mesmo século, desenvolve-se uma concentração de capital e uma unidade de produção. A grande indústria com tecnologias mais avançadas, mais mecanizadas, “com sua gerência científica exerce pressões sobre os operários, alienando-os do seu saber sobre o produto por eles criado, transformando-o em mero apêndice da máquina, cada vez mais precarizado” (Oliveira, 2004, p. 93).

O crescimento industrial traz para o trabalhador, sérias consequências como: o desemprego e a exclusão social, contribuindo assim, para que haja mão de obra excedente, como para o aumento da pobreza. Com o emprego das máquinas, produzindo mais e em larga escala, não há necessidade de muitas contratações, pois, com a capacidade de produção de máquinas avançadas, um menor número de trabalhadores será necessário para operacionalizá-las.

De acordo com Oliveira (2004), no começo do século XX – devido aos intensos movimentos sociais comuns ao final do século XIX, e em razão da pressão e perigo que os mesmos causavam à ordem social e econômica como um todo, estabeleceu-se no Brasil, o Sistema de Previdência Social, pública e estatal, onde caberia ao Estado o provimento de “serviços destinados à previdência social, saúde, seguro-desemprego, aposentadoria, garantia de uma renda mínima, além de recursos adicionais para manutenção da vida” (Oliveira, 2004, p. 93).

A década de 1930 se destaca com o período de avanço no que se refere ao Brasil. O apoio de empresas estatais e não estatais (nacionais e multinacionais) que investiram diretamente em infraestrutura, através de subsídios creditícios e incentivos fiscais, estimulando a acumulação primitiva e o lucro, acrescidos à taxa de mais valia

(parcela não paga ao trabalhador, apropriada pelo capitalismo) para o aumento da capacidade empresarial e autofinanciamento dos seus investimentos e do processo tecnológico. (Brum, 1982)

De acordo com Jeremy Rifkin (1995), o mundo entra, nesse momento em uma nova fase da história, em que cada vez menos trabalhadores serão necessários para produzir bens e serviços para a população global.

Nos EUA, após a 2ª guerra mundial, surge o modelo de desenvolvimento Fordista (padrão de desenvolvimento e regulação do capitalismo), o qual se caracterizou por uma política de pleno emprego (Estado de Bem Estar Social), com ganhos reais de salários, estabilidade, proteção e direitos sociais. (Druck, 2000)

Esse modelo de desenvolvimento do capitalismo expandiu-se posteriormente para os países periféricos. No Brasil, esse desenvolvimento ocorreu de forma bastante limitada e desigual, devido às diferenças regionais e setoriais existentes no país. Pautava-se em um novo padrão de vida, organização e gestão do trabalho, com uma rede de proteção e segurança social do cidadão, o que de fato não ocorreu aqui no Brasil, pois, não houve participação do trabalhador, nos lucros advindos do aumento massivo da produção e nem tampouco proteção ao trabalho e ao trabalhador. (Filgueiras, 1997)

Com a crise do fordismo na década de 70, ocasionada pela aceleração das taxas e inflação, redução da produtividade e dos níveis de consumo, bem como do aumento dos déficits públicos, abala-se a estrutura do emprego, no país, uma vez que, com a produção em grande escala, não houve em contrapartida o consumo em massa, o que inviabilizou a distribuição dos ganhos com os trabalhadores (Filgueiras, 1997, p.15). Essa crise teve consequência séria para a economia mundial.

Brum (1982), em consonância com Filgueiras (1997), observa que as crises econômicas no capitalismo decorrem de dificuldades no processo de acumulação do capital, resultantes do declínio das taxas de lucro, que reduziu os investimentos e ocasionou a queda de produção e desemprego.

O processo de reestruturação do trabalho iniciado no final do século XX teve como característica a crise da indústria, das forças sindicais, como também o crescimento da terceirização com ênfase nos serviços, que se destaca no mundo capitalista pela sua característica de flexibilidade. Os termos empregabilidade e

flexibilização das leis trabalhistas (trabalho temporário) é, tão somente, uma nova estruturação de reorganização da produção e do trabalho.

A reestruturação produtiva foi uma estratégia encontrada pelo capital para superar a crise do capitalismo fordista, sustentado pelo neoliberalismo (Estado mínimo), o qual considera que “o mercado deve ser o único regulador da economia” (Filgueiras, 1997, p. 45).

Segundo Aranha e Martins (2005), vivemos hoje um tipo de globalização comandada pelas forças do capitalismo neoliberal, que apesar de ser um sistema econômico capaz de produzir riqueza e acelerar o progresso, mostrou-se incapaz de distribuí-la de maneira justa.

Na lógica global dos mercados mundiais, o ser humano fica em ultimo plano; o lucro e a competitividade convivem com a pobreza e a exclusão. O desemprego ocorre em todo o mundo, não apenas nos países de terceiro mundo, mas também nos países desenvolvidos, como consequência de substituição de mão-de-obra por máquinas que produz em grande escala, como pela falta de qualificação tecnológica e científica.

Essa falta de mão-de-obra qualificada acirra ainda mais a competitividade e o individualismo entre os trabalhadores. É surpreendente o fato de que pessoas convivem atualmente com o drama da fome em vários lugares do mundo, justamente num período em que o avanço tecnológico e a capacidade produtiva da agricultura é demasiadamente forte. Assim, percebe-se que embora haja a superprodução de gêneros alimentícios, há também uma grande maioria que não possui poder aquisitivo de compra. (Aranha; Martins, 2005)

Para Filgueiras (1997), o final do século XX, trouxe rápidas e profundas transformações econômicas, sociais e políticas. Assistiu-se a um complexo processo de deteorização das relações sociais, que está colocando em questão as formas de organização das sociedades contemporâneas.

Nesse sentido, Netto (1996, p. 89) afirma que, “[...] é evidente que a nossa sociedade participa da inflexão atual do capitalismo com as refrações derivadas, em primeiro lugar, da sua condição periférica e, em segundo, do próprio nível de desenvolvimento e articulação das suas relações capitalistas”.

O capitalismo contemporâneo traz para o que os cientistas sociais costumam chamar de III Revolução Tecnológica,

> [...] a perda de vínculos de trabalho, bem como de formalidade do emprego, o que leva os donos dos meios de produção a manter um insignificante número de empregados estáveis, contratando alguns outros por tempo determinado, assim, não se cria vínculo empregatício, economizando com despesas trabalhistas; tudo isso com o aval das políticas neoliberais (Baltar; Dedecca, 1999 *apud* Borges, 2003, p.4).

Os impactos de reestruturação produtiva e da desregulamentação neoliberal sobre o mercado trabalho brasileiro foram tão ou mais devastadores do que aqueles que atingiram a estrutura produtiva. O principal e mais visível desses impactos foi o descolamento das curvas de produção e de emprego. Ao contrário dos anos 1980, na década de noventa, o desemprego não cedeu quando a economia se recuperou, os empregos destruídos não voltam mais, inaugurando no país o fenômeno do desemprego aberto elevado, de longa duração e estrutural, porque resultado de mudanças igualmente estruturais.

Um aspecto característico das novas formas de organização do trabalho é representado pela flexibilização, termo muito geral que se aplica a diferentes realidades, mas que, em princípio, consistiria em uma estratégia gerencial que substitui uma solução uniforme por uma série de soluções alternativas, tendo em vista elevar o grau de adaptação aos novos parâmetros técnicos e econômicos.

Flexibilização do trabalho não se confunde necessariamente com desregulamentação (abandono da legislação trabalhista) ou precarização do trabalho, mas pode apresentar tais características quando assume um caráter puramente defensivo. (Laranjeira, 1997)

São diversas as teorias que dividem os autores acerca das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, teorias essas, que em síntese nos leva a uma mesma conclusão: o desemprego estrutural é resultado das mudanças ocorridas no mundo do trabalho, no Brasil e no mundo.

2.2 A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA BRASILEIRA E O SERVIÇO SOCIAL: A GARANTIA DE DIREITOS E MANUTENÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR

O sindicalismo autônomo existente no Brasil antes da década de 30 foi substituído por uma estrutura sindical corporativa, imposta aos trabalhadores por meio de leis sindicais. Em 1932 essas leis regulamentaram o trabalho dos adolescentes menores de quatorze anos, bem como o das mulheres, fixando a jornada de trabalho

de oito horas e instituindo a convenção coletiva de trabalho. Em 1934, essas leis passaram a fazer parte da constituição brasileira de 1937. (Valadares; Ribeiro; Martins, 1993)

Nesse contexto, emergiu o Serviço Social, a partir da aproximação da burguesia com os agentes que desenvolviam ações de filantropia, de maneira a poder, através dessa prática, de forma um tanto sutil, desmobilizar as reivindicações da classe trabalhadora, disseminando a ideia de igualdade e harmonia entre as classes. No entanto, após uma de suas constantes crises, em que a exploração e alienação dos trabalhadores seguiam perpetuando-se, o movimento da classe trabalhadora se fortalece, levando a uma ação rápida da burguesia, que se une ao Estado e à Igreja, na tentativa de conter a referida classe. Segundo Netto (2001), é no cerne dessa esfera que se gestam as possibilidades para o surgimento do Serviço Social,

> [...] não há dúvidas em relacionar o aparecimento do Serviço Social com as mazelas próprias à ordem burguesa, com as sequelas necessárias dos processos que comparecem na constituição e no envolver do capitalismo, em especial aquelas concernentes ao binômio industrialização/urbanização, tal como este se revelou no curso do século XIX (Netto, 2001, p.17).

Com a Constituição Federal de 1937, é viabilizada a ampla intervenção na economia do país, regulação e controle de produção, das empresas e das relações de trabalho, Getúlio cria novas formas de controlar a classe operária, não só institui a legislação trabalhista como também passa a ter o controle da atividade sindical. A nova Constituição dava-lhe direito de criticar leis e de censurar rádios, jornais e revistas, através do Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP. (Barbosa Filho; Stockler, 1990).

Com a legislação trabalhista, Getúlio Vargas, Presidente do Brasil da época, mediava e arbitrava em todas as negociações e conflitos entre empregados e empregadores, constituindo-se assim, na síntese da política trabalhista que funcionava como principal instrumento da ditadura militar, bem como a legislação social (direitos e deveres dos empregados e empregadores), além de controlar os sindicatos, promulgar leis que incorporavam antigas conquistas dos operários e criar novos direitos, estabelecidos sem a participação dos trabalhadores. (Valadares; Ribeiro; Martins, 1993)

Em 1940, Getúlio Vargas anuncia a criação do salário-mínimo, ao qual não estariam inclusos nem educação, nem saúde, ambos eram dever do Estado, porém, o valor do salário-mínimo fixado pelo governo, deveria arcar com as despesas mínimas de alimentação, vestuário, higiene, transporte e moradia, embora o custo de vida se elevasse de forma superior aos reajustes salariais. De forma estratégica, o governo tem sob controle os trabalhadores e os sindicatos, disseminado a ideologia de “protetor dos pobres e desamparados”. (Valadares; Ribeiro; Martins, 1993)

“A presença tuteladora do Estado atinge contornos mais nítidos no plano social, no início da década de 40, com a promulgação das Leis do Trabalho (CLT)” (Brum, 1982, p. 85). Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Vargas pretendia controlar melhor as organizações sindicais, incluir nos benefícios categorias de trabalhadores ainda não organizadas, ampliar sua popularidade e fortalecer líderes sindicais afinados com a ideologia da ditadura.

Segundo Brum (1982, p. 85), “esta intervenção direta do Estado na economia e nas relações de trabalho decorria do entendimento que se tinha do estágio ainda atrasado do capitalismo brasileiro”.

Em 1º de maio de 1943, passa a vigorar através do decreto lei nº 5.452, toda a legislação trabalhista outorgada na constituição de 1937, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), de forma sistematizada. (Valadares; Ribeiro; Martins, 1993)

As leis sociais e trabalhistas de Vargas não foram estendidas ao campo, onde os trabalhadores não tinham garantias ou direitos, pois a oligarquia tradicional, que apoiava o governo, não admitia mudanças nas relações de trabalho no campo. Esse compromisso de Vargas com as elites agrárias protegia a agricultura, para que esta continuasse a gerar as divisas necessárias ao projeto de modernização da indústria nacional, entretanto, “apesar de todas as medidas de proteção à agricultura, esse setor foi abalado pela crise do mercado agrícola externo, enquanto, o setor industrial passou a apresentar razoáveis índices de crescimento” (Barbosa Filho; Stockler, 1990, p. 40).

As evidências apontam para o caráter controlador e manipulador do governo de Getúlio Vargas, o que nos permite perceber que durante as décadas de 30 e de 40, todo o seu empenho foi de controle das massas, através de instrumentos legais por ele criados, para coagir a opinião pública, a imprensa, os empresários, os

intelectuais, políticos e principalmente os trabalhadores. (Barbosa Filho; Stockler, 1990)

Tendo em vista tais evidencias, presume-se que, embora a legislação trabalhista tenha trazido benefícios para o trabalhador, principalmente com relação à jornada de trabalho, a qual era excessiva, ao trabalho das mulheres e de menores de 14 anos, não deixou de beneficiar em maior proporção os donos dos meios de produção. Além disso, ele procurava manter baixos os preços dos produtos alimentícios e das matérias-primas, pois, dessa forma, mantinha-se no poder, conquistando o apoio popular.

Se, melhorar as condições de trabalho, fixar um salário mínimo, férias e outros benefícios, foi importante e significativo para o trabalhador, enquanto garantia de direitos e qualidade de vida, também o foi para o então presidente Getúlio Vargas, o qual não intencionava tão somente salvaguardar a saúde do trabalhador, e sim, por meio de suas ações sistemáticas, conquistar e centralizar o poder, tendo em vista que, nesse período aqui no Brasil, ainda não estavam fortalecidos os debates, discussões e ações voltadas efetivamente para a medicina do trabalho, a qual teve início na Inglaterra.

Foi a partir de 1987, que as principais normas viriam dar ênfase aos acidentes de trabalho e às características especificas do trabalho propriamente dito, pois, as leis foram elaboradas pelo Ministério do Trabalho. (Brasil, 2001)

Assim como nas legislações, o Serviço Social também passou por alterações na história da profissão. No início do Serviço Social no Brasil, ainda sob o ideário católico, o objeto era o homem: pobre, morador de favelas, desempregado, analfabeto – um homem específico, reduzindo a questão social a um problema moral e individual, a partir de uma apreensão manipuladora e imediata do ser social. Posteriormente, com a aproximação com o marxismo, buscou-se construir um novo projeto, a partir de uma visão de homem e mundo, alicerçado numa dimensão teórica que, analisando o modo de produção capitalista, constrói uma teoria norteadora da ação, pautada nas demandas das classes subalternas e num conjunto de situações que mereciam a intervenção profissional; isso, a partir de um olhar crítico da sociedade capitalista e da própria profissão nela inserida.

> Os debates construídos na década de 80 representaram um grande avanço nesse sentido, um verdadeiro salto qualitativo de uma postura crítica face à relação entre o saber e o fazer profissional. O Movimento de Reconceituação constituiu-se em um, "[...] processo internacional de crítica ao tradicionalismo profissional" (Netto, 2005, p. 9).

Assim, o Serviço Social rompe com laços que o originaram, constituindo-se como profissão que, ocupando um espaço na divisão social e técnica do trabalho na sociedade capitalista, traça um novo caminho, num deslocamento de ações de cunho caritativo/assistencialista para a compreensão de proteção e direito social, como nova prática profissional. "[...] a ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora" (Faleiros, 1987 *apud* Netto, 2005, p. 9).

Netto (2005) ainda ratifica que, no contexto que antecedeu o Movimento de Reconceituação, além das questões que efervescia na sociedade, a instauração da ditadura militar faz surgir a indagação sobre qual a contribuição e o papel do Serviço Social frente à "questão social'' e na busca por mudanças. Cria assim, uma geração de profissionais inquietos e desejosos por renovação que:

> [...] Neste marco, indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da ''questão social'', sobre a adequação dos procedimentos profissionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiram na cena político-social (Netto, 2005, p.9).

A partir desse novo olhar, desde a Reconceituação, o Serviço Social tem construído sua ação voltada para a maioria da população. A atuação profissional adquire uma mudança em seu público-alvo, deixa de ser uma atuação focalizada, pois suas ações passam a atingir grandes setores do proletariado, e não apenas pequenas parcelas de indivíduos pobres.

A mudança do caráter da profissão se deu tanto na sua atuação, como na postura frente à lógica capitalista. A partir do momento em que a profissão passa a orientasse pela análise marxista da sociedade burguesa, discussões voltadas para o saber-fazer profissional consubstanciam-se, e, no âmbito da proposta de formação profissional (ABESS/ CEDEPSS), o objeto de intervenção passa a ser definido como a "questão social" ou as expressões da "questão social".

> O assistente social convive cotidianamente com as amplas expressões da questão social, matéria prima do seu trabalho. Confronta-se com as manifestações mais dramáticas dos processos da questão social no nível dos indivíduos sociais, seja na sua vida individual ou coletiva (ABESS/ CEDEPSS, 1996 *apud* Machado, 1999, p. 154-5).

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 houve melhorias na condição social tanto dos trabalhadores rurais quanto aos trabalhadores urbanos e ficou determinado a obrigatoriedade do seguro contra acidentes de trabalho e a respectiva indenização, o que veio contribuir e acrescentar na melhoria das condições de trabalho até então existentes. (Brasil, 2001)

Na seção do Sistema Único de Saúde – SUS, que regula o Direito à Saúde, está incluso em seu artigo 200, além de outras atribuições, que compete ao mesmo executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador.

A Lei Orgânica da Saúde – LOAS nº 8080/90, que regulamenta o SUS e suas competências no campo da saúde do trabalhador, considerou o trabalho com importante fator determinante/condicionante de saúde. (Brasil, 2001)

Na década de 90 foram produzidas e aprovadas várias portarias, em relação aos assuntos relacionados à saúde do trabalho, entre as quais a Portaria MS nº 119 de 09 de setembro de 1993, que inclui o procedimento “Atendimento específico para Acidente de Trabalho”. Nesta mesma década, além das leis, no Conselho Nacional de Saúde passou a existir também a Comissão Interministerial de Saúde do Trabalhador (CIST), uma câmara técnica que realiza assessoria em saúde do trabalhador. (Brasil, 2001)

Na sequência, em 1995 e 1996, duas outras portarias deram continuidade à regulamentação da assistência aos trabalhadores acidentados ou acometidos de doença profissional ou do trabalho, estabelecendo o Programa Integrado de Assistência ao Acidentado do Trabalho-PIAT. (Brasil, 2001)

Outro grande avanço com relação à saúde do trabalhador é a Norma Operacional de Saúde do Trabalhador – NOST-SUS/98, que tem por objetivo definir as atribuições e responsabilidades para orientar e instrumentalizar as ações de saúde do trabalhador urbano e rural, considerando as diferenças entre homens e mulheres, a ser desenvolvidas por Secretarias de Saúde do Estado, Distrito Federal e Municípios. (Brasil, 2001)

Atualmente, com o objetivo de adaptar o seu texto original às mudanças da modernidade, a CLT regulamenta as relações de trabalho, tanto urbanas quanto rurais, funcionando como o principal instrumento de regulamentação das relações de trabalho e de proteção dos trabalhadores. Abrange temas diversificados como: registro do trabalho em carteira, jornada de trabalho, período de descanso, férias, medicina do trabalho, categorias especiais de trabalhadores, proteção do trabalho da mulher, contratos individuais de trabalho, organização sindical, convenções coletivas, fiscalização e justiça do trabalho e processo trabalhista.

Nesse sentido, é importante ressaltar que o objeto de intervenção do Serviço Social, tem sido o conjunto das expressões da desigualdade na sociedade capitalista, principalmente as relações que envolvem o trabalhador, sua vida e suas condições de trabalho. A profissão se legitima socialmente, passando a ter verdadeiramente uma função social que, enraizada na contradição entre capital e trabalho, assume uma posição político-ideológico a partir da apreensão da dimensão política da prática profissional, numa busca mais clara do entendimento da realidade que está à sua volta.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

O entendimento acerca da questão social e seus desdobramentos, expressa na contradição fundamental do modo capitalista de produção, estão fundamentadas numa análise da sociedade a partir do contexto em que se encontra a grande maioria da população, que tem que vender sua força de trabalho para garantir a sobrevivência. Dessa forma, compreender as múltiplas expressões da questão social, que se manifestam sob a forma de: fome, analfabetismo, violência, desemprego, entre outros, foi primordial para a mudança no caráter de intervenção do Serviço Social.

Dessa maneira, é indiscutível a intervenção do Serviço Social no âmbito das desigualdades que consubstanciam a questão social. É por excelência o profissional que “tem na questão social a base para sua fundação como especialização do trabalho” (Iamamoto, 2004, p.27). Que ao longo de sua história vem construindo um importante papel como responsável pela execução de políticas públicas ratificando a afirmação ora realizada por Netto (2001), que concebe o assistente social como mero

executor terminal de políticas sociais. Entretanto, esse profissional, ao mesmo tempo, vem conquistando lugar de destaque na formulação, execução e gestão destas, como forma de intervenção junto à população.

Portanto, pode-se dizer que o Serviço Social, na atualidade, tem como desafio, redescobrir alternativas e possibilidades baseadas numa competência crítica, que busque apreender a realidade frente às múltiplas expressões da questão social, ultrapassando as fronteiras que permeiam as rotinas institucionais. Situa-se o Serviço Social na dinâmica das relações entre o Estado, organismos empregadores, e a sociedade civil, de maneira a estarem sempre próximo dos interesses e necessidades das classes menos favorecidas para, assim, poder concretizar a intervenção profissional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** 1988. Brasília/DF, Senado. 5 de outubro de 1988.

_____. **Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990.** Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providencias. Brasília (DF): Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 20 set. 1990.

_____. Ministério da Saúde. **Para saber das coisas:** falando da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e doenças relacionadas ao trabalho. Hemeroteca Sindical Brasileira: São Paulo, 2006. Cartilha e guia de fontes para radialistas. Disponível em: www.obore.com.br. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Ministério da Saúde. **Politica Nacional de Saúde do (a) Trabalhador (a).** Brasília, 2004. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/proposta_pnst_st_2009.pdf. Acesso em: 15 abr.2012.

_____. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho:** manual de procedimentos para os serviços de saúde/Ministério da Saúde do Brasil, Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil; organizado por Elizabeth Costa Dias; colaboradores Idelberto Muniz Almeida *et al*.- Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

BRAVERMAM, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** A degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987. Disponivel em: pt.scribd.com/doc/.../02-Braverman-trabalho-e-Capital-Monopolist-A. Acesso em 22 mai.2014.

DRUCK,Graça. Algumas considerações teóricas sobre o trabalho na sociedade capitalista. *In*: CARVALHO, Maria do S. N.; ARAUJO, Nailsa; ARAÚJO, Vilma A. de. (Org.). **DSS e Economia Solidária:** debate conceitual e relatos de experiência, Recife, 2000, p.11-23.

BRAVERMAM, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista:** A degradação do trabalho no século XX. Trad. Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987. Disponivel em: pt.scribd.com/doc/.../02-Braverman-trabalho-e-Capital-Monopolist-A. Acesso em: 22 maio 2014.

NETTO, José Paulo**. Capitalismo Monopolista e Serviço Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 84, p.5-20, Nov. 2005.

MARX, Karl**. O Capital:** Critica da Economia Política. Livro I, v.I 16 ed. Tradução: Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, 966p. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx;1867/ocapital-v1/index.htm. Acesso em 22 mar.2013.

OLIVEIRA, E. M. Transformações no Mundo do Trabalho: Da Revolução Industrial aos nossos dias. **Caminhos da Geografia** (UFU. Online), Uberlândia., v. 11, p. 84-96, 2004.

DEMOCRACIA E MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA

ETNOMARKETING: Conceito, alcance e aplicabilidade

Alfons Heinrich Altmicks[1]

RESUMO

A principal diretriz do etnomarketing enfatiza a necessidade de adaptar as estratégias de marketing para estabelecer conexões autênticas com os grupos étnicos visados. Nesse sentido, o foco desta investigação foi o surgimento do conceito de etnomarketing, destacando sua abrangência e aplicação. Como problema de pesquisa, foram formuladas as seguintes perguntas: O que é etnomarketing? Qual é o limite de seu significado? Em quais contextos o etnomarketing pode ser aplicado? Diante dessas questões, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar as propostas de conceituação do etnomarketing, selecionando um conceito que contemple a complexidade e a diversidade do fenômeno. A metodologia escolhida para esta pesquisa foi a abordagem bibliográfica, que se destaca por examinar o fenômeno por meio da análise da literatura que delineia a sua evolução conceitual. A escolha deste tema se justifica pela importância de compreender como as marcas desenvolvem estratégias relacionadas às identidades étnicas e relacionadas com a forma com que a sociedade as percebe e se apropria dessas identidades. Ao concluir os esforços investigativos, entendeu-se que o etnomarketing é um processo social, que engloba três funções essenciais do marketing, quais sejam, entender o consumidor, conquistá-lo e mantê-lo por meio do monitoramento das pessoas nos seus ambientes naturais. Assim, o etnomarketing é uma ferramenta utilizada para inserir marcas em nichos étnicos distintos, sem recorrer a estereótipos ou causar danos.

Palavras-chave: Marketing. Etnomarketing. Conceito. Abrangência. Limites.

1 INTRODUÇÃO

Frequentemente, a diversidade dentro de populações culturalmente variadas pode levar a mal-entendidos sobre os processos integrativos na sociedade urbanizada. Isso acontece devido à grande variedade de nuances culturais que merecem destaque, quando se analisa a Cultura e suas conexões com a formação das identidades. Cada grupo social apresenta suas próprias peculiaridades e características únicas, que enriquecem a herança cultural comum. É exatamente nessa interação entre a especificidade cultural e as demandas da vida

[1] Graduado em Comunicação Social (UCSAL) e em Pedagogia FAZAG). Mestre em Educação (USCAR) e em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL). Doutorando em Difusão do Conhecimento (UNEB), e-mail: alfons.altmicks@pro.ucsal.br

contemporânea, oriundas da sociedade urbanizada, que emerge o conceito de etnomarketing.

O etnomarketing representa uma evolução significativa no campo do marketing, especialmente em um mundo globalizado e diversificado. Esta abordagem estratégica destaca a importância de atender às necessidades e preferências específicas de diferentes grupos culturalmente diferenciados. Enquanto a segmentação tradicional se concentra em fatores como idade, gênero e renda, o etnomarketing vai além, mergulhando nas nuances culturais que moldam as sociedades (Senne, 2013). As empresas que adotam o etnomarketing demonstram interesse em reconhecer as diferenças culturais. Elas compreendem que cada cultura possui seus próprios valores, crenças, tradições e hábitos de consumo, que influenciam suas escolhas de produtos e serviços. Portanto, para alcançar com sucesso os consumidores de diferentes origens culturais, é fundamental adaptar suas estratégias de marketing de acordo com as suas particularidades (Jaime Júnior, 2001; Senne, 2013; Morales; Plazas, 2017).

A principal diretriz do etnomarketing elege a necessidade de ajustar as estratégias de marketing, de modo a estabelecer conexões autênticas com os grupos culturais diferenciados a serem atingidos. Isso implica na criação de campanhas e ações que genuinamente representem a linguagem, o imaginário e o *ethos* de cada um desses grupos, evitando os estereótipos e os reducionismos. Ao adotar essa abordagem, as marcas podem estabelecer relacionamentos mais robustos e duradouros com os consumidores, demonstrando respeito por suas identidades culturais, pelas suas cosmogonias e pelos seus sentimentos de pertencimento e territorialidade (Jaime Júnior, 2001; Senne, 2013).

Ademais, o etnomarketing supõe e exige pesquisa sobre as comunidades culturalmente diferenciadas a serem atingidas. Isso implica o entendimento dos hábitos, valores, tabus, tradições, linguagem, normas, religiosidade e até mesmo o padrão de uso de produtos e as demandas por serviços, específicos por parte de cada grupo. Ao compreender esses aspectos, as marcas podem ajustar os seus produtos e serviços, as suas embalagens, as suas mensagens e os seus canais de distribuição, objetivando atender, de maneira mais eficaz e relevante, às necessidades idiossincráticas de cada grupo (Jaime Júnior, 2001; Senne, 2013).

Então, começa a se delinear o tema que norteou esta investigação, qual seja: o surgimento do conceito de etnomarketing, ressaltando o seu alcance e a sua aplicabilidade. À guisa de problema de pesquisa, elegeu-se as seguintes questões: O que significa etnomarketing? Em que situações o etnomarketing pode ser aplicado? O que deve ser evitado na sua aplicação? Diante dessas questões, o objetivo desta investigação foi o de analisar as várias propostas de conceituação do etnomarketing, elegendo um conceito que dê conta da complexidade e da pluralidade de manifestações do fenômeno.

Dada a intrincada natureza do fenômeno sob investigação, torna-se imperativo adotar uma abordagem qualitativa em seus procedimentos. Segundo Alvarenga (2010, p. 10), "[...] Este enfoque abrange processos humanos complexos. Tenta descrever e compreender as situações e os processos de maneira integral e profunda, considerando inclusive o contexto que envolve a problemática estudada". Essas características fazem do enfoque qualitativo a escolha ideal para desenvolver pesquisas no âmbito cultural, permeado por dinâmicas de fugazes transformações dialéticas.

No âmbito do enfoque qualitativo, a escolha metodológica adotada para esta pesquisa foi a abordagem bibliográfica, que se destaca pela preocupação em compreender o fenômeno por meio da análise da literatura que delineia a sua trajetória de entendimento. A pesquisa bibliográfica desempenha um papel fundamental no processo de investigação acadêmica. Fundamentada na análise de fontes bibliográficas, tais como livros, artigos científicos, teses e documentos acadêmicos, essa metodologia visa a coleta, análise e síntese dos conhecimentos existentes sobre um tópico específico. A pesquisa bibliográfica proporciona uma base sólida para o desenvolvimento de trabalhos científicos, permitindo ao pesquisador situar o seu estudo dentro do contexto de estudos prévios e estabelecer uma base teórica robusta (Alvarenga, 2010; Estrela, 2018).

Para realizar uma pesquisa bibliográfica de qualidade, é de suma importância estabelecer critérios íntegros para a seleção das fontes utilizadas, levando em consideração a relevância, atualidade e confiabilidade das informações. Além disso, a capacidade de análise crítica do conteúdo obtido é fundamental, permitindo que o pesquisador identifique tendências, lacunas no conhecimento e abordagens

contraditórias. A organização e síntese das informações coletadas através da pesquisa bibliográfica desempenham um papel crucial na construção da base teórica de um estudo, proporcionando a fundamentação necessária para os posicionamentos que o autor adotará, ao longo da pesquisa (Alvarenga, 2010; Estrela, 2018).

Diante dos frequentes questionamentos sobre a legitimidade e validade do etnomarketing, esta investigação adquire relevância. É crucial compreender como as marcas desenvolvem suas estratégias em relação às identidades étnicas e em relação a como a sociedade as percebe e se apropria dessas identidades. Neste contexto, o etnomarketing se torna um microcosmo, a partir do qual se busca uma compreensão mais profunda do fenômeno do marketing em sua totalidade na esfera social.

Este artigo está disposto em quatro partes, inclusos o texto introdutório e as considerações finais. Na Introdução, além de uma breve apresentação do tema, foram elencados o problema da pesquisa, os seus objetivos, a metodologia utilizada e a justificativa sobre a pertinência do assunto investigado. Em seguida, no capítulo intitulado “Antropologia do consumo: um lastro teórico para o etnomarketing”, foram apresentadas as ligações epistêmicas entre o Etnomarketing e a Antropologia. Em “Etnomarketing: um conceito”, foram levantados diversos conceitos para etnomarketing, optando-se por um, mais completo. Nas “Considerações finais”, procurou-se encerrar a pesquisa, com o atendimento aos seus objetivos.

2 ANTROPOLOGIA DO CONSUMO: UM LASTRO TEÓRICO PARA O ETNOMARKETING

A espécie humana é caracterizada pela capacidade de promover raciocínios lógico-dedutivos. A facilidade com que o ser humano formula abstrações complexas lhe valeu a classificação taxonômica de *sapiens sapiens*, qual seja, a categoria cujos indivíduos são marcados pela consciência de si mesmos e das suas capacidades de compreender o mundo (Brandão, 2015). Com efeito, embora muitas espécies sejam capazes de articular fenômenos, isolados entre si, e, até mesmo, de confeccionar tecnologias (ambos traços do pensamento complexo), apenas a espécie humana é capaz de inferir sobre o próprio conhecimento e sobre os seus mecanismos. Por essa razão, a espécie humana é aquela que “sabe que sabe” e que tem controle sobre os mecanismos do saber (Brandão, 2015; Ingold, 2019).

Cabe questionar-se, no entanto, sobre o porquê do ser humano precisar do “saber sobre o saber”, como especialização evolutiva da espécie. Embora o ser humano seja dono de um alto poder de abstração, a verdade é que, do ponto de vista biológico, ele é extremamente frágil e despreparado para o mundo natural. Senão, veja-se: a espécie humana não tem defesas orgânicas eficientes (como garras, carapaças, pelagem etc.), não se move com agilidade (com efeito, é uma das espécies mais lentas da Natureza), não se camufla, não sabe voar, não nada muito bem... enfim, ao se levar em conta as teorias darwinianas da evolução, é surpreendente que a espécie humana tenha conseguido sobreviver (Brandão, 2015).

O desenvolvimento da capacidade de pensamento racional foi fundamental para que os seres humanos pudessem criar estratégias e tecnologias de sobrevivência ao longo da evolução. As tecnologias que inventou, ao longo do tempo, como roupas, a roda e ferramentas de pedra lascada, são respostas diretas às necessidades de sobrevivência e conforto. No entanto, existe uma dimensão mais profunda, que vai além do simples conhecimento técnico ou habilidades práticas. Essa dimensão envolve o "saber sobre o saber", ou seja, o conhecimento reflexivo, abstrato, que permitiu ao ser humano compreender o porquê das coisas, questionar o mundo ao seu redor e buscar significados mais profundos (Brandão, 2015; Ingold, 2019).

O "saber sobre o saber" vai além da mera solução de problemas imediatos. Envolve a capacidade de refletir sobre questões existenciais, éticas, morais e filosóficas. É o que permite ao ser humano questionar o propósito da vida, o significado da sua existência, a natureza da moralidade e a busca pelo conhecimento mais amplo. Enquanto as tecnologias são respostas práticas para desafios concretos, o "saber sobre o saber" representa a busca pelo entendimento mais profundo do mundo. Ambas as dimensões são importantes para o desenvolvimento humano e a evolução da sociedade (Brandão, 2015; Ingold, 2019).

O “saber sobre o saber” aponta para as estratégias de sobrevivência, afinal, não basta, à espécie humana, ter tecnologias; ela precisa, ainda, ciar condições para que a tecnologia se torne efetiva (Brandão, 2015). Por exemplo, imagine-se um indivíduo humano, habitando uma selva, em pleno período de glaciação terrestre, tendo que escapar de tigres de dentes-de-sabre e necessitando caçar mamutes, para se alimentar e utilizar a pele para se aquecer. Mesmo que esse indivíduo tivesse

ferramentas (tecnologias), sozinho, ele não conseguiria sobreviver. Então, do ponto de vista da estratégia de sobrevivência, o ser humano precisou desenvolver o “saber sobre o saber”, para que fosse possível criar condições de manter outros indivíduos por perto, pois, somente em grupo, poderia sobreviver. Assim, a espécie humana aprendeu a conviver em grupo, criando regras, relações afetivas e cultura (Malinowski, 2009).

É possível considerar que os domínios de estudo da Antropologia e da Sociologia abarcam as vertentes das estratégias e avanços tecnológicos elaborados pela Humanidade em prol de sua própria preservação. A Antropologia concentra-se nas particularidades que diferenciam o ser humano de todas as outras formas de vida na Natureza, enquanto a Sociologia se dedica à análise das interações que essas características engendram entre os indivíduos, dando forma à trama social. Em ambas as abordagens, a tecnologia surge como elemento de produção da existência da espécie humana (Malinowski, 2009).

Então, para sobreviver enquanto espécie, o ser humano criou tecnologia, de modo que produzisse a sua própria existência – orgânica, biológica. Essa produção se baseia, desde os primórdios, na exploração da Natureza, processo potencializado pela tecnologia, para o consumo dos indivíduos, organizados em sociedades. Conquanto se consubstancie como um ser de necessidades, o ser humano, evidentemente, constitui-se em um ser de consumo, na medida em que altera o mundo ao seu redor, através da exploração da Natureza, processo para o qual desenvolve tecnologia de produção (Cavedon, 2008).

Desde a sua origem, o ser humano tem, dessa maneira, equacionado a sua sobrevivência. Porém, o que caracteriza o padrão de consumo da Pós-Modernidade é a substituição do consumo – fruto da necessidade de produzir a existência humana – pelo consumo-fetiche, padrão de consumo típico da sociedade de massa. O consumo-fetiche se estabelece a partir do acréscimo de elementos subjetivos aos produtos, de maneira que o consumidor se veja enlevado por qualidades que não atendem, necessariamente, às suas necessidades, mas, antes, tão somente aos valores engendrados na sociedade em que habita (Cavedon, 2008; Arento; Souza, 2009).

Na Pós-Modernidade, o consumo-fetiche se transforma na principal forma de interação social dos indivíduos, substituindo em grande medida as atividades sociais (Arento; Souza, 2009). A característica fundamental da Pós-Modernidade é a sua capacidade de conectar-se universalmente e utilizar as diferenças como combustível constante para a sua evolução. Nesse contexto, a Antropologia deixa de desempenhar o papel tradicional de compreender culturas e tradições e se torna ponto de observação das vertiginosas transformações culturais. A Pós-Modernidade, com sua diversidade de conteúdos, torna-se uma fonte inesgotável de estudo, alimentando um contínuo processo de exploração dos conhecimentos coletivos e das formas de socialização (Senne, 2013).

Assim, a Antropologia desempenha um papel de extrema importância na compreensão da vida urbana, marcada pelas inúmeras interações sociais, mediadas, por sua vez, pelo consumo-fetiche (Arento; Souza, 2009). De acordo com Senne (2013), essa relação entre interação social e consumo, na Pós-Modernidade, é caracterizada pela diversidade de culturas dispersas, integradas por meio da urbanização (que ajunta muitas matizes culturais nas grandes cidades), do estilo de vida contemporâneo e das redes digitais, do que resulta uma integração grupal e uma interconexão entre comunidades, que são sem precedentes na história humana. Nesse contexto, a Antropologia assume uma função ampla, agindo como uma espécie de cronista que descreve novos agrupamentos em constante processo de troca e transformação. Sua capacidade interpretativa se concentra nos pontos de encontro, nas interseções culturais e nas transformações contínuas que ocorrem como parte desse fluxo incessante (Senne, 2013).

Por isso, a emergência da Antropologia do Consumo surge da imperiosa necessidade de desvendar como a cultura e a sociedade moldam as escolhas dos indivíduos contemporâneos, que se voltam para o mercado como fonte de subsistência, competição e acúmulo de significados simbólicos para suas vidas. Esse domínio de estudo, ao atuar na esfera consciente e inconsciente do comportamento humano, enriquece as análises culturais ao examinar como as mercadorias adquirem valores simbólicos para as pessoas, indo além de suas utilidades práticas. A Antropologia do Consumo lança luz sobre os simbolismos e consensos subjetivos que

fundamentam as dinâmicas das economias e sociedades modernas (Leitão, 2006; Lima, 2010; Senne, 2013).

No curso deste processo de reconstrução, o fenômeno do consumo-fetiche, enquanto objeto de veneração, desempenha um papel de destaque, servindo como a força motriz por trás das interações e, ao mesmo tempo, o veículo através do qual tais interações ocorrem, estabelecendo os elos fundamentais (Arento; Souza, 2009). O emprego dos meios de comunicação, vistos como uma modalidade de consumo cultural, integra-se ao complexo processo de influência que constantemente molda novos cenários. Isso equivale a uma reconfiguração das identidades, proporcionada pelas marcas, através da exploração de sensações, da emulação de ideais comportamentais, ou até mesmo da conversão de estados potenciais em realidades desejadas, tudo facilitado pelo consumo-fetiche (Arento; Souza, 2009). Essas propostas de metamorfose não se limitam à satisfação, mas funcionam como o motor propulsor que guia o encontro dinâmico entre oferta e demanda (Leitão, 2006; Arento; Souza, 2009; Senne, 2013)

. A Cultura começa a ser internalizada quando se dá início ao processo de educação dos indivíduos para enfrentar as complexidades da sociedade. Os seres humanos necessitam do contato com os seus semelhantes, para seu próprio desenvolvimento e para a satisfação das suas necessidades, que variam desde as mais rudimentares até as mais sofisticadas. Por conta da contextualização cultural de produtos e marcas, no panorama simbólico dos mercados, surgiu uma vertente do marketing, dedicada ao estudo desse fenômeno: o etnomarketing (Jaime Júnior, 2001; Ortiz, 2015). O etnomarketing amalgama estudos multidisciplinares, cujas origens se localizam na Antropologia, visando a identificação dos códigos culturais presentes nos diversos segmentos de consumidores, no escopo de delinear a mentalidade coletiva, decifrar os fios que ligam os membros desse coletivo, as convergências e as convicções partilhadas, além de estabelecer estratégias para o atingimento de públicos culturalmente diferenciados e de públicos convencionais, com interesses particulares em culturas diferenciadas (Ortiz, 2015).

3 ETNOMARKETING: UM CONCEITO

Em 1979, foi publicado o livro “O Mundo dos Bens”, escrito por Mary Douglas e Baron Isherwood (2004), que se erigia como uma pedra angular nos estudos das interações de consumo, figurando como um precursor do campo do etnomarketing. Os autores direcionavam as suas atenções para as profundezas das dimensões culturais e as motivações inerentes que impulsionam os consumidores, enquanto também exploravam os símbolos intrínsecos ao ato de consumir.

Douglas e Isherwood (2004) delinearam a intrincada conexão entre cultura e consumo, destacando o seu papel vital na formação de valores e na construção da identidade social. De acordo com os autores, as escolhas de consumo funcionam como espelhos de julgamentos morais e carregam consigo uma carga cultural substancial, desvendando intuições valiosas sobre o indivíduo que consome. Os produtos ganham um significado peculiar, à medida que se inserem em contextos socioculturais específicos, gerando uma espécie de linguagem codificada, que pode ser desvendada por aqueles que possuem familiaridade com a intersecção entre cultura e consumo.

A partir do texto de Douglas e Isherwood (2004), pode-se inferir que o etnomarketing consubstancia uma forma de etnografia contemporânea, auxiliada por técnicas específicas de marketing, em busca de padrões de consumo com aportes culturais. Entretanto, esse é um conceito generalista e um tanto perigoso, posto que pode apontar usos culturais predatórios do marketing, como a apropriação cultural por parte das marcas.

Leme e Antenor Neto (1996), utilizaram o termo etnomarketing para designar um procedimento de grupo focal, realizado com populações campesinas, ocorrido na cidade de Pirangi do Norte, Rio Grande do Norte, em 1991. Em princípio, a técnica de pesquisa conhecida como grupo focal é um método qualitativo amplamente utilizado para investigar e compreender as percepções, opiniões e atitudes de um grupo de indivíduos sobre um tópico específico. Essa abordagem, surgida nas pesquisas mercadológicas norte-americanas, na primeira metade do Século XX, envolve a reunião de um pequeno grupo de participantes, geralmente de seis a dez pessoas, que representam o público-alvo da pesquisa. Durante a sessão do grupo focal, um moderador conduz a discussão, incentivando os participantes a compartilhar suas

ideias e experiências sobre produtos e serviços. Essa técnica permite explorar questões complexas de maneira mais aprofundada do que os métodos tradicionais, uma vez que os participantes podem interagir entre si, gerando percepções valiosas uns dos outros.

Para os autores (Leme; Antenor Neto, 1996), uma das principais vantagens dos grupos focais é a geração de dados ricos e qualitativos. Ao reunir um grupo de pessoas com perspectivas culturais diferentes, é possível obter uma variedade de opiniões e percepções dentro de uma mesma cultura, identificando tendências emergentes e compreendendo nuances que podem passar despercebidas em pesquisas de mercado convencionais. Além disso, a dinâmica de grupo permite que os participantes expressem suas opiniões de maneira mais livre e aberta do que em entrevistas individuais, criando um ambiente propício para opiniões e comportamentos inesperados. Entretanto, uma ressalva precisa ser feita: é um grande reducionismo pensar o etnomarketing como um mero instrumento de pesquisa de mercado, aplicado a grupos focais com populações culturalmente diferenciadas.

Barbosa e Giglio (2005) afirmam que, embora os seus procedimentos sejam dispendiosos, o etnomarketing se destaca como uma das abordagens de pesquisa mais enriquecedoras em termos de percepções. O cerne do etnomarketing é aprofundar-se no entendimento cultural do consumidor, criando uma familiaridade absoluta, perscrutando-lhe os seus desafios, as suas carências, os seus problemas, que escapam, muitas vezes, à percepção do próprio consumidor, conferindo, assim, uma vantagem competitiva valiosa para as marcas, nas suas disputas pelo mercado. O problema da abordagem de Barbosa e Giglio (2005) é o uso instrumental do etnomarketing, o que aproxima o seu conceito de uma tipologia de pesquisa de mercado. Na visão dos autores, o etnomarketing constituiria um tipo de pesquisa, cujo escopo é o de separar os elementos dissimuladores, permitindo o acesso a aspectos mais íntimos do consumidor. Essa concepção de etnomarketing o limitaria a um mero instrumento de pesquisa sobre o comportamento dos consumidores.

Pereira (2019) aponta um conceito etimológico para o etnomarketing, segundo o qual, o termo etnomarketing resulta da fusão entre a palavra "etnografia", um método de coleta de dados amplamente utilizado na Antropologia, e o vocábulo "marketing". A premissa fundamental desse conceito é circunscrita à necessidade de que as

marcas compreendam, detalhadamente, os comportamentos dos consumidores, assim como sua cultura e as interações que mantêm entre si. Essa compreensão profunda é essencial para oferecer produtos que verdadeiramente atendam às necessidades e preferências desse público específico. O problema desse conceito é a sua superficialidade. Ao concentrar a amplitude do etnomarketing apenas nas necessidades de atingimento das marcas, Pereira (2019) ignora as reações contra-hegemônicas dos públicos culturalmente diferenciados.

De acordo com Senne (2013), o etnomarketing é uma abordagem que pode ser compreendida como um processo social que engloba as três funções essenciais do marketing. Inicialmente, envolve a percepção atenta do consumidor, buscando compreender, em profundidade, as suas necessidades, os seus desejos e os seus comportamentos. Nesse âmbito, o etnomarketing se aproxima de uma ferramenta de pesquisa de mercado, mas a autora vai além. Numa segunda camada, o etnomarketing supõe a conquista desse consumidor, utilizando as informações obtidas por meio da observação direta em seu ambiente natural, para engendrar estratégias de atração. Por fim, o etnomarketing visa a fidelização do consumidor, estabelecendo relações duradouras e significativas com base na compreensão da sua cultura e do seu contexto.

Essa abordagem valoriza a imersão no ambiente do consumidor, permitindo que as marcas obtenham uma visão mais autêntica e completa de seus públicos. Ao observar as pessoas em seu ambiente cotidiano, o etnomarketing possibilita o desenvolvimento de estratégias mais eficazes, que são mais alinhadas com as necessidades e preferências reais dos consumidores. Além disso, ao reconhecer a importância da cultura e do contexto na decisão de compra, o etnomarketing ajuda as marcas a estabelecer conexões mais profundas e significativas com os seus públicos, fortalecendo, assim, a sua base de clientes leais. Dessa perspectiva, o etnomarketing configura uma abordagem que reconhece a importância da imersão cultural e da observação direta para o sucesso das estratégias de marketing, o que evidencia respeito pelo consumidor.

O conceito de Senne (2013) traduz uma perspectiva que destaca a complexidade do fenômeno do consumo e sua relevância no contexto do etnomarketing. A autora reconhece que o consumo vai muito além de um ato impulsivo

por parte do consumidor. Na verdade, o ato de consumir está profundamente, enraizado na trajetória de vida de cada indivíduo, uma jornada permeada por experiências que gradualmente moldam o seu perfil como consumidor. Por trás de cada ato de consumo, encontra-se uma teia intricada de motivações que influenciam a escolha e a utilização de bens e serviços. Cada ser humano possui um direcionamento único para o consumo, emulado por motivações específicas e direcionado por suas próprias inclinações, moldado por suas experiências e influências culturais. Cada aquisição, independentemente de sua simplicidade ou complexidade, passa por um meticuloso processo interno de avaliação, que pode ocorrer mesmo de forma subconsciente. Durante esse processo, uma ampla gama de fatores, sejam eles objetivos ou subjetivos, desempenha um papel fundamental e varia de acordo com o contexto sociocultural no qual o consumidor está imerso.

Esse entendimento profundo da complexidade do comportamento do consumidor ressalta a importância de considerar não apenas os aspectos quantitativos, mas também os aspectos qualitativos, culturais e subjetivos no desenvolvimento de estratégias de marketing e abordagens de etnomarketing. Isso permite uma compreensão mais completa e sensível do consumidor, capacitando as marcas a se conectarem de maneira mais eficaz com seus públicos e a oferecerem produtos e serviços que verdadeiramente atendam às suas necessidades e motivações individuais.

O reconhecimento de que cada ato de consumo é intrinsecamente cultural ressalta a conexão profunda entre consumo e Cultura. Embora o consumo tenha sido objeto de estudo em diversas ocasiões, muitas dessas investigações foram predominantemente influenciadas por perspectivas analíticas, mais ligadas ao campo das vendas e da Administração, em detrimento dos aspectos socioculturais subjacentes. Tradicionalmente, os profissionais de marketing abordam o consumo com uma visão pragmática e objetiva, frequentemente focando em métricas quantitativas. No entanto, um novo paradigma emergiu com o advento do etnomarketing, deslocando o foco para a relevância do fator cultural no estudo do consumo.

Profissionais do marketing e da comunicação passam a reconhecer o papel crucial da Cultura no fenômeno do consumo e a explorar a dimensão cultural na

prática do ato de consumir. Esse movimento também promove uma mudança de perspectiva entre os profissionais de marketing e comunicação, que começam a entender a importância de considerar não apenas dados estatísticos e fatores objetivos, mas também os elementos subjetivos intrinsecamente vinculados à Cultura. Esses fatores subjetivos, embora difíceis de quantificar, demonstraram ser inestimáveis para uma compreensão abrangente e significativa do comportamento de consumo humano. Essa abordagem mais holística e cultural do consumo permite uma compreensão mais profunda e autêntica do consumidor, beneficiando as estratégias de marketing e os resultados para as marcas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação das identidades é influenciada por uma vasta diversidade cultural, presente em diferentes públicos, o que, por sua vez, pode gerar mal-entendidos acerca do processo de integração desses grupos, na sociedade urbanizada. A complexidade dessas nuances culturais merece destaque, pois elas desempenham um papel fundamental na análise da Cultura e suas interligações. Em um mundo cada vez mais complexo e diversificado, o etnomarketing emerge como uma evolução significativa no campo do marketing. Essa abordagem estratégica reconhece a importância de compreender e satisfazer as necessidades e preferências específicas de distintos grupos culturais. Ao contrário da segmentação tradicional, que se baseia em fatores como idade, gênero e renda, o etnomarketing mergulha profundamente nas complexas nuances culturais, que moldam o tecido social.

O etnomarketing enfatiza a importância de adaptar as estratégias de marketing de modo a estabelecer conexões autênticas com esses diversos grupos culturais. Isso implica na criação de campanhas e ações que verdadeiramente representem o imaginário e a cultura de cada um desses grupos, evitando cair em estereótipos e reducionismos. Ao adotar essa abordagem, as marcas têm a oportunidade de construir relacionamentos mais sólidos e duradouros com os consumidores, demonstrando um profundo respeito por suas identidades culturais.

O objetivo maior desta investigação foi o de analisar as várias propostas de conceituação do etnomarketing, elegendo um conceito que abarque a complexidade e da pluralidade de manifestações do fenômeno. Nesse sentido, procurou-se

desenvolver um percurso teórico, atrelando o surgimento do etnomarketing à evolução epistêmica da Antropologia, desde as primeiras metodologias participativas até o estabelecimento de um campo teórico para a Antropologia do Consumo.

Com esse fito, buscou-se realizar uma genealogia do conceito de etnomatrketing, partiu-se dos estudos de Douglas e Isherwood (2004), cuja indicação concebe o etnomarketing como uma forma contemporânea de etnografia, apoiada por técnicas específicas de marketing, com o objetivo de identificar padrões de consumo enriquecidos por influências culturais. Leme e Antenor Neto (1996) atribuem ao termo etnomarketing a função de descrever um tipo de grupo focal frequentemente usado para investigar e compreender as percepções, opiniões e atitudes de grupos culturalmente diversos em relação a tópicos específicos. Essa abordagem ajuda a capturar subjetividades valiosas sobre as perspectivas dos consumidores de diferentes origens culturais.

Barbosa e Giglio (2005) propõem uma utilização instrumental do etnomarketing, enfocando o entendimento do consumidor, adquirindo uma compreensão profunda de seus desafios e necessidades. Essa abordagem visa estabelecer uma conexão genuína entre a marca e o consumidor. De acordo com Pereira (2019), o etnomarketing pode ser entendido etimologicamente como uma fusão entre "etnografia" e "marketing". A premissa essencial desse conceito é que as marcas devem compreender minuciosamente os comportamentos dos consumidores, sua cultura e suas interações para desenvolver estratégias eficazes. Por fim, Senne (2013) destaca que o etnomarketing busca conquistar o consumidor ao utilizar informações obtidas por meio da observação direta em seu ambiente natural. Isso permite a criação de estratégias de atração que são mais autênticas e relevantes para o consumidor, baseadas em uma compreensão profunda de sua cultura e comportamento.

O etnomarketing é essencial para as marcas, pois é capaz de estabelecer conexões profundas e autênticas com os consumidores, o que e fundamental em um mundo cada vez mais diversificado. Ao reconhecer e respeitar as nuances culturais de diferentes grupos étnicos e comunidades, as marcas podem personalizar suas estratégias de marketing, desenvolvendo campanhas, produtos e experiências que realmente ressoam com as identidades e valores dos clientes. Isso não apenas constrói relacionamentos mais sólidos e duradouros, mas também demonstra um

compromisso genuíno com a diversidade cultural e a inclusão. O etnomarketing não é apenas uma ferramenta eficaz para atrair consumidores, mas também uma abordagem ética e responsável que promove a compreensão intercultural e contribui para uma sociedade mais inclusiva e respeitosa.

REFERÊNCIAS

AIME JÚNIOR, Pedro. Etnomarketing: antropologia, cultura e consumo. **RAE, Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 41, n. 4, pp. 68-77, Out./Dez. 2001. Disponível em https://www.scielo.br/j/rae/a/h8zxPySYS6sSDwgtwftsSqn/?for mat=pdf&lang=pt Acesso em 07 set 2023.

ALVARENGA, Estelbina Miranda de. **Metodologia da investigação quantitativa e qualitativa**; Normas técnicas de apresentação de trabalhos científicos. 2ª Ed., Assunção, Gráfica Faz, 2010.

ARENTO, Max; SOUZA, Bernadete Silva. **Sociedade do fetiche**. Recife: Maná, 2009.

BARBOSA, Livia; GIGLIO, Eugênio Antônio Maia. Marketing Etnográfico: Como entender o seu consumidor**. HSM Management Update**, Brasil, v. 19, 22 abr. 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Nós, os humanos**: do mundo à vida, da vida à cultura (Diante do outro). São Paulo: Cortez, 2015.

CAVEDON, Neusa Rolita. **Antropologia para administradores**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008.

DÍAZ, Paula Andrea; GALINDO, Daniela Alejandra; GUZMÁN, Astrid Johana. Marketing digital, etnomarketing y su aplicabilidad a los proyectos. **Gestión & Finanzas**, vol 2, n°4, pp. 60-68, jun./dez. 2020. Disponível em https://revistas.ut.edu.co/index.php /gestionyfinanzas/article/view/2561/1943 Acesso em 11 set 2023.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens**: para uma antropologia do consumo. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2004.

ESTRELA, Carlos. **Metodologia Científica**: Ciência, Ensino, Pesquisa. Porto Alegre: Artes Médicas, 2018.

INGOLD, Tim. **Antropologia**: para que serve? Petrópolis: Vozes, 2019.

LEITÃO, Débora Krischke. **Antropologia e Consumo**. Curitiba: AGE, 2006.

LEME, Juçara Silva; ANTENOR NETO, Antônio Carlos Ribeiro. Focal Group: uma metodologia divergente. **Com & MKT**, Recife, ano 3, n. 5, pp. 97-128, jan./jun. 1996.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. **Consumo**: uma perspectiva antropológica. Petrópolis: Vozes, 2010.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica de cultura**. Lisboa: Edições 70, 2009.

MORALES, Dagoberto Páramo; PLAZAS, Elías Ramírez. **Etnomarketing**: la dimensión cultural del marketing. Bogotá: Klasse Editorial, 2017. Disponível em https://rcientificas.uninorte.edu.co/index.php/pensamiento/article/view/10550 Acesso em: 11 set. 2023.

ORTIZ, Nicolás. Etnomarketing: estrategias de negocio desde las raíces culturales. 360: **Revista de ciencias de la gestión**, vol. I, n° 1 pp. 136-148, 2015. Disponível em https://www.academia.edu/36091475/Etnomarketing_estrategias_de_negocio_desde_las_ra%C3%ADces_culturales Acesso em: 11 set. 2023.

PEREIRA, Fábio. **Etnomarketing**. PromoveFácil, 2019. Disponível em https://www.promovefacil.com.br/etnomarketing/ Acesso em 11 set 2023.

SENNE, Vanessa Nunes de. **Etnomarketing**: etnografia, marketing e consumo. Universidade Federal Fluminense, 2013. Disponível em https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/2244/2013-Administra%E7%E3o-VANESSA%20NUNES%20DE%20SENNE.pdf;jsessionid=B793F88FFB87FD6CF7CEE5D1E328A4CB?sequence=6 Acesso em: 07 set 2023.

WILLIAM, Rodney. **Apropriação Cultural**. Rio de Janeiro: Pólen, 2019.

YEMAL, José Alberto; CERANTO, Graziela Cristiny Viana. **Etnomarketing**: sua possível aplicação no varejo. VI CONVIBRA – Congresso Virtual Brasileiro de Administra, 2012. Disponível em https://docplayer.com.br/2961095-Etnomarketing-sua-possivel-aplicacao-no-varejo.html Acesso em: 07 set. 2023.

METABÓLITOS SINTETIZADOS POR BACTÉRIAS *Escherichia coli* E *Bacteroides fragilis* E SEUS POTENCIAIS NEUROPATOLÓGICOS EM CONDIÇÕES DE DISBIOSE INTESTINAL

Beatriz Pitta dos Santos Ramos
Jamile Oliveira de Siqueira
Êmile Araújo da Silva
Roberta Mayana Cruz dos Santos
Gisele Lopes

RESUMO

O presente artigo relaciona microbiota intestinal, que engloba diferentes espécies incluindo bactérias e fungos e é comumente conhecida como o "segundo cérebro", e sua interação com o Sistema Nervo Central (SNC) por meio do Eixo intestino-cérebro. Em condições de disbiose, ou seja, quando a homeostasia é interrompida, bactérias como *E. coli* e *B.fragilis* produzem diversos subprodutos metabólitos potencialmente patogênicos que podem desencadear resposta inflamatória, cuja inflamação causada pelos metabólitos bacterianos pode levar a alterações no sistema nervoso, afetando a função cerebral e contribuindo para o desenvolvimento de doenças neurológicas, como a doença de Alzheimer, a doença de Parkinson e a esclerose múltipla. Desta forma é importante que a ciência consiga, em algum momento, desenvolver um diagnóstico precoce, efetivo e democraticamente acessível a toda população. O desenvolvimento de inovações tecnológicas no diagnóstico precoce de doenças neurodegenerativas pode aprimorar o tratamento e aumentar o tempo de progressão das doenças, proporcionando assim uma melhor qualidade de vida para seus portadores.

Palavras-chave: homeostasia, ácido lipopolissacarídeo (LPS), doenças neurodegenerativas, amiloides, eixo cérebro-intestino

1 INTRODUÇÃO

A microbiota intestinal (MI) refere-se ao conjunto de bactérias alojadas no trato gastrointestinal que interagem de várias formas e com diversos mecanismos complexos (Montez, 2018). Além das funções metabólicas essenciais, como digestão e nutrição, e funções protetoras, como a prevenção da invasão por patógenos, a microbiota intestinal também tem um papel trófico crucial no crescimento e diferenciação das células epiteliais, e desenvolvimento e homeostase do sistema

imunológico (Dofoide, 2020). As anormalidades na composição da microbiota intestinal são encontradas em vários distúrbios neuropsiquiátricos, como acidente vascular cerebral (AVC), transtorno do espectro autista (TEA), depressão, Parkinson (DP), doença de Alzheimer (DA) e esclerose múltipla (Dofoide, 2020). O eixo intestino-cérebro (EIC) representa a comunicação bidirecional entre o sistema nervoso central (SNC) e intestino (Lombardi, 2018). Essa comunicação entre o cérebro e a MI se dá por meio de várias vias, que incluem o sistema imunológico, o metabolismo do triptofano, o nervo vago e o sistema nervoso entérico (SNE), envolvendo metabólitos bacterianos, como ácidos graxos de cadeia curta (SCFA, do inglês short-chain fatty acids), aminoácidos de cadeia ramificada e peptidoglicanos (Cryan, 2019; Lombardi, 2018).

Para que ocorra interação entre o SNC e o SNE, o eixo intestino-cérebro usa algumas vias de ligação, já que por ele possui essa rota bidirecional. Nesse contexto, algumas das vias mais utilizadas para que haja essa ligação são as vias do nervo vago, sistema imune, sistema neuroendócrino e o sistema circulatório, ambas as vias estão interligadas as passagens de neurotransmissores produzidas no intestino para o cérebro (Bizarro, 2020). Atualmente, pode-se observar que muitos distúrbios, sejam eles mentais ou alimentares, e o agravo de muitas patologias, estão ligados a interação entre a composição da microbiota intestinal com a do eixo intestino-cérebro, pois ao ocorrer a disbiose intestinal os circuitos neuronais, repelem uma resposta bidirecional através de marcadores inflamatórios (Souzedo, 2020). Em 2018, Dejea e colaboradores, observaram em estudos com camundongos e humanos, que desenvolveram o câncer de cólon, a presença do biofilme polimicrobiano formado pelas espécies *B.fragilis TBF* e *E. coli* (Dejea *et al.*, 2018*)* O biofilme é um fator de virulência no B. fragilis que confere proteção contra o sistema imunológico do hospedeiro e favorece a troca de material genético , podendo conferir resistência aos antimicrobianos (Hall *et al.,* 2004).

Existem semelhanças entre as bactérias Escherichia coli e Bacteroides fragilis, além de ambas serem gram-negativas, são também conhecidas por excretar misturas imunogênicas de amiloides e LPS (lipopolissacarídeos), por exemplo. Estes metabólitos conseguirão aumentar a permeabilidade da barreira intestinal, facilitando o contato da MI com o tecido linfóide submucoso (Quigley, 2017). A disbiose também

está relacionada ao aumento da permeabilidade da barreira hematoencefálica (BHE), resultando em maior penetração de produtos derivados do intestino microbiano, os quais são conduzidos do sangue até o cérebro por diferentes vias. Como resultado ocorrem reações inflamatórias sistêmicas, que prejudicam a BHE ocorrendo neuroinflamação e em última instância neurodegeneração. (Quigley, 2017). Compreende-se que para elucidar melhor os mecanismos que implicam na potencialidade neuropatológica dos metabólitos excretados por *E.coli* e *B.fragilis*, faz-se necessário o estudo detalhado, identificando os metabólitos e demais componentes e as vias pelas quais estes conseguem atingir o SNC, acarretando o agravamento de neuropatologias pré-existentes, por exemplo. Também é preciso reafirmar que o EIC compreende um eixo bidirecional, ou seja, alterações neurológicas também possuem impacto a nível gastrointestinal.

Segundo os estudos de Pistollato, existem bactérias que liberam quantidades significativas de amiloides e LPS, estes metabólitos foram observados desempenhando um papel importante na modulação das vias de sinalização e na produção de citocinas pró-inflamatórias relacionadas à etiologia da Doença de Alzheimer (Pistollato, 2016). Além disso, estudos metagenômicos apontam que enquanto *Firmicutes e Proteobacteria* diminuem a sua abundância em pacientes com Alzheimer, *Bacteroidetes e Verrucomicrobia* aumentam significativamente (Olivares, 2020). Outra doença neurodegenerativa que vem sendo associada ao eixo intestino-cérebro é a doença de Parkinson, que é a segunda mais comum depois de Alzheimer, mesmo sendo reconhecida pela sintomatologia motora que acarreta os pacientes, de acordo com os estudos de Yang, a disfunção intestinal também faz parte dos sintomas com 80% dos pacientes acometidos por constipação. (Yang, 2018)

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A microbiota intestinal desempenha múltiplos papéis em humanos, interagindo constantemente com o sistema imunológico do hospedeiro ativando Receptores de reconhecimento pardrão (PRRs) expressos por efetores imunes inatos e adaptativos. Por exemplo, o lipopolissacarídeo (LPS) derivado da parede de bactérias Gram-negativas interage com o TLR4 (Toll-like receptor-4), um PRR expresso não apenas por células imunes inatas e adquiridas, mas também por células epiteliais intestinais.

A alteração da composição e função da microbiota intestinal (disbiose) pode desempenhar um papel na ativação excessiva do sistema imunológico intestinal, resultando em disfunção da barreira intestinal (Bairamian *et al.*, 2022).

Hoogland e colaboradores mostraram em estudos com ratos que estímulos periféricos com os LPS podem ativar células microgliais no cérebro. Foi observado atividades da ativação da microglia com doses supranaturais de LPS de bactérias vivas ou mortas pelo calor. Uma dose única de LPS foi observada atividade imunológica da microglia em camundongos selvagens através de injeção intraperitoneal. A maioria dos LPS utilizados eram derivados de Escherichia coli e outra fração utilizou LPS de Salmonella spp. Estudos experimentais mostraram que estímulos inflamatórios periféricos, como o LPS, causam uma profunda resposta imunológica no cérebro, resultando em ativação microglial. Após um único desafio de LPS, a microglia estava moderadamente ativa dentro de 3 h após a administração, atingindo seu estado de ativação profunda após 8 horas a 2 dias e, subsequentemente, retornando ao seu estado normal de repouso após 7 dias. Curiosamente, os níveis de expressão de citocinas no cérebro e os marcadores de ativação podem permanecer elevados por meses após um único desafio com LPS (Hoogland, 2015).

A manutenção da homeostase do SNC envolve a vigilância imune pelo patrulhamento de células T e APCs maduras que estão confinadas a espaços perivasculares, áreas meníngeas e plexo coróide. as células imunes mielóides e linfóides ativas presentes nas meninges cerebrais produzem citocinas que são drenadas para o líquido cefalorraquidiano (LCR) e podem ser transportadas através do sistema linfático para o parênquima cerebral, onde modulam as células gliais (microglia, astrócitos e oligodendrócitos). Entre todas as células da glia, a microglia é a principal fonte de citocinas no SNC (Bairamian *et al.,* 2022). Ambas as citocinas, derivadas do cérebro e periféricas, também podem afetar a permeabilidade da BHE, por exemplo, reduzindo a expressão das proteínas de junções apertadas entre as células endoteliais. Além disso, em cenários patológicos, células imunes ativadas podem entrar no parênquima do SNC através dos vasos leptomeníngeos superficiais e do plexo coróide, e esse processo é ainda mais amplificado com a permeabilização da BHE. Além disso, citocinas pró-inflamatórias produzidas por células gliais cerebrais

competentes aumentam a expressão de moléculas de adesão, como selectinas e integrinas, em células endoteliais cerebrais e, assim, facilitam a infiltração de células T no cérebro (Bairamian *et al.,* 2O22).

No contexto de condições inflamatórias sistêmicas, o impacto do aumento da produção periférica de citocinas pode, portanto, ser ainda mais intensificado pela indução endógena de citocinas no cérebro, estabelecendo assim o quadro para uma escalada de feed-forward da resposta inflamatória cerebral (Huang, 2020). No geral, embora a conversa cruzada entre respostas inflamatórias periféricas e centrais seja cada vez mais documentada, os mecanismos subjacentes à modulação da ativação microglial pela microbiota não são totalmente compreendidos.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, sabendo que a comunicação eixo cérebro-intestino é uma via bidirecional, busca-se identificar como o desequilíbrio das espécies *Escherichia coli* e *Bacteroides fragilis* na microbiota pode agravar os sintomas de determinadas doenças do sistema nervoso central, e como equilíbrio dessas espécies podem surtir efeitos positivos no retardo da sintomatologia dessas doenças. O presente estudo também ambiciona descrever os mecanismos imunológicos causados em resposta a produção descompensada de metabólitos bacterianos das espécies em questão, gerando perturbação na homeostasia do sistema nervosos que leva a progressão de doenças neurodegenerativas como exemplo a Doença de Alzheimer, Doença de Parkinson e Esclerose Múltipla. A relação da microbiota e a condição de saúde e doença do sistema nervoso do hospedeiro é abordada em muitos estudos que encontram-se em andamento. Acredita-se que doenças neurodegenerativas, podem sofrer influências da microbiota na sua patogenia por mecanismos imunológicos em resposta a metabólitos bacterianos quando o hospedeiro apresenta disbiose. Mas, por se tratar de estudos em andamento, não há uma conclusão sobre a amplitude das interações.

REFERÊNCIAS

BAIRAMIAN, Diane *et al*. Microbiota in neuroinflammation and synaptic dysfunction: a focus on Alzheimer's disease. **Molecular neurodegeneration**, v. 17, n. 1, p. 1-23, 2022.

DEJEA, Christine M. *et al*. Patients with familial adenomatous polyposis harbor colonic biofilms containing tumorigenic bacteria. **Science**, v. 359, n. 6375, p. 592-597, 2018.

FRIEDLAND, Robert P. Mechanisms of molecular mimicry involving the microbiota in neurodegeneration. **Journal of Alzheimer's Disease**, v. 45, n. 2, p. 349-362, 2015.

HALL-STOODLEY, Luanne; COSTERTON, J. William; STOODLEY, Paul. Bacterial biofilms: from the natural environment to infectious diseases. **Nature reviews microbiology**, v. 2, n. 2, p. 95-108, 2004.

HOOGLAND, Inge C.M. *et al*. Systemic inflammation and microglial activation: systematic review of animal experiments. **Journal of neuroinflammation**, v. 12, p. 1-13, 2015.

HUANG, Xiaowen; HUSSAIN, Basharat; CHANG, Junlei. Peripheral inflammation and blood–brain barrier disruption: Effects and mechanisms. **CNS neuroscience & therapeutics**, v. 27, n. 1, p. 36-47, 2021.

Lukiw WJ, **Bacteroides fragilis Lipopolysaccharide and Inflammatory Signaling in Alzheimer's Disease.** 2016, Front. Microbiol. 7:1544. doi: 10.3389/fmicb.2016.01544

LUKIW, Walter J. Bacteroides fragilis lipopolysaccharide and inflammatory signaling in Alzheimer's disease. **Frontiers in microbiology**, v. 7, p. 1544, 2016.

MINTER, Myles R. *et al*. Antibiotic-induced perturbations in gut microbial diversity influences neuro-inflammation and amyloidosis in a murine model of Alzheimer's disease. **Scientific reports**, v. 6, n. 1, p. 30028, 2016.

SOUZA, Marcela Diogo de. Investigação da presença de possíveis amiloides bacterianos no biofilme de bacteroides fragilis. **Repositório Institucional Pantheon**, 2018. Disponível em: https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/19299/1/MDSouza.pdf.

RECONHECIMENTO DE EMOÇÕES DA FALA EM JOGOS ONLINE UTILIZANDO DEEP LEARNING

Renato Russo Gomes de Oliveira[1]
Gláucya Carreiro Boechat[2]

RESUMO

Este estudo propôs o desenvolvimento de um modelo baseado em Rede Neural Convolucional para detecção de comportamentos agressivos e tóxicos em áudios de jogos online. A crescente presença dos jogos virtuais na rotina cotidiana tem levado a interações frequentes com comportamentos agressivos, prejudicando a experiência dos usuários. Atualmente, as ferramentas disponíveis para monitorar e combater esses comportamentos se mostram limitadas. Portanto, a criação de um modelo de análise de áudio em tempo real capaz de identificar agressividade seria valiosa para melhorar a resposta aos abusos nos bate-papos por voz. Foi desenvolvido um modelo de Rede Neural Convolucional que alcançou uma precisão de 85% na detecção de sentimentos, como felicidade, calma e agressividade, sugerindo uma solução viável para mitigar os abusos verbais nos jogos online.

Palavras-chave: Inteligência Artificial; Rede Neural Convolucional; Emoções; Agressividade; Jogos Online; Áudio; Voz; Bate-papo.

1 INTRODUÇÃO

Nos confins do cenário digital, onde a interação humana se passa em ambientes virtuais, um novo campo de pesquisa emerge com o intuito de aprofundar o entendimento sobre a complexidade de emoções humanas: o reconhecimento de emoções por meio de áudios em jogos online.

A interação em ambientes online, especialmente em situações que exigem comunicação em tempo real, como nos jogos online, é frequentemente realizada por meio do chat de voz como principal recurso. No entanto, quando o anonimato é uma opção, pode ocorrer uma perda do senso de inibição, levando a conversas desagradáveis ou inadequadas.

[1] Bacharel em Engenheiro de Software, UCSAL, renato.oliveira@ucsal.edu.br.
[2] Mestre em Ciência da Computação, UCSAL, glaucya.boechat@pro.ucsal.br

Outro fator a ser levado em consideração é que os problemas já existentes em uma sociedade serão refletidos em um ambiente virtual. Isto implica que questões como assédio, discurso de ódio e comportamentos tóxicos, terão, de forma amplificada pela possibilidade de anonimato, seu espaço no âmbito digital, prejudicando a integridade emocional de jogadores e da sociedade como um todo.

De acordo com a pesquisa publicada pela PGB (Pesquisa Game Brasil), em 2022, 74,5% dos brasileiros afirmam jogar algum tipo de jogo, desde modos casuais até partidas que valem ranqueamento em algum tipo de competição. O faturamento global, de acordo com a revista IstoÉ, da indústria de games, assim denominado os setores econômicos ligados a jogos online, em 2022 foi de USD 196,8 bilhões. Com esta forma de entretenimento em ascensão, torna-se necessário entender suas consequências no âmbito social. Como mencionado anteriormente, os problemas sociais serão refletidos no contexto online, portanto os atuais problemas, como discurso de ódio, sexismo e comportamentos tóxicos precisam ser abordados no contexto de jogos online. O ambiente virtual não é imune às questões da sociedade real; pelo contrário, muitas vezes amplifica e perpetua esses problemas.

Uma alternativa para o problema proposto é estabelecer softwares que possam interceptar áudios em tempo real. A alternativa que será abordada neste artigo consiste em fazer um reconhecimento de emoções através do sinal de áudio utilizando aprendizado de máquina, e então, definir o que pode ser feito quando alguém ultrapassa os limites de uma comunicação saudável. Um modelo treinado para reconhecer a emoção do interlocutor, poderia filtrar um áudio que contenha palavras de baixo calão, xingamentos e uma entonação de voz agressiva.

As pesquisas realizadas por Ekman (2007) sobre emoções universais constituem um ponto de partida para definir quais emoções serão alvo do modelo, visto que o trabalho de Ekman explora sentimentos amplamente presentes em todas as culturas e etnias.

2 TRABALHOS RELACIONADOS

O reconhecimento de emoções através de áudio é sucessor de estudos realizados com reconhecimento de emoções utilizando texto. Diversas aplicações

podem ser encontradas utilizando este tipo de abordagem. A linguagem Python[3] dispõe de diversas bibliotecas que possuem métodos e recursos que permitem realizar análise semântica, sintática e morfológica, *tokenização* e, por fim, lematização. Após um pré processamento utilizando essas ferramentas, é possível extrair informações importantes, como pode ser observado nos trabalhos citados a seguir.

Em seu trabalho, Pang e Lee (2004), definiram a forma de classificar emoções em texto transcrito em 5 categorias: subjetividade, polaridade, intensidade, análise sentimental baseada em tópicos ou características e, por último, mineração de opinião.

Os autores Manning e Schutze (1999) citam as desvantagens da análise por texto. De acordo com sua pesquisa, as seguintes desvantagens podem ser observadas: ambiguidade, variações linguísticas, dificuldade na compreensão de ironias, dependência de dados de treinamento e limitações tecnológicas. Mesmo com as desvantagens citadas, os resultados obtidos com este tipo de análise não podem ser descartados. Importantes resultados podem ser observados no trabalho de Gao, Zhong e Yang (2021), onde foi obtido uma acurácia de 84,5% na classificação de emoções em entrevistas transcritas, utilizando um modelo treinado utilizando rede neural convolucional. Uma outra área que recebeu importantes contribuições foi a de Mineração de Opiniões. Liu (2012) Importante autora dessa área, definiu Mineração de Opinião como o processo de identificação, extração e análise de opiniões em, por exemplo, sites de compras, onde a avaliação é feita através de texto.

Uma abordagem capaz de obter melhores resultados, que é a adotada neste trabalho, é a utilização de coeficientes espectrais ao invés de fragmentos de texto. Os coeficientes espectrais são extraídos do sinal físico de áudio, o que permite captar entonações e contextos específicos que antes não podiam ser detectados apenas com o texto transcrito.

Um trabalho que debate sobre isso, é o de Pervaiz e Khan (2016), onde é proposta uma metodologia capaz de identificar contextos considerando as características prosódicas da fala, isto significa que detalhes sobre a entonação, ritmo e padrões de ênfase passam a ser considerados no reconhecimento de emoções.

[3] https://www.python.org/

Desta maneira é possível identificar o sexo, idade e o contexto em que a fala foi proferida. Na mesma linha de raciocínio, Ozkanca *et al*.(2019) utilizou sinais de áudio para identificar depressão em pacientes com a doença de Parkinson.

Quando se trabalha com aprendizado de máquina, é necessário dispor de uma quantidade massiva de dados. Nesse sentido Livingstone e Russo (2018) propuseram a criação de uma base de dados que consiste em um acervo de áudios gravados por 24 atores diferentes (12 homens e 12 mulheres) que interpretam uma série de frases e cantam trechos de músicas em diferentes emoções e sentimentos em tonalidade neutra e forte. Neste mesmo trabalho foi realizado um treinamento, onde os melhores resultados foram obtidos quando a entonação era mais forte. Esta base de dados é amplamente utilizada em diversas pesquisas, incluindo este artigo, onde foram obtidos resultados utilizando esta base de dados, que serão abordados mais adiante.

3 DESENVOLVIMENTO

Nesta seção, será elaborado uma descrição minuciosa dos passos empregados no processo, juntamente com a exposição detalhada da metodologia selecionada para a concepção de um modelo competente na identificação de padrões que percorrem toda a gama, desde os níveis mais básicos até os mais complexos, por meio da modalidade da fala.

3.1 SINAL DE ÁUDIO E DOMÍNIO DE FREQUÊNCIA

Enquanto a identificação de emoções em texto ocorre por meio da análise das palavras utilizadas como entrada de dados, o reconhecimento de emoções em áudio é realizado ao analisar os coeficientes espectrais presentes no áudio.

É fundamental compreender o funcionamento de um sinal de áudio. Na natureza, os sons existem em sua forma analógica, o que significa que, em comparação com o sinal digital, eles são amostrados na taxa máxima possível. Essa taxa de amostragem corresponde à quantidade de instantâneos capturados de um áudio. É crucial internalizar esse conceito, já que, ao armazenar um áudio em formato digital, é necessário determinar a quantidade de amostras, o que resulta na inevitável perda de dados nesse processo.

Após o armazenamento do sinal de áudio, o próximo passo envolve a aplicação da Transformada de Fourier, uma técnica que desmembra o sinal em seus componentes de frequência. Esse processo resulta na obtenção dos coeficientes espectrais, os quais representam a contribuição de diferentes frequências presentes no áudio. No entanto, para uma análise mais precisa e em consonância com a percepção auditiva humana, é comum aplicar a escala de frequência Mel (MEL, do inglês *MEL - Frequency Scale*). De acordo com Bishop (2006), essa escala reorganiza os coeficientes espectrais em intervalos de frequência, que se assemelham à maneira como o ouvido humano percebe os sons, gerando novos coeficientes que oferecem uma representação mais eficaz das características emocionais presentes no áudio.

Com os coeficientes extraídos e transformados para a escala MEL, é possível utilizá-los, como uma espécie de "matéria-prima", para o treinamento de um modelo de inteligência artificial. Esses coeficientes consistem em detalhes do áudio, a maneira como eles estão arranjados são padrões que identificam determinado sentimento. Após o treinamento, o modelo estará hábil para reconhecer estes mesmos padrões em novos áudios, identificando, então, o sentimento expresso pelo interlocutor.

3.2 BASE DE DADOS

No primeiro momento deste trabalho, foram pesquisadas por base de dados de áudios para a realização do primeiro treinamento. Para tanto, foi selecionada a base de dados *Ryerson Audio-Visual Database of Emotional Speech and Song* (RAVDESS)[4], pois diversos trabalhos já a utilizaram, tornando-a uma opção com bastante credibilidade. A RAVDESS é uma coleção abrangente de áudios que engloba mais de 7300 arquivos, disponibilizados em formatos de vídeo, áudio isolado e apenas vídeo. Para os propósitos deste estudo, foram empregados somente os arquivos no formato de áudio. Contudo, no âmbito do problema debatido neste artigo, constatou-se que essa base de dados possui limitações em sua utilidade. Tal constatação decorre do fato de que as conversas em voz durante as partidas se caracterizam por serem mais caóticas, enquanto a base de dados RAVDESS foi registrada em um ambiente controlado.

[4] https://doi.org/10.5281/zenodo.1188976

Diante dessa limitação, decidiu-se por uma solução própria[5], que envolveu a elaboração de uma nova base de dados mais compatível com o cenário das conversas em voz durante partidas de jogos. Para atingir esse objetivo, foi realizado o trabalho de compilação e extração de conteúdo de *gameplays* disponíveis no YouTube.

Os áudios obtidos dos vídeos selecionados no YouTube foram categorizados em três emoções distintas: “Raiva”, “Calmo” e “Feliz”. Procurou-se manter a mesma padronização observada na base de dados RAVDESS, onde os segmentos de áudio possuíam uma extensão uniforme de 3 a 4 segundos. Nessa fase, a escolha do gênero ou título do jogo não foi um critério determinante. A distribuição dos áudios abrange diferentes jogos: League of Legends (65), Dead Island 2 (24), Zelda Tears of The Kingdom (15), Elden Ring (13), Yakuza 4 (8), Valorant (8), Hogwarts Legacy (7), Poker Star (3), FIFA (2), Fall Guys (1), Fortnite (1), Day Z (1), Dota 2 (1) e Pubg (1).

3.3 TREINAMENTO DO MODELO

Uma diversidade de métodos e estratégias estão disponíveis para a concepção e treinamento de modelos destinados ao processamento de sinais. Entre esses métodos, destaca-se uma abordagem bastante comum, que envolve a aplicação da operação matemática de convolução em conjunto com a utilização de uma janela deslizante sobre os coeficientes de um sinal de áudio específico. Essa abordagem, de acordo com Bishop (2006) é conhecida como Rede Neural Convolucional (CNN, do inglês *Convolutional Neural Network*) e a janela deslizante é conhecida como *kernel*.

Após a realização da operação de convolução ao longo do item de análise, uma nova camada irá surgir, resultante desse cálculo. Essa camada convolucionalizada representa um nível superior de processamento, onde características relevantes e padrões notáveis do sinal de áudio são capturados. O aspecto intrigante dessa abordagem reside na sua adaptabilidade. A camada convolucionalizada, produto da convolução, pode ser submetida, em sequência, a múltiplas iterações adicionais de convolução. Essa capacidade de aplicar a convolução repetidamente permite a

[5] https://zenodo.org/record/8045152

extração de características cada vez mais complexas e de natureza hierárquica a partir dos dados de áudio originais.

3.3.1 Configuração da rede neural

É possível criar um modelo de uma rede neural convolucional usando a biblioteca *TensorFlow*[6] com a ajuda do seu módulo *Keras*. Depois disso, a próxima etapa consiste em definir as diferentes camadas e ajustar os detalhes da rede neural. Para isso, o *Keras* fornece um método chamado *add()*, que é utilizado para configurar essas camadas. Ao usar esse método, é possível escolher entre várias classes, sendo que neste projeto específico foram utilizadas classes como *Conv1D()*, *MaxPooling1D()*, *Dropout()*, *Flatten()*, *Dense()* e *Activation()*.

A classe *Conv1D* é usada para incorporar uma camada de convolução unidimensional em uma rede neural, permitindo a definição de parâmetros como filtros, tamanho do *kernel*, função de ativação e dados de entrada. A classe *MaxPooling1D* implementa a técnica de *pooling* máximo em dados unidimensionais, reduzindo suas dimensões. A classe *Dropout* é relevante para desativar neurônios durante o treinamento, prevenindo dependência excessiva e facilitando a aprendizagem de novas técnicas. Quando há necessidade de remodelar as dimensões dos dados, a classe *Flatten* é aplicada. A camada *Dense* estabelece conexões entre todos os neurônios da camada anterior, e a classe *Activation* possibilita a adição de funções de ativação em camadas do modelo.

No processo de delimitação dos dados para o treinamento da rede neural, inicialmente foram alocados 70% do conjunto de dados para a etapa de treinamento, permitindo a aquisição de padrões e relações. Em seguida, 15% dos dados foram reservados ao conjunto de testes, utilizado para avaliar a habilidade do modelo em generalizar para dados não previamente vistos. Os últimos 15% dos dados foram designados ao conjunto de validação.

Uma importante etapa, denominada pré-processamento, consiste em fazer ajustes e transformações sobre um determinado conjunto de dados. Para este trabalho foi empregado as técnicas de transformada de Fourier e, por conseguinte, o

[6] https://www.tensorflow.org/

uso da escala Mel, como também a categorização dos dados, para que os dados fiquem no padrão esperado para a entrada de dados.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Nesta seção, serão apresentados os resultados obtidos após o treinamento do modelo. Foram coletados resultados de três modelos diferentes. O primeiro, utilizando os dados da RAVDESS, o segundo, utilizando os áudios da BAJO com ruído e o terceiro, com os mesmos áudios da BAJO, mas sem ruído de fundo.

4.1 RAVDESS

Após o treinamento com a base de dados RAVDESS, foram obtidos os seguintes dados para a perda (do inglês *loss*) e acurácia (do inglês *accuracy*) do modelo.

Perda (*loss*): Durante o treinamento, a perda diminuiu progressivamente, alcançando um valor final de 0.2776. Isso indica que o modelo foi capaz de ajustar-se bem aos dados de treinamento, reduzindo a diferença entre as previsões e os valores reais.

Acurácia (*accuracy*): A acurácia durante o treinamento foi de 91.06%. Isso significa que o modelo classificou corretamente 91.06% das amostras no conjunto de treinamento.

Essa é uma taxa de acerto bastante alta, indicando que o modelo foi capaz de aprender e capturar padrões importantes nos dados de treinamento. No entanto, é importante notar os resultados obtidos no conjunto de validação.

A perda no conjunto de validação foi de 1.1600. Esse valor é maior do que a melhor perda alcançada anteriormente (0.2776), indicando que o modelo não obteve melhorias significativas na capacidade de generalização para novos dados.

Acurácia no conjunto de validação: A acurácia no conjunto de validação foi de 69.10%. Isso significa que o modelo classificou corretamente cerca de 69.10% das amostras no conjunto de validação. Embora ainda seja uma taxa de acerto considerável, é menor do que a acurácia alcançada no conjunto de treinamento, o que

sugere que o modelo está sofrendo *overfitting,* ou seja, não consegue se adaptar a novos padrões.

Ao avaliar áudios de jogos durante sessões de *gameplay*, os registros foram categorizados como sendo de natureza raivosa. Esse desfecho impulsionou a criação de uma nova coleção de áudios.

4.2 BASE DE ÁUDIOS DE JOGOS ONLINE (BAJO)

4.2.1 Versão integral

Após o treinamento utilizando a base de dados criada com áudios retirados do YouTube, antes da separação dos ruídos de fundo, foi possível obter os seguintes valores para a perda (*loss*) e acurácia (*accuracy*): *loss* = 0.0484 e *accuracy* = 0.9823. Os resultados para os dados de validação foram de: *loss* = 0.3341 e *accuracy* = 0.8750, concluindo que a perda e a acurácia no conjunto de validação foram menores.

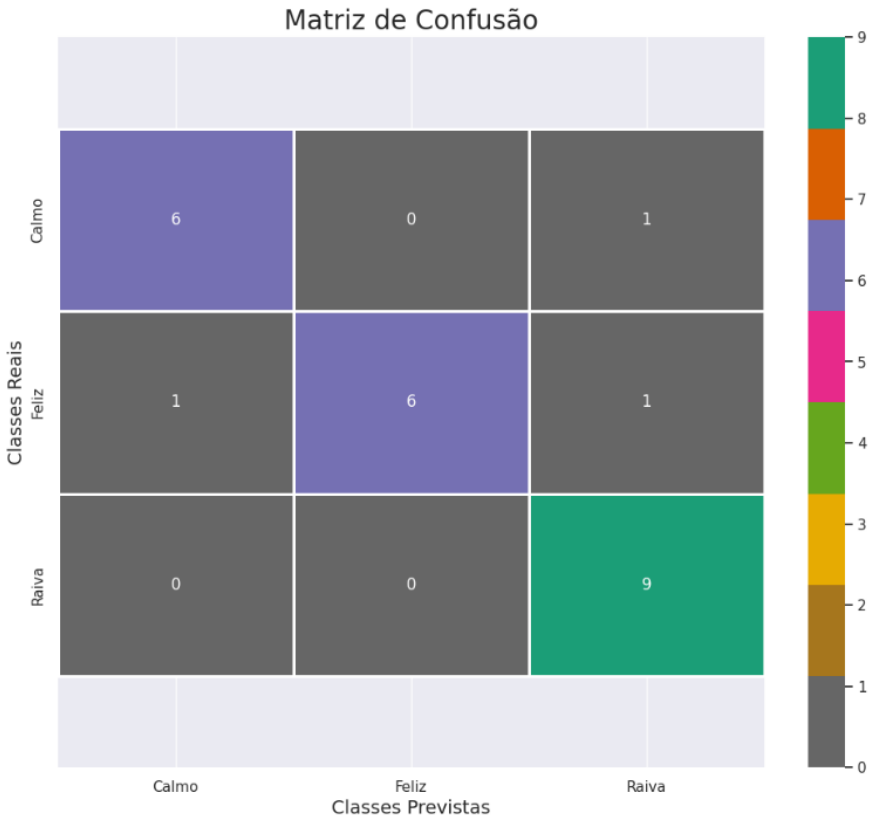
Ainda é possível obter a matriz de confusão, que evidencia a taxa de acerto do modelo, disponível na Figura 1.

A classe "Calmo": Foi classificada corretamente como "Calmo" em seis instâncias, e erroneamente classificada como "Raiva" em uma instância. A taxa de sensibilidade (do inglês *recall*) para esta classe foi de 86%.

A classe "Feliz": Foi classificada corretamente como "Feliz" em seis instâncias, uma vez como "Raiva" e mais uma vez como "Calmo”. A taxa de acerto, para esta classe, foi de 75%.

A classe "Raiva": Foi classificada corretamente como "Raiva" em todas as 9 instâncias, tendo uma taxa de acerto de 100%.

Figura 1 – Matriz de confusão no treinamento feito com a BAJO com ruídos de fundo.



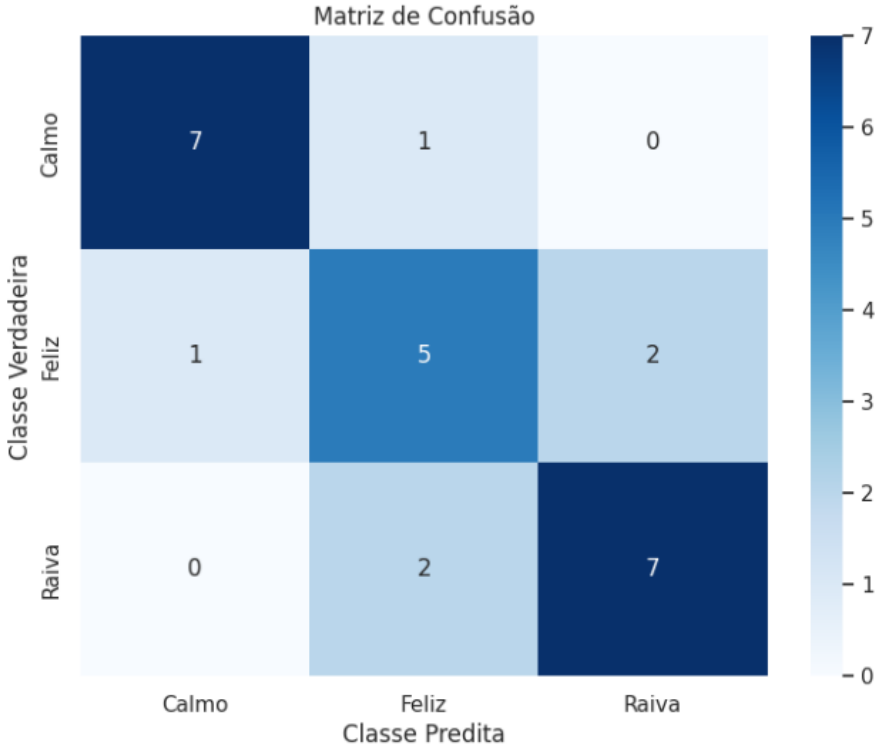
Fonte: elaborado pelo autor.

Podemos considerar, os seguintes valores para a métrica de f1-score. Para a classe "Calmo", o *f1-score* foi de 86%, para a classe "Feliz", de 86% e para a classe "Raiva", de 90%.

Para o último teste, realizado com dados que não foram incluídos no treinamento, obteve-se os seguintes resultados, evidenciados na matriz de confusão a seguir na Figura 2.

A taxa de acerto para a classe "Calmo" foi de 87,5%, para a classe "Feliz" foi de 62,5% e para a classe "Raiva" foi de 77,8%. Para este último teste, os valores de perda e acurácia foram os seguintes: *loss* = 0.99 e *accuracy*: 0.75.

Figura 2 – Matriz de confusão no treinamento feito com a BAJO com ruídos de fundo. Teste feito com 15% dos dados que não participaram do treinamento.



Fonte: elaborado pelo autor.

4.2.3 Versão sem ruídos

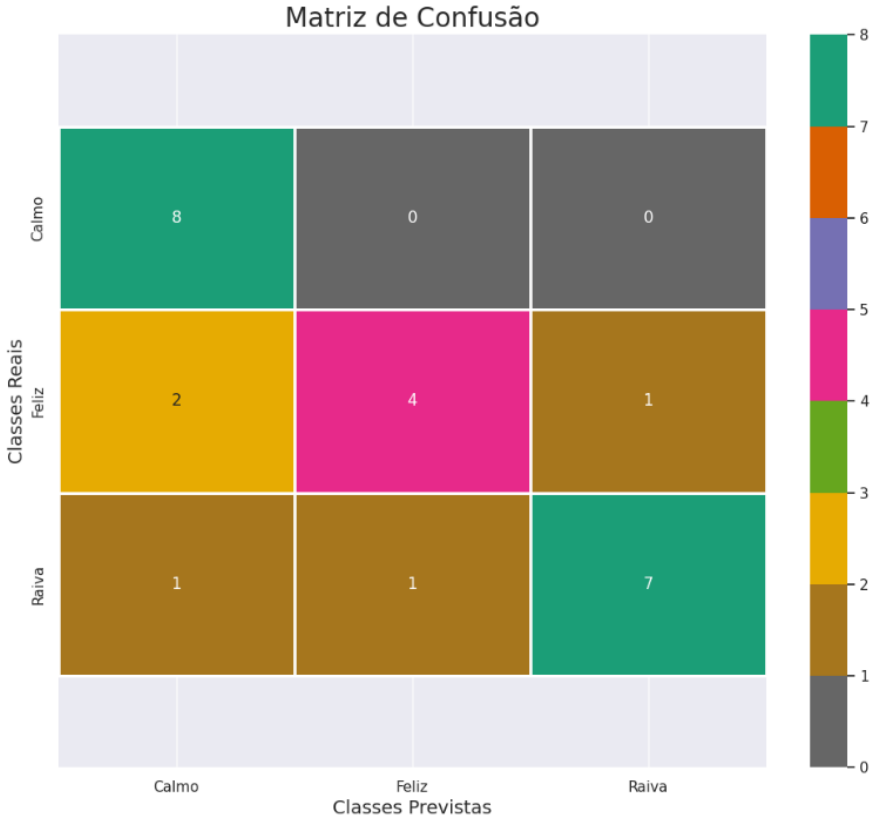
Nesta etapa do treinamento, foi utilizado o software *Tunebat*[7] para realizar a separação entre a voz da pessoa que está falando no áudio e os ruídos de fundo. Ao final, a acurácia de treinamento foi de 99,1% enquanto a acurácia de teste foi de 79,17%. A diferença entre esses valores é um indicativo de overfitting, que ocorre quando o modelo consegue se adaptar bem aos dados de treinamento, mas não está se adaptando bem aos novos dados de teste.

Observando a perda é possível obter uma conclusão semelhante. O valor de perda final para os dados de treinamento foi de 0,05% enquanto o valor final de perda para os dados de teste foi de 55,83%. Essa diferença de perda entre os dados de treino e os dados de teste, pode ser, também, um indicativo de *overfitting*.

[7] https://tunebat.com/

Na Figura 3, imediatamente abaixo, é possível observar a matriz de confusão para os dados de teste e na Tabela 2, adiante, as demais métricas deste mesmo conjunto de dados

Figura 3 – Matriz de confusão no treinamento feito com a BAJO sem ruídos de fundo.



Fonte: elaborado pelo autor.

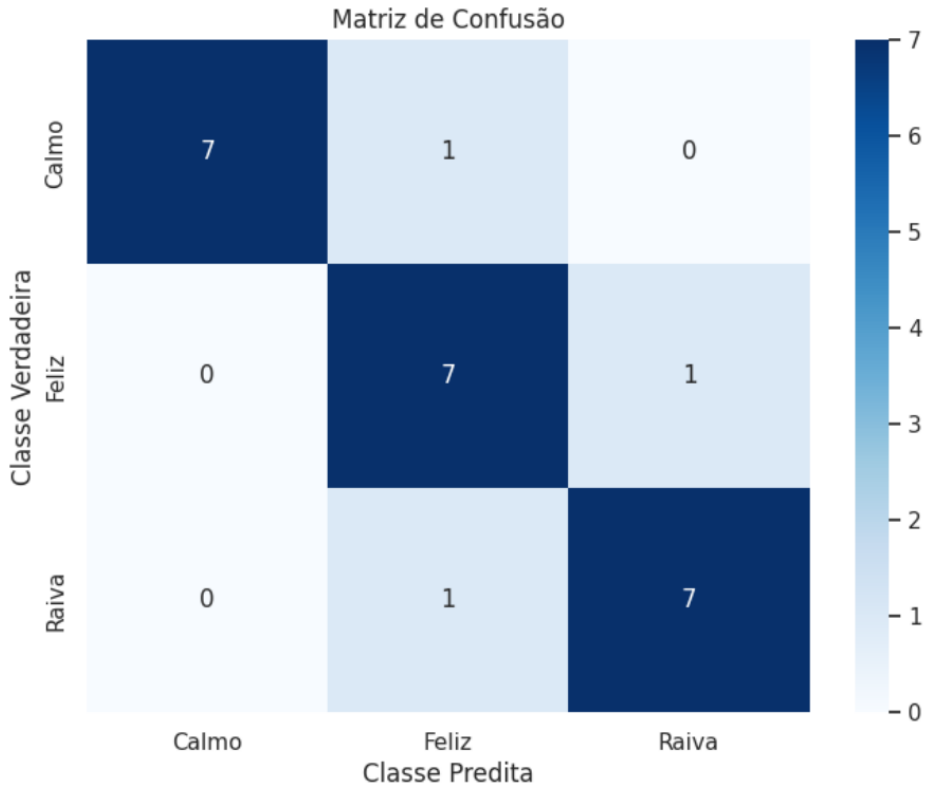
Analisando a métrica de *recall* (taxa de acerto), observa-se que todos os áudios rotulados como "Calmo" foram classificados corretamente, com o valor de recall de 100%. A classe "Raiva" teve um valor de *recall* de 78% e a classe "Feliz" teve um valor de 57%, sendo este último o pior resultado.

Tabela 2 - Métricas do conjunto de testes após o treinamento com a BAJO sem ruídos.

	Precisão	***Recall***	***F1-Score***
Calmo	0,73	1,00	0,84
Feliz	0,80	0,57	0,67
Raiva	0,88	0,78	0,82

Para o último teste, realizado com 15% dos dados que não foram utilizados no treinamento, os resultados foram os melhores possíveis. Todas as classes tiveram uma taxa de acerto de 85%, conforme pode ser observado na matriz de confusão da Figura 5.

Figura 5 – Matriz de confusão do último treinamento. Teste realizado com 15% dos dados que não participaram do treinamento.



Fonte: elaborado pelo autor.

Os valores para acurácia e perda para este último treinamento foram de, respectivamente, 87,5% e 45%, conforme pode ser observado nos valores da Figura 6. A precisão (do inglês *Precision*) teve o valor de 0,875, o *recall* de 0,875 e o *F1-score* de 0,875. As métricas para cada classe em particular estão descritas na tabela 2.

Tabela 2 - métricas do conjunto de validação utilizando a BAJO sem ruídos

	Precisão	***Recall***	***F1-Score***
Calmo	1,00	0,875	0,93
Feliz	0,70	0,875	0,8235
Raiva	0,875	0,875	0,875

5 CONCLUSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, torna-se manifesta a viabilidade de analisar arquivos de áudio para extrair as emoções transmitidas pelo interlocutor em sua fala. Conforme apontado por Ekman (2007), existem padrões universalmente reconhecíveis na manifestação de sentimentos, tanto através de expressões faciais quanto vocais.

Os progressos na inteligência artificial, especialmente com o emprego das arquiteturas de redes neurais convolucionais, permitiram o desenvolvimento de ferramentas capazes de abordar desafios na visão computacional. Assim, é possível aplicá-las ao processamento de arquivos de áudio, utilizando representações visuais como espectrogramas. Isso viabiliza o treinamento de modelos para identificar padrões em áudios. Consequentemente, um modelo foi concebido para discernir sentimentos como felicidade, calma e raiva, alcançando uma acurácia superior a 85%.

Investigações conduzidas por meio de levantamentos revelaram que os jogadores de jogos online frequentemente se deparam com situações envolvendo comportamentos agressivos. A maioria dos participantes concorda que essas ocorrências têm um impacto negativo em sua experiência de jogo. Alguns relatam desafios de saúde emocional e mental decorrentes dessas exposições.

Adicionalmente, muitos acreditam que as empresas responsáveis pelos jogos não estão adotando medidas suficientes para mitigar a toxicidade em suas plataformas.

Fica claro, portanto, que é viável treinar um modelo baseado em redes neurais convolucionais para detectar comportamentos agressivos através da análise de áudios. A ausência de ferramentas eficazes para identificar tais comportamentos em tempo real se evidencia na percepção dos jogadores, os quais percebem a falta de comprometimento por parte das empresas na resolução desse problema. Uma ferramenta dessa natureza possibilitaria a detecção em tempo real dessas situações com elevada precisão, contribuindo de maneira significativa para o combate aos comportamentos agressivos e melhorando a experiência geral dos jogadores.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar meus sinceros agradecimentos a Alexandre Karl Volkert Alves, Caio Julio Cesar de Jesus Dalmeida, José Roberto Vital de Freitas e Luiz Alberto Pereira Borges Junior. Suas valiosas contribuições e apoio inicial foram essenciais para o desenvolvimento inicial deste trabalho. Agradeço profundamente pelo tempo e esforço dedicados, que ajudaram a moldar os primeiros passos deste projeto.

REFERÊNCIAS

BISHOP, Christopher M.; NASRABADI, Nasser M. **Pattern recognition and machine learning**. New York: springer, 2006.

EKMAN, Paul. **Emotions Revealed**. Second Edition: Recognizing Faces and Feelings to Improve Communication and Emotional Life. Holt Paperbacks, 2007.

GALHARDI, Raul. Entenda por que o mercado de games está em alta. **ISTOÉ**, 2023. Disponível em: https://istoedinheiro.com.br/entenda-por-que-o-mercado-de-games-esta-em-alta/. Acesso em: 16 ago. 2023.

GAO, J.; ZHONG, Y.; YANG, Y. Sentiment analysis of transcribed interviews using convolutional neural networks. **Journal of Intelligent & Fuzzy Systems, IOS Press**, v. 40, n. 1, p. 1–12, 2021.

LIU, Bing. **Sentiment Analysis and Opinion Mining** (Synthesis Lectures on Human Language Technologies). Morgan & Claypool Publishers, 2012.

LIVINGSTONE, S. R.; RUSSO, F. A. The Ryerson Audio-Visual Database of Emotional Speech and Song (RAVDESS): A Dynamic, Multimodal Set of Facial and Vocal Expressions

in North American English. **PLOS ONE,** Public Library of Science, v. 13, n. 5, p. 1–35, 05 2018.

MANNING, Christopher D.; SCHÜTZE, Hinrich. **Foundations of Statistical Natural Language Processing**. 1. ed. The MIT Press, 1999.

OZKANCA, Y. *et al*. Depression screening from voice samples of patients affected by parkinson's disease. **Digital biomarkers***,* S. Karger AG, v. 3, n. 2, p. 72–82, 2019.

PANG, Bo; LEE, Lillian. **A Sentimental Education**: Sentiment Analysis Using Subjectivity Summarization Based on Minimum Cuts. ASSOCIATION FOR COMPUTATIONAL LINGUISTICS. Proceedings of the 42nd Annual Meeting on Association for Computational Linguistics, Espanha, 2004.

PERVAIZ, M.; KHAN, T. A. Emotion recognition from speech using prosodic and linguistic features. **International Journal of Advanced Computer Science and Applications,** v. 7, n. 8, 2016.

PESQUISA Game Brasil. **Material gratuito PGB 2023**. 2023. Disponível em: https://materiais.pesquisagamebrasil.com.br/2023-painel-gratuito-pgb10-anos?_gl=1*1koolcz*_ga*MTQ5MDU3MDkxMS4xNjkxNzk1MjU3*_ga_RFEK9N8LH4*MTY5MjQyMjk3NS4zLjAuMTY5MjQyMjk3NS42MC4wLjA. Acesso em: 16 ago. 2023.

CUIDADO, INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE

ASSISTÊNCIA FISIOTERAPÊUTICA A PESSOAS COM DIABETES MELLITUS SUBMETIDAS A AMPUTAÇÃO DE MEMBRO INFERIOR EM UM PROGRAMA DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Relato de Experiência

Giovana Rossi Figueirôa[1]
Ana Carolina da Silva Almeida dos Santos[2]
Maria Clara Gomes Dias da Silva[3]
Raiza de Jesus Santos[4]
Natália Gessly Cerqueira Paes[5]

RESUMO

Objetivo: Relatar a experiência prática da assistência fisioterapêutica prestada a pessoas com diabetes mellitus (DM) submetidas a amputação de membro inferior. Método: Trata-se de um relato de experiência das atividades assistenciais prestadas a pacientes cadastrados em um projeto de extensão em Pé de Risco e Amputação de Membro Inferior (EPRAMI) e realizadas na clínica escola de Fisioterapia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em Salvador/BA. O cadastramento é feito através de uma avaliação minuciosa, previamente agendada, que objetiva detectar alterações musculoesqueléticas e sensoriais nos membros inferiores dessas pessoas. Posteriormente é oferecido, aos interessados, atendimento fisioterapêutico uma vez por semana, com duração média de 60 minutos e sob supervisão da coordenadora da EPRAMI e realizados por discentes do curso de Fisioterapia da UNEB, na condição de monitores do referido projeto. Para além do atendimento presencial, também é realizado telemonitoramento através de um grupo criado no aplicativo do WhatsApp, onde são prestados esclarecimentos e orientações aos pacientes. Resultados: De agosto de 2019 a julho de 2023, foram avaliados e cadastrados 38 pacientes destes, 17 participam atualmente do programa assistencial semanal, e 10 haviam sido submetidos a amputação em membro inferior. A assistência fisioterapêutica é realizada tanto na modalidade presencial como através do grupo do WhatsApp. Conclusão: Verificamos que a assistência presencial e remota prestada a pessoas com DM e amputação de membro inferior, produzem um efeito positivo no gerenciamento e manejo das complicações relacionadas ao DM, podendo contribuir para prevenir novas amputações e, consequentemente, perda da qualidade de vida dessas pessoas.

Palavras-chave: Fisioterapia. Diabetes mellitus. Amputação. Reabilitação.

[1] Mestre, Universidade do Estado da Bahia, figueiroagiovana@gmail.com.
[2] Estudante, Universidade do Estado da Bahia, aanacarolina0901@gmail.com.
[3] Estudante, Universidade do Estado da Bahia, mcgomess99@gmail.com.
[4] Estudante, Universidade do Estado da Bahia, raizaj.santos@hotmail.com.
[5] Estudante, Universidade do Estado da Bahia, natalia.gessley@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

O termo diabetes descreve um grupo de distúrbios metabólicos caracterizados por quadro de hiperglicemia, na ausência de tratamento (WHO, 2019). É uma condição que, quando não controlada, pode atingir órgãos e sistemas, causando graves complicações associada a defeitos na secreção da insulina, na sua ação ou em ambos (ADA, 2019). Segundo a *International Diabetes Federation* (IDF, 2021), o número de pessoas com diabetes mellitus (DM), na faixa etária entre 20 a 79 anos, foi estimado em 536,6 milhões, o que representa uma prevalência de 10,5% da população mundial e, sem adoção de medidas de prevenção e promoção à saúde, esse número pode atingir 783,2 milhões em 2045. Entre os anos de 2017 e 2019, houve um acréscimo na ordem de 38 milhões de adultos com diabetes nessa mesma faixa etária e, o que é mais alarmante, aproximadamente 240 milhões de pessoas, em todo o mundo, não receberam o diagnóstico do DM e isso é o mesmo que dizer que um a cada dois adultos desconhece que tem esta condição. Dados atuais apontaram que o Brasil ocupa o 6° lugar, num ranking de 10 países ou territórios, em que a prevalência do diabetes, entre 20 a 79 anos de idade, totalizou 15,7 milhões de pessoas, colocando o país como o de maior número de casos na América Latina e com projeção de ocupar o quinto lugar no mundo em 2045 (IDF, 2021).

Com a progressão do diabetes mellitus e manutenção dos altos níveis glicêmicos no sangue, uma série de alterações estruturais e funcionais sistêmicas podem surgir, como doença renal, vasculopatia, retinopatia e a neuropatia diabética periférica. Esta última é a complicação tardia mais frequente nas pessoas com diagnóstico de diabetes e além de ser responsável pela diminuição ou perda da sensibilidade protetora distal, principalmente nos pés, também está relacionada ao déficit muscular, que juntos correspondem a dois terços das amputações não traumáticas no membro inferior (SBD, 2019-2020).

Situações em que exista associação da alteração da sensibilidade tátil, vasculopatia e disfunção musculoesquelética, eleva-se o risco para surgimento do pé diabético, que corresponde a um termo que engloba as infecções, úlceras e gangrena podendo resultar em amputação do membro inferior. As úlceras do pé diabético podem acontecer por causa de uma das complicações crônicas mais frequentes, a neuropatia diabética periférica (NDP), que leva a redução de massa muscular,

alterações ósseas e de sensibilidade, predispondo a lesões na pele do indivíduo (Correia *et al.*, 2022). Segundo Callaghan *et al.* (2018), com a progressão da NPD os músculos, principalmente dos pés e pernas, entram em graus crescentes de fraqueza e, nos estágios mais avançados, ocorre a atrofia da musculatura comprometida, levando o surgimento de deformidades nos pés, que associadas a diminuição da sensibilidade tátil, predispõem ao surgimento de úlceras plantares que podem resultar com amputação do membro comprometido.

Estima-se que 19% a 34% das pessoas com diabetes irão desenvolver úlceras nos pés em algum momento de suas vidas, 20% destas lesões irão culminar com amputação no membro inferior (AMI), e a taxa de mortalidade em cinco anos é de 50% a 70% (Armstrong; Boulton; Bus, 2017). Dados do *International Working Group on the Diabetic Foot* (IWGDF, 2019), acerca das AMI, demonstraram que anualmente, mais de um milhão de pessoas com diabetes são submetidas a amputação em pelo menos um segmento do membro inferior, a cada 20-30 segundos um membro é amputado, sendo o DM a principal causa, com risco estimado de 10 a 20 vezes maior em comparação com pessoas sem esta condição.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

Diante das evidências demonstradas pelos estudos sobre os benefícios dos exercícios na melhora da condição muscular dos membros inferiores (MMII) e, consequentemente, na prevenção das descompensações musculoesqueléticas que afetam pessoas com diabetes mellitus, elaboramos, no início do ano de 2019, um projeto de extensão universitária, para prestar assistência fisioterapêutica a pessoas com esta condição clínica. Dessa forma, em julho de 2019, começamos as atividades da Extensão em Pé de Risco e Amputação de Membro Inferior (EPRAMI), admitindo pessoas de ambos os sexos, na faixa etária igual ou maior a 30 anos, com diagnóstico de diabetes mellitus e/ou doença arterial periférica, com ou sem amputação de membro inferior e realizadas na clínica escola de Fisioterapia da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) em Salvador/Ba.

Os interessados em ingressar no programa da EPRAMI, passam por uma triagem onde é feita a coleta dos dados sociodemográficos e clínicos, seguida de

exame físico minucioso. A avaliação física inclui teste da sensibilidade tátil nos pés, realizado com aplicação do monofilamento de Semmes-Weinstein de 10g em quatro pontos da planta do pé, avaliação do Escore de Comprometimento Neuropático (ECN), onde são utilizados recursos como o diapasão de 128 Hz, para avaliar a sensibilidade vibratória, o martelo de reflexo, o testes de sensibilidade dolorosa e térmica, além da aplicação do Escore de Sintomas Neuropáticos (ESN), instrumento este utilizado para quantificar o grau de comprometimento da NPD nos membros inferiores. O exame de plantigrafia também é realizado, para avaliar altura do arco plantar, bem como áreas com aumento de pressão nos pés.

Os atendimentos são gratuitos e ocorrem às quintas-feiras, no turno vespertino, sob a supervisão e orientação da fisioterapeuta coordenadora da EPRAMI. Atualmente a equipe conta com a participação de 12 discentes monitores e 17 pacientes com DM, a maioria com hipertensão e/ou doença arterial periférica associada. Deste total de pacientes, 10 haviam sido submetidos a amputação em diferentes níveis do membro inferior, sendo o nível transtibial o mais incidente e os procedimentos cirúrgicos foram realizados, na sua maioria, antes do ingresso na EPRAMI. Apenas em um paciente a amputação ocorreu já como participante do programa, entretanto o mesmo cursava há mais de quatro anos com uma úlcera na região plantar do antepé que evoluiu para quadro infeccioso, culminando com uma amputação transmetatarsiana.

Para realização do programa de exercícios, os pacientes foram divididos em dois grupos, em horários distintos, com duração média de 60 minutos cada, iniciando com o diálogo sobre a condição de saúde dos participantes, a fim de saber sobre queixas (sintomas) que possam ter surgido durante a semana. Os monitores seguem um protocolo elaborado para cada paciente, com instruções sobre os exercícios específicos escolhidos baseados em evidências científicas e de acordo com o perfil dos pacientes atendidos. Todos os participantes recebem o programa de exercício impresso, com fotos ilustrativas de cada exercício, para que possam realizá-los em casa, estimulando, desta maneira, o autocuidado e gerenciamento da sua saúde.

Para além da assistência fisioterapêutica específica, um processo educativo também se encontra presente na abordagem desses pacientes, através de orientações sobre a doença, sobre como prevenir uma amputação ou reamputação,

bem como os cuidados com o membro remanescente e/ou com o residual, com orientações sobre cuidados com a higiene, hidratação da pele e a necessidade de examinar os pés diariamente. Enfatizamos a importância de realizaram atividade física e do gerenciamento da glicemia, alinhando com os conhecimentos e experiências que possuem.

No programa da EPRAMI são criadas estratégias para minimizar as mudanças causadas pela amputação, como a realização de exercícios em grupo, abrindo espaço para a interação e socialização entre os participantes, proporcionando lazer, entretenimento e alinhando a percepção de sua autoimagem. Também é mantida comunicação diária com os participantes, através de um grupo criado no aplicativo do WhatsApp, onde estão inseridos todos os pacientes cadastrados nessa extensão, bem como a coordenadora do projeto e os discentes monitores. Esse grupo do WhatsApp foi criado em março de 2020, momento este onde foi decretado o estado de pandemia do coronavírus COVID-19 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e imposto o isolamento social como medida preventiva contra a disseminação do vírus. Os atendimentos presenciais da EPRAMI foram suspensos, principalmente em se tratando de uma população de risco, como são as pessoas com diabetes que, na sua maioria, são idosas. Desta forma, passamos a oferecer, teleconsultas e acompanhamento semanal do tratamento fisioterapêutico realizado pelos pacientes nos seus domicílios. Esse grupo do WhatsApp se mantém até os dias atuais, pois demonstrou ser muito eficaz para estabelecer uma maior aproximação dos participantes da EPRAMI com toda a equipe, bem como entre eles. Destina-se a tirar dúvidas, dar orientações acerca do Diabetes Mellitus e das medidas de gerenciamento das complicações inerentes a esta doença. Para além disso, cria-se um ambiente, mesmo que virtual, de acolhimento e troca de saberes e experiências de situações vivenciadas no dia a dia dos participantes.

Para além da assistência oferecida à comunidade, a coordenadora da EPRAMI, juntamente com os(as) monitores(as), se reúnem, remotamente, todas as segundas-feiras, das 19h:30 às 21h. Nessas reuniões os(as) monitores(as) compartilham conhecimento através de apresentações de artigos científico atuais acerca do Diabetes Mellitus, suas complicações, avaliação fisioterapêutica e tratamentos, bem

como são discutidos casos clínicos de forma a otimizar o atendimento presencial e oferecer uma assistência de qualidade aos pacientes.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na experiência obtida através da participação no programa da EPRAMI foi possível confirmar a elevada frequência de complicações sensitivas e musculoesqueléticas que acometem, principalmente, o membro inferior de pessoas com diabetes mellitus e a amputação de membro demonstrou ser um evento que afetou o cotidiano de vida das pessoas submetidas a tal procedimento, bem como da sua família.

Os pacientes da EPRAMI, relatam que participar de um programa de Fisioterapia voltado para as especificidades das suas condições clínicas, melhorou a autoestima, melhorou os sintomas relacionados a neuropatia, proporcionou maior independência para as atividades da vida diária e permitiu um convívio com pessoas em igual situação.

Para os discentes, a experiência de atuar, como monitores, em um programa de extensão universitária voltada para a comunidade externa, foi de grande aprendizado pela troca de saberes. Promoveu capacitação para execução de uma avaliação fisioterapêutica respaldada em instrumentos validados cientificamente e o contato direto com os pacientes possibilitou vivenciarem a prática clínica, que favorecerá a reflexão dos mesmos sobre questões éticas, de solidariedade, cidadania e responsabilidade social, assim como o desenvolvimento de novas habilidades técnicas e relacionais, essenciais para formação profissional dos futuros fisioterapeutas.

REFERÊNCIAS

ADA. American Diabetes Association. 2: Classification and diagnosis of diabetes. **Diabetes Care.** 2019; 42(Suppl 1):S13-28. Disponível em: https:// doi.org/10.2337/dc19-S002. Acesso em 22. maio 2022.

ARMSTRONG, D.G.; BOULTON, A.J.M.; BUS, S.A**.** Diabetic Foot Ulcers and Their Recurrence. Ingelfinger JR, organizador. **N Engl J Med**.;376(24):2367–75, 2017.

CALLAGHAN, B.C.; CHENG, H.T.; STABLES, C.L. *et al*. Diabetic neuropathy: clinical manifestations and current treatments. **The Lancet Neurology.** Jun;11(6):521–34, 2012.

Disponível em: https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC4254767/. Acesso em: 28 ago. 2023.

CORREIA, E. DE F. *et al.* Principais fatores de risco para amputação de membros inferiores em pacientes com pé diabético: uma revisão sistemática. **Research, Society and Development,** v. 11, n. 8, p. e59511831599, 30 jun. 2022.

COX, E.R.; GAJANAND, T.; BURTON, N.W. *et al.* Effect of different exercise training intensities on musculoskeletal and neuropathic pain in inactive individuals with type 2 diabetes: Preliminary randomised controlled trial. **Diabetes Research and Clinical Practice**. Jun;164:108168, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.diabres.2020.108168. Acesso em: 31 ago.2023

GHOLAMI, F.; NIKOOKHESLAT, S.; SALEKZAMANI, Y. *et al.* Effect of aerobic training on nerve conduction in men with type 2 diabetes and peripheral neuropathy: A randomized controlled trial. **Neurophysiologie Clinique**. Sep;48(4):195–202, 2018. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29606547/. Acesso em: 04 jun.2023

INTERNATIONAL Diabetes Federation. **Diabetes Atlas 10th edition** [base de dados na Internet]. 2021. Disponível em: http://www.diabetesatlas.org. Acesso em: 04 maio 2022

INTERNATIONAL Working Group on the Diabetic Foot. **IWGDF Guidelines** [base de dados na Internet]. 2019 - [acesso em 2022 Mai 5]. Disponível em: https://iwgdfguidelines.org/guidelines/guidelines/

PARASOGLOU, P.; RAO, S; SLADE, J.M. Declining Skeletal Muscle Function in Diabetic Peripheral Neuropathy. **Clinical Therapeutics**. Jun;39(6):1085–103, 2017. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28571613/. Acesso em: 11 ago. 2023

SBD. **Diretrizes Sociedade Brasileira de Diabetes** 2019-2020. Disponível em: https://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/08/Diretrizes-Sociedade-Brasileira-de-Diabetes-2019-20201.pdf

SENRA, H.; OLIVEIRA, R.A.; LEAL, I. *et al.* Beyond the body image: a qualitative study on how adults experience lower limb amputation. **Clinical Rehabilitation**, v. 26(2): 180–191, 2012. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/1752/1/CR%202012%2026%282%29%20180-191.pdf. Acesso em 31 ago. 2023. DOI: 10.1177/0269215511410731

SEREN, T.; DE TILIO, R. As vivências do luto e seus estágios em pessoas amputadas. **SPAGESP**; 15(1), 64-78, 2014.

VRÁTNÁ, E.; HUSÁKOVÁ, J.; JAROŠÍKOVÁ, R. et. al. Effects of a 12-Week Interventional Exercise Programme on Muscle Strength, Mobility and Fitness in Patients With Diabetic Foot in Remission: Results From BIONEDIAN Randomised Controlled Trial. **Frontiers in Endocrinology.** 2022 Jul 5;13

WHO. World Health Organization. **Classification of diabetes mellitus**. 2019. Disponível em: https://www.who.int/publications/i/item/classification-of-diabetes-mellitus. Acesso em 22.mai. 2023. ISBN 978-92-4-151570-2

DEMOCRACIA PARTICIPATIVA AMBIENTAL: inserção dos catadores de resíduos sólidos no contexto legal

Rejeane Santos da Conceição[1]
Cristina Maria Marchi[2]

RESUMO

A problemática ambiental que vivenciamos atualmente em um panorama mundial, pode ser definida como reflexo da falta de planejamento para o consumo diante do vasto crescimento populacional e uso irresponsável dos recursos disponibilizados pela natureza. A problemática entre o alto consumo e a geração de resíduos foi um dos itens abordados na Agenda 21 elaborada na Rio 92, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O desemprego e a alta geração de resíduos são os principais fatores para a expansão do trabalho de coleta como estratégia de sobrevivência. As etapas dessa ocupação do catador de resíduos consistem em coletar, transportar, triar, armazenar e beneficiar a reutilização contribuindo para o meio ambiente. Este estudo objetiva apresentar a inserção dos catadores de resíduos sólidos no contexto legal do Brasil, destacando a democracia ambiental participava. Trata-se de um estudo descritivo através de uma revisão narrativa de literatura. Os catadores de resíduos sólidos atuam desde muito antes da instituição da PNRS. Essa classe de trabalhadores vem realizando uma função de grande importância ambiental, colaborando significativamente o beneficiamento de diferentes materiais para o ciclo produtivo; evitando que esses resíduos sejam destinados a aterros.

Palavras-chave: Resíduos sólidos. Políticas públicas ambientais. Catadores de resíduos.

1 INTRODUÇÃO

A problemática ambiental que vivenciamos atualmente em um panorama mundial, pode ser definida como reflexo da falta de planejamento para o consumo diante do vasto crescimento populacional e uso irresponsável dos recursos disponibilizados pela natureza, caracterizando falta de participação cidadã. Segundo Silvestre (2008) o contexto ideológico atrelado à palavra “recurso” transforma o que é “natural” em político e econômico, estimula a apropriação e a dominação da natureza

[1] Mestre, Universidade Católica do Salvador, rejeane.conceicao@ucsal.br.
[2] Doutora, Universidade Católica do Salvador, cristina.marchi@pro.ucsal.br.

como moeda exploratória, o que em longo prazo gera problemas de sustentabilidade em níveis globais.

Sabemos que diferente do que foi proposto nos estudos patrocinados pelo Clube de Roma e publicados no ano de 1972, o desenvolvimento da sociedade humana é ascendente, o consumo gera impactos negativos nos ecossistemas e necessita de mitigação adequada, principalmente no que se refere a problemática dos resíduos sólidos (Oliveira, 2012). Um planejamento ambiental dito como ideal, seria definido como a capacidade da sociedade em desenvolver-se usando a natureza como suporte, porém sem prejuízos permanentes aos ecossistemas, sem danos progressivos, mantendo o meio ambiente funcional e passível de conversação (Erse; Philomena, 2005).

O desemprego e a alta geração de resíduos são os principais fatores para a expansão do trabalho de coleta como estratégia de sobrevivência. As etapas dessa ocupação do catador de resíduos consistem em coletar, transportar, triar, armazenar e beneficiar a reutilização contribuindo para as indústrias, governo (em todas as esferas) e principalmente para o meio ambiente. (Marchi, 2011). Apesar de muitos estarem organizados em cooperativas, os catadores de resíduos sólidos são excluídos pela atividade que desempenham. Visto que os resíduos sólidos são considerados por muitos autores, um problema de saúde pública, é necessário um olhar mais apurado para essa classe de trabalhadores que vivem entre o descarte e o reuso, sendo assim trabalhadores em atividade insalubre num grau máximo (ABNT, 2018).

A relação entre educação ambiental, cidadania e democracia participativa assume um papel cada vez mais desafiador e complexo, exigindo novos saberes para apreender e implementar processos sociais efetivos, como a profissão de catadores de resíduos sólidos.

No que tange a problemática dos Resíduos Sólidos no Brasil, foram instituídos importantes instrumentos legais como: a Política Nacional do Meio Ambiente em 1981, o artigo 225 da Constituição Federal de 1988, a Lei Federal de Saneamento Básico em 2007, a Lei Estadual de Saneamento Básico em 2008, a Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010 e Política Estadual de Resíduos Sólidos em 2014.

Assim, este estudo objetiva apresentar a inserção dos catadores de resíduos sólidos no contexto legal do Brasil, destacando a democracia ambiental participava.

2 DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

2.1 CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS SOBRE O MEIO AMBIENTE E SUA RELAÇÃO COM OS RESÍDUOS SÓLIDOS

As conferências internacionais promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU), a partir da Conferência de Estocolmo em 1972, e a ação dos movimentos ambientalistas internos, estimularam o governo brasileiro a instituir gradualmente um sistema de agências ambientais, fazendo do Estado o agente protagonista da formulação e implementação de políticas e de práticas de gestão ambiental no país.

O evento em Estocolmo ocorreu sob o choque causado diante do relatório do Clube de Roma, e apresentou uma primeira avaliação após discussões e declarações sobre a participação humana global na precarização do meio ambiente, como uma proposta de uniformizar a ideia fundamental sobre como realizar o enfrentamento da problemática do desenvolvimento perante a necessidade da conservação da natureza (Castro; Araújo, 2004).

Segundo Handl (2012) a Conferência de Estocolmo se resume em indicar metas e objetivos para questões ambientais de maneira muito básica ou simplista sem preocupações para estabelecer normas mais específicas, porém despertou o início de uma consciência global importante, principalmente nos movimentos ativistas ambientais internacionais. Já a Conferência do Rio em 1992 (ECO 92), tratou de colocar o homem no centro das discussões sobre o desenvolvimento sustentável, com uma abordagem mais instrumentalizada e normativa, um possível exemplo da mudança positiva diante das discussões sobre o meio ambiente.

Entre as Conferências de Estocolmo e a ECO 92, surgiu a Resolução nº 44/228, de 22 de dezembro de 1989, durante a Assembleia Geral da ONU, iniciando a ideia da discussão sobre os resíduos resultantes do alto consumo com a defesa de estratégias de gestão para minimizar a degradação ambiental e afirmando que

> [...] o manejo ambientalmente saudável dos resíduos se encontrava entre as questões mais importantes para a manutenção da qualidade do meio ambiente da Terra e, principalmente, para alcançar um desenvolvimento sustentável e ambientalmente saudável em todos os países.

Posteriormente durante a ECO 92, é lançado o documento intitulado “Agenda 21”, relatando o compromisso dos Estados em adequar o desenvolvimento a preservação ambiental (Chamon; Cardoso; Barros, 2013).

Uma alternativa amplamente benéfica na gestão dos resíduos é a reciclagem através da coleta seletiva, que consiste em recolher materiais recicláveis (papel, metais, papelão, etc.) separados dos resíduos orgânicos. Para essa alternativa ambiental ocorrer de maneira ideal, é necessário o funcionamento organizado de cooperativas para catadores de resíduos sólidos que atuam no transporte, triagem e beneficiamento desses resíduos, transformando esse problema ambiental em objetos geradores de trabalho e renda, além de gerar inclusão socioprodutiva desses trabalhadores, também chamados de agentes ambientais (Cunha, 2018).

2.2 POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

No ano de 1981 é estabelecida no Brasil a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei n° 6.938/81) que tem como objetivo “a preservação”, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana.”

A Lei n° 6.938/81 descreve definições e conceitos básicos como o de meio ambiente, degradação, poluição, poluidor e recursos ambientais (quadro 1), além de determinar diretrizes, instrumentos, e iniciar importantes discussões sobre a teoria da responsabilidade. A grande questão da política ambiental incentivada pelas conferências internacionais é a organização da gestão do Estado sobre o controle dos recursos naturais e à determinação de instrumentos econômicos capazes de incentivar as ações produtivas com necessidades ambientalmente corretas (Carneiro, 2003; Sirvinskas, 2005).

2.3 POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE

Seguindo os conceitos na Política Nacional do Meio Ambiente em 1981 e o direcionamento do artigo 225 da Constituição Federal Brasileira em 1988, o contexto dos resíduos diante da problemática ambiental passa por uma grande lacuna temporal. Somente em 2007 a temática será abordada novamente de maneira legal, com a instituição da Lei Federal do Saneamento Básico.

2.4 LEI DO SANEAMENTO BÁSICO

Durante o século XIX, ocorreu no Brasil uma epidemia de cólera, e este problema de saúde pública foi em partes causados pelas transformações e impactos ambientais que geram risco a qualidade da vida humana, porém o marco legal do saneamento básico somente aconteceu em 5 de janeiro de 2007 com a Lei nº 11.445, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e para a política federal de saneamento básico (Brasil, 2007; Ramos, 2013; Cunha, 2018).

Marchi (2015) ressalta que a Política Federal do Saneamento Básico merece destaque pelo seu foco participativo, onde os serviços públicos de saneamento básico devem estabelecer a política pública, através da elaboração do plano de saneamento básico com participação da sociedade civil nesta elaboração. Esse planejamento participativo inclui o acesso para todos as consultas e audiências públicas, resultando na inserção da sociedade em temáticas anteriormente pouco alcançadas.

2.5 LEI DOS RESÍDUOS SÓLIDOS E OS CATADORES

Gouveia (2012) relata que desde a ECO 92, até a Lei 11.445/07, o tema sobre manejo de resíduos sólidos é tratado com destaque menor na legislação brasileira, mesmo com estudos confirmando que essa problemática tem participação em questões como e emissão de gases de efeito estufa, tema muito debatido na comunidade cientifica atual.

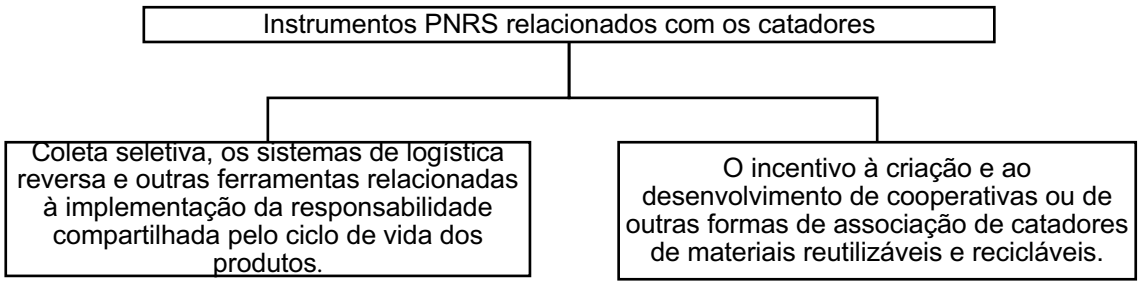
Com o objetivo de normatizar e facilitar o entendimento da sociedade civil, dos gestores municipais, indústrias, comércio e instituições de saúde, foi sancionada em 2 de agosto de 2010 a Lei nº 12.305, intitulada Política Nacional de Resíduos Sólidos

(PNRS) que dispõe, entre outros pontos, sobre as ações de saneamento básico que visam adequar o gerenciamento dos resíduos de forma segura para proteção à saúde pública e do meio-ambiente, além de incentivar a inclusão socioeconômica de catadores de matérias recicláveis, denominados por muitos autores como “agentes ambientais” (Santos, 2016).

Os catadores de resíduos sólidos atuam (de maneira avulsa ou organizada em cooperativas) desde muito antes da instituição da PNRS. Essa classe de trabalhadores vem realizando uma função de grande importância ambiental, colaborando significativamente o beneficiamento de diferentes materiais para o ciclo produtivo; gerando economia de energia e de matéria prima, e evitando que esses resíduos sejam destinados a aterros que mesmo considerados como uma solução ambientalmente correta, possuem uma vida útil limitada.

Dentre os instrumentos mais importantes da Lei nº 12.305 (PNRS), destacamos nesse estudo os seguintes itens do capítulo 3, artigo 8, apontados no fluxograma 2:

Fluxograma 2: Instrumentos PNRS relacionados com os catadores



Fonte: Adaptado do Ministério do Meio Ambiente/CPDS. Lei nº 12.305/10 (BRASIL, 2010).

Elaboração: as autoras

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no arcabouço legal estimulado pelas discussões geradas após a publicação do documento Os Limites do Crescimento, percebe-se o quanto tardou o início das normatizações que relacionam a problemática dos resíduos sólidos com a

inserção do catador no contexto democrático como agente facilitador do processo socioambiental e de cidadania participativa.

O termo “catador” somente é descrito na PNRS instituída em 2010, ou seja, desde a Conferência de Estocolmo até a PNRS são 32 anos de lacuna, refletindo na marginalização dessa ocupação e dificultando o entendimento da sociedade civil sobre a importância de inserir o catador como participante ativo na mitigação da problemática dos resíduos sólidos, questão que atinge não somente os temas de conservação ambiental, mas considera as necessidades de cidadania participativa e ações da saúde pública.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a política nacional do meio ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 1981.

_____. **Constituição** (1988). Lex: coletânea de legislação, edição federal. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. **Lei Federal nº 12.305 de 12 de agosto de 2010**. Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: MMA, 2010.

_____. Lei Federal nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007. Política Nacional do Saneamento Básico. Brasília: MMA, 2007.

_____. Ministério do Meio Ambiente/CPDS. **Agenda 21 brasileira** — ações prioritárias. Brasília, 2003.

_____. **Resolução em Assembleia Geral da ONU. nº 44/228 de 22 de dezembro de 1989**. Dispõe a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília, 2005.

BRAUN, R. **Novos Paradigmas Ambientais**: Desenvolvimento ao ponto sustentável. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

BRUNDTLAND, G. H. Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – 1988. **Nosso Futuro Comum** (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.

CARNEIRO, R. **Direito ambiental**: uma abordagem econômica. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

CASTRO, B. A.; ARAÚJO, M. A. D. **Gestão dos resíduos sólidos sob a ótica da Agenda 21**: um estudo de caso em uma cidade nordestina. R AP Rio de Janeiro, ano 4, n 38, RJ, 2004.

CHAMON, R. C.; CARDOSO, R.; BARROS, C. F. Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos, introduzindo uma nova tecnologia para o cenário brasileiro: Pirólise Lenta a Tambor Rotativo. *In:* **Anais...** I Congresso Fluminense de Engenharia, Tecnologia e Meio Ambiente – UFF. Niterói-RJ. 2013.

CUNHA, R. Resíduos Sólidos. *In*: MARCHI, C. M. D. F. **Gestão dos Resíduos Sólidos: conceitos e perspectivas de atuação**. Curitiba: Appris, 2018. 221p.

ERSE, E. B.; PHILOMENA, A. L. Comentários sobre a utilização de roteiros metodológicos de planejamento ambiental na composição de sistemas sócio-ecológicos de natureza sustentável. **GeoFocus** (Informes y comentarios), n 5, 2005.

HANDL, G. **Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment** (Stockholm Declaration), 1972 and The Rio Declaration on Environment and Development, 1992. United Nations Audiovisual Library of International Law. United Nations, 2012.

MARCHI, C.M.D. Cenário mundial dos resíduos sólidos e o comportamento corporativo brasileiro frente à logística reversa. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 1, n. 2, João Pessoa. 2011.

OLIVEIRA, L. D. Os “Limites do Crescimento” 40 anos Depois. **Revista Continentes** (UFRRJ), ano 1, n. 1, 2012.

SILVESTRE, M. E. D. Código de 1934: Água para o Brasil Industrial. **Revista Geo – Paisagem**, ano 7, n 3, 2008.

SIRVINSKAS, L. P. **Manual de direito ambiental**. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 59.

VILAR, O. M.; MACHADO, S. L.; CARVALHO, M. F. Resíduos Sólidos - capítulo 8. *In*: ZUQUETTE, L.V. (Org.). **Geotecnia Ambiental**. 1ed.São Paulo: Elsevier. 2015.v. 1, p. 215-258.

ECOSOFIA: concepção ético-política e dimensão ambiental

Tiago Silva de Freitas[1]

RESUMO

A proposta é a de apresentar o conceito de ecosofia, sobretudo seu alcance, sentido e objetivos. A noção é a de uma ética calcada na conjugação, segundo Félix Guattari, de três fundamentais fatores estruturantes de uma sociedade talhada para o sucesso, no sentido de potencializar a máxima felicidade do gênero humano, dissociada dos valores capitalistas que instrumentalizam a figura humana. Assim, o *ethos* orientador proposto pela ecosofia, como será visto adiante, é o de que não se pode conceber as dimensões subjetiva, social e ambiental de maneira apartada. Neste artigo, será dedicada especial atenção à dimensão ambiental.

Palavras-chave: 1. Ecosofia. 2. Ética. 3. Meio Ambiente.

1 INTRODUÇÃO

Consoante o pensamento de Félix Guattari (1990), a degradação ecológica é fruto de um processo complexo que envolve, basicamente, três dimensões, a saber: a dimensão ambiental, a social e a subjetiva.

A problemática da degradação do meio ambiente não será resolvida sem um objetivo e contundente ataque às mazelas que afligem a humanidade dos pontos de vista natural, social e individual.

A ecosofia constitui-se, assim, concepção ético-política consistente na conjugação das vertentes ecológicas do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana. Interpretar a questão ecológica sem conceber a confluência dessas três vertentes implica a elaboração de ações equivocadas que, em horizonte próximo, representarão problemas ainda mais graves a serem enfrentados pela sociedade humana.

[1] Doutor e Mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Católica de Salvador. E-mail: tsfdireito@hotmail.com.

2 O CONCEITO DE ECOSOFIA E SUA TRIDIMENSIONALIDADE

Partindo dessa perspectiva, impende ressaltar que a noção de ecosofia consiste na consideração da implicação tridimensional entre o meio ambiente, as interações sociais e as subjetividades, e desconsiderar essa interação fatorial conduz a uma visão míope ou mesmo distorcida da realidade:

Se é tão importante que, no estabelecimento de seus pontos de referência cartográficos, as três ecologias se desprendam dos paradigmas pseudocientíficos, isso não se deve unicamente ao grau de complexidade das entidades consideradas mas, mais fundamentalmente, ao fato de que no estabelecimento de tais pontos de referência está implicada uma lógica diferente daquela que rege a comunicação ordinária entre locutores e auditores e, simultaneamente, diferente da lógica que rege a inteligibilidade dos conjuntos discursivos e o encaixe indefinido dos campos de significação. Essa lógica das intensidades, que se aplicam aos Agenciamentos existenciais autorreferentes e que engajam durações irreversíveis, não concerne apenas aos sujeitos humanos constituídos em corpos totalizados, mas também a todos os objetos parciais, no sentido psicanalítico, os objetos transicionais, no sentido de Winnicott, os objetos institucionais (os "grupos sujeito"), os rostos, as paisagens etc. (Guattari, 1990, p. 26).

A grande preocupação gira em torno do comprometimento do planeta, em virtude do modus vivendi gerado pelo desenvolvimento técnico-científico e grande aumento demográfico. Paradoxalmente, os novos meios técnico-científicos, embora potencialmente capazes de resolver diversas mazelas sociais, não permitem que a sociedade organizada e os indivíduos apropriem-se desses meios para torná-los utilitários. A mudança no entorno é acompanhada de alterações sociais que modificam a relação do indivíduo com a sociedade, estabelecendo novos arranjos sociais, inclusive familiares e, pari passu, reinvenções subjetivas que podem desembocar em incremento de racismo, fanatismo religioso e xenofobia:

O princípio comum às três ecologias consiste, pois, em que os Territórios existenciais com os quais elas nos põem em confronto não se dão como um em-si, fechado sobre si mesmo, mas como um para-si precário, finito, finitizado, singular, singularizado, capaz de bifurcar em reiterações estratificadas e mortíferas ou em

abertura processual a partir de práxis que permitam torná-lo "habitável" por um projeto humano. E essa abertura práxica que constitui a essência desta arte da "eco" subsumindo todas as maneiras de domesticar os Territórios existenciais, sejam eles concernentes às maneiras íntimas de ser, ao corpo, ao meio ambiente ou aos grandes conjuntos contextuais relativos à etnia, à nação ou mesmo aos direitos gerais da humanidade. Assim sendo, esclareçamos que não se trata para nós de erigir regras universais a título de guia de tais práxis, mas, ao contrário, de liberar as antinomias de princípio entre os três níveis ecosóficos ou, se preferirmos, entre as três visões ecológicas, as três lentes discriminantes aqui em questão (Guattari, 1990, p. 36-37).

Assim, são indissociáveis as três dimensões ecológicas propostas pela ecosofia, tendo em conta a interdependência entre cultura, homem e natureza. Logo, pensar em cumprimento dos objetivos da ecosofia perpassa, necessariamente, o pensar de um desenvolvimento sustentável. É difícil estabelecer um conceito preciso de desenvolvimento sustentável, mas é possível compreendê-lo por intermédio da conjugação das noções de ciências naturais e sociais, considerando-se as questões ambientais, sociais e econômicas como indissociáveis, pois os problemas humanos são, inexoravelmente, complexos, haja vista o fato de que as soluções demandam sempre a invocação de múltiplos saberes:

Adquirimos conhecimentos inauditos sobre o mundo físico, biológico, psicológico, sociológico. Na ciência, há um predomínio, cada vez maior, dos métodos de verificação empírica e lógica. As Luzes da Razão parecem fazer refluir os mitos e trevas para as profundezas da mente. E, no entanto, por todo lado, erro, ignorância e cegueira progridem ao mesmo tempo que os nossos conhecimentos. Necessitamos de uma tomada de consciência radical: I. A causa profunda do erro não está no erro de fato (falsa percepção) ou no erro lógico (incoerência), ou no modo de organização do nosso saber num sistema de ideias (teorias e ideologias); 2. Há uma nova ignorância ligada ao desenvolvimento da própria ciência; 3. Há uma nova cegueira ligada ao uso degradado da razão; 4. As ameaças mais graves em que incorre a humanidade estão ligadas ao progresso cego e incontrolado do conhecimento (armas termonucleares, manipulações de todo tipo, desregramento ecológico etc.) (Morin, 2005, p. 9).

Percebe-se, da leitura desse trecho da obra de Edgar Morin, o potencial erro de posturas simplificadoras e, a partir dessa constatação, a necessidade de se adotar uma forma de se fazer ciência mais acurada, pormenorizada, detalhista, a fim de que a ignorância não deixe a razão obnubilada. Tal cenário favorece um progresso científico, como visto, antiético, contra a própria humanidade.

Como movimento contraposto, surge a noção de sustentabilidade. A ideia de desenvolvimento sustentável já foi encampada por diversos documentos internacionais, a exemplo da Conferência de Estocolmo de 1972, do documento Our Common Future de 1987, da ECO-92 (que destacou a questão do ser humano como pauta central da matéria ambiental), a 19ª Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas (RIO+5) de Johannesburg, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), em 2012, e a Conferência do Clima Paris (COP-22) em 2015.

Em que pese a dificuldade na conceituação do desenvolvimento sustentável, muito dependente da casuística, é inegável que ela decorre da inafastável urgência de harmonização entre economia, meio ambiente e direitos humanos. Cumpre destacar que o desenvolvimento sustentável pressupõe a salvaguarda dos direitos das gerações presentes e futuras, garantindo-se equidade intra e intergeracional.

É precisamente nesse contexto que ressai uma das principais dimensões do desenvolvimento sustentável, vale dizer, a proteção da cultura de povos e comunidades tradicionais. Desse modo, para que não haja uma pré-compreensão deficitária da realidade histórico-social, cresce em importância a realização do direito fundamental à memória, elemento basilar para a formação da tradição cultural de um povo.

Dessa forma, harmonizar crescimento econômico, preservação silvestre e valorização do homem são os objetivos precípuos da ecosofia, perspectiva que visa à compatibilização entre essas três ecologias. É de se destacar que, nessa linha de raciocínio, o homem permanece sendo um imperativo categórico sob qualquer vertente política.

Importa ressaltar que a pobreza, segundo entendimento firmado pela Comissão de Brundtland de 1987, promove tanto quanto ou mais degradação ambiental que a riqueza. Entre os principais fatores que comprometem sobremaneira a saúde humana

estão a falta d'água e a ausência de saneamento básico, o que compromete diretamente a qualidade de vida e, por conseguinte, as bases para um desenvolvimento econômico sustentável.

Conforme o pensamento de Juan Martinez Alier (2011, p. 33 e ss.) sobre o ecologismo dos pobres, em análise marxista, é indispensável que os povos dominados se insurjam em face do poder econômico. Em muitas situações, é possível observar o conflito de interesses antagônicos, representados por ricos e pobres, grandes empresários e subalternizados, sendo múltiplos os exemplos, como é o caso das quebradeiras de babaçu (coco-de-macaco), cuja economia extrativista de base familiar não conta com o apoio de políticas públicas, além da morosidade na regularização fundiária, excessiva burocracia no reconhecimento do status de território tradicional e a predileção dos governos pelos grandes empreendimentos em detrimento das pessoas simples do lugar. No caso específico das quebradeiras de babaçu, existe um movimento social organizado que, consoante as lições de Zhouri e Oliveira (2010, p. 439 e ss.), promovem a resistência do lugar diante do espaço, compreendendo lugar como uma noção antropológica que se sobrepõe à mera geografia espacial.

A dimensão positiva da liberdade (Bobbio, 1996, p. 67-70) – capacidade de autodeterminação – bem como a dimensão negativa – ausência de constrangimento – ficam comprometidas quando há desvalorização da história e da riqueza cultural locais, o que, em última análise, afronta inclusive o princípio democrático. Nesse contexto, é importante ressaltar a noção de altericídio (lógica perversa de destruição do outro, do diferente), na medida em que a alteridade é elemento fundamental na construção de uma sociedade plural e inclusiva.

Conforme referido, necessário se faz a conjugação dos paradigmas ecológicos da ecosofia, quais sejam: o ambiental, o social e o subjetivo. Para a harmonização dessas variáveis, mostra-se de maneira bastante interessante a obra de Amartya Sen (1999, p. 94-95), Sobre ética e economia, que lhe conferiu o prêmio Nobel de Economia no ano de 1998, com a tese do equacionamento entre economia e bem estar.

Por óbvio, a pragmática social impele à conjugação de esforços para a valorização e desenvolvimento da economia, sendo, portanto, orientada pelo

utilitarismo, nos termos das lições de Bentham e Stuart Mill. Entretanto, como sabido, a ética utilitarista, em grau considerável de razão, é rechaçada nos meios acadêmicos, porque, não raro, instrumentaliza e suprime direitos individuais, desconsiderando, portanto, a dimensão paradigmática subjetiva da proposta da ecosofia.

A própria noção de economia, étimo de origem grega, da junção entre *óikos* (casa) e *nomos* (regra), regras da casa comum, portanto, é incompatível com a dissociação da dimensão ética, por decorrência lógica, compreensão, segundo Sem (1999), identificada na tradição ocidental, ao menos desde Aristóteles.

Amartya Sen (1999), assim, com muita propriedade e solidez, compreende ser inconcebível o divórcio entre o *ethos* e a economia, na medida em que tal afastamento implica o empobrecimento da economia do bem-estar, na linha do que propomos neste trabalho.

3 A DIMENSÃO ÉTICO-POLÍTICA AMBIENTAL

A ideia da ecosofia e das três ecologias de Félix Guatarri e Gilles Deleuze traz consigo algo de muito caro ao que se aspira para a construção de um direito plural, inclusivo e, sobretudo, que, consoante a lição de Boaventura de Souza Santos (2002), não desperdice a experiência, não funcione como uma racionalidade indolente.

Karel Vasak (1982) construiu uma interessante teoria acerca da evolução dos direitos fundamentais em meados do século XX. Segundo Vasak (1982), é possível estabelecer uma conexão entre os ideais da Revolução Francesa e um conjunto de direitos humanos, paulatinamente concretizados ao longo da história humana. Desse modo, conforme Vasak (1982), o *liberté* materializou uma plêiade de direitos individuais, cujo objetivo central é o de assegurar as garantias individuais diante de potenciais arbítrios do Estado; o *égalité*, os direitos sociais, cuja finalidade precípua é a de permitir algum nível de equalização entre os indivíduos integrantes de dada sociedade, inserindo-se, nesse contexto, os direitos à saúde e educação, por exemplo; por fim, o *fraternité*, carregando consigo a proposta de espraiar por todo o sistema jurídico-político-social a fraternidade/solidariedade, caríssima às sociedades contemporâneas.

Na esteira de um inafastável pensamento integrador, encontra-se a proposta de Leonardo Boff (2009, p. 70 e ss.) acerca da construção de um modelo ético ecocentrado, objetivando a formação de um novo referencial de civilização. Assim, pobreza, degradação ambiental, injustiça social, conflitos étnicos, paz, democracia e, conforme a perspectiva teológica, até mesmo uma crise espiritual, algo que, saindo do campo da pura religiosidade, é também cientificamente válido, pois as ciências humanas guardam íntima relação com o etéreo, o impalpável, sendo inclusive denominadas de ciências do espírito ou *geistswinssenchaften*, dessumindo-se, portanto, pela via científica ou religiosa, a necessidade, diante do atual quadro da realidade, a carência de aprimoramento do comportamento ético.

Nesse contexto, é cabível destacar a proposta da Carta da Terra, estabelecedora de um conjunto de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global com justiça, sustentabilidade e paz. A visão ética apresentada pela Carta da Terra compreende ser indissociáveis a valorização dos direitos humanos, necessariamente equitativo, a proteção ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e a paz. Essa, portanto, passa a ser a novel tônica de um desenvolvimento sustentável.

Com o propósito de estabelecer sólidos princípios para a promoção de um desenvolvimento sustentável, a Comissão Mundial das Nações Unidas para o Ambiente e Desenvolvimento iniciou, em 1987, a redação da Carta da Terra, cujas discussões atravessaram a Cúpula da Terra em 1992. Já em 1994, Maurice Strong, Secretário-Geral da Cúpula da Terra, o presidente do Conselho da Terra e Mikhail Gorbachev, presidente da Cruz Verde Internacional, apoiados pelos Países Baixos, lançaram novo projeto para a Carta e, em 1997, no Conselho da Terra, na Costa Rica, foi estabelecida a Secretaria da Carta da Terra pela Comissão responsável, de modo a operacionalizar os objetivos.

Fruto de discussões interculturais que duraram mais de uma década, a Carta da Terra é considerada um dos documentos de maior heterogeneidade participativa da história, haja vista ter sido o documento internacional mais aberto e amplamente participativo, uma vez que tem em sua composição integrantes das mais diversas culturas e regiões do mundo, intelectuais e membros das comunidades.

A Carta da Terra surge com uma proposta de responsabilidade comunitária, relativamente à Terra, casa da humanidade, cuja preservação da biosfera é urgente e imprescindível, ante a finitude dos recursos naturais disponíveis.

Assim é que, consoante as lições de Leonardo Boff (2009), urge o estabelecimento de um consenso mínimo entre os humanos, mediante o estabelecimento de um *ethos* mundial, apto a promover, para além da preservação de recursos escassos, a garantia de justiça social, diminuindo o abismo entre ricos e pobres, o que, indiretamente, resultará em diminuição de degradação ambiental. A tônica, portanto, desse *ethos* emergente deve ser a inclusão, com vistas à formação de um novo *modus vivendi*, orientado pela máxima do pensar globalmente e agir localmente, no mais lídimo espírito de solidariedade, na esteira do pensamento de Karel Vasak que compara o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado ao brado revolucionário francês *fraternité*.

A Carta da Terra é, desse modo, um documento principiológico, cujos principais pontos são o respeito e o cuidado comunitário vital, a integridade ecológica, a justiça social e econômica, a democracia, a não violência e a paz.

O respeito à vida é incondicional, valorizando, em especial, a sua diversidade, bem como a dignidade e potencial humanos. A integridade ecológica perpassa a noção de que é inafastável o dever de cuidado com a *oíκος*, a casa comum, a Terra. Pari passu, reconhece-se a impossibilidade de alcance desses objetivos sem uma efetiva justiça social e econômica, tendo em vista o fato de que a pobreza, em que pese a associação, mais imediata, ao crescimento técnico-científico, é grande geradora de degradação ambiental. Por fim, propõe-se a noção de que, sem o regime político democrático, fomentador de uma cultura de paz, não violência e respeito à diversidade, será inviável a consecução dos objetivos da Carta da Terra, por tratar se de objetivos sempre inclusivos, tanto sob aspectos individuais quanto coletivos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessume-se, portanto, que, tal qual a teoria hermenêutica, um texto precisa ser analisado em seu contexto, sob pena de se incorrer em pretexto, ou seja, em percepção dissonante daquilo que de fato representa. O *ethos* proposto pela ecosofia

passa, imperiosamente, pela consideração desses múltiplos tecidos, frise-se, o ambiental, o social e o subjetivo, de modo que se possa edificar um corpus, cuja compreensão é, necessariamente, integral, mesmo em se considerando uma visão moderna/cartesiana de apreensão da realidade, posto que a divisão do todo em partes cumpre uma mera função didática com vistas à facilitação da apreensão daquilo que se pretende investigar.

Assim é que esse paradigma ecosófico constitui substrato teórico importante à valorização de formas alternativas ao hegemônico modelo eurocentrado, notadamente marcado pelo fetiche em torno do capital, a ponto de reificar, até mesmo, o ser humano, algo absolutamente indigno e inconcebível.

REFERÊNCIAS

A CARTA da Terra: valores y princípios para um futuro sustentável. Disponível em: https://ediscIplinas.usp.br/pluginfile.php/4463897/mod_book/chapter/20806/Biodiversidade_2012/CartadaTerra.pdf. Acesso em: 15 set. 2022.

ALIER, Joan Martínez. **El ecologismo de los pobres**. 4a ed., ampliada. Conflictos ambientales y lenguajes de valoración. Lima: Espiritrompa Ediciones, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e Liberdade**. Título original: *Eguaglianza e Libertà*. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Ediouro, 1996.

BOFF, Leonardo. **Ethos mundial:** em busca de um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Record, 2009.

GUATTARI, Félix. **As três ecologias**. Título original em francês: *Les trois écologies*. Tradução Maria Cristina F. Bittencourt. 11ª ed. Campinas: Papirus, 2001.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Título Original: *Introduction à la pensée complexe*. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A Crítica da Razão Indolente:** contra o desperdício da experiência. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SEN, Amartya. **Sobre Ética e Economia**. Título original: *On ethics & economics*. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VASAK, Karel. **The international dimension of human rights**. v. 1. Paris: Unesco, 1982.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. Quando o lugar resiste ao espaço: colonialidade, modernidade e processos de territorialização. *In*: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. **Desenvolvimento e conflitos ambientais.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

LEI DE ALIENAÇÃO PARENTAL: Análise crítica sob a égide do princípio do melhor interesse

Polyana Carmo de Freitas[1]
Deivid Carvalho Lorenzo [2]

RESUMO

O presente artigo se baseia em uma revisão bibliográfica, propondo uma reflexão crítica da Lei de Alienação Parental pelas lentes do Princípio do Melhor Interesse do Menor. Partindo da análise histórica do instituto, busca entender as dinâmicas sociais que levaram ao reconhecimento em texto constitucional desta lei. Deu-se especial ênfase às problemáticas provenientes da construção inadequada da Lei de Alienação Parental, que baseou sua fundamentação jurídica nos estudos do psiquiatra americano Richard Alan Gardner. O artigo também dialoga com a importância de verificar outros caminhos apropriados para lidar com as contendas resultantes da disputa de guarda, preservando assim o bem-estar do menor, de modo a garantir o que está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se de uma ponderação oriunda de uma pesquisa ainda em andamento, mas com a pretensão de causar a inquietação, na sociedade, necessária à obtenção de soluções que atendam e beneficiem diretamente a criança e o adolescente.

Palavras-chave: Princípio do Melhor Interesse do Menor. Alienação Parental. Parentalidade. Estatuto da Criança e do Adolescente.

1 INTRODUÇÃO

Por volta de 1980, o psiquiatra americano Richard Alan Gardner propôs a existência de uma condição psicológica que ficou conhecida como Síndrome de Alienação Parental. De acordo com Gardner, essa síndrome seria uma patologia de ordem psíquica na qual um dos genitores estimularia na criança ou adolescente o desenvolvimento de sentimentos reativos contra o outro genitor, causada durante o período do divórcio e disputa de guarda.

> A Síndrome de Alienação Parental (SAP) é um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Sua manifestação preliminar é a campanha denegritória contra um dos genitores, uma campanha feita pela própria criança e que não tenha nenhuma justificação. Resulta da combinação das instruções de um genitor

[1] Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: polyana.freitas@ucsal.edu.br.
[2] Doutor em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Católica do Salvador. E-mail:deivid.lorenzo@ucsal.br.

> (o que faz a “lavagem cerebral, programação, doutrinação”) e contribuições da própria criança para caluniar o genitor-alvo. (Gardner, 2002)

Posteriormente, o termo acabou sendo pauta de muitas discussões: primeiro pelo caráter pejorativo com que foi adotado por Richard em seu livro, pois, de acordo com o pesquisador, a maior incidência desta prática seria cometida por mulheres que, envaidecidas e rancorosas pelo fim do relacionamento com seus parceiros, utilizariam os filhos como forma de vingança (Refosco; Fernandes, 2018) – referência preciosa ao Mito de Medéia – e segundo, por conta da reputação desconceituada de Richard.

Em que pese as críticas dirigidas ao termo, o Brasil adotou esse conceito, e, em 26 de agosto de 2010 sancionou a Lei Federal nº 12.318 – posteriormente derrogada pela Lei Federal nº 14.340/2022 – que trazia pontos muito semelhantes ao que outrora havia sido publicado por Gardner. A ferramenta legal, que se tornou conhecida como “Lei de Alienação Parental”, passou a ser utilizada de forma inescrupulosa por genitores que nutriam um espírito antagônico, ocupados em exercer controle psicológico sob o outro genitor, atuando como adversário deste e da própria criança ou adolescente, inserindo-a em um ambiente hostil e desequilibrado, e possibilitando a ocorrência de violência de variadas naturezas.

Este artigo está dividido em quatro partes. Na primeira seção, será abordado o contexto histórico e social responsáveis pelo reconhecimento, em texto constitucional, da alienação parental. Findada esta análise, será avaliado como a lacuna na lei propicia a existência e manutenção de ocorrências questionáveis perante o melhor interesse do menor. Por fim, serão propostas alternativas para a resolução das divergências familiares com foco em abordagens que priorizam o diálogo e a cooperação entre os pais, visando o melhor interesse do menor.

O texto está fundamentado numa revisão bibliográfica acerca do princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, avaliando criticamente a Lei de Alienação Parental com a finalidade de descortinar as antijuricidades perpetradas em razão da omissão deste diploma legal, analisando a ausência de compromisso com o princípio aludido.

2 CONTEXTO HISTÓRICO

Historicamente, é de amplo conhecimento a divisão desigual dos papeis sociais entre homens e mulheres, legitimada, inclusive, na dimensão legal. O que inicialmente era tido como *pater potestas* pelos romanos, e que o Código Civil de 1916 assegurava como pátrio poder, era exercido exclusivamente pelo marido como cabeça do casal, chefe da sociedade conjugal (Dias, 2020).

O transcurso das décadas, contudo, passou a suscitar uma nova configuração das relações de gênero também na dimensão da experiência familiar. A Lei Federal nº 4.121/1969, amplamente conhecida como “Estatuto da Mulher Casada”, alterou o *caput* do artigo 233, do Código Civil, de modo a estabelecer que o marido passava a exercer o papel de chefe da sociedade conjugal com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.

Passados oito anos, foi sancionada no país a Lei do Divórcio (Lei Federal n° 6.515/1977), alterando assim a estrutura da sociedade civil à época.

Anos depois, a Constituição Federal de 1988, no artigo 226, §5º reafirmou que os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher. Em 13 de julho de 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente, modificando completamente as relações familiares, a fim de propiciar a experiência da alteridade dentro do seio familiar.

Com o novo Código Civil, promulgado em 2002, foi criada uma lei, após seis anos, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada (Lei Federal nº 11.698/2008). Pouco tempo depois, inicia-se uma corrida no Judiciário para aprovar o Projeto de Lei (PL) n° 4053/2008, que se converteu, mais tarde, na já mencionada Lei de Alienação Parental no Brasil.

A proposta inicial do projeto de lei aludido foi motivada após o problema (Alienação Parental) ganhar uma dimensão maior na década de 80, com a escalada de conflitos decorrentes de separações conjugais, que à época ainda não havia recebido adequada resposta legislativa (Brasil, 2008). Tinha como finalidade desencorajar a alienação parental e as ações que comprometessem o convívio entre a criança ou adolescente e os progenitores.

> Deve-se coibir todo ato atentatório à perfeita formação e higidez psicológica e emocional de filhos de pais separados ou divorciados. A família moderna não pode ser vista como mera unidade de produção e procriação; devendo,

> ao revés, ser palco de plena realização de seus integrantes, pela exteriorização dos seus sentimentos de afeto, amor e solidariedade.
> A alienação parental merece reprimenda estatal porquanto é forma de abuso no exercício do poder familiar, e de desrespeito aos direitos de personalidade da criança em formação. Envolve claramente questão de interesse público, ante a necessidade de exigir uma paternidade e maternidade responsáveis, compromissadas com as imposições constitucionais, bem como com o dever de salvaguardar a higidez mental de nossas crianças. (Brasil, 2008)

Como supracitado, o termo “alienação parental” ficou amplamente conhecido após as pesquisas do psiquiatra americano Richard Alan Gardner, que afirmava que as relações litigantes após o fim da conjugalidade eram cofator para a constituição desta síndrome nas crianças ou adolescentes, pois um dos genitores seria o responsável por alienar o menor contra o outro. Entretanto, vale ressaltar que, mesmo não havendo uma clara relação com a SAP, é nítido que a corrente de pensamento de Gardner influenciou a criação da Lei de Alienação Parental. Tanto é que notamos semelhanças ente os estudos de Richard, o texto de justificação da referida lei e os artigos desta.

> Da mesma forma, a SAP é caracterizada por um conjunto de sintomas que geralmente aparecem juntos na criança, principalmente nos tipos moderado e grave. Esses incluem:
> Uma campanha de difamação
> Racionalizações fracas, absurdas ou frívolas para a depreciação
> Falta de ambivalência
> O fenômeno do “pensador independente”
> Apoio reflexivo do genitor alienador no conflito parental
> Ausência de culpa pela crueldade e/ou exploração do genitor alienado
> A presença de cenários emprestados
> Propagação da animosidade aos amigos e/ou familiares do genitor alienado(Gardner, 2002)

Observemos então o segundo artigo da Lei de Alienação Parental:

> Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.
> Parágrafo único. São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:
> I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;
> II - dificultar o exercício da autoridade parental;
> III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;
> IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;
> V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

> VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;
> VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Ainda que a Lei de Alienação Parental não pretenda retratar tecnicamente o comportamento do menor, fica nítido que ela foi pautada em um estudo que carece de validade cientifica, tanto que não entra no rol da Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10) nem no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais (DSM-V). Por tal razão, faz-se necessária uma atenção especial e estudo apropriado sobre as repercussões geradas por essa lei.

3 OMISSÃO NA LEI DA ALIENAÇÃO PARENTAL E SEU IMPACTO NO BEM-ESTAR DO MENOR

Um dos princípios que rege o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao lado da Prioridade Absoluta, da Proteção Integral e da Convivência Familiar, é o Princípio do Melhor Interesse. Trata-se de uma diretriz fundamental para a tomada de decisões relacionadas ao menor, orientando que devem ser priorizadas sempre medidas que favoreçam o infante.

Nesse sentido, sobreleva aqui reiterar, que a Lei de Alienação Parental foge aos padrões do que poderia ser visto como algo extremamente benéfico para a criança ou adolescente. Primeiro, porque a lei foi construída, ainda que de forma indireta, em cima de observações de caráter vilipendioso, em sua grande maioria, contra a mulher. Fomentou-se ainda mais o litígio já existente entre os pais por conta do processo de divórcio, tornando o menor um mero objeto durante e após a disputa de guarda.

> Para Gardner, a SAP seria uma desordem psiquiátrica constituída pela soma de programação mental da criança por um dos genitores – em geral a mãe – para denegrir o outro – em geral o pai – e pelas contribuições da própria criança em suporte à campanha de difamação do genitor alienado [...] Do ponto de vista de Gardner, a maior incidência da prática de alienação parental constituiria uma reação da mulher à perda de poder simbólico, provocada pela criação da doutrina do melhor interesse da criança, bem como pela adoção do modelo de guarda compartilhada. (Refosco; Fernandes, 2018)

Ademais, ainda sobre a construção dela, poderíamos destacar a celeridade com que a mesma foi construída, sem estudar os efeitos posteriores causados após

a positivação da Lei de Alienação Parental no ordenamento jurídico brasileiro, ignorando completamente as pontuações feitas pelo Conselho Federal de Psicologia. O mencionado órgão de classe, na única audiência pública (Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, 2009) que existiu durante a tramitação da lei, evidenciou que o entendimento solidificado na sociedade pátria está baseada nos estudos de Gardner e apoiada por juristas importantes em nosso país, tornando-se então senso comum dentre a população brasileira.

> Apesar de ser prática recorrente - sempre existiu a tentativa de um dos pais desqualificar o outro - só recentemente o tema começou a despertar a atenção. Antes os papéis parentais eram bem divididos: o pai era o provedor e a mãe a cuidadora. Assim, quando da separação os filhos ficavam sob a guarda0 materna e ao pai cabia o encargo de pagar alimentos e visitá-los quinzenalmente, se tanto. Com a emancipação feminina, passando as mulheres a exercer atividades fora do lar, os homens descobriram as delícias da paternidade e começaram a ser muito mais participativos no cotidiano dos filhos. Quando da separação, eles não mais se conformam com o rígido esquema de visitação, muitas vezes boicotado pelas mães, que se sentem "proprietárias" dos filhos, exercendo sobre eles um poder absoluto.(Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania, 2009)

É possível apontar, ainda, um terceiro ponto problemático: a dificuldade de proteger o infante em caso de possíveis abusos. Com efeito, o artigo 2°, VI, da Lei de Alienação Parental estabelece que apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente é considerado ato de alienação parental.

Dessa forma, se o genitor detentor da guarda suspeita que o infante sofre abusos por parte do genitor não guardião e/ou familiares do mesmo, mas não consegue provar, o primeiro pode ser acusado de alienar o menor – ainda que esta seja uma atribuição do Conselho Tutelar, que deve representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova nas causas que envolvam violência contra a criança e o adolescente, como está no artigo 136, XVII do ECA, que foi incluído pela Lei Federal nº 14.344, de 2022.

Com base nessa perspectiva, é possível se inferir que a Lei de Alienação Parental está muito mais em desserviço do melhor interesse do menor do que em seu favor, uma vez que, posta essa acusação sobre uma das partes, torna-se impossível uma comunicação pacífica e um bom entendimento entre elas, visto que no Brasil criou-se um estigma acerca deste assunto. Esta lei atende muito mais aos interesses do genitor egoico, que busca usar o filho como objeto de vingança, do que a própria

criança ou adolescente, quem nada tem a ver com o fim do vínculo entre os cônjuges, contrariando absolutamente os interesses justificados na criação da lei em tela.

> A alienação parental merece reprimenda estatal porquanto é forma de abuso no exercício do poder familiar, e de desrespeito aos direitos de personalidade da criança em formação. Envolve claramente questão de interesse público, ante a necessidade de exigir uma paternidade e maternidade responsáveis, compromissadas com as imposições constitucionais, bem como com o dever de salvaguardar a higidez mental de nossas crianças. (Brasil, 2008).

Essas ponderações não minimizam, tampouco anulam a existência da alienação parental. Ela existe e faz jus à repressão do Estado e da sociedade, porém é necessário se ter cautela durante o processo. São indispensáveis estudos mais aprofundados para a satisfação do que de fato é considerado alienação parental e quais medidas podem ser utilizadas para que o infante não se torne objeto de disputa entre os pais.

4 ABORDAGENS DE DIÁLOGO E COOPERAÇÃO NA RESOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIAS FAMILIARES EM PROL DO MENOR

Considerando que esse estudo adota uma perspectiva crítica, faz-se necessário ponderar, também, alternativas adequadas para lidar com disputas de custódia e proteger o bem-estar das crianças ou adolescentes. Para que o melhor interesse do menor seja preservado, os pais devem compreender que o fenômeno da parentalidade não se extingue com o fim da conjugalidade, e, portanto, uma não depende da outra. Buscar alternativas mais complacentes para a resolução dos conflitos entre os sujeitos com o vínculo conjugal dissolvido é primordial, pois assim o foco passa a ser o bem-estar da criança ou adolescente, ao invés do litígio e seus próprios interesses.

A esse respeito, é importante salientar que, em 2010, o Conselho Nacional de Justiça instituiu a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário (CNJ, 2010), e que, em 2015, o Novo Código de Processo Civil encampou o Sistema Multiportas, dispondo no artigo 3º, §2º, CPC/2015, que “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos” e no §3º do referido artigo que “a conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados,

defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial".

É possível, então, compreender a mediação como uma das formas para resolver as disputas de guarda de forma pacífica. Através dela, promove-se a cooperação entre os pais, evitando uma abordagem litigiosa, que pode aumentar os conflitos e o sofrimento dos infantes.

Além da mediação, uma outra forma de evitar a alienação parental é através do plano de parentalidade, para que ambos os pais estejam inseridos na vida do menor, prezando por decisões equilibradas. Deste modo, o menor pode ser ouvido, sendo acompanhado por uma equipe multidisciplinar com uma abordagem centrada no Princípio do Melhor Interesse, a fim de mitigar efeitos prejudiciais em seu desenvolvimento pessoal e promover um ambiente saudável e estável para a criança ou adolescente.

Por fim, vale a pena refletir sobre uma reavaliação da Lei de Alienação Parental e sua possível revogação parcial ou total, ajustando-se o tratamento do assunto às novas correntes de pesquisa e observando as leis que surgiram nos últimos anos em direito comparado. É preciso alinhar as melhores práticas da área de saúde mental com o direito de família, garantindo decisões judiciais mais justas e efetivas, com foco no interesse superior do menor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com propósito de proteger crianças e adolescentes, resguardar a integridade psicológica dos infantes e garantir o convívio saudável com ambos os pais, a Lei de Alienação Parental aparentava ter caído como uma luva nas questões particulares do direito de família para assegurar o que já estava descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente.

O percurso histórico descrito durante esse artigo foi sucinto ao explanar como realmente a Lei de Alienação Parental se solidificou no nosso país. Construída em cima dos estudos de Richard Gardner, o Judiciário pautou-se em uma síndrome

sequer descrita em órgãos renomados de medicina no mundo[3], precipitando-se em montar um cenário caótico para que a lei fosse aprovada com celeridade sem a devida cautela com as possíveis implicações que a positivação da lei de alienação parental causaria.

Acirrando o litígio entre os pais e transformando o menor em mero objeto de disputa, a Lei de Alienação Parental provou estar em discordância com o melhor interesse do menor. Ficou evidente a ausência de um compromisso claro com o bem-estar infantil, proporcionando situações prejudiciais e antijurídicas.

Diante dessas questões abordadas, conclui-se pela importância de sobrelevar alternativas já existentes no ordenamento jurídico nacional, que coloquem o melhor interesse em primeiro lugar. O Estatuto da Criança e do Adolescente passou por diversas complementações jurídicas, que em sintonia com a Lei Federal nº 11.698/2008 garantem de forma ampla a proteção do infante.

A promoção do diálogo e a cooperação entre os pais, independentemente das disputas pessoais, deve ser uma prioridade. Afinal, como supracitado, a conjugalidade não deve ser confundida com a parentalidade. O objetivo principal dos pais deve ser garantir um ambiente saudável e estável para o menor, independentemente relação entre eles.

Por fim, ratifica-se que todas as premissas aqui apresentadas não buscam depreciar ou negar a existência da alienação parental. Entretanto, é crucial ter cautela ao indicar o que pode ser considerado como alienação parental. Ante o exposto, enfatiza-se a necessidade de estudos interdisciplinares mais aprofundados para conceituar juridicamente o que seria um ato de alienação parental e quais seriam as medidas cruciais a serem implementadas para proteger a criança e o adolescente envolvidos, a fim de que eles não se tornem objeto de conflitos entre seus genitores.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 2022.

[3] CID-10 (Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde) e DSM-V (Manual Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais)

_____. Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. **Audiência Pública N° 1667/09**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/textoHTML.asp?etapa=11&nuSessao=1667/09&nuQuarto=0&nuOrador=0&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=10:00&sgFaseSessao=&Data=1/10/2009&txApelido=CONSTITUI%C3%87%C3%83O%20E%20JUSTI%C3%87A%20E%20DE%20CIDADANIA&txFaseSessao=Audi%C3%AAncia%20P%C3%BAblica%20Ordin%C3%A1ria&txTipoSessao=&dtHoraQuarto=10:00&txEtapa= Acesso em: 09/09/2023.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil.

_____. **Lei nº. 13.105, de março de 2015**. Código de Processo Civil.

_____. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Lei nº 8.069, 13 de julho de 1990.**

_____. **PL 4053/2008. Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** (Interferência promovida por um dos genitores na formação psicológica da criança para que repudie o outro, bem como atos que causem prejuízos ao estabelecimento ou à manutenção de vínculo com este). Brasília, DF: Sala das Sessões, 2008.

CNJ. Conselho Nacional De Justiça. Resolução nº125, de 29/11/2010. Disponível em: < https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/156> Acesso em 09/08/2023.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. Ed 13º. Rev. Ampl. E atual.- Salvador: ed. JusPodivm, 2020.

GARDNER, R. A. (2002). **O DSM-IV tem equivalente para o diagnóstico de síndrome de alienação parental (SAP)?** Traduzido por Rita Rafeli. Disponível em <http://www.alienacaoparental.com.br/textos-sobre-sap-1/o-dsm-iv-tem-equivalente>. Acesso em: 07/09/2023.

GARDNER, R. A. **Parental Alienation Syndrome vs. Parental Alienation**: Which Diagnosis Should Evaluators Use in Child-Custody Disputes?.Fathers Are Capable Too, 2002. Disponível em: http://www.fact.on.ca/Info/pas/gard02b.htm. Acesso em: 10 set. 2023.

REFOSCO, Helena; FERNANDES, Martha M. G. Entre o afeto e a sanção: uma crítica à abordagem punitiva da alienação parental. **Revista Direito FGV,** São Paulo, V.14, e.1, 79-98, jan-abr 2018.

PORTO DAS SARDINHAS: Economia Circular, Trabalho Feminino e Reaproveitamento de Resíduos

Luciane Conceição Silva Bastos[1]
Maria da Paixão dos Santos Gomes[2]

RESUMO

As atividades pesqueiras geram grande quantidade de resíduos e, se não forem descartados adequadamente, podem causar danos ao meio ambiente e à biodiversidade. Os resíduos dos pescados podem ser transformados em outros produtos, evitando seu descarte na natureza. O presente trabalho tem como objetivo verificar a relação entre a economia circular, o trabalho atribuído às mulheres tratadoras de pescados do Porto das Sardinhas - Salvador e o reaproveitamento de resíduos na produção de outros bens. Essa abordagem visa compreender os aspectos socioculturais das trabalhadoras e possíveis estratégias para redução de descarte e danos ao meio ambiente. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica descritiva e exploratória.

Palavras-chave: Economia circular. Trabalho feminino. Sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A pesca artesanal é uma atividade comercial realizada única e exclusivamente pelo trabalho manual do pescador, que utiliza embarcações de médio e pequeno porte e equipamentos sem sofisticação, além de insumos utilizados adquiridos nos comércios locais, com baixo custo de produção. Baseia-se nas estratégias de coleta de saberes próprios e adquiridos através da oralidade, e práticas adquiridas em família e transmitidas aos demais membros pelos mais velhos da comunidade, ou pela interação com os companheiros de pescaria. (Bahia Pesca, 2023) A atividade pesqueira é uma atividade econômica que, além do sustento dos pescadores e suas famílias, cria empregos e promove circulação econômica e produz alimentos de alto valor nutritivo.

[1] Doutora em Química, UCSAL, luciane.bastos@pro.ucsal.br
[2] Graduanda em Engenharia Química, UCSAL mariapaixao.gomes@ucsal.edu.br

O Estado da Bahia possui a maior extensão litorânea dentre os Estados do Brasil, com 427 milhas e cerca de 800 km em linha reta e aproximadamente 1.200 km. (Rocha, 1996). Por suas características geográficas de extensa zona costeira, os peixes, camarões e moluscos são extremamente apreciados pela população, através da elaboração de pratos típicos da culinária baiana e representando a subsistência da população pesqueira.

No Estado da Bahia a pesca é majoritariamente artesanal e/ou de subsistência, pois o litoral baiano não recebe grandes cardumes de peixes que viabilizem a pesca industrial, assim os pescadores se concentram nas regiões costeiras. Segundo a SEAGRI -BA (Secretaria da agricultura, pecuária, irrigação, pesca e aquicultura) a Bahia tem uma produção anual acima de 103 mil toneladas, absorvendo cerca de 130 mil pescadores cadastrados no Estado, e é o sexto maior Estado na produção nacional de pescado, segundo os dados da estatística pesqueira nacional de 2013. (Bahia Pesca, 2023). Os números relacionados à produção anual de pescado e ao quantitativo de trabalhadores podem ser bem maiores que os expressados pela SEAGRI -BA, devido ao alto grau de informalidade da atividade, a forma autônoma e ao regime de economia familiar, somada a grande diversidade e descentralização dos desembarques, esses fatores dificultam a avaliação da real dimensão dessa atividade.

Entre os principais pontos de desembarque na Bahia, destacam-se os municípios: Arembepe, Salvador, Valença, Camamu, Ilhéus, Santa Cruz Cabrália, Alcobaça e Nova Viçosa (IBAMA, 2016). Em Salvador a pesca artesanal é representada por seis colônias de pescadores (Rio Vermelho, Itapagipe, Bom Jesus dos Passos, Ilha de Maré, Itapuã, e Subúrbio Ferroviário) além das associações, sindicatos e cooperativas (Silva, 2013).

No Subúrbio Ferroviário, encontra-se o Porto das Sardinhas, ponto de atividade pesqueira artesanal com mais de 50 anos. A Colônia possui em torno de 850 pescadores cadastrados e 40 embarcações, que realizam suas atividades pesqueiras. Os produtos pesqueiros são comercializados no mercado local e alguns pescadores possuem clientela fidelizada como restaurante (Silva, 2013). O principal tipo de pescado comercializado na Colônia do Subúrbio Ferroviário é a Sardinha.

As sardinhas, estão entre as espécies de peixes com maior importância comercial, pelo seu preço acessível, e também pelo seu alto valor nutritivo, pois apresentam elevado conteúdo em proteínas, minerais e gordura polinsaturada. As Sardinhas são um dos pescados mais ricos em ácidos graxos poliinsaturados ômega 3 (ω3), especialmente os ácidos eicosapentaenóico (EPA, 20:5 ω3) e docosahexaenóico (DHA, 22:6 ω3), altas concentrações de EPA e DHA nestes pescados se devem a sua alimentação ser rica em microalgas que possuem em sua composição concentração elevada destes compostos. A inserção de pescados ricos em ω3 na alimentação está relacionada à prevenção de doenças cardiovasculares e reduz o risco do desenvolvimento de doenças como Alzheimer e câncer de mama, além disso, podem desempenhar papel importante no desenvolvimento neurológico de recém nascidos, atuando na retina e no cérebro (Andrade *et al*., 2009; Martins *et a*l., 2016).

No Porto das Sardinhas, saem os barcos todos os dias por volta de 2h e retornam cerca de 4h da manhã, com os pescados. Ao retornarem, os pescados são comercializados pelos próprios pescadores na beira da praia, onde os clientes têm a opção de contratar os serviços de limpeza dos pescados, realizados pelas tratadoras. O serviço das tratadoras consiste na limpeza do pescado com o descarte das cabeças, espinhas, escamas e vísceras. As tratadoras são mulheres, em situação de vulnerabilidade social, que desde muito cedo aprendem o ofício, que é passado de mãe para filha. O local de trabalho delas é um ambiente sem saneamento básico e sem estrutura física que permita a elas se abrigar do sol ou chuva. Os resíduos orgânicos gerados da limpeza dos pescados são descartados no chão da praia e posteriormente coletados pela Empresa de Limpeza Urbana de Salvador (LIMPURB).

Grande quantidade de resíduo é descartado diariamente no Porto das Sardinhas, o descarte é feito de forma incorreta, em parte pela falta de um local adequado para seu descarte, o que deveria ser uma preocupação das entidades públicas, pois os resíduos pesqueiros possuem alta carga de matéria orgânica, que se mal gerenciados podem afetar as características do solo e dos recursos hídricos. O acúmulo de resíduos na natureza é um grave problema para o meio ambiente e requer um gerenciamento eficaz e um descarte eficiente e consciente, sendo necessárias ações para eliminar ou minimizar seus efeitos nocivos, e entre essas

ações está o reaproveitamento do bem com outra finalidade ou a reciclagem do produto para servir de matéria-prima para outros produtos. (Decker *et al.*, 2016)

A economia circular tornando-se uma alternativa sustentável para tratar a questão dos resíduos. A economia circular diz respeito ao incentivo dado para que produtos obsoletos ou sem utilidade sejam reaproveitados, ou seja, devolvidos à economia ou utilizados de forma sustentável e eficiente, evitando seu descarte e a necessidade de explorar ou extrair novos recursos. Visa proteger o meio ambiente, gerar renda, gerar empregos, desenvolver novos setores, competências e capacidades, além de conscientizar os consumidores sobre seu comportamento em relação à natureza, é uma solução sustentável e aplicada para amenizar os impactos no meio, porque incorpora estratégias de reciclagem e reutilização, o que é benéfico para a natureza e a biodiversidade (Pereira, 2022; Reis, 2021)

O presente trabalho tem como objetivo verificar a relação entre a economia circular, o trabalho das tratadoras e o reaproveitamento dos resíduos dos pescados para a produção de outro produto.

2. DESENVOLVIMENTO E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A metodologia aplicada neste estudo é de caráter descritivo, exploratório e qualitativo sem bases com dados estatísticos e numéricos (GIL, 2017), pois descreve as relações entre a economia circular, o trabalho atribuído às mulheres tratadoras e o reaproveitamento de resíduos de pescados do Porto da Sardinha – Salvador/BA.

As ações da pesquisa foram divididas em: pesquisa bibliográfica, visita ao local de estudo com aplicação de entrevista com tratadoras e análise dos resultados.

Os maiores impactos provocados pelos resíduos sólidos orgânicos gerados pela descarte dos pescado, são: fermentação do material, podendo ocorrer a formação de ácidos orgânicos (“chorume” – líquido de eleva a demanda bioquímica de oxigênio – DBO, formado com a degradação do material orgânico e a lixiviação de substâncias tóxicas), além da proliferação de vetores e de mau cheiro (Decker *et al*., 2016; Oliveira *et al*., 2013); Foi verificado no local, que todo material de descarte do pescado, no Porto das Sardinhas, é jogado diretamente no chão da praia, tais como cabeça, cauda, espinhas, escamas, restos de carne e vísceras, sem nenhuma

preocupação com o meio ambiente. Um parte desse resíduo retorna para o mar, através da aumento da maré e o que fica nas areias é coletado pela LIMPURB, com auxílio de um carro de mão o agente de coleta (Figuras 1 e 2) leva o resíduo até uma caçamba que fica próxima ao ponto de comercialização dos pescados. No final da manhã esse resíduo da caçamba é levado até o Aterro Sanitário Metropolitano Centro, localizado na Barragem de Ipitanga de, Salvador - BA. Diariamente são necessárias em média duas caçambas para a coleta dos resíduos, segundo informações do agente de coleta.

Figura 1: Coleta do resíduo pesqueiro

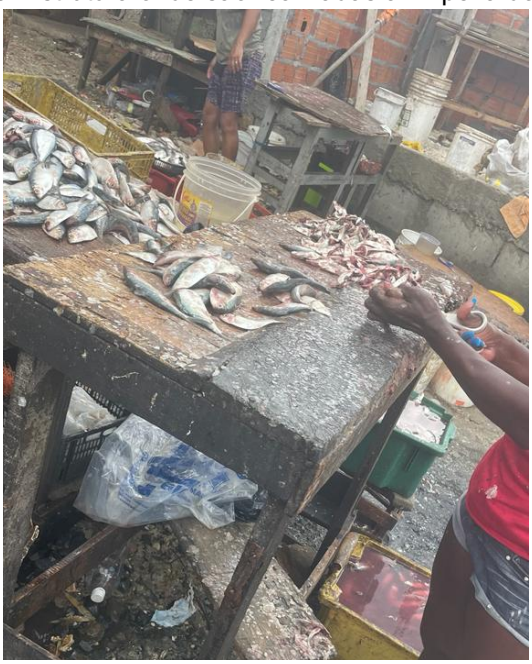
Fonte: Autoria própria

Figura 2: Resíduo pesqueiro

Fonte: Autoria própria

Como em todas as categorias profissionais, a falta de conscientização potencializa o descarte indevido em locais inadequados. No caso específico das tratadoras, em sua maioria são mulheres, com pouco grau de escolaridade e que aprendem a profissão ainda criança. A principal fonte de renda delas vem do tratamento/limpeza das sardinhas, o valor médio cobrado por quilo de sardinha tratada é cerca de R$1,0 (um real), mas em períodos de baixa procura pode chegar a R$0,50 (cinquenta centavos). O local onde é realizado o trabalho é ao ar livre na beira da praia, sem nenhuma infraestrutura e saneamento básico. As tratadoras ficam expostas às condições climáticas e utilizam mesas de madeiras, improvisadas, tesouras e facas para realizar a limpeza dos pescados (Figuras 3 e 4), é uma rotina de trabalho árdua e cansativa, e com baixíssima remuneração.

Figura 3: Estrutura onde são realizadas a limpeza dos pescados



Fonte: Autoria própria

Figura 4: Limpeza das sardinhas

Fonte: Autoria própria

Conversamos com algumas tratadoras que deram seus depoimentos sobre a profissão: Ana Vitória, 44, diz que tem mais de 20 anos que trabalha na profissão e que aprendeu o ofício com a mãe. A tratadora Maria da Penha, de 60 anos, que trabalha no porto das sardinhas há mais de 12 anos, mostra as mãos machucadas e com calos oriundos da limpeza do pescado e do manuseio dos utensílios (Figura 5). Segundo ela, a alguns anos atrás a prefeitura fez o cadastro delas com a promessa de melhorias na infraestrutura do local, entretanto nada foi realmente feito para a melhoria da qualidade de vida delas e nem no que diz respeito a quantidade de resíduo orgânico gerado diariamente. É consenso entre elas que é urgente a requalificação do local, com criação de quiosques com pias e torneiras, energia elétrica, instalações de banheiros, e melhorias na pavimentação de acesso ao local de comercialização dos pescados.

Figura 5: Mãos de uma das tratadoras de pescado

Fonte: Autoria própria

Os resíduos orgânicos do pescado, como já mencionados, podem causar sérios danos ambientais, entretanto são materiais que dispõem de nutrientes, como o nitrogênio, o fósforo e o potássio. (Decker *et al*., 2016). Portanto, esse material orgânico com o tratamento adequado pode ser utilizado como ingredientes na fabricação de farinha e ração para alimentação animal, ou como adubo orgânico. Substituindo a utilização de fertilizantes químicos em agriculturas, estimula o desenvolvimento sustentável e reduz os impactos ambientais (Oliveira *et al.*, 2013). A transformação desses resíduos em novos produtos colabora com a ideia da economia circular, que busca verificar e entender a destinação dos resíduos, direcionando seu aproveitamento para um novo uso antes de seu descarte. Entre as vantagens da economia circular é possível destacar: geração de empregos para produção e comercialização dos novos produtos, inovação no reaproveitamento de resíduos, sustentabilidade e responsabilidade social e com o meio ambiente (Stevanato; Oliveira; Visentainer, 2011).

O procedimento para fabricação de farinha envolve um procedimento relativamente simples: lavagem do material para a remoção do muco da superfície da pele e impurezas, seguido de cozimento a vapor e posterior trituração. Em seguida

ocorre a secagem do material em forno. Após o resfriamento, a farinha deve ser peneirada e armazenada. A inclusão da farinha de sardinha nos alimentos, poderá elevar a concentração de nutrientes e ácidos graxos ômega-3, agregando assim maior valor nutricional à alimentação e diminuindo a poluição ambiental, já que estes resíduos não são comumente aproveitados (Stevanato; Oliveira; Visentainer, 2011).

Será elaborada, na próxima etapa do trabalho, uma cartilha com o procedimento para produção da farinha para as tratadoras, onde será compartilhado conhecimento, disseminado a conscientização sobre os riscos ambientais e, principalmente, a geração de um novo produto com possível aumento de renda para as tratadoras e melhora da qualidade alimentar, benefícios que se constitui em um dos alicerces da economia circular.

3 CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesca artesanal é atividade de grande importância, como fonte geradora de alimentos, emprego e renda para vários segmentos econômicos. Por outro lado, o descarte inadequado de resíduos pesqueiros diretamente no ambiente, pode afetar o meio ambiente, pois promove a produção de gases, atividade microbiana e outras substâncias químicas, que podem impactar o meio ambiente e comprometer a saúde dos seres vivos.

O impacto ambiental pode ser reduzido com a elaboração de produtos originados a partir dos resíduos de pescado, como farinha, rações para animais e adubo. Os produtos obtidos a partir dos resíduos orgânicos podem servir como uma forma sustentável de aproveitamento, além de contribuir no aspecto social e para economia circular da cadeia produtiva do pescado, mas em especial para as mulheres que trabalham diretamente com a limpeza do pescado, como uma alternativa com maior valor agregado e também para consumo próprio para potencializar o valor nutritivo de sua alimentação.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Católica do Salvador e a FAPESB, pelo apoio científico e financeiro, com a concessão da bolsa de iniciação científica.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. de Q.; BISPO, E. da S.; DRUZIAN, J. I. Avaliação da qualidade nutricional em espécies de pescado mais produzidas no Estado da Bahia**. Ciências e Tecnologia de Alimentos**, Campinas, 29(4): 721-726, out.-dez. 2009.

DECKER, A.T.; RODRIGUES, E.A.; ALMEIDA, J.C.; QUADRO, M.S.; LEANDRO, D.; ANDREAZZA, R.; BARCELOS, A.A**.** Avaliação dos possíveis impactos ambientais dos resíduos de pescado na localidade de Pelotas/RS. **Revista Brasileira de Engenharia e Sustentabilidade,** v.2, n.1, p.1-10, jul. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Boletim Estatístico da Pesca Marítima e Estuarina do Nordeste do Brasil**, 2016. Disponível em : https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/estatisticadepescadigital.pdf: Acesso em: 26 jun. 2023.

MARTINS, A. M. D.; CAPPATO, L. P.; PACHECO, S.; GODOY, R. L.DE O. Sardinhas: Importância Nutricional e Econômica para o Brasil. **Revista Semioses**, v 10, n.02, 2016.

OLIVEIRA, A. L. T.; SALES, R DE O.; FREITAS, J. B. S.; LOPES, J. E. L. Alternativa sustentável para descarte de resíduos de pescado em Fortaleza. **Revista Brasileira de Higiene e Sanidade Animal**, v. 7, n1, p. 1-8, jan-jun, 2013.

PEREIRA, L. C.; GOMES, M. A. F. **4 R's da sustentabilidade: repensar, reduzir, reutilizar e reciclar.** 2017. **Availableat**: Disponivel em : https://www.ecodebate.com.br/2017/12/19/4-rs-da-sustentabilidade-repensar-reduzir-reutilizar-e-reciclar-por-lauro-charlet-pereira-e-marco-antonio-ferreira-gomes/ Acesso em: 26 jul. 2023.

REIS, F. B.; FERNANDES, P. R. B. A reutilização de resíduos sólidos na economia circular: estudo de caso no mercado calçadista. **BJD**, v. 7, n. 5, p. 48456-48470, 2021

ROCHA, M. A pesca no Estado da Bahia- suas limitações e peculiaridades. **Bahia Agrícola**, ano II, n. 1, p35 - 38, 1996.

SILVA, L. S. **A Economia Pesqueira Artesanal No Município De Salvador-BA: Da Organização Produtiva A Comercialização Nas Colônias De Pescadores**. Dissertação (MESTRADO EM ECONOMIA) - faculdade de economia , Universidade Federal da bahia, Salvador, 2013.

STEVANATO, F. B.OLIVEIRA, A. N; VISENTAINER, J. V. Composição em ácidos graxos da farinha de cabeça de sardinha e farinha de folhas de cenoura, fontes de ácidos graxos ômega-3, visando o aproveitamento na alimentação humana. ***In:*** **Anais...** VII EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica Cesumar CESUMAR – Centro Universitário de Maringá Editora CESUMAR Maringá – Paraná – Brasil**,** 2011.

RELAÇÕES FAMILIARES E DESENVOLVIMENTO SOCIAL SUSTENTÁVEL

Giancarlo Petrini[1]
Ana Barreiros de Carvalho[2]
Laise da Cruz Macena[3]

RESUMO

O presente estudo visa dar passos para utilizar o conceito de sustentabilidade na análise das relações familiares, buscando elucidar sob quais condições essas relações produzem capital social positivo e de que forma contribuem para um desenvolvimento social sustentável. Dessa forma, objetiva-se averiguar como a sustentabilidade das relações familiares contribuem para um desenvolvimento social. Para tanto, metodologicamente esta pesquisa sustenta-se em um levantamento exploratório bibliográfico, visando a definição e caracterização dos temas propostos. Como resultado verificou-se, que as dinâmicas parentais tornam sustentáveis os vínculos familiares, habilitando-as para produzirem capital humano e capital social, gerando bens relacionais para seus membros e também quais dinâmicas as tornam inadequadas para o bom desenvolvimento, produzindo males relacionais.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Relações Familiares; Desenvolvimento social.

1 INTRODUÇÃO

O conceito de sustentabilidade tornou-se, nestas últimas décadas, muito presente em quase todas as ciências (Carvalho, 2021) e dessa maneira abrem-se espaços para produzir conhecimento e utilizá-lo como ferramenta adequada para inovar, criando boas práticas em diversos setores da sociedade. O conceito de sustentabilidade, tornou-se ainda mais relevante ao investigar como as relações familiares e parentais podem gerar bens relacionais: confiança recíproca, cooperação, solidariedade, entre outros (Donati; Solci, 2011). Os referidos bens beneficiam os

[1] Professor-pesquisador do Programa de Pós-Graduação da Universidade Católica do Salvador (UCSal), Universidade Católica do Salvador, jcpetrini@terra.com.br
[2] Pós-Doutora em Família na Sociedade Contemporânea, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), abc@uefs.com.br
[3] Mestranda do Programa de Pós Graduação em Planejamento Territorial, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), laisecruz.fsa@gmail.com

sujeitos envolvidos nessas relações e, ao mesmo tempo, os participantes da convivência no ambiente mais amplo, graças à geração de capital humano e social que contribui para o desenvolvimento social sustentável (Becker; Dias; Petrini, 2020).

Conforme afirmam Hall (2006) e Esposito (2023), o processo de fragmentação da cultura contemporânea traz novas possibilidades e opções inéditas na vivência do amor humano (Donati, 2012). Somente a experiência, oportunamente investigada poderá mostrar quais opções se revelam mais favoráveis para o bem das gerações presentes e, especialmente, das novas gerações, dando vida a estilos parentais e relações familiares capazes de gerar capital humano e social, sendo, portanto, sustentáveis e quais se revelam inadequadas para orientar positivamente a conduta das pessoas e, portanto, carentes de sustentabilidade (Petrini; Dias, 2015).

Dessa forma, metodologicamente esta pesquisa sustenta-se em uma metodologia qualitativa, tendo sido realizado um levantamento bibliográfico efetuado através de livros, artigos científicos e relatórios disponíveis no portal Scielo, Google Acadêmico e Portal ResearchGate. E como questão norteadora tem-se: Como a sustentabilidade das relações familiares contribuem para o desenvolvimento social?

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 AS RELAÇÕES FAMILIARES NA CONTEMPORANEIDADE

Nas sociedades pré-modernas e mesmo na primeira etapa da sociedade industrial, a família era conhecida por meio de poucas variáveis, não havia uma individualização tão acentuada dos seus membros (Flexor, 2015). O contexto atual da sociedade faz emergir toda a complexidade dos fatores que constituem as relações familiares e, ao mesmo tempo, a sua relativa autonomia. Hodiernamente as pessoas têm mais mobilidade, vivem muitas relações e interagem com muitos ambientes, num contexto caótico, participam de uma densa rede de comunicações, por isso, a família se expande, as suas relações internas e as de casal se diferenciam (Giddens, 1993; Bauman, 2004).

No horizonte da cultura e da sociedade contemporâneas como descritas por Berman (1986), Lipovetsky (2011), por Han (2017; 2022), raramente alguém escolhe constituir família, aberta para gerar filhos e educá-los e destinada a durar no tempo. A família aparece inviável. Nesse sentido, o fato que duas pessoas decidam constituir

um casal não coincide mais com a decisão de formar uma família, “aliás, parece que o casal se torna alternativa à família” (Donati, 2012, p.19). E, Ulrich Beck, descrevendo a sociedade alemã moderna, dá uma visão preocupante da família. “Uma modernidade modelada no mercado e pensada até as últimas consequências implica uma sociedade sem famílias e filhos. Cada um deve ser independente, livre para as exigências do mercado, a fim de garantir a própria existência econômica” (Beck, 2006, p. 172).

Giddens (1993), por sua vez descreve como “puras” as relações da intimidade que observa em seu ambiente. Para ele, “puras” são as relações que não são mais “contaminadas” por deveres da tradição, contratos jurídicos, obrigações religiosas, em suma, livres de responsabilidades recíprocas que possam avançar pretensões a respeito da continuidade no tempo, mesmo quando deixam de ser gratificantes e passam a ser percebidas como amarras indesejáveis. Permanece-se na relação “pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção da sua associação com outra, e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes para cada uma individualmente, para nela permanecerem” (Giddens, 1993, p. 68-69).

Na sociedade contemporânea, são geradas, continuamente, novas relações. No passado, elas eram mais estáveis, as modalidades possíveis das interações eram mais previsíveis. Na atualidade, no entanto, as relações são produzidas, consumidas, modificadas dia-a-dia, descartadas. Elas aparecem fluidas, de acordo com a linguagem de Lipovetsky (1989) ou líquidas, segundo a expressão de Bauman (2004) ou, ainda, flutuantes, como prefere (Donati, 2006; Donati, 2008).

Conforme, Singly (2007) o horizonte da individualização que para alguns constitui uma conquista favorável aos próprios interesses, para outros se apresenta como redução da cooperação e exposição a carências problemáticas, especialmente no caso de crianças e adolescentes e no caso de idosos e de outras pessoas que necessitam de cuidados especiais.

Estudar as relações familiares do ponto de vista de sua sustentabilidade tem como objetivo incrementar o conhecimento para que cada sujeito possa escolher livremente comportamentos e atitudes que a razão científica identifica como mais

convenientes e que as pessoas podem escolher como mais desejáveis para si e para seu contexto familiar.

Relações familiares podem ser consideradas sustentáveis quando produzem capital humano e capital social (Dias; Petrini, 2021, p. 99-120). Assim, gerando bens relacionais, produzindo benefícios para as pessoas envolvidas e para a sociedade (Donati, 2011; Fornasier, 2021). Elas podem ser consideradas não sustentáveis quando contribuem para situações de risco para o bom desenvolvimento dos filhos.

2.2 OS BENS RELACIONAIS

A categoria de bens relacionais nasceu nos anos 80, a partir de autores que entendem que nem todos os bens são públicos ou privados: existe um outro gênero de bens que se caracterizam pela “sociabilidade” (Donati, 2011).

O conceito nasce inicialmente pela insatisfação com essa dicotomia, introduzida pela modernidade, entre “público” e “privado” que separa e classifica qualquer tipo de bem num ou noutro domínio (Donati 1978, 1991a). O que é público é compreendido como acessível a todos e é impessoal. O que é privado é entendido como disponível somente para os sujeitos autônomos que são seus titulares. Por conseguinte, a sociedade passa a ser distinta entre uma esfera pública, na qual a sociabilidade é neutra e aberta, e uma esfera privada, na qual a sociabilidade é particular é fechada.

Os bens relacionais são próprios da sociabilidade humana, bens cruciais para a existência da mesma sociedade, a qual não poderia sobreviver sem eles. Afirmam Donati e Solci (2011):

> São bens deste tipo, por exemplo: a amizade (quando é tal), a família (quando é tal), uma cooperativa social (quando é tal), uma rede de pessoas que produzem em condições de paridade (*peerproduction*) um bem comum em internet (quando é tal), uma associação civil pró-social (quando é tal), uma relação mais conciliadora entre família e trabalho (quando é tal), um melhor clima na empresa (quando é tal), um clima social mais colaborativo e sereno numa turma de escola (quando é tal) e assim por diante. A cláusula “quando é tal” indica exatamente o que devemos indagar, porque é somente sob determinadas condições que é produzido um bem relacional e não outra coisa. A amizade, a família, um trabalho, uma associação, uma turma da escola podem tornar-se também um mal relacional. Uma cooperativa social pode ser isso somente de fachada e não na realidade (Donati e Solci, 2011, p. 8-9)

Ainda segundo Donati e Solci (2011), os bens relacionais consistem em relações sociais, que são uma realidade *sui generis*; são produzidos e fruídos em conjunto por quem deles participa. Estes bens não podem ser obtidos com a troca de equivalentes, como nas operações de compra e venda, nas quais não é necessário criar uma relação, nem através de uma relação comandada por normas ou leis, porque nesse caso os sujeitos não estariam livres, mas obrigados.

Observando a família e seus desafios no contexto da sociedade contemporânea, podem ser detectados bens relacionais que fortalecem os vínculos, incentivam cada um a dar o melhor de si nas responsabilidades que lhe cabe, e isto terá reflexos positivos para todos os membros envolvidos e, de maneira especial, para as crianças e os adolescentes. Pode-se reconhecer a sustentabilidade como característica daquelas famílias e das convivências que desenvolvem bens relacionas.

Mas, como foi lembrado, as famílias também podem gerar males relacionais: mal-estar na convivência, desejo de abandonar aquele ambiente, atitudes que buscam devolver os malefícios recebidos, em suma, atitudes que convergem para a desorganização daquele grupo, daquela família. Nesses casos, pode-se reconhecer a essas relações familiares o caráter da insustentabilidade.

2.3 ESTILOS PARENTAIS

São interessantes os estudos realizados no âmbito da saúde coletiva, tendo como foco a atenção ao uso de drogas e à iniciação sexual precoce por adolescentes, com consequente sexo inseguro e possível gravidez precoce, associados a diversos estilos parentais que podem favorecer proteção social ou não.

Eles identificam relações familiares que contribuem para que as crianças apresentem níveis mais altos de autoestima, bem-estar psicológico, independência, autoconfiança e responsabilidade. Outros estilos, no entanto, aumentam o risco para a saúde e o desenvolvimento das crianças, tais como o uso de drogas ilícitas e precoce iniciação sexual, considerados como comportamentos de risco, que demandam medidas de prevenção[4].

[4] Ver Lawrenz, Zeni, Arnoud, Foschiera e Habigzang (2017); Valente, Cogo-Moreira e Sanchez (2020).

Para alcançar seus objetivos, os pesquisadores utilizaram um modelo tipológico elaborado inicialmente por Maccoby e Martin (1983), denominado de "*parentig styles*" (estilos parentais), baseado na associação de dois aspectos fundamentais das práticas educativas dos pais: exigências (*demandingness*) e disponibilidade (*responsiveness*), gerando-se, assim, quatro estilos parentais (*parenting styles*) de relacionamentos entre pais e filhos (crianças e adolescentes) (Sanchez; Oliveira; Nappo, 2005).

O primeiro estilo parental é o de **pais autoritários**, caracterizado por elevadas exigências feitas pelos pais aos filhos, que devem obedecer às regras, conjugadas com baixa disponibilidade para ouvir e atender, em clima não muito caloroso e de comunicação limitada e com frequentes punições físicas.

O segundo estilo parental é denominado de **pais indulgentes,** caracterizado por disponibilidade a dialogar e por baixas exigências feitas aos filhos, pois, esses pais nunca impõem regras e sempre evitam punição e adotam tolerância extrema com suas crianças, evitando controlar o comportamento.

O terceiro tipo de estilo parental é denominado de pais autoritativos, caracterizado por altas exigências feita aos filhos e alta disponibilidade. Esse estilo valoriza a reciprocidade nas relações familiares e as crianças e adolescentes devem obedecer às exigências feitas pelos pais, mas estes, por sua vez, aceitam ouvir e responder aos pontos de vista das crianças e aos pedidos razoáveis expressados por eles, sempre que possível.

O quarto estilo parental descrito na tipologia é o de **pais com estilo negligente,** caracterizados por baixas exigências e baixa receptividade, mostrando baixa disponibilidade para assumir a responsabilidade e as tarefas da paternidade (Valente; Cogo-Moreira; Sanchez, 2017).

Acompanhando Donati (1992, p.28, tradução nossa), pode-se dizer que: "A família aparece como relação social de mediação insubstituível. [...] E como tal, é chamada a dialogar com os serviços para a primeira infância, oferecendo resistências ou redefinindo objetivos e modalidades de participação ao processo de socialização".

2.4 CAPITAL HUMANO

No presente estudo, interessa verificar em que circunstâncias as relações familiares promovem capital humano e social nas novas gerações e quando elas se tornam inadequadas para um desenvolvimento social sustentável.

A teoria do capital humano teve como precursores Theodore W. Schultz (1962) considerado o pai do capital humano, e Gary Becker (1993) que ampliou a abordagem para outras ciências, além da economia. Os dois professores eram da Universidade de Chicago e ganharam o prêmio Nobel de economia.

Gary Becker ganhou o prêmio Nobel em 1992. Notabilizou-se por ampliar os estudos econômicos a outras ciências humanas e sociais, procurando compreender a complexidades dos fatores humanos que promovem crescimento econômico e que estão fora dos limites dos estudos econômicos, verificando investimentos na formação dos trabalhadores, na saúde, na migração e, principalmente, no retorno direto e indireto da educação.

A partir dos anos 80 e 90, renovou-se o interesse pelo capital humano, com o entendimento que a educação e a formação humana são decisivas para a produção e a inovação tecnológica, sendo sublinhada a interdependência entre crescimento econômico e desenvolvimento do capital humano.

O crescimento econômico e a inclusão social podem ser compreendidos como fruto do encontro entre oportunidades oferecidas pelo ambiente sócio econômico e as habilidades e competências pessoais, que alguns autores denominam de capital humano (Becker, 1993).

Mas é impossível não considerar a importância da família para a aquisição, por parte das novas gerações, de aptidões e hábitos positivos que possibilitam seu crescimento. O próprio Becker (1996) afirmou:

> De onde vem o capital humano? [...] Deve-se partir da família. Ela é o fundamento de uma boa sociedade e de sucesso econômico. As famílias são diferentes ao longo do tempo, mas elas são ainda muito importantes para a moderna economia. Para compreender o capital humano, deve-se voltar para a família porque são as famílias que cuidam de suas crianças e procuram, com todos os recursos de que dispõem, promover a educação e os valores de suas crianças. As famílias são os maiores promotores de valores em qualquer sociedade livre e até em sociedades não tão livres (Becker, 1996, p. 19-25).

Dessa maneira, a compreensão do capital humano deixou de ser um tema reservado à teoria econômica e passou a interessar a sociologia, a educação e outras ciências para compreender melhor de que forma, em quais ambiente e sob quais condições as novas gerações podem adquirir não apenas habilidades técnicas, mas também atitudes humanas, como a disponibilidade à cooperação e curiosidade da inteligência que favoreçam o acompanhamento à evolução tecnológica e a integração e o crescimento no ambiente de trabalho (Fornasier, 2021).

2.5 CAPITAL SOCIAL

Retoma-se, agora, de maneira sintética, o conceito de capital social, apenas mencionando o debate que acompanhou o desenvolvimento do tema. Interessa concentrar mais a atenção a respeito do capital social familiar como recurso gerado pelas relações familiares, quando se caracterizam pela confiança como dom e por aquilo que deriva dela em termos de disponibilidade à cooperação e à reciprocidade (Donati, 2007).

Bourdieu fala de capital social, indicando o conjunto de recursos efetivos e potenciais ligados a uma durável rede de relações mais ou menos institucionalizadas, baseadas no recíproco reconhecimento, disponíveis para o crescimento dos indivíduos (Bourdieu e Wacquant, 1992).

Coleman (1990) utiliza o termo para indicar o conjunto das relações sociais (redes sociais) das quais um sujeito (individual ou coletivo) dispõe em um determinado momento e que lhe permite realizar objetivos que, sem aqueles recursos, não poderia alcançar (Coleman, 2002). Putnam também realça a confiança recíproca e as normas compartilhadas que a alimentam e que permitem aos membros de uma comunidade agir em conjunto para alcançar objetivos compartilhados, como afirma numa pesquisa publicada inicialmente em 1993 (*Making democracy work: civic traditions in modern Italy*).

No contexto do desenvolvimento local e regional, o capital social (constituído por organizações sociais, tais como redes e normas que facilitam e se beneficiam de ações coordenadas) tem assumido o papel central nos debates relativos aos componentes socioculturais do processo de desenvolvimento econômico (Carvalho, 2021).

De acordo com a abordagem relacional, Donati define o capital social como “uma qualidade das relações sociais, e não um atributo dos indivíduos ou das estruturas sociais ou uma mistura de ambos” (Donati, 2007, p. 17). Nesse horizonte, Prandini (2007), chega a uma definição de capital social familiar como um modo de ser que é próprio das relações familiares, que emerge dos relacionamentos entre os membros de uma família.

Assim, é nas relações familiares de plena reciprocidade e de cooperação entre os sexos e entre as gerações que se cria o ambiente microssocial necessário para a geração e o aprendizado de recursos emotivos, cognitivos, normativos e valorativos que estão na base da construção de vínculos sociais (Petrini; Fonseca; Porreca, 2010).

A família pode ser fonte de capital social para seus membros e para a sociedade. Entretanto, este capital depende de como a família está organizada e da qualidade das relações que nela são vividas. Nesse sentido, pode-se gerar mais ou menos capital, de acordo com as características estruturais e relacionais da família e da qualidade do contexto jurídico e social na qual ela se insere, com especial atenção às políticas familiares (Barreiros, 2020, 2022).

Se as relações entre os membros de uma família são meramente instrumentais ou marcadas pela violência ou pelo desinteresse, não se gera capital social familiar, ao contrário, destrói-se. Afirma Prandini (2007, p. 49, tradução nossa):

> Trata-se de um modo de orientação recíproca das relações entre os membros da família, modo baseado no dom e na gratuidade (entre os cônjuges, entre os genitores e os filhos, entre os parentes) que no tempo se cristaliza em expectativas, tornando-se um *modus vivendi* da família (um *habitus*). As expectativas são qualificadas em termos de confiabilidade (cada um confia que o outro confiará nele) e de reciprocidade (débito positivo: cada um sabe que aquilo que doou aos outros, no caso de necessidade, será retribuído).

É possível identificar no capital social familiar uma dimensão interna às relações familiares, como recurso que beneficia diretamente os membros da família e uma dimensão externa, social, na medida em que os recursos apropriados pelas pessoas são, ao mesmo tempo, relevantes para o bom desenvolvimento da convivência em sociedade (Petrini; Fonseca; Porreca, 2010).

As relações familiares podem ser consideradas sustentáveis quando produzem capital social de tipo positivo, ao passo que elas carecem de sustentabilidade quando

resultam inadequadas ao crescimento esperado de crianças e de adolescentes, bem como no seu desempenho positivo no aprendizado escolar e nas atitudes e nos comportamentos das novas gerações, mantendo-as distantes de comportamentos de risco, como os associados ao uso de drogas e à iniciação sexual precoce.

2.6 SUSTENTABILIDADE

Um importante passo ulterior na consolidação, difusão e no consenso da categoria de sustentabilidade foi dado na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (UNICED - *United Nations Conference on Environment and Developmen*t), que foi realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Como resultado da conclusão do encontro, foram publicadas a “Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento”, conhecida como Agenda 21, e a Declaração a respeito da gestão, da conservação e do desenvolvimento sustentável das florestas.

Assim, os temas crescimento econômico e desenvolvimento vêm ocupando lugar central nas discussões quando se trata de promover a riqueza das nações, no entanto, essa visão vem sendo apresentada de forma limitada, pois não aborda o necessário entendimento do conceito do desenvolvimento sustentável que, além do crescimento econômico, traz também a preocupação com o desenvolvimento humano, social e cultural, como também os custos do crescimento com os impactos sobre o meio ambiente (Carvalho, 2020; 2022).

Com a globalização da economia, a corrida pelo crescimento econômico tornou-se ainda mais acirrada e, muitas vezes, compreende-se erroneamente o conceito de desenvolvimento de um país pelo seu Produto Interno Bruto – PIB, pois é evidente o esgotamento desse modelo de desenvolvimento quando constatamos que o crescimento ilimitado, num planeta com recursos finitos só poderá gerar degradação do meio ambiente, desigualdades e exclusões.

O desafio atual da humanidade é de entender a definição sobre o que o progresso humano e social realmente significa. Além disso, um progresso social baseado no consumo é profundamente injusto, destrutivo e antissocial; pois nem todos os habitantes do planeta podem consumir com a mesma intensidade e proporção. Sendo assim, o consumismo se torna uma competição feroz de pessoas contra o planeta, e das pessoas contra as pessoas em busca de possuir bens e gozo

dos recursos naturais. Além disso, o crescimento econômico ilimitado em um planeta finito só pode levar a um desastre. Dessa forma, faz-se uma restrição ao conceito de crescimento, introduzindo-se a sustentabilidade ecológica como critério fundamental de todas as atividades de negócios (Tiana;Rodà, 2015; Andrade; Tachizawa; Carvalho, 2000).

2.7 ABORDAGEM RELACIONAL E SUSTENTABILIDADE

A análise relacional, quando se debruça sobre a família, não centra sua atenção nos indivíduos, nos mecanismos econômicos, psicológicos, jurídicos, biológicos, e nem nas instituições, nas estruturas (na casa), consideradas como objetos, como coisas, mas nas relações sociais que se estabelecem entre sujeitos humanos ao interagirem nas diversas circunstância da vida familiar.

A abordagem relacional estuda os aspectos invisíveis que ligam as pessoas e que, no entanto, são bem reais, como o vínculo que liga uma mulher ao seu filho enquanto ela está no lugar de trabalho e a criança está numa sala de aula. Existe um vínculo que liga aquela mulher ao seu filho que é muito significativo não somente para delinear a sensibilidade com a qual cada um está no seu lugar, mas os sentimentos, as atitudes no trato com as outras pessoas, as decisões que cada um toma a respeito de suas tarefas e na administração do tempo, e assim por diante. No caso da relação de tipo conjugal, de maneira semelhante, a abordagem relacional procura observar as dinâmicas e identifica os fatores da cooperação bem como os conflitos em sua convivência social.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo, através da concepção de grandes categorias de análise, responder à seguinte questão norteadora: Como a sustentabilidade das relações familiares contribuem para o desenvolvimento social?

Falar de relações familiares no horizonte da sustentabilidade social deve ir além do antigo debate a respeito da família entre dimensão pública e dimensão privada, com sinais de uma progressiva “privatização” nas últimas décadas, para valorizar as mudanças que estão acorrendo. Torna-se necessário compreender a família atual de

maneira mais apropriada, como entrelaçamento entre público e privado Donati (2008), podendo gerar capital humano, capital social e bens relacionais importantes para o desenvolvimento social.

Fica evidente que não se trata de enfatizar uma dimensão em detrimento de outra. Quando se enfatiza mais a dimensão privada das relações afetivas e familiares, é possível incorrer na desatenção e na negligência das tarefas parentais em relação às novas gerações e aos cuidados com idosos. Quando se enfatiza a dimensão social das relações familiares, corre-se o perigo de reduzir a autonomia individual com interferências na gestão das relações afetivas na intimidade da família, impondo responsabilidades educativas e cobrando a necessidade de cuidados com outros membros em circunstâncias de crescimento e/ou de vulnerabilidade.

As duas dimensões convivem inevitavelmente no ambiente da família e é necessário, a partir da noção de sustentabilidade social aqui estudada, compreender melhor o alcance e os limites das instituições, públicas ou privadas, que cuidam da educação das crianças e dos adolescentes e das instituições que cuidam de idosos, delineando melhor quais aspectos podem ser delegados a essas instituições e em quais aspectos o cuidado dos pais é insubstituível e decisivo para um adequado crescimento dos filhos e para que uma velhice digna.

O estudo apresentado, e aberto para uma pluralidade de pesquisas, abre espaço para delinear melhor a sustentabilidade social das relações familiares. Afinal, as relações familiares, gerando capital humano, capital social e bens relacionais, tornam sustentável o desenvolvimento social dos membros da família e contribuem para gerar, no quotidiano, uma convivência social mais colaborativa, caracterizada por gestos e por atitudes de solidariedade e de cooperação, de gratuidade e de respeito. Com efeito, adotando estilos parentais adequados ao desenvolvimento, os pais podem garantir crescimento positivo às novas gerações, até a maturidade humana e social. De maneira semelhante, os adultos da família podem proporcionar cuidados aos idosos adequados às exigências próprias de suas etapas de vida. Desta maneira, o bem-estar fruído no presente pelos adultos, pode ser fruído também pelas novas gerações e pelos idosos, dentro das próprias circunstâncias e limites.

Por fim, falta anunciar futuras pesquisas para estudar políticas públicas que possam participar das dinâmicas da sustentabilidade social das relações familiares,

dando suporte às famílias que se encontram em circunstâncias de graves carências e limites.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade das relações familiares não é apenas um objetivo individual, mas um alicerce indispensável para o avanço de toda a sociedade. Ao reconhecermos a importância dessa interconexão entre o âmbito familiar e o desenvolvimento social, órgãos públicos, organizações privadas, associações do terceiro setor e famílias podem trabalhar em conjunto para construir um futuro mais próspero e harmonioso para todos.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. O. B., TACHIZAWA, T. e CARVALHO, A. B. **Gestão ambiental:** um enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável. São Paulo: Makron Books, 2000.

BAUMAN, Z. **Amor líquido.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

BECK, U. Human Capital and Poverty. **Família et Vita**. Anno I, N. 2, 1996.

_____. **La societá del rischio**. Roma: Carocci, 2006.

BECKER, G. Human Capital and Poverty. **Familia et Vita,** 1(12), 1996.

_____**. Human Capital:** a theoretical and empirical analysis**.** 3.ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BERMAN, M. **Tudo o que é sólido desmancha no ar:** a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BOURDIEU, P. e WACQUANT, L. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

CARVALHO, A. B. Família, capital social e desenvolvimento sustentável. **Brazilian Journal**, 7; Vol. 8, 2021.

CARVALHO, A. B. Por que investir em políticas familiares? In: MOREIRA, L. V. C. e PETRINI, G. (Org). **Relações Familiares e Políticas Familiares** (pp. 121-142). Belo Horizonte: Dialética, 2021.

COLEMAN, J. S. **Foundation of Social Theory.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1990.

DIAS, M. C. e PETRINI, G. A promoção do capital social familiar como meta das políticas familiares: considerações a partir da abordagem relacional**.** In: MOREIRA, L. V. C. e PETRINI, G. (Org). **Relações e Políticas Familiares** (pp 99-120). Belo Horizonte: Dialética, 2020.

DONATI, P. (Org.). **La relazione di coppia oggi.** Trento: Ed. Erickson, 2012.

_____.; SOLCI, R. **I beni relazionali. Che cosa sono e quali effetti producono.** Torino: Bollati Boringhieri , 2011.

_____. **Família no Século XXI.** Abordagem relacional. São Paulo: Paulinas, 2008.

_____. **L'approccio relazionale al capitale sociale. Sociologia e politiche sociali**. v. 10, 1. pp. 9-40, 2007.

_____**. La Famiglia come Relazione Sociale**. Milano: Ed. Franco Angeli – 2ª edição, 1992.

_____**. Manuale di sociologia della famiglia.** Roma-Bari: Laterza, 2006.

_____**.** Pubblico e privato. Fine di un'alternativa? Bologna: Cappelli, 1978; Id., Voci Pubblico/Privato, *In*: BERTI, Enrico; CAMPANINI, Giorgio. **Dizionario dele idee politiche**. Roma: AVE, 1993.

_____**. Teoria Relazionale della Societá.** Milano: Ed. Franco Angeli, -1ª edizione, 1998.

ESPOSITO, C. **O niilismo de nosso tempo**. São Paulo: Loyola, 2023.

FLEXOR, M. H. O. História da Família no Brasil. (Partes I e II). In: BASTOS, A. C., MOREIRA, L. V. De C., PETRINI, G., Alcântara (Orgs*).* **Família no Brasil. Recurso para a Pessoa e a Sociedade**. Curitiba: Juruá, pg.23-110, 2015.

FORNASIER, R. **Família e Pobreza: abordagem relacional da família.** Belo Horizonte: Dialética, 2021.

GIDDENS, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1993.

HALL, S. **A identidade cultural na modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A. Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 11 ed, 2006.

HAN, B-C. **A expulsão do outro. Sociedade, percepção e comunicação hoje.** Petrópolis: Vozes, traduçãoLucas Machado, 2022.

_____**. Agonia do Heros.** Petrópolis: Vozes, tradução de Enio Paulo Giachini, 2017.

LAWRENZ, P.; ZENI, L.C.; ARNOUD, T.DC.J.; FOSCHIERA, L.N.; HABIGZANG, L.F. Estilos, Práticas ou Habilidades Parentais: Como Diferenciá-Los. **Revista Brasileira de Terapias Cognitivas**. 2020*16(1) pp 2-9.

LIPOVETSKY, G. **O Império do Efêmero.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____.; SERROY, J. **A culturas-mundo-. Resposta a uma sociedade desorientada**. Companhia das Letras, tradução de Maria Lúcia Machado, 2011.

MACCOBY, E.E., MARTIN, J. A. Socialization in the context of the family: parent-child interaction. In: Hetherington, E.M. (Ed.), **Socialization, Personality, and Social Development**. Wiley, New York, pp. 1–101, 1983.

PETRINI, G. , DIAS, M. C. A Família como Capital Social e as Políticas Familiares. In: BASTOS, A. C., MOREIRA, L. V. de C., PETRINI, G., Alcântara (Orgs*).* **Família no Brasil. Recurso para a Pessoa e a Sociedade.** Curitiba: Juruá, 2015.

PETRINI, G. Family and Poverty: The inclusion routes. In: BASTOS, A. C. de S. e RABINOVICH, E. P. (Org.). Living in Poverty. Developmental Poetics of cultural Realities. **Information Age Publishing INC.** Charlotte (pg. 425-440), 2009.

PETRINI, G., FONSECA, R. e PORRECA, W. Pobreza, capital humano, capital social e familiar**. Memoradum**, 19, 2010.

PRANDINI, R. Il capitale sociale familiare in prospettiva relazionale: come definirlo, misurarlo e sussidiarlo. **Sociologia e Politiche Sociali,** v. 109, 1, (pp 41-74), 2007.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e Democracia:** a experiência da Itália moderna. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

SANCHEZ, Z., v. d. Meer; OLIVEIRA, L. G. de; NAPPO, S. A. Razões para o não-uso de drogas ilícitas entre jovens em situação de risco**. Rev. Saúde Pública** 39(4):599-605, 2005.

SCHULTZ, T. W. Investment in human capital. **The American Economy***,* v. 70, 1962.

SINGLY, F. **Sociologia da Família Contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TIANA S. A. e RODÀ, E. V. The Civilising Footprint. Exposing and appreciating the interdependencies of global sustainability. In: CHZHEN, Y.; GROMADA, A & REES, G. **Are the world's richest countries Family friendly? United Nations Children's Fund (UNICEF).** Disponível em: https://www.unicef- irc.org/publications/pdf/Family-Friendly-Policies-Research_UNICEF_%202019.pdf. Acesso em: 10 dez. 2020.

VALENTE, Y. J., COGO MOREIRA, H. e SANCHEZ, M. Z. Predicting latent classes of drug use among adolescentes through parental alcohol use and parental style: a longitudinal study. **Social Psychiatric Epidemiology,** 2018. Jornal homepage: https//doi.org/10.1007/s00127-018-1645-4

VALENTE, Y. J., COGO MOREIRA, H., SANCHEZ, M. Z. (2017). Gradient of association between parenting styles and patterns of drug use in adolescence: A latent class analysis*.* **Drug And Alcohol Dependence.** 180, 272-278, 2017. Disponível em: www.elsevier.com/located/drugalcdep.

MULTICULTURALIDADE E DIÁLOGOS INTER-RELIGIOSOS

MULTICULTURALIDADE E DIÁLOGOS INTER-RELIGIOSOS DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL DA BAHIA: “Liberdade Religiosa” para Democracia e Cidadania no Século 21

Aab Benaia Sami Nunes Veríssimo de Oliveira

RESUMO

As questões raciais sempre foram tema de discussões acadêmicas e dos organismos sociais, sobretudo, os órgãos de direitos humanos que primam pelo exercício da cidadania e da democracia, principalmente, na Bahia, junto às questões envolvendo a religiosidade. A temática é desafiadora porque a população brasileira, de um modo geral, os negros, com sua religião trazida pelos ancestrais, vivem em uma constante desigualdade, mesmo desde os primórdios lutam pela igualdade e ainda, após a escravidão ter sido abolida e com ela sua forma de viver e venerar seus deuses, ainda incorre no racismo religioso, em face de um atraso não somente social, mas, econômico e politico que redunda na intolerância que sobre passam as barreiras da fé, nas suas mais diversas formas de expressão, impactando diretamente no processo democrático e de cidadania. Este artigo discute, brevemente, o estatuto da igualdade racial na Bahia – “liberdade religiosa” em um contexto de multiculturalidade e diálogos inter-religiosos, visando a democracia e cidadania no século 21.

Palavras-chave: Intolerância religiosa. Igualdade racial. Multicultiralidade. Liberdade religiosa. Democracia e cidadania.

1 INTRODUÇÃO

O cenário brasileiro, e não diferente o baiano, é tipicamente desafiador para a população que vive em constância desigualdade, sobretudo, os negros que são, em sua grande maioria, uma população que, nos primórdios, além de lutar pela sobrevivência, quando do processo de escravidão a que foram submetidos, suportam nos dias atuais o racismo, o atraso social, econômico e político, onde o desrespeito e a intolerância sobre passam às barreiras das mais diversas formas de expressão da fé.

A desigualdade religiosa é conhecida desde os tempos da escravidão, quando os escravos foram impedidos de profanar a sua fé. Assim, a religiosidade, dos Santos

Católicos, foram, paulatinamente, trocados, nas matrizes africanas, passando estes a cultuar suas crenças, através da religiões como o candomblé e a umbanda, que até os dias atuais é alvo de constantes preconceitos, sendo que os frequentadores e adeptos à mesma,, vem de forma cotidiana, sofrendo agressões, dos quais estão inclusos os ataques físicos e simbólicos, contra seus símbolos e casas de culto institucional, comumente chamadas de casa de santo, roça ou terreiros.

Não se pode olvidar de que as referidas ações constam de tão-somente um pano de fundo do preconceito racial, em detrimento, prioritariamente, da historicidade da fundação da religiosidade de matrizes africanas que é fruto da resistência dos escravos no Brasil, resultando no iminente ato criminoso do “racismo religioso”, pois que esse, sem sombra de dúvidas, é um dos segmentos religiosos que mais sofre atentados, encontrando no seio da sociedade, uma grande resistência de aceitação, configurando-se, também, como uma dominação da disputa hegemônica existente no território brasileiro.

Não diferente, o entendimento é de que essas questões de ordem racista resulta na força opressora que além de ser estruturada, se organiza na sociedade, usando, de forma equivocada, a religião, como meio para justificar e demonizar as divindades cultuadas pelos povos de matrizes africanas, vindo, por consequência, acirrar as relações interpessoais que, categoricamente, traz como resultado iminente a prática do racismo institucional e religioso, dos quais se encontram nas entrelinhas deste processo.

Ressalte-se, no entanto, que não somente as religiões das matrizes africanas sofrem com o preconceito, pois que de forma rotineira, os evangélicos, com uma constância, vêm atacado de forma preconceituosa os integrantes das religiões católicas, onde seus alvos, como imagens de Nossa Senhora, consideradas sacras, vem sendo atacadas, quebradas, sendo clara a intolerância religiosa. E, não se pode negar que o caráter da experiência religiosa é não somente individual, mas, também, coletivo, e se encontra presente na humanidade desde os seus tempos mais remotos, sobretudo, quando consideramos os rituais, as cerimônias e o culto a fenômenos naturais, aos quais são entendimento como acontecimentos expressos até mesmo em civilizações pré-históricas.

Tem-se, então, que é possível considerar a religião, bem como a religiosidade, como produções humanas, que englobam fatores culturais e sociais e, normalmente, estão associadas com a ligação do ser humano àquilo que ele considera como sagrado ou divino. Contudo, o livre culto do sagrado ou a expressão de crenças e práticas religiosas nem sempre foram consideradas como um direito. Ou seja, por muito tempo, em determinadas sociedades, pessoas ou grupos simplesmente não podiam crer naquilo que quisessem.

Na verdade, o reconhecimento da liberdade religiosa como direito fundamental é relativamente recente. Ainda mais recente é a sua inclusão dentro do rol de direitos humanos reconhecido em âmbito mundial.

Mas a construção, trazida por Schwarcz, junto aos brasileiros é de uma "conformidade e de tolerância e pacificidade", encobertas pelo racismo, aos quais são adjetivos que residem na mitologia nacional, reconstruindo uma narrativa oficial que obscurece a realidade vivenciada por aqueles que sofrem com o racismo religioso, cujas marcas advém de uma herança marcada pela escravidão. E, dentro desse cenário, o estudo das questões em torno do racismo religioso perpassa pelas investigações do mundo subterrâneo da história brasileira, no entendimento de que os negros foram, e ainda são, uma nação muito mais excludente, e que embora se tenha obtido inúmeras garantias, o caminho ainda é muito longo para sanar, senão minimizar, as desigualdades religiosas.

Um dos caminhos foi o Estatuto da Igualdade Racial, objeto da Lei nº 12.288, de 2010, cujo destino consiste na garantia à população negra a igualdade de oportunidades e a defesa dos direitos étnicos e individuais, coletivos e difusos, com o pressuposto de combater a discriminação racial e quaisquer outras formas de intolerância étnica.

Em consonância com a referida Lei, é passível de entendimento de que desigualdade racial é toda situação considerada como injustificada, onde perpassa as diferenças de acesso ou fruição de bens e serviços, nas esferas pública e privada, em razão de raça, cor ou descendência.

Assim, necessário se faz, o estabelecimento, como dever do Estado, da promoção de ações afirmativas visando a coibição das desigualdades, com vistas à proteção dos cidadãos contra todas as formas de discriminação, inclusive a religiosa,

objeto desse estudo, que tem por objetivo geral discutir, brevemente, o estatuto da igualdade racial na Bahia – “liberdade religiosa” em um contexto de multiculturalidade e diálogos inter-religiosos, visando a democracia e cidadania no século 21.

2 CORRELAÇÃO DO ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL E O COMBATE À INTOLERÂNCIA RELIGIOSA

Os estudos dos diversos contexto e décadas perpassam, dentre outras questões, nas marcas e nas transformações da vida privada da população brasileira, englobando não somente as oportunidades, mas a possibilidade de deixar um novo legado para as futuras gerações.

2.1 NATUREZA ESTRUTURAL: CULTURA E RELIGIÃO DE MATRIZES AFRICANAS

As mudanças perpassam questões e fatores de natureza estrutural – material e cultural – em rumo à modernidade, onde o motor impulsionador foi a revolução urbana, com a transferência de contingentes populacionais para as cidades, vindo a alterar o regime, vida e expectativa das pessoas, conforme mostrado nos estudos de Oliveira, Vieira e Marcondes.

Viver nesse cenário é um constante desafio, pois que as diferenças são enormes, causando intolerância, sobretudo, quando se trata de religião. Regime sociodemográfico feito na segunda metade do século XX mostrou o prolongamento da vida, como um dos aspectos centrais e, com ele, as diversidades no seio da sociedade, quando se foram diversos contextos familiares e as heterogeneidade destas trouxeram inúmeras implicações, principalmente, no contexto religioso, quando das restrições das formas de manifestações religiosas, vindo a atingir, também, a dinâmica interna junto às famílias, quando dos ataques às suas formas expressivas de religião: intolerância.

Sobre essa questão, Brandenburg e Dolny, nos mostra a intolerância, principalmente, sobre as religiões afro-brasileiras, quando necessário se faz dialogar com as religiões cristãs, onde estas são, na grande maioria, as influenciadoras da intolerância religiosa contra as matrizes africanas, onde é importante a reflexão sobre

o que vem a ser verdade e o medo que aflora nas pessoas que não “comungam” da mesma religião católica.

Os referidos autores mencionam que no cenário brasileiro a intolerância religiosa é mais que um termo, pois é resultante de um sentimento de perspectiva individualista, quando se fecha em um só mundo: o chamado etnocentrismo, com visão anti-dialogal, conforme mostrado nos estudos de Cunha (2016). A falta de diálogo, concomitante com a manifestação anti-dialogal, é possível ver traços de uma manifestação perversa, que não somente exclui o negro, mas, também, particulariza, tribaliza e institui fronteiras, conforme mostrado, anteriormente, nos estudos de Miranda Filho (2007), voltando-se para a demarcação territorial, onde quem não participa é não somente infiel, mas, principalmente, sem identidade religiosa, mesmo participando de sua crença que não a católica, esquecendo que o nosso país é fundamentalmente, em sua grande maioria, direcionado às religiões de matrizes africanas.

> Verifica-se no Brasil das últimas duas décadas um acirramento dos ataques das igrejas neopentecostais contra as religiões afro-brasileiras [...]. Esse ataque é resultado de vários fatores, entre os quais podemos destacar: a disputa por adeptos de uma mesma origem socioeconômica, o tipo de cruzada proselitista adotada pelas igrejas neopentecostais [...] e, do ponto de vista do sistema simbólico, o papel que as entidades afro-brasileiras e suas práticas desempenham na estrutura ritual dessas igrejas como afirmação de uma cosmologia maniqueísta (Silva, 2007a, p. 9-10).

As igrejas neopentecostais se posicionam num regime fechado, anti-dialogal conforme mostrado nos estudos de Brandenburg e Dolny, as quais insuflam os seus fiéis contra as demais religiões, mostrando uma imagem de um inimigo a ser combatido, sustentando a existência de que somente sua crença é a correta, sendo que, nesse contexto histórico complicado de desenvolvimento das religiões de matriz africana no Brasil, os dados de perseguição dos últimos anos apontam para uma perseguição constante a estas religiões.

2.2 O RESPEITO À DIVERSIDADE RACIAL E RELIGIOSIDADE

É necessário respeitar o valor da diversidade racial e religiosa da importância de que indivíduos de diversa origem tenham oportunidades iguais não deixou de se

expressar na organização do Estado brasileiro e em nossa legislação. Dentro desse contexto, o Estatuto da Igualdade Racial (2010) mostrou que o conjunto de diplomas normativos visa refletir essa visão, pois se estende da segunda metade do século XX aos dias atuais. Sua importância ganha ainda maior nitidez, no entanto, quando ele é observado contra o pano de fundo do processo de formação do país, que realça a centralidade da questão racial em nossa história, inclusive no aspecto institucional e legal.

Nas últimas décadas, começou a ganhar volume no debate público a noção de que cabe ao Estado não apenas combater a discriminação e o racismo, mas agir positivamente na promoção da igualdade racial efetiva. Na Constituição Federal de 1988, a influência dessa noção aparece em formulações ainda relativamente tímidas, como, por exemplo, na referência explícita à proteção de manifestações culturais "indígenas e afro-brasileiras" (art. 215, § 1º) ou na norma do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que realça a obrigação do Estado de emitir títulos que formalizem o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos à propriedade definitiva das terras que estejam ocupando (art. 68).

Mais recentemente, a mudança – ou ampliação – de perspectiva ganhou relevo institucional com a implantação de agências dentro do Estado especialmente destinadas à promoção da igualdade racial. É assim que surgem entes como a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPPIR) e o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR) e iniciativas como a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR).

Todas essas manifestações institucionais encontram suporte normativo em decretos transcritos nesta publicação. Mas o estágio culminante da atividade legislativa acontece quando se formam os consensos sociais e políticos indispensáveis para que o Congresso Nacional introduza um tema novo, ou o novo enquadramento de um tema antigo, na ordem legal.

2.3 O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL: O LIVRE EXERCÍCIO DOS CULTOS RELIGIOSOS

A Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial), constitui, assim, um verdadeiro salto de qualidade no tratamento dado pelo Estado brasileiro ao tema da promoção da igualdade racial, quando se passou a dispor de um amplo enquadramento normativo da matéria, que inclui a fixação dos princípios gerais que guiam a atuação do Estado e da sociedade nessa área, a criação da base legal para a estruturação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR) e o encaminhamento das ações de promoção da igualdade em diversas áreas (saúde, educação, liberdade de crença e de culto, acesso à terra e à habitação e tantas outras).

É importante compreender que as questões de religiosidade, por sua vez, estão diretamente relacionadas com o exercício das atividades religiosas, englobando as suas práticas, cultos e tradições, significando dizer que a religiosidade pode ser interpretada como o estado de ser religioso, envolvendo a expressão ou a prática da crença. E, dessa forma, resumidamente, a religião está voltada ao âmbito organizacional, em que dogmas, crenças e ritos são instituídos e regulamentados. Já a religiosidade está voltada ao lado pessoal, no exercício individual de aspectos religiosos.

Dentro desse contexto, no âmbito do Estatuto da Igualdade Racial encontra-se o objetivo das ações afirmativas que consiste na eliminação das desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade; ou seja, busca-se uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero, etc. Busca-se a igualdade.

Na prática, é possível a igualdade como um princípio fundamental para as sociedades democráticas, tendo em vista possibilitar a todos a equiparação no que diz respeito ao desfrute e proveito de seus direitos, dentre os quais se encontra a crença religiosa a que a população negra e, demais, têm direito. E, por isso, é importante buscar traçar estratégias para promover a igualdade racial, refletindo sobre as intervenções que podem ser feitas dentro do sistema de justiça para enfrentamento ao racismo religioso.

Um dos caminhos foi a instituição do Estatuto da Igualdade Racial que em seu Capítulo III “Do Direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos”, é descrito 04 (quatro) artigos aos quais delibera sobre a inviolabilidade de consciência e de crença, quando se assevera o livre exercício aos cultos religiosos (art. 23); extensivo aos cultos religiosos de matriz africana, dos quais se encontram inclusos as celebrações, festividade, cerimonias, instituições e fundações, produção e criação de artigos e materiais religiosos, dentre outros meios de comunicação que propaguem a sua crença (art. 24); a assistência religiosa quando este se encontrar internado ou recluso em instituições privativa de liberdade (art. 25); e, por fim, cabe ao poder público a adoção de medidas que sejam necessárias para combater a intolerância relacionadas as matrizes africanas, visando conter a discriminação de seus seguidores (art. 26).

Estudos feitos por Schwarz descrevem as questões em torno da tolerância religiosa e afirma que no cenário brasileiro não basta somente dizer que não somos racistas, necessário se faz mesmo é ser antirracista, para que se acabe com o racismo estrutural e institucional existente, em torno do autoritarismo brasileiro acerca da escravidão, desigualdade, violência e intolerância religiosa, principalmente, nas crenças das matrizes africanas.

Importante mencionar que a característica da intolerância religiosa está na descrição da terminologia que envolve uma atitude mental caracterizada pela falta de habilidade ou vontade em reconhecer e respeitar práticas e crenças religiosas de terceiros, ou a sua ausência. Consiste, portanto, em um conjunto de ideologias e atitudes ofensivas a crenças e práticas religiosas ou mesmo a quem não segue uma religião. É um crime de ódio que fere a liberdade e a dignidade humana, na qual tem relação com a intolerância cultural e se encontra em crescimento no cenário brasileiro.

Em Brainly as principais características da intolerância religiosa fazem menção ao desrespeito ao direito das pessoas de manterem as suas crenças religiosas, quando é possível considerar como atos intolerantes, as ofensas pessoais por conta da religião ou as ofensas contra liturgias, cultos e outras religiões.

2.4 DEMOCRACIA E CIDADANIA NO SÉCULO XXI

No século XXI, a importância da democracia e cidadania é mais relevante do que nunca na abordagem das desigualdades e na promoção dos direitos envolvendo as questões religiosas. O ponto crucial é que a partir da democracia que seja valorizada a diversidade e a pluralidade religiosa, permitindo que os diferentes grupos tenham a livre escolha da sua religiosidade.

A democracia e a cidadania são conceitos fundamentais na organização de uma sociedade justa e inclusiva. No século XXI, a dinâmica da globalização, da diversidade cultural e religiosa e da conectividade digital trouxe à tona questões cruciais relacionadas à multiculturalidade e aos diálogos inter-religiosos. Assim, imperioso compreender mutuamente, a tolerância e a igualdade no mundo contemporâneo.

O desafio da multiculturalidade é uma característica marcante do século XXI, especialmente nas sociedades que abrigam uma ampla gama de grupos étnicos, culturais e religiosos. Esse fenômeno desafia as noções tradicionais de identidade nacional e impulsiona a necessidade de uma democracia mais inclusiva. A democracia, como um sistema político que valoriza a participação igualitária de todos os cidadãos, deve lidar eficazmente com a diversidade cultural para ser verdadeiramente representativa.

Necessário se faz, então, promover a cidadania multicultural, cabendo aos governos e as instituições democráticas devem requerer políticas que respeitem e celebrem a diversidade cultural. Isso inclui a proteção dos direitos culturais, a promoção da igualdade de oportunidades para todos os grupos étnicos e a garantia de que as vozes das minorias sejam ouvidas no processo político. A cidadania multicultural reconhece que a identidade cultural não deve ser uma barreira para a participação plena na sociedade.

Nesse contexto, a importância dos diálogos inter-religiosos está na compreensão da diversidade religiosa como uma das características intrínsecas de muitas sociedades no século XXI. Diálogos inter-religiosos são essenciais para promover a compreensão mútua, reduzir o preconceito religioso e prevenir conflitos baseados na fé. A democracia desempenha um papel crucial ao fornecer um espaço onde diferentes crenças podem coexistir pacificamente.

A tolerância religiosa é um componente fundamental da cidadania no mundo multicultural de hoje: pilar da cidadania. Cidadãos têm o direito de praticar sua religião livremente, desde que isso não prejudique os direitos dos outros. A democracia protege a liberdade religiosa e garante que nenhuma religião seja privilegiada ou discriminada pelo Estado.

E, assim, os desafios, apesar dos benefícios da multiculturalidade e dos diálogos inter-religiosos, devem ser enfrentados. O aumento das tensões étnicas e religiosas, bem como o surgimento de movimentos nacionalistas e fundamentalistas, são obstáculos à coexistência pacífica. Além disso, a disseminação das redes sociais pode amplificar o ódio e a desinformação, minando os esforços de diálogo e tolerância.

Mas, o século XXI também oferece oportunidades significativas. A conectividade digital permite que as pessoas de diferentes culturas e religiões interajam e compartilhem suas perspectivas. Além disso, a conscientização sobre a importância da diversidade cultural e da tolerância religiosa está crescendo, levando à criação de iniciativas globais e locais que promovem esses valores.

3 CONCLUSÃO

Neste artigo ficou demonstrado que a religião e a religiosidade, como um todo, possuem grandes influências na história e na formação humana e civilizatória. Os aspectos culturais de muitas sociedades foram sendo construídos com base em crenças e atividades voltadas ao sagrado e ao misticismo. Nesse sentido, as práticas religiosas tiveram grande contribuição no desenvolvimento do pensamento humano e no fortalecimento do sentimento de coletividade, visto que a adoção de uma religião muitas vezes está ligada à uma identificação coletiva comum. Contudo, por se basear em crenças e não apenas em bases totalmente racionais, as questões religiosas em muitos momentos na história tenderam ao fanatismo e resultaram na discriminação entre pessoas e povos com diferentes visões de mundo e credo, principalmente, relacionados às matrizes africanas.

Percebeu-se que no Estatuto da Igualdade Racial observa-se a recente conquista da livre manifestação de religiosidade e de religião como um direito em nível internacional representa um avanço no combate à repressão por motivos de crença e

na preservação de uma vida digna a todos e todas. Entendeu-se que organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) tiveram um importante papel nessa conquista, buscando efetivar a liberdade religiosa como uma garantia fundamental.

Neste cenário, a democracia e a cidadania no século XXI enfrentam o desafio da multiculturalidade e da diversidade religiosa. Para prosperar em um mundo cada vez mais globalizado e diverso, é fundamental promover a inclusão, o diálogo e a tolerância. A democracia, como sistema político, tem a capacidade única de proporcionar espaço para acomodar essas diferenças e garantir que todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica ou religiosa, tenham voz e igualdade de direitos. A promoção da cidadania multicultural e da tolerância religiosa é essencial para construir sociedades mais justas e pacíficas no século XXI.

Assim, conclui-se que deve o Estado promover constantes debates acerca da igualdade racial, aperfeiçoando a tolerância às diferenças, porque é indispensável em um regime democrático em que vivemos, visando a preservação dos direitos fundamentais. Importa refletir sobre o reconhecimento da prática em torno do ato de intolerância religiosa tendo em vista este se constituir como violação ao Estado Democrático de Direito, do qual, diga-se de passagem, não se coaduna com a finalidade precípua de construir uma sociedade não somente livre, mas, justa e, consequentemente, solidária.

À guisa da conclusão, entendeu-se, também, pela relevância de refletir sobre para acabar com a intolerância religiosa, necessário se faz a adoção de medidas cabíveis com a finalidade de preservação dos direitos fundamentais das pessoas, independentemente de sua crença religiosa for pelas matrizes africanas.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio *et al*. Distribuição espacial da transição religiosa no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 215-242, 2017.

BRANDENBURG, Laude Erandi; DOLNY, Mateus Andrey. Intolerância contra religiões afro-brasileiras: reflexões sobre a importância do incentivo ao diálogo em pregações cristãs. **Caminhos**. Goiânia, v. 18, n. 2, 325-343, 2020.

BRASIL. **Constituição Federal**. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARNEIRO, João Luiz. **Religiões afro-brasileiras**: uma construção teológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2019.

CUNHA, Gladson Pereira da. Vinte e Cinco de Julho: intolerância e perseguição religiosa no interior do Espírito Santo no Período Vargas. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 41, p. 16-35, 2016.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. Liberdade e igualdade religiosa no local de trabalho: breves apontamentos. **Cadernos da Escola Judicial do TRT da 4ª Região**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 7-19, 2010.

MIRANDA FILHO, Mario. Fronteiras da Intolerância. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v. 12, p. 20-27, 2007.

RAMOS, Nabuco de Araújo N. Tolerância ao ódio religioso: a dialética da proteção do direito à liberdade de expressão. Constituição, Economia e Desenvolvimento: **Revista Eletrônica da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, 12(22), 234-270. 2020.

SCHULTZ, Adilson. Estrutura Teológica do Imaginário Religioso Brasileiro. In: BOBSIN, Oneide et al (orgs.). **Uma Religião chamada Brasil**: estudos sobre religião e contexto brasileiro. 2. ed. E-book. São Leopoldo: Oikos, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Vagner Gonçalves da. (org.). **Intolerância Religiosa**: impactos do Neopentecostalismo no campo religioso afro-brasileiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR

26ª SEMOC 2023

DEMOCRACIA E CIDADANIA NO SÉCULO 21

Salvador, Bahia, Brasil, 23 a 27 de Outubro de 2023